

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

TESE

Prato principal: terras indígenas

**O início da contestação do direito territorial indígena
pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014)**

Marcelo Artur Rauber

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE DE DOUTORADO

**PRATO PRINCIPAL: TERRAS INDÍGENAS
O INÍCIO DA CONTESTAÇÃO DO DIREITO TERRITORIAL
INDÍGENA PELA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA
(2011-2014)**

MARCELO ARTUR RAUBER

Sob Orientação da Professora:
Eli de Fátima Napoleão de Lima

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, para a obtenção do título de **doutor**.

Rio de Janeiro, RJ
Junho de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R239p Rauber, Marcelo Artur, 1991-
Prato principal: terras indígenas - O início da
contestação do direito territorial indígena pela Frente
Parlamentar da Agropecuária (2011-2014) / Marcelo
Artur Rauber. - Rio de Janeiro, 2021.
356 f.

Orientadora: Eli de Fátima Napoleão de Lima.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2021.

1. Demarcações de terras indígenas. 2. Conflitos
fundiários. 3. Agronegócio. 4. Bancada Ruralista. 5.
Congresso Nacional. I. Lima, Eli de Fátima Napoleão
de, 1954-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MARCELO ARTUR RAUBER

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 23/06/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese/dissertação.

Eli de Fátima Napoleão de Lima. Dra., CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Regina Angela Landim Bruno. Dra., CPDA/UFRRJ

Thereza Cristina Cardoso Menezes. Dra., CPDA/UFRRJ

Antonio Carlos De Souza Lima. Dr., UFRJ

Caio Pompeia Ribeiro Neto. Dr., USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao povo brasileiro, em toda sua pluralidade, por contribuir com mais esta etapa de meus estudos. Por isso, também agradeço à universidade e à escola pública brasileira por terem me possibilitado chegar até aqui.

À minha família, em especial ao meu pai Tarcisio e minha mãe Hedi, pelo estímulo que sempre deram aos estudos e por sua enorme dedicação. À minha irmã Aline pelo companheirismo e por suas contribuições à minha trajetória. Ao meu irmão Sandro (*in memoriam*), por me dar o privilégio de compartilhar a infância e a adolescência, e que, infelizmente, hoje só as lembranças confortam a imensa saudade.

À comunidade acadêmica da UFRRJ por ter contribuído em minha formação humana e profissional. Aos técnicos, docentes e colegas do CPDA pelo acolhimento, atenção e aprendizados.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, pelo apoio através de concessão de bolsa de pesquisa durante todo doutorado.

Agradeço à minha orientadora, Eli de Fátima de Napoleão de Lima, pela convivência, pela paciência, pelos ensinamentos e por aceitar a tarefa de me orientar e contribuir com o enriquecimento deste trabalho.

À banca de qualificação, Thereza Menezes, Regina Bruno e Antonio Carlos Souza Lima pela disponibilidade e fundamentais contribuições a este trabalho. Reforço o agradecimento ao professor Antonio Carlos por ceder materiais de pesquisa sobre o tema e pelo apoio no trabalho de campo. Nesse sentido, também agradeço ao professor Francisco Carlos Teixeira da Silva pelo suporte, pelas reflexões, pelos ensinamentos e pela convivência durante as disciplinas.

À banca de defesa, pela disposição em dedicar seu tempo, sua experiência e seus conhecimentos para avaliar e contribuir com este trabalho.

Agradeço aos amigos Fabricio Teló e Felipe Costa pelo estímulo em estudar no CPDA, pelas valorosas discussões e, principalmente, por suas contribuições para este trabalho. Neste mesmo sentido, agradeço a Olavo Carneiro pelas sugestões a este trabalho, que contribuíram para as reflexões do recorte desta pesquisa.

À Priscila Aguiar, à Renata Strasser e ao Rodrigo Mariano pelas primeiras discussões e apoio a esta proposta de pesquisa.

Sou grato a Maia Sprandel, Adriana Ramos, Sergio Martins, Rose e Marcon pelo apoio no trabalho de campo realizado em Brasília – DF.

Aos servidores do Congresso Nacional pela atenção prestada e pelo ótimo atendimento, tanto presencial como via internet.

Agradeço às amigas Iolanda Araujo e Patrícia Rodrigues e ao amigo Lucas Carvalho pelas contribuições em minha empreitada de ir estudar no Rio. À Janaina, ao Leonardo, ao Alexandre, ao Glaucio, ao Gustavo e ao Lucas do Amorim pela amizade, mesmo dificultada pela distância.

À minha família sulista-carioca, Everton e Severine, por todo companheirismo nestes anos de vida no Rio. Vocês foram e são muito importantes para mim.

Ao Paulo Branco Filho e à comunidade de sua escola pela acolhida, aprendizados e amizades.

Aos ex-colegas da Revista IDEAS pelo aprendizado e trabalho coletivo dedicado à excelência na publicação acadêmica.

Enfim, este trabalho não seria possível sem vocês.

Esta tese foi produzida durante a pandemia de covid-19. Por isso, agradeço aos profissionais de saúde pelo exaustivo trabalho na tentativa de salvar vidas. Ao mesmo tempo, sou grato a todas as pessoas que levaram a sério as medidas de contenção da pandemia, não espalharam desinformação ou contribuíram com aglomerações.

RESUMO

RAUBER, Marcelo Artur. **Prato principal: terras indígenas – O início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014)**. 2021. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

Na década de 2010, a questão das demarcações de terras indígenas ganhou notoriedade na sociedade brasileira, destacando-se pelo antagonismo de parlamentares do Congresso Nacional. Instigados por tamanha atenção que o tema ganhava, especialmente da Bancada Ruralista, organizada oficialmente na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), buscamos explorar esse movimento de contestação das demarcações, principalmente as primeiras ações coletivas realizadas pelos parlamentares da FPA, identificadas durante a 54ª Legislatura (2011-2015). Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a atuação da FPA para questionar o reconhecimento de terras indígenas, procurando também identificar os grupos sociais envolvidos nesse processo. Para isso, examinamos documentos do Congresso Nacional, principalmente de comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como atas de reuniões, Arquivo Sonoro e registros audiovisuais de reuniões. Além disso, analisamos diversas fontes de notícias, pesquisando eventos relevantes sobre o tema, sobretudo de mobilizações de rua contra demarcação de terras indígenas. Em 2019, foi realizado trabalho de campo no Congresso Nacional, com o propósito de conhecer o funcionamento das comissões permanentes. Evidenciamos que, na tramitação da PEC nº 215/2000, uma das principais pautas da FPA naquele período, houve expressão, em um primeiro momento, dos limites da contestação do reconhecimento de terras indígenas, demonstrando-se um quadro bastante distinto da tramitação do novo Código Florestal. As comissões permanentes se revelaram como espaços importantes para discussões sobre o tema, reunindo e articulando grupos interessados em questionar as demarcações, além de serem instrumentos relevantes para pressionar o governo federal em relação a essa pauta. Dezenas de mobilizações de rua foram realizadas contra o reconhecimento de terras indígenas no ano de 2013, que expressaram conflitos relacionados a processos de demarcações em curso e tiveram como principais promotoras as entidades sindicais, tanto ligadas ao patronato rural da agropecuária como aos trabalhadores rurais e da agricultura familiar. A FPA também conduziu uma mobilização nacional contra a demarcação de terras indígenas em junho de 2013, tendo as entidades sindicais do Sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) como importantes realizadoras dessas manifestações de rua. Entre os grupos sociais envolvidos nas audiências públicas sobre o tema, destacaram-se agropecuaristas em litígio com demarcações de terras indígenas, principalmente aqueles organizados em coletivos criados para o enfrentamento das demarcações, entidades sindicais (patronais e de trabalhadores rurais e da agricultura familiar) e prefeitos, além de especialistas convidados para contribuir na fundamentação dos argumentos contra o reconhecimento de terras indígenas.

Palavras-chave: Demarcações de terras indígenas. Conflitos fundiários. Política fundiária. Agronegócio. Congresso Nacional. Bancada Ruralista.

ABSTRACT

RAUBER, Marcelo Artur. **Indigenous lands as the “main course”: the beginning of the dispute for indigenous territorial rights initiated by the Parliamentary Front of Agriculture (2011-2014)**. 2021. Dissertation (Doctorate of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

In the decade of 2010, the matter of demarcation of indigenous territories achieved notoriety in the Brazilian society, especially because of the antagonism of congressmen in the National Congress. Instigated by such attention to this topic, mainly of the Rural Caucus, which had been officially organized at the Parliamentary Front for Agriculture (FPA), we aim to exploit this movement of contestation of the demarcations, especially the first collective actions that were held by congressmen from FPA that were identified during the 54th Legislature (2011-2015). Under this context, the objective of this study is to analyze the performance of FPA, in order to question the acknowledgement of indigenous territories, and, also, aiming to identify the social groups that are involved in this process. In order so, there were examined documents from the National Congress, especially the ones from permanent commissions of the Chamber of Deputies and the Federal Senate, as minutes of meetings, audio files and audiovisual records. Moreover, diverse news sources were analyzed, by researching relevant events on the topic, mainly about mass mobilization on streets against the demarcation of indigenous territories. In 2019, there was also fieldwork at the National Congress, in order to get to know the functioning of permanent commissions. We highlight that during the processing of the Proposed Amendment to the Constitution (PEC) n. 215/2000, one of the main agendas of FPA during that period is that there was expression, on a first moment, of the limits of the contestation of the acknowledgement of indigenous territories, and it demonstrated to be a very distinct picture of the processing of the new Forest Code. The permanent commissions proved to be important opportunities for discussion on the topic, gathering and articulating groups that are interested in questioning the demarcations, beyond being important instruments to push the Federal Government on this topic. Dozens of street mobilizations, against the acknowledgement of indigenous territories, were also held in 2013, and they expressed conflicts that were related to ongoing processes of demarcation, and that had as main sponsors, the labor unions, not only related to rural employers from family farming. FPA also conducted a national mobilization against the demarcation of indigenous territories in June, 2013, and the labor unions from the Brazilian Agriculture and Livestock Confederation (CNA) were important executors of the street mobilizations. Among the social groups that were involved in the public hearing on the topic, it was stood out the farmers that were in litigation with the demarcation of indigenous territories, mainly the ones that had been organized in groups for the facing of demarcations, labor unions (employers, rural workers and family farming's) and mayors, as well as guest specialists, in order to contribute for the reasoning of arguments against the acknowledgement of indigenous territories.

Keywords: Demarcation of indigenous lands. Land conflicts. Land Policy. Agribusiness. National Congress. Rural caucus.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Pauta exportadora brasileira (2001-2015)	40
Figura 2. Balança comercial brasileira US\$ (2001-2015)	40
Figura 3. Capa da revista <i>Produtor Rural</i> , da Famato (Sistema CNA), de outubro de 2008	77
Figura 4. Publicação de portarias de constituição de grupo técnico (GT) e de delimitação de terra indígena (TI) pela Fundação Nacional do Índio (Funai) – 1997-2015	81
Figura 5. Número de retomadas realizadas por indígenas (2003-2013)	82
Figura 6. Publicação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na rede social <i>Twitter</i> declara que demarcações de terras indígenas foram prato principal de reunião realizada em sua sede, em Brasília (DF), em 27 de novembro de 2012	82
Figura 7. Ministro da agricultura participa de reunião-almoço da FPA, em 10 de outubro de 2013	85
Figura 8. Indígenas no Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados, em 16 de abril de 2013	99
Figura 9. Audiência pública em Passo Fundo (RS) sobre demarcação de terras indígenas, no Sindicato Rural de Passo Fundo (Sistema CNA)	130
Figura 10. Audiência de deputados com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em 11 de setembro de 2013	151
Figura 11. Audiências públicas realizadas a partir da viagem de deputados da CINDRA ao estado do Rio Grande do Sul em junho de 2013	153
Figura 12. Audiência pública conjunta das comissões de agricultura do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, realizada em 21 de outubro de 2011, em Porto Alegre (RS)	161
Figura 13. Público presente na audiência pública promovida por deputados da FPA em Vicente Dutra (RS) (A) e passeata realizada após a reunião (B)	170
Figura 14. Audiências públicas sobre demarcações de terras indígenas em comissões permanentes do Congresso Nacional e da Comissão Especial da PEC nº 215/2000 durante a 53ª e 54ª Legislaturas	172
Figura 15. Bloqueio de rodovia em Sananduva (RS) contra a terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha em 1º de março de 2013	181
Figura 16. Manifestação em Mato Castelhanos (RS), em 1º de março de 2013	182
Figura 17. Chamada da Famato (A) e Famasul (B) para os atos públicos do dia 14 de junho de 2013 contra demarcação de terras indígenas	189
Figura 18. Divulgação da mobilização nacional do dia 14 de junho de 2013 em Santa Catarina	190
Figura 19. Protesto na sede regional da Funai (Passo Fundo – RS), em 12 de julho de 2013	201

Figura 20. Manifestação em frente ao prédio da sede da Funai em Campo Grande (MS), em 19 de novembro de 2013	202
Figura 21. Mobilização de 11 de julho (A) e 16 de julho de 2013 (B) na praça central do município de Sananduva (RS)	203
Figura 22. Protesto em frente ao Palácio da Justiça, sede do Ministério da Justiça, em Brasília (DF), no dia 6 de novembro de 2013	205
Figura 23. Bloqueio da SC-283 em protesto contra demarcação de terras indígenas, em 6 de novembro de 2013	207
Figura 24. Bloqueio da rodovia ERS-126, que liga Sananduva a Lagoa Vermelha, em protesto contra homologação de terra indígena em 6 de novembro de 2013	207
Figura 25. Audiência pública em Passo Fundo (RS) sobre demarcações de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas em 26 de setembro de 2013 que antecedeu a passeata	209
Figura 26. Audiência pública (A) e protesto (B) realizado em São João do Caru (MA), no dia 20 de dezembro de 2013	211
Figura 27. Distribuição no território nacional das mobilizações de rua contra as terras indígenas realizadas ao longo do ano de 2013	212
Figura 28. Mobilizações de rua contra terras indígenas realizadas ao longo de 2013 nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	213
Figura 29. Participações em reuniões públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014) (números absolutos)	222
Figura 30. Reunião da Comissão de Assuntos Fundiários da Famato em 19 de março de 2014 com palestra de Lorenzo Carrasco	233
Figura 31. Participação de dirigentes sindicais em reuniões públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014)	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Audiências públicas CAPADR/CD e CRA/SF sobre demarcações de terras indígena em 2013	164
Tabela 2. Resultados eleitorais dos deputados Luis Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) no município de Vicente Dutra (RS) – 2010 e 2014	168
Tabela 3. Participações por categoria em reuniões públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014)	222
Tabela 4. Saldo eleitoral dos deputados Luis Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) em municípios com atividades parlamentares sobre demarcações de terras indígenas – votos das eleições de 2010 e 2014	250

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição regional de parlamentares considerados ruralistas no início da 54ª Legislatura	61
Quadro 2. Distribuição regional de parlamentares signatários da FPA em março de 2011 (54ª Legislatura)	62
Quadro 3. Composição partidária de parlamentares considerados ruralistas no início da 54ª Legislatura	63
Quadro 4. Composição partidária dos signatários da FPA em março de 2011 (54ª Legislatura)	63
Quadro 5. Distribuição regional dos deputados signatários do requerimento de CPI para investigar a atuação da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e de titulação de territórios quilombolas (Requerimento de CPI nº 22/2013)	84
Quadro 6. Composição partidária dos signatários do requerimento de CPI para investigar a atuação da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e de titulação de territórios quilombolas (Requerimento de CPI nº 22/2013)	84
Quadro 7. Composição do Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas (GTERRAS)	101
Quadro 8. Reuniões do Grupo de Trabalho Destinado a Debater a Questão das Terras Indígenas (GTERRAS) – Comissão de Legislação Participativa	102
Quadro 9. Audiências públicas realizadas a partir da Comissão Especial da PEC nº 215/2000 em 2014	109
Quadro 10. Reuniões públicas sobre demarcação de terras indígenas realizadas em 2011 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados	125
Quadro 11. Reuniões públicas sobre demarcação de terras indígenas realizadas em 2012 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados	129
Quadro 12. Reuniões públicas sobre demarcação de terras indígenas realizadas em 2013 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados	136
Quadro 13. Reuniões públicas sobre demarcação de terras indígenas realizadas em 2014 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados	139
Quadro 14. Votações de requerimentos de convocação de ministros de Estado na CAPADR em 2013 e 2014	140
Quadro 15. Presidência da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)	147
Quadro 16. Audiências públicas e mesa redonda realizadas no âmbito da CINDRA, em 2013	154
Quadro 17. Audiências públicas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal durante a 54ª Legislatura a respeito de demarcações de terras indígenas	159

Quadro 18. Manifestações de rua de agropecuaristas contra as demarcações de terras indígenas realizadas no primeiro semestre de 2013, excluindo-se a mobilização nacional do mês de junho	180
Quadro 19. Manifestações de rua da Mobilização Nacional pela revisão e suspensão de demarcações de Terras Indígenas em 14 de junho de 2013	192
Quadro 20. Mobilizações de rua contra terras indígenas entre julho e dezembro de 2013	199
Quadro 21. Prefeitos e organizações presentes nas audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014)	224
Quadro 22. Organizações de agropecuaristas identificadas em audiências públicas do Congresso Nacional e em mobilizações de rua contra terras indígenas (2011-2014)	227
Quadro 23. Participação das bancadas regionais de deputados federais em audiências da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014)	238
Quadro 24. Participação das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em audiências da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014)	240
Quadro 25. Número de reuniões a respeito de demarcações de terras indígenas em que senadores(as) discursaram na CRA/SF CAPADR/CD e CINDRA/CD (2011-2014)	243
Quadro 26. Deputados federais com quatro ou mais participações em audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014)	246

LISTA DE SIGLAS

Apib: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ABCZ: Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu
Abrapa: Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
Aprosoja: Associação Brasileira dos Produtores de Soja
CAPADR: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento
CD: Câmara dos Deputados
CINDRA: Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
CNA: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
Contag: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRA: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DCD: Diário da Câmara dos Deputados
DEM: Democratas
Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Faep: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Paraná
Faepa: Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
Faesc: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
Famasul: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul
Famato: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
Farsul: Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetaesc: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado de Santa Catarina
Fetag-RS: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
Fetraf-Brasil: Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fetraf-Sul: Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FPA: Frente Parlamentar da Agropecuária
Funai: Fundação Nacional do Índio
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA: Instituto Pensar Agropecuária
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDT: Partido Democrático Trabalhista

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
PHS: Partido Humanista da Solidariedade
PIB: Produto interno bruto
PL: Projeto de Lei Ordinária
PLP: Projeto de Lei Complementar
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN: Partido da Mobilização Nacional
PP: Partido Progressista
PPB: Partido Progressista Brasileiro
PPS: Partido Popular Socialista
PR: Partido da República
PRB: Partido Republicano Brasileiro
PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSC: Partido Social Cristão
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSL: Partido Social Liberal
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTC: Partido Trabalhista Cristão
PTdoB: Partido Trabalhista do Brasil
PV: Partido Verde
SF: Senado Federal
SPI: Serviço de Proteção aos Índios
SRB: Sociedade Rural Brasileira
UDR: União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – ESTADO, AGRONEGÓCIO E FOME DE TERRAS	27
1.1 MODERNIZAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO: ESCOLHENDO QUEM VENCE E QUEM PERDE	28
1.2 ANOS 2000: A REESTRUTURAÇÃO DA “ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO”	38
1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE MODERNIZAÇÃO, AGRONEGÓCIO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	47
CAPÍTULO II – FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA: TRAJETÓRIA, CARACTERIZAÇÃO, SEU PODER E SUAS PAUTAS	49
2.1 RURALISTAS NO CONGRESSO NACIONAL	50
2.2 FRENTE PARLAMENTARES E A FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA	57
2.3 A ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA NAS MUDANÇAS DO CÓDIGO FLORESTAL	67
2.4 DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS ENTRAM NA PAUTA DA FPA	73
2.5 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A ATUAÇÃO DA FPA E DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS	87
CAPÍTULO III – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215/2000: DAS ORIGENS À COMISSÃO ESPECIAL	91
3.1 ORIGEM E TRAMITAÇÃO	92
3.2 AS ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A DEBATER A QUESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS – GTTERRAS	100
3.3 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESPECIAL DA PEC Nº 215/2000 EM 2014	107
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAMITAÇÃO DA PEC Nº 215/2000	114
CAPÍTULO IV – TERRAS INDÍGENAS NA PAUTA DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL – 54ª LEGISLATURA (2011-2015)	117
4.1 TERRAS INDÍGENAS NA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (54ª LEGISLATURA)	122
4.2 O USO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA (CINDRA) E A SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS (2013)	144
4.3 DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA PAUTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA) DO SENADO FEDERAL (54ª LEGISLATURA)	158
4.4 “TUDO O QUE NÃO PRESTA”: AS AÇÕES DA FPA CONTRA AS DEMARCAÇÕES GANHAM REPERCUSSÃO	164

4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA A PAUTA DAS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS	171
CAPÍTULO V – NA RUA CONTRA AS TERRAS INDÍGENAS	177
5.1 AS PRIMEIRAS MOBILIZAÇÕES DE RUA CONTRA TERRAS INDÍGENAS DE 2013	179
5.2 MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA REVISÃO E SUSPENSÃO DE DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS	187
5.3 DEPOIS DE JUNHO DE 2013	199
5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MOBILIZAÇÕES DE RUA CONTRA AS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS	215
CAPÍTULO VI – QUEM É QUEM NA CONTESTAÇÃO DO DIREITO TERRITORIAL INDÍGENA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO CONGRESSO NACIONAL (2011-2014)	219
6.1 UM OLHAR GERAL SOBRE OS CONVIDADOS E DEMAIS PARTICIPANTES	221
6.2 OS PARLAMENTARES FEDERAIS ENVOLVIDOS NA CONTESTAÇÃO DAS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS (2011-2014)	237
6.3 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE PARTICIPANTES E PARLAMENTARES ENVOLVIDOS NA CONTESTAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS	261
APÊNDICE	293
Apêndice 1. Projetos de Decreto Legislativo (PDC) relacionados a terras indígenas aprovados no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados durante a 53ª Legislatura (2007-2011)	293
Apêndice 2. Atividades CAPADR a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014)	294
Apêndice 3. Participantes de audiências públicas e mesas redondas sobre demarcações de terras indígenas de 2011 a 2014, por ordem cronológica – CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA	296
Apêndice 4. Participantes das audiências públicas da Comissão Especial PEC nº 215/2000	328
Apêndice 5. Manifestações de rua de agropecuaristas contra as demarcações de terras indígenas realizadas ao longo de 2013	337
Apêndice 6. Deputados favoráveis à admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000	339
Apêndice 7. Número de audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014) em que os deputados federais discursaram (do total de 24 atividades)	340

Apêndice 8. Participação das bancadas estaduais em audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011- 2014)	341
Apêndice 9. Bancadas partidárias (A), estaduais e regionais (B) do Congresso Nacional, em 2011	342
Apêndice 10. Participações das bancadas partidárias em audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014)	343
ANEXO	345
Anexo A. Entidades parceiras da Frente Parlamentar da Agropecuária	345
Anexo B. Reuniões/atividades relacionadas às demarcações de terras indígenas da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) em 2013	346
Anexo C. Composição da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000 na 54ª Legislatura	348
Anexo D. Tratoração contra demarcação de terras indígenas realizado em Sete Quedas (MS) em 8 de março de 2013	349
Anexo E. Distribuição das vagas dos partidos nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura, em 2011 - Ato da Mesa nº 1, de 2011	351
Anexo F. Distribuição das vagas dos partidos nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura, em 2013 - Ato da Mesa nº 87, de 2013	352
Anexo G. Composição final e distribuição das vagas por bloco partidário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2011	353
Anexo H. Composição final e distribuição das vagas por bloco partidário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2012	354
Anexo I. Composição final e distribuição das vagas por bloco partidário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2013	355
Anexo J. Composição final e distribuição das vagas por bloco partidário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2014	356

INTRODUÇÃO

Não há dúvidas de que o tema das demarcações de terras indígenas e conflitos associados a elas ganharam notoriedade nos últimos anos. No início de 2014, a questão teve destaque na imprensa nacional quando divulgado que deputados gaúchos declararam, em audiência pública no anterior, que indígenas e quilombolas eram “tudo que não presta”, e incitaram os agricultores para que tomassem as próprias medidas contra as ações do movimento indígena. De 2015 a 2017, o assunto também foi objeto de dois inquéritos parlamentares na Câmara dos Deputados, que investigaram tanto os processos de demarcação de terras indígenas como de titulação de territórios quilombolas. Em 2018, a matéria ainda ganhou relevo em discursos de presidentiáveis. Somados a tudo isso, os processos de reconhecimento de terras indígenas estavam praticamente paralisados.

Instigados por tamanha atenção que o tema ganhava, especialmente da Bancada Ruralista, organizada oficialmente na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), buscamos explorar esse processo de contestação das demarcações de terras indígenas. Mas quando os inquéritos parlamentares foram realizados, a questão parecia já estar bastante avançada. Com o progresso na análise, retrocedemos no tempo, convergindo para diversas ações realizadas anos antes dessas ações mais notórias e recentes. Na medida em que diferentes aspectos eram analisados, mais nossas atenções se dirigiam para a 54ª Legislatura (2011-2015), especialmente para o ano de 2013. O recorte coincide tanto com o primeiro mandato de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), na Presidência da República, como com a decadência das homologações de terras indígenas e o crescimento de conflitos relacionados às demarcações. Assim, detivemos nossa atenção para esse período, demonstrando que, de fato, havia muito a ser estudado entre 2011 e 2014.

Vale informar que este não foi o projeto de pesquisa originalmente apresentado, em 2016, para a seleção de doutorado. A proposta, na verdade, estava com o olhar voltado para o outro “lado”, o movimento indígena do Rio Grande do Sul que, nas últimas décadas, parecia-nos ter produzido experiências ricas de afirmação política e cultural. Mas o Brasil estava mudando. Em 2017, vimos diversas políticas públicas para o meio rural serem desmanteladas pelo governo federal, então comandado por Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), e observamos a paralisação total das demarcações — assim como em 2014, nenhuma terra indígena foi homologada em 2017. Nesse contexto, novas questões, que pareciam urgentes, impuseram-se. Era preciso olhar para o passado recente, para o outro “lado” da questão e, assim, uma mudança do enfoque da pesquisa foi inevitável. Se a demanda por terras indígenas não estava esgotada, por que as demarcações não prosseguiram? Quem ou quais grupos sociais estavam envolvidos nesse processo de contenção das demarcações de terras indígenas? Quando esse processo se iniciou e, afinal, como havíamos chegado nesse cenário tão desfavorável às demandas por terra dos povos indígenas?

Desse modo, o objetivo deste trabalho foi analisar a contestação do direito territorial indígena tendo como referência a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que demonstrou ser ator-chave neste processo. A FPA é um grupo de interesse suprapartidário que, como já mencionado, reúne especialmente os parlamentares ruralistas do Congresso Nacional, que, por sua vez, estão associados à defesa dos interesses dos setores agroindustriais e do patronato da agropecuária. Importantes trabalhos, a exemplo de Bruno (2017a; 2021), Pompeia (2018; 2020a), Pereira (2018), Dalla Costa (2019) e Carneiro (2020), já apontaram essa associação de parlamentares como um operador relevante do questionamento das demarcações de terras indígenas. Assim, a partir da FPA, buscamos analisar os interesses envolvidos nesses conflitos, os grupos sociais relacionados com essa Frente, os mecanismos de representação política e as

estratégias de ação coletiva na disputa do Estado e da política fundiária do país.

Tendo em vista que procuramos investigar o período em que o tema ainda não era considerado central pela FPA, as atividades enfocadas neste trabalho podem ser entendidas como o prelúdio do movimento de contestação das demarcações de terras indígenas que se tornaria mais consistente e articulado na legislatura seguinte, com a realização dos mencionados inquéritos parlamentares e do importante aumento de propostas legislativas relacionadas ao tema (CAVALLI, 2018) ou, ainda, pela ascensão de indivíduos desse processo a posições-chave do Poder Executivo federal relacionadas à demarcação de terras indígenas a partir de 2016¹.

É importante lembrar que, apesar de sua constitucionalização em 1988, a questão do direito territorial indígena não foi pauta pacífica durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Naquele contexto, o principal antagonista das demarcações foi o setor de mineração, que procurou intervir no texto constitucional sobre a matéria. Parlamentares opositores também se referiam à questão como um risco à soberania nacional e ao envolvimento de interesses internacionais, relacionando o tema com a Amazônia (ZANINI, 2014).

Apesar dessa associação com supostas aspirações de estrangeiros ou mesmo com o “comunismo”, os principais preceitos do direito territorial indígena foram estabelecidos durante a ditadura militar (1964-1985). A Constituição federal de 1967 definiu “as terras ocupadas pelos silvícolas” como bens da União (inciso IV, art. 4º) (BRASIL, 1967), enquanto a categoria jurídica “terras indígenas” e a determinação de sua demarcação surgiu com o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973). No entanto, os sucessivos governos militares represaram dezenas de homologações de terras indígenas ao longo das décadas de 1970 e 1980, que acabaram tendo seu processo concluído apenas com o governo do primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960, Fernando Collor de Mello, que homologou mais de uma centena de processos demarcatórios. Contudo, como exploramos neste trabalho, não herdamos apenas os marcos legais da política indigenista dos governos militares, mas também a estrutura fundiária latifundista em diversas regiões, que passaram a ser novas fronteiras de colonização e exploração econômica, impactando diversos povos originários.

Ainda que tenhamos definido o recorte temporal na 54ª legislatura (2011-2015), é importante ressaltar que não foi nessa Legislatura que se inaugurou o questionamento das terras indígenas por parlamentares de modo organizado. Com o avanço das demarcações na década de 1990, principalmente na Amazônia Legal, surgiram reações de parlamentares federais da região Norte do país, que buscaram antagonizá-las. Naquele período, uma das formas que encontraram de pressionar o governo em relação ao tema foi a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1999.

Em meados da década de 2000, como veremos neste trabalho, começaram as mobilizações regionais em relação às demarcações de terras indígenas em estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Naquele momento, as federações estaduais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizaram os primeiros eventos sobre o tema e a CNA formulou noções jurídicas para questionar as demarcações, principalmente no âmbito do Poder Judiciário. Em 2013, após a conclusão da tramitação do novo Código Florestal, deputados da FPA fizeram a primeira tentativa de instalar uma CPI para investigar a atuação da Funai e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e mencionaram no requerimento que consideravam que a principal questão fundiária, em 2012, era a indígena.

A análise das atividades da Comissão da Comissão de Agricultura, Pecuária,

¹ Entre diversos outros exemplos, podemos citar o fato do atual presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier da Silva, ter assessorado oficialmente parlamentares da FPA na CPI da Funai e do Incra, durante a 55ª Legislatura (2015-2019).

Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), comissão permanente da Câmara dos Deputados, também nos revela que nos anos 2000 já tramitavam diversas propostas legislativas relacionadas às demarcações. Mas como buscamos sustentar, apenas quando foi concluída a parte principal da tramitação do novo Código Florestal, na 54^a legislatura, que se iniciaria um conjunto de ações consistentes e planejadas de parlamentares da FPA visando constringer e paralisar as demarcações de terras indígenas.

No entanto, os parlamentares da FPA não atuavam em uma iniciativa isolada. Um olhar mais apurado nos revela um conjunto amplo de indivíduos e grupos sociais que cumpriu diferentes papéis nesse processo de contestação das terras indígenas. Nesse contexto, além do diálogo com a literatura especializada, recorreremos ao conceito de figuração social de Elias (2001) para contribuir com as reflexões a respeito das relações sociais estabelecidas para a contestação do direito territorial indígena. Esse conceito (que em determinadas traduções é apresentado como “configuração”) é de grande relevância na obra do autor, sendo amplamente utilizado para analisar uma formação social de elite (a corte francesa) em *A Sociedade de Corte*, primeiro trabalho de fôlego do autor. Para Elias (2001), uma figuração é uma formação social cujas dimensões podem ser muito variáveis, em que indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões. A partir desse conceito, são colocadas como centrais as redes de dependência recíprocas que “fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, porém, modificando, por sua vez, a própria imagem do jogo social” (CHARTIER, 2001, p. 13).

De modo geral, o conceito figuração de Elias (2001) permite analisarmos as conexões que uma figuração de aliados possui, além de refletir sobre os vínculos que estabelecem com outros polos de uma disputa política mais abrangente. Assim, procuraremos pensar sobre as relações de reciprocidade, antagonismo e colaboração estabelecidas na contestação das demarcações de terras indígenas, tomando como referência a Frente Parlamentar da Agropecuária.

Elias (2008) também nos desperta para refletir a respeito das disputas com diferentes polos de poder (multipolares), não restringindo a análise a apenas um polo dominante, que condiciona outros indivíduos em nível de poder mais baixo e semelhante. Assim, buscamos considerar os parlamentares da FPA em uma figuração social de aliados e, por vezes, pensar sobre a atuação desse grupo parlamentar em uma figuração social mais ampla, em uma disputa multipolar, na qual os outros centros ou polos são o movimento indígena e seus apoiadores, o Poder Executivo federal, as entidades patronais da agropecuária, as entidades sindicais e os agropecuaristas em litígio com as terras indígenas, cada qual com seus interesses e anseios em relação à pauta das demarcações.

Outra questão relevante levantada por Elias (2008) é o cuidado na observação das diferentes proporções de poder nas relações entre grupos ou indivíduos. Por mais desigual que seja o equilíbrio de poder em uma determinada figuração, na qual um grupo ou indivíduo possui grande proporção de controle e consegue determinar os movimentos dos demais envolvidos (ou mesmo o decurso do jogo), seu domínio não é absoluto. Se os demais grupos ou indivíduos em questão exercessem força zero na disputa, não haveria jogo. Apesar da alta influência no curso de uma disputa (ou mesmo sobre seu resultado) por uma determinada pessoa ou grupo, seu controle não é total e suas ações ainda são condicionadas por outras pessoas ou grupos com quem se relaciona. Em uma figuração, por exemplo, os vínculos podem formar constelações que limitam as possibilidades de controle de um grupo ou indivíduos com maior proporção de poder (ELIAS, 2008). Desse modo, as conexões também são percebidas com caráter processual (e não como estado) e a teia de relações humanas não é considerada estática, mudando quando se altera a distribuição de poder.

A compreensão relacional do poder em Elias (2008) e suas contribuições para pensar disputas por meio de modelos de jogos também se demonstraram especialmente pertinentes para analisar o conflito em torno das demarcações de terras indígenas. Para o autor, o poder “não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas — de todas as relações humanas” (ELIAS, 2008, p. 81). Assim, quando nos referirmos à disputa, às ações tomadas ao longo do jogo político envolvendo as demarcações, pensamos a partir de seu caráter processual, de ações que, mesmo em situações de desvantagem, condicionam as ações posteriores. Isso é pertinente para estudar a contenda envolvendo indivíduos que atuam em condição de desvantagem política, como frequentemente é o caso do movimento indígena.

Nesse contexto, teremos os parlamentares da FPA e sua atuação como ponto de partida para estudo dos diferentes grupos sociais envolvidos. Para tanto, nossa análise partirá de três questões principais: a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000, que pretende transferir a competência de homologação de terras indígenas para o Congresso Nacional; a atuação dos parlamentares nas comissões permanentes do Poder Legislativo federal, concentrando-se nas atividades realizadas entre 2011 e 2014; e as mobilizações de rua contra demarcações de terras indígenas realizadas no período, notadamente em 2013. Cada um desses pontos nos revela elementos diferentes, complementando-se e levando a um quadro mais completo da disputa em torno das demarcações.

Para isso, um conjunto amplo de fontes foi utilizado, especialmente, documentos do Congresso Nacional e notícias relacionadas ao tema. Dentre os documentos, estão os relatórios de atividades publicados anualmente pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, os Relatórios da Presidência do Senado Federal, além de atas de reuniões, Arquivo Sonoro da Câmara dos Deputados e registros audiovisuais de reuniões de comissões permanentes do Senado Federal. Para complementação de informações, também foram realizadas consultas ao Arquivo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Quanto às fontes de notícias, destacamos as matérias do portal *Notícias Agrícolas*, e as reportagens do *Canal Rural*² e do canal *Terraviva* (grupo Bandeirantes), todos dedicados à cobertura de questões de interesse do agronegócio. A ferramenta de busca avançada da rede social *Twitter* também contribuiu para explorar as principais fontes de informações, como os portais de notícias mencionados, além de perfis de parlamentares e da FPA. Com isso, foi possível confirmar e identificar eventos de interesse desta pesquisa. Ademais, consultamos as biografias dos parlamentares disponíveis nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No primeiro semestre de 2019, ainda foi realizado trabalho de campo no Congresso Nacional, em Brasília (DF), visando compreender a dinâmica geral do Legislativo Federal e, principalmente, o funcionamento das comissões permanentes. Foram acompanhadas as atividades da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento (CAPADR) da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal. Nas reuniões assistidas presencialmente, também foi possível encontrar vários dos atores de importantes ações identificadas neste trabalho e observar sua atuação.

No capítulo I, mostramos que a ascensão da Frente Parlamentar da Agropecuária como importante força política na década de 2000 não se deu de forma isolada ou por mera iniciativa de um grupo de parlamentares. O surgimento de uma bancada de representantes do patronato

² Até fevereiro de 2013, o *Canal Rural* pertencia ao Grupo RBS, conglomerado de mídia que possui emissoras de rádio e televisão (como a *RBS TV* e a rádio *Gaúcha*) e jornais, como o *Zero Hora*. A partir de então, o canal passou a pertencer à J&F Investimentos, *holding* então presidida por Joesley Batista, que também controla o frigorífico JBS (PRESIDENTE DA HOLDING J&F..., 2013).

rural e do setor agroindustrial é um processo parcial de mudanças mais amplas ocorridas na sociedade brasileira e está ligado ao desenvolvimento da agropecuária e das chamadas indústrias a montante e a jusante ocorrido desde a década 1970, incentivado principalmente pelo crédito subsidiado e, no período mais recente, pelo aumento da demanda de *commodities* agrícolas (DELGADO, 2012). Assim, compreendemos os processos econômicos, políticos e sociais como interligados e interdependentes. A intenção, é demonstrar que processos como a modernização agrícola são consequência de políticas econômicas condicionadas por um dado contexto político e social, enquanto esse modelo de desenvolvimento também é gerador de novos grupos sociais e interesses políticos. Assim, chegamos à década de 2010 com um conjunto de grandes mudanças no setor agropecuário e agroindustrial, que se refletiram na representação de interesses no Congresso Nacional.

No segundo capítulo, apresentamos e analisamos a FPA, demonstrando sua relevância no contexto do Congresso Nacional desde a redemocratização e seu ponto de atuação-chave no final da década de 2000 e início da década de 2010: a tramitação do novo Código Florestal. Encerrado este importante processo, mostramos que a questão das terras indígenas entra na agenda prioritária da Frente, transformando-se no “prato principal” das reuniões-almoço da FPA, que passa a utilizar diversos recursos legislativos para abordar o tema, com seus parlamentares buscando reproduzir parte da experiência de atuação na legislação ambiental.

No terceiro capítulo, analisamos o avanço de uma das principais pautas da FPA para as demarcações de terras indígenas: a PEC nº 215/2000. Veremos que a PEC tem origem em um movimento político anterior de contestação das demarcações, relacionado a já mencionada CPI da Funai, realizada em 1999. A tramitação dessa proposta transparece as limitações da mobilização política dessa agenda e do poder da FPA, além de evidenciar a atuação de outro ator relevante nessa disputa: o movimento indígena.

Tendo em vista que a tramitação de propostas legislativas não foi a única forma pela qual a FPA abordou o tema, analisamos, no capítulo IV, sua atuação nas comissões permanentes, espaço de poder relevante do Congresso Nacional. Veremos que a atuação nas comissões foi fundamental para pressionar o Poder Executivo, assim como é possível constatar o aumento do número de atividades relacionadas às demarcações de terras indígenas no período entre 2011 e 2014.

Outra forma de atuação que se demonstrou importante no antagonismo às demarcações foram as mobilizações de rua, objeto de análise do capítulo V. As mobilizações de rua contra as terras indígenas ocorreram em pelo menos dez estados brasileiros, principalmente em 2013, expressando tanto conflitos regionais como a conjuntura política do país, de ascensão das manifestações de rua. Por meio dessas atividades, também evidenciamos as organizações sociais que tiveram a iniciativa dessas ações e o contexto em que aconteceram.

A partir das investigações dos capítulos anteriores, mas principalmente relativas às atividades das comissões permanentes, no sexto e último capítulo nos debruçamos na análise dos grupos sociais envolvidos na contestação das demarcações de terras indígenas, especialmente aqueles associados à FPA.

Assim, este trabalho visa contribuir com a compreensão das formas de atuação dos parlamentares da FPA no processo legislativo e junto ao Poder Executivo, os instrumentos utilizados, além de abordar a representação de interesses no Congresso Nacional. Nossa intenção é investigar os espaços de poder ocupados, a desproporção de recursos disponíveis para cada grupo social envolvido na contenda em torno das demarcações e os resultados obtidos durante o período aqui focado. Assim, nosso objetivo foi desvendar, ainda que parcialmente, como chegamos a esse contexto de total paralisação do reconhecimento de terras indígenas no país.

CAPÍTULO I – ESTADO, AGRONEGÓCIO E FOME DE TERRAS

“Falar em impacto da economia de mercado nas comunidades indígenas é eufemismo.”
(MARTINS, 1986, p. 17).

O processo de tomada de territórios dos povos originários não foi e não é uma mera relação de trocas econômicas, simples e pacíficas. Ou uma relação de intercâmbio contratualizada e negociada entre equivalentes. Ao menos no caso brasileiro, tais processos foram e são brutais, dolorosos e, frequentemente, fatais para comunidades inteiras (MARTINS, 1986). E não estamos falando dos tempos coloniais ou mesmo do Brasil Império, mas, sim, do período republicano. As chamadas “frentes de expansão da sociedade nacional” (RIBEIRO, 2017) — frentes extrativas, frentes de pecuária e frentes agrícolas — envolveram processos de dominação, exploração e extermínio, além de, com a legitimidade do Estado, imporem a propriedade privada da terra por onde passavam. Como considerou Alimonda (2011), os Estados nacionais independentes foram completando, ao longo dos séculos XIX e XX, a conquista e a ocupação territorial que a colonização ibérica havia deixado inconclusa.

Nas últimas décadas, o país passou por importantes transformações econômicas e sociais que alteraram, também, a representação política das elites agrárias brasileiras. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela chamada “modernização conservadora” que, de um lado, alavancou a adoção de mecanização e insumos agrícolas produzidos industrialmente através de financiamento público subsidiado e, por outro, promoveu a formação de grandes propriedades privadas sobre as novas áreas. A adoção de tecnologias ainda viabilizou a exploração de grandes extensões de terras, tomando o lugar de posseiros, meeiros e povos originários para dar lugar à exploração capitalista. Mas esse processo também levaria à reação dessas populações afetadas e à formação de movimentos políticos para contestação de tais processos.

Nesse contexto, nossa proposta é analisar o quadro geral das mudanças ocorridas no setor agropecuário e agroindustrial desde a década de 1970, as políticas públicas associadas a esses processos (notadamente as políticas agrícola e fundiária), refletindo ainda sobre o impacto dessas transformações sobre os povos originários. Nosso ponto de chegada será os anos 2000, década considerada por Delgado (2012) como período de reestruturação da “economia do agronegócio”, que reforçou a inserção primário-exportadora do Brasil e a reformulação do que o autor chama de “pacto de economia política do agronegócio”. Na década de 2000, a demanda por terras também cresceu, trazendo novamente a questão fundiária para a agenda política nacional.

A compreensão desses processos é importante, pois a acumulação de capital desse período levou a um novo posicionamento das elites agrárias e agroindustriais do país. Diante disso, também é importante termos em vista que acumulação de capital e representação política são processos interligados, uma vez que decisões políticas no que concerne à economia podem levar à projeção (ou favorecimento) de determinados grupos. Por outro lado, determinadas decisões são tomadas porque certos grupos sociais acessam espaços de decisão política, sendo também condicionados pelas elites políticas então existentes.

Nesse cenário, para além do aumento da produtividade e da intensificação do uso da terra, a adoção dos chamados pacotes tecnológicos também trouxe mudanças na representação política da agropecuária e agroindústria: “A modernização da agricultura criou novos personagens, articulou novos interesses que redefinem novas e velhas alianças que emergem numa teia de relações muito amplas e complexas.” (BRUNO, 1997, p. 63). Assim,

progressivamente, a modernização conservadora deu impulso à consolidação de toda uma camada de empresários agroindustriais no Brasil, que acumulou terras e outras formas de capital econômico. Esses setores ainda buscaram garantir a representação de seus interesses, seja mediante novas entidades representativas, que mantinham diálogo direto com o poder central, seja por meio do financiamento e projeção de seus representantes no parlamento.

Nosso objetivo também é chamar a atenção para o papel do Estado nesses processos. Através de múltiplos mecanismos (como o Direito, que nos interessa em especial neste trabalho), suas instituições, rotinas, políticas visíveis e invisíveis, é o “grande Distribuidor originário” que fundamenta os atuais conflitos de apropriação e distribuição (ALIMONDA, 2011). Ou, ainda, é o responsável pelas mediações e disputas políticas que levam à escolha dos beneficiados (e prejudicados) por suas ações e omissões, sendo reflexo das correlações políticas entre os grupos dominantes. É por intermédio do Estado que, ao longo da história, houve incentivo e/ou se legitimou o processo de expropriação de povos originários da América. É o Estado que estabelece as linhas gerais macropolíticas da gestão ambiental dos territórios subordinados a ele.

Analisar essas questões contribui para o entendimento da heterogeneidade e pluralidade dos agentes e interesses envolvidos quando tratamos de representação dos setores agrários e agroindustrial, e auxilia na compreensão do movimento político de contestação do direito territorial indígena por representantes do chamado *agronegócio*, que se inicia no final da década de 2000. Como veremos ao longo deste trabalho, a Frente Parlamentar da Agropecuária do Congresso Nacional vai muito além de representar os interesses de grandes proprietários de terras, possuindo relações com diversos grupos sociais. Empresas e muitas organizações políticas do setor agropecuário e agroindustrial que, por exemplo, na década de 2010, investiram em campanhas eleitorais dos integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e no Instituto Pensar Agropecuária (IPA), ligado à esta Frente, ascenderam economicamente a partir desses processos de modernização da agropecuária brasileira e ganharam ainda maior força ao longo da década de 2000. Vejamos, assim, algumas das razões para esses grupos sociais terem acumulado tamanho capital econômico e político.

1.1 MODERNIZAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO: ESCOLHENDO QUEM VENCE E QUEM PERDE

No contexto do debate da questão agrária, nas décadas de 1960 a 1980, estava em disputa o que era considerado “moderno” e “arcaico” no rural brasileiro (BRUNO, 1997). Partidários da reforma agrária na década de 1960 consideravam como arcaico o *latifúndio*, sendo o progresso econômico e social do país condicionado diretamente a seu parcelamento. Com a compreensão do governo federal de que havia ainda vastas áreas disponíveis e a forte resistência das elites agrárias, o fracionamento da grande propriedade foi sendo deixado de lado, usando-se da retórica da necessidade do povoamento, da colonização, do pioneiro. Assim, a concepção de desenvolvimento pela via do incremento tecnológico para exploração da grande propriedade fundiária acabou sendo produto da derrota da proposta de realização de uma reforma agrária ampla e *modernizante* (BRUNO, 1997).

Embora a integração técnica entre agricultura e indústria tenha ocorrido na Europa e nos Estados Unidos décadas antes, no Brasil ela seria impulsionada entre as décadas de 1960 e 1980, principalmente a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965 (DELGADO, 2012). Com crédito subsidiado, estimulou-se progressivamente a adoção dos pacotes tecnológicos da chamada “Revolução Verde”, aumentando a produtividade agropecuária através de cultivares geneticamente melhoradas, mecanização e agroquímicos,

como agrotóxicos e fertilizantes.

Como o período apontado denota, esse impulso pela modernização da agricultura se deu principalmente durante a ditadura militar (1964-1985). Os governos militares estruturaram todo um setor público para redução dos riscos produtivos e integração técnica agricultura-indústria (DELGADO, 2012). Foram mantidos os principais institutos do governo de Getúlio Vargas, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Centro do Trigo Nacional Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da Sunab (CTRIN-DTRIG), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Novas entidades também foram criadas nas décadas de 1960 e 1970: o já mencionado SNCR, a Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (Proagro). A Política de Garantia de Preços Mínimos ainda passou por reestruturação. Assim, os primeiros institutos atuavam em seus setores e regiões em associação a uma política agrícola e comercial mais geral.

A tratorização e a adoção de fertilizantes se daria amplamente apenas a partir da década de 1970, com um movimento paralelo de implementação, no país, de um setor industrial de insumos e bens de capital para a agricultura (a indústria a *montante*). A integração agricultura-indústria ainda foi impulsionada com a modernização da indústria processadora de produtos rurais e outros serviços (como transporte, armazenamento e comercialização), a *jusante* da agropecuária. Essa interação da agricultura com a indústria de bens de capital e os serviços de apoio constituíram o que se chamaria na década de 1980 e início de 1990 de “sistemas agroindustriais” ou “complexos agroindustriais” interligados (DELGADO, 2012). No entanto, essas transformações não se deram na totalidade do rural brasileiro, concentrando-se regional e socialmente, em especial nas regiões Sul e Sudeste, propagando-se de modo progressivo para o Centro-Oeste nos anos 1980 (DELGADO, 2012).

A agricultura intensiva em investimento de insumos e maquinário tem necessidade progressiva de maior capital de giro, tornando-se mais dependente de relações de crédito (DELGADO, 2012). Por consequência, a política bancária, estabelecida pelos próprios bancos ou em conjunto com o Estado, passa a ter cada vez mais importância, pois a definição das taxas de juros, prazos de resgates, carências, valores básicos de custeio, definição dos produtos e nível de tecnologia, também influencia na composição da produção a curto prazo. Nessa perspectiva, Delgado (2012) aponta para um crescente domínio financeiro regulando as condições de produção e formação de renda no setor agropecuário. Nesse processo de *financeirização* (DELGADO, 2012), o título de propriedade da terra se tornou um instrumento essencial para respaldo e acesso ao mercado de crédito — tendo este, assim, influência sobre o mercado de terras. Além disso, as próprias instituições financeiras passaram a investir na produção agrícola e no mercado de terras.

É importante considerar que os títulos fundiários davam respaldo para a tomada de crédito, reforçando o aumento da desigualdade social a partir dessa política agrícola, pois o crédito subsidiado se concentrava em torno de um pequeno grupo de grandes tomadores (PALMEIRA, 1989). Aproveitando-se desse acesso desigual, grandes grupos econômicos também passaram a investir na produção agrícola e agroindustrial, na expectativa de, igualmente, captar recursos públicos para aplicações financeiras mais rentáveis (PALMEIRA, 1989).

Com isso, as disparidades da agricultura brasileira (técnica, social e regional) foram mantidas e até mesmo acentuadas, conservando consigo ainda características do passado: “[...] o desenvolvimento capitalista no Brasil, de um lado, revoluciona os modos de produção e as relações sociais, de outro, carrega o passado” (BRUNO, 1991, p. 77). A modernização da

agricultura não se distanciou desse processo, com o consumo de tecnologias e manutenção de estruturas fundiárias e relações sociais arcaicas. No processo de mudanças e modernização, na nova realidade do meio rural,

novas e velhas formas de dominação e exploração convivem sem maiores escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário, atrás do banqueiro organiza-se a Associação de Criadores, atrás das Sociedades Anônimas decidem os clãs familiares, atrás do “rei da produtividade” flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador. (BRUNO, 1991, p. 89).

Delgado (2012) também evidencia a importância da política econômica (como a política monetária e financeira) para a regulação do lucro na agricultura. Na luta pela definição de ganhadores e perdedores, alguns podem auferir ganhos especiais, enquanto outros serão excluídos ou marginalmente atendidos pelas políticas públicas. Nesse contexto, o pacto político no período (1965-1985) levou à exclusão de grandes parcelas de pequenos produtores. Contribuiu para isso o fato de a formulação das políticas agrícolas e agrárias do período excluir os sindicatos e outras representações de trabalhadores e produtores familiares do projeto de modernização, aumentando a desigualdade de todo o sistema econômico, para além do próprio meio rural (DELGADO, 2012). A presença constante de lobistas profissionais representando interesses de indivíduos ou empresas nos governos militares também convertia interesses privados em interesses públicos (PALMEIRA, 1989).

A modernização agropecuária acabou preparando o caminho para uma integração de capitais mais profunda, levando à fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários. Do ponto de vista político, isso complexifica de forma semelhante a questão dos interesses dos grupos dominantes:

A integração entre os capitais e a internacionalização da economia muito contribuíram para a ampliação das alianças de classe e, em certa medida, romperam os espaços entre o rural e o urbano, tendendo a ocorrer em grandes blocos e forças sociais em escala nacional e internacional. Além de ampliar, estes fatos modificaram a própria noção de aliança de classe: a unidade entre as classes e grupos dominantes não é uma mera decorrência dos processos estruturais nem meras projeções das estruturas de classe, mas são também processos políticos e culturais que gestam novas forças políticas que sustentam e que renovam continuamente a exploração e a opressão de classe. (BRUNO, 1991, p. 77).

Outro aspecto relevante a ser analisado a respeito da modernização e financeirização é o mercado de terras. No processo de apropriação de terras, Delgado (2012) assinala para a perseguição de novas áreas pelos “ganhos de fundador”:

Há que distinguir dois aspectos do “negócio de terras” que realizam as instituições voltadas para este mercado. O primeiro é a realização das transações de compra e venda de estabelecimentos antigos, situados em zonas localizadas no interior do espaço econômico de antiga ocupação. Essa atividade assemelha-se ao comércio imobiliário geral. Há por outro lado, a incorporação crescente de áreas novas, seja nas zonas da chamada fronteira agrícola externa (as regiões novas e recém exploradas), ou, ainda, de áreas da chamada fronteira agrícola interna – zonas interiores às regiões de ocupação mais antiga, que, contudo, se conservam inexploradas por diferentes motivos. Nesse extenso espaço econômico, o capital financeiro persegue basicamente a captura dos “ganhos de fundador”. (DELGADO, 2012, p. 51).

Esses ganhos podem ser compreendidos, de maneira simplificada, como produto da diferença entre o preço da terra e o custo privado de sua implantação. Nesse movimento de

apropriação, existem instituições emissoras e negociadoras de direitos de propriedade — no caso do Brasil, são as imobiliárias rurais e as empresas de colonização. Vale lembrar que determinadas empresas e grupos econômicos foram favorecidos nesse processo, sendo beneficiários exclusivos de renda da terra capitalizada (DELGADO, 2012). Assim, o papel do Estado nesses empreendimentos foi de patrocinar a formação de patrimônios e captura de ganhos de fundador (DELGADO, 2012) — e, poderíamos adicionar, de legitimação desse da acumulação de vastas áreas de terras.

Podemos considerar, conforme Martins (1985), que tais “ganhos de fundador” foram concedidos a grandes proprietários, especialmente a empresário paulistas, pois os governos militares progressivamente abandonaram a concessão de terras a pequenos e médios proprietários:

Ao se chegar ao governo Geisel, o governo militar já havia aberto mão dos poucos ingredientes progressistas que havia no Estatuto da Terra e que poderiam beneficiar os pequenos agricultores sem terra e sem dinheiro. Toda a política de terras vinculou-se aos interesses da política econômica e de **estabelecimento das grandes fazendas nas áreas pioneiras**, aos interesses dos grandes grupos econômicos e não mais dos velhos fazendeiros.

Esse período de redefinição da política fundiária em favor das grandes empresas capitalistas, geralmente empresas industriais, comerciais e bancárias, correspondeu a um grande crescimento da luta dos trabalhadores rurais pela terra. Os conflitos, apesar da repressão e censura, multiplicaram-se rapidamente em todas as regiões do país, envolvendo não só os trabalhadores rurais, mas também os povos indígenas, cujas terras passaram a ser invadidas, com a conivência oficial, em escala nunca vista. (MARTINS, 1985, p. 23, grifo nosso).

Desse modo, Martins (1985) considera que, a partir de meados do ano de 1970, o governo passou progressivamente a liberar as propostas de desenvolvimento econômico de terem em conta a questão dos trabalhadores sem terra. No final de 1973, com as notícias de “imprestabilidade” das terras da Amazônia para agricultura e outros problemas relacionados, também ocorreu abandono dos planos integrados de colonização e das explorações ao longo das rodovias. Começava, naquele momento, a época dos polos de desenvolvimento (MARTINS, 1985).

Desse período em diante, política governamental para as novas regiões deixa de ser uma política de povoamento e desenvolvimento para ser uma política de desenvolvimento econômico e modernização agrícola, tendo ênfase na colonização particular e não na colonização pública (MARTINS, 1985). Com a colonização particular, era possível que grupos econômicos ainda extraíssem renda fundiária pela venda e revenda das novas áreas. Enquanto isso, lavradores em áreas de tensão eram frequentemente removidos para outras regiões em vez de as terras em questão serem destinadas à reforma agrária (MARTINS, 1985). Em 1976, o governo federal ainda regularizou amplas áreas griladas, mesmo sem autorização do Senado Federal (MARTINS, 1985, p. 47).

Os censos demonstraram o resultado da política fundiária dos governos militares do período:

Dos quase 75 milhões e meio de hectares ocupados pelo avanço econômico entre 1970 e 1980, 90,6% foram para estabelecimentos com mais de 100 ha (e 40,6% para os de mais de 1.000 ha), enquanto que apenas 9,4% foram estabelecimentos com menos de 100 ha. Pode-se ter uma ideia da mudança havida se considerarmos que das terras novas ocupadas entre 1950 e 1960, 84,6% foram para os estabelecimentos com menos de 100 ha e 15,4% para estabelecimentos com mais de 100 ha, situação praticamente oposta. (MARTINS, 1985, p. 84).

Os governos militares, portanto, promoveram a ampla formação de grandes propriedades empresariais em detrimento de outras formas de ocupação e favoreceram determinados grupos sociais, operando uma transferência maciça do patrimônio fundiário para particulares (inclusive para estrangeiros), sobretudo na Amazônia Legal (PALMEIRA, 1989). Isso levou Oliveira (2001) a considerar que

[...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos — sobretudo do Centro-Sul do país — em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene [Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste] e da Sudam [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia] foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi “nacionalizado” no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), citada em estudos publicados, tinha superfície superior a quatro milhões de hectares. Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a “peonagem”, relação de trabalho também chamada de “escravidão branca”. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Davis (1978, p. 141-165) detalha diversos desses investimentos intermediados pela Sudam, além de listar a área e os incentivos fiscais recebidos por dezenas de empresas agropecuárias (ver Davis, 1978, p. 145-147), que atingiram principalmente povos indígenas do Mato Grosso. O primeiro empreendimento da lista, por exemplo, é a “Agro-Pecuária Suiá Missú Cia. de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara)”, com seus 695.843 hectares, que levou à expulsão dos Xavante. Após a devolução de uma parcela da área aos Xavante no final da década de 1990 e seu reconhecimento como terra indígena, o conflito com invasores se estendeu até o início de 2013, sendo lembrado, a partir de então, por parlamentares da FPA como uma grande perda.

O favorecimento a esses grupos empresariais teve, inclusive, consequências para o trabalho no meio rural. Segundo Martins (1985), enquanto a população economicamente ativa no campo permaneceu estável (um pouco acima de 13 milhões de pessoas), entre os censos de 1970 e 1980, os pequenos agricultores (camponeses) diminuíram em mais de um milhão e meio, ao passo que os empregados aumentaram em mais de um milhão e seiscentos mil. Para o autor, isso representou uma nítida proletarização dos trabalhadores rurais.

Esse processo de assalariamento do campesinato raramente se dava com os povos indígenas no avanço sobre seus territórios. Martins (1986) aponta que ou o indígena era exterminado no contato com a frente de expansão ou era convertido em semiescravo, produtor de mercadorias vendidas abaixo de seu preço de mercado. Quando ocorreu o assalariamento, engrossaram a massa de subempregados ou trabalhadores temporários, aglomerando-se nas cidades e se separando de suas comunidades. Ao longo da história, também persistiram a servidão por meio de dívidas com barracões e a peonagem, que muitas vezes levava a uma relação de endividamento (MARTINS, 1986). Vale recordar que o assalariamento das populações rurais está associado à expropriação de suas terras e meios de vida.

O autor lembra ainda da ocorrência, naquele período, da utilização de jagunços por grileiros e por grandes empreendimentos para expulsar populações originárias, exemplificando com o caso dos Pataxó no estado da Bahia, sendo uma das razões para o convulsão da questão da terra no período — “a terra sendo disputada palmo a palmo por camponeses e indígenas contra empresas e ‘grileiros’” (MARTINS, 1985, p. 86).

Assim como Palmeira (1989) aponta o Estatuto do Trabalhador Rural (de 1963) e o Estatuto da Terra (de 1964) como fatores importantes da influência do Estado para transformação na sociedade brasileira, chamamos a atenção para o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001), instituído em 1973. Esta Lei estabeleceu as formas jurídicas de áreas destinadas para usufruto dos povos indígenas e criou a categoria “terras indígenas”, que deveriam ser administrativamente demarcadas no prazo de cinco anos (art. 65). Ademais, o artigo 25 deste Estatuto determinou que o reconhecimento do direito à posse independeria da demarcação, considerada como posse a ocupação efetiva da terra “de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, [o índio] detém e onde habita ou exerce atividades indispensáveis à sua subsistência ou economicamente útil” (art. 23) (BRASIL, 1973). Para o reconhecimento das terras indígenas, o Estatuto do Índio ainda estabeleceu a “nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas” (art. 62), o que seria fonte de controvérsias nas décadas seguintes por suprimir a indenização da terra nua por ocupantes não indígenas. Esses pontos mencionados seriam posteriormente incorporados à Constituição federal de 1988.

Apesar de dezenas de áreas nas regiões Sul e Sudeste já terem sido demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), associadas aos Postos Indígenas, unidades administrativas locais do Serviço, é com a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967 para substituir o SPI, que houve a concretização desses procedimentos (OLIVEIRA FILHO, 1983). Importante destacar que o reconhecimento das terras indígenas é meramente declaratório, pois, como mencionado anteriormente, o direito à posse dos povos originários independe da demarcação, cabendo ao poder público precisar a extensão da posse indígena e assegurar a proteção dos limites demarcados. Para isso, as terras indígenas precisam de um procedimento de identificação, delimitação (o estabelecimento de uma área) e serem devidamente registradas. Há que se ressaltar a relevância desse processo, pois

Apesar de [as terras indígenas] serem definidas como aquelas “ocupadas ou habitadas pelos silvícolas” (Art. 26, Estatuto do Índio), independentemente de sua demarcação, as terras indígenas só chegam a ter um reconhecimento efetivo pelos diversos aparelhos de Estado quando recebem uma destinação administrativa explícita pelos poderes públicos. E isto significa dizer que elas precisam ser pelo menos demarcadas (uma das etapas da regularização fundiária), para que seus limites sejam conhecidos e possam ser impostos à sociedade envolvente. A demarcação é justamente a característica que distingue a terra indígena da terra devoluta, a possibilidade que a primeira tem de se afirmar *a priori*, como “terra dos índios”, com limites definidos cultural e socialmente. Se o Estado se omite na demarcação e a terra indígena só tem seus limites reconhecidos dentro da própria comunidade, verifica-se a tendência de que ela passe a ser tratada pelos diversos escalões administrativos como devoluta, por exclusão do domínio particular e do uso público, pelo menos até que se prove o contrário. (LINHARES, 1998, p. 132).

Nessas circunstâncias, o não reconhecimento de presença indígena pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a conseqüente categorização de extensas áreas como “devolutas”, somada à omissão da Funai em proceder com a discriminação das terras indígenas, trouxeram grandes perdas territoriais a diversos povos originários durante a

década de 1980, transformando-as em domínios privados (LINHARES, 1998). De modo totalmente unilateral, sem que soubessem ou permitissem, suas terras estavam sendo vendidas e compradas, produzindo renda fundiária para companhias de colonização (MARTINS, 1986).

Martins (1984) aponta que, nesse período, também ocorreu o que chamou de “militarização da questão agrária”, com a ampliação do controle das Forças Armadas na política fundiária: “A criação do Ministério de Assuntos Fundiários, entregue à tutela dos militares do Conselho de Segurança Nacional, constitui o ápice desse processo. Através da militarização, o governo tenta controlar e domesticar o demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica.” (MARTINS, 1984, p. 15). Mesmo com a redemocratização, a tutela militar permaneceu sobre a demarcação de terras indígenas, de acordo com o Decreto nº 94.945/1987, que define o processo administrativo de demarcação de terras indígenas, pois, na prática, o secretário do Conselho de Segurança Nacional decidia sobre todos os casos (SANTILLI, 1997, p. 9). Isso só mudaria de forma concreta no governo do presidente Fernando Collor de Mello, com a edição do Decreto nº 22/1991, que redefiniu o processo de reconhecimento de terras indígenas.

A imposição de limites e a grande redução dos territórios dos povos originários impactou profundamente seus meios de subsistência. Comunidades que deslocavam suas roças e instalações também passaram a ser imobilizadas:

Ao fim daquela viagem para caçar, pescar e tirar palha, os índios Suruí, de Rondônia, encontraram a mata derrubada e a terra ocupada pelo branco. Era a última viagem. Aquele povo estava sendo cercado e confinado, suas terras invadidas para produzir renda fundiária. Outros povos indígenas passaram por processo idêntico. Ainda causa horror o deslocamento dos Nambikuara da mata para o cerrado. Quando tentaram voltar, a terra já estava ocupada por grandes fazendeiros, protegidos pela ditadura militar e com ela mancomunados. Assim, também, os pequenos agricultores de várias regiões: muitas vezes até imperceptivelmente cercados pela grande empresa que os vai ilhando. É o que fazem as reflorestadoras que ocupam as terras de uso comum nas chapadas de Minas ou os fazendeiros que ocupam as chapadas do Maranhão. O arame farpado vai cercando tudo, vai tirando cada um de seu lugar. E no verão já não há terra para plantar, rio para pescar, mata para caçar. (MARTINS, 1986, p. 9).

Mas, como assinala Martins (1986), a expansão capitalista no campo também foi a expansão das contradições. Semeou a empresa, a fazenda, a grilagem, a injustiça, a brutalidade e semeou, também, a resistência. Em abril de 1974, foi realizada, em Diamantino (MT), a I Assembleia de Líderes Indígenas, que contou com a participação de dezesseis lideranças indígenas, impactadas por projetos agropecuários e de infraestrutura da ditadura militar. Os líderes presentes afirmaram que os problemas que estavam enfrentando só poderiam ser resolvidos por eles mesmos (BICALHO, 2010). Em maio de 1976, ocorreria outra assembleia semelhante no estado do Amazonas, e um conjunto de reivindicações começou a tomar forma: a luta pela terra, a participação na formulação de políticas públicas e a necessidade de união entre diferentes povos indígenas. Assembleias e reuniões convocadas pelos próprios indígenas e apoiadas por organizações indigenistas não governamentais se multiplicaram em todo o país. Entre 1974 e 1980 seriam quinze assembleias, contando com centenas de participantes (BICALHO, 2010). Para Bicalho (2010) e Luciano (2006), foram essas assembleias que conformaram as bases do que se pode definir como o movimento indígena brasileiro.

Dando corpo e identidade a essas mobilizações, a partir dos anos 1970, surgiram várias outras organizações não governamentais de apoio a indígenas (também chamado de indigenismo não governamental), quebrando o monopólio do Estado e das missões religiosas e questionando suas doutrinas civilizatórias. Dentre elas, podemos citar a Operação Amazônia

Nativa (Opan), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) e a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai). Para Luciano (2006), essas organizações civis passaram a assumir várias tarefas que eram obrigação do órgão indigenista oficial e, além disso, em muitas situações, o próprio protagonismo da questão indígena.

Alicerçado nesse processo da década de 1980, surgiram ainda organizações indígenas, como a União Nacional dos Índios (UNI), o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) e a Associação Comunitária Indígena Kaingang (Acik) (BICALHO, 2010). Essas organizações foram os atores coletivos responsáveis pela complexificação das redes de articulação política indígena e aumento de seu protagonismo na política nacional. Mesmo nesse contexto de pluralidade de organizações indígenas, as ações coletivas tenderam a extravasar os limites de uma organização e foram promovidas de maneira articulada e unificada.

As assembleias indígenas culminaram, na década de 1980, em amplas mobilizações, e indígenas de todas as regiões passaram a pautar a política nacional e o Estado brasileiro. No contexto de redemocratização do país, os povos indígenas, enfim, passaram a ser reconhecidos formalmente como detentores de direitos políticos na Constituição federal de 1988. Além disso, uma série de direitos sociais foram garantidos, estendendo-se os direitos da sociedade nacional ao mesmo tempo que foram constituídos direitos específicos. Desde então, diversas formas de ação coletiva foram utilizadas para pautar a política do país, seja para efetivação de políticas públicas, seja para garantia de demarcação de terras indígenas e demais direitos conquistados.

A criação de sindicatos de trabalhadores rurais também contribuiu para colocar em xeque os padrões de dominação existentes no meio rural. A partir de 1968, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) passou a comandar a bandeira de reforma agrária. Em 1979, foi realizado o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, patrocinado pela Contag, que propôs uma reforma agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores, associando também o tema à democracia. Entre 1979 e 1984, houve ampliação das mobilizações do movimento sindical de trabalhadores rurais:

Mobilizações sem precedentes em torno de preços mínimos e outros itens da política agrícola, previdência social, articulação das lutas em torno da terra, greves de assalariados, protestos de massa contra a construção de barragens ou pela exigência de indenização em terras, manifestações públicas em torno de problemas como secas e barragens ou exigindo simplesmente a reforma, sucederam-se, afirmando a presença do movimento sindical e delimitando um campo de lutas bem mais amplo que a simples oposição entre camponeses e latifundiários. (PALMEIRA, 1989, p. 104)

O período entre 1970 e 1985 também seria marcado pelo que Mendonça (2010) considerou uma profunda crise de hegemonia do setor dominante do campo, que permaneceu sem solução até o final da década de 1980. Entidades patronais como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) disputaram a representação legítima do conjunto. A primeira tentativa mais consistente viria da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com a proposta de criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (Faab)³, que também seria um passo para a concretização da OCB como nova força dirigente do setor (MENDONÇA, 2010). Naquele

³ A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (Faab) operou entre 1986 e 1991 como articulação política de entidades de representação de grandes proprietários de terras e empresários rurais e agroindustriais. A coordenação da Faab era composta pelas lideranças da OCB, da SRB e da oposição sindical da CNA, sendo considerada o “embrião” da Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag), fundada em 1993 (FERNANDES, 2018).

período, a prioridade para as lideranças dessas entidades era levar adiante uma política de estímulo à produtividade, com crédito, assistência técnica e o incentivo ao uso de fertilizantes e sementes selecionadas, enfim, uma política agrícola nacional que garantisse renda para o setor agropecuário.

De modo geral, a agricultura brasileira completou, entre 1965 e 1981, um ciclo de modernização técnica e crescimento, não só mantendo a estrutura agrária concentrada, mas também expandindo o domínio da grande propriedade fundiária. Na década de 1980, com a crise do endividamento externo, a agricultura e as cadeias agroindustriais ligadas à exportação de mercadorias são chamadas para suprir a necessidade de geração de saldos de comércio exterior para o financiamento do déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos. Com isso, o governo militar equaciona conjuntamente o déficit entre 1982-1984 (DELGADO, 2012).

Segundo Delgado (2012), a crise cambial ocorrida em 1982 acabou deflagrando uma série de mudanças econômicas, e as mudanças institucionais da Constituição federal de 1988 interromperam, sem reverter, a estratégia de expansão dos “complexos agroindustriais”, do mercado de terras e do sistema de crédito rural. A crise do crédito rural que se iniciou na década de 1980 ainda se prolongou até o final dos anos 1990 (DELGADO, 2012.). Nesse contexto, Delgado (2012) demarcou três fases no que se refere a ajustes macroeconômicos: 1) 1982-1993, primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994-1999, folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; 3) a partir dos anos 2000, relançamento da estratégia de reprimarização do comércio externo.

Na avaliação de Delgado (2012), a década de 1990 é um período de transição e desmontagem de aparelhos de Estado instituídos desde o governo Vargas e “reciclados” pelos governos militares. Os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (I e II) promovem diversas reformas administrativas setoriais, encerrando as atividades dos institutos de fomento por produto (os já mencionados IAA, IBC e CTRIN-DTRIG, identificados com a Era Vargas) e, posteriormente, mudanças importantes na política de preços e estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (DELGADO, 2012). O autor também considera que a abertura comercial ao exterior convergiu com os processos de desmantelamento das políticas agrícolas e da estabilização monetária, tendo como uma de suas consequências a queda generalizada da renda agrícola e a desvalorização do preço da terra. Outro fator que agravou as perdas na renda agrícola foi a desmobilização das políticas de sustentação de preços.

Na década de 1990, também ocorreram mudanças no contexto da representação política do setor agropecuário e agroindustrial. É durante esse período que se desenvolve e se difunde no país a compreensão de *agribusiness*, oriunda dos Estados Unidos (ver Pompeia, 2018, p. 66-122; 2020b). Numa operação simbólica e política de envergadura, a entidade patronal então hegemônica, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), promoveria uma “recriação” do próprio conceito de agricultura, mediante sua imbricação de *agribusiness*, noção não mais limitada à atividade agrícola em seu sentido tradicional (MENDONÇA, 2010). Chamavam a atenção para análise conjunta e interdependente do novo segmento “antes da porteira”: pesquisa e experimentação para sementes melhoradas e fertilizantes; indústria de tratores, agrotóxicos, vacinas, rações e medicamentos, além do crédito e ações de *marketing* voltadas à agropecuária. Havia também as operações de armazenamento, transporte, processamento, embalagem, industrialização e distribuição de produtos — as atividades econômicas “depois da porteira” ou a jusante, que vinham crescendo desde a década de 1970. A novidade era visualizar, em um sistema único, todas as operações produtivas definidas como correlatas ao “agrário”, apontando para uma interdependência intersetorial. Nesse contexto, entendiam que: “O agricultor passou

a ser um especialista em plantar e criar, em íntima interdependência com os segmentos a montante e a jusante da fazenda.” (ARAÚJO; PINAZZA, 1994, p. 120 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 219).

As lideranças políticas da época ainda observaram a necessidade de estabelecer novos canais de representação política, à altura de sua relevância econômica. Para Mendonça (2010), a criação da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), em 1993, por iniciativa dos dirigentes da OCB representou a consolidação da organização na direção do conjunto das entidades patronais da agricultura, em um processo de protagonismo que se construía desde a década de 1980. A nova entidade, que se chamaria anos mais tarde Associação Brasileira do Agronegócio, seria responsável por integrar e articular as demais e, segundo seus idealizadores, não iria substituir as associações dos vários segmentos que a constituem (MENDONÇA, 2010). Tal proposta, manifestada por Roberto Rodrigues, teria como eixo central a afirmação do então chamado *agribusiness* no país. A Abag foi inicialmente presidida por um dos diretores da OCB, o mineiro Ney Bittencourt de Araújo, também dirigente da SNA e da SRB, de extenso currículo — ver Mendonça (2010, p. 217-218) — e era tido como “continuador” de Rodrigues. Para os fundadores, já existia no país uma “nova agricultura”, com uma agroindústria desenvolvida que passava para a liderança do processo produtivo, dando origem a um novo sistema.

Na estimativa divulgada pelo então presidente da Abag, Ney Bittencourt de Araújo, em 1994, o *agribusiness* representaria quase 40% do PIB, metade dos empregos, 46% do dispêndio das famílias, 40% das exportações e 60% da balança comercial — e era esse conjunto que a entidade dizia representar, divulgado também com entusiasmo pela imprensa (MENDONÇA, 2010). Mas, como observa Pompeia (2018; 2020), não são todos os setores econômicos e categorias sociais abrangidos pela noção totalizadora de *agribusiness* que possuem relação com esses representantes políticos e têm seus interesses representados por eles. Por isso, a partir de então, os porta-vozes da Abag e outras lideranças do agronegócio passaram a fazer o que é considerado uma sinédoque política por Pompeia (2018; 2020b), uma operação discursiva e simbólica para que se considere uma parte como o todo:

Em caráter mais propriamente político, a sinédoque manifesta-se no campo do agronegócio quando se concebe uma “parte” (conjunto de agentes políticos do agronegócio) como se fosse o “todo” (amplo perímetro de funções contidas na noção de agronegócio).

Ao projetar na esfera pública indistinção entre as dimensões conceitual (totalizadora) e política (menos abrangente) desse campo, o que se procura fazer por meio da sinédoque, portanto, é **simular uma representatividade ampliada** aos olhos da opinião pública e do Estado. (POMPEIA, 2020b, p. 197, grifo nosso).

Assim, em situações de disputa política e controvérsias envolvendo seus interesses, a simulação de representação do “todo” contribuiria para legitimar e justificar os pleitos das lideranças políticas do patronato agropecuário e agroindustrial. Tendo o conceito de *agribusiness* já surgido com pretensões políticas, Pompeia (2020b) assinala que as estatísticas macroeconômicas dos setores abrangidos foram apresentadas de modo associado desde as primeiras divulgações dessa noção nos Estados Unidos.

No decorrer da década de 1990, o binômio OCB/Abag contribuiria para a difusão do conceito de *agribusiness* e a reconversão do Brasil ao *status* de país agroexportador (MENDONÇA, 2010). A Abag se colocava na missão de conscientizar os segmentos decisivos da importância do *agribusiness* e representar os interesses comuns dos agentes das cadeias agrônomicas. Para seus dirigentes, era fundamental que o *agribusiness* fosse conhecido e reconhecido por todos (BRUNO, 1997). Há também um processo de transformação do próprio sentido da palavra *agribusiness*:

É importante salientar que a matriz discursiva do projeto da Abag se assenta prioritariamente na defesa da abordagem sistêmica. A visão sistêmica tem como fundamento a ideia de totalidade, complementaridade, circularidade e interação entre os vários elementos e processos que compõem o *agribusiness*. **Com a Abag, o sistêmico sai do espaço técnico e acadêmico para o campo da política e da elaboração simbólica.** A abordagem sistêmica é considerada como expressão da modernidade e se contrapõe à visão tradicional e segmentada da agricultura. Segundo a entidade, somente a visão sistêmica permitiria o desenvolvimento harmônico e sustentado do país. (BRUNO, 1997, p. 38, grifo nosso).

Portanto, o que era até então uma abordagem analítica para o setor agropecuário e agroindustrial, passava para a ideia de “união e interesse, força motriz da luta política”, baseada na “noção de cadeias e de elos que uniriam processos, empresas e atores” (BRUNO, 2009a, p. 115). Passa também a haver empenho em legitimar o agronegócio como organizador coletivo e pela demonstração de consenso e homogeneidade. Isso traz uma acepção específica do termo para o caso brasileiro:

Observa-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas do Estado. (DELGADO, 2012, p. 94).

Avançando na década de 1990, o contexto da economia internacional seria de abundância de liquidez internacional entre 1994 e 1998, e a política de promoção de exportações seria abandonada. Na compreensão do governo, a abertura comercial e financeira da economia brasileira resolveria pelos mercados o problema crônico da dependência de capital externo (DELGADO, 2012). A queda no preço da terra ao longo da década de 1990 também facilitou a política de assentamentos de reforma agrária por baratear o custo de incorporação para esse fim, mas com a abstenção do Estado nas políticas agrícolas não há construção de uma política de desenvolvimento rural consistente (DELGADO, 2012). Em suma, entre 1994-1999, houve folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento. Esse quadro mudaria ao longo da década seguinte, como abordaremos no próximo tópico.

1.2 ANOS 2000: A REESTRUTURAÇÃO DA “ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO”

O final do ano de 1999 foi marcado por outra grave crise cambial, fruto de contínuos desequilíbrios na Conta de Transações Corrente de bens e serviços com o exterior (DELGADO, 2012). O então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), buscou reeditar o modelo de ajustamento externo pelo setor primário, reproduzindo parcialmente a política externa promovida entre 1983-1993, mas em um novo contexto na economia internacional. As características desse novo período só ficaram mais visíveis no início do governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), opositorista de Cardoso.

Nesse contexto, a acumulação de capital no espaço do agronegócio retornaria com força nos anos 2000. Como na crise da dívida de 1982, os setores primário-exportadores são requisitados para gerar saldos comerciais:

Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada agronegócio, volta às prioridades da agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna.

Isto ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente (anos 1990), incluindo crédito rural, os preços de garantia, o investimento em pesquisa, e o investimento em infraestrutura comercial - a exemplo dos serviços agropecuários, dos portos, da malha viária, etc. Isto tudo, aliado à relativa desvantagem do país no comércio internacional durante o período do Real sobrevalorizado, adiou o relançamento da economia do agronegócio para o início do século XXI. (DELGADO, 2012, p. 93).

O presidente Cardoso lançou uma série de iniciativas que convergiram no favorecimento do agronegócio, como investimento em infraestrutura para o comércio de produtos agropecuários, direcionamento da pesquisa agropecuária estatal para operar em sincronia com as empresas multinacionais do setor, pouca regulação do mercado de terras, mudança na política cambial, provisão de crédito rural, entre outras iniciativas (DELGADO, 2012). O autor também assinala que o contexto internacional do período seguinte seria de um mercado internacional com demanda crescente de *commodities*, como soja e milho (utilizados para alimentação animal – *feed grains*), açúcar/álcool, proteína animal, celulose de madeira, além de minérios. O comércio desse conjunto de produtos cresceria e passaria a dominar as exportações brasileiras no período 2000-2010.

Os governos petistas que sucederam o governo de Fernando Henrique Cardoso foram marcados por controvérsias e contradições na política fundiária e agrícola. O primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contou com Roberto Rodrigues, ex-presidente da OCB e da Abag, como ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, trazendo ao governo, portanto, um importante representante do agronegócio. Assim, as políticas do final do governo de Cardoso são, de modo geral, continuadas e reforçadas, tendo êxito nos resultados macroeconômicos (DELGADO, 2012).

Por consequência dessas políticas, a proporção dos produtos básicos cresceu fortemente na pauta das exportações brasileiras ao longo daquela década: saíram de 25%, no ano 2000, para 45% em 2010. A proporção da exportação de produtos manufaturados inclusive é superada no final da década de 2000, quando somados os produtos básicos e semimanufaturados:

Se somarmos aos produtos básicos os “semimanufaturados”, que na verdade correspondem a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais, veremos que esse conjunto de exportações primárias — “básicos” + “semielaboradas” evoluirá de 44% no período 1995/99 para 54,3% no triênio 2008/2010, enquanto que de forma recíproca as exportações de manufaturados envolverão em termos proporcionais no mesmo período, caindo de 56% para 43,4% da pauta. (DELGADO, 2012, p. 95)

Esse crescimento proporcional acentuado de produtos primários foi considerado como um processo de “reprimarização” do comércio exterior brasileiro. Essa mudança pode ser conferida na figura 1.

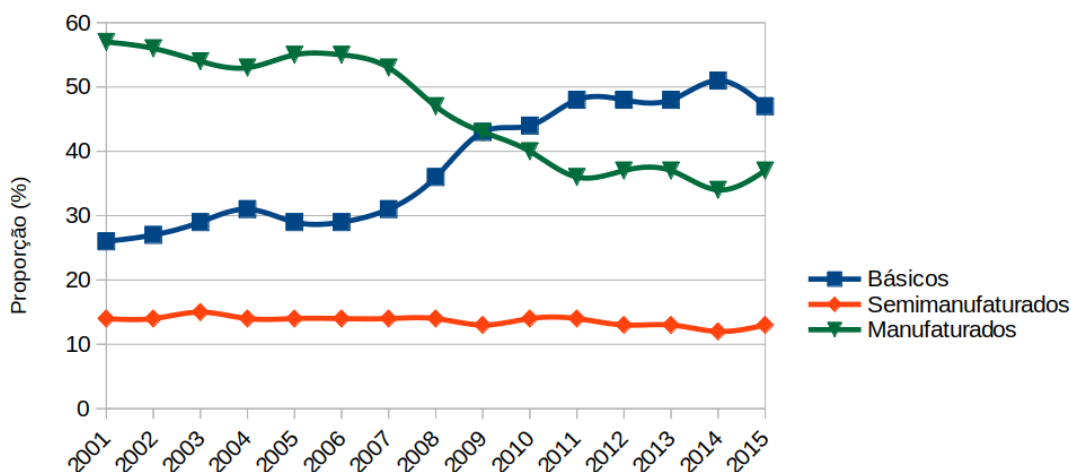


Figura 1. Pauta exportadora brasileira (2001-2015). Fonte: elaborada a partir de dados de Brasil (2020a).

Na década de 2000, os melhores resultados da estratégia primário-exportadora se dariam no período 2003-2007, quando a balança comercial se tornou superavitária e foram auferidos saldos comerciais significativos (figura 2).

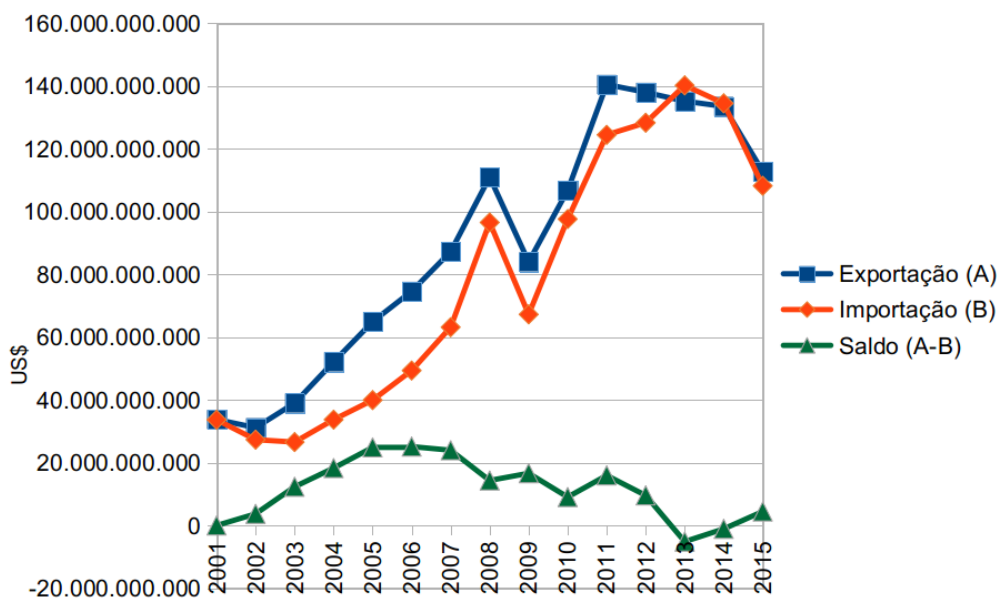


Figura 2. Balança comercial brasileira US\$ (2001-2015). Fonte: elaborada a partir de Brasil (2020a).

Para Delgado (2012), esse processo aponta tendência à especialização no comércio exterior. No entanto, se o setor primário é capaz de atingir êxito na melhoria da balança comercial em conjunturas de crise cambial, não considera ser razoável como solução estrutural ao desequilíbrio externo. A inserção no comércio exterior como provedor de produtos agropecuários e minerais também impõe limites ao desenvolvimento do país como um todo:

“[...] seria como que pensar o pacto do agronegócio se espalhando pelo conjunto da economia, e impondo cada vez mais uma estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal da acumulação de capital ao conjunto da economia.” (DELGADO, 2012, p. 111).

Outra questão importante apontada por Delgado (2012) é que o controle dos ganhos de produtividade no setor se dá em um conjunto reduzido de empresas transnacionais. Desde a década de 1990, o setor de processamento, por exemplo, já vinha passando por um processo de desnacionalização. Se, em 1995, 16% do setor de esmagamento de soja era de capital internacional, essa proporção sobe para 57% em 2005 (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p. 162).

O movimento de expansão da exportação de produtos primários foi acompanhado de uma valorização do preço das terras agropecuárias em todas as regiões do Brasil, revertendo o processo de desvalorização observado na década de 1990 (ver Delgado, 2012, p. 98). Segundo Delgado (2012), a formação do preço da terra e a apropriação de terras públicas ou privadas sempre se deram em momentos de forte expansão agrícola a partir da associação de grandes proprietários com agências de Estado responsáveis pela política fundiária. Esse processo de valorização do preço da terra incide diretamente sobre a renda fundiária, na qual o Estado tem papel regulador:

Considerando-se a renda fundiária como núcleo teórico de explicação do preço da terra, o preço das mercadorias produzidas ou potencialmente produzíveis na terra e as demais condições susceptíveis de gerar renda fundiária afetam os preços das terras e arrendamentos, propiciando ganhos ou perdas, codeterminados ora pelo movimento conjuntural dos mercados agrícolas, ora pela política econômica. Em particular, a política fundiária do Estado desempenha esse papel regulador no espaço do mercado de terras nacional, sobre o qual incide a soberania territorial do Estado. (DELGADO, 2010, p. 99).

Para além da política fundiária, Leite e Wesz (2014) evidenciam que, especialmente a partir do ano 2000, houve aumento da presença do Estado no apoio e fomento das atividades produtivas agrícolas capitaneadas por *commodities*, como a soja, apoiadas pelo crédito rural concedido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) — que, como vimos, foi uma das bases sobre a qual se apoiou a modernização da agricultura no país. Como demonstram os autores, a política de crédito rural brasileiro manteve um perfil de forte concentração no acesso aos recursos públicos, seja em termos de número de estabelecimentos beneficiados pelos programas, seja em concentração regional (acentuada participação das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste), seja em termos de produtos (principalmente soja), ou ainda no valor médio dos contratos. Para os autores, a contribuição do setor público permanece relevante nas estratégias de expansão do setor, apesar do financiamento das grandes propriedades vir tanto de fontes governamentais como privadas.

Da mesma forma, Leite e Wesz (2014) chamam a atenção para o crescimento do investimento no segmento agroindustrial da cadeia, que obteve crescente aporte de recursos públicos, na sua maior parte intermediados pelas agências financeiras do setor governamental, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros. O BNDES, por exemplo, proveu recursos para o crescimento de diversas empresas do setor, como a JBS, uma das maiores companhias de processamento de carnes do mundo, além da Marfrig, segunda maior companhia de carnes do país (FLEXOR; LEITE, 2017). O BNDES também financiou a reestruturação da BRF, maior processadora de porcos e aves do Brasil (FLEXOR; LEITE, 2017).

Nesse sentido, Delgado (2012) lista uma série de outros fatores além do crédito rural

que teriam contribuído com a elevação do preço da terra na década de 2000: recomposições da dívida agrária para com os bancos, retorno da política de garantia de preços, taxa de câmbio mais favorável nos primeiros cinco anos e aumento das exportações. O autor também considera que o governo federal adotou uma postura pró-agronegócio, permanecendo mais na defensiva em relação aos movimentos sociais que demandavam reforma agrária.

No período, também houve mudanças legais que favoreceram a apropriação de terras públicas, como foi o caso da Medida Provisória nº 458/2008, que facilitou a emissão de títulos para posseiros (e possíveis grileiros) na Amazônia Legal. Foi nesse contexto que, no Congresso Nacional, parlamentares ruralistas se mobilizaram para realizar mudanças no Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), buscando principalmente reduzir as áreas de preservação ambiental e legalizar a situação irregular de parte importante das propriedades rurais privadas.

Nesse contexto, Delgado (2012) sintetiza a década de 2000 da seguinte forma:

O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas ao agronegócio. (DELGADO, 2012, p. 109).

Além disso, o autor aponta que existe uma vasta disponibilidade de terras ainda sem destinação no país, ocorrendo crescimento da importância da renda fundiária como componente essencial do excedente econômico que será perseguido nesse processo de acumulação de capital (DELGADO, 2012).

No entanto, no caso do Brasil, não é apenas a extração de valor que é de interesse relevante, mas o já mencionado entendimento de que as exportações de produtos básicos devem garantir saldos comerciais positivos. Isso também pressiona pela persistência da “fome” por terras:

[...] para viabilizar, no plano externo, o volume e o ritmo de crescimento dos saldos comerciais primários, necessárias à solvência externa da Conta Corrente, haverá uma pressão endógena desse sistema por super exploração dos recursos naturais. A isto também se soma a pressão por concentração da propriedade fundiária, que é também forma peculiar de captura da renda da terra. (DELGADO, 2012, p. 115).

Estas estariam entre as motivações da contínua pressão pela expansão da exploração agropecuária sobre novas áreas. Assim, a base para os ganhos em produção no setor primário se dará pela intensificação das tecnologias já existentes e, principalmente, na exploração de novos recursos naturais.

Alguns fatores no âmbito internacional também levaram ao acirramento da disputa por recursos naturais e territórios. A partir de 2005, houve aumento acentuado do preço das *commodities* agrícolas e a questão da disponibilidade de recursos naturais essenciais para a satisfação das necessidades da população mundial, como terra e água, voltou à agenda internacional. Países onde tais recursos são mais abundantes, como é o caso do Brasil, ganharam posição estratégica pela capacidade de fornecer alimentos para atender à demanda crescente no mundo todo (FLEXOR; LEITE, 2017).

O aumento dos preços das *commodities*, por sua vez, impulsionou um crescimento da produção — e isso é uma questão consistente no caso dos grãos. A soja é uma boa representante desse processo: entre 2000 e 2013, o preço da soja havia subido de US\$ 211,83 para US\$ 538,42 por tonelada, e a produção mundial cresceu de 32,34 milhões para 81,50 milhões de toneladas.

Nesse período, a área dedicada aos plantios de lavouras de grãos no Brasil expandiu 50,8%, e a área destinada à soja, aumentou 116%. Em comparação, a área destinada aos plantios de feijão, importante na dieta brasileira, decresceu 13,2% (FLEXOR; LEITE, 2017).

Mas a forte correlação do preço internacional de mercadorias como petróleo, alimentos e minerais demonstra ainda que o comportamento desses preços não está relacionado apenas a uma questão de oferta e demanda, mas também de estratégias financeiras (FLEXOR; LEITE, 2017). Ou seja, o aumento dos preços não se refere apenas à oferta limitada em um contexto de demanda, mas à expansão de atividades financeiras na década de 2000, que acabaram impactando as dinâmicas dos mercados de alimentos e terras no Brasil. Uma das razões levantadas são as baixas taxas de juros estabelecidas pelos bancos centrais no período, que teriam garantido liquidez em abundância (FLEXOR; LEITE, 2017). Nessa perspectiva, Flexor e Leite (2017) sugerem que a valorização dos preços dos alimentos incentivou uma crescente alocação de capital na produção de *commodities* alimentares e em ativos fundiários no Brasil, ressaltando a entrada de capitais internacionais no mercado de terras, com impactos nos preços da terra.

Nesse período, tido como de reestruturação da economia do agronegócio por Delgado (2012), foram igualmente constatadas mudanças na representação do setor. De 2003 a 2013, a Abag teve um aumento expressivo de associados, de 57 para 74 empresas ou entidades, duplicando-se o número de integrantes ligados ao capital financeiro, que passaria de quatro para oito. Do mesmo modo, as empresas vinculadas a atividades comerciais e de consultoria subiram de nove para 19 (MENDONÇA; OLIVEIRA, 2015). Tais fatos levaram Mendonça e Oliveira (2015) a considerar que houve uma crescente financeirização da agremiação. As autoras também observam que passaram a integrar o quadro de associados de escritórios de advocacia e empresas ligadas a negócios de terra. Já as cooperativas que permaneceram associadas em 2013 se transformaram em cooperativas agroindustriais, quando se tratavam de cooperativas agropecuárias em 2003. Cerca de 57% dos filiados das entidades foram renovados, com permanência de apenas 32 (43%) dos agremiados em ambos os anos e o desaparecimento de 25 empresas (33,8%), o que pode sugerir tanto processos de fusão/concentração de capitais quanto alterações na razão social e/ou do âmbito de atuação de antigos membros (MENDONÇA; OLIVEIRA, 2015). Como representante do setor, podemos considerar essas alterações como reflexo das mudanças no agronegócio no período ou ao menos dá pistas sobre as transformações ocorridas na coalizão política do setor.

Outro fator relevante nesse período foi a crise das hipotecas *subprime*, que culminou com o colapso do banco *Lehman Brothers*, em 2008. Naquele momento, o mercado de *commodities* passou por um breve período de baixas receitas, mas já retomando a níveis próximos àqueles da pré-crise no início de 2011 (ver Flexor e Leite, 2017, p. 413). O contexto pós-crise de 2008 contou com um impulso de investimento estrangeiro em terras no Brasil, ainda que sozinho não possa explicar o aumento geral do preço da terra no país (FLEXOR; LEITE, 2017) e não seja tão significativo como em décadas anteriores (FLEXOR; LEITE, 2017; OLIVEIRA, A., 2010).

Vale acrescentar que, até 2010, o Brasil era um importante destino do Investimento Estrangeiro Direto (IED) focado na indústria, sendo considerado um dos mercados “emergentes” (como a China, Índia e Rússia) impulsionando o mercado mundial em termos da demanda reprimida da crescente “classe média” mundial. No entanto, com a crise de 2008, tanto o IED quanto o governo se voltaram cada vez mais para a extração de recursos naturais — o que, na avaliação de Petras e Veltmeyer (2014), teve como resultado a redução significativa na taxa de crescimento econômico.

A partir desses processos, entre 2010 e 2015, houve, então, acentuada majoração dos

preços das terras no Brasil (de 112%), com tendência de aumento de preços mais significativa no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FLEXOR; LEITE, 2017). Nessas regiões, onde a expansão agrícola foi mais forte, o crescimento dos preços médios ultrapassou 150%, chegando a 220% na região Norte. Nas regiões Sul (+131%) e Sudeste (+130%), as variações médias foram menos intensas, ainda que a alta dos preços tenha sido importante (FLEXOR; LEITE, 2017). Essa tendência de preços nas áreas de fronteira agrícola, da qual a região conhecida como Matopiba (região de Cerrado abrangida por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) é o exemplo mais conhecido, é provavelmente a razão de um aumento relativamente maior nos preços das regiões Norte e Nordeste. Vale observar que esse crescimento foi bem acima da variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), que foi de +48.9%, e o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), calculado em +52.55% (FLEXOR; LEITE, 2017).

O *boom* dos preços internacionais das *commodities* não só estimulou o uso da terra para a produção de *commodities* agrícolas e a valorização dos preços da terra, bem como incentivou investimentos nas respectivas cadeias produtivas. Dessa forma, os efeitos do *boom* das *commodities* sobre o comportamento dos preços dos ativos fundiários, a produção de grãos e a expansão territorial do agronegócio reforçaram a tendência agroexportadora brasileira nas duas últimas décadas.

Outro fator importante é a operação discursiva e simbólica realizada em torno do agronegócio nas últimas décadas. Como demonstra Bruno (2009a), o agronegócio passou a ser apresentado, cada vez mais, como sinônimo de sucesso, geração de riqueza, como padrão tecnológico e de excelência. Em contrapartida, os “outros”, aqueles que não são do agronegócio, como trabalhadores rurais, agricultores familiares e integrantes de movimentos sociais do campo, são desqualificados. Para suas lideranças políticas, não há, também, alternativas históricas para além do agronegócio, sendo apresentado como único caminho possível de desenvolvimento para o país — e qualquer um que se colocar neste caminho deve ser removido. Além disso, apesar de termos visto a importância do Estado para o processo de adoção de tecnologias, formação de grandes propriedades e expansão de investimentos, Heredia, Palmeira e Leite (2010) observam a difusão por lideranças do agronegócio da interpretação de que o alegado sucesso do setor agropecuário e agroindustrial é de responsabilidade exclusiva da iniciativa privada, reforçando ainda a construção do “mito do pioneiro externo”, que explorou economicamente novas regiões do país.

Para Bruno (1997), a tecnologia também se transformou em fonte de legitimação ideológica e mitificação das novas e velhas classes e grupos dominantes do campo. Ser moderno é consumir tecnologia — mas a defesa da tecnologia não se fez acompanhar de uma discussão sobre autonomia tecnológica, e nenhum país consegue se modernizar de maneira integrada se se mantém dependente. Somada a isso, a noção de competência passou igualmente a estar associada ao monopólio fundiário. Ser proprietário por si só significaria ser competente. Assim, implicitamente, institui a existência de incompetentes sociais: “Calcada sobre as ideias de capacidade, talento e superioridade individuais, ela, a competência, termina por instituir a desigualdade e os ‘incompetentes’ sociais.” (BRUNO, 1997, p. 6).

Expressivo exemplo dessa disputa simbólica que o setor buscou travar na sociedade brasileira foi a campanha “Sou Agro”, veiculada amplamente entre junho e outubro de 2011 nos principais canais de telecomunicações do país — portanto, em um cenário de intensa controvérsia em torno da tramitação do novo Código Florestal (BRUNO, 2012; SEVÁ, 2016; POMPEIA, 2020b). A campanha foi elaborada sob encomenda da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e da Bunge, sendo apoiada financeiramente por diversas outras entidades (POMPEIA, 2020b). Contando com a atuação do ator Lima Duarte e da atriz Giovanna Antonelli, as peças publicitárias foram

divulgadas em emissoras de TV e rádio, revistas, portais da internet, cinema e mídia eletrônica em elevadores, sendo seis filmes de TV e cinema e 12 spots de rádio. Para Roberto Rodrigues, então ex-ministro da Agricultura, ex-presidente da OCB e ex-presidente da Abag, “Trata-se de um movimento inédito. Nunca antes todos os setores se uniram e trabalharam de forma coordenada na promoção de sua imagem de forma estruturada e sinérgica.” (CAMPANHA DO MOVIMENTO SOU AGRO..., 2011). Essa ação buscava demonstrar a presença de produtos e serviços do agronegócio no cotidiano dos brasileiros, fortalecendo o entendimento da população sobre as relações intersetoriais. Para Pompeia (2020), o objetivo final de seus formuladores era comunicar com mais efetividade a ideia de que seriam responsáveis pelo conjunto de bens e serviços apresentados, como se fossem “encarnação desse agribusiness superabrangente” (POMPEIA, 2020, p. 216). Assim, superestimavam a representatividade efetiva dos representantes do agronegócio, aprofundando a já mencionada operação de sinédoque política e ampliando o potencial de eficácia de seus pleitos.

Ainda é possível pensar nesse processo de expansão primário-exportadora levando em conta a experiência de outros países da região no mesmo período. O que foi considerado como um “pacto político” por Delgado (2012) não foi uma experiência restrita ao Brasil, mas a diversos países da América Latina, especialmente da América do Sul, e vai além da exploração agropecuária e florestal, incluindo minérios, petróleo/gás e biocombustíveis. Em um contexto de alta da demanda e dos preços das *commodities*, para além de garantir divisas e saldo positivo na balança comercial, os governos da região também viram esse contexto de grande demanda por *commodities* como oportunidade de auferir renda desses empreendimentos extrativos, além de visualizarem como uma via de “desenvolvimento econômico” dentro de suas fronteiras nacionais (PETRAS; VELTMEYER, 2014; SVAMPA, 2019).

Ao longo da década de 1990, as já mencionadas políticas “neoliberais” e “reformas estruturais” realizadas no Brasil, que afetaram negativamente as forças produtivas na agropecuária e na indústria, foram realizadas de modo semelhante em outros países da região e provocaram um importante movimento de resistência. Houve crescimento do questionamento do liberalismo econômico, com intensas mobilizações sociais e, a partir desses movimentos, emergiram na década de 2000 governos ditos “progressistas”, de “esquerda” ou “centro-esquerda” que, apesar de suas diferenças, combinaram políticas econômicas heterodoxas com a expansão de investimento em seguridade social (PETRAS; VELTMEYER, 2014). Assim começou o chamado ciclo progressista latino-americano, que durou pelo menos até 2015-2016 (SVAMPA, 2019).

Nesse contexto, passou-se a buscar a construção de uma alternativa de modelo de Estado pós-neoliberal nos países ricos em recursos naturais para a realização de um desenvolvimento “inclusivo”. Desse modo, com frequência se viu o argumento de governos da região de que as receitas fiscais obtidas com as rendas extrativas poderiam ser usadas para financiar investimentos sociais, especialmente em saúde e educação, amplamente negligenciados na década anterior. Outra destinação dessas rendas extrativas seriam as políticas de redistribuição de renda. Segundo Petras e Veltmeyer (2014), esse discurso, na verdade, ofusca o interesse econômico e a avidez corporativa envolvida no extrativismo e disfarça a natureza elitista e acumuladora do capital extrativista e seus apoiadores.

É a partir desse cenário que surgiram reflexões buscando demonstrar a existência de um novo consenso de desenvolvimento econômico na região pós-Consenso de Washington, que passou a ser chamado de “Consenso das *Commodities*”. Para Svampa (2013; 2019), a ideia da existência de um “consenso”⁴ alude a um acordo (tácito ou explícito), do caráter irrevogável ou

⁴ Em 2017, diante da persistência de conflitos envolvendo o povo Mapuche e empreendimentos extrativistas legitimados pelos governos local e nacional, Maristella Svampa fala ainda da importância de desmontar o avanço

irresistível da dinâmica extrativista, ao impor a ideia de que não haveria outras alternativas ao estilo de desenvolvimento extrativista. Todo discurso crítico ou oposição acabaria sendo considerado antimoderno, uma negação do progresso, irracional e associado ao fundamentalismo ambiental, sempre impulsionado por ONGs ou atores estrangeiros. A expressão “consenso” também remete à existência de rupturas e continuidades em relação ao período anterior, em que vigorou o “Consenso de Washington”:

[...] [O] estágio atual pode ser lido tanto em termos de rupturas quanto de continuidades em relação ao período anterior do Consenso de Washington. Ruptura, pois há importantes elementos de diferenciação em relação aos anos [19]90. Lembremos que o Consenso de Washington colocou a valorização financeira no centro da agenda e conduziu a uma política de ajustes e privatizações, que acabou redefinindo o Estado como um agente meta-regulador. Da mesma forma, ocorreu uma espécie de homogeneização política na região, marcada pela identificação ou forte proximidade com as receitas do neoliberalismo. Em contrapartida, atualmente, o “Consenso de *Commodities*” coloca no centro a implementação massiva de projetos extrativos orientados para a exportação e, assim, estabelece um espaço de maior flexibilidade quanto ao papel do Estado. Isso permite o desdobramento e a coexistência entre governos progressistas, que questionaram o consenso neoliberal em sua versão ortodoxa, e aqueles outros governos que continuam a aprofundar uma matriz política conservadora no marco do neoliberalismo.

Mas também há continuidades, uma vez que existem linhas claras de parentesco entre os anos [19]90 e hoje, que se referem a níveis diferentes. Por um lado, uma das continuidades está ligada à manutenção das bases normativas e jurídicas que permitiram a atual expansão do modelo extrativista, ao garantir “segurança jurídica” para o capital e alta rentabilidade empresarial. Da mesma forma, mesmo nos casos em que o Estado assume um papel ativo (por meio de desapropriações), durante a fase de *commodities* as novas regulamentações tendem a confirmar a associação com capitais transnacionais. (SVAMPA, 2013, p. 36, tradução nossa).

Dadas as circunstâncias internacionais, em nome das “vantagens comparativas” ou da subordinação à ordem econômica global, governos progressistas e conservadores da região acabaram aceitando como destino o novo consenso, que reservou à América Latina o lugar de fornecedor de recursos naturais na divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, Svampa (2019) também compreende que boa parte das esquerdas continua sustentando uma visão produtivista do desenvolvimento. Assim, os governos da região voltaram-se para a extração de recursos naturais como uma estratégia de desenvolvimento econômico — o “novo extrativismo” ou “neoextrativismo”, como é denominado na América Latina, com referência ao “ativismo inclusivo” do Estado “pós-neoliberal” (PETRAS; VELTMEYER, 2014). Tanto o “desenvolvimento inclusivo” quanto o “extrativismo” emergiram como um pilar fundamental do modelo econômico construído nas condições de mudança do novo milênio, e perseguidos por um número crescente de governos (especialmente na América do Sul) entre os anos 2000 até 2015-2016 em suas estratégias e políticas de desenvolvimento nacional.

Vale assinalar alguns problemas estruturais relacionados a esse processo. Para Petras e Veltmeyer (2014), o “novo extrativismo” é mais uma maldição do que uma bênção ou uma oportunidade econômica. As ligações com o mercado global, mas com poucas relações com o restante da economia nacional, impedem a formação de uma maneira mais equilibrada e ampliada de desenvolvimento econômico e social, tendo em vista que há propensão muito baixa ao uso da mão de obra no processo de produção, resultando em uma limitada distribuição do produto social do setor extrativo — ver Contente (2018). Há também uma tendência de longo

de um “consenso anti-indígena” que se construiu na Argentina – ver Svampa (2017).

prazo em direção a uma deterioração nos termos do comércio de países exportadores de *commodities* vis-à-vis a importação de manufaturados (PETRAS; VELTMEYER, 2014). Delgado (2012) ainda aponta para a fragilidade dessa estratégia econômica em caso de crise financeira global que leve à redução da demanda externa por *commodities*, pois um padrão de crescimento econômico assentado no setor primário-exportador se veria comprometido. Além disso, depois de ciclos de alta, a queda nos preços ainda é praticamente inevitável, expondo a economia a condições sobre as quais os formuladores de políticas não têm controle (PETRAS; VELTMEYER, 2014) — como ocorreu a partir do segundo semestre de 2014 no Brasil. De acordo com Petras e Veltmeyer (2014), a estratégia extrativista também inibe uma distribuição mais equitativa da riqueza, além de uma maior participação do trabalho na renda nacional:

Embora as rendas inesperadas coletadas pelos governos progressistas dentro da estrutura política do novo extrativismo tenham permitido a alguns deles, principalmente Brasil, Bolívia e Equador e, claro, a Venezuela, reduzir significativamente a incidência de pobreza, se não a estrutura da desigualdade social, é evidente que os ganhos obtidos nessa frente com base no boom das *commodities* primárias não podem ser sustentados com uma política de inclusão social e assistência econômica aos pobres. Esses ganhos também não podem ser sustentados pela dependência do Estado em rendas de recursos para financiar um processo de desenvolvimento econômico e social, uma característica fundamental do novo extrativismo. A redução das desigualdades sociais na propriedade da terra e a distribuição de renda exigem mudanças estruturais, o que, por sua vez, exige um confronto com o poder econômico e político. (PETRAS; VELTMEYER, 2014, p. 31, tradução nossa)

1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE MODERNIZAÇÃO, AGRONEGÓCIO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Diante do exposto neste capítulo, uma das questões que queremos enfatizar é a importância do Estado e das políticas públicas para projeção econômica e política de determinados grupos sociais. Não há como falar em agronegócio sem pensar em Estado e nas políticas públicas que viabilizaram que determinados grupos fossem favorecidos e expandissem seu poder, pois vimos que na “modernização conservadora” foram escolhidos os principais beneficiários do crédito subsidiado, dos incentivos fiscais e da expansão da agropecuária para novas áreas, sendo os principais “vencedores” empresários do Sudeste, escolhidos para conduzir o desenvolvimento dessas regiões a serem exploradas. Com essas políticas, os povos originários estavam entre os principais segmentos da sociedade que perderam com esses processos, sendo violentamente desapossados de seus territórios e seus meios de vida.

As mudanças econômicas ocorridas a partir da década de 1970 também transformaram profundamente a dinâmica e os atores da representação política da agropecuária e do setor agroindustrial. Conformando uma teia de relações cada vez mais ampla e complexa, a modernização da agricultura alavancou novos atores, articulou interesses e redefiniu alianças para representação política (BRUNO, 1997). Esse processo é perceptível com o surgimento, por exemplo, da Abag, em 1993, que se conformou mais como uma agremiação de empresas do que de entidades patronais, inaugurando uma modalidade associativa de novo tipo no país (MENDONÇA, 2010).

Nos anos 2000, houve um processo de reestruturação e expansão da exploração primária-exportadora no país, com a manutenção da alta concentração de terras e dos ganhos econômicos. Nesse contexto, é possível afirmar que ocorreu intenso acúmulo de capital econômico, especialmente pelos grandes proprietários de terras e pelo empresariado

agroindustrial, que procuraram, assim, garantir uma representação política que considerassem estar a altura de sua importância econômica. Pensando a partir das reflexões de Pinçon e Pinçon-Charlot (2007), é possível considerar que esses grupos projetados pelo acúmulo de capital econômico passaram a procurar converter esse tipo de capital em capital social (relações sociais) e capital simbólico (cultura, valores e conhecimentos). Isso se refletiria, por exemplo, no financiamento de campanhas eleitorais, estabelecimento de novas entidades representativas e na disputa realizada na sociedade por meio de investimento em publicidade e propaganda de massa. Assim, como ocorreu complexificação e crescimento da cadeia de funções produtivas do agronegócio, surgiu um processo análogo no contexto da representação política dos interesses do setor.

Trabalhos como de Pompeia (2018; 2020b) demonstram que, a partir da década de 2010, passa a se verificar maior investimento do agronegócio na atuação parlamentar, apresentando-se como um marco a criação do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que atua junto à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) do Congresso Nacional e é mantido por entidades do agronegócio. No entanto, é importante considerar que apenas a acumulação de recursos financeiros poderia viabilizar, por exemplo, uma sede própria para o IPA em um bairro nobre de Brasília (DF), tendo sido fundamental a acumulação de capital econômico no período precedente para tal realização dos representantes do agronegócio. Portanto, a institucionalização de uma representação política intersetorial no parlamento brasileiro é um processo parcial dentro de mudanças econômicas e sociais mais abrangentes.

Diante dessas questões, entendemos que a ascensão da FPA como importante força política na década de 2010 não se deu de forma isolada ou por arrojada iniciativa e desempenho de um grupo de parlamentares, mas está ligada e se torna possível com o desenvolvimento do setor agropecuário e agroindustrial ocorrido até então, incentivado principalmente pelo crédito agrícola, pela demanda internacional crescente de *commodities* agropecuárias e pela compreensão governamental da necessidade macroeconômica dessa via de desenvolvimento para equacionar a balança de pagamentos do país. Ao mesmo tempo, esse processo de mudança na representação política e maior investimento na representação parlamentar não pode ser visto como consequência espontânea ou “natural”, devendo-se levar em conta que também é produto de decisões políticas das lideranças do agronegócio.

Nesse contexto, podemos afirmar que, no final da década de 2000 e início da década de 2010, as demarcações de terras indígenas se inserem em um contexto de: 1) alta demanda por terras, especialmente para exploração agropecuária, mas também pela especulação financeira; 2) importante acúmulo de capital econômico pela grande exploração agropecuária e pelo empresariado agroindustrial; 3) governo federal que aposta na via primária-exportadora como fonte de divisas e receita para políticas sociais; 4) disputa simbólica na sociedade pelos representantes do agronegócio; e 5) aposta na representação parlamentar para comunicar e imprimir de modo eficaz as demandas do agronegócio.

Diante desse cenário, quando as demarcações de terras indígenas se sobrepõem a títulos de propriedade privada, também entram no caminho do agronegócio, apresentado como a via de desenvolvimento única para o país. É possível considerarmos ainda que o crescimento da demanda por terras nos anos 2000 aumentou os custos financeiros e políticos da solução dos conflitos fundiários, principalmente se pensarmos na nulidade de títulos de propriedade sobrepostos a terras indígenas, prevista na Constituição federal, ou mesmo na possibilidade de compra de terras pelo Estado para formação de reservas indígenas.

CAPÍTULO II – FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA: TRAJETÓRIA, CARACTERIZAÇÃO, SEU PODER E SUAS PAUTAS

A organização de grupos parlamentares suprapartidários voltados a determinados temas ou à defesa de interesses corporativos e fortalecimento político de setores por eles representados é um fenômeno político que fez parte do contexto de redemocratização da sociedade brasileira desde a década de 1980 (SIMIONATTO; COSTA, 2012), ainda que esse não seja um fenômeno exclusivamente brasileiro⁵. No Brasil, os coletivos informais de parlamentares são usualmente denominados de “bancadas”, sendo esse termo também utilizado para se referir, por exemplo, a bancadas partidárias, bancadas estaduais e bancadas regionais.

Ao longo da década de 1990, alguns grupos de interesse suprapartidários ganharam cada vez mais coesão organizativa, e esse tipo de organização se tornou cada vez mais corrente no Congresso Nacional. Assim, a Câmara dos Deputados passou a registrar sua existência no Diário da Câmara dos Deputados (DCD), a partir de comunicados de parlamentares, utilizando a denominação “frente parlamentar”. Nos anos 2000, a Câmara dos Deputados deu mais um passo no reconhecimento dessas associações parlamentares e abriu a possibilidade de formalizar a constituição das frentes. A crescente organização da representação parlamentar do setor agropecuário patronal na chamada “Bancada Ruralista” e, mais tarde, de parlamentares identificados com o agronegócio na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é o principal exemplo desse processo de evolução organizativa no parlamento brasileiro.

Durante a 54ª Legislatura (2011-2015), as demarcações de terras indígenas passaram a ser pauta recorrente nas reuniões da FPA, que estabeleceu uma série de reivindicações e atuou de diferentes formas em relação ao tema. Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é analisar a trajetória da organização dos parlamentares da Bancada Ruralista do Congresso Nacional, que culminou na institucionalização da FPA, até o momento em que os direitos territoriais indígenas entraram em sua agenda política prioritária. Nossa intenção também é de caracterizar essa Frente, apontando os principais partidos que a compõem, seu tamanho, os espaços que ocupa, assim como apresentar seu funcionamento. Além disso, pretendemos trazer reflexões iniciais sobre seu poder no Congresso Nacional, pensando também a respeito dos grupos sociais com os quais se relaciona para tratar do tema das terras indígenas.

Ao longo deste trabalho, concentraremos nossas atenções no que Bruno (2009b) considerou como rede de sociabilidade política, que compreende as atividades político-partidárias, sindicais, corporativas e os cargos públicos. A autora ainda assinala para a existência de rede de atividades profissionais, relativas às suas ocupações (como de agricultores, pecuaristas, empresários, médicos, empreiteiros), e uma rede “societal”, entendida como participação em agremiações sociais e religiosas, como a Maçonaria e o Lions Club. As fontes utilizadas neste trabalho, como documentos do Congresso Nacional e o noticiário de cobertura do agronegócio, dão conta essencialmente da rede política desses parlamentares.

Primeiramente, abordaremos a conformação da chamada Bancada Ruralista no Congresso Nacional, do período de redemocratização até meados da década de 2000, quando ocorreu a possibilidade de formalização de frentes parlamentares e a representação parlamentar passou a ganhar maior importância no que concerne aos interesses do agronegócio. Nos tópicos seguintes, abordaremos propriamente a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA),

⁵ Na literatura internacional, é possível encontrar referências às frentes parlamentares como *legislative caucus*, *legislative member organizations* (LMO) ou *congressional member organizations* (RINGE; VICTOR; CARMAN, 2013).

evidenciando suas características, sua atuação na tramitação do novo Código Florestal, além dos primeiros momentos em que os parlamentares da Frente passam a declarar que as demarcações de terras indígenas se tornaram sua pauta prioritária.

2.1 RURALISTAS NO CONGRESSO NACIONAL

A conformação de um grupo de parlamentares voltado para a defesa de interesses das elites agrárias remete ainda à década de 1980, como reação ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e às ocupações de terras por trabalhadores rurais sem terra (BRUNO, 2017b). Foi na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988) que a Bancada Ruralista começou a se constituir como um novo polo de articulação na cena política do país (BRUNO, 2017b; SIMIONATTO & COSTA, 2012). Naquele momento, ainda sem expressiva coesão organizativa dentro do Congresso Nacional, os segmentos dominantes do campo tinham como referência a denominada União Democrática Ruralista (UDR), que, no âmbito da Constituinte, buscou se opor à aprovação de artigos relacionados à reforma agrária, conquistando vitória com a impossibilidade de desapropriação de áreas consideradas produtivas.

Em 1993, a UDR encerrou suas atividades em função de diversas disputas judiciais e acusações de incentivar atividades paramilitares contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A entidade voltaria novamente à cena política do país no final da década de 1990, destacando-se novamente em confrontos com trabalhadores rurais sem terra (VIGNA, 2000).

Na década de 1980, outras experiências reuniram representantes do setor agropecuário para articulação política junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo federal. Em março de 1981, os dirigentes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) articularam a criação da Frente Parlamentar Cooperativista (FPC) e, em 1983, essa Frente já contava com 80 parlamentares “comprometidos com a causa” — “É preciso que o cooperativismo não fique apenas na filosofia e tenha maior poder político.” (JORNAL DO COOPERATIVISMO, 1983 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 204). Em 1985, a OCB também formou o Bloco Parlamentar Ruralista, integrado por 87 deputados e seis senadores, cujo objetivo era “levantar todas as propostas e projetos existentes em relação à agricultura e enumerar as prioridades para acelerar sua tramitação no Congresso” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1985, p. 36 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 205). Essas iniciativas foram importantes, pois as lideranças da OCB, em especial, Roberto Rodrigues, tornaram-se protagonistas da representação do “agronegócio” na década seguinte, buscando conquistar “maior poder político”, como apontava, em 1983, o *Jornal do Cooperativismo* (MENDONÇA, 2010, p. 204).

Com o processo de redemocratização, Bruno (1991) considera que os grupos dominantes do campo e do setor agroindustrial aprenderam progressivamente a utilizar os instrumentos da democracia a seu favor:

Foram ‘hábeis’ ainda ao incorporar as ‘novas’ práticas políticas: mais que ninguém eles aprenderam a recorrer à prática dos “lobbies” e ao poder de pressão para se protegerem e promoverem seus interesses, sem deixar, contudo, de abrir mão da opção pela violência explícita e da perpetuação do mando e do controle político sobre os trabalhadores do campo, o corporativismo e as lealdades. (BRUNO, 1991, p. 85).

Outro aspecto que Bruno (2009b) considera importante é o fortalecimento do Poder Legislativo brasileiro com o fim da ditadura militar. Cada vez mais, setores patronais do país, não apenas rurais e agroindustriais, buscaram representação, investiram em candidaturas

parlamentares e passaram a ter mais visibilidade nesse espaço de poder. Assim, as classes dominantes progressivamente “[...] inscreveram seus porta-vozes no interior da sociedade política, canalizando para ela demandas específicas que são transformadas em ‘interesses nacionais’” (MENDONÇA, 2010, p. 23).

Na 49ª Legislatura (1991-1995)⁶, a primeira com presidente da República eleito por eleições diretas desde 1961, o grupo de parlamentares considerados ruralistas ainda era restrito, não passando efetivamente de 20 parlamentares, mas possuía considerável poder de articulação (VIGNA, 2001). Ronaldo Caiado, então principal liderança da União Democrática Ruralista (UDR), havia sido eleito deputado federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL), sendo um dos responsáveis pelo início da formação do grupo ruralista. Por isso, Vigna (2001) considera que, inicialmente, a Bancada Ruralista não se distinguia da UDR. Nesses primeiros anos, esses parlamentares tentaram impor obstáculos à regulamentação da reforma agrária, mas sua desarticulação impossibilitou que atingissem seus objetivos. Na avaliação de Vigna (2000), os ruralistas deixaram de mobilizar mais congressistas devido ao caráter agressivo de seus parlamentares, principalmente pecuaristas. Ao longo da legislatura, isso provocou desgastes políticos e, ao final, a bancada já não tinha o mesmo poder de mobilização (VIGNA, 2001).

Na 50ª Legislatura (1995-1999), com a perda das principais lideranças⁷ da legislatura anterior, houve reciclagem, ampliação e consolidação do grupo, que passou a ter novo perfil (VIGNA, 2001). Também houve uma diversificação da composição, pois certos deputados se colocaram como porta-vozes e articuladores de setores produtivos específicos, como cacauicultura, cítricos e pecuária. Naquela legislatura, também houve distribuição de responsabilidades quanto à articulação no parlamento e na sociedade (VIGNA, 2001). Vale observar que, em 1995, o Partido dos Trabalhadores (PT) conquistou a presidência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados pela primeira e única vez até a atualidade, o que pode ter sido reflexo dessa perda de lideranças com a mudança de legislatura e a necessidade de rearticulação dos ruralistas no primeiro ano. Naquele momento, a Bancada Ruralista já demonstrava ser um grupo com poder de barganha no Congresso Nacional: “Em 1995, ameaçaram votar a favor da quebra do monopólio do petróleo se o governo não perdoasse as dívidas dos grandes fazendeiros. O governo cedeu.” (JAIME, 2001). Segundo Jaime (2001), a Bancada também já havia imposto ao Tesouro Nacional três renegociações da dívida agrícola dos grandes proprietários, desde 1995. Ao longo da década, passaram a influenciar diretamente as indicações para o Ministério da Agricultura e elegeram, a cada ano, o presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.

Na 51ª Legislatura (1999-2003), Vigna (2001) considera a bancada como já consolidada, mantendo a presidência da então chamada Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, além da já mencionada influência na indicação de ministros da Agricultura. No entanto, houve queda da representação de 117 deputados, em 1996, para 89, em 2001, o que correspondia a 17,3% do total dos deputados federais. Apesar disso, Vigna (2001) avalia que isso não necessariamente representou perda de força política, pois “O forte do grupo é o potencial para mobilizar um número de deputados bem maior que os diretamente interessados nas proposições que são defendidas pela Bancada” (VIGNA, 2001, p. 11).

Naquela legislatura, os deputados considerados ruralistas por Vigna (2001) eram de 25 estados, tinham representação nacional e o poder de articulação no interior dos grandes partidos em cada estado. A unidade federativa com maior número de deputados na bancada era Minas

⁶ A primeira Legislatura ocorreu de 1826 a 1829.

⁷ Os líderes citados por Vigna (2001) que não seguiram a 50ª Legislatura são: Ronaldo Caiado (PFL/GO), Otto Cunha (PPR/PR), Fábio Meirelles (PPR/SP), Roberto Cardoso Alves (PTB/SP), Dejandir Pasquale (PMDB/SC), Victor Faccioni (PPR/SC), Moacir Micheletto (PMDB/PR) e Osvaldo Bender (PPR/RS) (VIGNA, 2001).

Gerais, mas era a região Nordeste que contribuía com mais parlamentares (33), seguida da região Sudeste (18 deputados). Composição semelhante havia ocorrido na legislatura anterior (1995-1999) (VIGNA, 2001). Nesse contexto, o autor considera que

O fato da maioria dos deputados do grupo pertencer ao Norte/Nordeste e ao Sudeste demonstra não só a convivência de formas de produção material e ideológica diferentes, mas indica interesses comuns entre a elite agroconservadora e industriais modernos. Os parlamentares dessas regiões tão distintas assumem na arena política o mesmo compromisso: a defesa de interesses agroconservadores. Esses interesses podem ser diferenciados de acordo com os atores, mas os processos e os recursos de poder utilizados para obtenção de ganhos são os mesmos. (VIGNA, 2001, p. 27).

Segundo os critérios de Vigna (2001), a Bancada Ruralista também era a terceira maior naquela Legislatura (depois do que considerava a “bancada empresarial” e dos advogados). O PFL (que, em 2007, mudou de nome para Democratas) era o partido com maior quantidade de deputados (25), compondo também o Partido Progressista Brasileiro – PPB (21), Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (18) e PSDB (17). Naquele contexto, Vigna (2001) sinalizava que o número de deputados ruralistas de cada partido não correspondia à representatividade real de deputados de uma sigla alinhados com a bancada, podendo ser maior, mas, segundo seus critérios, nunca menor.

Como se pode perceber também através da composição partidária, na época, boa parte dos deputados pertencia à base do governo, sendo de partidos que compunham a chapa presidencial de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Isso não caracteriza necessariamente o governo federal, mas essa composição trazia condicionamentos ao governo. A expectativa, a princípio, seria de que se alinhariam com os interesses do Poder Executivo, mas houve ocorrências em que a Bancada aparece como uma ameaça interna de ruptura da articulação da base governista. Para Vigna (2001), um exemplo foi a conquista dos ruralistas na aprovação do substitutivo do novo Código Florestal na Comissão Mista do Congresso Nacional, mesmo contra a orientação do governo federal, a pressão de alguns ministros de Estado e da sociedade civil.

Na Legislatura de 1999-2003, a regulamentação dos transgênicos foi um ponto de tensão interna na bancada. Deputados com formação na área da saúde, como Ronaldo Caiado (PFL/GO) e Saulo Pedrosa (PSDB/BA), foram favoráveis ao princípio de precaução, negando a entrada de produtos que não tivessem a segurança comprovada para a saúde humana e o meio ambiente. Também houve compartilhamento do comando da bancada entre os representantes pecuaristas (deputados Ronaldo Caiado – PFL/GO, e Abelardo Lupion – PFL/PR) e os empresários rurais (Nelson Marquezelli – PTB/SP, e Hugo Biehl – PPB/SC) (VIGNA, 2001), expressando tanto o contexto do agronegócio no final da década de 1990 e início de 2000 quanto a diversidade interna na composição da bancada.

Até o início dos anos 2000, o processo de saída de deputados e entrada de novos integrantes a cada legislatura passou a não comprometer a continuidade da organização e não descaracterizou a bancada (VIGNA, 2001). Os deputados que se reelegeram ou já haviam exercido mandato conheciam o processo de embate parlamentar e apresentavam acúmulo de conhecimentos dos processos legislativos, tornando-se importantes referências. Naquele período, portanto, o autor já considerava a existência de uma dinâmica social sustentada dessa formação social. Com base no conceito de figuração social de Elias (2001), esse grupo passou, a partir de então, a existir para além dos parlamentares, e a mudar mais lentamente do que os indivíduos que lhe dão forma.

Como já mencionado, até a década de 2000, a Bancada Ruralista conseguiu influenciar ou controlar o Ministério da Agricultura, a Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara

dos Deputados, além de algumas superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (VIGNA, 2001). Isso começa a mudar na década de 2010 e novos espaços passam a ser diretamente controlados ou pressionados pelo grupo.

Vale observar que Antonio Feijão (PSDB/AP) e Luis Barbosa (PPB/RR) foram listados como integrantes da Bancada Ruralista por Vigna (2001) e também foram membros da CPI da Funai (1999) — o primeiro como titular e o segundo como suplente. Por outro lado, o deputado Almir Sá (PPB/RR), autor da PEC nº 215/2000, importante pauta da bancada em legislaturas posteriores, não foi considerado pelo autor como ruralista naquela legislatura.

Na 52ª Legislatura (2003-2007), entre as pautas da bancada, esteve a aprovação da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005), que regulamentou o plantio e a comercialização de organismos transgênicos e autorizou o uso de células-tronco de embriões humanos para pesquisas. Essa Lei foi sancionada com sete vetos pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em março de 2005. Ao longo de 2005, também transcorreram as atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra), nas quais os ruralistas conquistaram a aprovação do voto em separado do deputado Abelardo Lupion (DEM/PR), que criminaliza os movimentos sociais (PEREIRA, 2013).

Nessa legislatura, Bruno (2021, p. 469) aponta como as principais lideranças da então chamada Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (FPAA) os deputados Abelardo Lupion (PFL/PR), Afonso Hamm (PP/RS), Darcísio Perondi (PMDB/RS), Dilceu Sperafico (PP/PR), Homero Pereira (PPS/MT), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC), Moacir Micheletto (PMDB/RS), Nelson Marquezelli (PTB/SP), Osmar Serraglio (PMDB/PR) e Ronaldo Caiado (DEM/GO).

Como vimos no capítulo anterior, a integração entre capitais, o consumo de tecnologias e o crescimento das indústrias relacionadas às atividades agropecuárias contribuíram para que também ocorressem mudanças na representação política desses setores que, nesse novo cenário, passa a ir além dos interesses do setor primário. A modernização levou a uma profunda segmentação de interesses no interior da classe dominante agrária, trazendo consigo um duplo processo de diferenciação: econômica e política (MENDONÇA, 2010, p. 178). Houve esvaziamento das instâncias clássicas de representação, como a estrutura sindical patronal, que não conseguiu mais responder à diversidade de interesses envolvidos, e novas organizações políticas foram criadas, como a Abag (BRUNO, 1997). A própria integração de capitais possibilitou uma maior articulação entre os diferentes interesses, pois “gerou, ao nível dos dominantes, interesses muito mais amplos, e assim os grandes proprietários de terra se sentem mais seguros porque não contam apenas com aliados potenciais, mas com parceiros que têm interesses em comum.” (BRUNO, 1997, p. 11). Assim, a nova retórica ruralista passou a envolver um conjunto amplo de sujeitos em uma mesma identidade: “nós, os produtores e empresários agroindustriais” ou ainda “Nós, os da bancada ruralista; nós do *agribusiness*; nós, os produtores autênticos e parlamentares militantes.” (BRUNO, 1997, p. XII). Ainda segundo a autora,

Grandes proprietários de terra e empresários rurais encontram-se marcados pela diversidade interna: a inserção e os ritmos dos processos produtivos não são os mesmos para todos; o acesso ao crédito e o padrão tecnológico são distintos, bem como a concessão de benefícios e os subsídios; as condições de mercado são diferenciadas e são desiguais as circunstâncias em que se realiza a concorrência. Além do mais, há uma diversidade de *status*, de privilégios e de influência. (BRUNO, 1997, p. 8).

Apesar da heterogeneidade, da diversidade e das disputas internas, é a defesa do monopólio da terra e a concepção de propriedade que delimitam o espaço ideológico comum a

todas as classes e grupos dominantes no campo. A pauta “agrega numa identidade única o pecuarista, o industrial, o produtor de grãos, o empresário à montante e à jusante da porteira da fazenda, o banqueiro-proprietário de terras e o latifundiário ‘chapéu de palha’.” (BRUNO, 1997, p. XIII). Bruno (1997, p. 13) considera ainda que “Em nenhum momento encontramos o ‘espírito de classe’ de um modo tão claro, tão nítido e intenso quanto no debate sobre a questão fundiária. Nestas situações, não é aquela liderança patronal e muito menos aquele setor particular, e sim a ‘classe’ que polemiza e reage.”. Quando se veem ameaçados ou quando conseguem constituir uma pauta única, “pouco se diferenciam entre si o latifundiário, o empresário, a agroindústria, as grandes cooperativas empresariais, as corporações multinacionais ou mesmo as supostas empresas planetárias.” (BRUNO, 1991, p. 84). É esse conjunto amplo de atores e relações que, até o final da década de 2000, começa a antagonizar as demarcações de terras indígenas, entendidas como um grande risco à propriedade privada da terra.

Bruno (2009b) ressalta que os parlamentares ruralistas não se ocupam apenas de questões rurais, temas agrícolas e agrários, mas também procuram ocupar os espaços políticos possíveis no Congresso Nacional, fazendo-se presentes nas diversas comissões existentes, especialmente naquelas consideradas estratégicas, como a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Esses parlamentares atuam nas esferas decisórias visando impor na esfera pública o conjunto de seus interesses e visões de mundo. Suas noções de desenvolvimento e modernidade não incluem distribuição de renda e participação na prosperidade da nação. Vale observar, ainda, que nem todos os parlamentares exercem profissões relacionadas à atividade agropecuária ou agroindustrial, mas tem origem em famílias de tradição rural e, por isso, tendem a se alinhar por interesses familiares, ou mesmo ideológicos (VIGNA, 2001; CARNEIRO, 2020).

Segundo Bruno (2009b), a participação dos parlamentares ruralistas em comissões mistas do Congresso Nacional se deu, principalmente, para questões relacionadas ao crédito rural, ao Imposto Territorial Rural e ao pagamento da dívida agrária. Esses parlamentares também ocuparam comissões relacionadas ao projeto Calha Norte, sobre a Política de Ocupação da Amazônia e sobre doação, vendas e concessões de terras públicas. Por outro lado, a participação desses parlamentares foi identificada como menor na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), outra comissão permanente da Câmara dos Deputados (BRUNO, 2009b).

Na 53ª Legislatura (2007-2011), a Bancada Ruralista ganhou força e conseguiu impor na pauta do Congresso Nacional e da sociedade brasileira a mudança do Código Florestal brasileiro (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), principal norma ambiental do país. Foi também nessa Legislatura que o reconhecimento das frentes parlamentares ganhou efetividade e determinados grupos ganharam mais institucionalidade, em especial a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), que cada vez mais consolida sua identidade e sua atuação. Como veremos a seguir, esse reconhecimento das Frentes também levantou novas questões quanto às organizações parlamentares no Congresso Nacional.

Como vimos no primeiro capítulo, com a modernização do setor agropecuário a partir da década de 1970, ocorreram também mudanças na representação política, que consagraram a liderança da OCB. Essa, por sua vez, culminou na criação da Abag, em 1993, e de diversas outras associações do setor agroindustrial e da agropecuária (MENDONÇA, 2008; 2010). Na década de 2000, período considerado como de reestruturação da economia do agronegócio (DELGADO, 2012), novas mudanças são constatadas no conjunto da representação do agronegócio e suas lideranças passam a investir de maneira consistente na via parlamentar para garantir seus interesses.

Assim, durante a primeira metade da década de 2010, a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária passa a assumir um crescente papel no âmbito do bloco político intersetorial do agronegócio, dando maior ênfase a temas fundiários (POMPEIA, 2018; POMPEIA, 2020b). Também entram em pauta a liberação mais rápida de insumos para a agropecuária e o fim da rotulagem dos alimentos contendo transgênicos. De todo modo, a pauta da Frente que ganhou maior destaque nacional foi o Código Florestal brasileiro.

2.2 FRENTES PARLAMENTARES E A FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA

Como já mencionado, os grupos de interesse suprapartidários não eram, inicialmente, oficialmente registrados no Congresso Nacional. Antes de 2003, devido a essa informalidade, apenas ficavam registrados no Diário da Câmara dos Deputados (DCD) os grupos parlamentares que eram comunicados por simples expediente ao presidente da Câmara dos Deputados. A partir de 2003, a Câmara dos Deputados passou a identificar em seu portal da internet a lista das chamadas “frentes parlamentares” que informaram à Casa sobre sua criação, com registro também realizado no DCD⁸. Em 2005, durante a 52ª Legislatura (2003-2007), com o Ato da Mesa nº 69/2005, passou a ser possível realizar o registro oficial desses grupos, sendo exigida a apresentação de um estatuto da Frente Parlamentar, contendo seus objetivos e membros. O reconhecimento ainda está condicionado à sua publicação no início de cada legislatura e a uma composição de, no mínimo, um terço do Poder Legislativo Federal. Por esta medida ter se dado na penúltima sessão legislativa daquela legislatura, só vemos seus efeitos se concretizarem no início da 53ª Legislatura (2007-2011).

A oficialização dessas organizações parlamentares, portanto, se dá no âmbito da Câmara dos Deputados, mas senadores também podem se registrar nas frentes, que são chamadas, então, de frentes mistas. Até a 55ª Legislatura (2015-2019) não havia regulamentação semelhante no Senado Federal. Com esse registro, seus integrantes podem requerer o uso do espaço físico da Câmara dos Deputados e receber apoio para divulgação de suas atividades dos veículos de comunicação oficiais da Câmara. Vale observar, no entanto, que as frentes parlamentares não são previstas pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e não podem solicitar contratação de pessoal ou passagens aéreas, além de que suas atividades não podem interferir no andamento dos trabalhos da Casa. Como ainda salienta Cascione e Araújo (2019), a Câmara dos Deputados também não garante espaços permanentes nem transmissões completas de eventos para esses grupos.

A principal frente parlamentar de que os congressistas considerados ruralistas participam e onde especialmente se organizam é a atual Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA). A relação entre Bancada Ruralista e FPA é feita na seção sobre o histórico da Frente em seu próprio portal na internet:

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, um grupo de parlamentares ligados à agropecuária deu os primeiros passos na defesa dos interesses do setor. A Frente Ampla Ruralista trabalhou mobilizando-se na busca de uma legislação que assegurasse, principalmente, os direitos de propriedade. O resultado deste trabalho garantiu no texto Constitucional a preservação dos direitos de propriedade rural em terras produtivas.

Até 1994, a bancada ruralista continuou a existir informalmente. Em 1995 foi fundada, com ata assinada por deputados e senadores, a Frente Parlamentar da Agricultura. Em

⁸ Conforme informações fornecidas pelo serviço de atendimento ao cidadão da Câmara dos Deputados.

2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que em 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para se adequar às regras de regulamentação criadas pela Câmara dos Deputados. (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA, 2021).

Os ruralistas podem ser signatários e participar ativamente de outras frentes e grupos parlamentares (ver Bruno, 2009b, p. 24) também ligados à agricultura, ou mesmo relacionados a temas como Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde e Previdência, Comunicação, Infraestrutura e Transporte. A frente com maior proporção de participação, depois da FPA, é a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), que, por sua vez, é produto do trabalho de articulação política da OCB (BRUNO, 2009b; ARAÚJO; SILVA, 2016, p. 27). A FPA não é a única frente relacionada ao tema “agricultura e pecuária”, Silva e Araújo (2019, p. 239) classificam 19 frentes no âmbito dessa temática, além de um total de 214 frentes registradas entre 2011 e 2014, sendo a maioria delas (120) registradas em 2011, primeiro ano da 54ª Legislatura.

Como mencionado, a Bancada Ruralista passou a se organizar principalmente na FPA, mas isso não ocorreu com todas as bancadas conhecidas da literatura. Fala-se, por exemplo, de uma “bancada empresarial” (VIGNA, 2001; DIAP, 2010), apesar de não existir uma “Frente Parlamentar dos Empresários”. O Diap (2010), inclusive, considerava que a bancada empresarial era a maior na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, na 54ª Legislatura:

Um em cada três parlamentares é proprietário ou sócio de algum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou ainda proprietário de fazenda ou de indústria agropecuária. Segundo levantamento parcial do DIAP, há 273 parlamentares nessa condição, sendo 246 deputados e 27 senadores. É a bancada suprapartidária mais expressiva, do ponto de vista numérico, embora nem sempre atue de modo articulado, como a bancada ruralista, por exemplo.

A bancada empresarial que tomará posse em fevereiro de 2011, considerando reeleitos e novos parlamentares, cresceu em relação à atual, passando de 219 para 273 integrantes. Essa constatação reforça a tese de que os agentes econômicos preferiram disputar a eleição para o Legislativo, cuja pauta vai incluir matérias trabalhistas e a reforma tributária, em lugar de enviar meros representantes. (DIAP, 2010, p. 35).

Portanto, ainda que não possuam uma organização concentrada em uma frente⁹, a existência de uma grande quantidade de empresários no Congresso Nacional faz com que eles possivelmente votem de maneira coerente em relação à sua posição social.

A literatura também tem apontado que frentes parlamentares têm espaço limitado na agenda dos parlamentares e não são substitutos dos partidos e, sim, um complemento às suas atividades (RINGE; VICTOR; CARMAN, 2013). As frentes também não possuem as prerrogativas de distribuição de recursos, punição formal de dissidentes, indicação de lideranças e tempo regimental de fala, que são atribuições exclusivas dos partidos políticos. De modo geral, as frentes também não têm condições de determinar votos de seus integrantes, mas de influenciar seus posicionamentos (CASCIONE; ARAÚJO, 2019).

Depois que a Câmara dos Deputados passou a identificar em seu portal as frentes parlamentares, a Frente de Apoio à Agropecuária (FPAA) foi registrada em 11 de novembro de 2005 por Moacir Micheletto (PMDB/PR), seu então presidente. Antes, a presidência era de Dilceu Sperafico (PPB/PR), também considerado ruralista pelo Diap, como seu sucessor

⁹ Vale observar que, na Câmara dos Deputados, foram registradas por legislaturas seguidas a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio, Serviço e Empreendedorismo.

(BRUNO, 2009b, p. 36). Na 53^o Legislatura (2007-2011), a FPA foi presidida por Moreira Mendes (PPS/RO), com a nomenclatura utilizada desde então: Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Por também possuir senadores signatários, seu nome oficial é Frente Parlamentar Mista da Agropecuária.

Em geral, as únicas fontes sobre a composição das frentes parlamentares são as listas de assinaturas para seu registro. Porém, essas listas servem apenas como requisito formal para esses grupos atenderem o mínimo de um terço dos membros do Legislativo Federal e, depois que as listas são apresentadas, não há controle sobre a participação nas frentes (ARAÚJO; SILVA, 2016; SILVA; ARAÚJO, 2019). Assim, como apontam Silva e Araújo (2019), foi consolidado o costume de parlamentares assinarem o registro de muitas frentes, ainda que não tenham relação com o tema, esperando reciprocidade caso decidam criar uma frente de seu interesse. Por isso, o perfil das frentes deve ser analisado por sua atuação, o que dificulta o trabalho de pesquisa, pois não há banco de dados disponível e a própria organização da frente é que vai determinar a maior ou menor facilidade para obter informações (SILVA; ARAÚJO, 2019).

Nesse contexto, em *survey* realizado no Congresso Nacional em 2017 (portanto, na legislatura seguinte àquela aqui enfocada), Cascione e Araújo (2019) confirmaram que as frentes parlamentares possuem

um número muito menor de membros ativos do que aparentam com base em suas listas de criação entregues para registro. Isso vale inclusive para a principal exceção nesse universo, a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), que apesar de seu poder expressivo tem pouco mais de cem membros em atividade, cerca da metade da lista de assinaturas para sua formalização. (CASCIONE; ARAÚJO, 2019, p. 2).

Esse estudo também aponta que 42% das frentes mencionadas por parlamentares no levantamento realizado em 2017 foram citadas por apenas um parlamentar — o que implicaria, segundo os autores, em tais frentes terem efetivamente cerca de dois membros. Por isso, Cascione e Araújo (2019) consideram que tais listas banalizaram a criação das frentes. Assim, dada a falta de dados disponíveis, Silva e Araújo (2019) consideram que as pesquisas sobre bancadas devem ser subsidiadas com a leitura de registros de reuniões das comissões e plenários, além de entrevistas e *surveys*.

A partir desse mesmo estudo, também foi constatado maior grau de “institucionalização” da FPA se comparado às demais frentes, compreendendo-se por institucionalização uma maior longevidade e estabilidade organizativa; a padronização de crenças, expectativas ou comportamentos, práticas e valores; além de uma rotina mais estabelecida no Congresso Nacional. A estabilidade organizativa se evidencia no estabelecimento de práticas para atribuição de tarefas e tomada de decisão, nas reuniões periódicas e na definição de pautas e traçado de estratégias. É importante, também, que o grupo seja capaz de sobreviver a consecutivas legislaturas e de incorporar um grupo de pressão de modo impessoal (sem vínculo a algum parlamentar em especial) (CASCIONE; ARAÚJO, 2019).

Diversos fatores apontam para uma elevada institucionalização da FPA, como sua estrutura organizativa e decisória. A Frente possui instâncias políticas como a assembleia geral, que se reúne duas vezes por ano, e uma mesa diretora. Esta é composta pela presidência, vice-presidência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além de vice-presidências regionais (um vice-presidente por região do país), coordenação jurídica, coordenação institucional e coordenação de cada uma das comissões temáticas (Trabalhista, Meio Ambiente, Política Agrícola, Defesa Sanitária, Infraestrutura e Logística, e Direito de Propriedade). Soma-se ainda

um Secretário Geral e o Conselho de Ex-Presidentes (SEVÁ, 2016). Além disso, os parlamentares da FPA se encontram semanalmente (as chamadas reuniões-almoço) para definir as pautas da semana e planejar sua intervenção na agenda legislativa.

A partir de 2010, a FPA também ganhou estrutura de comunicação e aprimorou seus instrumentos, estabelecendo um portal na internet e presença nas redes sociais digitais. A FPA está presente no *Twitter*, desde junho de 2010; no *Facebook*, desde julho de 2013; no *Instagram*, desde agosto de 2016, alimentando esses perfis diariamente com conteúdo a respeito das pautas, ações e eventos realizados pelos parlamentares da Frente. No trabalho de campo realizado no Congresso Nacional, em 2019, também foi possível constatar que as atividades consideradas relevantes tinham cobertura de fotógrafos, jornalistas e cinegrafistas próprios da FPA.

Dada a especificidade da FPA, Cascione e Araújo (2019, p. 10) reforçam que a existência de uma “Bancada Ruralista” é anterior à Frente: “A identidade ou ideologia que une os parlamentares antecede à existência da frente: ninguém é ruralista porque é membro da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), e sim o contrário: os membros da FPA, pelo menos os ativos, pertencem à frente porque são ruralistas”. Isso também é evidente se observado o histórico de atuação da Bancada Ruralista, anterior à existência de uma Frente propriamente formalizada. Essa questão é fundamental para a compreensão das discrepâncias entre as assinaturas exigidas regimentalmente e a identidade e envolvimento de parlamentares nas associações suprapartidárias.

Outra questão demonstrada por Cascione e Araújo (2019) é que, com exceção de alguns casos, as frentes parlamentares em geral têm pouca efetividade. Cerca de 74% dos deputados e 56% dos senadores declararam participar de ao menos uma frente, mas a participação é concentrada em poucas dessas organizações, sendo que aproximadamente um quarto dos parlamentares das duas Casas participa de apenas uma frente (CASCIONE; ARAÚJO, 2019). Ademais, poucas frentes mobilizam permanentemente grande número de parlamentares e a maioria se mantém a partir do trabalho de poucos parlamentares que impulsionam sua rede quando necessário (CASCIONE; ARAÚJO, 2019). Assim, a existência de um estatuto e de um coordenador nem sempre corresponde à realidade da existência de uma organização. Nesse contexto, é possível considerar que a formalização das frentes oficializou a existência de grupos que muitas vezes são efêmeros e sem organicidade, instituídos por assinaturas que foram conquistadas como moeda de troca de apoio político.

Entre as frentes de grande porte constatadas no estudo de Cascione e Araújo (2019) e que, para os autores, de fato funcionam como bancadas, estão a ruralista (com a correspondente FPA), a bancada da bala (que tem a Frente Parlamentar de Segurança Pública como sua correlata) e a bancada evangélica (com a Frente Parlamentar Evangélica como sua correspondente). Além disso, foi identificada sobreposição entre essas três frentes, com até 23% dos parlamentares declarando participar de pelo menos duas delas (CASCIONE; ARAÚJO, 2019). Essas também são as Frentes mencionadas com maior frequência na imprensa. Nesse contexto de reflexões, Silva e Araújo (2019) compreendem as bancadas como grupos maiores que reúnem uma diversidade de agendas específicas que giram em torno de um grande eixo temático.

Apesar de a lista de assinaturas não ser fonte confiável para determinar os parlamentares envolvidos nas frentes, Coradini (2010), ao analisar frentes da 52ª Legislatura (2003-2007), demonstrou uma série de correlações de sua composição com diversos fatores, tais como a proporção de partidos, o espectro político, a escolaridade e ocupação, o patrimônio declarado, entre outros. Também foi identificado, por exemplo, que parlamentares com patrimônio declarado de um milhão de reais ou mais tem destaque na “frente parlamentar ruralista” (expressão utilizada pelo autor), sendo 18,94% contra 7,99% do universo total de

parlamentares. Assim, a existência e a composição oficial das frentes não podem ser fatores totalmente desprezados.

Nesse contexto, gostaríamos de dar atenção à composição da FPA na 54ª Legislatura (2011-2015), comparando com dados disponíveis a respeito dos parlamentares considerados ruralistas. Vale observar que o número de integrantes das frentes parlamentares é frequentemente utilizado como símbolo de força, mas a análise da composição também permite alguma previsibilidade de resultados em disputas políticas. Além disso, como considera Pereira (2013, p. 19), “Por mais que a caracterização das frentes não seja suficiente para a constatação da real magnitude dos interesses representados, ela é necessária”. Nesse âmbito, vejamos primeiramente a composição da direção da FPA.

Ao longo da 54ª Legislatura (2011-2015), a FPA foi presidida por três parlamentares. O primeiro foi Moreira Mendes (PSD/RO, eleito em 2010 pelo PPS), que estava em seu segundo mandato como deputado federal e presidiu a Frente na maior parte da tramitação da proposta do novo Código Florestal. Em sua biografia no portal da Câmara dos Deputados, Mendes é apresentado como advogado, agropecuarista, empresário e ex-dirigente de entidades do setor do turismo, a Confederação Nacional do Turismo e o Sindicato das Empresas de Turismo de Rondônia.

O segundo presidente da FPA foi o deputado Homero Pereira (PSD/MT, também eleito originalmente pelo PPS), que tomou posse em 13 de junho de 2012 e liderou a FPA na fase final da tramitação do novo Código Florestal. Pereira também estava em seu segundo mandato na Câmara dos Deputados e, até então, era vice-presidente da FPA, tendo feito parte da chapa de Moreira Mendes. Quando assumiu a presidência da FPA, o Código Florestal ainda era considerado a pauta prioritária, sendo citada ainda a legislação trabalhista rural. O tema das terras indígenas, por outro lado, não é mencionado no contexto de sua posse (MIGNONE, 2012a; 2012b). Segundo sua biografia no portal da Câmara dos Deputados, Pereira era técnico agrícola e agricultor, tendo sido representante do setor patronal rural de Mato Grosso: presidente do Sindicato Rural de Alto Araguaia (MT) (1985-1990); presidente e vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), além de vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Quando presidente da Famato, Pereira também foi um dos líderes do tratorado realizado em Brasília (DF), em junho de 2005, que teve como uma das principais pautas a renegociação de dívidas agrícolas (CARNEIRO, 2008). Portanto, era uma importante liderança do setor, com experiência, desde a década de 1980, como representante da agropecuária.

No início de 2013, o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), que era vice-presidente, assumiu interinamente a presidência da FPA devido a problemas de saúde enfrentados pelo deputado Homero Pereira. Pereira ainda chegou a participar da primeira reunião-almoço da Frente, realizada na primeira semana de fevereiro de 2013, na qual foi discutida a formação das comissões da Câmara dos Deputados e a agenda legislativa do ano, sendo citada já como tema prioritário a questão indígena:

Fizemos hoje nossa primeira reunião da Frente Parlamentar do ano de 2013. Uma reunião muito rica, quórum elevado e que, obviamente, vieram à tona os temas que nós já temos elencados na nossa agenda legislativa para esse ano. Questão indígena, esse ano nós vamos ter que dar um enfrentamento nessa questão indígena, não só votando a PEC 215... o compromisso que o presidente [da Câmara dos Deputados] Henrique Eduardo Alves [PMDB/RN], que se comprometeu aqui, na Frente Parlamentar, de se constituir a comissão especial, como também outros temas relacionados à questão indígena, porque esse é um assunto que afeta todo Brasil. A cada momento a gente vê a Funai extrapolando as suas prerrogativas, ampliando ou criando novas áreas indígenas. (Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA, 2013a).

Também segundo o deputado Pereira, cerca de 30 parlamentares teriam participado dessa reunião de retomada dos trabalhos legislativos, considerado pelo parlamentar um alto quórum. Esse dado dá a dimensão do número de parlamentares efetivamente organizados na FPA naquele momento.

Heinze foi reconduzido à presidência em maio de 2014, ano em que o senador Waldemir Moka (PMDB/MS) se tornou o vice-presidente para o Senado Federal e Marcos Montes (PSD-MG) vice-presidente para a Câmara dos Deputados (HEINZE ASSUME A PRESIDÊNCIA..., 2013; HEINZE VOLTA A PRESIDIR..., 2014). A cerimônia de posse de Heinze, em 2014, contou com a presença de entidades do agronegócio e do então ministro da Agricultura do governo de Dilma Rousseff, Neri Geller¹⁰. Assim, é Heinze que passa a liderar a FPA quando o tema das demarcações de terras indígenas se torna prioritário para a Frente.

Luis Carlos Heinze é engenheiro agrônomo e já era considerado “ruralista” desde seu primeiro mandato como deputado federal (VIGNA, 2001), tendo sido eleito pela primeira vez em 1998. Portanto, na 54ª Legislatura, o deputado já estava em seu quarto mandato, além de ter experiência como representante de organizações de arroteiros no Rio Grande do Sul desde a década de 1980¹¹. Heinze também já havia demonstrado interesse na questão indígena ao ter participado, em seu segundo mandato (2003-2007), da comissão externa da Câmara dos Deputados que discutiu a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol¹².

Em 2014, a direção regional para os trabalhos da FPA era composta pelos seguintes deputados, considerados, na estrutura da Frente, como vice-presidentes: Alceu Moreira (PMDB/RS), da Região Sul; Junji Abe (PSD/SP, eleito pelo DEM, em 2010), da região Sudeste; Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), da região Centro-Oeste; Geraldo Simões (PT/BA), da região Nordeste; e o deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA), vice-presidente da Região Norte. Ainda é apontada a existência de outras funções na direção da FPA, como a de Coordenador Político para o Senado Federal, ocupado pelo senador Sérgio Souza (PMDB/PR), o coordenador Político para a Câmara dos Deputados, função do deputado Abelardo Lupion (DEM/PR) e o Coordenador Institucional, tarefa do deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) (HEINZE VOLTA A PRESIDIR..., 2014).

Outra questão interessante a ser examinada é a composição partidária e regional dos deputados signatários da FPA e aqueles considerados ruralistas. Essa análise pode ser feita a partir do já citado levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap (2010)¹³, que contabiliza para a Bancada Ruralista o parlamentar que, mesmo não sendo proprietário de terras ou vinculado ao agronegócio, assume a defesa de suas pautas, não apenas nos plenários e comissões, mas também em entrevistas à imprensa.

É oportuno lembrar que o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) também já

¹⁰ Geller era deputado federal pelo PP/MT na 54ª Legislatura (2011-2015) e também signatário da FPA, apesar de não ser considerado como “ruralista” pelo Diap (2010).

¹¹ Segundo sua biografia no portal da Câmara dos Deputados, foi fundador da Associação dos Arroteiros de São Borja (RS) - 1988-1990; 1º presidente da Associação dos Arroteiros de São Borja (RS) - 1988-1990; fundador e 1º vice-presidente da Federação das Associações de Arroteiros (RS) - 1989-1990.

¹² Além de Heinze (então PPB/RS), participaram da comissão externa “Reserva Indígena Raposa Serra do Sol”, da Câmara dos Deputados, os deputados federais Moacir Micheletto (PMDB/PR) (coordenador), Asdrubal Bentes (PMDB/PA), Colbert Martins (PPS/BA), Coronel Alves (PSDB/AP), Eduardo Valverde (PT/RO), Jair Bolsonaro (PPB/RJ), José Rocha (PFL/BA), Lindberg Farias (PT/RJ), Mussa Demes (PFL/PI), Nicias Ribeiro (PSDB/PA), Perpétua Almeida (PCdoB/AC) e Zenaldo Coutinho (PSDB/PA) (BRASIL, 2004b).

¹³ O Diap foi fundado em 19 de dezembro de 1983 para “atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, com vistas à institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais do movimento sindical” (DIAP, 2010, p. 3).

publicou estudos com estimativas das diferentes bancadas do Congresso Nacional. Para seu levantamento, o Inesc privilegia dados indicados pelos parlamentares em suas páginas da Câmara dos Deputados, considerando como membro potencial do grupo o deputado que declarou alguma renda agrícola entre suas principais fontes de renda ou expressou algum vínculo com a agropecuária (PEREIRA, 2013). O Instituto também observa que há parlamentares que não expressam profissionalmente relação com a bancada, mas possuem vínculos familiares, situando-se em sua órbita e representando grupo mobilizável (SEVÁ, 2016, p. 72-73). A compreensão de Pereira (2013) é de que os estudos do Inesc focam na representação dos interesses particulares, enquanto o Diap se atenta à defesa do pleito, independente do interesse particular. Mesmo que os critérios sejam diferentes, as estimativas das duas instituições podem ser consideradas complementares. Ademais, Sevá (2016, p. 74) demonstra que o número total de ruralistas é semelhante para a legislatura de 2007-2011 (116 deputados segundo o Inesc e 117, segundo o Diap).

Na 54ª Legislatura (2011-2015), o Diap (2010) estimou 142 deputados e 18 senadores ruralistas. No quadro 1, é possível observar a distribuição regional desses parlamentares. As bancadas regionais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no início da 54ª Legislatura, se encontram no Apêndice 9. Para realizar o comparativo, são apresentados os dados compilados dos signatários da criação da FPA em 2011 (quadro 2).

Quadro 1. Distribuição regional de parlamentares considerados ruralistas no início da 54ª Legislatura.

UF	Norte							Sul			Nordeste									Sudeste				Centro-Oeste			
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	PR	RS	SC	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP	DF	GO	MT	MS
Deputados	1	-	-	5	1	3	6	11	8	3	3	17	9	5	1	4	4	3	1	-	27	-	10	1	9	6	4
Senadores	-	1	-	1	1	1	2	1	-	1	2	1	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	2	-
Total dep. (142)	16							22			48									37				20			
% bancada regional - deputados	25%							29%			32%									21%				49%			
Total sen. (18)	6							2			7									-				3			
% bancada regional - senadores	29%							22%			26%									-				25%			

Fonte: adaptado de Diap (2010, p. 41).

Quadro 2. Distribuição regional de parlamentares signatários da FPA em março de 2011 (54ª Legislatura).

UF	Norte							Sul			Nordeste							Sudeste				Centro-Oeste					
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	PR	RS	SC	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP	DF	GO	MT	MS
Deputados	4	1	-	8	5	3	7	18	14	10	5	12	6	8	7	9	4	4	3	5	22	3	12	1	9	6	6
Senadores	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	2
Total deputados (192)	28							42			58							42				22					
% bancada regional - deputados	43%							54%			38%							23%				54%					
Total senadores (11)	2							2			2							-				5					
% bancada regional - senadores	9%							22%			7%							-				42%					

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Brasil (2011e); bancadas partidárias do Senado Federal: Brasil (2011d, p. 32-35).

O estudo do Diap (2010) destaca que a região Nordeste lidera o número absoluto de parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, com o estado da Bahia se sobressaindo com 17 deputados (quadro 1). No entanto, salientamos, aqui, que é a bancada do Centro-Oeste que lidera entre as demais na quantidade relativa de deputados considerados ruralistas (49%), seguida da região Nordeste (32%) e Sul (29%) (quadro 1). No Senado Federal, conforme os dados do Diap (2010) (quadro 1), é a região Norte que lidera a proporção de ruralistas, seguida da região Centro-Oeste (25%) e Nordeste (26%). Nenhum senador da região Sudeste foi considerado ruralista pelo Diap (2010).

No quadro 2, referente aos parlamentares signatários da FPA, a liderança da região Nordeste na quantidade absoluta de parlamentares se repete, da mesma forma que a região Centro-Oeste possui a maior proporção de signatários da FPA na Câmara dos Deputados (54%). Neste quesito, a região Centro-Oeste fica ao lado da região Sul, que também tinha 54% de seus deputados signatários da FPA no início de 2011. No Senado Federal, é a bancada da região Centro-Oeste que se destaca tanto em número absoluto (cinco senadores) como na proporção (42%) de signatários da FPA. Também há senadores signatários da FPA na região Sul (22% da bancada), Norte (9% da bancada) e Nordeste (apenas 7% da bancada). Nenhum senador da região Sudeste foi signatário da FPA no início de 2011.

Uma semelhança entre a estimativa do Diap (2010) e os signatários da FPA é o destaque da bancada do Centro-Oeste na proporção da bancada regional. Assim, a expectativa para a 54ª Legislatura era de maior alinhamento da bancada do Centro-Oeste às pautas da Frente. Por outro lado, há importantes diferenças nos números absolutos de deputados das regiões Norte e Sul, o que indica uma possível sub-representação de ruralistas dessas regiões no levantamento do Diap.

Outra análise importante é a composição partidária dos parlamentares considerados ruralistas e da FPA. Os dados compilados se encontram nos quadros 3 e 4. As bancadas partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no início da 54ª Legislatura, encontram-se no Apêndice 9 e foram utilizadas como referência para o cálculo da proporção da bancada partidária.

Quadro 3. Composição partidária de parlamentares considerados ruralistas no início da 54ª Legislatura.

Partidos	PMDB	PP	DEM	PSDB	PR	PTB	PDT	PPS	PSC	PSB	PMN	PRB	PTdoB	Total
Deputados	29	23	22	19	14	8	8	6	5	4	2	1	1	142
% do part.	37	52	51	36	35	36	31	50	29	12	50	13	25	28*
Senadores	7	2	2	3	1	2	1	-	-	-	-	-	-	18
% do part.	33	40	33	30	25	33	25	-	-	-	-	-	-	22**

*Proporção em relação à Câmara dos Deputados (513 parlamentares). **Proporção em relação ao Senado Federal (81 parlamentares).

Fonte: adaptado de Diap (2010, p. 41).

Quadro 4. Composição partidária dos signatários da FPA em março de 2011 (54ª Legislatura).

Partido	PMDB	PP	DEM	PSDB	PR	PTB	PDT	PPS	PSC	PSB	PT	PV	Outros*	Total
Deputados	43	26	26	24	15	6	7	3	9	13	12	1	7	192
% do partido	55	59	60	45	38	27	27	25	53	38	14	7	-	37**
Senadores	2	2	2	1	2	1	-	-	1	-	-	-	-	11
% do partido	11	40	40	10	40	17	-	-	100	-	-	-	-	14***

*Outros: PMN (2), PRB (2), PRTB (1) e PHS (2). ** Proporção em relação à Câmara dos Deputados (513 parlamentares). ***Proporção em relação ao Senado Federal (81 parlamentares).

Fonte: elaborado a partir de Brasil (2011e); bancadas partidárias do Senado Federal: Brasil (2011d, p. 32-35).

Em números absolutos, o PMDB possui tanto a maior quantidade de deputados considerados ruralistas pelo Diap (29) como de signatários da Frente (43), sendo, portanto, uma importante força política para as pautas do agronegócio na 54ª Legislatura (quadros 3 e 4). A relevância do partido na Bancada Ruralista já havia sido apontada por Bruno (2009b) para a Legislatura anterior (2007-2011). No entanto, é possível constatar que, entre as maiores bancadas, PP e DEM possuem maior proporção de parlamentares ruralistas (52% e 51%, respectivamente) e de subscreventes da FPA em suas bancadas partidárias (59% e 60%, respectivamente), tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, o que assinala que as pautas do patronato da agropecuária e do empresariado agroindustrial possuem maior força nestes partidos. O PMDB também possui proporção elevada entre as maiores bancadas partidárias (38%, para o dado do Diap, e 56% de signatários da FPA), fazendo-o, assim, um destacado operador das pautas do agronegócio, com grande potencial de mobilização de sua bancada.

Vale observar que, em 2011, 12 deputados do Partido dos Trabalhadores foram signatários da FPA. Porém, o partido tem antagonizado diversas propostas da Bancada Ruralista e é possível constatar, no quadro 3, que nenhum parlamentar do PT foi considerado ruralista pelo Diap (2010). A seguir, veremos que, por exemplo, houve atrito entre o governo petista e a Bancada na tramitação do novo Código Florestal. Isso também ocorreu, na mesma Legislatura, com a tramitação da PEC nº 215/2000, então principal pauta da FPA para a questão das demarcações de terras indígenas (a ser detalhada no próximo capítulo), em que a bancada do

PT buscou barrar o prosseguimento da proposta. Isso reforça a questão já mencionada de que, com a exigência de um número mínimo de assinaturas, muitos parlamentares corroboram com a criação das frentes parlamentares esperando reciprocidade caso decidam criar uma frente de seu interesse.

No entanto, como veremos no capítulo IV, um deputado petista se destacou ao se somar à FPA no pleito das demarcações: o deputado federal Geraldo Simões (PT/BA). Como já mencionado, Simões foi vice-presidente da FPA na 54ª Legislatura, sendo, inclusive, responsável por promover uma audiência pública externa na Bahia para contribuir com o questionamento das demarcações de terras indígenas naquele estado.

Diap (2010) e Lima (2019) têm razão ao enfatizar os números absolutos na composição dos ruralistas e da FPA em suas análises, tendo em vista que expressam a contribuição de poder de mobilização e pressão das bancadas partidárias e regionais. No entanto, consideramos que os números proporcionais são importantes para caracterizar os partidos e as bancadas regionais (e não propriamente a FPA), tendo em vista que há expressão tanto de uma diferença regional como da composição partidária. Ademais, a proporção dos ruralistas nas legendas dá indícios do poder relativo que possuem dentro dos partidos, que, por sua vez, é fundamental para o estabelecimento da agenda política do Congresso Nacional e definição das presidências de comissões permanentes e temporárias.

Outra questão relevante que é possível constatar nos quadros 3 e 4 é a menor proporção de senadores tanto na estimativa do Diap (2010) como na lista de signatários da FPA. Para o Diap (2010), os ruralistas compunham 28% da Câmara dos Deputados e 22% do Senado. Além do próprio número absoluto reduzido, que pode levar a uma atuação mais fragmentária, a menor proporção sugere menor força política dos ruralistas no Senado Federal. Isso é reforçado pelo aparente baixo apoio aos ruralistas na região Sudeste, que não possui senadores signatários da FPA ou considerados ruralistas (quadros 1 e 2). No entanto, Carneiro (2020) demonstra que os ruralistas passam a ter atuação mais organizada no Senado Federal durante a 54ª Legislatura.

Por último, no contexto de caracterização da FPA, não é possível deixar de falar de seu maior diferencial: o Instituto Pensar Agropecuária (IPA)¹⁴.

Como já mencionado, com o progressivo acúmulo de capital econômico na década de 2000, os integrantes das cadeias do agronegócio desejaram maior e melhor influência política, passando a dar maior ênfase na representação parlamentar. Para Pompeia (2020b), o fato mais representativo desse processo foi a criação do IPA, em 2011, mantido com recursos de entidades do agronegócio para orientar e assessorar parlamentares federais. Pompeia (2020b) inclusive considera que o IPA representa o surgimento de um novo padrão nas relações entre os agentes privados e destes com o Estado, no qual a FPA passa a ser o principal núcleo de representação do agronegócio.

Com sede em Brasília (DF), o IPA é uma associação de direito privado que visa aprimorar o processo de intermediação entre as demandas do agronegócio e a FPA, tendo sido fundado no contexto das disputas em torno da tramitação do novo Código Florestal. O Instituto passaria a melhorar a articulação da bancada com entidades do patronato da agropecuária e do agronegócio, contribuindo ainda no assessoramento e produção de reflexões para uma atuação estratégica da FPA para o setor (POMPEIA, 2018). Além da questão do Código Florestal, o IPA aponta, entre os principais pleitos que já se envolveu, a questão do “Marco Temporal de

¹⁴ No estatuto de 2015 do Instituto, a abreviação prevista de seu nome seria *PensarAgro*. Em comunicações recentes, também é possível constatar a utilização do nome “Instituto Pensar Agro”. Aqui, optamos pelo uso da sigla.

05 de outubro de 1988” para as demarcações de terras indígenas¹⁵ (INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA, 2021). O histórico presente em seu portal não deixa dúvida de seu papel:

Organização representativa sem fins lucrativos, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) foi criado por entidades do setor agropecuário com o objetivo defender os interesses da agricultura e prestar assessoria à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) por meio do acordo de cooperação técnica.

Criado no ano de 2011, o IPA tem papel singular no processo de institucionalização da agenda do setor com o objetivo de garantir o respaldo técnico e das ações específicas que tramitam no Congresso Nacional, além de promover a interlocução com os poderes Judiciário e Executivo.

Atualmente, o IPA é composto por 44 entidades do setor produtivo agropecuário, em que estas são responsáveis por levantar agendas de debates e questões relacionadas ao setor, funcionando como canal interlocutor entre as entidades da cadeia produtiva rural e os parlamentares que estão envolvidos na causa.

Desse modo, o IPA cumpre o propósito de representar a cadeia agropecuária brasileira junto às três esferas do poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), sendo responsável por divulgar informações do que é interesse do setor com transparência e alcance social, para que dessa forma o entendimento do processo seja compreendido pela sociedade. (INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA, 2021).

Como é possível constatar nesse trecho, o próprio IPA se reconhece como um espaço relevante de recepção de demandas do setor agropecuário e agroindustrial, promovendo assessoramento parlamentar e intervenção direta na atividade legislativa por entidades do agronegócio. Segundo Silva (2014),

Com a formação do Instituto Pensar Agropecuária, a frente parlamentar conseguiu levantar fundos para que se efetivasse uma equipe técnica, que produz pareceres e acompanha tramitação de temas de interesse da frente e faz análises técnicas das implicações destes projetos. Assim, ela abastece os deputados e senadores participantes da frente parlamentar com informações aprofundadas do tema. (SILVA, 2014, p. 73).

Segundo Pompeia (2018), as principais entidades associadas ao IPA são a Sociedade Rural Brasileira (SRB); as federações de agricultura de São Paulo, Mato Grosso e Paraná (Sistema Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA); a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ); a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho); a OCB; a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja); a Aprosoja-MS; a Aprosoja-MT e a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana). Segundo o autor, essas entidades compunham, em 2016, 21% das organizações associadas ao IPA. Entre as entidades no ramo de sementes e agroquímicos estão a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), o qual possui grandes corporações associadas, como *Bayer*, *Monsanto*, *Syngenta*, *DuPont* e *Dow AgroScience*. Esse setor representava, em 2016, 26% da composição do IPA (POMPEIA, 2018). Já o setor de processamento, composto por organizações como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec); a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), representando as funções chamadas a jusante da agropecuária, correspondia a 26% do IPA. Um dos destaques da composição do IPA era a Abag, que por si só reúne um conjunto relevante de empresas do agronegócio. Nesse contexto, o IPA

¹⁵ Carneiro da Cunha (2018) aborda brevemente a questão do marco temporal e os problemas dessa tese.

revela a existência de uma relação consistente da FPA com um conjunto amplo de entidades representativas do agronegócio.

Como bem assinala Pompeia (2018), se os setores patronais da agropecuária estão representados por diversas entidades no IPA, grandes entidades de representação de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf/CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e suas entidades associadas, não compõem o IPA.

A já citada dinâmica das reuniões semanais na sede do Instituto, localizado no Lago Sul, em Brasília (DF), é relatada por Silva (2014) a partir de observações realizadas em dezembro de 2013:

Na segunda de manhã, a coordenação técnica se reúne com sua equipe para discutir os desafios da pauta da semana do Congresso Nacional e para preparação de futuras reuniões com as entidades filiadas ao Instituto e parlamentares. Pela tarde, há a reunião com as entidades que representam diferentes cadeias do setor produtivo agrário. Estas entidades organizam as demandas dos produtores, distribuidores e trabalhadores de uma cadeia produtiva específica do setor (como suínos, aves, etc.), e as apresenta em forma de demanda à coordenação da frente. A coordenação da frente parlamentar é dividida em seis subcomissões temáticas, coordenadas por especialistas temáticos: questão fundiária (sobre propriedade da terra), infraestrutura e logística, defesa agropecuária, legislação trabalhista, meio ambiente e política agrícola. Na terça, há um almoço entre deputados e coordenação para que estratégias políticas sobre a pauta da semana sejam acertadas, para que assim sejam aplicadas no decorrer da semana. (SILVA, 2014, p. 73-74).

Assim, possuindo local próprio, a FPA se reúne semanalmente para discussão de sua agenda e pautas, enquanto outras frentes, de modo geral, utilizam os espaços do Congresso Nacional. Em 2019, no trabalho de campo realizado no Congresso Nacional, por exemplo, enquanto aguardava o início de reuniões da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), na Câmara dos Deputados, foram presenciadas duas reuniões da Frente Parlamentar Evangélica, realizadas em auditórios do Anexo II da Câmara dos Deputados, uma das quais foi de aclamação da nova presidência dessa Frente. Esse tipo de atividade não é acessível da mesma forma na FPA.

Diferente da FPA, o IPA não possui perfis públicos nas redes sociais. Nesse sentido, Pompeia (2020b) aponta que a atuação do Instituto se dá muito mais nos bastidores do que na esfera pública. Com os espaços criados pelo Instituto, os representantes do agronegócio conseguem administrar conflitos a portas fechadas, o que permite avançar na construção de consensos e fortalecer a FPA a partir da reestruturação das conexões público-privadas. Na avaliação de Pompeia (2020b), essa forma de atuação é vantajosa tanto para as lideranças do agronegócio como para os parlamentares:

[...] o protocolo de portas fechadas serve tanto para entidades que não querem aparecer defendendo determinados pleitos, quanto para parlamentares em busca de notabilidade. As associações organizam-se nos bastidores, decidindo agendas e criando, com auxílio técnico, subsídios jurídicos para implementá-las e justificações para legitimá-las; os políticos recebem-nas em espaço privado, avaliam sua oportunidade e defendem-nas no Congresso. (POMPEIA, 2020b, p. 11).

Pompeia (2020b) considera que o fato de o IPA reunir um conjunto amplo e relevante de entidades representativas do agronegócio contribuiu para o avanço na construção de entendimentos entre os atores heterogêneos, principalmente pelo processo de racionalização no tratamento de temas amplos, notadamente por meio de suas comissões temáticas.

Vale observar, ainda, que Pompeia (2020b) identificou a não equivalência no alinhamento de deputados e senadores com o IPA. Segundo o autor, deputados possuem atuação mais próxima ao IPA, enquanto a participação dos senadores seria mais “frágil”, questão que teria ficado mais evidente na mudança do Código Florestal. Como vimos, a atuação dos senadores ruralistas tende a ser menos consistente, tanto por seu número reduzido como por sua proporção no Senado Federal.

Diante desse cenário, é importante ter em mente que, no momento que os parlamentares da FPA traçam como prioridade a alteração da legislação ambiental e, posteriormente, inserem em sua agenda prioritária a contestação dos direitos territoriais indígenas, a disputa não envolve apenas o setor patronal da agropecuária, mas uma teia social ampla e complexa que abrange entidades do agronegócio e o empresariado agroindustrial do país. Conforme mencionado anteriormente, essas mantêm, por meio de suas entidades representativas, uma estrutura para dar assessoria técnica à FPA — o Instituto Pensar Agropecuária — e bancam campanhas eleitorais de parlamentares ruralistas.

Como já assinalado, a criação do IPA se dá no contexto de disputa das alterações no Código Florestal. Para Pompeia (2020b), o processo de tramitação do novo Código foi fundamental para inflexão do que considerou ser um novo padrão de representação do agronegócio, em que parlamentares federais passaram a ter papel preponderante. Como veremos a seguir, a atuação nas mudanças do Código Florestal também se torna uma referência aos próprios parlamentares da FPA, que desejam reproduzir essa forma de atuação para a questão das demarcações de terras indígenas. Vejamos, assim, de modo sintético, como se deram as disputas em torno da legislação ambiental.

2.3 A ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA NAS MUDANÇAS DO CÓDIGO FLORESTAL

“Nós temos que fazer dessa questão o mesmo que foi feito com o Código Florestal.”,
Deputado federal Moreira Mendes (PPS/RO), então presidente da FPA, sobre as demarcações
de terras indígenas, em 9 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011b).

O foco político da FPA entre o final da década de 2000 e início da década de 2010 foi o Código Florestal¹⁶. Além da própria importância do processo de tramitação da nova lei, a questão do Código merece nossa atenção pelo fato de que a parte final do processo de disputa em torno dessa pauta se deu nos dois primeiros anos da 54ª Legislatura (2011-2015). Somado a isso, o tema chegou a entrar no centro dos debates da sociedade brasileira, demonstrando, naquela conjuntura, a capacidade da FPA e das entidades do agronegócio de estabelecerem sua agenda na sociedade. Parece ter sido também durante e para a tramitação da proposta do novo Código que a FPA ganhou maior “institucionalidade” e organicidade. Além disso, ao longo deste trabalho, constatamos algumas semelhanças na atuação da Frente em relação à pauta das demarcações de terras indígenas.

A mudança do Código Florestal já estava na pauta da Bancada Ruralista no final da

¹⁶ Vale observar que a mudança no Código Florestal tramitou durante meu curso de graduação em Engenharia Florestal (2009-2013) e esteve entre as principais pautas dos encontros regionais e nacionais da Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF). A ABEEF denunciava o “desmonte” da legislação ambiental pela Bancada Ruralista e promoveu mobilizações de rua contra as alterações do Código nas cidades onde eram realizados os encontros da entidade. A pauta também foi motivo de atrito entre a coordenação de curso da Engenharia Florestal da UFSM e o Diretório Acadêmico da Engenharia Florestal (órgão de representação estudantil). Nas Semanas Acadêmicas realizadas no período, por exemplo, a coordenação do curso não aceitou a indicação de palestrantes que fossem críticos às mudanças no Código.

década de 1990 (VIGNA, 2001), além de alguns pontos importantes da matéria serem debatidos desde 1995 (PEREIRA, 2013). Entidades como a Abag também já apontavam desacordo com a legislação ambiental desde seu primeiro congresso, em 2002 (POMPEIA, 2018).

Até o final dos anos 2000, Pereira (2013) considera que houve um aumento de normas legais visando a proteção ambiental. Em 1995, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 1.511/1996, que, dentre outras questões, aumentou a Reserva Legal na Amazônia de 50% das propriedades rurais para 80%. Em 1998, foi sancionada a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), além de terem sido editadas a Lei de Gestão das Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006) e a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006).

A pauta do Código Florestal ganhou força com a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que estabeleceu a caracterização de infrações ao Código Florestal, a aplicação de penalidades nas formas de sanções administrativas e cobrança de multas aos proprietários inadimplentes, além de definir valores de multas e limites mínimo e máximo de pena a ser aplicada (PEREIRA, 2013; SEVÁ, 2016; POMPEIA, 2018). O Decreto também previa multa aos proprietários que não averbassem a reserva legal de suas propriedades (artigo 55) 180 dias após a promulgação do Decreto (artigo 151). Esse prazo foi objeto de uma série de decretos que prorrogaram a entrada em vigor do artigo 55, estendendo-se até a votação do novo Código Florestal, o que impediu sua aplicação (SEVÁ, 2016).

Em agosto de 2008, reagindo ao Decreto nº 6.514/2008, a FPA, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e outras 14 entidades do setor industrial e agropecuário protocolaram um documento no Ministério do Meio Ambiente, solicitando alterações e supressões de diversos dispositivos do Decreto. Dentre as supressões sugeridas, estava o já citado artigo 55 (CNA, 2008). Os representantes do setor também passaram a apontar a legislação florestal como fonte de “insegurança jurídica” aos produtores rurais (CNA, 2008).

Pereira (2013) também aponta que a questão levou a conflitos internos na gestão petista no Poder Executivo. Enquanto o Decreto nº 6.514/2008 havia sido essencialmente uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento divergiram da medida e buscaram sua modificação, que acabou concretizada com as flexibilizações dos procedimentos de regularização dos imóveis rurais com o Decreto nº 7.029/2009. Este Decreto instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”.

Nesse contexto, intensificaram-se as críticas ao Código Florestal vigente que já vinham de legislaturas anteriores (VIGNA, 2001), sendo construída uma proposta de mudança na lei pelos ruralistas, além de uma ampla mobilização pela pauta:

[...] os representantes da bancada ruralista abriram várias frentes de pressão: sobre o executivo pela edição de sucessivas MPs [Medidas Provisórias]; pela presença nas comissões permanentes de meio ambiente e na especialmente criada para propor novo texto para o Código; além das negociações nas pautas de votação do Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado. Destaca-se ainda as ações no âmbito da Justiça, como as Ações Diretas de Inconstitucionalidade movidas por parlamentares e seus partidos ou entidades de representação de classe no STF, analisadas por Tavares (2012). Identificou-se também a realização de protestos e manifestações públicas, bem como a presença do tema em feiras agropecuárias, seminários e debates organizados por entidades de classe. Esta abrangência demonstra que a ação parlamentar e a representação política institucional se fazem também fora do Congresso e em constante interlocução com a opinião pública e com seus representados. (SEVÁ, 2016, p. 120).

Foi então que, em 2009, o deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC), referência entre os parlamentares da FPA, apresentou o Projeto de Lei nº 5.367/2009, que propunha mudanças amplas na legislação ambiental, para além das questões previstas no Código Florestal vigente, instituindo o “Código Ambiental Brasileiro”. Para Pereira (2013), a apresentação desse projeto, que propunha amplas mudanças na legislação ambiental, demonstrou o grau dos anseios da FPA para esta agenda. A autora também considera que essa foi a forma encontrada pelos parlamentares para que a Frente deixasse de ser um ator coadjuvante na pauta ambiental, controlada até então por sucessivas medidas do Poder Executivo (PEREIRA, 2013).

Apesar das pretensões da FPA, a proposta de Colatto foi apensada¹⁷ ao Projeto de Lei nº 1.876/1999 (Código Florestal), de autoria do deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO), sob protesto dos deputados da Frente, que recorreram à Presidência da Câmara dos Deputados, pois queriam que o projeto tivesse seu prosseguimento autônomo, tirando também de cena o texto já em tramitação, que não satisfazia seus interesses. O apensamento do projeto de Colatto, que era assinado por mais 46 parlamentares, foi compensado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Michel Temer (PMDB/SP), com a criação da Comissão Especial do projeto de lei sobre o tema apresentado em 1999 (SEVÁ, 2016, p. 128). Na prática, a criação de uma Comissão Especial pode acelerar a tramitação de um projeto de lei, pois, ao invés de passar por várias comissões (eram previstas, inicialmente, três para a proposta¹⁸), apenas uma iria conferir parecer à proposta.

A Comissão Especial do Projeto de Lei 1.876/1999, que estabelece o novo Código Florestal, foi criada em 08 de setembro de 2009 (portanto, ainda durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva) e instituída em 29 de setembro do mesmo ano. A presidência e vice-presidência, a secretaria e a relatoria da Comissão foram definidas somente na quarta reunião, realizada em 14 de outubro de 2009, sendo eleitos os deputados Moacir Micheletto (PMDB/PR) para a presidência, Anselmo de Jesus (PT/RO) como 1º Vice-Presidente, Homero Pereira (PR/MT) como 2º Vice-Presidente e a 3ª vice-presidência ficou com Nilson Pinto (PSDB/PA). O presidente da comissão atribuiu a relatoria do projeto a Aldo Rebelo (PCdoB/SP), alegando que ele teria uma posição mais neutra entre representantes do agronegócio e ambientalistas. No entanto, Rebelo já vinha se posicionando favoravelmente aos pleitos dos ruralistas pelo menos desde a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (SEVÁ, 2016).

Vale observar que a relatoria é uma importante função no Congresso Nacional, pois o relator é o parlamentar designado para examinar determinada proposição legislativa em sua forma e conteúdo, e responsável por elaborar parecer (Câmara dos Deputados) ou relatório (Senado Federal) sobre esses aspectos, no qual recomenda sua aprovação ou rejeição. Na Câmara dos Deputados, a escolha do relator é feita pelo presidente da comissão, sem estabelecimento de critérios para a escolha (artigo 41, inciso V, do Regimento Interno) (BRASIL, 2020b). Portanto, sua escolha pode ser estratégica para o avanço ou paralisação de um projeto ou proposta e também pode ser produto de acordos e pressões políticas.

Quanto à composição da Comissão Especial, Sevá (2016) demonstra predominância de parlamentares ruralistas entre seus 21 integrantes e, como esperado para a correlação de então,

¹⁷ O inciso I do artigo 139 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados determina que o presidente da Casa deve verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa e, em caso afirmativo, determina sua apensação para tramitação em conjunto ao projeto mais antigo (art. 143, II, alínea b) (BRASIL, 1989).

¹⁸ A saber: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ao longo da tramitação, o Projeto de Lei 1.876/1999 foi rejeitado tanto pela CAPADR quanto pela Comissão do Meio Ambiente, mas por razões contrárias (PEREIRA, 2013, p. 45).

maior proporção de partidos da base governista. Assim, os parlamentares que compuseram as vagas dos partidos da base do governo eram majoritariamente ruralistas — caso de parlamentares do PMDB, PP, e PR, por exemplo.

Na Câmara dos Deputados, as atividades da Comissão Especial tiveram amplitude nacional e foram realizadas principalmente durante a 53ª Legislatura (2007-2011). Foram realizadas 33 reuniões de audiência pública em diversos estados brasileiros¹⁹ para debater as diretrizes da nova legislação ambiental. Para Sevá (2016), houve um padrão de participação nessas audiências em termos de representatividade política: “Em algumas localidades havia mais representantes de abrangência nacional do que em outras, conforme o contexto do estado ou município e sua proximidade com os conflitos socioambientais de que tratam as disputas travadas na reforma do texto legal.” (SEVÁ, 2016, p. 136). A autora categorizou alguns dos principais convidados a se pronunciar nas audiências: autoridades públicas locais direta ou indiretamente ligadas ao tema da legislação ambiental; “produtores rurais”, “agricultores” e representantes patronais do setor; representantes sindicais e associações de trabalhadores rurais, pequenos produtores e agricultura familiar; organizações não governamentais voltadas à proteção, preservação e conservação da natureza; representantes de associações profissionais; órgãos federais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Embrapa Florestas; parlamentares de todos os níveis, mas com representação estadual em peso (SEVÁ, 2016, p. 136-137).

No âmbito daqueles ligados ao poder público (em cargos eletivos ou comissionados e servidores públicos concursados), estiveram presentes: prefeitos e vice-prefeitos; integrantes de secretarias estaduais ou municipais de meio ambiente, de agricultura, desenvolvimento agrário e/ou desenvolvimento rural sustentável; empresas municipais ou estaduais de assistência técnica e extensão rural; associações de municípios e consórcios intermunicipais; institutos estaduais de meio ambiente; promotoria de justiça; assembleias legislativas, Ministério Público Estadual (no caso do Acre); Comissões estaduais e municipais de meio ambiente; Procuradoria Regional do Trabalho (SEVA, 2016). Apesar dessa diversidade, Pereira (2013, p. 72) aponta que o setor ambiental foi “minoritariamente representado, na proporção aproximada de um para cada quatro representantes dos produtores rurais”. Já os participantes das audiências ligados ao agronegócio foram representados pela CNA e suas federações, Abag, OCB e representantes da indústria madeireira-florestal (PEREIRA, 2013).

Sevá (2016) ainda lembra que a votação do novo Código Florestal na Comissão Especial foi atravessada e influenciada por polêmicas envolvendo o Poder Executivo, como uma denúncia contra o então ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, afastado posteriormente do governo, e a pressão da Bancada Evangélica em relação à iniciativa de distribuição de materiais a educadores visando o enfrentamento da homofobia nas escolas. Esse último teria sido “o gatilho para a insurreição da frente religiosa do CN [Congresso Nacional] frente ao executivo, e o cimento para fortalecer os pilares da aliança conservadora na política institucional brasileira.” (SEVÁ, 2016, p. 140).

Os discursos relacionados à mudança do Código Florestal estiveram ligados à “insegurança jurídica” para os produtores rurais, à desatualização da legislação vigente, à “missão do Brasil em alimentar o mundo” (POMPEIA, 2018, p. 266 e 270) e à consideração de que as restrições ao uso do solo feriam o direito de propriedade (SEVÁ, 2016). Alegava-se,

¹⁹ Fora do Congresso Nacional, as audiências foram realizadas nas seguintes cidades: Maceió (AL); Petrolina (PE); Cuiabá (MT); Colíder (MT); Novo Progresso (PA); Campo Grande (MS); Cafelândia (PR); Assis Chateaubriand (PR); Chapecó (SC); Assis (SP); Ribeirão Preto (SP); Belo Horizonte (MG); Manaus (AM); Boa Vista (RR); Rio Branco (AC); Teresina (PI); Imperatriz (MA); Corumbá (MS) e Colombo (PR) (SEVÁ, 2016, p. 136).

também, que a lei vigente poderia levar à perda de produtividade se parte das propriedades fosse destinada à conservação ambiental, além de que os custos para recuperar a vegetação seriam muito altos (PEREIRA, 2013).

O relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) foi aprovado na Comissão Especial em 06 de julho de 2010, por treze votos a cinco²⁰, seguindo para ser apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2010). Portanto, a fase de apreciação em comissão especial da Câmara dos Deputados foi concluída na última sessão legislativa da 53ª Legislatura (2007-2011).

No prosseguimento da tramitação do projeto durante a 54ª Legislatura (2011-2015), a discussão a respeito da preservação ambiental e da exploração econômica foi amplamente difundida na sociedade brasileira, mostrando, de certa forma, a eficácia dos representantes do agronegócio em imprimir sua agenda na política nacional (SEVÁ, 2016).

Sevá (2016) ainda analisa uma das mais amplas manifestações de rua pela mudança no Código Florestal, realizadas pelas organizações sindicais patronais e entidades do agronegócio, em abril de 2011 (início da 54ª Legislatura). Estiveram presentes manifestantes de 18 estados e do Distrito Federal, o que demonstrou a dimensão nacional da questão para o setor. Havia grande quantidade de material de propaganda relacionado ao tema, destacando-se nas falas e faixas que, dentre os opositores, estavam os “interesses internacionais” em prejudicar a agropecuária brasileira. Tal mobilização foi organizada e conduzida pela CNA, a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato/Sistema CNA), a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), a Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso e Goiás (Aprosoja-MT), a Associação de Criadores do Mato Grosso e os Sindicatos Rurais filiados à Famato/CNA (SEVÁ, 2016, p. 153). Dentre as entidades nacionais naquela mobilização, foram identificadas a OCB, a Organização dos Plantadores de Cana no Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) e a Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus). Havia, ainda, diversos setores da representação política, como as associações de produtores e do cooperativismo, além da própria Aprosoja e da AMPA. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) também estava presente. A quantidade, a abrangência e a relevância das organizações envolvidas demonstram o quanto a pauta foi unificadora, trazendo um novo cenário para a articulação política do agronegócio.

Nessa conjuntura de pressão das entidades do agronegócio e diante de intensas controvérsias, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto principal do Projeto de Lei, em 24 de maio de 2011. Na avaliação de Sevá,

Podemos afirmar que a bancada ruralista conseguiu pautar literalmente o tema na sociedade e nas suas representações institucionais e simbólicas: neste dia 24 de maio de 2011, enquanto era travada a discussão para votação da reforma do código [...], ocorria o assassinato em Xapuri no Acre de um casal de trabalhadores rurais extrativistas por madeireiros, repetindo as tragédias de Chico Mendes e Dorothy Stang. Verificou-se mais uma vez na história a ambivalência do poder “de fogo” ruralista, dentro e fora do CN [Congresso Nacional]; e a eficácia e a violência simbólicas (mas não apenas) do processo de conversão de direitos em leis em uma sociedade de classes altamente hierarquizada e dominada por um agronegócio financeirizado. (SEVÁ, 2016, p. 142).

²⁰ Votaram a favor do parecer do relator os deputados Anselmo de Jesus (PT/RO), Ernandes Amorim (PTB/RO), Homero Pereira (PR/MT), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Moacir Micheletto (PMDB/PR), Paulo Piau (PMDB/MG), Valdir Colatto (PMDB/SC), Reinhold Stephanes (PMDB/PR), Marcos Montes (DEM/MG), Moreira Mendes (PPS/RO), Duarte Nogueira (PSDB/SP), Aldo Rebelo (PCdoB/SP) E Cezar Silvestri (PPS/PR). Votaram contra a matéria os deputados Dr. Rosinha (PT/PR), Ricardo Tripoli (PSDB/SP), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Sarney Filho (PV/MA) e Ivan Valente (PSOL/SP) (BRASIL, 2010).

Dentre as mudanças significativas propostas, podem ser citadas a instituição do conceito de área consolidada, a sobreposição de áreas de preservação permanente e reserva legal, a compensação de reserva legal em áreas externas às propriedades e a permissão de recompor áreas degradadas com espécies exóticas. Por isso, Sevá (2016) considera que a proposta acabou por enfatizar o aspecto da viabilidade econômica da lei enquanto pressuposto de sua eficácia.

O texto seguiu, então, para análise no Senado Federal, registrado como Projeto de Lei da Câmara nº 30/2011. Após tramitação nas comissões permanentes e diversas modificações, o Plenário do Senado Federal aprovou o projeto em 6 de dezembro de 2011, que retornou à Câmara dos Deputados devido a essas modificações.

A pauta foi concretizada na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 2012, quando o Projeto de Lei nº 1.876/1999, o novo Código Florestal, foi aprovado com a reversão de diversos pontos modificados no Senado Federal. Em 25 de maio de 2012, o projeto foi sancionado com diversos vetos por Dilma Rousseff, transformando-se na Lei Ordinária nº 12.651/2012 (DILMA VETA 12 ARTIGOS..., 2012). Os vetos presidenciais foram complementados pela Medida Provisória nº 571/2012, que, por sua vez, foi modificada pelos parlamentares e convertida na Lei nº 12.727/2012. Porém, esta Lei teve nove itens vetados por Rousseff, em outubro de 2012, sob o argumento de que desmatadores não deveriam ser anistiados (OLIVEIRA, 2013). De qualquer forma, ainda que restasse a análise desses vetos pelo Congresso Nacional, a parte principal da tramitação do novo Código Florestal foi encerrada no segundo semestre de 2012. Tais datas são importantes, pois marcam a superação dessa pauta e o início da “virada de página” da agenda política da FPA, ainda que alguns pontos do Código Florestal seguissem sendo debatidos até o período recente.

Para Sevá (2016), a Comissão Especial do projeto de lei do novo Código Florestal foi um espaço de avaliação da força política do governo de Dilma Rousseff e da FPA e suas alianças – “Seu retorno à pauta da Câmara somado à criação da Comissão Especial de revisão do CFB [Código Florestal Brasileiro] revelam a força que a bancada foi ganhando ao longo dos governos petistas, explícita pelo PL 5.367/09 que visava instituir o novo código ambiental brasileiro, de autoria de um ruralista tradicional, Valdir Colatto.” (SEVA, 2016, p. 132). Apesar da base parlamentar ampla do governo na 54ª Legislatura (DIAP, 2010), o processo de tramitação do novo Código foi marcado por derrotas do governo petista e vitórias da Bancada Ruralista.

Pereira (2013) também faz uma interessante avaliação de custos e benefícios das alterações do Código Florestal. Segundo a autora, no caso das medidas que aumentaram a proteção ambiental, os custos atingiram diretamente grupos específicos (o segmento rural) e grupos demográficos (estados produtores típicos da agropecuária). Já os benefícios, que dizem respeito aos avanços para a preservação ambiental no país, seriam incertos, dispersos e difusos. Assim, Pereira (2013) considera que,

Em contrapartida, a defesa da flexibilização das medidas de preservação ambiental geraria benefícios concentrados aos grupos e estados específicos. [...] Nesse sentido, a reforma seria uma política não só atrativa, mas rentável aos legisladores que representam o setor rural. Seria uma oportunidade de manter e até expandir seus apoios políticos, reivindicando crédito eleitoral. (PEREIRA, 2013, p. 64).

O fato de parte importante da tramitação do Código Florestal e dezenas das audiências públicas externas ocorrerem em 2010, ano de eleições gerais, também reforça essa interpretação. Por isso, a autora também considera essa mobilização pela mudança da legislação uma política rentável do ponto de vista das consequências eleitorais.

Além das profundas mudanças na mais importante legislação ambiental do país, a tramitação do novo Código Florestal deixaria um legado de articulação do setor agropecuário e agroindustrial em torno da atuação parlamentar. Para Pompeia (2018), a partir dessa experiência, a via de atuação parlamentar passaria a ser um dos centros de atuação política do agronegócio, que estabeleceu uma relação coordenada com a FPA. Como demonstra a fala do deputado Moreira Mendes (PPS/RO) na abertura deste tópico, a tramitação do novo Código também se tornou uma espécie de modelo de como abordar a questão das demarcações de terras indígenas, que passavam, então, a julgar como prioritária.

Com a paralisação na criação de novos assentamentos de reforma agrária e as mudanças no Código Florestal concretizadas, os representantes do agronegócio passariam a contestar os direitos territoriais indígenas com maior intensidade (POMPEIA, 2018).

2.4 DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS ENTRAM NA PAUTA DA FPA

A partir de meados da década de 2000, é possível constatar ações de entidades patronais da agropecuária buscando antagonizar o prosseguimento de demarcações de terras indígenas. Tavares (2012) demonstra que, naquele período, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) começa a dedicar sua estrutura de especialistas e veículos de comunicação para abordar o tema. A CNA, uma entidade sindical vinculada aos setores patronais do rural brasileiro, foi fundada em 1964, então chamada Confederação Nacional da Agricultura. A entidade participa da estrutura organizativa sindical brasileira e teve como pautas históricas o enfrentamento a propostas de reforma agrária e a defesa da flexibilização das leis trabalhistas para o campo. No período mais recente, atuou na promoção de alterações no Código Florestal e na oposição à criação de unidades de conservação (TAVARES, 2012).

Além de entrar com ações judiciais no Supremo Tribunal Federal (STF) contra demarcações de terras indígenas, a CNA deu orientações jurídicas em seus veículos de comunicação a proprietários que se sentiam lesados com procedimentos de demarcação de terras indígenas, orientando-os a efetuar mandados de segurança e ações ordinárias, pedindo a nulidade de decretos presidenciais de homologação da área. A entidade também aconselhava seus filiados a encaminhar a produção de laudos antropológicos, etnohistóricos e ambientais para contraditar a Funai. A autora cita diversas edições da revista *Gleba*²¹, da CNA, entre os anos de 2005 e 2009, em que há artigos tratando da demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas. Portanto, as preocupações da Confederação com a questão indígena e quilombola remontam pelo menos a meados dos anos 2000, travando disputas no âmbito do Poder Judiciário.

Entre os fatores que elevaram o interesse da CNA em relação a esse tema estaria o entendimento da direção da entidade de que os movimentos indígena e quilombola e seus aliados haviam conquistado mais espaços políticos. Essa conquista teria se efetuado a partir da criação de marcos normativos e políticas públicas que responderam às pressões destes movimentos, além da retirada de terras do mercado para destinação a essas populações, tendo em vista que terras indígenas e quilombolas são inalienáveis (TAVARES, 2012). Este último argumento é explicado em uma matéria com a chamada “Ação estatal exclui milhões de hectares do cenário econômico”, de uma edição da revista *Gleba*, de 2006:

²¹ Ver Tavares (2012, p. 120). A revista *Gleba* é uma publicação iniciada em 1955 pela Confederação Rural Brasileira (CRB), entidade a partir da qual a CNA foi constituída.

Milhões de hectares estão sendo subtraídos anualmente do processo produtivo. A estrutura fundiária está sendo desenhada dentro de um dilema: incorporar terras agricultáveis à produção ou excluí-las da exploração econômica. A política agrícola descompromissada com a renda dos produtores, dividida entre agricultura comercial e familiar, utiliza 282 milhões de hectares (33,3% do território). As políticas ambiental e indigenista já destinaram 233 milhões de hectares (27%) a Unidades de Conservação e terras indígenas. Por fim, a política fundiária de resultados questionáveis distribuiu 64 milhões de hectares (8%) para colonização e reforma agrária (GLEBA, nov./dez. 2006, p. 6 *apud* TAVARES, 2012, p. 121).

Como vimos no primeiro capítulo, os anos 2000 também foram de intensa valorização das *commodities* agrícolas no mercado internacional, que alavancaram o preço e a procura por terras, acirrando as disputas fundiárias.

Para Tavares (2012), as alegações da CNA contra as reivindicações por terra de indígenas e quilombolas redefiniram algumas fórmulas já usadas contra os movimentos de trabalhadores rurais e a reforma agrária. A entidade chega, inclusive, a reivindicar equiparação da posse indígena às situações de “invasões” para reivindicação de reforma agrária, exigindo a “criação de legislação determinando que a gleba particular invadida não pode ser objeto de procedimentos para fins de ampliação ou demarcação de terra indígena, conforme previsão no ordenamento agrário vigente” (GLEBA, maio/jun. 2007, p. 7 *apud* TAVARES, 2012, p. 123). Como lembra Tavares (2012, p. 127), essa parece ser uma ideia fora de lugar, pois o que a CNA chama de “invasões” é considerado pelos indígenas como a retomada de suas terras invadidas por aqueles que se denominam ou são denominados “proprietários” ou “produtores rurais”.

Em casos em que há sobreposição de áreas com propriedades particulares, a CNA sugeria que o governo federal criasse reservas indígenas, proporcionando indenização e deixando de lado os procedimentos relacionados à ocupação tradicional. Em uma edição da revista *Gleba*, de 2009, a CNA convoca o Poder Legislativo a dar encaminhamento a algumas propostas que já se encontravam em tramitação: a PEC nº 38/1999, que atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar demarcações de terras indígenas; a PEC nº 03/2004, que permite indenização de terras de domínio particular; e o Projeto de Lei nº 4791/2009, que estabelece que a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas seja submetida à aprovação do Congresso Nacional (TAVARES, 2012, p. 124). Portanto, a própria Constituição federal de 1988 se apresenta como um obstáculo aos interesses patronais, com os representantes do setor se voltando para a defesa de mudanças através do apoio a propostas de Emendas Constitucionais (TAVARES, 2012).

No âmbito de sua atuação no STF, a CNA ingressou com uma Proposta de Súmula Vinculante, buscando consolidar entendimentos já manifestados em julgamentos anteriores, tornando-se jurisprudência. A Confederação buscava estender a aplicação da Súmula nº 650²², aprovada em 24 de setembro de 2003, que enuncia que os incisos I e XI do art. 20 da Constituição federal, referentes ao patrimônio da União, não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto. A argumentação da CNA era de que a Petição 3.388-4/RR, ação referente à demarcação de Raposa Serra do Sol, reiterava as razões da Súmula nº 650, buscando impor limites temporais ao reconhecimento de terras

²² Outras organizações apoiaram oficialmente esse pleito da CNA. Após publicação do edital pelo STF para interessados na ação se manifestarem, apresentaram-se favoráveis à CNA: Sindicato e Organização das Cooperativas brasileiras no Mato Grosso do Sul; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul; Município de Ilhéus (BA); Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul; Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul; e Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (TAVARES, 2012, p. 127). Como observa a autora, ainda que tenha realizado primeiro uma ação análoga, a SRB não se uniu a essa iniciativa da CNA.

indígenas. No entanto, a Comissão de Jurisprudência, uma das comissões permanentes do STF, manifestou-se pelo indeferimento do pedido da CNA, em 18 de março de 2010²³ (TAVARES, 2012).

A autora ainda identifica, nos discursos dos representantes da CNA, uma questão também constatada ao longo deste trabalho: a descridibilização da luta indígena, que lhes nega o papel de protagonistas de sua causa²⁴. Assim, os interlocutores da entidade

[...] constroem (ou reforçam) uma imagem tutelada dos indígenas, atribuindo às ONGs a invenção de identidade indígena, que, nesse quadro, são pintados como absolutamente manipuláveis por interesses ocultos dessas organizações na terra e dos antropólogos que produzem os laudos e, ainda, da Igreja. (TAVARES, 2012, p. 122).

Tavares (2012) sintetiza a atuação da CNA na questão das demarcações de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas da seguinte forma:

A atuação da CNA no tema parece emergir somente após as lutas, demandas, regulamentações e políticas no sentido de demarcar terras indígenas e quilombolas (e do reconhecimento dos índios e dos remanescentes de comunidades quilombolas como portadores de direitos constitucionais às suas terras).

No momento em que as normas começaram a ser usadas de modo a afetar os interesses de sua base, a CNA buscou limitar a interpretação dos dispositivos constitucionais, no caso das demandas indígenas, ao refutar a possibilidade de ampliação ou demarcação que incluía terras indígenas invadidas por grileiros antes de 1988 e, em relação aos quilombolas, pugnou pela declaração de inconstitucionalidade do Decreto 4887, de 2003, que regulamentou o procedimento administrativo para titulação de territórios quilombolas.

De forma semelhante à argumentação de outrora que caracterizava os trabalhadores rurais como incapazes e ignorantes, conduzidos por interesses comunistas escusos, a partir da década de 1990 e, especialmente, dos anos 2000, são os indígenas e quilombolas que serão colocados nesse lugar da ausência de capacidade para protagonizar sua própria luta. Entretanto, na construção do inimigo, os trabalhadores rurais, de certo modo, parecem ter sido mais valorizados do que os indígenas e quilombolas, que nem ao posto de adversários ou opositores foram alçados. A CNA combate aqueles que conferem a legitimidade científica à luta política dos indígenas, através de laudos: os antropólogos. Estes passam a ser responsabilizados, ao lado das organizações não governamentais, pela reivindicação e invenção de identidade indígena. A desqualificação da CNA dos antropólogos e das ONGs de apoio às lutas indígenas pode se relacionar ao apoio científico do reconhecimento da legitimidade da reivindicação, discurso cabível no lado da racionalidade moderna-ocidental, num caso, e à visibilidade promovida, no outro. (TAVARES, 2012, p. 217).

Naquele mesmo período, a questão das demarcações de terras indígenas também passou a ganhar atenção das federações estaduais do Sistema CNA. Em 2005, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), realizaram um seminário para tratar da questão indígena

²³ A Comissão de Jurisprudência do STF argumentou, resumidamente, que a Súmula em questão trata de imóveis urbanos usucapiendos que faziam parte em um passado distante de antigos aldeamentos indígenas e não haveria mais atualidade na discussão que originou a Súmula nº 650, dado o escasso número de julgamentos sobre essa matéria específica. Também foi ressaltado que outras variáveis devem ser consideradas, sendo que não se aplica tal questão nas hipóteses em que fica configurado o renitente esbulho – situação de efetivo conflito possessório que, mesmo iniciado no passado, ainda persistia na promulgação da Constituição de 1988 (TAVARES, 2012).

²⁴ Exemplo disso foi o artigo da senadora Kátia Abreu (PSD/TO), então presidente da CNA, intitulado “Causa incofessável”, publicado pela Agência FPA. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2013/09/09/causa-incofessavel/> Acesso em: 5 maio 2021.

e quilombola na região de fronteira entre os dois estados, na área territorial dos municípios de Erechim (RS) e Chapecó (SC), no qual também houve envolvimento da então Comissão de Assuntos Indígenas da CNA (TAVARES, 2012, p. 120). Na ocasião, inclusive, os participantes do evento sugeriram que a Comissão da CNA passasse a ser chamada de “Comissão Nacional de Assuntos Indígenas e Quilombolas”, o que evidencia a emergência da questão quilombola para a organização sindical patronal naquele período. Além disso, Costa (2019) cita a existência da Comissão de Assuntos Indígenas na Farsul, enquanto a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) possui uma Comissão Técnica de Assuntos Fundiários e Indígenas (FAMASUL, 2014, p. 28), expressando a relevância dada à questão e a ocorrência de uma especialização na estrutura do sindicalismo patronal para tratar do tema.

Em 2008, uma das questões de destaque também era o julgamento da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), iniciado em agosto daquele ano (Petição 3.388/RR). A terra indígena havia sido homologada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em abril de 2005. O processo no STF foi acompanhado com atenção por representantes patronais do país. Tendo em conta que diversos arrozeiros de Pacaraima (RR) ocupavam a área de Raposa Serra do Sol, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato – Sistema CNA) buscou demonstrar solidariedade a eles promovendo, em agosto de 2008, a Marcha a Roraima, que também contou com a participação de agropecuaristas de Mato Grosso do Sul (BAPTISTA, 2008; ARRUDA, 2009b).

Em outubro de 2008, a pauta seguiu em evidência para os representantes patronais de Mato Grosso. A revista *Produtor Rural*, editada pela Famato, em sua edição de outubro de 2008, dedicou capa (figura 3, a seguir) e diversas páginas à questão das demarcações de terras indígenas no estado. A revista deu destaque ao seminário “Acorda Brasil: a Amazônia é Nossa”, realizado pela Famato no município de Brasnorte (MT), em 8 de outubro de 2008. Duas terras indígenas (TI) são citadas na matéria “O Direito errado”: a TI Menkü (povo Myky), que estava em estudo para revisão de limites desde outubro de 2007, e a TI Manoki (povo Irantxe), que teve portaria declaratória publicada em agosto de 2008²⁵ (BRASIL, 2019). Portanto, o evento foi uma reação ao avanço do reconhecimento dessas terras indígenas no município.

O seminário foi antecedido por uma carreata e teve o objetivo de trazer “esclarecimentos técnicos e jurídicos, mas foi essencialmente um ato político” (BAPTISTA, 2008, p. 19). Para o deputado federal Homero Pereira (PR/MT), presente no seminário,

Os produtores têm de se manter mobilizados. Este tema é mais grave que o do endividamento porque fere o direito de propriedade. Temos que ter paz para continuar produzindo, sobretudo agora que a crise está batendo na porta. [...] O problema atual **não é causado pelo índio**, mas por indigenistas, antropólogos financiados por organizações não-governamentais internacionais. (BAPTISTA, 2008, p. 19-20, grifo nosso).

Como vimos, Pereira seria presidente da FPA durante a 54^a Legislatura (2011-2015), no período correspondente ao final da tramitação do novo Código Florestal e quando a pauta das demarcações de terras indígenas entrou de vez na agenda da FPA.

²⁵ A saber: TI Menkü - Portaria do Grupo de Trabalho de identificação da Funai nº 1.069, de 30 de outubro de 2007; a área foi delimitada em 18 de abril de 2012 – despacho Funai nº 125/2012. TI Manoki - Portaria Declaratória nº 1.429 - Ministério da Justiça, de 04 de agosto de 2008.



Figura 3. Capa da revista *Produtor Rural*, da Famato (Sistema CNA), de outubro de 2008.
Fonte: Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – Famato (2008).

A matéria “O Direito errado” contou com diversas manifestações de dirigentes da Famato e da Famasul, além de especialistas. Entre estes, estavam o escritor mexicano Lorenzo Carrasco, autor do livro *Máfia verde*; Hilário Rosa, apresentado como antropólogo; e Dennis Lerrer Rosenfield, professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entre os problemas apresentados por esses especialistas, estavam a impossibilidade de os indígenas arrendarem suas terras, a existência de muitas unidades de conservação, além de considerarem que indígenas, em muitos casos, querem produzir em suas áreas, mas não possuem condições tecnológicas. Rosa e Carrasco estiveram presentes no seminário. O primeiro declarou que “Estão querendo fabricar índios. [...] O índio virou o biombo por trás do qual estão os bandidos.” (BAPTISTA, 2008, p. 20), e ambos argumentaram que há interesses internacionais envolvendo os processos de reconhecimento de terras indígenas. Já Rosenfield argumentou que os produtores rurais não poderiam ser responsabilizados pelas “atrocidades do Estado brasileiro” (BAPTISTA, 2008, p. 20).

A partir daquele seminário, também foi publicada a “Carta de Brasnorte”, que enfatizou a contribuição da produção agropecuária para os superávits da balança comercial brasileira e afirmou que estão “diante de um governo que reprime, hostiliza e agride através do Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Funai e do Incra”, elencando, assim, os adversários do agronegócio. Na Carta, também defenderam que as demarcações devem ser definidas no Congresso Nacional, apesar de não ter sido apontada uma proposta legislativa específica (BAPTISTA, 2008, p. 25).

A Carta e as manifestações acima referidas do deputado federal Homero Pereira, de Hilário Rosa e de Lorenzo Carrasco corroboram com a consideração de Tavares (2012) de que

indígenas não chegam a ser eleitos ao posto de adversários. Para as citadas lideranças do agronegócio, os indígenas não têm agência sobre seus atos, sempre influenciados ou mesmo controlados por outros atores e organizações. Esse tipo de posicionamento, ao menos à primeira vista, evita que esses representantes políticos façam referências racializadas aos povos originários. No entanto, evidentemente, é pressuposto um generalizado rebaixamento intelectual baseado na ideia de raça.

No ano seguinte, o jornal *O Estado de São Paulo* estampou a manchete “Após Raposa, MS é novo foco de tensão entre índios e fazendeiros” (ARRUDA, 2009b). A publicação destaca a atenção que dirigentes dos sindicatos patronais de Mato Grosso do Sul deram à última fase do julgamento no STF da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Vale a reprodução de trecho da matéria:

[...] Não perderam nada. Acompanharam passo a passo até as sete horas usadas pelo ministro Marco Aurélio Mello para justificar o voto.

Tanto interesse tem uma razão: vencida a etapa da Raposa, Mato Grosso do Sul deve ser o palco da próxima grande disputa no País entre produtores rurais e índios pela posse da terra. E o STF será novamente o desaguadouro do embate judicial.

A tensão cresce a cada dia naquele Estado. Na segunda-feira, dois dias antes de o STF retomar o julgamento, fazendeiros de Dourados se reuniram no parque de exposições rurais da cidade e deliberaram que vão resistir de todas as maneiras às reivindicações indígenas por terras. “Tolerância zero para as demarcações indígenas e para a infração dos direitos de propriedade do produtor rural” foi a declaração final do encontro.

A disputa envolve, de um lado, cerca de 40 mil índios guaranis, dos povos nhandeva e caiuíá, espalhados pelo sul do Estado, na fronteira com o Paraguai. A maioria vive em áreas pequenas e isoladas umas das outras. Segundo os índios, essas áreas, delimitadas entre os anos de 1920 e 1930, ainda pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, são insuficientes para se manter enquanto grupo e assegurar a sobrevivência das suas famílias e da sua cultura. [...]

O lugar onde os problemas mais agravam é, não por coincidência, a aldeia situada nos arredores de Dourados - onde se proclamou a “tolerância zero”.

[...]

REAÇÃO

A situação se agravou em junho do ano passado [jun. 2008], quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou portaria criando grupos de trabalho para analisar a possível ampliação das terras indígenas. Houve uma reação em escala nacional.

Para acalmar os ânimos, o presidente da Funai, Márcio Meira, foi a Mato Grosso [do Sul], onde se reuniu com representantes ruralistas e o governador, André Puccinelli (PMDB). A situação esfriou. Até dias atrás, quando apareceu a segunda portaria, avançando instruções sobre as ações dos grupos de trabalho.

Foi a senha para mais protestos. “A Funai atropela os acordos feitos com o governador e tenta impor suas regras, sem ouvir os proprietários”, diz Roseli Maria Ruiz, da coordenação da Recover, organização não-governamental que agrega produtores rurais descontentes com a situação de conflito. Roseli foi uma das lideranças sul-matogrossenses que acompanharam minuto a minuto o julgamento do STF. (ARRUDA, 2009b, p. A10)

Em análise semelhante, Márcio Meira, antropólogo e então presidente da Funai, considerou em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* que “Depois de resolvida a questão da Raposa Serra do Sol, a maior pendência fundiária agora é a dos guaranis caiuíás, no Mato Grosso do Sul.” (ARRUDA, 2009a). Na ocasião, Meira representaria o Brasil atendendo a uma convocação da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob alegação de que o Brasil desrespeita os direitos constitucionais dos povos originários. A audiência foi solicitada à OEA pela Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, então presidida pelo jurista Hélio Bicudo. Como veremos ao longo deste

trabalho, os conflitos relacionados às demarcações de terras indígenas iriam, a partir de então, muito além do estado de Mato Grosso do Sul.

Em 2010, a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) publicou o documento “Propostas do agronegócio para o próximo presidente da República – 2010” mencionando o problema das demarcações de terras indígenas e quilombolas. No “Pilar 6: Institucionalidade do poder público” do documento, foi considerado que

Outra questão de insegurança jurídica diz respeito à ameaça contínua de expropriação de áreas consideráveis de produção agrícola sob o argumento de remanescentes comunidades quilombolas e demarcação de reservas indígenas. A Constituição de 1988 delimitou o prazo de cinco anos para que se concluísse o processo demarcatório e passados vinte e dois anos ainda persiste a ameaça de que propriedades venham a ser desapropriadas por estes motivos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG, 2010, p. 31).

Nesse contexto, a Abag manifestava que os produtores rurais deveriam ser protegidos dessas ameaças de desapropriação. Portanto, no final da década de 2000, o tema ganharia atenção para além das organizações patronais da agropecuária, com o descontentamento se estendendo às lideranças do setor agroindustrial, que são notadamente representadas na Abag (MENDONÇA, 2010; POMPEIA, 2018).

No mesmo ano, as demarcações de terras indígenas também deixaram de ser pauta exclusiva dos veículos de comunicação do setor agropecuário: em 5 de maio de 2010, uma matéria crítica às reivindicações por terra de povos indígenas foi destaque na revista *Veja*, da editora Abril, publicação semanal que, naquele momento, possuía maior circulação nacional. A reportagem de oito páginas intitulada “*A farra da antropologia oportunista*”, de autoria de Leonardo Coutinho, Igor Paulin e Júlia de Medeiros, mostrava diversas áreas em estudo ou declaradas como terras indígenas, criticando a autodeterminação dos povos indígenas e usando expressões que buscavam ridicularizar algumas comunidades, como “Os novos canibais”, “Teatrinho na praia” e “Macumbeiros de cocar” (COUTINHO; PAULIN; MEDEIROS, 2010, p. 155, 158 e 159). Também foram apresentados números fictícios, como de que, em 2010, as áreas de preservação ambiental, terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos de reforma agrária correspondiam a cerca de 90% do território nacional. Somado a isso, reprovaram o tamanho das terras indígenas, declarando que a demarcação de Raposa Serra do Sol “feriu o estado de Roraima”. A tese de que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) “importou índios paraguaios e argentinos para o Morro dos Cavalos, em Santa Catarina” também foi defendida (COUTINHO; PAULIN; MEDEIROS, 2010, p. 156). Mais tarde, em 2014, esse argumento seria novamente sustentado pelo jornal *Diário Catarinense* (Grupo RBS), em uma série de reportagens a respeito de Morro dos Cavalos (BACELO, 2014). Ao longo da década de 2010, mobilizações contra terras indígenas fizeram diversas referências a essa matéria da *Veja*, a qual contribuiu efetivamente com a difusão de argumentos contra as demarcações.

Como veremos no capítulo IV, a questão das demarcações de terras indígenas chegou a ser abordada em sete audiências públicas em 2008 e 2009 (53ª Legislatura) na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e na então chamada Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR), ambas comissões permanentes da Câmara dos Deputados. No entanto, o tema ainda não havia ocupado o centro das atenções dos parlamentares da FPA, apesar de também ocorrerem algumas propostas legislativas de iniciativa individual de parlamentares, que buscavam responder às suas bases.

No contexto do movimento indígena, na década de 2000, multiplicavam-se as

ocupações de terras visando retomar territórios tradicionais, além de ações de autodemarcação de terras indígenas já declaradas pelo Ministério da Justiça, que buscavam acelerar a conclusão do reconhecimento das áreas. Importante observar que, em 2005, no Acampamento Terra Livre (ATL), o movimento indígena criou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), contribuindo com mobilizações indígenas no país. O ATL é uma mobilização nacional, realizada anualmente em Brasília (DF) desde 2004, que busca dar visibilidade às reivindicações dos povos indígenas perante o Estado brasileiro (APIB, 2021). A Apib passou a aglutinar organizações indígenas regionais²⁶ e se tornou instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil. Nos primeiros anos da década de 2010, os povos indígenas também estiveram entre os grupos mais mobilizados do país, promovendo diversos protestos em todas as regiões do Brasil (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

Nesse contexto, é possível analisar os processos de reconhecimento de terras indígenas, que são normatizados pelo Decreto nº 1.775/1996. Para isso, é possível utilizar os dados das publicações de portarias da Funai para constituir Grupo Técnico (GT), com o objetivo de conduzir estudos de natureza etno-histórica, antropológica, ambiental e cartográfica necessários à identificação e delimitação de áreas reivindicadas por povos indígenas²⁷. Essa é a primeira resposta concreta de uma demanda por terras de povos indígenas encaminhada à Fundação.

Concluídos os trabalhos de identificação e delimitação, o grupo técnico apresenta relatório circunstanciado à Funai, caracterizando a terra indígena a ser reconhecida e, se aprovado, a presidência da Fundação publica a portaria de delimitação, com um resumo do relatório e um mapa com o polígono e localização da área (§ 6º e 7º do art. 2º – BRASIL, 1996)²⁸. Portanto, a primeira portaria, de constituição de GT, representa o encaminhamento e análise da demanda por terra de comunidades indígenas. Já a segunda, com publicação de um relatório com uma proposta de área, representa o primeiro passo para o reconhecimento oficial da terra pelo Estado brasileiro, do qual depende o restante do processo de demarcação de terras indígenas — que é seguido por uma portaria declaratória do Ministério da Justiça, homologação por Decreto presidencial e registro/regularização da área (BRASIL, 1996).

Nesse âmbito, na figura 4 são apresentadas as séries históricas de publicações de portarias de GT e de delimitação de terras indígenas pela presidência da Funai, entre 1997 e 2015. A série inicia em 1997 por ser esse o primeiro ano em que são publicadas tais portarias, após a edição do Decreto nº 1.775/1996, que determinou novo rito de reconhecimento de terras indígenas às quais se referem o artigo 231 da Constituição federal de 1988. O gráfico foi elaborado com a aplicação *Google Planilhas* e as linhas representam a tendência de cada série, ajustada a uma função polinomial de quarto grau.

²⁶ Atualmente compõem a Apib: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Conselho do Povo Terena; Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL); Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Comissão Guarani Yvyrupa (APIB, 2021).

²⁷ Conforme o Decreto, esses grupos técnicos especializados devem ser compostos preferencialmente por servidores do próprio quadro da Funai, coordenado por antropólogo, com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação (§ 1º, art. 2º – BRASIL, 1996).

²⁸ Nesta etapa, também é publicado um resumo do relatório no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob demarcação, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área, devendo a publicação também ser afixada na sede da prefeitura municipal onde a área incide. Desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação do relatório circunstanciado, os estados e municípios em que se localize a área sob demarcação e demais interessados podem se manifestar sobre o processo (§ 7º e § 8º, art. 2º – BRASIL, 1996).

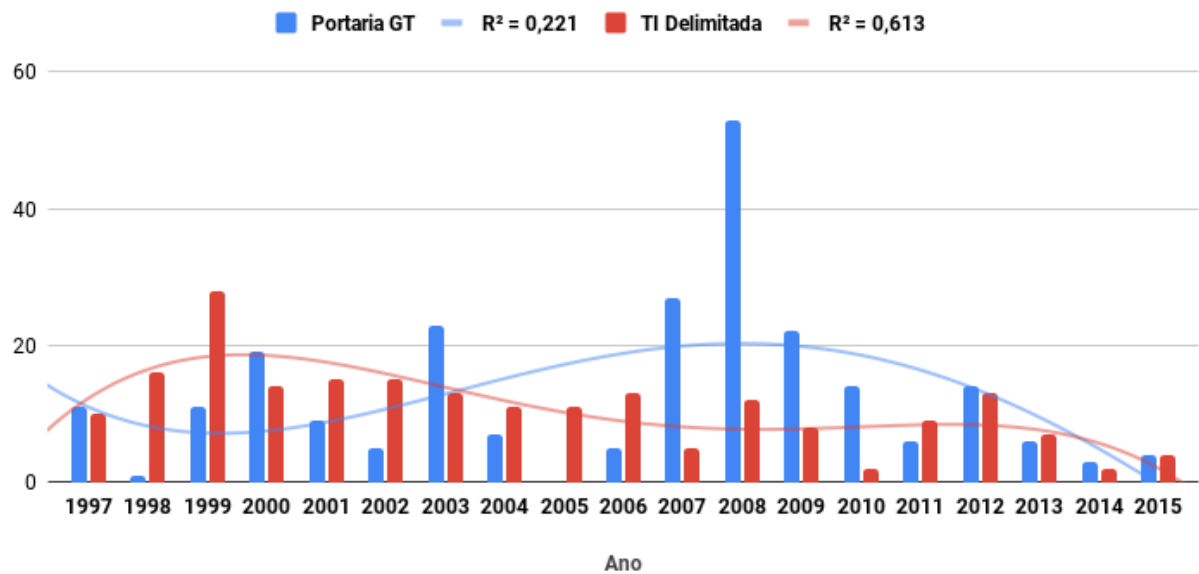


Figura 4. Publicação de portarias de constituição de grupo técnico (GT) e de delimitação de terra indígena (TI) pela Fundação Nacional do Índio (Funai) – 1997-2015. Fonte: elaborada a partir de Brasil (2019).

A tendência das séries de dados evidencia que, enquanto a demanda dos povos indígenas cresceu ao longo dos anos 2000, especialmente entre 2007 e 2010, com pico em 2008 (53 portarias publicadas), o reconhecimento de suas terras tem ritmo decrescente desde o final da década de 1990. Isso é confirmado pela média de publicações de portarias pela Funai entre as diferentes gestões presidenciais: entre 1997-2002, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a média de publicação de portarias de GT e portarias de delimitação foi de, respectivamente, 9,3 e 16,3 publicações; já durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (2003-2010), as respectivas médias foram de 18,9 e 9,4; enquanto no governo de Dilma Rousseff (PT), entre 2011 e 2015, foram 6,6 e 7 publicações por ano, respectivamente. Esses dois últimos dados confirmam a tendência tanto de redução da criação de GT como de propostas de delimitação de terras indígenas na primeira metade da década de 2010.

No início da década de 2010 também houve intensa mobilização do movimento indígena. Como pode ser verificado na figura 5, os anos de 2012 e 2013 foram expressivos nos processos das chamadas “retomadas” de terra realizadas por povos indígenas. Essas ações também levaram a reações das lideranças do agronegócio e da FPA (por vezes, imediatas), inclusive na forma de dezenas de mobilizações de rua nos municípios em que havia litígio relacionado às terras indígenas, o que é o tema do capítulo V.

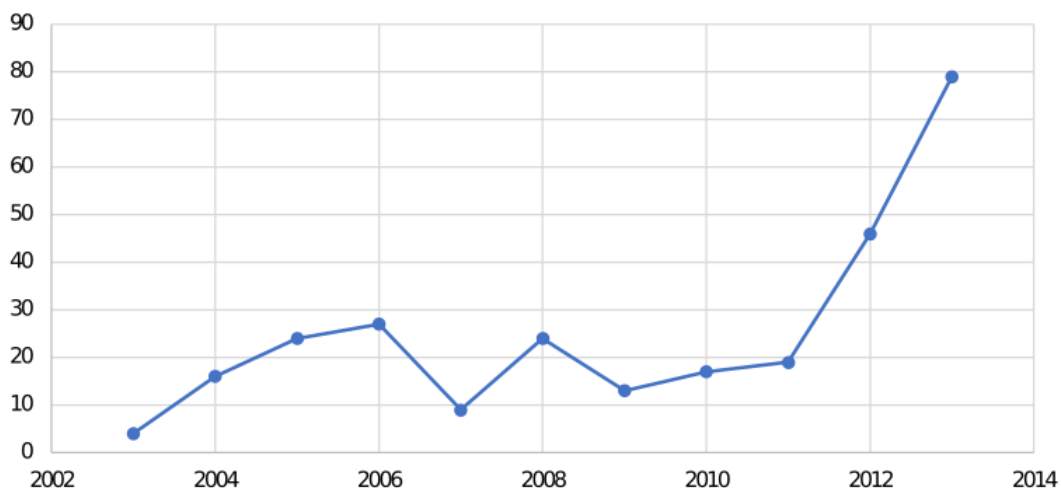


Figura 5. Número de retomadas realizadas por indígenas (2003-2013). Fonte: Dataluta; Unesp (2015) *apud* Pompeia (2018, p. 282).

Com o passar dos anos, a literatura acadêmica passou a refletir sobre essas experiências sob diversos aspectos. Vê-se, por exemplo, trabalhos sobre os Tupinambá, na Bahia (ALARCON, 2013a; 2013b; 2018); os Tuxá, na região Nordeste (DURAZZO, 2019); os Pataxó Hãhãhã, na Bahia (SOUZA, 2019); os Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul (CORRADO, 2013; 2018; 2020; LUCAS; URQUIZA, 2015; CAVALCANTE, 2015; BENITES, 2020); o povo Terena, no Mato Grosso do Sul (AMADO, 2017; 2020; XIMENES; PEREIRA, 2016); sobre retomadas dos Kaingang no Sul do país (MARÉCHAL, 2018; AMANTINO, 2020); dos Avá-Guarani, no Paraná (SOUSA, 2015) e dos Mbyá Guarani, em São Paulo (MARTINS, 2018; MARTINS; SANTILLI, 2019).

Com o crescimento das demandas por terra e de retomadas em 2012 (figura 5) e a conclusão da tramitação do novo Código Florestal, as demarcações de terras indígenas passaram a ser pauta de diversas reuniões-almoço da FPA às terças-feiras, na sede do IPA. Em 27 de novembro de 2012, a FPA publicou em sua conta na rede social *Twitter* que as demarcações de terras indígenas foram o “prato principal” da reunião (figura 6).

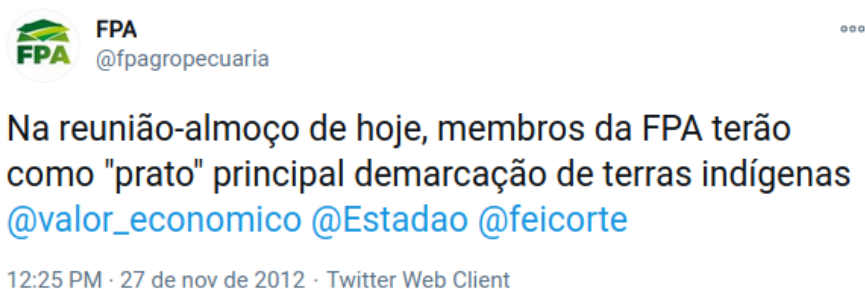


Figura 6. Publicação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na rede social *Twitter* declara que demarcações de terras indígenas foram prato principal de reunião realizada em sua sede, em Brasília (DF), em 27 de novembro de 2012. Fonte: FPA (2012).

Em 18 de dezembro de 2012, ao lado do deputado federal Júlio Campos (DEM/MT), o repórter do canal *Terraviva*, do Grupo Bandeirantes, voltado para cobertura do agronegócio, também anuncia:

Parlamentares aqui no Congresso Nacional tem expectativa de que em 2013 projetos que tramitam na Câmara e no Senado que tratam da questão indígena sejam finalmente apreciados pelas duas Casas. A questão é preocupante, há problemas com demarcações mal feitas ou indevidamente feitas pipocando por todos os estados. (MIGNONE, 2012c).

Tais questões evidenciam, portanto, que no segundo semestre de 2012, após conclusão da tramitação do novo Código Florestal, houve planejamento para atuação da FPA no tema das demarcações de terras indígenas. A partir de então, os parlamentares da Frente operariam o assunto em diversas frentes: reuniões com ministros de Estado; audiências públicas; implementação de proposta de fiscalização e controle; Proposta de Emenda à Constituição; criação de subcomissão especial; projeto de lei complementar; Projetos de Decretos Legislativos; reuniões com ministros do Supremo Tribunal Federal; promoção de mobilizações de rua; e pressão sobre o Poder Executivo para mudar o rito de demarcação (Decreto 1.775/1996) e normas infralegais, como a reedição da Portaria nº 303/2012, da Advocacia Geral da União (AGU) (a ser especificada a seguir). Além de analisarmos diversas dessas iniciativas neste trabalho, Pereira (2018) também examina o teor das várias propostas legislativas de parlamentares ruralistas na década de 2010.

Em 15 de maio de 2013, com as ações de retomada do movimento indígena crescendo, a FPA faria sua primeira tentativa de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara dos Deputados, para tratar do tema, protocolando o Requerimento de CPI nº 22/2013²⁹, em 15 de maio de 2013, que visava investigar a atuação da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e de titulação de territórios quilombolas. Além de citarem as conclusões do relatório da CPI da Funai, realizada em 1999, os deputados alegaram no requerimento que:

A questão fundiária mais aguda, em 2012, foi a indígena. O ano foi marcado por invasões de propriedades rurais por índios, com apoio de ONG's, que foram utilizadas como estratégia ora para desencadear os estudos de identificação de terras indígenas ora para acelerar a conclusão de processos demarcatórios em curso. (BRASIL, 2013a, p. 4).

Apesar da CPI não ter sido concretizada na 54^a Legislatura, o que demonstra, ainda que parcialmente, uma limitação do poder da FPA naquele momento, seu requerimento permite analisar o apoio a essa pauta da Frente, na Câmara dos Deputados. O pedido foi registrado pelos deputados Alceu Moreira (PMDB/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Jerônimo Goergen (PP/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Nilson Leitão (PSDB/MT), tendo, no total, 202 assinaturas, o que dá uma dimensão do suporte a essa demanda da FPA e seus aliados. No quadro 5, é possível observar a distribuição regional dos deputados signatários do requerimento de CPI e, no quadro 6, a composição partidária desses parlamentares.

²⁹ Esse pedido foi reapresentado em 2015, gerando a CPI da Funai e do Incra. A ficha de tramitação do pedido de CPI nº 22/2013 está disponível na página da Câmara dos Deputados em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576999> Acesso em: 27 jul. 2021.

Quadro 5. Distribuição regional dos deputados signatários do requerimento de CPI para investigar a atuação da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e de titulação de territórios quilombolas (Requerimento de CPI nº 22/2013).

CPI	Norte							Sul			Nordeste							Sudeste				Centro-Oeste					
UF	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	PR	RS	SC	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP	DF	GO	MT	MS
Deputados	1	4	3	8	4	7	4	15	13	8	5	9	5	9	6	6	1	2	1	6	26	14	24	3	8	6	4
Total deputados (202)	31							36			44							70				21					
% bancada regional (dep)	48%							47%			29%							39%				51%					

Fonte: elaborado a partir de Brasil (2013a).

Quadro 6. Composição partidária dos signatários do requerimento de CPI para investigar a atuação da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e de titulação de territórios quilombolas (Requerimento de CPI nº 22/2013).

Partido	PMDB	PP	DEM	PSDB	PR	PTB	PDT	PPS	PSC	PSB	Outros*	Total
Deputados	32	24	28	39	16	7	12	9	10	8	17	202
% do partido (2011)	41	55	65	74	40	32	46	75	59	24	-	39**

*Outros: PMN (5), PRB (3), PV (5), PRP (1), PCdoB (1), PHS (1) e PTdoB (1). ** Proporção em relação à Câmara dos Deputados (513 parlamentares).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Brasil (2013a).

A partir do quadro 5, é possível constatar que cerca de metade das bancadas das regiões Centro-Oeste (51%), Norte (48%) e Sul (47%) foram signatárias do pedido de CPI para investigar a atuação da Funai e do Incra, o que nos dá indício de que há uma questão regional envolvendo o tema. No contexto dos partidos, o DEM, com 65% de sua bancada signatária, e o PP, com 55% da sigla apoiando o requerimento, destacam-se entre os maiores partidos (ver Apêndice 9), correspondendo com a expectativa de envolvimento dessas legendas com as pautas prioritárias da FPA. No entanto, é o PSDB que se sobressai entre os maiores partidos, com 74% dos deputados de sua bancada signatários do pedido de CPI, contrastando com os 36% dos partidos considerados ruralistas na Câmara dos Deputados pelo Diap (2010), e 45% de seus deputados signatário da FPA em 2011 (quadros 3 e 4 deste capítulo). Como importante partido de oposição ao governo petista (ver Diap, 2010), é presumível que seus deputados tenham visto essa pauta como uma oportunidade de desgaste político do governo de Rousseff. Por outro lado, vale salientar que nenhum deputado federal do PT assinou o Requerimento de CPI nº 22/2013.

Em 2014, em uma audiência da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000, realiza em Chapecó (SC), Luis Carlos Heinze (PP/RS) falou sobre a dificuldade de instalar a CPI: “Tanto se falou da FUNAI, e nós conseguimos a assinatura para fazer uma CPI da FUNAI. (*Palmas.*) Vejam a dificuldade, porque não conseguimos instalá-la, não temos força suficiente para instalar uma CPI para apurar irregularidades no caso.” (BRASIL, 2014e). Assim, ao mesmo tempo que demonstra as pretensões dos parlamentares para a questão, a tentativa de instalar a CPI revelou limitações de poder da FPA no período aqui enfocado.

Assim como ocorreu com a tramitação do novo Código Florestal, a questão das demarcações de terras indígenas também expôs divergências internas da gestão de Dilma Rousseff. Vale lembrar que, desde o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, os governos petistas mantiveram como prática indicar para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pessoas alinhadas aos interesses do agronegócio (MENDONÇA, 2008; POMPEIA, 2018; 2020b). Assim, os parlamentares ruralistas consideravam os ministros dessa pasta seus importantes interlocutores com o governo federal e procuravam os ministros do MAPA com frequência (POMPEIA, 2020b), buscando apoio para suas pautas. Isso também ocorreu com a questão das demarcações de terras indígenas, para a qual tinham apoio do então ministro Antônio Andrade³⁰ (figura 7, a seguir). Mas, como veremos ao longo deste trabalho, o ministro José Eduardo Cardozo, do Ministério da Justiça, seria o mais requisitado pelos parlamentares da FPA para tratar do tema das demarcações.



Frente Parlamentar da Agropecuária

Semana boa de trabalho! Depois da vinda do ministro da Agricultura ao almoço da FPA na última terça-feira, quando se declarou contrário a novas demarcações e ressaltou a necessidade de mais áreas produtivas, reunião de ontem entre membros da Frente com ministro da Justiça, AGU e PGR discutiu novas regras para demarcação. Em 15 dias governo deverá apresentar proposta.

<http://www.fpagropecuaria.com.br/noticias/areas-indigenas-governo-promete-mudancas-nas-demarcacoes>

Fotos da linha do tempo · 10 de out de 2013 · 🌐

Figura 7. Antônio Andrade, ministro da Agricultura, participa de reunião-almoço da FPA, em 10 de outubro de 2013³¹. Fonte: FPA (2013).

³⁰ Andrade também era deputado federal pelo PMDB/MG (2011-2015), sendo signatário da criação da FPA, em 2011, e considerado ruralista pelo Diap (2010).

³¹ Essa se trata, inclusive, da primeira publicação da FPA em sua página na rede social *Facebook*. Transcrição do texto da publicação da FPA: “Semana boa de trabalho! Depois da vinda do ministro da Agricultura ao almoço da

Como já mencionado, uma questão relevante para os parlamentares da FPA também era a normatização dos procedimentos demarcatórios, especialmente a alteração do Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta as demarcações. Na figura 7, por exemplo, a FPA declara que uma nova proposta de normatização do reconhecimento de terras indígenas seria apresentada pelo governo de Rousseff, questão que não chegou a ser concretizada. Em 2013, os parlamentares da FPA também defendiam a reedição da Portaria nº 303/2012 da Advocacia-Geral da União. Em audiência pública realizada em 31 de outubro de 2013, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, o então presidente da FPA, deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), declarou:

O que estamos trabalhando neste momento, junto ao Ministro Adams [da Advocacia-Geral da União], é a reedição da Portaria nº 303. [...] Vejo que conseguiríamos eliminar uma série de problemas nos processos que existem hoje, com a publicação, a reedição, dessa Portaria nº 303, nos casos de ampliação.

[...] Desde que convocamos a Ministra Gleisi Hoffmann, em abril, ela prometeu a participação da Embrapa, do Ministério da Agricultura, do MDA e também do Ministério das Cidades. Então, teria um novo rito no processo demarcatório e, nessa situação, como também ficariam os processos existentes hoje no Brasil, porque nós estamos denunciando publicamente que existem praticamente a partir de 2003 é quase um arranjo entre a Funai, parte da Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário, o Ministério Público Federal, o setor do Ministério Público Federal, especificamente uma Câmara lá [6ª Câmara], que se tem dedicado em todos os Estados a pressionar essa ação, e ONGs de antropólogos e outras ONGs. (BRASIL, 2013k).

A Portaria nº 303/2012 da Advocacia-Geral da União (AGU), publicada em 16 de julho de 2012, foi uma das primeiras medidas administrativas envolvendo diretamente as demarcações de terras indígenas no governo de Dilma Rousseff. A disputa que se travou em torno dessa determinação e a sua posterior suspensão revelam a postura hesitante do governo Rousseff em relação ao tema das demarcações. A Portaria foi editada com o objetivo de normatizar a atuação das unidades da AGU quanto à interpretação e aplicação das denominadas salvaguardas institucionais fixadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na decisão proferida na Petição nº 3.388/RR, a respeito da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, de modo a determinar a sua observância e aplicação uniforme por parte dos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal nos processos de demarcação de terras indígenas (BRASIL, 2017). A Portaria reproduziu as 19 condicionantes da decisão do STF na PET nº 3.388/RR e estabeleceu que os procedimentos em curso que estavam em desacordo com essas condicionantes seriam revistos no prazo de 120 dias (art. 2º) e mesmo os procedimentos finalizados deveriam ser revisados e adequados à Portaria (art. 3º).

Alvo imediato de contestações, a própria Funai publicou uma Nota técnica, em 20 de julho de 2012, manifestando contrariedade à Portaria por entender que “a medida restringe o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, especialmente os direitos territoriais” (BRASIL, 2012d). A Fundação também alegou que a decisão do STF a respeito de Raposa Serra do Sol não possuía efeito vinculante e ainda não havia sido finalizada:

FPA na última terça-feira, quando se declarou contrário a novas demarcações e ressaltou a necessidade de mais áreas produtivas, reunião de ontem entre membros da Frente com ministro da Justiça, AGU e PGR discutiu novas regras para demarcação. Em 15 dias governo deverá apresentar proposta.”

Além disso, o próprio Supremo [Tribunal Federal] já se manifestou no sentido de que a decisão proferida no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol não possui efeito vinculante para os demais processos envolvendo a demarcação de terras indígenas, conforme consta nas Reclamações 8.070 e 13.769.

A uniformização da atuação das unidades da Advocacia-Geral da União em relação aos processos envolvendo a demarcação de terras indígenas deve ser embasada em decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal, sob pena de aumentar a insegurança jurídica e, principalmente, colocar em risco os direitos garantidos constitucionalmente às comunidades indígenas. (BRASIL, 2012d).

Assim, alguns dias depois, a portaria teve seus efeitos suspensos pela Portaria nº 308 da AGU, de 25 de julho de 2012. Posteriormente, em razão da oposição de diversos embargos de declaração ao acórdão do STF na PET nº 3.388/RR, a Portaria AGU nº 415, de 17 de setembro de 2012, fixou o termo inicial de sua vigência para o dia seguinte ao da publicação do acórdão que ainda viria a ser proferido nos referidos embargos da PET nº 3.388/RR (BRASIL, 2017).

Após o julgamento e a publicação do acórdão do STF nos embargos de declaração, foi editada a Portaria AGU nº 27, de 07 de fevereiro de 2014, que determinou à Consultoria-Geral da União e à Secretaria-Geral de Contencioso a análise da adequação do conteúdo da Portaria AGU nº 303/2012 aos termos da decisão final proferida pelo STF. A partir de então, instaurou-se a controvérsia — a qual envolveu especialmente a Funai e a Advocacia-Geral da União, especificamente a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai (PFE/FUNAI), a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça (CONJUR/MJ/CGU/AGU), a Secretaria-Geral de Contencioso e a Consultoria-Geral da União — sobre a vigência e a eficácia da portaria em questão (BRASIL, 2017). Diversos processos chegaram a ser abertos para tratar da questão e, em alguns dos posicionamentos que visaram solucionar a divergência, prevaleceu a tese de que, após a apreciação definitiva do STF no julgamento dos embargos de declaração, a Portaria AGU nº 303/2012 estaria em vigor e com plena eficácia. Porém, em 11 de maio de 2016, o advogado-geral da União, por meio do Despacho nº 358/2016/GABAGU/AGU, estabeleceu que, enquanto os estudos requeridos por meio da Portaria AGU nº 27/2014 não fossem concluídos, a Portaria AGU nº 303/2012 deveria permanecer com sua eficácia suspensa (BRASIL, 2017).

Entretanto, a pauta principal da FPA para a questão das demarcações seria a Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000, que não surgiu no âmbito da Bancada Ruralista, mas virou uma de suas principais apostas no tema. Com essa mudança na Constituição federal, o reconhecimento das terras indígenas passaria a estar sujeito à aprovação pelo Congresso Nacional. Como aponta Silva (2014), a mobilização dos parlamentares da FPA pela aprovação dessa PEC, buscando retirar prerrogativas constitucionais do Poder Executivo, também representou a insatisfação dos parlamentares com o governo federal.

2.5 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A ATUAÇÃO DA FPA E DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS

Como vimos ao longo do capítulo, os parlamentares “ruralistas” conformam um grupo suprapartidário que se origina no período de redemocratização do país, momento que exigiu organização das elites agrárias para garantir a representação de seus interesses no novo contexto institucional. Ao longo da década de 1990, ocorreu uma progressiva sofisticação da organização desse grupo e as organizações de parlamentares também passaram a ser registradas pela Câmara dos Deputados.

Nos anos 2000, com a expansão do agronegócio, ocorre uma institucionalização cada vez maior desse grupo suprapartidário de parlamentares, que passa a ter mais capacidade de mobilização. Esse processo se deu em um contexto de valorização internacional das *commodities* agrícolas e, por sua vez, da demanda por terras e expansão do uso do solo. Naquela conjuntura, no final da década de 2000, a pauta principal da Bancada Ruralista seria a alteração do Código Florestal, principal legislação ambiental do país, que buscava diminuir as áreas de preservação ambiental e o perdão pelo desmatamento ilegal.

Vimos que o tema das demarcações de terras indígenas já havia ganhado atenção da representação patronal a partir de meados dos anos 2000, notadamente em Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quando a CNA e suas federações passaram a realizar eventos específicos sobre a questão e as demarcações ganharam espaço em suas publicações oficiais. Mas a matéria demoraria ainda alguns anos para entrar na agenda prioritária da FPA.

O processo de tramitação do novo Código Florestal trouxe acúmulo de conhecimentos, expandiu as alianças e se tornou uma experiência de referência para os parlamentares ruralistas. Ao mesmo tempo, cresceu a institucionalização e a identidade “FPA”, fortalecida com a criação, em 2011, do Instituto Pensar Agropecuária (IPA). O IPA passou a reunir um conjunto amplo de entidades do agronegócio que, por sua vez, passaram a investir em maior grau na via parlamentar para expressar e representar seus interesses.

Em meio ao crescimento da demanda por terras, principalmente para exploração agropecuária, cresce também a investida do movimento indígena sobre a retomada de terras. Esse processo coincide com a fase final da tramitação do novo Código Florestal, nos anos 2012 e 2013, possibilitando uma resposta da FPA, que passa a abordar a questão das terras indígenas rotineiramente, sendo essa, por vezes, o “prato principal” das reuniões-almoço dos parlamentares na sede do IPA. A partir dos últimos meses de 2012, os parlamentares da FPA atuavam de várias formas a fim de paralisar as demarcações de terras indígenas, ainda que o ritmo dos processos de reconhecimento já viesse caindo desde o final da década de 1990.

A partir da primeira tentativa da FPA de instalar uma CPI da Funai e do Incra, vimos que há indícios de uma questão regional na disputa em torno do tema, tendo em vista que o requerimento de CPI foi assinado por cerca de metade dos parlamentares das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. Além disso, o fato da CPI não ter sido criada na 54^a Legislatura evidenciou as limitações do poder da FPA naquele período.

Nessa conjuntura, ao traçarem como prioridade a contestação dos direitos territoriais indígenas e voltarem sua estrutura para esses temas, a disputa não envolve apenas posseiros, arrendatário, meeiros e proprietários rurais que estão em litígio pela posse da terra com povos originários, mas também uma teia social ampla que abrange o empresariado agroindustrial do país, que custeia campanhas eleitorais de parlamentares da FPA, e diversas entidades representativas do agronegócio, que mantém o Instituto Pensar Agropecuária. Ao longo deste trabalho, buscaremos desvelar outros grupos sociais envolvidos nesse processo de contestação das demarcações.

Como retrata Bruno (1997), apesar desse conjunto amplo de atores, heterogêneos e diversos, o tema das demarcações de terras indígenas, enquanto questão fundiária, desperta a defesa incondicional do monopólio da terra, agregando empresários agroindustriais, pecuaristas, produtores de grãos e banqueiros-proprietários de terras. É essa questão que essencialmente delimita o espaço ideológico comum aos grupos dominantes, e é na disputa fundiária em que é possível visualizar nitidamente o “espírito da classe” (BRUNO, 1997). Nesse contexto, Bruno (2017b) considera que há uma retomada dos argumentos visando a conservação da estrutura fundiária:

O debate sobre o Novo Código Florestal e a luta dos povos e populações tradicionais em defesa de seus territórios tiraram da gaveta e atualizaram os argumentos sobre a necessidade de manutenção do padrão fundiário existente no Brasil como condição da produção de alimentos, acirrando, assim, a disputa pela apropriação e pelo controle da terra e do território desses povos e grupos sociais no campo. Tudo o que possa limitar os seus privilégios é considerado prejudicial à produção, em particular as medidas diretamente ligadas à estrutura de propriedade da terra. (BRUNO, 2017b, p. 163).

Em torno dessa disputa, é importante considerar que, por mais desigual que seja o equilíbrio de poder, no qual a FPA consegue condicionar os movimentos dos demais atores (ou mesmo determinar o decurso do jogo político), seu poder não é absoluto, como já foi demonstrado em sua tentativa de instalar uma CPI. Nesse contexto, a seguir, analisaremos a atuação da FPA em sua aposta principal e mais desafiadora para a questão das terras indígenas: mudar a Constituição federal.

CAPÍTULO III – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215/2000: DAS ORIGENS À COMISSÃO ESPECIAL

No final de 2012, com as demarcações de terras indígenas entrando na agenda principal da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das principais medidas pautadas pelo grupo foi transferir o reconhecimento das terras indígenas tradicionalmente ocupadas para o controle do Congresso Nacional, medida representada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000. Assim, devido à centralidade que esta proposição tomou, analisaremos sua tramitação até a instalação e funcionamento de sua Comissão Especial durante a 54ª Legislatura (2011-2015). Com isso, poderemos ter o quadro geral de uma das frentes de atuação dos parlamentares da FPA, circunscrever, ainda que parcialmente, o avanço do tema na Câmara dos Deputados e examinar a correlação de poder em relação a esta pauta.

Como veremos, a tramitação da PEC também cumpriu, em certa medida, o papel de reunir informações, mobilizar redes de aliados e pressionar o governo federal, contrário à proposta. Nesse sentido, a investigação do avanço da proposta pode contribuir, ainda, para a identificação dos atores relevantes no processo de contestação do direito territorial indígena e suas formas de atuação. É na tramitação da PEC nº 215/2000 que também entra em cena outro ator relevante nessa disputa: o movimento indígena. A partir de ações coletivas junto ao Congresso Nacional, o movimento indígena buscou alterar o curso da disputa política e paralisar a tramitação dessa proposta.

É importante observar, em primeiro lugar, que a tramitação de uma proposta de emenda à Constituição é distinta das demais proposições legislativas — como projeto de lei ordinária e medida provisória. O artigo 60 da Constituição federal de 1988, que dispõe sobre as regras de apresentação e tramitação de emendas constitucionais, estabelece que esse tipo de proposta pode ser apresentada por, no mínimo, 171 deputados ou 27 senadores (1/3 do total das Casas), pelo presidente da República ou, ainda, por mais da metade das assembleias legislativas (BRASIL, 1988). Ou seja, para ser protocolada, é necessário haver considerável apoio à proposição.

Na Câmara dos Deputados, onde a PEC nº 215/2000 se encontra, a tramitação de emendas à Constituição é estabelecida pelos artigos 201, 202 e 203 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Primeiramente, é analisada a admissibilidade da proposta, realizada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que é uma das comissões permanentes da Casa, e, se aprovada, é criada uma comissão especial para análise do mérito. A admissibilidade é analisada a partir do § 4º, artigo 60, da Constituição federal que determina que não será objeto de deliberação a proposta de emenda que tende a abolir a forma federativa de Estado (inciso I); o voto direto, secreto, universal e periódico (inciso II); a separação dos Poderes (inciso III) e os direitos e garantias individuais (inciso IV). Portanto, as argumentações quanto à admissibilidade de uma PEC na CCJC giram em torno principalmente desses quatro incisos.

Um relator é designado na CCJC para apresentar um parecer à proposta e, se for interpretado que essa proposta tende a extinguir alguma das questões citadas acima, ela não será objeto de deliberação — nesse caso, o parecer do relator é pela inadmissibilidade. Se a PEC é aprovada na CCJC e uma comissão especial é criada para análise do mérito, essa comissão pode, então, aprovar, rejeitar ou alterar a proposta original. Como veremos, a PEC nº 215/2000 demorou mais de uma década para chegar ao momento de votação de sua admissibilidade e encaminhamento para criação de comissão especial.

Se aprovada em comissão especial, a proposta de emenda ainda é analisada pelo Plenário da Casa, onde é votada em dois turnos. Depois de concluída a votação em uma Casa Legislativa, a PEC é enviada à outra. Se a proposta é aprovada nas duas Casas sem alterações, é promulgada na forma de emenda constitucional em sessão do Congresso Nacional. Se houver modificação substancial (não apenas de redação), ela volta obrigatoriamente para a Casa onde começou a tramitar para nova análise. Uma PEC é discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), considerando-se aprovada se obtiver, em ambas, três quintos dos votos dos respectivos membros (BRASIL, 1988), demandando, portanto, apoio maior do que um projeto de lei ordinária, que necessita maioria simples de votos (maioria dos presentes a uma sessão). Assim, ao investir na tramitação de uma emenda constitucional, os parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) necessitariam realizar um importante investimento de mobilização no pleito, tendo em vista o expressivo apoio necessário para aprovar esse tipo de medida.

Como é facilmente constatável, quando foi pautada na 54ª Legislatura, a PEC nº 215, tendo sido protocolada em 2000, já estava em tramitação há mais de 10 anos. As motivações dessa proposta vêm, portanto, de um processo anterior de contestação às demarcações de terras indígenas. Seu autor, Almir Sá (Partido Progressista Brasileiro – PPB/RR), não era, por exemplo, considerado um ruralista por Vigna (2001). Por isso, no primeiro tópico, daremos atenção às origens da proposta, que se deu em um movimento de contestação às demarcações iniciado em meados da década de 1990. No tópico seguinte, veremos que, em 2013, o movimento indígena manteve atuação constante na Câmara dos Deputados, participando de um grupo de trabalho da Casa para discutir a questão das demarcações. Na sequência, analisaremos as atividades da Comissão Especial da PEC nº 215/2000 e o desfecho da proposta na 54ª Legislatura.

3.1 ORIGEM E TRAMITAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000³² foi apresentada em 28 de março de 2000 por iniciativa de Almir Sá (PPB/RR) e assinada por outros 232 deputados. A proposta acrescenta o inciso XVIII ao art. 49, modifica o § 4º e acrescenta o § 8º, ambos no art. 231 da Constituição federal:

Art. 49. É de competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

XVIII - aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas;

O parágrafo 4º do art. 231 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 231 (...)

§ 4º As terras de que trata este artigo, após respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis.

(...)

§ 8º Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas deverão ser regulamentados por lei.

³² A ficha de tramitação completa da PEC nº 215/2000 está disponível no portal da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562> Acesso em: 25 maio 2021.

Portanto, a proposta originalmente apresentada não só previa que o Congresso Nacional deveria aprovar a demarcação de terras indígenas, mas também revisar e confirmar as homologações já realizadas até então, abrindo a possibilidade de revogar demarcações já consolidadas.

Em maio de 1999, foi apresentada uma proposta de teor semelhante ao Senado Federal, a PEC nº 38/1999, do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR)³³, que visava estabelecer como competência privativa do Senado Federal aprovar processo de demarcação de terras indígenas. O estado comum (Roraima) de Almir Sá e Cavalcanti não é coincidência. Tratava-se de um movimento de contestação das demarcações de terras indígenas por parlamentares que, na época, eram ditos pertencentes à “Bancada Amazônica”. Em 1999, primeiro ano da 51ª Legislatura (1999-2003), a ação desses parlamentares culminou na realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para analisar a atuação da Funai na demarcação de terras indígenas – a CPI da Funai –, da qual o deputado Almir Sá foi titular, tendo participado dos debates envolvendo o tema.

Da época do Estatuto do Índio (1973) até 1990, as demarcações vinham em ritmo lento, tendo ganhado impulso apenas durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional – PRN). A partir de 1996, o reconhecimento de terras indígenas seria apoiado com recursos do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), iniciativa viabilizada com fundos de países do PPG-7 e gestada desde 1992, no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco-92 (BRASIL, 2019; MONTANARI Jr., 2012; MENDES, 2008). Na medida que as demarcações avançavam na década de 1990, as primeiras reações organizadas começaram a surgir. Em um artigo no jornal *Folha de São Paulo*, edição de 5 de fevereiro de 1996, Carlos Alberto Ricardo e Carlos Marés, ambos, então, da direção do Instituto Socioambiental, já mencionavam a existência de uma “raivosa bancada anti-indígena” (ver Santilli, 1997, p. 10).

A CPI da Funai de 1999 foi produto de um requerimento originalmente apresentado em junho de 1995 pelos deputados Elton Rohnelt (PFL/RR), Nicias Ribeiro (PSDB/PA), Antônio Feijão (PSDB/AP), entre outros, totalizando cento e oitenta assinaturas – Requerimento de Instituição de CPI (RCP) nº 13/1995³⁴. Segundo o pedido, o objetivo da CPI seria investigar os critérios para demarcação de terras indígenas, o relacionamento da Funai com organizações não governamentais, os requisitos para a admissão de antropólogos no órgão e a aplicação das verbas a ela destinadas (BRASIL, 1999). Assim, naquele momento, já foi colocado em questão o papel dos antropólogos nos procedimentos de demarcação, dizendo-se que deteriam “poder absoluto” nesses processos (BRASIL, 1999, p. 8). Esse argumento seria retomado nas edições da CPI da Funai e do Inbra realizadas entre 2015 e 2017 (DALLA COSTA, 2019).

Entre as justificativas apresentadas em 1995 para realizar a CPI da Funai, é citada a demarcação de “imensas áreas indígenas sem qualquer critério confiável” (BRASIL, 1999, p. 8). Naquele ano, quando o requerimento foi protocolado, o processo de reconhecimento de terras indígenas ainda era definido pelo Decreto nº 22/1991 e, no período da CPI, os procedimentos de demarcação já eram regidos pelo Decreto nº 1.775/1996, sendo esse Decreto promulgado visando ampliar a possibilidade de contestação dos processos demarcatórios (SANTILLI, 1997). Vale observar, ainda, que duas áreas são citadas no requerimento para

³³ Em tema correlacionado, a partir do Requerimento nº 22/2001, de iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR), foi instalada, em março de 2001, no Senado Federal, a CPI das Organizações Não Governamentais, que buscou investigar a atuação dessas organizações na Amazônia, principalmente junto aos povos indígenas.

³⁴ A ficha de tramitação do RCP nº 13/1995 se encontra disponível no portal da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=238076> Acesso em: 26 maio 2021.

realização do inquérito: a terra indígena Yanomami, nos estados de Amazonas e Roraima, e a terra indígena Baú, no estado do Pará (BRASIL, 1999).

No entanto, na época, a CPI não chegou a ser concretizada. Na Legislatura seguinte (1999-2003), após diversas negociações com o governo federal e acordo entre lideranças, em 1999, a então chamada Bancada Amazônica, composta principalmente por deputados de partidos governistas (PSDB, PMDB e PFL), conquistou sua instalação (APROVADO REQUERIMENTO DE CPI..., 1999). A questão também tinha relação com a terra indígena Raposa Serra do Sol:

A aprovação do requerimento da CPI da Funai ocorre num momento em que acirra-se o embate político em torno da demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, declarada como de posse permanente indígena em dezembro de [19]98. A declaração, feita através da Portaria nº 820, assinada pelo ministro Renan Calheiros, suscitou reações de setores econômicos regionais, articulados com o governo estadual e com parlamentares federais, que responsabilizam a Funai, ONGs e a Igreja Católica pelas demarcações – consideradas por eles superdimensionadas. (APROVADO REQUERIMENTO DE CPI..., 1999).

O perfil dos requerentes da CPI revela um pouco do que estava em questão. O deputado Elton Rohnelt (PFL/RR), natural de São Lourenço do Sul (RS), era empresário do setor de mineração (ROHNELT..., 2008). Em 1987, quando ainda não era deputado federal, Rohnelt chegou a se manifestar sobre a controvérsia envolvendo as terras indígenas durante a Assembleia Nacional Constituinte, alegando que os indígenas estavam passando a perceber os “benefícios da mineração responsável” (EMPRESÁRIO DENUNCIA..., 1987, p. 5). Naquele contexto, o jornal *O Estado de São Paulo* também apontou que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) o considerava o “inimigo número um dos índios” (EMPRESÁRIO DENUNCIA..., 1987, p. 5).

O deputado Nicias Ribeiro (PSDB/PA) já apresentava interesse no tema desde 1992, quando apresentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 133/1992, que previa a exigência de autorização prévia do Congresso Nacional para demarcação das terras indígenas (semelhante à PEC nº 215/2000), que chegou a ser aprovada em Comissão Especial. Já o deputado Antônio Feijão (PSDB/AP) era considerado ruralista por Vigna (2001) e, segundo sua biografia no portal da Câmara dos Deputados, foi fundador da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), em 1986, no município de Itaituba (PA), sendo, portanto, também ligado ao setor de mineração.

Como o caso de Rohnelt exemplifica, o envolvimento do setor de mineração na contestação do direito territorial indígena já ocorria desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, quando a questão indígena foi relacionada principalmente à Amazônia e à questão mineral, com a demarcação de terras indígenas sendo questionada por empresários da mineração, que buscaram até mesmo intervir no texto constitucional referente ao tema durante a Constituinte (ZANINI, 2014).

Nesse contexto, a CPI da Funai de 1999 demonstrou a persistência da associação da questão com a Amazônia. Soma-se a isso o fato de que cerca de 76% dos titulares da Comissão eram representantes de estados da região Norte do país³⁵, em uma evidente sobre-representação regional. A direção dos trabalhos também ficou com parlamentares dessa região: o presidente

³⁵ Os 17 deputados titulares eram: Elton Rohnelt (PFL/RR), Francisco Garcia (PFL/AM), Luciano Castro (PFL/RR), Raimundo Santos (PFL/PA), Alceste Almeida (PMDB/RR), Igor Avelino (PMDB/TO), Jorge Costa (PMDB/PA), Antonio Feijão (PSDB/AP), B. Sá (PSDB/PI), Nicias Ribeiro (PSDB/PA), Dr. Rosinha (PT/PR), Pedro Wilson (PT/GO), Almir Sá (PPB/RR), Oliveira Filho (PPB/PR), Renildo Leal (PTB/PA), Agnaldo Muniz (PDT/RO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

da CPI foi Alceste Almeida (PMDB/RR), o vice-presidente, Elton Rohnelt (PFL/RR) e o relator, indicado pelo presidente da CPI, foi Antonio Feijão (PSDB/AP). Tais fatos explicitam que o tema e a contestação das demarcações de terras indígenas, naquele momento, revelavam-se uma questão especialmente suscitada por parlamentares daquela região do país.

O relatório da CPI da Funai de 1999 é uma importante fonte das percepções e aspirações desses parlamentares que contestavam as demarcações naquele momento. Dentre diversas outras questões, vale apontar que, na seção “Sugestões” do documento, foi considerado que o Congresso Nacional deveria homologar as terras indígenas:

Por se tratar de arrecadação de terras normalmente acima de 2.500 ha (hectares) e de domínio da União, é necessário que todos os novos processos e os atualmente em curso para demarcação de Terras Indígenas sejam homologadas pelo Congresso Nacional, que deverá regulamentar lei específica com este propósito. (BRASIL, 1999, p. 111).

Nesse contexto, a PEC nº 215/2000, de autoria de Almir Sá (PPB/RR), titular daquela CPI, concretizaria essa recomendação do inquérito, estando, assim, relacionada com o movimento dos parlamentares da região Norte do país. No capítulo anterior, vimos que o requerimento da CPI da Funai e do Incra protocolado em 2013 possuía elevada proporção de signatários das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, dando indícios de um quadro bastante distinto daquele movimento do final da década de 1990.

Do ano 2000 até chegar a ser tema das reuniões-almoço da FPA, a PEC 215³⁶ teve muitas idas e voltas na sua tramitação e já havia transpassado o encerramento de três legislaturas: 51^a (1999-2003), 52^a (2003-2007) e 53^a (2007-2011). Isso ocorreu porque o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados determina o arquivamento de todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara dos Deputados e ainda se encontrem em tramitação (com exceção de alguns casos³⁷). O desarquivamento pode ocorrer mediante requerimento do autor (ou autores) da proposta, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava (BRASIL, 1989). Nesse contexto, é possível constatar que houve interesse persistente de parlamentares na questão, que solicitaram o desarquivamento da proposta para que sua tramitação prosseguisse.

No início da 53^a legislatura, o desarquivamento da proposta foi deferido pela Presidência da Casa a partir do Requerimento nº 108/2007, do deputado Carlos Souza (então do PP/AM), autor da PEC nº 257/2004 (apensada à PEC 215/2000). O deputado Odacir Zonta (PP/SC), autor da PEC nº 156/2003 (apensada à PEC 215/2000), também havia protocolado o Requerimento nº 169/2007 solicitando o desarquivamento, o que demonstra a existência de interesse de deputados sulistas naquele momento. Já na 54^a Legislatura (2011/2015), foi o deputado Zequinha Marinho (PSC/PA) que solicitou o desarquivamento da PEC, em 9 de fevereiro de 2011. Marinho é autor da PEC nº 219/2004, também apensada à PEC nº 215/2000 e, apesar de não ser considerado ruralista pelo Diap (2010), foi signatário da criação da FPA em 2011.

³⁶ A PEC 215/2000 possuía 11 projetos apensados: PEC 579/2002; PEC 257/2004; PEC 275/2004; PEC 319/2004; PEC 156/2003; PEC 37/2007; PEC 117/2007; PEC 411/2009; PEC 415/2009; PEC 161/2007 e PEC 291/2008 (ver ficha de tramitação no portal da Câmara dos Deputados).

³⁷ As exceções são: I - as propostas com pareceres favoráveis de todas as Comissões; II - aquelas já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; III - aquelas que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; IV - as de iniciativa popular; V - ou ainda as de iniciativa de outro Poder ou do procurador-geral da República – art. 105 (BRASIL, 1989).

Nesse trânsito, cinco pareceres da PEC foram apresentados na CCJC. O primeiro, de 6 de maio de 2005, do deputado Luiz Couto (PT/PB), foi pela inadmissibilidade. Couto compreendia que a proposta violava os incisos I e III do parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição federal (mencionados anteriormente), entendendo, portanto, que a proposta tendia a abolir a forma federativa de Estado e a separação dos Poderes. O parecer foi apresentado, mas não passou por deliberação da CCJC e, findada a legislatura, a proposta foi arquivada novamente.

O segundo relator, Geraldo Pudim (PR/RJ), apresentou três pareceres, contraditórios entre si. O primeiro, apresentado em 8 de julho de 2008, foi pela inadmissibilidade, justificando que a proposta violaria a separação entre os Poderes, na medida em que diminuía a competência originalmente atribuída ao Poder Executivo pelo poder constituinte originário:

Em conclusão, as propostas em exame, além de acrescentar atribuições ao Poder Legislativo, ora no âmbito federal, ora no âmbito dos Estados-membros, invadem atribuições do Poder Executivo, condicionando a validade de seus atos à vontade dos membros do Congresso Nacional ou das Assembleias Legislativas dos Estados. Restam, portanto, violados os incisos I e III do § 4º do art. 60 da Constituição Federal, que proíbem a deliberação sobre proposta tendente a abolir a forma federativa de Estado e a separação dos Poderes. (BRASIL, 2008d, p. 6).

Os outros dois pareceres de Pudim, pela admissibilidade, foram apresentados em novembro e dezembro de 2009, sendo que o último apresentava uma emenda supressiva, que propunha retirar as expressões “e ratificar as demarcações já homologadas” do art. 49, XVIII, e “ou ratificada” do art. 231, parágrafo 4º da Constituição federal, na redação dada pela proposta (BRASIL, 2008e). O deputado compreendia que “reexaminar atos jurídicos consumados, constitutivos de direitos tanto para a União como para as comunidades indígenas usufrutuárias dessas terras [...] violaria o inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal”, entendendo que, portanto, contrariaria o art. 60, § 4º, IV da Constituição federal, que veda deliberação sobre emenda que tende a abolir direitos e garantias individuais (BRASIL, 2008e). Mais uma vez, o parecer não chegou a ser aprovado pela CCJC e a proposta foi arquivada com o fim da 53ª Legislatura.

Como mencionado no capítulo precedente, o relator tem a importante tarefa de examinar determinada proposição legislativa em sua forma e conteúdo, e elaborar relatório sobre esses aspectos, no qual recomenda sua aprovação ou rejeição (BRASIL, 2020b). Na Câmara dos Deputados, a escolha do relator é feita pelo presidente da comissão, sem previsão de critérios para essa escolha (artigo 41, inciso V, do Regimento Interno). Portanto, a indicação para essa função pode ser estratégica para o avanço ou paralisação de um projeto ou proposta e também pode ser produto de pressões políticas. Como ainda considera Araujo (2017),

Os relatores são responsáveis por estudar os projetos – e, se for o caso, propor alterações de caráter técnico ou político – para submetê-los aos plenários das comissões. Nesse papel, os relatores se tornam atores pivotais nos acordos políticos, pois para eles convergem todas as pressões dos interesses presentes na Casa em torno da proposta em avaliação. (ARAUJO, 2017, p. 1186).

Como vimos anteriormente, a partir de meados da década de 2000, representantes de entidades patronais da agropecuária já expressavam maior interesse na pauta das demarcações e passaram a contribuir no movimento de contestação das demarcações. Assim, quando a PEC foi desarquivada no início da 54ª Legislatura, o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR) foi designado como seu relator na CCJC, em 23 de maio de 2011. Serraglio havia sido signatário

da criação da FPA no início da Legislatura, apesar de não ser considerado ruralista pelo Diap (2010).

O deputado apresentou seu parecer (o quinto da PEC na CCJC) pela admissibilidade da proposta, menos de um mês depois, em 15 de junho de 2011. De modo geral, Serraglio manifestou acordo com o terceiro relatório de Geraldo Pudim (PR/RJ), no sentido da constitucionalidade da PEC e da supressão do trecho que trata da ratificação de demarcações já homologadas. O relator também sustentou que a Constituição federal de 1988 não determina qual Poder da República é responsável pela demarcação de terras indígenas e, dessa forma, a inclusão da participação do Congresso Nacional no processo de demarcação de terras indígenas não violaria o princípio da separação dos Poderes (BRASIL, 2011g).

O parecer de Serraglio foi aprovado somente no ano seguinte, em 21 de março de 2012, em reunião conturbada da CCJC que durou cerca de 3h40min e não tinha a PEC inicialmente prevista na pauta — e acabou sendo a única proposta deliberada. A reunião também foi acompanhada por indígenas, que reagiram às falas dos parlamentares conforme seu posicionamento contrário ou favorável à PEC.

Naquela reunião, o deputado federal Luiz Couto (PT/PB) manifestou que o Executivo era contrário à PEC e os partidos PT, PV e PCdoB se declararam em obstrução³⁸, na tentativa de protelar a votação. A obstrução é prevista pelo artigo 82, § 6º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e artigo 13, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal e apenas o líder do partido ou do bloco em obstrução pode permanecer no Plenário. O protelamento da votação pode ser usado devido a uma regra do Regimento Interno, que veta votações nas Comissões depois do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados³⁹. Esse recurso geralmente é empregado por blocos ou partidos em situações desfavoráveis, o que demonstra que já era esperado que a PEC fosse aprovada na CCJC, em uma correlação bastante desvantajosa para os opositoristas da proposta.

Ao longo da reunião, deputados favoráveis à PEC, por outro lado, chegaram a dispensar inscrições para pronunciamento para agilizar a votação. Nesse contexto, o deputado Mendonça Filho (DEM/PE), em um encaminhamento de votação, manifestou:

Só para posicionar contra o requerimento e fazer um apelo ao plenário no sentido de que a gente derrote e vote simbolicamente o requerimento em discussão, até porque o intuito da bancada do PT é único e exclusivo de procrastinar, de adiar e de retardar a aprovação dessa proposta de emenda constitucional. (BRASIL, 2012e).

³⁸ Segundo o Glossário de Termos Legislativos, a obstrução é a utilização, pelos parlamentares, de todos os meios regimentais para protelar ou evitar a votação de determinada matéria: “Os mecanismos mais utilizados são os pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação e saída do Plenário para evitar quórum. Em sentido estrito, é o instrumento usado para evitar a votação de determinada matéria, anunciado pelo líder do partido ou do bloco, fazendo com que os parlamentares liderados não tenham consideradas suas presenças para quórum de deliberação.” (BRASIL, 2020b, p. 54). De fato, naquela reunião foram utilizados diversos meios protelatórios pelos integrantes dos partidos em obstrução: foi solicitada leitura da ata da reunião anterior e processo de votação para sua aprovação (é corriqueira a dispensa de leitura e aprovação imediata da ata); foi solicitada verificação da votação da ata; requereu-se o adiamento da votação e diversos discursos foram proferidos. Também foi apresentado requerimento pelo PT solicitando votação nominal do requerimento para adiamento da votação da PEC, que, mais uma vez, abriu processo de votação na Comissão. Ambos os requerimentos foram rejeitados pelo plenário da CCJC, assim como outros pedidos de adiamento.

³⁹ Ver “Ordem do dia” em Brasil (2020b). A falta de quórum mínimo e o início da Ordem do Dia já haviam adiado a votação da PEC 215/2000 na CCJC em duas sessões durante 2011, além da sessão do dia anterior (20 de março de 2012).

A manifestação do deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) naquela reunião também ilustra o tensionamento ainda existente naquele momento em torno da tramitação das mudanças no Código Florestal:

Senhor presidente, em nome do PSOL eu quero manifestar a posição de que essa matéria representa um imenso retrocesso nos direitos dos povos indígenas que ocupam estas terras desde tempos imemoriais. Essa tentativa agora feita tem a ver com pressão sobre o Código Florestal. É a mesma turma que quer destruir as florestas, seus habitats... são os índios, as comunidades tradicionais, os quilombolas, e querem rever as unidades de conservação. É um conservadorismo, reacionarismo. E tenho certeza que essa matéria está sendo tensionada para votar o Código [Florestal] lá, porque sabem que é inconstitucional, que os povos indígenas têm direitos nesta terra e que a presidente da República vetará essa matéria. Então, é uma tentativa de passar adiante, na marra, interesses econômicos, interesses imediatistas que visam ocupar terras que já estão garantidas e outras que serão demarcadas futuramente. Queremos dizer, senhor presidente, finalizo, que somos a favor de que seja adiado esse processo e a sociedade brasileira discuta – e não meia dúzia de ruralistas que apresentam dezenas de projetos para interesses imediatistas e particularistas nesta Casa. (BRASIL, 2012e).

A PEC acabou sendo aprovada contra os votos de Luiz Couto (PT/PB), Anthony Garotinho (PR/RJ) e voto em separado do deputado Sarney Filho (PV/MA), apresentado em 10 de novembro de 2011. Deputados do DEM, PDT, PMDB, PP, PPS, PR (com exceção de Garotinho), PSD, PSDB e PTdoB votaram favoravelmente à admissibilidade da PEC (ver Apêndice 6).

Como vimos no início do capítulo, a fase seguinte de tramitação de uma emenda à Constituição federal é sua análise de mérito em uma comissão especial. Assim, na sequência, a disputa se daria a respeito da criação e instalação da comissão especial da PEC, mas a pauta não prosseguiu ao longo de 2012, sendo retomada apenas no início de 2013.

Anteriormente, vimos que, a partir do final da tramitação principal do novo Código Florestal, no segundo semestre de 2012, as demarcações de terras indígenas se tornaram uma das pautas centrais da FPA. Nesse cenário, entre novembro de 2012 e abril de 2013, deputados da FPA como Luis Carlos Heinze (PP/RS), Valtenir Pereira (PSB/MT), Arthur Lira (PP/AL), Mandetta (DEM/MS) e Nilson Leitão (PSDB/MT) apresentaram requerimentos para retomada da tramitação da PEC⁴⁰.

A atribuição de criação de comissão especial é da Presidência da Câmara dos Deputados, que, em 2012, estava com Marco Maia (PT/RS), sendo seu partido contrário a essa emenda constitucional. Findados os dois anos da gestão de Maia, em 2013, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) assumiu a presidência da Casa. Assim, sob pressão da FPA no início de seu mandato como presidente, a Comissão Especial da PEC nº 215/2000 foi criada por ato de Alves em 10 de abril de 2013, formada por 20 titulares e 20 suplentes.

Com a PEC avançando para uma importante etapa, houve reação do movimento indígena, que entrou de maneira categórica na disputa política. Como parte das mobilizações do Abril Indígena, em 16 de abril de 2013, indígenas entraram no plenário principal da Câmara dos Deputados sem autorização (figura 8, a seguir). O objetivo principal da mobilização indígena era justamente o arquivamento da PEC nº 215/2000, sem que houvesse a discussão na Comissão Especial.

Mais cedo, naquele mesmo dia, lideranças do movimento indígena haviam se reunido com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) e

⁴⁰ Ver ficha de tramitação da PEC 215/2000 disponível no portal da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562> Acesso em: 27 maio 2021.

apresentaram diversas pautas. O presidente, então, se reuniu com lideranças partidárias visando um acordo para o adiamento da instalação da Comissão Especial da PEC. Foi quando, insatisfeitos com o resultado dessa reunião, centenas de indígenas partiram para protestar no Salão Verde, adentrando, na sequência, o Plenário Ulysses Guimarães sem autorização.

O ato de “invasão” do Plenário foi criticado por integrantes da FPA. O deputado Abelardo Lupion (DEM/PR), signatário da criação da FPA em 2011, afirmou que essa ação dos indígenas abriria precedente extremamente perigoso: “Se for seguido por todos, é o fim da democracia. Nós podemos manifestar, podemos fazer tudo, mas chegar a ponto de invadir a Casa que faz as leis, o poder legítimo da população brasileira, significa que nós realmente chegamos ao fundo do poço. Esse poder precisa se afirmar. Nós não podemos deixar isso pela impunidade.” (TÔRRES, 2013). Já o deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), ex-liderança da União Democrática Ruralista (UDR) e então líder de seu partido, caracterizou a invasão como “deplorável”: “É de uma truculência ímpar essa atitude. Quando a PEC os agrada, eles estão aqui para apoiar. Quando não têm interesse, eles se acham no poder de invadir o Plenário?” (TÔRRES, 2013).



Figura 8. Indígenas no Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados, em 16 de abril de 2013. Fonte: Cruz (2013).

Como resultado da mobilização, as lideranças indígenas conquistaram o congelamento da tramitação PEC até o segundo semestre de 2013 e a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Legislação Participativa para debater as demarcações de terras indígenas (SIQUEIRA, 2013). A decisão da suspensão da tramitação pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) foi considerada uma conquista pelos representantes indígenas presentes, que antagonizaram diretamente com a FPA: “Para quem

entrou com o jogo perdido, é uma vitória. A gente sai com alguma coisa que é, de fato, palpável, que a gente vai discutir e montar. Acreditamos que temos todas as possibilidades de reverter e de quebrar um pouco das forças da frente ruralista aqui dentro desta Casa.” (TÓRRES, 2013), afirmou o cacique Neguinho Trucá, do povo Trucá, do estado de Pernambuco. Assim, nos meses seguintes, lideranças indígenas de diferentes regiões do país passariam a participar de reuniões do Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas (GTERRAS), na Câmara dos Deputados, discutindo diversas questões relacionadas ao tema, mas principalmente a PEC nº 215/2000.

3.2 AS ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A DEBATER A QUESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS – GTERRAS

Em 17 de abril de 2013, dia seguinte ao da mobilização indígena no Plenário Ulysses Guimarães, o presidente da Câmara dos Deputados efetivou a criação do grupo de trabalho para discutir as demarcações de terras indígenas. Enquanto a tramitação da PEC nº 215/2000 estava suspensa, a ideia do grupo era ampliar a discussão das questões indígenas com vários setores (SIQUEIRA, 2013).

O grupo, mediado pelo deputado Lincoln Portela (PR/MG), foi composto, inicialmente, por dez parlamentares e dez representantes dos povos indígenas. Portela era então presidente da Comissão de Legislação Participativa, colegiado designado pelo presidente da Casa como o foro de discussão desse tema. O Grupo de Trabalho se reuniu pela primeira vez em 18 de abril daquele ano, aprovando a participação dos nomes de 10 lideranças indígenas, sendo dois representantes de cada região do Brasil, de diferentes povos indígenas (quadro 7, a seguir) (BRASIL, 2013t). Além desses representantes, as reuniões contaram com a participação de outros indígenas de todas as regiões do Brasil, tornando-se um importante espaço de discussão para o movimento indígena. Todos os encontros foram realizados em plenários das comissões, no Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF).

Quadro 7. Composição do Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas (GTERRAS).

Deputados
<p>Conforme Ato da Presidência de criação do GT, de 17 de abril de 2013: Lincoln Portela (PR/MG) - mediador Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) Chico Alencar (PSOL/RJ) Domingos Dutra (PT/MA) Édio Lopes (PMDB/RR) Moreira Mendes (PSD/RO) Padre Ton (PT/RO) Ricardo Tripoli (PSDB/SP) Ronaldo Caiado (DEM/GO) Sarney Filho (PV/MA)</p> <p>Atos posteriores: Luiz Henrique Mandetta (DEM/MS), substituindo Ronaldo Caiado (DEM/GO) Nilson Leitão (PSDB/MT) Luis Carlos Heinze (PP/RS) Janete Capiberibe (PSB/AP)</p>
Representantes indígenas
Sonia Guajajara - Região Norte José Nunes (Nauá) - Região Norte Antônio de Jesus (Tuxá) - Região Nordeste Aurivan Barros (Truká) - Região Nordeste Otoniel Ricardo (Guarani-Kaiwoá) - Região Centro-Oeste Lindomar Ferreira (Terená) - Região Centro-Oeste Avanir Oliveira (Fulni-ô) - Região Sudeste Paulo Henrique Vicente (Tupiniquim) - Região Sudeste Rildo Caingangue - Região Sul Marciano Rodrigues (Guarani) - Região Sul

Fonte: elaborado a partir de Brasil (2013t).

Inicialmente, houve mudanças na composição do grupo de trabalho, pois o que estava previsto no ato de criação não agradou os integrantes da FPA. O deputado Moreira Mendes (PSD/RO), da FPA, que compôs oficialmente o GT, afirmou que a Frente estava sub-representada: “Tirando o mediador, dos nove restantes, cinco estão declaradamente ao lado dos índios, e quatro são ligados ao agronegócio.” (SIQUEIRA, 2013). As mudanças posteriores equilibraram a correlação do GT, ficando seis deputados favoráveis à PEC e seis contrários. Mendes também expressou que, de qualquer modo, o foco da atuação seria a Comissão Especial da PEC nº 215/2000: “Quero deixar bem claro que o grupo não substitui a comissão especial destinada a dar parecer à PEC, que já está criada, faltando apenas a sua instalação. Quando tiver a maioria indicada, nós vamos instalar essa comissão especial” (SIQUEIRA, 2013). Nesse contexto, houve baixo envolvimento dos parlamentares da FPA nas atividades do GT. As reuniões e ausências dos parlamentares podem ser verificadas no quadro 8, a seguir.

Quadro 8. Reuniões do Grupo de Trabalho Destinado a Debater a Questão das Terras Indígenas (GTERRAS) – Comissão de Legislação Participativa, Câmara dos Deputados.

Data	Tema	Ausências (deputados)
1ª reunião 18 abril 2013	Definição de roteiro de trabalhos.	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Moreira Mendes (PSD/RO), Ricardo Tripoli (PSDB/SP) e Ronaldo Caiado (DEM/GO).
2ª reunião 14 maio 2013	Definição dos temas a serem debatidos pelo GT.	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Edio Lopes (PMDB/RR), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Moreira Mendes (PSD/RO) e Nilson Leitão (PSDB/MT).
3ª reunião 18 junho 2013	“Medidas Legislativas que Possibilitem Indenização a Detentores de Títulos de Terra Expedidos pelo Poder Público sobre Áreas Indígenas” - Req. nº 4/2013 – GTERRAS, de autoria do deputado Padre Ton (PT/RO).	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Édio Lopes (PMDB/RR) Moreira Mendes (PSD/RO), Ricardo Tripoli (PSDB/SP), Sarney Filho (PV/MA), Nilson Leitão (PSDB/MT)
4ª reunião 20 junho 2013	“As impactantes informações constantes do recém-encontrado ‘Relatório Figueiredo’, documento resultante de uma Comissão de Investigação do Ministério do Interior, presidida pelo procurador federal, Jader de Figueiredo Correia [...]”. - Req. nº 3/13, de Domingos Dutra, para discutir.	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Edio Lopes (PMDB/RR), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Mandetta (DEM/MS), Moreira Mendes (PSD/RO) e Nilson Leitão (PSDB/MT).
5ª reunião 13 agosto 2013	“A Constitucionalidade da PEC 215/00” - Requerimentos nº 5/2013-GTERRAS, de autoria do deputado Domingos Dutra, e nº 64/2013 – Comissão de Legislação Participativa, de sua autoria, em conjunto com o deputado Celso Jacob.	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Edio Lopes (PMDB/RR), Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Moreira Mendes (PSD/RO).
6ª reunião 14 agosto 2013	Apreciação de requerimentos (Reunião deliberativa ordinária).	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Edio Lopes (PMDB/RR), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Moreira Mendes (PSD/RO), Nilson Leitão (PSDB/MT) e Ricardo Tripoli (PSDB/SP).
7ª reunião 15 agosto 2013	Audiência Pública Conjunta das Comissões CLP e GTERRAS com o tema “Suspensão da demarcação das terras indígenas no Paraná, motivada por laudo produzido pela Embrapa”.	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Edio Lopes (PMDB/RR), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Mandetta, Moreira Mendes (PSD/RO), Nilson Leitão (PSDB/MT) e Ricardo Tripoli (PSDB/SP).
8ª reunião 3 setembro 2013	Apresentação, discussão e votação do Relatório Final. Houve breve discussão, com a reunião sendo encerrada por falta de quórum.	Indisponível.
9ª reunião 4 setembro 2013	Apresentação, discussão e votação do Relatório Final.	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG), Edio Lopes (PMDB/RR), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Moreira Mendes (PSD/RO) e Nilson Leitão (PSDB/MT).

Fonte: elaborado a partir de Brasil (2013t).

A segunda reunião do GTERRAS foi realizada em 14 de maio e foram acordados os temas a serem debatidos, com a apresentação e aprovação dos respectivos requerimentos. Também houve mudanças e acréscimos na composição do GT. O deputado Mandetta

(DEM/MS), que substituiu o deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), alegou que foi designado ao GT porque tinha interesse em representar Mato Grosso do Sul na questão das demarcações. O mediador do GT ainda informou que, por indicação do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), também faziam parte do Grupo os deputados Nilson Leitão (PSDB/MT), e Luis Carlos Heinze (PP/RS). No entanto, esses parlamentares não participaram efetivamente das atividades do GT.

A terceira reunião, realizada em 18 de junho, teve como tema “Medidas Legislativas que Possibilitem Indenização a Detentores de Títulos de Terra Expedidos pelo p sobre Áreas Indígenas”, contando com diversos convidados⁴¹. Não houve grandes divergências sobre o tema, sendo debatidos principalmente os instrumentos já existentes para indenização da terra nua para demarcação de terras indígenas, a possibilidade de criação de um fundo para garantir os pagamentos e vias de agilizar esse procedimento, como mudanças na legislação que permitissem a expropriação.

⁴² ⁴¹ teve o objetivo de discutir o “Relatório Figueiredo”, documento resultante de uma comissão de investigação do Ministério do Interior, presidida pelo procurador federal Jader de Figueiredo Correia. Nessa investigação, foi realizado levantamento da violência contra povos indígenas por agentes públicos e privados na década de 1960. Explanaram sobre o tema Felipe Canedo, jornalista do *Diários Associados*; Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo, e coordenador do Projeto Armazém Memória; Cleber Buzatto, secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Manuel Batista do Prado Júnior, representando a Funai. Trazendo um caso concreto do Relatório Figueiredo, o representante da Funai explanou sobre o caso da expropriação de terras indígenas promovida pelo estado de Mato Grosso, na década de 1960, refletindo sobre as possíveis consequências de ações como essa para os povos indígenas na atualidade.

Na quinta reunião, foi realizado o terceiro debate organizado pelo GT, que teve como tema a constitucionalidade da PEC nº 215/2000. A reunião teve como expositores Dalmo Dallari, jurista; Carlos Frederico Marés, professor da PUC-PR, ex-procurador do estado do Paraná e ex-presidente da Funai (1999/2000); Osmar Serraglio, relator da PEC nº 215/2000 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados; Sonia Bone de Souza Silva Santos (Sonia Guajajara), representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Almir Sá, ex-deputado pelo estado de Roraima e autor da proposta.

A presença do autor e do relator da PEC deu importância significativa à reunião. Almir Sá permaneceu até a conclusão dos debates, que duraram quase quatro horas. Defendeu seu ponto de vista e ouviu as manifestações das lideranças indígenas presentes. Sá afirmou que apresentou a proposta com o objetivo de criar parâmetros transparentes de demarcação, sem ferir o direito e a cultura dos indígenas. A intenção seria impedir decisões unilaterais do

⁴¹ Participaram dessa reunião como expositores convidados: Marco Antônio Delfino de Almeida – procurador da República; Laerte Tetila – deputado estadual (PT/MS); Anaximandro Doudement Almeida – representante da CNA e Paulo Machado Guimarães, advogado.

⁴² Nessa reunião, o mediador também informou que esteve presente a “Doutora Damares”, representando a Frente Parlamentar Evangélica, que solicitou que fosse passada a mensagem de que não era verdade o boato de que a Frente era contra os povos indígenas. Apesar de não ser possível confirmar por imagens da reunião e de estar escrito no relatório do GTERRAS “Damaris”, trata-se, possivelmente, de Damares Alves, então assessora parlamentar que ocuparia, a partir de 2019, o cargo de ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Na mesma oportunidade, o mediador também repassou o recado de Damares de que a Frente Parlamentar Evangélica não seria contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2011. A PEC foi colocada como pauta das mobilizações de rua de junho de 2013, sendo rejeitada pelo Plenário da Câmara em 25 de junho de 2013.

Executivo e argumentou que sua PEC não interfere no aspecto técnico das demarcações, que continuaria a cargo do Executivo: “[...] através de mensagem do presidente da República, ela vem para o Congresso Nacional. O Congresso Nacional a aprova ou a rejeita. Se a rejeitar, ela volta para se corrigirem imperfeições que houver. Se a aprovar, passa a ser a demarcação feita por lei e não mais por decreto” (BRASIL, 2013u).

A manifestação do autor da proposta foi respondida pela representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara. Ao se dirigir diretamente a Almir Sá, a representante Guajajara citou a atual crise de representatividade política (em referência às manifestações de rua de junho de 2013) e manifestou o temor de que a preponderância de ruralistas no Congresso Nacional impeça a criação de novas terras indígenas, também associando a questão à preservação ambiental:

Se entregarmos as terras indígenas nas mãos do Congresso Nacional, essas terras vão passar às mãos do agronegócio, e, com isso, nós estamos destruindo totalmente o meio ambiente no Brasil. [...]

Nós sabemos que o interesse da bancada ruralista é saquear as riquezas naturais que têm as terras indígenas, é explorar e aumentar a produção econômica, porque hoje o interesse deste País é aumentar a produção econômica. [...] Se essa PEC for aprovada, se ela for em frente, você, mesmo não sendo mais deputado em exercício, mas sendo autor dela, vai carregar isso para a sua vida, o fato de ser culpado pela extinção dos povos indígenas no Brasil, porque os povos indígenas estão intimamente ligados à questão da terra.

A terra, para nós, é muito mais do que mercadoria; a terra, para nós, é muito mais do que um pequeno pedaço de área negociável. Nós temos uma relação muito próxima, espiritual, com a terra, com nossos ancestrais. Nós não negociamos direitos territoriais, porque a terra, para nós, representa a nossa vida. E é por isso que nós estamos lutando. A terra é mãe e mãe não se vende, mãe não se negocia; mãe se cuida, mãe se defende, mãe se protege. (BRASIL, 2013u).

Já o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB/PR) afirmou que a PEC nº 215/2000 propõe que o povo brasileiro, representado pelo Poder Legislativo, seja ouvido na questão das demarcações de terras indígenas. Como vimos, Serraglio relatou a PEC na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e seria futuramente o relator da proposta na Comissão Especial, que seria instalada no final de 2013.

Em sua exposição, Carlos Marés contrapôs Serraglio e questionou a revisão de atos administrativos pelo Poder Legislativo:

[...] quando nós autorizamos um colegiado desse tamanho faça um ato administrativo, no fundo, nós estamos imaginando que cada ato administrativo deve passar por uma nova discussão na sociedade brasileira. É uma nova discussão na sociedade brasileira. Portanto, não se trata de resolver o que já está resolvido na lei, mas de uma nova discussão com toda a sociedade, com o agravante de que o Congresso tem uma representação, como V.Exa. já demonstrou, pelo menos, não, digamos, perfeita democraticamente. Então, se nós temos, a cada vez – esse é o equívoco do deputado Osmar Serraglio, acho que ele tomará conta disso e seguramente vai arquivar esta PEC –, o equívoco é exatamente no sentido de que, ao reatribuir ao Congresso o ato administrativo, o que se está querendo fazer novamente é negar o direito construído, seja na Constituição, seja nas leis, de que é necessário reconhecer o direito. Portanto, cada vez tem que se reconhecer novamente o direito pela sociedade. Esta é a diferença entre um ato administrativo, cuja legalidade é necessária, mas, portanto, a legalidade é precedente. Nós temos uma Constituição, nós temos leis que dizem como vai ser a demarcação, apesar de o deputado Almir Sá dizer que a PEC deverá dar parâmetros. A PEC não está dando parâmetros. A lei dará parâmetros. Pode-se fazer uma lei

dizendo quais são os parâmetros da demarcação – quais são os parâmetros da demarcação! -, mas não a demarcação fisicamente falada. (BRASIL, 2013u).

Marés também lembrou do projeto do Estatuto das Sociedades Indígenas, que deveria substituir o Estatuto do Índio, de 1973, e permanece com a tramitação parada desde a década de 1990 no Congresso Nacional.

Na sexta reunião, realizada em 14 de agosto de 2013, houve apreciação e discussão de diversos requerimentos⁴³, com a divergência protagonizada pelo deputado Luiz Henrique Mandetta (DEM/MS), signatário da criação da FPA, que votou contra três requerimentos⁴⁴. Na reunião, também foi falado brevemente sobre o fato de, mais cedo, às 14 horas, não ter ocorrido uma audiência da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)⁴⁵ devido à ausência de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para tratar de um relatório da empresa relacionado a processos de demarcação de terras indígenas no Paraná. A ausência de representantes da empresa estatal teria ocorrido por determinação do governo federal, que vetou a participação da Embrapa na atividade. Portanto, os integrantes do GTTERRAS também acompanhavam o transcorrer das demais atividades das comissões permanentes relacionadas às demarcações de terras indígenas, que serão analisadas no próximo capítulo.

Nesse mesmo contexto, em 15 de agosto, foi debatida, no GT, a suspensão das demarcações de terras indígenas no Paraná. O relatório da Embrapa acima referido foi utilizado como base para determinar a suspensão das demarcações no estado, apesar de não ter sido tornado público. Na audiência, estiveram presentes como expositores Levi Pereira, professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e Aurivan dos Santos Barros, representante da Apib. Outros expositores convidados não compareceram — como a então ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a Embrapa e a Funai.

Para finalizar as atividades do grupo de trabalho, mais duas reuniões foram realizadas nos dias 3 e 4 de setembro de 2013 para apresentação, discussão e aprovação do relatório final. O GTTERRAS, então, aprovou seu relatório em 4 de setembro, recomendando o arquivamento da PEC nº 215/2000. O relatório sugeriu a aprovação de uma lei para indenizar os ocupantes de áreas homologadas e pede a investigação mais detalhada do chamado “Relatório Figueiredo”. Também foi proposta a criação de uma subcomissão no âmbito da Comissão de Legislação Participativa para tratar de questões relacionadas aos povos indígenas — o que não chegou a ser concretizado (BRASIL, 2013t). Descontente com o teor do relatório apresentado, o deputado Mandetta (DEM/MS) se retirou da reunião para não participar da votação. O

⁴³ Dentre as solicitações, estavam a realização de audiência pública, solicitações de informações ao Poder Executivo, moções de repúdio à violência contra povos indígenas, sugestão de manutenção do rito de demarcação então vigente, o fortalecimento da Funai, a extrusão de terras indígenas no estado do Acre, o arquivamento da PEC nº 215/2000 e uma diligência à terra indígena Awá-Guajá para verificação de invasões – ou seja, diversos requerimentos com conteúdo favorável ao reconhecimento da posse indígena e manutenção dos procedimentos demarcatórios. Vale ressaltar que o Requerimento nº 13/2013, da deputada Janete Capiberibe, que “requer a aprovação de Moção Pelo Arquivamento da PEC 215/2000” foi aprovado por unanimidade.

⁴⁴ Os requerimentos dos quais Mandetta discordou tratavam dos seguintes temas: Moção de Repúdio à violência contra indígenas na fazenda Califórnia, Mato Grosso do Sul (Req. nº 12/2013), a sugestão de manutenção do atual rito de demarcação de terras indígenas definido no Decreto 1.775/1996 (Req. nº 9/2013) e sugestão de afastamento do Superintendente da Polícia Federal no MS devido à investigação da Corregedoria da PF da reintegração de posse da Fazenda Buriti (Req. nº 14/2013). Anos mais tarde, Mandetta foi ministro da Saúde do governo de Jair Bolsonaro.

⁴⁵ A mencionada reunião da CINDRA foi produto do requerimento nº 326/2013 de autoria do Deputado Jerônimo Goergen, subscrito pelo Deputado Nilson Leitão.

parlamentar declarou que estavam ausentes pontos que entendia serem fundamentais, como o “marco temporal” para as demarcações.

O relatório de atividades da Comissão de Legislação Participativa ainda observa que, em junho de 2013, o governo decidiu considerar pareceres dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, do Desenvolvimento Social e da Justiça, além do Incra e da Embrapa para tomar a decisão de demarcar terras indígenas, em uma nítida mudança não regulamentada do rito demarcatório. A decisão do governo teria sido tomada para supostamente equilibrar a tomada de decisões e reduzir a judicialização (BRASIL, 2013t).

Naquela reunião do GT de 4 de setembro, indígenas presentes também manifestaram descontentamento com o encerramento dos trabalhos, pois tinham a expectativa de dar continuidade aos debates. Na ocasião, ainda ficou evidente o conflito entre a dinâmica e a temporalidade do Congresso Nacional e a relação daqueles representantes indígenas com suas comunidades, pois expressaram a intenção de levar aquelas discussões para suas bases. Além disso, houve a percepção de que a criação do GT foi um mero procedimento para viabilizar a instalação posterior da Comissão Especial da PEC nº 215/2000:

O SR. ANTONIO FERNANDES – [...] Então, eu apresento a minha indignação ao presidente da Casa por essa forma nada democrática de finalizar os trabalhos do GT, que se sente prejudicado pela falta de tempo para a análise do relatório final. Não nos foi assegurado direito a pedido de vista do relatório para que pudéssemos compartilhá-lo com nossas lideranças de base, que estão ansiosas, esperando um retorno positivo da gente; que confiaram de forma, eu digo assim, muito digna, porque num momento de luta nossa por um espaço de discussão política dentro da Casa, à qual se fizeram presentes 700 indígenas, totalizando 161 povos distintos deste País. Acaba o relatório de forma atropelada, porque nós não conseguimos contribuir da forma que queríamos, consultando nossas bases, nossas lideranças.

Eu estou num Estado extremamente conflituoso, que é o Estado da Bahia. Meu povo é situado no Estado da Bahia. Deixo um registro e um apelo ao presidente da Casa e peço a intervenção de todos os deputados, por solidariedade ao povo tupinambá, que hoje sofre inúmeros ataques de fazendeiros e de pessoas contrárias ao movimento indígena e, principalmente, à presença indígena no Estado da Bahia.

Sr. presidente, eu só quero, para finalizar, deixar registrado que nós gostaríamos que, de fato, este trabalho tivesse continuidade, não só na PEC 215, mas também em outras proposições existentes hoje na Casa, a exemplo do PLP 316 [de 2013], apresentado agora no mês de agosto e que vai de encontro ao interesse dos povos indígenas. A partir do momento em que ele declara que vai instaurar a Comissão Especial no dia 4, sem finalizar os trabalhos do GT, fica uma sensação, para nós indígenas, de frustração, de desrespeito.

O intuito dele nessa declaração, ficou parecendo que naquele momento da nossa entrada na Casa ele tentou de alguma forma passar mel na nossa boca, para a gente se retirar da Casa, com a criação do GT. Então a gente se sente frustrado, porque ele dá uma declaração de que vai criar a Comissão Especial sem antes sequer ler o relatório final do nosso trabalho. Ficou uma sensação muito ruim. Isto eu digo como um indígena membro de uma comunidade, como uma liderança jovem que sou. Infelizmente, ficou uma sensação de frustração para as lideranças aqui presentes, uma sensação de enganação, porque nós estamos aqui trabalhando para entrar em consenso, e esse consenso parece que não foi respeitado, porque a gente debateu, colocou a nossa opinião, mas, antes mesmo de o presidente apreciar a nossa opinião, ele declara que vai instalar a Comissão Especial da PEC 215. É isso. (BRASIL, 2013v).

Como vimos, de modo geral, o GT acabou não contando com a participação de deputados da FPA. Onde estavam, então, estes parlamentares nesse período? Como veremos no próximo capítulo, encontravam-se atuando principalmente na Comissão de Agricultura,

Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), ambas comissões permanentes na Câmara dos Deputados, tratando das demarcações de terras indígenas diretamente com ministros de Estado, do STF e outras autoridades.

Depois do recesso parlamentar, em meados de 2013, o tema seguia como prioridade da FPA. Após uma reunião da FPA para retomada dos trabalhos, na sede do IPA/FPA, em Brasília (DF), o repórter do canal *Terraviva* anuncia:

Depois de pouco mais de uma quinzena de recesso parlamentar, o Congresso Nacional está retomando os trabalhos nesta semana e a Frente Parlamentar da Agropecuária continua com a prioridade com relação à questão indígena: a PEC 215, que transfere para o Congresso a decisão sobre o que é ou não terra indígena para efetivar a homologação dessas terras, e o PLP 227 [de 2012], projeto de lei complementar, que trata da Funai. (MIGNONE, 2013h)

Segundo Mignone (2013a), cerca de 20 parlamentares participaram dessa reunião da FPA para planejar o prosseguimento das ações da Frente no segundo semestre, o que dá a dimensão do tamanho do grupo de fato envolvido naquele momento. Como vimos no capítulo anterior, na primeira reunião de 2013 da FPA, estavam presentes cerca de 30 parlamentares (FPA, 2013a).

Logo após o encerramento dos trabalhos do GTTERRAS, então, os deputados da FPA conquistaram a constituição da Comissão Especial em 10 de setembro de 2013 e, até o final do ano, ocorreria sua instalação, com a realização da primeira reunião. No tópico anterior, observamos que a Comissão Especial já havia sido criada em abril de 2013, mas sua constituição dependia que as lideranças partidárias indicassem seus integrantes, o que foi adiado até setembro, após mobilização do movimento indígena (MORAES, 2013).

Em agosto de 2013, somando-se à disputa, entrou em cena a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos, que protocolaram um mandado de segurança no STF visando impedir a instalação da comissão especial, pois entendiam que a proposta era inconstitucional. Vinte e dois parlamentares assinaram o pedido (LOGULLO, 2013). No STF, a questão foi analisada pelo ministro Luís Roberto Barroso, que chegou a ser procurado por parlamentares da FPA, em 9 de setembro de 2013. Na reunião com Barroso, os deputados da FPA discutiram tanto o julgamento dos embargos das 19 condicionantes do julgamento da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol como o mandado de segurança contra a PEC. Duas semanas depois, o ministro indeferiu o pedido, justificando que impedir a tramitação da proposta seria uma interferência indevida no Poder Legislativo (RURALISTAS E MINISTRO DO STF..., 2013; MINISTRO DO STF E FPA..., 2013; STF NEGA PEDIDO..., 2013).

Segundo o portal da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas foi registrada por Padre Ton (PT/RO), em agosto de 2011, com a assinatura de 213 deputados e nenhum senador. Em geral, sua atuação foi constatada apenas em determinados episódios da disputa em torno da questão das demarcações durante a 54ª Legislatura.

3.3 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESPECIAL DA PEC Nº 215/2000 EM 2014

A Comissão Especial da PEC nº 215/2000 foi constituída por Ato da Presidência da Câmara em 10 de setembro de 2013, mas sua instalação se daria apenas em dezembro daquele ano. Estimativas iniciais apontavam que os ruralistas contavam com 15 a 16 votos nessa Comissão, de um total de 21 membros, obtendo pelo menos 72% de apoio, mais do que

suficiente para aprovação de uma proposta de interesse do grupo (SILVA, 2014; ÉBOLI, 2013). O jornal *O Globo* noticiou a instalação da Comissão Especial como uma derrota do governo de Dilma Rousseff:

Ruralistas vencem governo e criam comissão que leva demarcação de terras indígenas para o Congresso

Henrique Alves assinou a instalação da comissão que terá 16 ruralistas entre os 21 integrantes

10/12/2013

BRASÍLIA - Apesar da pressão, o governo não conseguiu evitar a criação da comissão especial que discutirá a proposta de emenda à Constituição que transfere para o Congresso Nacional as demarcações de terras indígenas. Os ruralistas, que pressionavam há seis meses para instalarem esse grupo, saem vitoriosos. Eles conseguiram convencer o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a assinar a instalação da comissão.

Os ruralistas compõem quase a totalidade da comissão. Dos 21 titulares, 16 são ligados aos ruralistas. O PT já decidiu que vai participar do colegiado e escolhe amanhã seus representantes. O partido pode indicar quatro integrantes e terá o direito a escolher um de seus parlamentares para presidente. O relator será o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), ligado aos ruralistas. Serraglio relatou o projeto na CCJ e deu parecer favorável. [...]

Se o PT decidir em participar da comissão seu nome mais cotado para presidir a comissão é do ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Afonso Florence (PT-BA). (ÉBOLI, 2013).

A instalação da Comissão ocorreu, então, em 10 de dezembro, tendo o PT, de fato, escolhido como presidente o deputado Afonso Florence (PT/BA). Já os demais integrantes da direção dos trabalhos eram signatários da criação da FPA, em 2011: Nilson Leitão (PSDB/MT), como primeiro vice-presidente, Junji Abe (PSD/SP), como segundo vice-presidente, além de confirmado como relator o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR), que já havia relatado a proposta na CCJC.

Como não foram apontados individualmente pela imprensa, podemos listar pelo menos quinze dos titulares da Comissão que eram favoráveis à PEC a partir de suas manifestações sobre o tema ou orientação do partido: Geraldo Simões (PT/BA), Alceu Moreira (PMDB/RS), Darcísio Perondi (PMDB/RS), Osmar Serraglio (PMDB/PR), Nilson Leitão (PSDB/MT), Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), Junji Abe (PSD/SP), Moreira Mendes (PSD/RO), Arthur Lira (PP/AL), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Toninho Pinheiro (PP/MG), Giacobbo (PR/PR), Lira Maia (DEM/PA), Giovanni Queiroz (PDT/PA) e Nelson Padovani (PSC/PR). Os demais titulares e suplentes podem ser conferidos no Anexo C. Importante observar que o PP se sobrerrepresentou na Comissão Especial, ocupando uma vaga que era, por direito, do PTdoB, demonstrando a relevância que a pauta tinha para aquele partido (Anexo C).

As reuniões da Comissão ocorreram efetivamente em 2014, depois da reunião ocorrida em 26 de fevereiro de 2014, quando foram aprovados requerimentos para realização de audiências públicas sobre a proposta. Vale observar que os trabalhos da Comissão Especial da PEC nº 215/2000 foram retomados, em 2014, logo após a divulgação de discursos de parlamentares da FPA em audiência pública realizada em Vicente Dutra (RS), no final de 2013, que ganharam repercussão nacional (a ser especificado no próximo capítulo) e trouxeram maior tensão para a pauta. Na prática, foram realizadas reuniões da Comissão apenas no primeiro semestre de 2014, sendo que foram identificadas apenas outras três reuniões de trabalho: 23 de abril, 13 de maio e 20 de maio. Devido à baixa atividade da Comissão, na reunião deliberativa realizada em 13 de maio, o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), reclamou de “boicote

deliberado” às atividades da Comissão por seu presidente (BRASIL, 2014c). Assim, a maior parte das reuniões da Comissão Especial foram de audiências públicas, principalmente externas (quadro 9).

O acesso ao conteúdo e aos participantes dessas audiências só está disponível para as reuniões externas realizadas em Marabá (PA), Chapecó (SC), São Paulo (SP) e Passo Fundo, sendo que Osmar Serraglio (PMDB/PR), relator da PEC, esteve presente nestas três últimas audiências. Já o deputado Afonso Florence (PT/BA), presidente da Comissão Especial, participou apenas da atividade externa realizada em Salvador (BA). Como é possível observar no quadro 9, entre as audiências que se tem acesso aos participantes, aquelas com maior participação de parlamentares foram em Passo Fundo (RS) e Chapecó (SC).

Quadro 9. Audiências públicas realizadas a partir da Comissão Especial da PEC nº 215/2000 em 2014.

Data	Local	Deputados presentes
14 março 2014	Chapecó (SC)	Valdir Colatto (PMDB/SC) Osmar Serraglio (PMDB/PR) Celso Maldaner (PMDB/SC) Luis Carlos Heinze (PP/RS)
7 abril 2014	Marabá (PA)	Giovanni Queiroz (PDT/PA) Lira Maia (DEM/PA) Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)
11 abril 2014	Passo Fundo (RS)	Luis Carlos Heinze (PP/RS) Alceu Moreira (PMDB/RS) Wilson Covatti (PP/RS) Jerônimo Goergen (PP/RS) Osmar Serraglio (PMDB/PR) Darcísio Perondi (PMDB/RS)
28 abril 2014	Cuiabá (MT)	Indisponível
9 maio 2014	Campo Grande (MS)	Indisponível
12 maio 2014	Salvador (BA)	Oziel Oliveira (PDT/BA) Afonso Florence (PT/BA) Geraldo Simões (PT/BA)*
26 maio 2014	Belo Horizonte (MG)	Indisponível
5 junho 2014	Câmara dos Deputados (DF)	Afonso Florence (PT/BA), presidente Osmar Serraglio (PMDB/PR) Sarney Filho (PV/MA)
6 junho 2014	São Paulo (SP)	Junji Abe (PSD/SP), presidente Osmar Serraglio (PMDB/PR)
11 junho 2014	Câmara dos Deputados (DF)	Osmar Serraglio (PMDB/PR) Valdir Colatto (PMDB/SC)

* Conforme informação verbal de Oziel Oliveira (PDT/BA) em reunião da Comissão Especial no dia 13 de maio de 2014.

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 4 e Brasil (2015).

Foram realizadas audiências externas em oito estados: Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais e São Paulo (quadro 9). Como

veremos nos próximos capítulos, com exceção de São Paulo, as demais unidades federativas já haviam recebido diversas atividades em 2013 relacionadas às demarcações de terras indígenas, entre audiências públicas e manifestações de rua contra as demarcações. A abrangência das audiências acabou expressando a limitação de mobilização dessa pauta: como os principais conflitos se apresentam em determinadas regiões, assim foi o envolvimento com o tema. Em contraste, as atividades externas da Comissão Especial para debater o Código Florestal foram realizadas em 14 estados⁴⁶ e 19 municípios diferentes, demonstrando ser um tema com maior expressão política no país. Por outro lado, vemos uma maior diversidade de estados em que a questão foi mobilizada se considerarmos o contexto da CPI da Funai de 1999, protagonizada essencialmente por parlamentares da região Norte.

Os dados a respeito dos processos de reconhecimento de terras indígenas também revelam a existência de uma questão regional. Até janeiro de 2019, 74 terras indígenas estavam em situação de “declaradas”, ou seja, terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento. Dessas terras indígenas, 11 (14,7% das áreas declaradas) se encontram no estado do Amazonas, 10 (ou 13,3%) no Mato Grosso do Sul, 10 (ou 13,3%) em Santa Catarina, 8 (ou 10,7%) no Mato Grosso, 7 (ou 9,3%) no Rio Grande do Sul e 5 (6,7%) no Ceará. Portanto, quase metade das áreas declaradas (35 áreas ou cerca de 47%), estão presentes em estados das regiões Centro-Oeste e Sul — Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BRASIL, 2019).

Em 2019, também havia 44 terras indígenas delimitadas, somando 2.126.521,3010 ha. A maior parte dessas áreas fica no estado de São Paulo (11 áreas ou 25%), cinco delas (ou 11,4%) no estado da Bahia, seguidos de Mato Grosso, Paraná, Pará e Mato Grosso do Sul, com quatro áreas (ou 9,1%) identificadas em cada um desses estados. Nesse quadro, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná correspondem à metade das áreas identificadas (23 ou cerca de 52%) (BRASIL, 2019). Visualizando a situação das terras declaradas e identificadas, a maior parte das terras indígenas a serem demarcadas encontra-se na região Centro-Sul do país, somando-se, ainda, os estados do Amazonas, Pará, Bahia e Ceará.

Além disso, havia 122 áreas em estudo em todo Brasil — ou seja, com Grupo de Técnico de Identificação constituído. Das áreas em estudo, 19 (ou 15,6% do total de áreas) estão no estado do Rio Grande do Sul, 17 áreas (ou 13,9%) no Mato Grosso do Sul, 14 (ou 11,5%) no Mato Grosso, 13 (10,7%) no Amazonas, 9 áreas no Pará, 5 áreas em São Paulo, Paraná e Acre (ou 4,1% cada) e Santa Catarina e Rondônia com quatro áreas em estudo (BRASIL, 2019). Do total, 29% das áreas se encontram nas regiões Sul e Sudeste e 25,4% nos estados da região Centro-Oeste — portanto, mais da metade dessas áreas também se encontram na região Centro-Sul do país.

Apesar de não ter sido possível acessar a informação de quem foram os participantes de todas as audiências públicas da Comissão Especial da PEC, é possível realizar algumas observações a respeito das atividades que possuem dados disponíveis (ver Apêndice 4). Diversos especialistas em direito, como juiz, desembargadores, advogados e procuradores estavam entre os convidados dessas reuniões, o que reforçou o debate de aspectos jurídicos da proposta e a questão de sua constitucionalidade. Já entre as entidades da agropecuária, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) se fez representar na audiência pública realizada em São Paulo (SP). Em três atividades também foram constatadas participações de prefeitos e vereadores (11 participantes, no total), demonstrando que o tema tinha a atenção de representantes do Poder Municipal.

⁴⁶ A saber: Alagoas, Pernambuco, Mato Grosso, Pará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, Roraima, Acre, Piauí e Maranhão (SEVÁ, 2016, p. 136).

Também houve importante participação de agropecuaristas⁴⁷ em litígio com demarcações de terras indígenas, que trouxeram relatos pessoais desses conflitos. Quatro dessas participações demonstraram a existência de organização de agropecuaristas formadas para antagonizar as demarcações, sendo três delas presentes na audiência de Chapecó (SC): Associação de Defesa da Propriedade e Dignidade (DPD), Associação dos Proprietários de Terras Pretendidas para Demarcação Indígena (ASPI) e a Comissão contra a demarcação das terras indígenas no Morro dos Cavalos (SC). Na audiência de Passo Fundo (RS), também esteve presente um representante do Comitê Estadual dos Atingidos por Desapropriações Quilombolas e Indígenas do Rio Grande do Sul (Cadequi). Como veremos nos próximos capítulos, a formação desse tipo de organização, muitas vezes informal, foi comum no processo de enfrentamento às demarcações e esses grupos participaram de atividades das comissões permanentes do Congresso Nacional e mobilizações de rua contra o reconhecimento de terras indígenas.

Além disso, houve participação de dirigentes sindicais, tanto de entidades patronais como de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, além de um sindicato de madeireiros. No âmbito do setor patronal, correspondendo às entidades do Sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), houve participação de dirigentes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), além de representantes de Sindicatos Rurais. Ademais, foi possível constatar que dirigentes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) participaram da audiência pública realizada em Cuiabá (MT) (FAMATO, 2014) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) esteve representada por seu presidente na audiência pública realizada em Campo Grande (MS) (FAMASUL, 2014). Portanto, pelo menos cinco federações do sistema CNA estiveram envolvidas nessas audiências, demonstrando que a PEC também era uma importante aposta da representação patronal da agropecuária para a questão.

No âmbito da representação dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, estiveram presentes dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), ambas do Sistema da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), além da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetrafsul/CUT), que pertence ao sistema da então chamada Fetraf-Brasil⁴⁸ (PICOLOTTO, 2018). Em algumas reuniões, também participaram representantes de sindicatos de trabalhadores rurais de municípios com situações de litígio relacionadas a demarcações de terras indígenas.

Também vale observar que tanto Fetag-RS (Sistema Contag) como a CNA enviaram consultores e assessores para essas audiências, mobilizando seus quadros de expertise para a questão. Como veremos ao longo deste trabalho, representantes sindicais estiveram presentes em diversas outras atividades entre 2011 e 2014, sendo que tanto entidades patronais como de trabalhadores rurais e da agricultura familiar se dedicaram a questionar as demarcações de terras indígenas, evidenciando que o antagonismo às demarcações não se restringiu aos setores patronais do campo.

⁴⁷ Utilizamos, neste trabalho, o termo generalista “agropecuaristas”, que evidencia ocupação, devido à diversidade de situações jurídicas e de posse da terra (posseiros, meeiros, arrendatários e proprietários) e mesmo de atividade econômica (agricultores e pecuaristas). No material utilizado na pesquisa, esses indivíduos também são chamados de agricultores, produtores rurais (ou apenas produtores), fazendeiros, pecuaristas e ruralistas – cada qual com nuances de diferenciação.

⁴⁸ Em 2016, a Fetraf-Brasil mudou seu nome para Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf) (PICOLOTTO, 2018).

Na audiência pública realizada em Passo Fundo (RS), em 11 de abril de 2014, também foram feitas referências diretas às eleições gerais de outubro de 2014. Alceu Moreira (PMDB/RS), declarou: “Esse processo, pessoal, é mantido a partir da antessala da Presidência da República! [...] Há algumas ferramentas para solucionar isso. Uma delas é tentar aprovar a PEC 215. Outra vai estar nas mãos de todos no dia 5 de outubro. Quem quiser continuar com essa desgraça só tem que votar com eles!” (BRASIL, 2014f). Já Luis Carlos Heinze (PP/RS), falou aos presentes que deveriam votar em qualquer candidato que não fosse do PT:

O Brasil é bem maior e, no Rio Grande do Sul, nós vamos mostrar no dia 5 de outubro. Ela [Rousseff] começou a cair nas pesquisas e vai cair mais, deve até ser trocado de candidato. E aqui nós temos o rapaz do PDT, Vieira da Cunha, um belo sujeito; nós temos o Sartori [PMDB], um ótimo sujeito; nós temos a Ana Amélia [PP], outra figura; nós temos gente para bater. Em Brasília, Aécio [PSDB] ou Eduardo Campos [PSB], votem em qualquer um, desde que não votem neles. (BRASIL, 2014f)

Não era novidade parlamentares ruralistas elencarem o PT como seu adversário. Trabalhos como o de Bruno (2021) demonstram que as divergências com o partido já ocorriam em legislaturas anteriores. Segundo a autora, o antagonismo se dava em virtude do perfil dos parlamentares petistas, seu enraizamento social e apoio aos movimentos de luta por terra e por direitos. Como veremos no capítulo VI, esses apelos eleitorais teriam efeito em diversos locais onde as atividades externas foram realizadas.

Em algumas atividades também houve a tentativa de fundamentar o debate da PEC nº 215/2000 no campo da antropologia. As audiências públicas de Passo Fundo (RS) e São Paulo (SP) contaram com a participação de antropólogos que foram convidados para dar suporte à contestação das demarcações de terras indígenas. De modo geral, estes participantes consideraram que os povos indígenas não poderiam reivindicar áreas que esses profissionais julgavam não ser de ocupação tradicional. Já na audiência realizada em 5 de junho de 2014, na Câmara dos Deputados, o antropólogo Cristhian Teófilo da Silva, membro da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (CAI/ABA), apresentou a fundamentação do posicionamento da ABA, que era contrária à PEC.

A reunião em que o representante da ABA esteve presente também demonstrou como as entidades contrárias à PEC lidaram, naquele momento, com atividades da Comissão Especial. Silva foi o único que compareceu à reunião entre diversas organizações indígenas e de apoio aos povos indígenas que foram convidadas, exemplificando a estratégia de esvaziamento operada por setores contrários à proposta. O deputado Sarney Filho (PV/MA), presente naquela audiência, externalizou a questão:

É verdade que ultimamente a grande bandeira de segmentos que representam o agronegócio aqui na Câmara é justamente retirar a prerrogativa do Executivo de criar unidades de conservação, reservas indígenas e áreas quilombolas. [...] **Então, a nossa relação com essa Comissão é de não legitimá-la.** Nós entendemos que ela não tem legitimidade para tratar desse assunto. É inconstitucional, do nosso ponto de vista. Daí por que aqui hoje estão presentes poucos representantes que apoiam a causa indígena. Eu mesmo estou usando da palavra para frisar este meu posicionamento, o posicionamento do meu partido, de não legitimar. **Portanto, nós não queremos que aconteça, como aconteceu no Código Florestal, que essas audiências públicas, manipuladas em grande parte, sirvam depois para confirmar uma legitimidade que não houve.** Daí por que a nossa posição aqui é de justamente não colaborar para que esta Comissão possa chegar a um termo, porque nós entendemos que ela é inconstitucional. Ela trata de assuntos inconstitucionais, e é evidente que nós não queremos legitimá-la. Por isso, gostaria de frisar a ausência das nossas deputadas e deputados ligados à causa. Eu não tenho perguntas a fazer, tenho só essas observações,

além de registrar para a Comissão aquilo que disse há pouco, que o presidente da Casa, que é o responsável pela pauta, declarou não só para mim mas para outros deputados, membros da Frente Parlamentar Ambientalista, que ele não iria colocar em votação essa PEC este ano. Como no ano que vem ele não será mais presidente e teremos um novo Congresso, esperamos que a situação e a correlação de forças mudem. (BRASIL, 2014d, grifo nosso).

Foi nesse cenário de esvaziamento das atividades que Alceu Moreira (PMDB/RS), na reunião da Comissão Especial de 13 de maio de 2014, declarou que as audiências públicas realizadas até então se tratavam de “monólogos”, pois as outras partes interessadas (“que se dizem ofendidíssimas pelo processo”) não estavam participando das reuniões (BRASIL, 2014c). Assim, se por um lado a experiência de tramitação do novo Código Florestal era uma referência para os parlamentares da FPA, por outro também influenciou a postura daqueles contrários à PEC nº 215/2000, que decidiram não participar das atividades para não validar o prosseguimento da proposta. Depois dessas audiências públicas, houve recesso parlamentar, campanha eleitoral e eleições gerais em primeiro e segundo turno.

O deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR), relator da PEC, apresentou seu relatório pela aprovação da proposta em 19 de novembro de 2014. A partir de então, houve diversas tentativas de parlamentares da FPA de realizar reuniões da Comissão Especial, que não ocorreram tanto devido a protestos de indígenas como por esvaziamento e atuação dos deputados opositores da PEC. Essa situação foi vista pelos parlamentares da FPA como uma manobra do governo federal e do presidente da Comissão, Afonso Florence (PT/BA), para que não ocorresse a votação da PEC (MIGNONE, 2014b). Assim, não foram mais realizadas reuniões que efetivamente deliberaram sobre o tema no segundo semestre de 2014, concretizando-se o que o deputado Sarney Filho (PV/MA) havia declarado na reunião de junho daquele ano.

Com o fim da 54ª Legislatura, a PEC foi novamente arquivada. Em 2015, na 55ª Legislatura, a PEC seria desarquivada por requerimento de Luis Carlos Heinze (PP/RS), Nilson Leitão (PSDB/MT), Marcos Montes (PSD/MG), Osmar Serraglio (PMDB/PR) e Alceu Moreira (PMDB/RS) (Requerimento nº 153/2015). Em 2015, a Comissão Especial da PEC foi presidida por Nilson Leitão (PSDB/MT), parlamentar da FPA, que, como veremos no capítulo VI, esteve entre os mais engajados contra as demarcações de terras indígenas durante a 54ª Legislatura. Novas audiências públicas chegaram a ser realizadas naquele ano, mas todas ocorreram na Câmara dos Deputados, não se repetindo a estratégia de realizar reuniões públicas externas. A PEC acabou sendo aprovada em sua Comissão Especial em 27 de outubro de 2015, permanecendo pronta para deliberação em Plenário desde então.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAMITAÇÃO DA PEC Nº 215/2000

No primeiro tópico deste capítulo, vimos que a PEC nº 215/2000 foi uma iniciativa que fez parte de uma mobilização de parlamentares federais da região Norte do país que visavam barrar o avanço das demarcações de terras indígenas naquela região, sendo um dos pivôs da disputa a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Do movimento daqueles parlamentares no final da década de 1990 para as ações da FPA há em comum a defesa do monopólio da terra, da superioridade jurídica da propriedade privada da terra e a percepção das terras indígenas como obstáculos à exploração econômica e ao desenvolvimento do país.

Na 54ª Legislatura, a retomada da tramitação da PEC ocorreu por interesse de um deputado signatário da FPA, mas a pauta avançou apenas em 2012, com a aprovação na CCJC, onde o contexto era altamente favorável ao prosseguimento da proposta. A proposta permaneceu parada até as demarcações de terras indígenas se tornarem uma questão prioritária para a FPA. Sob pressão de parlamentares dessa frente, em abril de 2013, é criada, então, a Comissão Especial para análise do mérito da proposta de emenda.

Estando para ocorrer a constituição da Comissão Especial da PEC, o movimento indígena entra em cena de modo contundente e paralisa temporariamente avanço da PEC. A partir de sua mobilização, os indígenas também conquistaram a criação de um espaço institucional de debate sobre o tema na Câmara dos Deputados, o GTTERRAS. O GT não foi priorizado por parlamentares da FPA, que se ocupavam, naquele momento, de atividades relacionadas à pauta em comissões permanentes, que, como veremos no próximo capítulo, eram mais eficazes na pressão política sobre o governo.

De qualquer modo, os espaços promovidos pelo GTTERRAS/Comissão de Legislação Participativa foram possivelmente os únicos em que houve espaço para manifestação de falas antagônicas ou que tentassem ser conciliadoras a respeito da legislação referente às demarcações de terras indígenas. Apesar disso, o GT não teve efetividade na questão, não alterando o teor da PEC ou resultando no arquivamento. Assim, o movimento indígena chegou a mudar o curso do jogo político, mas, neste caso, não propriamente seu resultado.

Nas atividades da Comissão Especial, a questão expressou ter potencial de mobilização política limitado se comparado à tramitação da mudança do Código Florestal. Enquanto foram realizadas audiências públicas da Comissão Especial do Código em 14 estados, as audiências públicas da PEC nº 215/2000 se restringiram a oito estados. Também vale lembrar que, no caso da alteração do Código Florestal, houve certa preocupação em manter uma personalidade supostamente neutra na relatoria do projeto na Comissão Especial (PEREIRA, 2013). No contexto da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, parece não ter ocorrido essa ponderação, sendo indicado o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR), que até mesmo havia participado de manifestações de rua contra demarcações de terras indígenas, em junho de 2013 (a ser abordado no capítulo V).

Apesar da relatoria da PEC estar com um integrante da FPA, vimos que, com a presidência da Comissão Especial nas mãos de um opositor da proposta, o deputado Afonso Florence (PT/BA), a Frente não foi capaz de controlar a agenda da Comissão, possuindo poder limitado naquele momento. Elias (2008) contribui para pensarmos situações como essa. O autor considera que, em uma figuração, as relações podem formar constelações que limitam as possibilidades de controle de um grupo ou indivíduos com maior proporção de poder (ELIAS, 2008). Esse possivelmente foi o caso, em que a atuação do movimento indígena e seus apoiadores impôs limites ao avanço da pauta durante a 54ª Legislatura.

A partir da análise de seis audiências públicas da Comissão Especial da PEC, também foi possível constatar diversos grupos sociais envolvidos na disputa em torno das demarcações

de terras indígenas: entidades sindicais (patronais e de trabalhadores rurais), entidades da agropecuária, prefeitos e os próprios agropecuaristas em litígio com áreas em processo de reconhecimento como terras indígenas se fizeram representar nas reuniões. Pelo menos cinco federações do Sistema CNA estiveram envolvidas nessas audiências, demonstrando que a PEC era uma importante aposta da representação patronal da agropecuária para solucionar a questão.

De modo geral, a análise da tramitação da PEC nº 215/2000 foi relevante para conhecer o processo de disputa em torno da pauta e alguns dos deputados envolvidos com a questão. No entanto, a tramitação dessa proposta revela apenas parcialmente o conjunto de ações de parlamentares da FPA para antagonizar as demarcações no período aqui focado, sendo que diversos outros recursos legislativos foram mobilizados. Por isso, debruçar-nos-emos, no próximo capítulo, em um importante espaço de poder do Congresso Nacional: as comissões permanentes.

CAPÍTULO IV – TERRAS INDÍGENAS NA PAUTA DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL – 54ª LEGISLATURA (2011-2015)

As comissões são órgãos parlamentares comuns em legislativos de todo o mundo, formadas por uma parcela dos legisladores para exercício de diversas atribuições do processo legislativo e fiscalização e controle da administração pública. As comissões do Congresso Nacional podem ser de caráter temporário ou permanente. As da primeira categoria, como as de tipo especial, externa ou de inquérito, são criadas para realização de tarefas específicas, possuindo prazo determinado de funcionamento. Já as comissões permanentes, objeto deste capítulo, são órgãos especializados da estrutura do Legislativo Federal que se mantêm através das legislaturas e possuem campo temático de atuação previamente definido no regimento interno da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

As atribuições das comissões permanentes estão previstas no artigo 58 da Constituição federal de 1988, nos artigos 22 (inciso I) e 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e nos artigos 97 a 105 do Regimento Interno do Senado Federal (BRASIL, 1970; 1988; 1989). Tais órgãos apreciam assuntos ou proposições submetidos ao seu exame, exercem o acompanhamento dos planos e programas governamentais, fiscalizam o orçamento da União em seu respectivo campo de atuação e discutem e votam projetos de lei de sua competência. Como demonstrou Araújo (2017, p. 1188-1189), há diferenças estruturais, de tramitação ordinária de matérias e de algumas atribuições entre o sistema de comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mas, de modo geral, esses órgãos legislativos exercem funções análogas e possuem papel relevante no processo decisório do parlamento brasileiro.

Nesse contexto, analisaremos o uso de comissões permanentes do Congresso Nacional por integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para mobilizar a pauta das demarcações de terras indígenas. As atividades das comissões também serão nosso ponto de partida para investigarmos a rede de aliados da figuração social que estamos buscando desvelar, que tem como um dos polos a FPA. Assim, as reuniões das comissões fornecerão um quadro parcial da atuação dos indivíduos e as funções que desempenharam nessa teia social, questão a ser aprofundada no capítulo VI.

A partir de reflexões sobre poder e disputa política de Elias (2008), também procuraremos compreender como a FPA buscou controlar a disputa em torno das demarcações de terras indígenas, quais foram suas ações ofensivas e o controle político exercido em comissões permanentes no Congresso Nacional. Desde uma perspectiva relacional do poder, Elias (2001, p. 56) considera importante a observação da margem de decisão ou margem de manobra dos indivíduos ao longo do tempo: “o aumento da margem de manobra de um determinado indivíduo, ou de um determinado grupo de indivíduos, pode levar à diminuição da margem de manobra de outros indivíduos, à diminuição de sua ‘liberdade’”. O crescimento da disponibilidade e do repertório de opções de ação ou de ações mais efetivas de indivíduos ou grupos em uma disputa política pode significar, portanto, maior dominância em um destes polos ou de um determinado grupo, favorecendo seus interesses. A margem de decisão também está associada à desigualdade de recursos disponíveis para a disputa.

É nesse âmbito que estudaremos a disponibilidade e a utilização de recursos legislativos por parlamentares da FPA no espaço das comissões permanentes para a questão das demarcações de terras indígenas. A partir dessas ações, analisaremos também as possíveis

relações de colaboração que estes agentes estabeleceram para atingir seus objetivos, observando as funções de participação da sociedade e de fiscalização das comissões e seus dispositivos relacionados. Assim, ao invés de focarmos apenas na análise da tramitação de propostas legislativas, buscaremos identificar os instrumentos a que parlamentares recorreram e como atuaram no tema.

Como vimos anteriormente, no final de 2012, as demarcações de terras indígenas passam a ser o “prato principal” das reuniões-almoço de terça-feira da FPA e foi também em naquele ano que a PEC nº 215/2000 foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Por isso, concentramos nossa análise nas atividades das comissões permanentes da 54ª Legislatura, que se inicia em fevereiro de 2011 e se encerra em janeiro de 2015. Tendo em vista que as atividades legislativas se dão sempre até 22 dezembro de cada ano (ver Brasil, 2020b, p. 91), o recorte temporal efetivo para a investigação corresponde aos anos de 2011 a 2014. Assim, com esta delimitação, pretendemos refletir sobre o contexto político, as formas de atuação e as relações estabelecidas quando a pauta passa a ganhar força na Câmara dos Deputados.

Para atingir tais objetivos, examinaremos as atividades da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento (CAPADR), da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Rural e da Amazônia (CINDRA), ambas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, e as atividades da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado Federal. A CAPADR foi considerada, na literatura especializada, como importante espaço de atuação da chamada Bancada Ruralista (VIGNA, 2001; BRUNO, 2009b), permanecendo com tal reconhecimento depois da institucionalização da FPA (DIAP, 2010; SIMIONATTO; COSTA, 2012; LIMA, 2018). Portanto, a CAPADR ganhou atenção nesta pesquisa desde o princípio, sendo confirmada sua relevância já nos primeiros levantamentos documentais realizados.

Já no caso da CINDRA, identificamos a criação e funcionamento de uma subcomissão especial dedicada à demarcação de terras indígenas em 2013. Apesar disso, esta comissão não é apontada pela literatura especializada como local de relevante atuação da FPA. No caso da CRA, por sua vez, buscamos identificar se havia iniciativas análogas às encontradas na CAPADR, tendo em vista que há senadores signatários da FPA. De fato, atividades específicas sobre terras indígenas também foram realizadas na CRA no período aqui enfocado, ocorrendo, inclusive, atividades conjuntas com a CAPADR para tratar das demarcações. Além disso, constatamos que posições relevantes dessas comissões foram ocupadas por integrantes da FPA.

Algumas funções e recursos das comissões permanentes merecem atenção especial para este capítulo, como os mecanismos de relação direta com a população. Nesse âmbito, são considerados: as audiências públicas com entidades da sociedade civil ou órgãos públicos; as solicitações de depoimento a qualquer autoridade ou cidadão; o recebimento de petições, reclamações ou representações, de qualquer pessoa, a respeito de atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas (BRASIL, 1989; 1970). Cabe destacar também que, na esfera das comissões, podem ser estudados quaisquer assuntos compreendidos no respectivo campo temático ou área de atividade. Para tal finalidade, esses órgãos podem promover conferências, exposições, palestras e seminários.

Como já mencionado, as comissões também possuem poder de fiscalização, controle e acompanhamento de políticas públicas, o que pode ser feito através de solicitações, por escrito, de informações a ministros de Estado, pela análise de programas e planos nacionais ou ainda pela realização de perícias e auditorias de natureza diversa. Nesse âmbito, também podem ser convocados (ou seja, com obrigação de comparecimento) ministros de Estado ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestação de esclarecimentos

aos parlamentares. As comissões permanentes podem ainda incidir diretamente sobre atos do Poder Executivo através de propostas para sustar atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo. Como veremos ao longo do capítulo, muitos desses papéis foram exercidos pelas comissões em questão e diversos desses recursos foram utilizados, de alguma forma, para o tema das demarcações de terras indígenas sob o pretexto de fiscalizar a atuação da Funai e do governo federal.

Os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal⁴⁹ preveem que a composição das comissões permanentes segue o princípio da proporcionalidade partidária, segundo o qual a representação dos partidos políticos e dos blocos parlamentares no Plenário deve ser reproduzida proporcionalmente nas comissões. Assim, a composição das comissões depende do número de vagas da comissão e da proporção de parlamentares por partido. No entanto, como as vagas pertencem aos partidos, os líderes partidários frequentemente negociam as vagas que têm direito, já que possuem preferências e objetivos distintos entre as diversas temáticas existentes.

Nas comissões, a função mais importante é a da presidência e, por esse motivo, os partidos, em geral, não dispensam seu direito de indicação, sendo a distribuição dessas vagas também proporcional às cadeiras ocupadas pelos partidos no Plenário. O presidente da comissão é responsável por indicar os relatores das matérias que tramitam em seu âmbito, ditar a agenda, fixar prazo para a elaboração dos pareceres, podendo ainda colocar em votação ou não pareceres elaborados pelos relatores, além de devolver matérias para a Mesa Diretora da Casa. Como vimos no capítulo anterior, a escolha do relator das matérias pelo presidente também é estratégica, pois o fluxo de uma matéria pode ser tornado mais ou menos célere por um relator, independente de modificar ou não seu conteúdo. Assim, a composição partidária da comissão acaba sendo importante para o desenvolvimento dos trabalhos traçados pela presidência, influenciando o processo de alocação de deputados. Em geral, os partidos também buscam se sobrerrepresentar nas comissões que presidem: em média, ocupam 5% a mais de vagas do que a proporção geral na Câmara (VASQUEZ, 2020, p. 85).

Nesse contexto, conforme o número de vagas disponíveis, os partidos definem internamente quais comissões serão priorizadas em cada ano e quais parlamentares participarão de cada comissão. Para Vasques (2020), isso revela a própria importância que os partidos dão à composição das comissões em si, não apenas às suas presidências e relatorias. Apesar de alguns partidos possuírem preferência mais constante em algumas comissões (ver Vasquez, 2020, p. 74-81), o interesse dos partidos é, em certa medida, contextual, variando ao longo dos anos e dentro da mesma legislatura, tendo, também, relação com o(s) ministério(s) que o partido ocupa no Executivo. Portanto, a distribuição dos deputados nas comissões obedece a uma lógica partidária, buscando geralmente ampliar o controle conquistado pela presidência (VASQUEZ, 2020).

Nessas circunstâncias, a composição das comissões permanentes ou temporárias é estabelecida anualmente em meio a debates, definição de estratégias e negociações de bastidores, sendo instituída uma divisão mais ampla de blocos partidários, composição de base do governo e oposição, minoria e maioria. A partir daí, definem-se as lideranças e quem ocupará

⁴⁹ Na Câmara dos Deputados, o número de parlamentares por partido ou bloco parlamentar em cada comissão permanente é estabelecido pela Mesa Diretora no início da primeira e terceira sessões legislativas da legislatura – cada sessão legislativa corresponde a um ano de atividades (inciso X, art. 15 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) (BRASIL, 1989). A distribuição das vagas por partidos e blocos nos anos 2011 e 2013 consta nos Anexos E e F. No Senado, a distribuição das vagas dos partidos e a composição das comissões é estabelecida a cada dois anos, mas podem ser feitas trocas de parlamentares a qualquer momento. A distribuição proporcional e a composição da CRA entre 2011 e 2014 consta nos Anexos G a J.

os cargos de direção dos trabalhos, sendo objeto tanto de ambições partidárias como pessoais (SEVÁ, 2016). Nessas discussões, os acordos entre as lideranças partidárias são fundamentais para a distribuição das presidências das comissões. A seguir, veremos que isso coloca em questão a leitura da FPA enquanto bloco suprapartidário que busca impor seus interesses, já que, na verdade, os partidos são atores relevantes para a priorização da agenda da demarcação de terras indígenas.

Neste capítulo, utilizamos como fontes primárias os relatórios anuais das atividades das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento (CAPADR) e da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Rural e da Amazônia (CINDRA) da Câmara dos Deputados. No caso da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal foram analisados os Relatórios da Presidência do Senado Federal, publicados anualmente. Sessões da CAPADR/CD e da CRA/SF foram acompanhadas presencialmente no trabalho de campo realizado no Congresso Nacional, em 2019, quando se procurou compreender a dinâmica de funcionamento dessas comissões e das duas Casas Legislativas. Também foram examinados o relatório final da Subcomissão Especial de Demarcações de Terras Indígenas, no âmbito da CINDRA, disponível para acesso no portal da Câmara dos Deputados, e os demais documentos dessa subcomissão, fornecidos pelo Arquivo da Câmara dos Deputados a partir de uma solicitação da ferramenta “Fale Conosco”, do sítio eletrônico da Câmara. Além disso, para apoio da análise, utilizamos notas taquigráficas, atas de reuniões e registros em áudio e vídeo das atividades identificadas, em geral, disponíveis nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Como já mencionado, demos atenção a atividades parlamentares, ações legislativas e audiências públicas e outros eventos realizados no âmbito dessas comissões. Assim, exploramos principalmente o que as fontes oficiais nos dizem, ainda que buscando se atentar a elas de maneira crítica. Os resultados do levantamento deste capítulo estão nos Apêndices 1 a 3.

Antes de apresentarmos as atividades das comissões, é importante compreendermos a correlação de poder no início do período estudado, que era relativamente favorável ao governo da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), eleita após dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2010), naquele início de mandato, a oposição não possuía número de parlamentares suficiente sequer para criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal. Neste último, a base de apoio de Dilma Rousseff tinha potencial de chegar a 62 senadores, ou 76,54% da Casa (DIAP, 2010). Como considera a entidade,

A base de apoio da presidente Dilma foi construída já na aliança eleitoral, diferentemente de outros presidentes, que formaram sua coalizão de sustentação num processo de cooptação pós-eleição. Trata-se de uma coalizão ampla, heterogênea e contraditória, mas existem instrumentos de controle e meios para pacificar e manter a coesão da base, ainda que para isto seja necessário o fechamento de questão em temas centrais. (DIAP, 2010, p. 13).

A conformação partidária também passou por mudanças, com crescimento da base de sustentação do governo petista e redução razoável da oposição no parlamento. Mais especificamente, as eleições de 2010 levaram a um crescimento do PT e de partidos médios como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Republicano (PR), e menores, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que aumentaram suas bancadas em relação a 2006, assim como o PMDB e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que “antes apoiavam o governo por adesão, mas agora fizeram parte da aliança que elegeu a presidente” (DIAP, 2010, p. 12). Além

do próprio Partido dos Trabalhadores (com 88 deputados), o Diap também incluiu como base de apoio consistente do governo Rousseff o PMDB (com 77 deputados), o PP (que apoiou Rousseff no segundo turno de 2010 e conquistou 44 vagas para seus deputados), o PR (com 40 deputados), PSB (34 deputados), PDT (27 deputados), PSC (17 deputados), PCdoB (15 deputados), PRB (8 deputados) e PTC (um deputado). No total, esse apoio contabilizava cerca de 351 dos 513 deputados (cerca de 68%) (DIAP, 2010, p. 13).

No Senado Federal, o grupo de apoio consistente seria de aproximadamente 55 parlamentares (cerca de 76% do total de 81 senadores), vinculados aos seguintes partidos: PMDB (21 senadores), PT (14), PP (5), PDT (4), PR (4), PSB (3), PCdoB (2), PRB (1) e PSC (1) (DIAP, 2010, p. 14). Nesse contexto, a base parlamentar de apoio ao governo de Dilma Rousseff era considerada ampla — dizia-se, sobre aquela legislatura, que “os deputados e senadores eleitos pelos partidos que apoiam o governo Dilma são em número suficiente para aprovar todas as matérias, inclusive emendas à Constituição.” (DIAP, 2010, p. 13). De modo geral, o DIAP avalia que

No espectro ideológico, houve um **crescimento da esquerda (PT, PCdoB e PSol) e da centro-esquerda (PSB, PDT e PV)** em relação à eleição de 2006, que passa de 163 para 181 deputados, aumentando 18 parlamentares. Os partidos de centro (PMDB, PSDB e PPS) sofreram redução, respectivamente de 12, 13 e 10 deputados em relação ao pleito de 2006. Nos partidos de direita e de centro-direita, apesar da grande perda do DEM, houve crescimento, graças a performance do PR, PP, PRB e do PSC.

A correlação de forças na Câmara na gestão de Dilma Rousseff, tendo como parâmetro o 2º governo Lula, é muito mais favorável à presidente eleita. Em princípio, a presidente Dilma contará com apoio dos dez partidos que fizeram parte de sua aliança (PT, PRB, PDT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB, PCdoB), além do PP, que a apoiou no 2º turno, e poderá incorporar outros partidos, como o PTB e o PV, que já fazem parte da base atual, podendo superar os 380 deputados, ultrapassando o teto de 345, do governo Lula. (DIAP, 2010, p. 21, grifo nosso).

O Diap também previa que o gaúcho Marco Maia (PT) presidiria a Câmara dos Deputados em 2011 e 2012, sendo seguido pelo líder do PMDB na Casa, o potiguar Henrique Eduardo Alves, que estaria presidente desta Casa em 2013 e 2014 (DIAP, 2010, p. 15) — e, de fato, foi o que ocorreu. Assim, os presidentes da Câmara dos Deputados ao longo da 54ª Legislatura também eram da base de apoio consistente do governo Rousseff. No caso do Senado Federal, o Diap apontava que a presidência ficaria com o PMDB, citando os nomes de Renan Calheiros (AL), Eunício Oliveira (CE) e José Sarney (AP) (DIAP, 2010, p. 15). A entidade também foi precisa na avaliação deste ponto: Sarney (2011-2012) e Calheiros (2013-2014) acabaram sendo os presidentes desta Casa legislativa.

O cenário aparente no início dessa legislatura foi, portanto, de ampliação da base de sustentação do governo petista, assegurando governabilidade à presidente eleita, Dilma Rousseff (DIAP, 2010). Mas essa situação mudou progressivamente ao longo dos quatro anos. Como já mencionado no capítulo II, Sevá (2016) considera que a tramitação do novo Código Florestal, na 54ª legislatura, foi demonstrativa do jogo de forças do governo Rousseff com a Bancada Ruralista. A autora considera que a base governista estava cada vez mais “esfacelada e rendida” ao poder de assédio das bancadas conservadoras do Congresso Nacional, como a bancada evangélica, a bancada da bala e a própria bancada ruralista (DIAP, 2010, p. 134). Dilma Rousseff também manteve aprovação elevada em pesquisas de opinião durante a maior parte do mandato, mas isso também começou a mudar a partir das chamadas “jornadas de junho”, em

2013⁵⁰, que acabaram abrindo espaço e fortaleceram a atuação de grupos antipetistas (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Diante desse quadro, com relação à pauta das terras indígenas, como veremos a seguir, as divergências com a representação do agronegócio no Congresso Nacional parecem contribuir com o agravamento do conflito com o governo federal, já notório durante a tramitação do novo Código Florestal, passando a ocorrer pressão direta de parlamentares sobre a atuação de órgãos do Executivo Federal, especialmente a Funai e o Ministério da Justiça.

Posto isso, passamos agora às análises pretendidas neste capítulo, tendo como base a reflexão sobre as atividades da CAPADR, em cada sessão legislativa da 54ª Legislatura, as atividades da CINDRA, realizadas em 2013, e as atividades da CRA ao longo da 54ª Legislatura.

4.1 TERRAS INDÍGENAS NA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (54ª LEGISLATURA)

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados era composta por 40 membros titulares, em 2011, e por 42 titulares, em 2013. Entre os temas abrangidos nesta comissão estão a política agrícola e assuntos vinculados⁵¹ e a política e questões fundiárias, como reforma agrária, justiça agrária e direito agrário. Nesse âmbito, destacam-se os temas da colonização oficial e particular, regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação, além da alienação e concessão de terras públicas (BRASIL, 1989). Portanto, enquanto tema fundiário, é esperado que se aborde questões relacionadas às demarcações de terras indígenas na esfera dessa comissão.

A CAPADR é uma das maiores e mais antigas comissões da Câmara dos Deputados, existindo desde o início do atual sistema de comissões, estabelecido com a Constituição federal de 1988. Comissões mais antigas, como a CAPADR, são as que, em média, possuem mais deputados, sendo também exclusivas, ou seja, seus membros não podem ser titulares de outras comissões ao mesmo tempo em que o são desta. Segundo Vasquez (2020), a exclusividade de uma comissão é uma indicação da própria Câmara dos Deputados de que determinada temática está entre as prioritárias de seu sistema de comissões. Na Câmara, as maiores comissões também possuem mais tarefas, sendo o tamanho associado ao maior volume de trabalho (VASQUEZ, 2020, p. 52).

Como mencionado no início do capítulo, partidos podem decidir se sobrerrepresentar em determinadas comissões que têm preferência, trocando vagas por vagas de comissões que consideram menos prioritárias. Ao analisar a composição das comissões entre 1995 e 2014, Vasquez (2020) identificou que a CAPADR está entre as comissões preferenciais do Partido

⁵⁰ O contexto das mobilizações de rua de junho de 2013 será abordado no próximo capítulo.

⁵¹ O Regimento Interno da Câmara dos Deputados prevê 13 assuntos relacionados à política agrícola: 1 - organização do setor rural; política nacional de cooperativismo; condições sociais no meio rural; migrações rural-urbanas; 2 - estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícola; 3 - política e sistema nacional de crédito rural; 4 - política e planejamento agrícola e política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária; extensão rural; 5 - seguro agrícola; 6 - política de abastecimento, comercialização e exportação de produtos agropecuários, marinhos e da aquicultura; 7 - política de eletrificação rural; 8 - política e programa nacional de irrigação; 9 - vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; 10 - padronização e inspeção de produtos vegetais e animais; 11 - padronização, inspeção e fiscalização do uso de defensivos agrotóxicos nas atividades agropecuárias; 12 - política de insumos agropecuários; 13 - meteorologia e climatologia (BRASIL, 1989).

Progressista Brasileiro (PPB), mais tarde renomeado como Partido Progressista (PP), ao lado das comissões de Minas e Energia e Fiscalização e Controle. Enquanto isso, o mesmo partido se subrepresentou nas comissões de Direitos Humanos e Educação — ou seja, o PP abdicou de vagas em determinadas comissões (nestas duas últimas, por exemplo) para ocupar mais assentos nas comissões consideradas prioritárias, como a CAPADR. A preferência do PP por esta comissão não é surpresa se levarmos em conta que, por exemplo, no caso do Rio Grande do Sul, os dirigentes da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul – Sistema CNA), entidade de representação do patronato rural, é predominantemente filiada a este partido: segundo Costa (2019, p. 153), 15 de 20 dirigentes da Farsul entre 1988 e 2000 (ou 75%) eram filiados ao PP, sendo que outros três eram do PMDB, um do PFL e outro do PDT.

No período aqui enfocado, a presidência da CAPADR esteve com: Lira Maia – DEM/PA (2011); Raimundo Gomes de Matos – PSDB/CE (2012); Giacobbo – PR/PR (2013) e Paulo Feijó – PR/RJ (2014). Os deputados Maia e Gomes de Matos, foram signatários da criação da Frente Parlamentar da Agropecuária no início da Legislatura, em 2011. Bruno (2021) aponta que a presidência da Comissão, desde a 48ª Legislatura (1987-1991), é composta predominantemente por parlamentares ruralistas, com exceção do ano 1995, quando a direção dos trabalhos esteve com o PT.

De toda forma, antes de aprofundar a análise da 54ª Legislatura, vale voltarmos às legislaturas anteriores, percebendo como o tema das demarcações foi abordado em diversas ocasiões na CAPADR, fato constatado a partir da análise de relatórios anuais da comissão nas duas legislaturas anteriores. Durante a 52ª Legislatura (2003-2007), em 12 de novembro de 2003, por exemplo, foi realizada uma audiência pública na comissão com o tema “A questão fundiária e a demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima: causas, efeitos e possíveis soluções em relação ao espaço geográfico agricultável”. O requerimento para realização desta atividade foi de autoria do deputado Almir Sá (PPB/RR), integrante da CPI da Funai de 1999 e autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000, que pretende transferir a competência de homologação das terras indígenas para o Congresso Nacional. Entre os expositores convidados, esteve Leôncio de Souza Brito Filho, presidente da Comissão Nacional de Assuntos Indígenas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (BRASIL, 2004a). Outra audiência pública durante essa legislatura em que um dos tópicos abordados foi a demarcação de terras indígenas ocorreu em 13 de maio de 2004. O autor do requerimento para realização dessa reunião (Req. nº 202/2004) foi o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) (BRASIL, 2005), que, como veremos ao longo deste tópico, seguiu atuando na pauta ao longo da década de 2010. É interessante observar que o ex-deputado Antônio Feijão (PSDB/AP), relator da CPI da Funai de 1999, participou dessa atividade como consultor da Comissão Nacional de Assuntos Indígenas da CNA, sendo principalmente o responsável por abordar o tema na atividade. Já em 2006, ano da última sessão legislativa desta legislatura, o deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP) chegou a ter um requerimento aprovado para a realização de audiência pública com Mércio Pereira Gomes, então presidente da Funai, para que prestasse esclarecimentos sobre estudos de reconhecimento de terras indígenas no país, mas a atividade não chegou a ser realizada (Req. nº 418/2006) (BRASIL, 2007). Como pudemos constatar, duas atividades tiveram elos com a CPI da Funai, realizada em 1999, originada principalmente a partir do movimento de parlamentares da região Norte do país devido à condução de demarcações na Amazônia ao longo da década de 1990. Também foi possível identificar que o relator daquela CPI passou a integrar o quadro de especialistas da CNA, dando continuidade às formulações para contestação das demarcações.

Na 53ª Legislatura (2007-2011), o tema das terras indígenas passou a ser abordado com maior frequência na CAPADR. Diversos Projetos de Decreto Legislativo (PDC) foram

aprovados na Comissão ao longo da legislatura visando sustar atos administrativos de reconhecimento de terras indígenas nos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará (ver Apêndice 1). Em 2007, foi aprovado, no âmbito da CAPADR, um Projeto de Decreto Legislativo para sustar a aplicação do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas (PDC nº 44/2007, do deputado Valdir Colatto – PMDB/SC) (BRASIL, 2008a). Portanto, além das demarcações de terras indígenas, a política de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas também foi alvo de contestação na Comissão durante a 53ª Legislatura (2007-2011). Nenhuma dessas propostas foi efetivada, pois ainda necessitavam aprovação de outras comissões e estavam sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados. Ainda assim, demonstram o contexto desfavorável, na CAPADR, ao reconhecimento e à garantia da posse da terra por indígenas e quilombolas e assinalam para a existência de descontentamento com as demarcações em estados fora da Amazônia Legal (como Mato Grosso do Sul e Santa Catarina).

Além da tramitação dessas propostas, durante a 53ª Legislatura (2007-2011), foram realizadas quatro audiências públicas na CAPADR especificamente a respeito da demarcação de terras indígenas. Em 2008, o então presidente da Comissão, Onyx Lorenzoni (DEM/RS), inclusive considerou duas audiências sobre terras indígenas dentre as atividades mais importantes daquele ano: a audiência pública com Tarso Genro, então ministro da Justiça, realizada em 18 de junho, e a audiência com Nelson Jobim, então ministro da Defesa, em 1º de julho, agendas que discutiram sobre “terras indígenas, quilombolas, demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, e invasões de terras” (BRASIL, 2008b, p. 6). Uma terceira audiência sobre o tema ocorreu em 19 de novembro de 2008⁵², com um convidado da área de economia tendo defendido que as demarcações teriam impacto econômico negativo no estado de Mato Grosso do Sul. No ano seguinte, em 27 de outubro de 2009, foi realizada a quarta audiência pública sobre demarcações de terras indígenas, promovida a partir de requerimentos de deputados Moacir Micheletto (PMDB/PR) e Osmar Serraglio (PMDB/PR) para tratar das portarias da Funai a respeito da terra indígena Xetá, no noroeste do Paraná, e “invasões em propriedades rurais na Colônia ‘G’ do Apucarantina”, municípios de Tamarana (PR) e Comarca de Londrina (PR) (BRASIL, 2010b, p. 48 e 49). Portanto, essas atividades reforçam que o tema começa a ganhar força fora da Amazônia, em Mato Grosso do Sul e na região Sul do país.

O quadro muda acentuadamente ao longo da 54ª Legislatura (2011-2015), com uma densidade maior de atividades relacionadas às demarcações de terras indígenas realizadas ao longo dos quatro anos nesta comissão. Destacaremos, a seguir, as audiências públicas, conferências e mesas redondas, pois essas atividades também são fonte para análise das relações estabelecidas pelos parlamentares, a serem analisadas com maior atenção no capítulo VI.

Como é possível constatar no quadro 10, em 2011, ocorreram quatro audiências públicas discutindo demarcação de terras indígenas no âmbito da CAPADR. Portanto, já no primeiro ano da legislatura ocorreu a mesma quantidade de audiências sobre o tema do que em toda

⁵² Dois temas foram abordados nesta audiência de 19 de novembro: 1) “Debater as Portarias números 788, 789, 790, 791, 792 e 793, da FUNAI, publicadas no último dia 14 de julho de 2008, no Diário Oficial da União”, que teve como expositor Márcio Augusto Freitas de Meira, então presidente da Funai, e 2) “Prestar esclarecimentos sobre o impacto econômico no Estado de Mato Grosso do Sul acerca da demarcação das terras indígenas”. A reunião também teve como debatedores convidados Ademar Silva Júnior, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul (Famasul), Leôncio de Souza Brito Filho, presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas da Confederação Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e de Décio Queiroz, diretor da Famasul. Jecinaldo Saterê Mauê, do estado do Amazonas, falou na audiência como representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) (BRASIL, 2008b).

legislatura anterior. A última delas, em 22 de novembro, contou, inclusive, com a presença do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Quadro 10. Reuniões públicas sobre demarcação de terras indígenas realizadas em 2011 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados.

Data	Atividade	Local
23 ago. 2011	Audiência pública com o objetivo de “Discutir as denúncias publicadas na revista VEJA, de 01 de junho de 2011 (nº 2219), sobre o reflexo da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol nas populações indígenas e nos desapropriados da região, os estudos e os efeitos das demarcações de reservas indígenas no Brasil”.	Câmara dos Deputados
21 out. 2011	Audiência pública para “Debater e ouvir dos setores envolvidos os atuais procedimentos para demarcação de áreas quilombolas e de terras indígenas e seus impactos no setor rural brasileiro” – em parceria com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal.	Sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS)
9 nov. 2011	Audiência pública para “Prestar informações sobre as ações e estudos para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Karitiana, localizada nos municípios de Porto Velho e de Candeias do Jamarai, no Estado de Rondônia; Relatar os fatos ocorridos do momento da demarcação da reserva indígena uirapuru, no município de Campos de Júlio/MT; Surto de beribéri nas etnias Macuxi, Angaricó e Wapixana (Roraima); e Situação das demarcações das reservas indígenas em todo o País”.	Câmara dos Deputados
22 nov. 2011	Audiência pública para “Prestar informações sobre as ações e estudos para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Karitiana, localizada nos municípios de Porto Velho e de Candeias do Jamarai, no Estado de Rondônia; Relatar os fatos ocorridos do momento da demarcação da reserva indígena uirapuru, no município de Campos de Júlio/MT; Surto de beribéri nas etnias Macuxi, Angaricó e Wapixana (Roraima); e Situação das demarcações das reservas indígenas em todo o País”. Teve como convidado o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo .	Câmara dos Deputados

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

Algumas questões podem ser destacadas dessas atividades. De modo geral, a audiência realizada em 23 de agosto daquele ano demonstra a permanência da insatisfação com a demarcação de Raposa Serra do Sol, que teve a homologação confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009. A matéria da revista *Veja* (editora Abril), de 1º de junho de 2011, que foi o pretexto para a reunião, intitulava-se “Uma reserva de miséria” e se dedicava a mostrar os impactos da regularização da terra indígena Raposa Serra do Sol na população não indígena que ocupava anteriormente área e foi retirada após a decisão do STF, além de explorar a situação de indígenas que trabalhavam para os fazendeiros que utilizavam a área. A chamada do texto enunciava: “A demarcação da Raposa Serra do Sol, em Roraima, empurrou centenas de índios para as favelas de Boa Vista e converteu agricultores outrora prósperos em cidadãos pobres” (COUTINHO, 2011, p. 135). Uma fotografia da terra indígena também era apresentada com a legenda “Terra arrasada”, lamentando o desaparecimento de plantações de arroz que eram cultivadas por um fazendeiro que foi expulso após a decisão do STF. A matéria ainda afirma que a situação dos indígenas que moram na terra indígena teria piorado após a regularização da área, apesar de não trazer relatos dos moradores no texto, sendo mais um exemplo da ausência dos indígenas como fonte no discurso jornalístico, questão identificada

por Airoso da Motta e Oliveira (2015). Vale observar que essa publicação se deu um ano após a matéria “A farra da antropologia oportunista” (COUTINHO; PAULIN; MEDEIROS, 2010), que desdenhou processos de demarcação de terras indígenas em várias regiões do país, e possui o mesmo autor (Leonardo Coutinho). Em junho de 2012, a revista *Veja* publicou mais uma matéria criticando as demarcações, então no contexto da Rio+20 (COURA, 2012). A revista, portanto, foi uma notável divulgadora de opiniões contrárias às demarcações de terras indígenas nesse período.

Um dos depoentes da reunião do dia 23 de agosto, o general Maynard Marques de Santa Rosa, falou principalmente sobre reservas minerais e do risco que terras indígenas em faixa de fronteira supostamente representam para o país, retomando argumentos contra as demarcações que datam da década de 1980 (ver Zanini, 2014). Nesse sentido, Santa Rosa defendeu que a aprovação das terras indígenas deveria ser feita pelo Congresso Nacional.

Na ocasião, o deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR) lembrou que ele e dois colegas presentes, Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Jair Bolsonaro (PP/RJ)⁵³, também compuseram a Comissão Externa para avaliar a demarcação de Raposa Serra do Sol (de 2004), o que demonstra a continuidade de atuação de determinados parlamentares nesse tema. Em determinado momento, Jair Bolsonaro declarou:

E vou cobrar de vocês aqui, do deputado Quartiero, que cobrou de mim hoje, o que S.Exa. vai fazer junto aos nossos colegas da Mesa a fim de que ela proponha uma ADIN [Ação Direta de Inconstitucionalidade] para tornar sem efeito não apenas a Reserva Raposa Serra do Sol, mas todas as reservas que foram demarcadas ao arrepio da nossa Constituição. (BRASIL, 2011a).

Nessa mesma reunião, o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) reivindicou que fosse realizada uma CPI sobre o tema e contestou a proporção de áreas protegidas no país, expressando haver interesse pela realização de um inquérito parlamentar já no primeiro ano da legislatura. Por fim, vale destacar uma declaração do deputado Edio Lopes (PMDB/RR), que salienta que as tensões estavam, naquele contexto, na região Sul do país:

[...] me perdoe o que vou lhe dizer agora e aos sulistas: nós passamos 30 anos gritando nas pradarias de Roraima sem que nos ouvissem. Agora o Brasil inteiro nos ouve, como ficou bem claro aqui, mas **é porque a questão chegou a Santa Catarina, chegou ao Paraná, chegou ao Rio Grande do Sul**; chegou ao ‘sul maravilha’. (BRASIL, 2011a, grifo nosso).

Essa fala de Lopes é exemplar da percepção dos próprios parlamentares de que o eixo dos conflitos fundiários relacionados às terras indígenas havia se deslocado da região Norte do país para o Sul, despertando o interesse de parlamentares desta região.

A audiência pública externa em 21 de outubro de 2011, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – RS), foi de grandes proporções e será detalhada no tópico a respeito das atividades da CRA/Senado Federal, pois foi coordenada pela senadora Ana Amélia

⁵³ Vale observar que, em 14 de abril de 2004, participando de uma reunião deliberativa da Comissão Externa que debatia a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, Jair Bolsonaro fez a seguinte manifestação: “[...] A Funai é um órgão podre! A CPI, Lindbergh [Farias], se um dia sair, acho difícil ter CPI nessa casa aqui, tem que ir além, além da Funai. [...] Eu não consigo entender como é que o MST, com toda força que tem, dinheiro também, fala a nossa língua, etc., não consegue terras. E o índio, sem falar a nossa língua, fedorento (isso é o mínimo que eu posso falar), na maioria das vezes vem para cá completamente sem noção de educação fazer *lobby*. O índio usado! É massa de manobra! Nada mais é do que massa de manobra nessas questões da Funai que estão vendendo nosso país. Como é que eles conseguem 12% do território nacional e só em terra rica? [...] Vamos acabar, se Deus quiser um dia, com esta farsa que é a Funai e com essa farsa de falso defensor de índios.” (BRASIL, 2004c).

Lemos (PP/RS). No âmbito da CAPADR, a atividade foi produto do requerimento de autoria dos deputados Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) (Req. nº 111/2011/CAPADR). Falaram ao público os deputados federais Alceu Moreira (PMDB/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Jerônimo Goergen (PP/RS) e Elvino Bohn Gass (PT/RS). A reunião foi conturbada e mais de 30 pessoas discursaram. Vale observar que o deputado Goergen, que seria presidente da CINDRA em 2013, defendeu a aprovação da PEC nº 215/2000 na reunião como uma das possíveis soluções para a questão, demonstrando que a proposta começava a ganhar força entre os deputados da FPA.

É possível que a audiência de 9 de novembro de 2011 tenha sido um marco na forma como a Frente Parlamentar de Agropecuária passaria a tratar a questão das demarcações ao longo da legislatura. Márcio Meira, então presidente da Funai, teria confirmado presença na audiência e não compareceu, o que causou revolta nos deputados da CAPADR, que chegaram a dirigir diversos xingamentos a Meira. O deputado Abelardo Lupion (DEM/PR), por exemplo, chamou o presidente da Funai de “Covarde, canalha, moleque!” e disse que “não tem o mínimo caráter”, repetindo os insultos em outro momento. Já Alceu Moreira (PMDB/RS) chamou o presidente da Funai de “calhorda” (BRASIL, 2011b).

Ao longo dessa reunião, três deputados também fizeram comparação da questão das demarcações de terras indígenas com a tramitação do novo Código Florestal, que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados e estava em discussão no Senado Federal desde junho de 2011. Moreira Mendes (PPS/RO), então presidente da FPA, declarou que “**Nós temos que fazer dessa questão o mesmo que foi feito com o Código Florestal**”; na sequência, o deputado Carlos Magno concordou com o colega: “O que eu proponho é que o ministro receba uma comissão de deputados envolvidos na questão e trate do problema que, como o deputado Moreira disse, **depois do Código Florestal, vai ser o assunto de maior discussão nesta Comissão**” (BRASIL, 2011b, grifo nosso). O deputado Celso Maldaner (PMDB/SC) compreendeu a questão de maneira semelhante aos colegas: “Acho que está na hora de o Congresso Nacional legislar nessa questão, porque, senão, vai resultar em uma insegurança jurídica. **Depois do Código Florestal, o assunto mais importante hoje no Brasil refere-se aos indígenas e quilombolas.**” (BRASIL, 2011b, grifo nosso). Essas manifestações evidenciam o quanto a tramitação do novo Código foi emblemática e se tornou uma referência para os parlamentares da Frente, além de explicitar o momento de transição de agenda da FPA.

Descontentes com a ausência do presidente da Funai, os deputados presentes cogitaram convocar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a comparecer na CAPADR. Foi então que o deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP), naquela época líder do governo na Câmara dos Deputados, compareceu à reunião e se manifestou em relação à ausência do presidente da Funai (“não concordamos com sua atitude, não lhe vamos dar nenhuma cobertura”), solicitando ainda que o ministro Cardozo não fosse convocado, mas convidado — o que foi posteriormente atendido (BRASIL, 2011b). A despeito deste desfecho conciliatório, essa reunião foi importante para estabelecer, entre os deputados da FPA, a preferência pelo diálogo sobre as demarcações de terras indígenas diretamente com o ministro da Justiça, bem como para salientar que a pauta fosse priorizada pelos deputados, como havia sido com o Código Florestal.

No dia 22 de novembro de 2011 foi, então, realizada audiência com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (convidado), e com o presidente da Funai, Márcio Meira. Os deputados mantiveram postura ríspida em relação ao presidente da Funai, mas não foram proferidos xingamentos contra ele. Durante a reunião, o deputado Moreira Mendes (PSD/RO) citou a matéria da revista *Veja* “A farra da antropologia oportunista”, de maio de 2010, demonstrando como materiais da imprensa eram utilizados para dar suporte à argumentação contra as demarcações. Mendes, então presidente da FPA, também pediu licença para ir ao

Senado Federal para tratar do Código Florestal, pois, segundo ele, a questão estava “pegando fogo lá”, demonstrando o quanto este tema ainda tinha a atenção dos parlamentares da Frente. Nessa reunião, a PEC nº 215/2000 foi citada pelo deputado Celso Maldaner (PMDB/SC) como uma possível resolução para a questão, sendo um segundo indício de que a medida estava entrando na agenda da FPA.

No final daquele ano, em 14 de dezembro de 2011, o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) ainda apresentou a Proposta de Fiscalização e Controle nº 61/2011, que “propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio - Funai - no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País” (BRASIL, 2011c). A Proposta de Fiscalização e Controle (PFC, na terminologia da Câmara dos Deputados) é um tipo de proposição legislativa que tem o objetivo de apurar irregularidades no âmbito da administração pública e está prevista nos artigos 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1989). Na proposta apresentada, o deputado cita especialmente dois casos de demarcação no Rio Grande do Sul:

[...] posso citar os conflitos que estão presentes nas reservas de **Mato Preto**, nos municípios de Erebango, Erechim e Getúlio Vargas, e de **Passo Grande do Rio Forquilha**, em Sananduva e Cacique Doble, ambas no estado do Rio Grande do Sul. Nos presentes casos, caracteriza-se o abuso de poder do órgão indigenista federal, tendo em vista que a demarcação das mencionadas terras não atende ao interesse público, mas apenas determinado grupo étnico. (BRASIL, 2011c, grifo nosso).

No documento, o deputado também detalha a tramitação do processo de demarcação de Mato Preto, estando, portanto, especialmente ciente do procedimento de reconhecimento desta área. A proposta chegou à CAPADR em 22 de março de 2012 e o relatório prévio do deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), com parecer de implementação, foi aprovado⁵⁴ por unanimidade em 30 de maio daquele ano. A medida reforça a demonstração de interesse na questão pelo futuro presidente da FPA, Luis Carlos Heinze (PP/RS), já na primeira sessão legislativa⁵⁵ da 54ª Legislatura, assim como o envolvimento dos deputados da CAPADR com o tema das demarcações de terras indígenas. Mais tarde, em março de 2013, Heinze declarou em entrevista que o material levantado a partir dessa PFC subsidiaria uma possível CPI da Funai e do Incra (MIGNONE, 2013f).

Em 2012 seriam realizadas mais três atividades: uma mesa redonda, uma audiência pública na Câmara dos Deputados e uma audiência pública externa, em Ilhéus (BA), como pode ser conferido no quadro 11 (a seguir).

É possível constatar que duas dessas atividades do quadro 11 foram relacionadas à PFC nº 61/2011, proposta pelo deputado Luis Carlos Heinze: a mesa redonda, realizada em 11 de julho, e a audiência pública externa, em Ilhéus (BA), realizada em 21 de dezembro. A primeira contou com a participação de um juiz federal e um procurador do estado do Rio Grande do Sul, que explanaram sobre o tema do ponto de vista histórico e jurídico, buscando, também, dar orientações aos parlamentares. Já a atividade em Ilhéus (BA) foi coordenada pelo deputado federal Geraldo Simões (PT/BA), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária para a Região Nordeste. Simões é o único deputado federal petista, identificado nesta pesquisa, que

⁵⁴ A ficha de tramitação completa da proposta pode ser conferida na página da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=531898>. Acesso em: 10 mar. 2021.

⁵⁵ A Sessão Legislativa Ordinária é o período correspondente ao ano de trabalho parlamentar, iniciando-se em 2 de fevereiro e se encerrando em 22 de dezembro, com recesso parlamentar de 18 a 31 de julho (BRASIL, 2020b).

estava alinhado com a FPA nessa pauta. Foi nesse sentido que, naquela ocasião, o parlamentar declarou:

Todos aqui sabem que eu sou do PT. E isso está acontecendo agora no governo do PT. Mas isso tudo que está acontecendo agora é fruto de uma legislação anterior ao governo do PT, que deu esse superpoder à Funai. [...] Há esse movimento forte para retirar da FUNAI essa prerrogativa de fazer o relatório e encaminhar uma portaria para que o ministro assine a demarcação. É um movimento forte. (Geraldo Simões – PT/BA). (BRASIL, 2012a).

A reunião também contou com a participação de representantes do governo do estado da Bahia (na época, também do Partido dos Trabalhadores), que demonstraram contrariedade ao reconhecimento de terras indígenas no estado, fazendo também defesa do governo estadual, buscando afastar este desse conflito. Vale observar que um dos participantes assinalou a ausência de prefeitos e vereadores, algo distinto do observado em outras reuniões públicas externas.

Quadro 11. Reuniões públicas sobre demarcação de terras indígenas realizadas em 2012 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados.

Data	Atividade	Local
11 jul. 2012	Mesa redonda para analisar “excessos e omissões” por parte da Funai no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País (Proposta de Fiscalização e Controle nº 61, de 2011). Contou com os seguintes expositores convidados: Narciso Leandro Xavier Baez, juiz federal, e Rodinei Escobar Xavier Candeia, procurador do estado do Rio Grande do Sul.	Câmara dos Deputados
20 nov. 2012	Audiência pública para debater a aplicação da Portaria nº 303/2012 da Advocacia Geral da União e para “Prestar esclarecimentos sobre os conflitos envolvendo a demarcação e desocupação de áreas indígenas no Brasil, com ênfase no Estado do Pará”. Contou com a presença de José Eduardo Cardozo, ministro de Estado da Justiça, e Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União.	Câmara dos Deputados
21 dez. 2012	Debate sobre os critérios para demarcação de terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio (Proposta de Fiscalização e Controle nº 61, de 2011).	Ilhéus (BA) (local não informado)

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

Um dos principais temas abordados na audiência pública de 20 de novembro de 2012, realizada na Câmara dos Deputados, foi a suspensão da Portaria nº 303/2012, da Advocacia Geral da União (AGU). A reunião contou com a participação de José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, e Luís Inácio Adams, advogado-geral da União. Cardozo considerou o tema da demarcação de terras indígenas “dos mais tensos, um dos mais difíceis — e olhem que não me faltam problemas difíceis no Ministério da Justiça — que possam ser de forma pacífica equacionados”. Na sequência, também declarou:

A questão de maior incidência na minha agenda, confesso aos senhores, é a questão indígena. Hoje, cerca de 60% do tempo do Ministério de Estado da Justiça estão voltados para tratar dessas questões, seja em despachos ordinários com a FUNAI, seja

em atendimento aos Srs. Governadores, seja em atendimento a questões do próprio Governo Federal, seja em atendimento a Deputados Federais ou a Senadores. (BRASIL, 2012b).

O ministro também defendeu a inconstitucionalidade da PEC nº 215/2000 e considerou interessante a ideia de uma lei complementar relacionada à definição do relevante interesse público, o que foi apoiado por Luís Inácio Adams. Portanto, além do posicionamento do Partido dos Trabalhadores, na Câmara dos Deputados, contrário a essa PEC, Cardozo reafirmou esse entendimento enquanto representante do Executivo. A seguir, veremos que, no ano seguinte, um projeto de lei complementar para regulamentar a definição de relevante interesse público chegou a ser aprovado na CAPADR.

Além das atividades do quadro 11, foi identificada uma audiência pública realizada no Sindicato Rural de Passo Fundo (Sistema CNA), no Rio Grande do Sul, em 23 de novembro daquele ano (COSTA, 2012). Apesar de ser apontada por Costa (2012) e Heinze (2012b) como uma reunião da CAPADR relacionada à PFC nº 61/2011, a audiência não consta, nos documentos analisados, entre os eventos oficiais da Comissão em 2012. Nessa atividade, foi identificada a presença do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), presidente da FPA (figura 9, a seguir). Interessante observar que, enquanto o deputado divulgou apenas que a atividade seria a respeito do tema, Costa (2012) veiculou que a atividade seria *contra* as demarcações de terras indígenas, demonstrando como a imprensa promoveu determinada interpretação e tratamento dessas atividades. A matéria de Costa (2012) aborda brevemente a demarcação da terra indígenas de Mato Petro, mas a opinião dos indígenas sobre a pauta não é apresentada, situação constatada como recorrente na já citada análise realizada por Airoso da Motta e Oliveira (2015) da cobertura da imprensa sobre a demarcação da terra indígena Marãiwatsédé (MT), ocorrendo uma negação dos indígenas como sujeitos políticos diretamente interessados na questão.



SenadorHeinze
@SenadorHeinze

Muito boa a participação do público na reunião sobre demarcações de terras indígenas em Passo Fundo.

[Translate Tweet](#)



9:57 AM · Nov 23, 2012 · Twitter Web Client

...



SenadorHeinze
@SenadorHeinze

(ASSESSORIA) Começou, em Passo Fundo, a audiência pública da PFC 61/11 sobre demarcações de terras indígenas.

[Translate Tweet](#)



10:07 AM · Nov 23, 2012 from Brasília, Brazil · Twitter Web Client

A

B

Nota: o parlamentar aparece com seu nome no *Twitter* com o cargo que possui em 2021 (senador).

Figura 9. Audiência pública em Passo Fundo (RS) sobre demarcação de terras indígenas, no Sindicato Rural de Passo Fundo (Sistema CNA). Fonte: A) Heinze (2012a); B) Heinze (2012b).

Como vimos no capítulo II, ao final de 2012, as demarcações de terras indígenas foram o “prato principal” das reuniões da Frente Parlamentar da Agropecuária, que passaria a dar maior ênfase no assunto no ano seguinte. O novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) também já havia encerrado sua tramitação principal no Congresso Nacional no segundo semestre de 2012, abrindo espaço na agenda dos parlamentares da FPA para a abordagem das terras indígenas.

No ano de 2013, o tratamento da questão das terras indígenas pelos deputados da FPA e sua relação com o Poder Executivo mudam significativamente. Como veremos no tópico a seguir, mais uma comissão permanente da Câmara dos Deputados, a CINDRA, passa a abordar o tema das demarcações. Já no âmbito da CAPADR, naquele ano, foi identificada a realização de cinco reuniões específicas sobre o tema, sendo duas delas com a convocação de ministros de Estado (quadro 12, a seguir).

A análise dos relatórios de atividade da CAPADR também permite constatar a mudança de foco nas pautas entre 2012 e 2013. Ocorreram cinco reuniões públicas sobre o Código Florestal na Comissão em 2012, sendo que esse número se reduziu a apenas uma audiência em 2013, enquanto foram realizadas cinco reuniões sobre demarcações de terras indígenas neste mesmo ano (BRASIL, 2012c; BRASIL, 2013p). Diversas de outras atividades sobre demarcação de terras indígenas também foram realizadas, em 2013, a partir da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), o que será tema do próximo tópico deste capítulo.

Quadro 12. Reuniões públicas sobre demarcação de terras indígenas realizadas em 2013 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados.

Data	Atividade	Local
08 maio 2013	Reunião com a ministra Gleisi Hoffmann (convocada), da Casa Civil, e Luís Inácio Lucena Adams, da AGU, para tratar das demarcações de terras indígenas	Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 02
26 jun. 2013	Encontro dos deputados com Gilberto Carvalho (convocado), ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, para tratar das demarcações de terras indígenas.	Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 04
26 ago. 2013	Encontro na Expointer 2013 para “discutir as demarcações de terras indígenas e as possíveis aquisições de terras para essa finalidade, no estado do Rio Grande do Sul”.	Auditório da Farsul, Expointer, Esteio (RS)
26 set. 2013	Reunião com o tema “Legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil”.	Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo (RS)
11 dez. 2013	Audiência pública para “Debater as crescentes demarcações de terras indígenas no País”.	Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

Na quarta reunião deliberativa de 2013 da CAPADR, em 10 de abril, os deputados da FPA já colocaram em pauta a convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann,

para que prestasse esclarecimentos acerca da identificação e delimitação das terras indígenas no Brasil. Hoffmann também era senadora do PT, eleita pelo estado do Paraná. O requerimento de convocação (Req. n° 345/2013) foi de autoria dos deputados Luis Carlos Heinze (PP/RS) (então presidente da FPA), Duarte Nogueira (PSDB/SP), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Domingos Sávio (PSDB/MG). Na reunião, Heinze ressaltou que não assinou o requerimento como oposição, mas como base do governo, entendendo a questão das demarcações de terras indígenas como um problema grave. Durante a discussão do requerimento, o deputado Elvino Bohn Gass (PT/RS) propôs transformar o requerimento em convite — o que havia ocorrido, por exemplo, para a audiência com o ministro da Justiça, em 2011. A resposta veio imediatamente do deputado Abelardo Lupion (DEM/PR):

Nós fizemos a reunião da frente parlamentar ontem e votamos por unanimidade essa convocação. Retiramos uma série de requerimentos de pauta hoje (importantes) porque isso é a coisa mais importante que nós temos na pauta hoje. **A proposta que faço para o deputado Bohn Gass é a seguinte: nós convocamos hoje; fez valer a [Portaria] 303? Não precisa vir, nós retiramos a convocação imediatamente. Agora, nós não vamos abrir mão, sob hipótese nenhuma, da 303 vingar.** E não vai ser só ela [Gleisi Hoffmann]. Cada semana nós vamos convocar alguém aqui nesta comissão, cada semana nós vamos fazer alguma coisa aqui para que nós possamos fazer a 303 valer. É um compromisso que tinha com o setor e em função de meia dúzia de ONGs foram lá e abriram mão, jogando para o Supremo [Tribunal Federal] a responsabilidade. A responsabilidade de milhares de produtores, hoje, que estão com suas terras, com a sua vida, com o seu futuro e suas famílias ameaçadas, nós não temos o direito de hoje fazer nenhum tipo de negociação porque quando você chega na base o pessoal vem perguntar para nós “o que vocês estão fazendo? São metidos a valente, machos, e ficam afinando toda hora.” Ninguém vai amarelar hoje. Nós não vamos fazer absolutamente nenhum tipo de negociação enquanto não fizer valer a 303. E, nas comissões especiais, o governo que espere porque nós vamos derrubar todas as comissões especiais da Casa. (BRASIL, 2013d, grifo nosso).

Portanto, a definição pela convocação da ministra foi feita em 9 de abril, em uma das tradicionais reuniões-almoço de terça-feira da FPA, na sede do IPA/FPA, em Brasília (DF). Essa decisão, inclusive, levou à mudança da pauta da reunião da CAPADR, no dia seguinte, demonstrando o controle que a Frente possuía sobre a Comissão. Bruno (2021) já havia apontado a ocorrência de deliberações sobre matérias das comissões (permanentes, especiais, externas, mistas e de inquérito) em reuniões de frentes parlamentares, fora dos espaços desses órgãos legislativos, sendo esse requerimento de convocação mais um exemplo dessa situação.

Somada a outras falas de deputados que desejavam a convocação, é possível constatar que um dos objetivos principais dos deputados foi pressionar para que fosse retomada a Portaria n° 303/2012 da Advocacia Geral da União, que havia sido tema de audiência com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em novembro de 2012. Por fim, os deputados decidiram não abrir mão do requerimento e a convocação foi aprovada por maioria, com 26 votos favoráveis e 14 votos contrários⁵⁶ (BRASIL, 2013e).

⁵⁶ A saber, os 26 votos favoráveis à convocação: Abelardo Lupion, Alexandre Toledo, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Duarte Nogueira, Eleuses Paiva, Francisco Tenório, Giacobbo (presidente da comissão), Giovanni Queiroz, Hélio Santos, Heuler Cruvinel, Josué Bengtson, Junji Abe, Lira Maia, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Marcos Montes, Moreira Mendes, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Onyx Lorenzoni, Raimundo Gomes de Matos, Reinaldo Azambuja, Roberto Balestra e Vitor Penido. Os 14 votos contrários: Anselmo de Jesus, Assis do Couto, Beto Faro, Bohn Gass, Celso Maldaner, Jesus Rodrigues, Júnior Coimbra, Leandro Vilela, Luci Choinacki, Marcelo Castro, Natan Donadon, Odílio Balbinotti, Pedro Chaves e Valmir Assunção.

Assim, no mês seguinte, em 8 de maio, ocorreu a audiência pública com a ministra Gleisi Hoffmann, no Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados, que estava lotado com dezenas de deputados, mesmo sendo um dos maiores espaços da ala das comissões. Em sua fala de abertura da reunião, a ministra ressaltou a importância econômica da agricultura e da pecuária brasileira, do agronegócio, da agricultura familiar, que representariam cerca de 25% do PIB, responsáveis, também, pelos resultados positivos da balança comercial do país. Se, como aponta Pompeia (2018), a reivindicação da importância macroeconômica desses setores passou a integrar sistematicamente a retórica dos representantes do agronegócio, vemos aqui tal exercício reforçado pela ministra do governo petista — atitude, em grande medida, coerente com as ações desse governo relativas ao agronegócio no país, como vimos no primeiro capítulo. Além disso, a ministra ressaltou o crescimento do crédito para o setor durante os governos do PT, o que também já evidenciamos a partir do trabalho de Leite e Wesz (2014). Estando no contexto de finalização do julgamento, pelo STF, da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol e próximo de completar 25 anos da promulgação da Constituição federal de 1988, a ministra questiona os limites do processo de demarcações:

Uma das dúvidas que ocorre a todos, aos índios, aos não índios, é a respeito de qual é o fim dessa história. O que significa resgatar os direitos originários e fazer justiça? O que significa convivência pacífica e construção de um futuro de paz? Qual é o limite desse processo? A situação que talvez mais trouxe à luz esses questionamentos foi a decisão, pelo Supremo Tribunal Federal, com participação intensa da sociedade no debate, do caso Raposa Serra do Sol. [...]

Agora, todos aguardamos com ansiedade as decisões do Supremo Tribunal Federal, índios e não índios, todos brasileiros com as responsabilidades devidas em relação ao futuro do País.

Foi esse entendimento que fez com que o governo, ao buscar alinhamento jurídico na atuação de seus advogados nas questões indígenas, optasse por adotar as condicionantes depois e conforme a decisão do Supremo. Esse conteúdo foi consubstanciado na Portaria nº 303 da Advocacia-Geral da União, que passará a vigorar depois da decisão daquela Corte. [...]

Há também casos no outro extremo, em que índios sem ocupação tradicional da terra, **estimulados por movimentos externos muitas vezes inconsequentes e irresponsáveis, iniciam reivindicação de estudo de áreas em regiões produtivas e consolidadas, responsáveis pela economia de um Estado ou de uma região.** A situação se agrava quando são envolvidos pequenos agricultores que dependem única e exclusivamente da terra para produzir o sustento de suas famílias. A FUNAI, por sua natureza, acata os pedidos e começa o processo dos estudos muitas vezes sem uma avaliação externa ou mais ampla, dando início a conflitos que têm desfechos traumáticos para ambos os lados. Aqui, não há vencedor, não se compartilha nem se reparte: um direito passa a ser usurpador do direito do outro. Se prevalece o produtor, os índios restam marginalizados, perambulando pela região. Se prevalecem os índios, a comunidade restante mantém-se distante, pouco solidária, e não os reconhece como iguais em direitos — é sempre um jogo de perde-perde.

[...] Estamos preocupados com a qualidade de vida nas aldeias e com o desenvolvimento de suas comunidades nas terras demarcadas. **Por outro lado, também não podemos negar que há grupos que usam o nome dos índios e são apegados a crenças irrealistas que levam a contestar e tentar impedir obras essenciais ao desenvolvimento do País, como é o caso da Hidrelétrica de Belo Monte. O governo não pode concordar com propostas irrealistas que ameaçam ferir a nossa soberania e comprometer o nosso desenvolvimento.** (BRASIL, 2013h, grifo nosso).

Nesse trecho, além de recorrer ao argumento de que há não indígenas se utilizando da pauta das demarcações em nome de indígenas, Hoffmann evoca as questões de soberania e

desenvolvimento (que, no caso, trata-se de crescimento econômico), frequentemente utilizadas para questionar as demarcações. Assim, sua manifestação exemplifica como parte da retórica ruralista também encontrava ressonância em integrantes do governo de Dilma Rousseff para além do já mencionado Ministério da Agricultura. Quanto aos procedimentos demarcatórios, a ministra declarou que outros ministérios seriam envolvidos em novo rito de reconhecimento de terras indígenas:

Vamos ouvir e considerar nos estudos, além da FUNAI, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Cidades, entre outros órgãos, para que tenhamos uma base consistente para os estudos e demarcações, quando for o caso. É uma iniciativa para melhorar os procedimentos. Mas é muito importante, repito, lembrar que as diretrizes maiores dependem da decisão do Supremo Tribunal Federal. (BRASIL, 2013h).

Como vimos no capítulo anterior, o relatório de atividades da Comissão de Legislação Participativa apontava que o governo havia decidido considerar pareceres de outros ministérios (BRASIL, 2013t). Apesar disso, tal mudança não chegou a ser oficializada.

Na sequência, o presidente da FPA, Luis Carlos Heinze (PP/RS), listou para a ministra o que os integrantes da Frente desejavam para a questão da demarcação de terras indígenas:

Nós queremos instalar a Comissão referente à PEC 215. (*Palmas na plateia.*) Nós queremos a CPI da FUNAI, Deputado Alceu Moreira. Temos o número de assinaturas suficiente e vamos trabalhar para mostrar esses escândalos ao Brasil e ao mundo. E nós queremos também, ministro Adams e ministra Gleisi, a Portaria nº 303. (BRASIL, 2013h, grifos do original).

De fato, na semana seguinte, em 15 de maio, foi protocolada, na Câmara dos Deputados, o requerimento de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Funai e o Incra (Req. de Instituição de CPI nº 22/2013), brevemente analisado no capítulo II.

Em 12 de junho daquele ano, os deputados da FPA partiram para a convocação de outro ministro à CAPADR: Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. Novamente, o requerimento foi aprovado com boa margem de diferença: 25 votos favoráveis e 10 votos contrários à convocação⁵⁷.

Essa convocação, também apresentada pelo deputado Luis Carlos Heinze (Req. nº 369/2013/CAPADR), ocorreu em um contexto de conflito relacionado a demarcações de terras indígenas no estado de Mato Grosso do Sul e de declarações do ministro sobre a ação de reintegração de posse da Fazenda Buriti, realizada no dia 30 de maio de 2013, sob coordenação da Política Federal, em Sidrolândia (MS), e que resultou na morte de Oziel Gabriel, indígena Terena, de 36 anos (MINISTRO ADMITE 'EQUÍVOCO' AO AFIRMAR QUE DILMA CRITICOU ORDEM JUDICIAL, 2013). Outros dois requerimentos a respeito da demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas foram aprovados na reunião⁵⁸.

⁵⁷ Votaram a favor do requerimento de convocação de Gilberto Carvalho os deputados Alceu Moreira, Alexandre Toledo, Alfredo Kaefer, Carlos Magno, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Duarte Nogueira, Giovanni Queiroz, Hélio Santos, Jairo Ataíde, José Humberto, Josué Bengtson, Junji Abe, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Marcos Montes, Moreira Mendes, Nelson Meurer, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Paulo Cesar Quartiero, Reinaldo Azambuja, Roberto Balestra, Ronaldo Caiado e Valdir Colatto; votaram contra o requerimento os deputados Assis do Couto, Bohn Gass, Luci Choinacki, Marcon, Valmir Assunção, Padre João, Celso Maldaner, Júnior Coimbra, Marcelo Castro e Pedro Chaves (BRASIL, 2013f).

⁵⁸ A saber: REQ 384/2013 - Requer a realização de Audiência Pública para esclarecer a participação de outros órgãos do governo na análise de laudos antropológicos e documentos que propõem a delimitação de terras indígenas, de autoria de Luis Carlos Heinze (PP/RS); REQ 378/2013 - Requer a realização de audiência pública,

De qualquer forma, a aprovação da convocação de Carvalho foi considerada importante pelos deputados da FPA (MINGONE, 2013e). Vale assinalar que outro ministro de Estado, José Eduardo Cardozo, da Justiça, encontrou-se com os deputados da CINDRA neste mesmo dia para discussão sobre demarcação de terras indígenas (12 de junho) (ver Anexo B) e a convocação de Gilberto Carvalho foi aprovada na semana em que estava marcada a “Mobilização Nacional pela revisão e suspensão de demarcações de Terras Indígenas”, que ocorreu dois dias depois (14 de junho de 2013), e contou com protestos contra terras indígenas em dez estados brasileiros. Essa ação foi idealizada pela FPA e realizada em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e suas federações de agricultura de nível estadual, o que será abordado especificamente no capítulo V. Portanto, o cenário era de pressão sobre o governo petista em várias frentes em relação ao tema das demarcações.

A audiência com o ministro Gilberto Carvalho ocorreu em 26 de junho, contando, novamente, com a participação de dezenas de deputados. Oziel Oliveira (PDT/BA) e Giovanni Queiroz (PDT/PA) mencionaram as mobilizações de rua de junho de 2013 que tinham como pauta, inicialmente, o preço das passagens de transporte público. Oliveira associou tais manifestações com a insatisfação da população com o governo de Dilma Rousseff. Destacamos, ainda, que o deputado Padre Ton (PT/RO) falou na audiência como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. Segundo o parlamentar, “A presidenta Dilma nunca recebeu os indígenas, porque eu acompanho... Fomos recebidos até pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Eu pediria a V.Exa. [Gilberto Carvalho], que conversasse com a Presidenta... Mesmo sendo da base, eu nunca me encontrei com a Presidenta.” (BRASIL, 2013i).

Nas reuniões da CAPADR analisadas, as falas de apoio às pautas dos povos indígenas de deputados signatários da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas se deram, principalmente, pelo deputado Bohn Gass (PT/RS), que contabilizou participação em seis reuniões, e do deputado Marcon (PT/RS), que manifestou apoio aos povos indígenas em três reuniões sobre o tema⁵⁹ ao longo da 54ª Legislatura. De qualquer forma, foram manifestações minoritárias diante do contexto de domínio da agenda da CAPADR pelos parlamentares da FPA. Como vimos no capítulo III, a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas também chegou a entrar com um mandado de segurança no STF com objetivo de impedir a instalação da comissão especial da PEC nº 215/2000.

Importante registrar que, em 10 de julho de 2013, foi aprovado, no âmbito da CAPADR, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 227/2012, de autoria do deputado Homero Pereira (PSD/MT) e outros⁶⁰, que propõem para regulamentar o § 6º do art. 231, da Constituição federal de 1988, definindo os *bens de relevante interesse público da União* para fins de demarcação de terras indígenas. A íntegra do § 6º do artigo 231 pode ser conferida a seguir:

no âmbito desta Comissão, para debater sobre o processo de demarcação de terras quilombolas nos municípios de Osório e Maquiné, no estado do Rio Grande do Sul, de autoria dos deputados Alceu Moreira (PMDB/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Lira Maia (DEM/PA).

⁵⁹ Os deputados manifestaram apoio às pautas dos povos indígenas nas seguintes reuniões da CAPADR: Bohn Gass: 21 out. 2011; 22 nov. 2011; 20 nov. 2012; 8 maio 2013; 26 jun. 2013; 04 jun. 2014. Marcon: 22 nov. 2011; 8 maio 2013; 04 jun. 2014 (ver Apêndice 3). Vale registrar que outros deputados também realizaram manifestações pontuais de apoio aos povos indígenas na CAPADR ao longo da 54ª Legislatura.

⁶⁰ Os co-autores do PLP nº 227/2012 são: Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), Carlos Magno (PP/RO), João Carlos Bacelar (PR/BA), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Giovanni Queiroz (PDT/PA), Nilson Leitão (PSDB/MT), Marcos Montes (PSD/MG), Roberto Balestra (PP/GO), Valdir Colatto (PMDB/SC), Domingos Sávio (PSDB/MG), Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR), Josué Bengtson (PTB/PA), Oziel Oliveira (PDT/BA), Francisco Araújo (PSD/RR) e Jerônimo Goergen (PP/RS).

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, **ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar**, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Portanto, o que for enquadrado nessa definição deixa de ter seus atos (como referentes a domínio, posse, ocupação ou diferentes formas de exploração) nulos ou extintos, garantindo direito, por exemplo, à indenização pela terra nua. O parecer pela aprovação, com substitutivo, do relator Moreira Mendes (PSD/RO), incluiu nessa definição assentamentos rurais realizados pelo poder público, em programas de reforma agrária e colonização, o que, na avaliação da FPA, resolveria parte da questão, pois habilitaria para indenização títulos de terras privadas (BRASIL, 2013j). O parecer aprovado ainda cita que José Eduardo Cardozo (ministro da Justiça) e Luís Inácio Adams (Advogado Geral da União) concordaram, em audiência realizada em 2012, que essa regulamentação poderia ser uma saída para impasses em diversos processos de demarcações (BRASIL, 2013j). As possíveis divergências seriam, portanto, sobre qual seria a amplitude dessa definição relevante interesse público da União. A pedido do deputado Padre Ton (PT/RO), a proposta acabou apensada ao Projeto de Lei Complementar nº 260/1990, em setembro de 2013 (Req. nº 8.541/2013), prejudicando o curso da tramitação desejado pelos parlamentares da FPA.

Outras duas atividades externas da CAPADR a respeito das terras indígenas ocorreram em 2013. Uma delas, em 26 de agosto, foi realizada na Expoiner 2013⁶¹, feira de agropecuária que ocorre anualmente no município de Esteio (RS). O debate ocorreu no auditório da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul - Sistema CNA) e teve como foco as demarcações no Rio Grande do Sul. Além de quatro deputados estaduais, lideranças do agronegócio, prefeitos e entidades sindicais rurais, também estiveram presentes três deputados federais: Luis Carlos Heinze (PP/RS), Onyx Lorenzoni (DEM/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) (ver Apêndice 3). No encontro, Heinze comentou a instalação da Comissão Especial da PEC nº 215/2000 e a aprovação do PLP nº 227/2012.

Já em 26 de setembro ocorreu a outra audiência pública externa mencionada⁶², também no estado do Rio Grande do Sul, dessa vez, na Universidade de Passo Fundo (UPF), em Passo Fundo (RS), com o objetivo de debater o tema “Legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil”. Quatro deputados federais estiveram presentes: Luis Carlos Heinze (PP/RS), Alceu Moreira (PMDB/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Vilson Covatti (PP/RS). Entre os convidados que falaram ao público estava um procurador da Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul, um representante da Fetag-RS (entidade sindical dos trabalhadores rurais do Sistema Contag), um representante da UPF e um representante da Secretaria de Agricultura da prefeitura municipal de Passo Fundo (ver Apêndice 3). No encerramento do evento, os participantes fizeram um protesto público, em forma de passeata, até a sede da Procuradoria da República em Passo Fundo.

Vale registarmos que houve uma audiência pública da CAPADR sobre titulação de territórios quilombolas no dia 3 de setembro de 2013⁶³. Portanto, apesar do tema das terras

⁶¹ A audiência é fruto do Requerimento nº 405/2013/CAPADR, de autoria dos deputados Luis Carlos Heinze (PP/RS), Onyx Lorenzoni (DEM/RS) e Afonso Hamm (PP/RS).

⁶² Essa audiência foi fruto do Req. nº 438/2013/CAPADR, de autoria de Alceu Moreira (PMDB/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS).

⁶³ A página do evento legislativo com a lista de convidados, as notas taquigráficas e a ata está disponível em:

índigenas predominar, o reconhecimento e a titulação de territórios quilombolas também fazia parte da pauta dos deputados no período aqui analisado. A audiência ocorreu na Câmara dos Deputados, tendo como tema “O processo de demarcação de terras quilombolas nos municípios de Osório, Maquiné, Caçapava, Rio Pardo, Restinga Seca, no RS, Campos Novos, em SC, e Santarém, no PA”. Os autores do requerimento para a realização dessa audiência (Req. nº 378/2013) foram os deputados Alceu Moreira (PMDB/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Lira Maia (DEM/PA). Dois dos convidados dessa atividade também falaram ao público em reuniões sobre terras indígenas da CAPADR durante a 54ª Legislatura, havendo coincidência, portanto, tanto de deputados como de aliados nessas pautas. Ademais, é possível observar que a maior parte dos municípios citados é do Rio Grande do Sul, assinalando a relevância do estado, nesse período, para os conflitos fundiários também no contexto quilombola.

Importante assinalar que, em 29 de novembro daquele ano, ocorreu ainda uma audiência pública em Vicente Dutra (RS), promovida por deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária, para tratar das demarcações de terras indígenas. Por não se tratar de uma audiência oficial da CAPADR e, devido à repercussão nacional que o evento teve no início do ano seguinte (2014), abordaremos esse episódio em tópico específico.

Até o final de 2013, representantes do agronegócio já acumulavam dezenas de atividades a respeito das demarcações de terras indígenas, unificando-se na oposição à pauta. Nesse contexto, em 11 de dezembro, uma audiência pública, com ampla participação de organizações do agronegócio, foi realizada na Câmara dos Deputados. A atividade, ocorrida no Auditório Nereu Ramos, teve como tema o “Debate acerca das crescentes demarcações de terras indígenas no País” e foi presidida por Luis Carlos Heinze (PP/RS). Outros 16 deputados federais e três senadores(as) — Kátia Abreu (então PMDB/TO), Ana Amélia (PP/RS) e Waldemir Moka (PMDB/MS) — também falaram ao público (ver Apêndice 3).

Antes mesmo da audiência começar propriamente, o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) lançou ao público diversos comentários sobre o tema das demarcações, recorrendo quase ao repertório completo de argumentos utilizados por parlamentares da FPA que foram identificados ao longo da pesquisa: somos um “país miscigenado”; “**Ninguém aqui está querendo fazer uma luta contra os índios.**”; “Vai lá a Raposa Serra do Sol. [...] Tem índio com 54 anos e 27 quilos, bichado como se fosse um terneiro na beira do trilho, morrendo.”; “Os índios são usados como massa de manobra para se tomar a terra.” (ver Apêndice 3, grifo nosso). Bruno (2017b) já havia constatado a recorrência de vários desses argumentos, que se baseiam em grande parte na desqualificação dos povos indígenas, na culpabilização pelos conflitos e problemas existentes, ou ainda pela concepção de que são inocentes úteis, manipuláveis. Aqui, Moreira foi além, comparando indígenas de Roraima a animais enfermos, em uma severa e notória desumanização. O deputado também enfatiza a ideia de “miscigenação”, buscando apagar diferenças sociais e direitos sociais associados à identidade indígena, remetendo ainda à ideia de uma suposta “democracia racial” no país.

Nessa audiência, falaram ao público representantes de diversas organizações e estiveram presentes grupos de agropecuaristas em litígio com terras indígenas dos estados de Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Paraná, Maranhão e Rio Grande do Sul. Entre as entidades patronais, discursaram representantes da direção da CNA (senadora Kátia Abreu, então presidente da entidade) e de quatro federações estaduais de agricultura e pecuária, componentes do Sistema CNA, a Famato, a Famasul, a Farsul e a Faep, bem como da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), representando pecuaristas daquele estado. Integrantes da Fetag-RS (Sistema Contag) e Fetraf-Sul (Sistema Fetraf Brasil/CUT), organizações sindicais ligadas a trabalhadores rurais e agricultura familiar, também falaram ao

público. No próximo capítulo, veremos que essas entidades protagonizaram diversas manifestações de rua contra demarcação de terras indígenas ao longo de 2013. Nesse contexto, o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), ressaltou a importância da união na pauta:

[...] estão presentes um representante da FETAG e um representante da FETRAF. Então, nós conseguimos reunir a FETRAF, a FETAG, a FARSUL, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais. É a união de todos em torno do mesmo objetivo. [...] Está aqui o Rui Valença, da FETRAF/Sul, para mostrar a vocês - FETRAF, FETAG, FARSUL - que no Rio Grande do Sul nós conseguimos juntar todas as forças, Deputados Estaduais e Federais de vários partidos, Prefeitos, inclusive estão aqui o de Pontão, o de Marau e estava o Prefeito de Mato Castelhano também. (BRASIL, 2013L).

Como é possível constatar nesse trecho do discurso, Heinze se refere principalmente à união, no Rio Grande do Sul, de entidades ligadas aos trabalhadores rurais e à agricultura familiar (Fetag-RS e Fetraf-Sul) com a Farsul, entidade sindical patronal. Na verdade, esse discurso de unidade não era novidade. Costa (2019) já havia identificado a construção pela Farsul (Sistema CNA) de uma retórica de conciliação, de busca por diálogo e afinamento político com entidades de representação de trabalhadores rurais e da agricultura familiar do RS. O autor também aponta que, no caso dessa Federação, sua direção tem buscado cada vez mais o afastamento de uma imagem ligada ao latifúndio, procurando construir a ideia de que diversas categorias de agricultores podem ser representadas por ela, independentemente de seu tamanho (pequenos, médios ou grandes produtores e proprietários rurais). Para Bruno (2016), esses processos se tratam de aproximar e subordinar determinadas frações da agricultura familiar ao projeto político patronal para o campo, apagando ou naturalizando desigualdades sociais, a fim legitimar regras de inclusão e exclusão que fazem parte dessa relação. Esse processo parece se expressar no antagonismo às demarcações de terras indígenas, tendo em vista que a pauta, no Congresso Nacional, é protagonizada pela Bancada Ruralista, grupo parlamentar historicamente contrário a demandas fundamentais das entidades de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, como é o caso da reforma agrária e de avanços na legislação trabalhista para estas categorias.

Essa última audiência realizada em 2013, portanto, reuniu representantes do agronegócio de diversas regiões, demonstrando acúmulo de forças e a conformação de uma ampla teia de relações de interdependência para fazer oposição às demarcações de terras indígenas, inclusive de setores de trabalhadores rurais e da agricultura familiar. A quantidade elevada de atividades realizadas em 2013 sobre esse tema, na CAPADR, também traz indícios importantes de como as demarcações de terras indígenas ganharam relevância no Congresso Nacional durante a 54ª Legislatura.

Em 2014, ano de referência da última sessão legislativa da 54ª Legislatura, ocorreram ainda quatro audiências públicas sobre a demarcação de terras indígenas no âmbito da CAPADR (quadro 13, a seguir). Mas além da CAPADR, neste ano, diversas atividades e audiências públicas sobre demarcação de terras indígenas ocorreram no âmbito da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000, o que foi abordado no capítulo anterior.

Vale observar que, em fevereiro de 2014, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Luis Carlos Heinze (PP/RS), ainda precisou lidar com uma polêmica gerada pela divulgação de vídeos da audiência pública de deputados da Frente, realizada em novembro de 2013, em Vicente Dutra (RS) (EM VÍDEO, DEPUTADO DIZ QUE ÍNDIOS, GAYS E QUILOMBOLAS ‘NÃO PRESTAM’, 2014). Como já mencionado, o conteúdo da audiência será tratado em tópico específico neste capítulo.

Quadro 13. Reuniões públicas sobre demarcação de terras indígenas realizadas em 2014 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados.

Data	Atividade	Local
3 jun. 2014	Audiência Pública a respeito da revogação da subscrição do Brasil à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	Câmara dos Deputados, Plenário 06, Anexo II
4 jun. 2014	Audiência pública com Gilberto Carvalho (convocado), ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e José Eduardo Cardozo (convocado), ministro de Estado da Justiça com o tema “Esclarecimentos sobre os assassinatos de produtores rurais promovidos por indígenas no Rio Grande do Sul”.	Câmara dos Deputados, Plenário 06, Anexo II.
20 jun. 2014	Audiência pública externa para “Debater a legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil”.	Novo Xingu – RS
4 dez. 2014	Audiência pública para “Debater as consequências, medidas e atitudes tomadas com relação à desintrusão e a pós-desintrusão dos moradores do Posto da Mata” – demarcação da terra indígena Marãiwatsédé (MT)	Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 06

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

Como é possível constatar no quadro 13, em 2014, repetiu-se a pressão sobre o governo de Dilma Rousseff através da convocação de seus ministros. Em 7 de maio, foi aprovada, na CAPADR, a convocação de dois deles: Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, e José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça. Segundo o texto do requerimento⁶⁴, o objetivo era que prestassem esclarecimentos sobre os assassinatos de agropecuaristas por indígenas no Rio Grande do Sul⁶⁵.

O deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) comentou brevemente o requerimento de convocação e, diferente dos outros dois casos de convocação de 2013, neste momento não houve discussão sobre seu mérito, sendo aprovado por unanimidade. Consultado depois da reunião, o deputado Elvino Bohn Gass (PT/RS), alinhado com o governo Rousseff, classificou a aprovação da convocação como “birra”: “Exigir uma convocação quando o ministro recebe o deputado, quando o ministro se dispõe a vir em audiência pública... O governo está sempre aberto ao diálogo. Então, insistir em uma convocação é uma birra de quem quer fazer politicagem.” (MIGNONE; COSTA, 2014). No dia em que a audiência com os ministros estava prevista, 28 de maio, houve protesto de indígenas no Congresso Nacional e a reunião foi remarcada para a semana seguinte (MIGNONE, 2014a).

Com a convocação de ministros na CAPADR, não só é possível constatar o contexto desfavorável, na comissão, ao governo Rousseff, como também o forte alinhamento dos deputados da CAPADR com as deliberações da Frente Parlamentar da Agropecuária. No início do capítulo, vimos que a correlação de poder na Câmara dos Deputados era favorável ao governo de Dilma Rousseff, mas, a exemplo dessas convocações aprovadas na CAPADR, isso não necessariamente se reflete na correlação de poder nas comissões permanentes. Além disso, houve uma piora para o governo no contexto dessa comissão desde a primeira convocação, em 2013, pois houve ampliação da margem de vitória em favor dos requerimentos de convocação

⁶⁴ Requerimento nº 591/2014/CAPADR de autoria de Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Giovanni Queiroz (PDT/PA).

⁶⁵ Dois homens (não indígenas) foram mortos em conflito no dia 28 de abril de 2014, no município de Faxinalzinho (RS) (LEHMEN, 2014).

naquele ano (65% dos votos favoráveis no caso de Hoffmann e 71% no caso de Carvalho), até chegarmos à votação unânime em 2014, revelando ainda uma desmobilização da base do governo para questionar os requerimentos em plenário (quadro 14).

Quadro 14. Votações de requerimentos de convocação de ministros de Estado na CAPADR em 2013 e 2014.

Data	Convocação	Autoria do requerimento	Votos favoráveis	Votos contrários
10 abr. 2013	Gleisi Hoffmann	Luis Carlos Heinze (PP/RS), Duarte Nogueira (PSDB/SP), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Domingos Sávio (PSDB/MG)	26	14
12 jun. 2013	Gilberto Carvalho	Luis Carlos Heinze (PP/RS)	25	10
7 maio 2014	Gilberto Carvalho e José Eduardo Cardozo	Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Giovanni Queiroz (PDT/RS) (REQ. Nº 591/2014)	Unânime	-

Fonte: elaborado a partir das atas das reuniões, acessíveis por meio do Apêndice 3.

Até a audiência pública com os ministros convocados ser realizada, houve outra audiência, no dia 3 de junho, a respeito da subscrição do Brasil à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de direitos de povos indígenas e tribais⁶⁶. A atividade contou com a participação de um representante do Ministério das Relações Exteriores, um representante do Ministério da Defesa, um subprocurador-geral da República, um general da reserva do Exército, além de um cientista social e um escritor mexicano, sendo que estes três últimos já haviam participado de outras atividades identificadas neste trabalho.

Como visto anteriormente neste tópico, o general da reserva, Maynard Marques de Santa Rosa, participou de uma audiência da CAPADR em 2011, o que demonstra que era considerado uma referência pelos parlamentares da FPA para abordar o tema. Santa Rosa chegou a ser secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa no governo Lula, mas deixou o cargo em 2007, após criticar publicamente a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Em 2010, foi exonerado de um cargo que ocupava no Exército após criticar a Comissão Nacional da Verdade, que investigou crimes contra direitos humanos da ditadura. Anos mais tarde, chegaria a ocupar brevemente um cargo na Secretaria-Geral da Presidência da República do governo de Jair Bolsonaro (SOARES, 2019).

Nessa audiência sobre a Convenção nº 169 da OIT, o general da reserva citou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) realizada em 1987 sobre as demarcações de terras indígenas e uma suposta relação com interesses estrangeiros, agenciados pelo Conselho Mundial de Igrejas (ver Zanini, 2014). Santa Rosa considerou que a adesão a essa Convenção da OIT caracteriza uma submissão do Brasil a anseios internacionais e restringe a soberania do país. É possível que essa associação dos direitos indígenas e das demarcações de terras indígenas com a satisfação de interesses provenientes do exterior seja exemplar de determinadas

⁶⁶ A audiência foi produto do Requerimento nº 577/2014, do deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR).

correntes de pensamento dentro das Forças Armadas e de sua visão a respeito da questão dos povos originários no Brasil. Destacamos alguns trechos de sua exposição:

Como ficou demonstrado pelos jornalistas Lorenzo Carrasco [presente na reunião] e Silvia Palacios no seu livro ‘Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil’, há uma estranha **convergência de interesses socialistas e capitalistas** sobre a Amazônia em conspiração contra a soberania brasileira que leva grupos de aguerridos **militantes de esquerda a batalharem por objetivos inconfessáveis da elite capitalista global**. (BRASIL, 2014a, grifo nosso).

Nesse contexto, como Bruno (2017b) já havia identificado, há o resgate da ideia de um *inimigo interno*, nocivo ou que põe em risco a segurança nacional. Em suas considerações finais, o general da reserva declarou:

Desde o ano de 1757, quando Marquês de Pombal baixou o Diretório dos Índios, que foi imposto ao estado do Grão-Pará e Maranhão na época, desde aquela época que a jurisprudência, até 1988, era a da integração do índio à comunhão nacional. Todas as Constituições brasileiras copiaram esse preceito, do Império e da República. A Constituição de 1924 e as Constituições da República. **Isso foi alterado numa violência à tradição e à cultura nacional em 1988**. (BRASIL, 2014a, grifo nosso).

Santa Rosa ainda enfatizou que, não só a adesão à Convenção precisa ser revogada, como todos os demais dispositivos que estão ligados à questão indígena precisam ser revistos, pois o Congresso Nacional não poderia, segundo ele, render-se a interesses externos. Como veremos no próximo tópico, o Comando do Exército também foi envolvido pelos parlamentares da FPA no tema das demarcações.

No dia seguinte, 4 de junho, ocorreu, então, a audiência pública com Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, ambos convocados pela Comissão. Como em outras convocações de ministros, dezenas de parlamentares discursaram na reunião. Um dos destaques da fala de Cardozo foi sua explanação sobre o caso de Buriti, no município de Sidrolândia (MS) — “Iniciamos na Fazenda Buriti aquilo que convenciamos chamar de mesas de diálogo.” Vale lembrar que se estava completando um ano da reintegração de posse dessa fazenda, processo que foi coordenado pela Política Federal e que resultou no assassinato do indígena Oziel Gabriel, de 36 anos, pelas forças policiais. Nesta reunião, o ministro declarou que estavam chegando a um acordo para a compra daquelas terras. Na réplica às considerações dos deputados requerentes, Cardozo ainda reafirmou considerar a PEC nº 215/2000 inconstitucional.

Em 3 de junho de 2014, o deputado Lira Maia (DEM/PA) apresentou o relatório da PFC nº 61/2011⁶⁷, protocolada pelo deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) para que a CAPADR fiscalizasse os procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas da Funai. O relatório apresenta diversas aspirações dos ruralistas para a pauta, sendo uma das principais questões levantadas a edição de um novo decreto presidencial (substituindo o Decreto nº 1.775/1996), com o objetivo de alterar o processo de demarcação de terras indígenas, contemplando novos critérios em seu processo administrativo e extinguindo “o poderio unilateral da Funai” (BRASIL, 2014b, p. 31).

Entre as alterações consideradas necessárias no rito de demarcação, esteve a recomendação do que foi chamado como “isonomia das partes”, isto é, um tratamento considerado equânime entre indígenas, posseiros e proprietários, além de representantes de

⁶⁷ Confira a tramitação completa da PFC nº 61/2011 em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=531898> Acesso em: 14 abr. 2021.

estados e municípios. Também se apontou a necessidade de criação de instâncias recursais, para além do âmbito da Funai, como o Ministério da Justiça (que seria a segunda instância, já que a Funai seria a primeira) e a Casa Civil da Presidência da República (proposta como terceira instância). Além disso, reivindicava-se a participação de outros órgãos e empresas públicas no processo de reconhecimento das áreas. Como vimos em uma manifestação da ministra Gleisi Hoffmann na CAPADR, a edição de um novo decreto estava nos planos do governo de Dilma Rousseff, mas a ideia nunca chegou a ser concretizada.

Outro ponto levantado no relatório do deputado Lira Maia (e que já era esperado, por sua centralidade naquele momento) foi a defesa da PEC nº 215/2000 e de sua constitucionalidade. Destacamos também o apontamento da necessidade de submissão do processo de demarcação das terras indígenas à apreciação pelo Conselho de Defesa Nacional⁶⁸, competindo-lhe expedir parecer pela aprovação, rejeição, ou modificação da demarcação, que seria, então, encaminhado à Presidência da República. Esta proposta lembra o poder que o então chamado Conselho de Segurança Nacional possuía durante a vigência do Decreto nº 94.945, de 23 setembro de 1987⁶⁹, que previa que este conselho seria envolvido nos casos de terras na Faixa de Fronteira. Segundo Santilli (1997), na prática, naquele período, era o secretário do Conselho de Segurança que decidia sobre todos os processos de demarcação de terras indígenas a partir do Grupo de Trabalho Interministerial (apelidado de *Grupão*), que era composto por dois representantes do Ministério do Interior e um representante de cada entidade ou órgão seguinte: Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Funai; Incra, além de um representante do órgão fundiário estadual. Portanto, os parlamentares da FPA tinham o intuito de que as demarcações fossem, de algum modo, tutoradas pelas Forças Armadas, tratando também o tema como algo do âmbito da defesa nacional.

Em junho de 2014, foram realizadas duas audiências públicas externas no Rio Grande do Sul. A primeira delas foi realizada em 20 de junho, em Novo Xingu (RS), para “Debater a legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil”⁷⁰. Os deputados federais Alceu Moreira (PMDB/RS), Vilson Covatti (PP/RS) e Jerônimo Goergen (PP/RS) estiveram presentes. Entre os convidados, estavam prefeitos e vereadores, representantes sindicais (Fetag-RS/Contag e Farsul/CNA), integrantes da Justiça Federal de Chapecó (SC) e da Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul. Como não foi possível ter acesso ao conteúdo dessa reunião, essas participações não foram confirmadas. É possível que a atividade tenha relação com a área chamada Sêgu (Kaingang), que está em estudo nesse município — Portaria nº 475, de 14 de maio de 2009, do Grupo de Trabalho de Identificação (Funai).

A outra audiência externa foi realizada em Osório, município do litoral norte do Rio Grande do Sul, em 30 de junho⁷¹. Os deputados federais Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luis Carlos Heinze (PP/RS) participaram da atividade, que tratou principalmente da titulação da comunidade quilombola Morro Alto. A audiência teve diversos convidados, como prefeitos e

⁶⁸ O Conselho de Defesa Nacional é presidido pelo presidente da República e tem como membros o vice-presidente da República, o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal, o ministro da Justiça, o ministro da Marinha, o ministro do Exército, o ministro das Relações Exteriores, o ministro da Aeronáutica, o ministro da Economia, Fazenda e Planejamento (incisos I a IX, art. 2º - Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991). O Conselho de Segurança Nacional voltou a ser chamado de Conselho de Defesa Nacional com a Constituição federal de 1988.

⁶⁹ O Decreto 94.945, que determinava o rito de demarcação foi substituído pelo Decreto 22, de 04 de fevereiro de 1991.

⁷⁰ A atividade foi produto de Requerimento nº 542/2014 (CAPADR), de Alceu Moreira (PMDB/RS).

⁷¹ A reunião foi produto do Requerimento nº 544/2014 (CAPADR) do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS).

vereadores, lideranças sindicais e integrantes de órgãos do governo federal, mas também não foi possível confirmar as participações, nem acessar o conteúdo da audiência.

Depois dessas audiências externas, houve recesso parlamentar, campanha eleitoral e eleições gerais em primeiro e segundo turno (5 e 26 de outubro, respectivamente). No final de 2014, ocorreu uma reunião com o objetivo de debater o período pós-extrusão da terra indígena Marãiwatsédé (MT).

A audiência pública realizada em 4 de dezembro de 2014 para “Debater as consequências, medidas e atitudes tomadas com relação à desintrusão e a pós-desintrusão dos moradores do Posto da Mata”, relativa à demarcação da terra indígena Marãiwatsédé (MT), foi produto do requerimento do deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) (Req. nº 525/2014). A reunião foi coordenada por Leitão e contou com a participação do deputado Júlio Campos (DEM/MT). A TI Marãiwatsédé foi homologada em 1998 (Decreto de homologação s/nº de 11 de novembro de 1998) e passou por processo de retirada de posseiros entre o final de 2012 e início de 2013 após decisão judicial. Várias dessas pessoas retiradas da terra indígena que residiam no vilarejo chamado Posto da Mata (município de Alto Boa Vista – MT) estiveram presentes na audiência e trouxeram relatos de falta de apoio do governo federal após a extrusão da área.

O histórico dessa terra indígena é bastante representativo da lógica colonial que opera a contestação das terras indígenas. A área foi vendida pelo estado de Mato Grosso a um empresário paulista no início da década de 1960 e a população Xavante foi retirada do território em 1966. O empreendimento instalado no local, a “Agro-Pecuária Suiá Missú Cia. de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA)”, com seus 695.843 hectares, fez parte dos projetos da Superintendência Desenvolvimento Amazônia (SUDAM) e recebendo incentivos fiscais (ver Davis, 1978, p. 145). Após passar pela mão de vários empresários, em 1992, a petrolífera italiana *Agip Petroli*, então proprietária, decidiu devolver uma parcela da área original aos Xavante sob a pressão internacional do contexto da Eco-92 (AIROSO DA MOTTA; OLIVEIRA, 2015). As lideranças políticas regionais e a população do município de Alto Boa Vista (MT) não aceitaram a restituição da área aos Xavante e passaram imediatamente a organizar sua invasão e ocupação em grandes e pequenas posses — ou seja, a população regional respeitava o latifúndio da petrolífera italiana, mas considerou inadmissível o retorno dos Xavante à sua terra. Após vários anos de disputas judiciais, foi determinada a retirada desses posseiros da terra indígena.

Apesar do deputado Nilson Leitão ter comunicado que a audiência não seria para discutir o mérito da regularização da terra indígena Marãiwatsédé, a demarcação foi colocada em questão por diversas vezes pelos participantes, que declararam desejar ter o direito de voltar a morar na área. Na reunião, o Poder Municipal de Alto Boa Vista (MT) esteve representado pelo prefeito, pela vice-prefeita e por vereadores, que contestaram a terra indígena (ver Apêndice 3). Lideranças da chamada Associação de Produtores Rurais da área Suiá de Missú (Aprosum) também estiveram presentes e falaram ao público.

Como vimos no capítulo anterior, nos últimos meses de 2014, ainda foram identificadas tentativas de parlamentares da FPA de votar o parecer da PEC nº 215/2000 em sua Comissão Especial, mas não obtiveram sucesso.

4.2 O USO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA (CINDRA) E A SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS (2013)

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) não foi o único espaço da Câmara dos Deputados em que as demarcações de terras indígenas foram pauta constante durante a 54ª Legislatura. Em 2013, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) desempenhou papel relevante na questão das demarcações, tendo sido criada, inclusive, uma subcomissão especial, em seu interior, para abordar o tema.

Previstas no artigo 29 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal (BRASIL, 1970; 1989), as subcomissões são órgãos fracionários de uma comissão, com caráter permanente ou temporário, criadas com a finalidade de estudar uma matéria específica do campo temático da comissão. Já as subcomissões especiais são um tipo de subcomissão exclusiva da Câmara dos Deputados, criadas para desempenhar atividades específicas ou abordar um assunto definido já em seu ato de criação, estando previstas no inciso II, art. 29 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1970). Como veremos, a partir da CINDRA e da subcomissão especial criada ali, parlamentares da FPA puderam reunir informações a respeito das demarcações de terras indígenas e pautar diferentes autoridades sobre o tema.

Para compreender a relevância da atuação dos deputados na CINDRA, em 2013, é importante realizar uma recuperação da história da comissão, observando a questão em perspectiva temporal. A Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional (CADR) foi criada a partir da aprovação, em 11 de dezembro de 1996, de um projeto de resolução⁷² da Câmara dos Deputados de autoria de Anivaldo Vale (Partido Progressista Reformador⁷³/PA). Assim, a comissão permanente dedicada aos debates sobre a região amazônica foi instalada, pela primeira vez, em 1997. Segundo o histórico presente na página oficial da comissão⁷⁴, isso foi considerado uma conquista para os deputados dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, região denominada de Amazônia Legal, que desejavam esse colegiado há décadas.

A recém instalada comissão teria, inicialmente, competência para tratar de assuntos relativos à região amazônica, especialmente sobre integração regional e limites legais; valorização econômica; assuntos indígenas; caça, pesca, fauna, flora e sua regulamentação; exploração dos recursos minerais, vegetais e hídricos; turismo; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento e integração da região amazônica; planos regionais de desenvolvimento econômico e social e incentivo regional da Amazônia. No entanto, sua amplitude temática seria progressivamente alargada até meados da década seguinte. Em 2004, por meio da Resolução nº 20/2004 da Câmara dos Deputados, a comissão teve suas atribuições regimentais ampliadas, abordando temas relacionados à integração nacional e passando, assim, a se chamar Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR).

⁷² A saber: Projeto de Resolução nº 21/1995, do deputado Anivaldo Vale (PPR/PA), apresentado em 04 de abril de 1995 e transformado na Resolução da Câmara dos Deputados nº 15/1996, aprovada em 11 de dezembro de 1996.

⁷³ Partido Progressista Reformador (PPR) foi predecessor do Partido Progressista Brasileiro (PPB) (1995–2003), que passou a se chamar, então, Partido Progressista (PP) a partir de 2003.

⁷⁴ O histórico da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/atribuicoes/historico> Acesso em: 8 mar. 2021.

Após essa ampliação de atribuições e, principalmente, por tratar também do tema integração nacional, a CAINDR passou a despertar maior interesse de parlamentares que não faziam parte da Amazônia Legal. Ademais, pela mudança dos temas abordados em seu âmbito a Resolução nº 23/2013 da Câmara dos Deputados alterou o nome dessa Comissão, que passou a se chamar Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), “dando mais ênfase às temáticas do desenvolvimento e integração das regiões brasileiras, em paralelo com as questões sobre a região Amazônica, já consolidadas por este Colegiado” (BRASIL, 2013g).

Nesse contexto, cabe refletir a própria transformação das atribuições dessa comissão, que demonstra como, nos anos anteriores, ocorreu progressiva mudança de seu foco de atuação, migrando de temas da Amazônia para as temáticas de desenvolvimento e integração das regiões brasileiras, ficando a própria Amazônia por último em sua nomenclatura. Como se pode ver no quadro 15 (a seguir), esse processo mais recente de mudança no caráter da comissão se deu em 2012, quando o primeiro deputado de fora da região Norte do país, Wilson Filho (PSDB/PB), assumiu a presidência da então CAINDR, no início daquele ano. No entanto, as demarcações de terras indígenas não estiveram na pauta da CAINDR durante a presidência de Wilson Filho, nem mesmo ao longo do ano anterior (2011).

Mas o debate sobre as demarcações já havia ocorrido na CAINDR no período recente. Durante a 53ª Legislatura (2007-2011) foram identificadas três audiências públicas que trataram especificamente sobre o tema. A primeira delas, em 14 de maio de 2008, foi uma audiência pública conjunta⁷⁵ com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tratando sobre os “Eventuais riscos que a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol poderá trazer para a soberania do país e para a integridade do território nacional” (BRASIL, 2008c). Já em 2009, foram realizadas duas audiências públicas sobre demarcações, sendo que ambas debateram sobre áreas em estados da região Norte do país: as terras indígenas Apyterewa (Pará), Las Casas (Pará) e Raposa Serra do Sol (Roraima)⁷⁶. Em 25 de abril de 2009, também foi realizada visita dos deputados da comissão para acompanhar a desocupação de não indígenas da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (BRASIL, 2009). Portanto, as terras indígenas até então em debate na comissão eram as da região Norte do país. Em 2007 apenas requerimentos foram apresentados sobre o assunto⁷⁷ e em 2010 não foram identificadas atividades sobre o tema. Seria em 2013 que a antiga Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional se constituiria em relevante instrumento e palco para o questionamento das demarcações de terras indígenas em diversas regiões do país.

Importante observar que, em 2013, também é implementada outra significativa mudança na comissão: parlamentares puderam novamente assumir posto como titulares da CINDRA e de outra comissão, simultaneamente⁷⁸. Isso era permitido entre 1997 e 2004, quando

⁷⁵ Produto do requerimento nº 354/2008/CINDRA, do Deputado Márcio Junqueira (PFL/RR) – junção com os Req. nº 330/2008/CINDRA, de Márcio Junqueira e nº 333/2008 da deputada Maria Helena (PSB/RR).

⁷⁶ A audiência sobre “As ações do Inca e da Funai na desocupação das terras Apyterewa e Las Casas” ocorreu em 14 de maio de 2009 e foi produto do requerimento nº 478/2009/CINDRA, de Zequinha Marinho (PSC/PA). A audiência sobre a “Revisão da demarcação da reserva indígena Serra da Moça” foi realizada em 11 de agosto de 2009 e foi produto do requerimento nº 532/2009/CINDRA, de Maria Helena (PSB/RR).

⁷⁷ A saber: Req. nº 113/2007, de Asdrúbal Bentes (PMDB/PA), que “Solicita que sejam convidados o ministro da Justiça, o presidente da Funai, Representante do Governo do Estado do Pará e Presidentes das Associações envolvidas com a reserva indígena Apyterewa para explicarem a demarcação daquela reserva.” e Req. nº 127/2007, de José Guimarães (PT/CE), que “Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão, para discutir as questões relativas à demarcação de terras indígenas no Estado do Ceará, com a presença do ministro da Justiça, presidente da FUNAI e o Chefe do Núcleo de Apoio Local da FUNAI no Ceará.”

⁷⁸ O texto vigente do § 2º do art. 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados: “Nenhum Deputado poderá

seus membros titulares podiam fazer parte de outra comissão como titulares. A Resolução nº 20/2004 da Câmara dos Deputados, passou, então, a vetar a acumulação de titularidade. Esta regra voltou a valer, em 2012, com a Resolução nº 12/2012 da Câmara dos Deputados, que transformou novamente a CAINDR em comissão cumulativa, permitindo que seus membros titulares pudessem ocupar vagas de titular em outras comissões. Segundo Vasquez (2020), o caráter cumulativo ou exclusivo de uma comissão é uma sinalização da própria Câmara dos Deputados a respeito de quais temáticas são prioritárias no sistema de comissões da Casa, classificando as comissões de maior interesse geral como comissões exclusivas (como é o caso da CAPADR).

O Ato da Mesa nº 87/2013 da Câmara dos Deputados definia a então chamada CAINDR com 20 titulares em 2013 (Anexo F). Esse número de membros, por exemplo, é inferior à CAPADR, que possuía 42 titulares no mesmo período. Com isso, o volume de tarefas da CINDRA tende a ser menor do que a CAPADR (VASQUEZ, 2020).

Naquele mesmo ano, a presidência da CINDRA ficou com o Partido Progressista (PP), que indicou o deputado gaúcho Jerônimo Goergen (PP/RS) para ocupar o cargo. Esta foi a segunda vez que o partido assumiu a presidência da comissão desde sua instalação, em 1997 — a primeira vez foi em 2011, início da 54ª Legislatura. Isso significa que, em 2013, a CINDRA foi considerada novamente estratégica pelo PP.

No que se refere à composição da comissão ao longo das legislaturas, destaca-se que o PP se sobrerrepresentou em três das cinco legislaturas (1995-2014) analisadas por Vasquez (2020, p. 77), ocorrendo alternância entre sobrerrepresentação e subrepresentação dos deputados do partido ao longo das legislaturas e esteve, em média, sobrerrepresentado na 54ª Legislatura. Como era esperado para o caso do partido da presidência da comissão (VASQUEZ, 2020), o PP se sobrerrepresentou na CINDRA em 2013, tendo três deputados titulares quando a distribuição proporcional lhe dava direito a duas vagas — ver no Anexo F a distribuição proporcional definida pela Mesa Diretora. Isso levanta a questão da importância dos partidos para a agenda do Congresso Nacional, mesmo em pautas de grupos suprapartidários, como é o caso da FPA.

Goergen foi o primeiro deputado sulista a assumir a presidência da CINDRA (quadro 15) e estava em seu primeiro mandato como deputado federal, depois de ter sido deputado estadual, pelo PP/RS, entre 2003 e 2011 (dois mandatos). Como consta em sua biografia no portal da Câmara, antes de assumir a presidência da CINDRA, o deputado foi titular da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) (01/03/2011 - 31/01/2012) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) (07/03/2012 - 02/02/2013), que são, segundo Vasquez (2020), as comissões com maior volume de trabalho da Câmara dos Deputados. Enquanto foi presidente da CINDRA (06/03/2013 - 26/02/2014), manteve-se como titular da CFT (05/03/2013 - 03/02/2014).

A opinião de Goergen sobre as demarcações de terras indígenas era bem conhecida. Em 8 de maio de 2013, por exemplo, na ocasião da audiência pública da CAPADR com a ministra Gleisi Hoffmann, o deputado declarou ao *Jornal da Band*: “Eu defendo a suspensão dos processos em andamento e a revisão, inclusive, das áreas já homologadas no Brasil.” (GOVERNO SUSPENDE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO PARANÁ,

fazer parte, como membro titular, de mais de uma Comissão Permanente, ressalvadas as Comissões de Legislação Participativa, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de Cultura, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Direitos Humanos e Minorias, do Esporte, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Turismo, de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.” (BRASIL, 1989).

2013). Goergen também foi um dos deputados que protocolou o pedido de CPI da Funai e do Incra com outros quatro colegas, em 15 de maio de 2013. Como vimos no início do capítulo, a presidência de uma comissão é fundamental para a definição de sua agenda e pautas ao longo do tempo. Então, vejamos a seguir, no quadro 15, quem presidiu a CINDRA em cada ano legislativo.

Quadro 15. Presidência da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA).

Ano	Presidência	Região do estado pelo qual o(a) parlamentar foi eleito
1997	José Priante (PMDB/PA)	Norte
1998	Paulo Rocha (PT/PA)	Norte
1999	Josué Bengtson (PTB/PA)	Norte
2000	Evandro Milhomen (PSB/AP)	Norte
2001	Eurípedes Miranda (PDT/RO) + Airton Cascavel (PPS/RR)	Norte
2002	Luciano Castro (PFL/RR)	Norte
2003	Átila Lins (PPS/AM)	Norte
2004	Júnior Betão (PPS/AC)	Norte
2005	Maria Helena (PPS/RR)	Norte
2006	Miguel de Souza (PL/RO)	Norte
2007	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	Norte
2008	Janete Capiberibe (PSB/AP)	Norte
2009	Silas Câmara (PSC/AM)	Norte
2010	Marcelo Serafim (PSB/AM)	Norte
2011	Gladson Cameli (PP/AC)	Norte
2012	Wilson Filho (PSDB/PB)	Nordeste
2013	Jerônimo Goergen (PP/RS)	Sul
2014	Domingos Neto (PROS/CE)	Nordeste
2015	Júlia Marinho (PSC/PA)	Norte
2016	Marcos Abrão (PPS/GO)	Centro-Oeste
2017	Valadares Filho (PSB/SE)	Nordeste
2018	Marinha Raupp (MDB/RO)	Norte
2019	Átila Lins (PP/AM)	Norte

Fonte: elaborado a partir da página oficial da Comissão.

Por meio do quadro 15, é possível constatar que, até 2013, a CINDRA não estava na preferência das maiores bancadas da Câmara (PMDB, PT, PFL/DEM e PSDB — ver Vasquez, 2020, p. 73-74), pois cada um desses partidos presidiu a comissão apenas uma vez entre 1997 e 2013. A Comissão, na verdade, foi presidida principalmente por dois partidos das menores bancadas: PPS (4 vezes) e PSB (3 vezes) (ver Vasquez, 2020, p. 80). Outros seis partidos se revezaram na presidência nos demais anos. Isso reforça que a CINDRA não está no conjunto de comissões prioritárias da Câmara dos Deputados, facilitando o pleito pela presidência da

comissão, a depender da conjuntura, por partidos das maiores bancadas ou de partidos de bancadas intermediárias, como é o caso do PP. Nesse contexto, por a temática indígena estar englobada na CINDRA, é possível que a direção desse partido tenha optado pela presidência da Comissão especialmente para tratar da temática das demarcações de terras indígenas.

Em 17 de abril de 2013, foi instalada a Subcomissão Especial de Demarcações de Terras Indígenas, no âmbito da CINDRA. A subcomissão é produto do Requerimento nº 242/2013, de autoria do presidente da Comissão, Jerônimo Goergen (PP/RS), que reformulou as subcomissões permanentes e especiais da CINDRA. A subcomissão especial foi presidida pelo deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) e contou com a relatoria de Asdrúbal Bentes (PMDB/PA). Também integraram a subcomissão os deputados Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR), Carlos Magno (PP/RO), Marcio Junqueira (DEM/RR), Zequinha Marinho (PSC/PA) e o próprio deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) — portanto, cinco deputados da região Norte, além de dois dos três deputados titulares do PP na CINDRA, em 2013, foram membros da subcomissão. Todos os integrantes da subcomissão especial também assinaram o pedido de CPI protocolado em 15 de maio de 2013 para investigar a Funai e o Incra (BRASIL, 2013a). Cabe observar ainda que os deputados Jerônimo Goergen, Paulo Cesar Quartiero, Carlos Magno e Zequinha Marinho foram signatários da criação da FPA, no início da legislatura, em 2011, enquanto Nilson Leitão, Marcio Junqueira, Asdrúbal Bentes não estão presentes na lista⁷⁹. Isso demonstra que deputados que não integravam oficialmente a FPA também poderiam estar alinhados à Frente e dedicados a contestar as demarcações de terras indígenas.

Como é possível conferir no Anexo B, em 2013, foram registradas 23 atividades oficiais a respeito de demarcações de terras indígenas no âmbito da CINDRA. No que se refere à subcomissão especial analisada aqui, entre abril e agosto daquele ano, foram realizadas cinco reuniões entre seus membros. Todas as atividades promovidas na CINDRA a respeito de terras indígenas foram consideradas como fonte subsidiária do relatório final da Subcomissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas, de autoria de Asdrúbal Bentes (PMDB/PA) (BRASIL, 2013g, p. 6). As duas primeiras reuniões da subcomissão foram de instalação, eleição de seu presidente e relator, além de discussões iniciais. Na terceira reunião, ocorrida no dia 14 de maio, a questão dos minérios em terras indígenas foi colocada em pauta. Os deputados solicitaram “o mapa mineral do Brasil, em específico no tocante às regiões demarcadas e passíveis de demarcação”, tendo sido protocolado um requerimento⁸⁰ de pedido de informação ao Ministério de Minas e Energia, via Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sobre exploração de recursos minerais em terras indígenas (BRASIL, 2013g, p. 9 e 26). Portanto, assim como durante a Constituinte de 1987/88 e na CPI da Funai de 1999, as demarcações de terras indígenas foram associadas à exploração de minérios, como forma de deslegitimar a demanda social destes povos tradicionais e, não por acaso, tal questão era oriunda novamente de deputados da região Norte do país.

Na quarta reunião da subcomissão, realizada em 21 de maio, falou-se da proposta de criação da CPI sobre demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas: “Os deputados determinaram providências para que se instale uma CPI das Demarcações Indígenas, assunto que deverá ser tratado em reunião com o Secretário Geral da Mesa” (BRASIL, 2013g, p. 10). Portanto, os encontros da subcomissão também eram utilizados para pensar ações relacionadas

⁷⁹ Importante observar que Nilson Leitão assumiu o mandato em 13 de julho de 2011 (portanto, após o início da 54ª Legislatura e do registro da FPA) em virtude de nova totalização dos votos pelo TRE. A lista completa de deputados e senadores signatários da FPA em 2011 está disponível na página da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=356>. Acesso em 4 de março de 2021.

⁸⁰ A saber: Req. nº 319/2013/CINDRA, de Nilson Leitão (PSDB/MT), apresentado em 14 de maio de 2013. Foi arquivado em 14 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013g).

a outros instrumentos legislativos. Como vimos, o pedido de CPI foi protocolado na Câmara dos Deputados na semana anterior, em 15 de maio, e, a partir de então, os deputados passaram a pressionar a Presidência da Câmara dos Deputados para criar essa comissão de inquérito.

Além disso, quatorze atividades da CINDRA sobre terras indígenas foram realizadas fora do Congresso Nacional, como reuniões com autoridades e viagens oficiais (ver Anexo B). Entre as autoridades com quem os parlamentares se encontraram, esteve o procurador-geral da República, Roberto Gurgel (11 de abril), e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams (11 de junho). No dia 15 de agosto, os deputados da CINDRA também se reuniram com a nova presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, que havia assumido o cargo em junho de 2013⁸¹.

Naquele ano, também foram registradas duas reuniões oficiais de deputados da CINDRA com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), uma delas em 16 de junho, com o então presidente da Corte, Joaquim Barbosa, e outra, em 9 de setembro, com o ministro Luís Roberto Barroso (Anexo B). Na ocasião, Barroso era responsável por analisar o mandado de segurança contra a instalação da comissão especial da PEC nº 215/2000, impetrado por deputados da Frente Parlamentar de Apoio ao Povos Indígenas.

Além desses dois encontros, há registro na imprensa de outras cinco reuniões de deputados federais da CINDRA com ministros do STF, naquele ano, para tratar de terras indígenas (MIGNONE, 2013c). Em 23 de maio, por exemplo, deputados se encontraram com Marco Aurélio Mello, que teria sido o quinto ministro do STF procurado pelos parlamentares da FPA naquela ocasião. Segundo Mignone (2013c), “Os deputados do bloco parlamentar [FPA], a CNA [Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil], e a OCB [Organização das Cooperativas Brasileiras] tentam juntos agora uma audiência com o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa”. Portanto, a já mencionada reunião oficial de deputados da CINDRA com Barbosa, em 16 de junho de 2013, fez parte desse conjunto de reuniões promovidas pelos parlamentares ligados ao agronegócio.

O principal objetivo dos deputados com esses encontros com integrantes do STF foi acelerar o julgamento dos embargos declaratórios do processo da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Na ocasião da reunião com Marco Aurélio Mello, o então presidente da FPA, Luis Carlos Heinze (PP/RS), declarou: “Estamos atacando em três frentes: Executivo, Ministério Público Federal e também no Supremo Tribunal Federal.” (MIGNONE, 2013c). Na oportunidade, Heinze também revelou a ideia de, no mês seguinte, realizar uma mobilização nacional contra as demarcações. Como veremos no próximo capítulo, a mobilização nacional de fato ocorreu, em 14 de junho, com atividades em cerca de dez estados brasileiros.

Os deputados da CINDRA também buscaram envolver o comando das Forças Armadas na pauta. No dia 4 de junho de 2013, os deputados da Comissão se reuniram no Quartel General do Exército, em Brasília (DF), com o então Comandante-Geral do Exército, Enzo Martins Peri, para tratar das demarcações de terras indígenas. Não foi possível ter acesso ao conteúdo da reunião, mas o tema central da conversa declarado publicamente foram as terras indígenas localizadas na faixa de fronteira (BRASIL, 2013g, p. 13). Ao longo desta pesquisa, foi possível constatar outras ocasiões em que militares foram chamados para se manifestar sobre o tema, chegando a este ponto de envolver o Comandante-Geral do Exército.

As atividades da CINDRA também geraram atritos com o governo de Dilma Rousseff. Em 14 de agosto de 2013, os deputados da Comissão aprovaram a convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Como vimos no tópico anterior, a ministra já havia comparecido, por convocação, em audiência da CAPADR, realizada em 8 de maio de 2013. A

⁸¹ A cobertura pelo canal *Terraviva* dessa reunião dos deputados da CINDRA com a nova presidente da Funai, em 15 de agosto de 2013, pode ser visualizada em: <https://mais.uol.com.br/view/14634129> Acesso em: 14 jun. 2021.

convocação de Hoffmann foi apresentada por Nilson Leitão (PSDB/MT) (Req. nº 375/2013/CINDRA), então líder da minoria na Câmara dos Deputados, sendo uma represália ao não comparecimento de representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em audiência da Comissão prevista para o mesmo dia e que acabou sendo cancelada. Os deputados se reuniram no horário previsto da audiência mesmo tendo sido comunicados, no dia anterior, sobre o não comparecimento dos representantes da empresa estatal. O presidente da CINDRA, Jerônimo Goergen (PP/RS), então informou que Maurício Antonio Lopes, presidente Embrapa, não havia comparecido por solicitação da Casa Civil da Presidência da República, pois o governo teria desautorizado a empresa a se envolver no debate das demarcações e participar da audiência pública. A reunião cancelada⁸² trataria de estudos da empresa que teriam divergido de laudos da Funai de processos de demarcação de terras indígenas⁸³. Apesar desse desentendimento com o governo, a convocação de Hoffmann acabou não sendo efetivada.

Após essa divergência, os deputados da CINDRA foram recebidos pelo presidente da Embrapa na semana seguinte, em 20 de agosto, na sede da estatal, em Brasília (DF). Curiosamente, o portal *Notícias Agrícolas* tratou o encontro oficial dos deputados da Comissão como sendo uma reunião da FPA com a Embrapa. Confira a nota na íntegra:

FPA e Embrapa discutem validade de laudos para demarcação de terras indígenas

20/08/2013

Integrantes da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) da Câmara Federal serão recebidos nesta terça-feira (20.8), às 9h30 (horário de Brasília), no gabinete do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, em Brasília.

O encontro acontece após duas tentativas do colegiado de promover audiência pública para discutir o estudo elaborado pelo órgão no Paraná, que apontou a inexistência de povos indígenas em áreas reivindicadas pela Funai para fins de demarcação. (FPA E EMBRAPA DISCUTEM VALIDADE..., 2013).

Observando o título da nota e seu conteúdo, na ocasião, o portal de notícias parece tratar a FPA e a CINDRA quase como sinônimos, demonstrando o entendimento corrente do controle da Comissão por parlamentares da Frente.

No mês seguinte, em 11 de setembro, ocorreu outra importante atividade oficial da CINDRA: uma reunião ampliada com deputados da Comissão, da FPA e da CAPADR, no Palácio do Planalto, com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para tratar das demarcações de terras indígenas (figura 10) (BRASIL, 2013g). Também estiveram presentes os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário. Cerca de 42 deputados federais participaram dessa atividade, dentre eles, o presidente da CINDRA,

⁸² Essa audiência pública foi produto do requerimento nº 326/2013 de autoria do Deputado Jerônimo Goergen, subscrito pelo deputado Nilson Leitão (PSDB/MT). Os convidados eram Maurício Antônio Lopes, presidente da Embrapa; Antônio Andrade, então ministro Agricultura, Pecuária e Abastecimento; José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça; Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República e Maria Augusta Boulitreau Assirati, presidente da Funai.

⁸³ É possível conferir a cobertura dos portais de notícias do agronegócio sobre a questão: 1) Câmara aprova convocação de Gleisi Hoffmann para explicar demarcações: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/126963-camara-aprova-convocacao-de-gleisi-hoffmann-para-explicar-demarcacoes.html> Acesso em: 9 mar. 2021; 2) Câmara cancela audiência que analisa relatório da Embrapa: <https://mais.uol.com.br/view/14632332> Acesso em: 9 mar. 2021; 3) Governo impede técnicos da Embrapa de participar de audiência pública para debater demarcações de terras indígenas: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/entrevistas/126959-entrevista-confira-a-entrevista-com-jeronimo-goergen---dep-fed-pp-rs.html> Acesso em: 9 mar. 2021

Gerônimo Goergen (PP/RS) e o presidente da FPA, Luis Carlos Heinze (PP/RS). Vale contextualizar que, no dia anterior (10 de setembro), foi criada a comissão especial da PEC nº 215/2000, tratada com maior atenção no capítulo III. Após a reunião no Planalto, segundo o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), a promessa do governo foi que, em duas semanas, seria publicada nova norma de regulamentação das demarcações de terras indígenas definindo a participação de outros ministérios e da Embrapa nesses processos (MIGNONE, 2013b). A demanda dos deputados acabou não sendo efetivada pelo governo federal.



6:37 PM · Sep 11, 2013 · Twitter for iPad

Nota: também nessa publicação, Heinze está nomeado pelo cargo que tem em 2021 (senador pelo PP/RS).

Figura 10. Audiência de deputados com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em 11 de setembro de 2013. Fonte: Heinze (2013b).

Como já mencionado, em 2013 também foram realizadas duas viagens oficiais por integrantes da CINDRA. A primeira delas, em 14 de abril, foi à terra indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, para “verificar *in loco* os efeitos decorrentes da demarcação em área contínua, abrangendo várias etnias, e as consequências econômicas decorrentes da expulsão dos agricultores e rizicultores” (BRASIL, 2013g, p. 12). A comitiva foi acompanhada por jornalistas da Câmara dos Deputados e integrada por cinco deputados: Jerônimo Goergen (PP/RS), Marcio Junqueira (DEM/RR), Marcelo Castro (PMDB/PI), Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) e Raul Lima (PSD/RR). Junqueira fez o trajeto por terra e os demais de avião. Quartiero falou à reportagem da Câmara sobre as duas fazendas com plantações de arroz irrigado que possuía no Vale do Rio Surumu, que hoje faz parte da área homologada da terra indígena – “Exploramos milhares e milhares de hectares de terra sem derrubar nenhuma árvore, pois há extensas regiões sem nenhuma árvore.” (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2013). Portanto, o

deputado era diretamente interessado na questão devido à perda dessas áreas, tendo sido eleito, inclusive, com plataforma eleitoral contrária às demarcações de terras indígenas (OLIVEIRA, E., 2010). Na divulgação dessa viagem, a matéria da *Agência Câmara de Notícias* trouxe o ponto de vista dos moradores de Raposa Serra do Sol:

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), que lutou pela demarcação, informou que cerca de 25 mil índios habitam a região. A entidade defende que o processo foi um sucesso e nega que a maioria esteja em dificuldades para sobreviver com o fruto do seu trabalho. Segundo o coordenador-geral do CIR, Mario Wapichana, muitos índios criam gado e outros plantam mandioca e milho, principalmente, e vendem o excedente para comprar os gêneros alimentícios de que não dispõem.

Na opinião de Mario, a região da reserva visitada pelos jornalistas sofre as consequências de uma ocupação predatória, que incluiria o despejo de agrotóxicos em rios e a destruição de mata ciliar. Segundo ele, serão necessários cerca de 15 anos para a recuperação dessas áreas, por processos naturais.

O índio Aguinaldo Macuxi, que vive na reserva, também defendeu a demarcação: “Nós estamos com plantio de feijão, com plantio de milho, de mandioca e criação de gado. Nós estamos com 500 reses aqui dentro da fazenda. Pela conversa dos políticos, os deputados dizem que nós estamos morrendo de fome, mas ninguém está morrendo de fome”, disse. (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2013).

Nesses trechos, é possível constatar que os indígenas consultados enfatizam que realizam atividades econômicas na terra indígena, inclusive com a produção de excedentes, buscando rebater o discurso dos ruralistas de que a área passou a ser improdutivo com sua regularização.

A segunda viagem foi ao sul do país, em missão oficial da CINDRA no município de Mato Castelhanos, no Rio Grande do Sul, em 20 de junho⁸⁴ (figura 11). Os deputados tinham o objetivo de verificar “a situação enfrentada pelas famílias que estão sendo expulsas de suas propriedades em função das demarcações de terras indígenas” (BRASIL, 2013g, p. 14). Naquele ano, a terra indígena Mato Castelhanos (povo Kaingang) ainda estava em estudo (Portaria da Funai do GT de Identificação nº 446, de 8 de maio de 2009), sendo delimitada em 2016 (BRASIL, 2019).

Os deputados aproveitaram a viagem para realizar uma audiência com agropecuaristas da comunidade de Mato Preto, no mesmo dia 20 de junho (figura 11, a seguir)⁸⁵. A terra indígena Mato Preto incide sobre os municípios de Erebango, Erechim e Getúlio Vargas (RS) e teve portaria declaratória do Ministério da Justiça emitida em 21 de setembro de 2012 (Portaria MJ nº 2.222). Sete deputados estiveram presentes na audiência de Mato Preto, que também contou com o envolvimento do Sindicato Rural de Getúlio Vargas (Sistema CNA) (PRODUTORES GAÚCHOS SE REÚNEM COM PARLAMENTARES..., 2013; MANIFESTAÇÕES E ENCONTROS QUESTÃO INDÍGENA, 2013).

⁸⁴ A viagem foi produto do Requerimento nº 322/2013 - CINDRA, de Jerônimo Goergen (PP/RS).

⁸⁵ A audiência também teve cobertura do programa Globo Rural, da TV Globo: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/vida-rural/noticia/2013/06/agricultores-fazem-protesto-contrario-de-reserva-indigena-no-rs.html> Acesso em: 21 mar. 2021.



Alceu Moreira
@Alceu_Moreira

Audiência pública sobre as demarcações de terras indígenas na Comunidade de Mato Preto

Translate Tweet



9:18 PM - Jun 20, 2013 - Twitter Web Client



Alceu Moreira
@Alceu_Moreira

Participando da audiência pública sobre demarcações de terras indígenas em Mato Castelhanu

Translate Tweet



10:21 PM - Jun 20, 2013 - Twitter Web Client

Figura 11. Audiências públicas realizadas a partir da viagem de deputados da CINDRA ao estado do Rio Grande do Sul em junho de 2013. Fonte: Moreira (2013a; 2013b).

Apesar de não termos acesso ao conteúdo dessas duas reuniões, foi possível confirmar a presença dos deputados federais Alceu Moreira (PMDB/RS), Carlos Magno (PP/RO), Darcísio Perondi (PMDB/RS), Jerônimo Goergen (PP/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Nilson Leitão (PSDB/MT) e Valdir Colatto (PMDB/SC)⁸⁶. As duas audiências foram realizadas uma semana após a “Mobilização Nacional pela revisão e suspensão de demarcações de Terras Indígenas”, promovida, em 14 de junho, pela FPA em parceria com entidades sindicais, e que contou com a participação de agricultores das duas comunidades. No próximo capítulo, veremos que a demarcação dessas duas áreas também foi motivo de outras mobilizações de rua ao longo de 2013.

Além disso, como pode ser visto no quadro 16 (a seguir), em Brasília (DF) também ocorreram na CINDRA duas audiências públicas e uma mesa redonda sobre demarcação de terras indígenas, em 2013.

⁸⁶ “Quero agradecer aos deputados Carlos Magno, Nilson Leitão, Valdir Colatto, que vieram de longe trazer o apoio contra demarcações injustas” (MOREIRA, 2013d). A presença de Darcísio Perondi (PMDB/RS), Jerônimo Goergen (PP/RS) e Luis Carlos Heinze (PP/RS) foi confirmada por Moreira (2013e).

Quadro 16. Audiências públicas e mesa redonda realizadas no âmbito da CINDRA, em 2013.

Data	Atividade	Local
7 maio 2013	Audiência pública para debater “sobre demarcação de terras indígenas no Brasil e o fechamento da BR-174 nos Estados do Amazonas e Roraima”.	Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 15
20 ago. 2013	Audiência pública para “Debater sobre a demarcação de terras indígenas no estado do Maranhão, com ênfase nas áreas de Governador e Awa-Guajá”.	Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 2
4 set. 2013	Mesa-redonda com o escritor Lorenzo Carrasco para “Lançar o livro ‘Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil: um olhar nos porões do Conselho Mundial de Igrejas’”.	Câmara dos Deputados, CINDRA, Sala da Presidência

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

Apesar da pauta da primeira audiência (demarcações e o fechamento da BR-174 nos Estados do Amazonas e Roraima) e do conteúdo exposto pelos convidados⁸⁷, os deputados presentes abordaram, em suas intervenções, principalmente as demarcações de terras indígenas, questionando a atuação da Funai nesses processos. Com a aprovação do plenário, um cientista social envolvido na contestação de laudos antropológicos de identificação de terras indígenas também realizou exposição. Esse profissional declarou ter fornecido material ao deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) para que fosse utilizado na audiência pública do dia seguinte (8 de maio), com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, convocada pela CAPADR. Portanto, houve interação entre as atividades da CINDRA e da CAPADR a respeito das terras indígenas.

Nessa audiência de 7 de maio, os deputados também ficaram insatisfeitos com o fato da então presidente da Funai, Marta Maria do Amaral Azevedo, não ter participado da reunião — uma diretora da Fundação compareceu para representá-la. Nesse contexto, entrou em discussão a convocação de ministros como instrumento de pressão e demonstração de poder, como já vimos em relação à CAPADR. Os deputados debateram a convocação do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, mesmo reconhecendo serem correntemente atendidos por Cardozo, mas se sentiam desprestigiados com as negativas de convites pela presidente da Funai. Isso é exemplificado pelas falas dos deputados Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) e Moreira Mendes (PPS/RO):

Sr. presidente, senhoras e senhores, eu gostaria de endossar a ideia do colega e também de convocar o ministro da Justiça. Nós não acreditamos que haja muita novidade por parte dele, mas, no mínimo, para recuperarmos um pouco o nosso prestígio e a nossa autoestima, que parecem estar em baixa, com as frequentes negativas da presidente da Funai de comparecer em qualquer debate. V.Exa. é prova disso, Sr. presidente, pois esteve lá em Roraima. Convidamos a Funai, e ela não se dignou nem a mandar um representante. Então, se o convite não está mais resolvendo, acho que temos que convocar mesmo. (BRASIL, 2013m).

⁸⁷ Entre os expositores estava Maria Augusta Boulitreau Assirati, então Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, e Benjamin Affonso Neto, chefe do 3º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal, que buscaram, em suas manifestações, demonstrar a importância e os efeitos positivos do fechamento noturno da rodovia. Já José Luiz Jaborandy Júnior, General de Brigada, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, buscou apontar em sua fala que a demarcação de terras indígenas não é propriamente um impedimento para atuação das Forças Armadas (ver Apêndice 3).

Em seguida, Moreira Mendes (PPS/RO) concordou com o colega:

Presidente, eu também endosso aqui o posicionamento dos nobres Deputados que me antecederam. Eu acho que isso deve ser, daqui para frente, uma conduta costumeira nossa, dos Deputados nesta Câmara dos Deputados: convocar um ministro por semana. Amanhã nós vamos ter a presença da Ministra-Chefe da Casa Civil, que foi convocada pela Comissão de Agricultura. E assim nós devemos fazer, até que o governo deixe de fazer ouvidos de mercador e preste atenção a um assunto que é gravíssimo no País inteiro. (BRASIL, 2013m).

Os deputados da FPA, portanto, pareciam cientes de seu controle sobre a Comissão e dos instrumentos que poderiam lançar mão para pressionar o governo de Dilma Rousseff em seu pleito contra a demarcação de terras indígenas.

Na audiência realizada em 20 de agosto⁸⁸, foi possível constatar a insatisfação de deputados da base governista com o governo com a questão das demarcações. Esse foi o caso, por exemplo, de Francisco Escórcio (PMDB/MA), vice-líder de seu partido na Câmara dos Deputados, que ressaltou que, apesar de ser da base do governo, não estava contente com o envio de um coordenador da Funai para a atividade, pois, para ele, a presidente da Fundação quem deveria ter comparecido. Nessa reunião, a Funai foi representada pelo Coordenador Geral de Índios Isolados e de Recente Contato, Carlos Travassos. Escórcio chegou a finalizar sua manifestação de maneira exaltada.

De toda forma, como o tema principal ali eram as demarcações no Maranhão, naquele dia, o plenário da Comissão contou com a presença de comitivas desse estado, além de indígenas que acompanharam a atividade (ver Apêndice 3). Compareceram representantes dos municípios de Zé Doca (MA) e São João do Caru (MA), além do presidente da Comissão Permanente dos Produtores Rurais do Município de Fernando Falcão (MA) e do presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Maranhão (Sistema CNA). Nesse cenário, os deputados do estado do Maranhão se empenharam em demonstrar apoio aos diversos agropecuaristas que estavam lá presentes.

Nessa reunião, ainda destacamos a presença do senador Edison Lobão Filho (DEM), eleito pelo estado do Maranhão, que declarou que não era por meio das demarcações que se garantiriam os direitos dos povos indígenas. O senador também afirmou:

Eu não acho que o brasileiro seja um trabalhador de segunda classe e o indígena de primeira classe, que é a forma como o brasileiro tem sido tratado. Achar que o brasileiro comum é segunda classe e o indígena primeira classe é um erro absoluto. Todos nós brasileiros somos iguais. O indígena e o trabalhador agrícola brasileiro. (BRASIL, 2013n).

Portanto, para o senador, com a realização das demarcações, os povos indígenas estariam passando por tratamento privilegiado pelo Estado brasileiro, o que os colocaria como cidadãos de “primeira classe” em relação ao que classifica como “brasileiro comum”.

Nessas reuniões, também observamos que foi difundida a ideia de que o Brasil seria um exemplo de “harmonia racial”, um país de mestiços, e o problema racial/étnico teria sido introduzido por organizações não governamentais estrangeiras (as ONGs), “criando” divisões na população, entre povos nativos e não nativos. Esses argumentos foram defendidos especialmente por Lorenzo Carrasco, um escritor mexicano que participou da audiência da

⁸⁸ Produto do Req. nº 346/2013-CINDRA, de autoria do deputado Weverton Rocha (PDT/MA), subscrito pelo deputado Asdrúbal Bentes (PMDB/PA).

CINDRA em 4 de setembro de 2013. Segundo esse escritor, a difusão dessas divisões teria sido feita, principalmente, pela atuação do Conselho Mundial de Igrejas. Essas teses são mais um exemplo do entendimento de que indígenas e quilombolas não teriam agência sobre seus atos, influenciados ou mesmo controlados por outros agentes e organizações, servindo particularmente a interesses internacionais.

Vale mencionar que, na ocasião, antes da explanação de Carrasco, o presidente da CINDRA, Jerônimo Goergen (PP/RS), chegou a salientar que o tema trazido por Carrasco não era unanimidade na Comissão — “porque tem aqueles que não concordam com suas teses e eu preciso registrar como presidente” (BRASIL, 2013o) — apesar de não publicizar sua opinião pessoal sobre essas teses e não evidenciar se entre os próprios parlamentares da FPA havia constrangimento na defesa de tais ideias. De qualquer modo, é importante frisar que Carrasco era um dos convidados do seminário “Acorda Brasil: a Amazônia é Nossa”, realizado pela Famato (Sistema CNA) no município de Brasnorte (MT), em 8 de outubro de 2008, e voltaria à Câmara dos Deputados em 2014 para uma audiência da CAPADR, oportunidade em que considerou que as demarcações eram um “retrocesso civilizatório”. Em 2016, o escritor ainda seria depoente da CPI da Funai e do Incra a convite do deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), integrante da FPA⁸⁹. Portanto, Carrasco era uma referência recorrente dos ruralistas para abordar o tema.

As atividades mais frequentes da CINDRA, em 2013, foram reuniões com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo: cinco no total — 3 de abril, 04 e 12 de junho, 21 de agosto e 18 de setembro. A reunião com Cardozo ocorrida no dia 21 de agosto contou, inclusive, com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). Como vimos, o ministro ainda participou de três audiências públicas da CAPADR, de 2011 a 2014. Isso, de certa forma, confirma a centralidade de seu cargo no enredo das disputas em análise, endossando declarações dadas por ele, anos mais tarde, em entrevista ao jornal *El País Brasil* quando questionado sobre as ações de parlamentares da FPA. Nessa publicação, o ex-ministro declarou que era “uma pressão brutal” e, segundo ele, deputados e senadores ruralistas o procuravam constantemente, trazendo também deputados estaduais, prefeitos e agropecuaristas para reuniões:

Eles iam frequentemente ao ministério me pressionar. [...] Era uma pressão brutal. Fui várias vezes convocado ao Senado e à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos porque eu prosseguia com as demarcações. Havia um clima de tensão permanente. Tínhamos acusações dos ruralistas como também tínhamos críticas de lideranças indígenas, que diziam que não devíamos tentar pacificar nada, mas implementar as demarcações. Só que isso podia gerar mortes e abusos. O que tentamos fazer foi um processo de mediação e viabilizar a demarcação de forma pacificada. (JUCÁ, 2019).

Portanto, parte dessas reuniões sobre terras indígenas que Cardozo participou com os parlamentares da FPA fez parte da agenda oficial das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Isso levanta reflexão sobre o acesso desigual ao ministro, de um lado, por parte dos representantes do agronegócio e, de outro, pelos representantes de povos originários e seus parlamentares apoiadores. Vale lembrar que Cardozo já havia declarado aos deputados da CAPADR, na audiência em 20 de novembro de 2012, que a pauta ocupava 60% de sua agenda.

⁸⁹ Na CPI da Funai e do Incra, a participação de Carrasco foi alvo de revolta e deboche dos deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Nilto Tatto (PT/SP). Naquela reunião, realizada em 3 de março de 2016, o escritor definiu que as terras indígenas eram “cativeiros”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/482479-integrantes-de-cpi-da-funai-incra-divergem-sobre-depoimento-de-sociologo/> Acesso em 29 jul. 2021.

Nessa entrevista ao *El País Brasil*, Cardozo também considerou que as demarcações ainda a serem realizadas se caracterizavam como os casos mais conflituosos – “o que resta para ser demarcado, salvo várias exceções, são situações bastante conflituosas” (JUCA, 2019).

O relatório da subcomissão especial a respeito das demarcações de terras indígenas foi apresentado por Asdrúbal Bentes (PMDB/PA) em dezembro de 2013. A partir do documento, é possível constatar que algumas áreas demarcadas ou em processo de reconhecimento foram de interesse especial dos parlamentares da subcomissão: Mato Castelhana (RS), Trombetas-Mapuera (PA, AM e RR), Luciara (MT), Vila Taboca (São Félix do Xingu-PA), “Suiá-Missu” (MT) (terra indígena Marãiwatsédé), Kayabi (MT e PA) e, em especial, as áreas de Governador e Awá-Guajá (MA) que, como mencionado, foram pauta em audiência pública realizada em 20 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013g, p. 8, 10, 15).

Dentre as sugestões presentes nas conclusões do relatório, estão a alteração do Decreto nº 1.775/1996, que deveria passar a prever recurso às demarcações para, pelo menos, duas instâncias administrativas superiores (no caso, Ministério da Justiça e Casa Civil) e ampliação da atribuição do ministro da Justiça para que pudesse rejeitar, alterar ou aprovar o perímetro da área de terra indígena proposto pela Funai. O relatório também propõe que o procedimento de estudo, identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas deveria envolver mais agentes, como empresas estatais, entidades governamentais e órgãos públicos, além de prever a apreciação da proposta de demarcação pelo Conselho de Defesa Nacional, a quem competiria expedir parecer conclusivo pela aprovação, rejeição, ou modificação da demarcação, que seria, então, encaminhado à Presidência da República. Por fim, não obstante essas indicações, o relatório defende que a análise e aprovação da demarcação de terras indígenas seja atribuição do Congresso Nacional, apoiando, portanto, a Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000. Em linhas gerais, as recomendações do relatório da subcomissão foram muito semelhantes às que seriam apresentadas, em 2014, no relatório do deputado Lira Maia da PFC nº 61/2011 da CAPADR, analisado no final do tópico anterior. Com o fim da sessão legislativa, a Subcomissão Especial de Demarcações de Terras Indígenas da CINDRA foi extinta em 12 de março de 2014.

Por fim, vale ressaltar que, durante a 54ª Legislatura, apenas em 2013 o tema das demarcações indígenas foi pautado em atividades da CINDRA. Em 2014, apenas um requerimento⁹⁰ foi aprovado sobre o assunto. Portanto, o fato de a presidência da Comissão estar, em 2013, com um deputado do PP do Rio Grande do Sul, estado cuja participação nos conflitos em torno dos direitos indígenas cresceu substancialmente nesse período, parece ter sido fundamental para o tema ter sido abordado com tamanha densidade na Comissão. Dada a relevância dos partidos para a coordenação e controle das atividades nas comissões (VASQUEZ, 2020), é possível supor que a prioridade do tema das demarcações de terras indígenas também tenha sido parte da estratégia de atuação do Partido Progressista naquele ano, o que não só coloca em questão a centralidade da FPA na condução da pauta, como reforça a importância dos partidos na coordenação da política no Congresso Nacional como um todo.

Pensando a partir da questão do poder em Elias (2001), percebemos que, com o comando da CINDRA e seus instrumentos, integrantes da FPA ampliaram suas possibilidades de ação para além da CAPADR nesse período, pois, com a legitimidade conferida pela Comissão, os deputados realizaram reuniões com autoridades, tiveram acesso privilegiado a ministros de Estado e a informações, e pressionaram o governo sob pretexto de fiscalização. Todavia, salientamos que isso não seria possível sem que PP indicasse à presidência da

⁹⁰ A saber: requerimento nº 462/2014, de Zequinha Marinho (PSC/PA), que propôs a realização de audiência pública em São Félix do Xingu (PA) a respeito da terra indígena Apyterewa. Este requerimento foi aprovado na CINDRA em 26 de março de 2014, mas não chegou a ser implementado.

CINDRA um de seus deputados interessados na pauta das demarcações, assinalando para a influência desse partido na nessa disputa. De qualquer forma, ainda que limitado ao controle político de alguns espaços institucionais (as comissões permanentes), parlamentares da FPA conseguiram impor o tema das demarcações de terras indígenas à agenda do Executivo e pressionar por mudanças.

4.3 DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA PAUTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA) DO SENADO FEDERAL (54ª LEGISLATURA)

Inicialmente, voltamos nossa atenção às atividades na Câmara dos Deputados, mas, ao longo do levantamento de materiais e fontes, identificamos atividades importantes sobre demarcação de terras indígenas (e mesmo de titulação de territórios quilombolas) no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal. Nessas atividades, constatamos ainda que especialistas e lideranças do agronegócio que estiveram presentes em atividades da CAPADR e da CINDRA também participaram de atividades da CRA. Assim, buscamos identificar as reuniões específicas sobre o tema nesta comissão no período aqui enfocado (2011-2014), com atenção especial às audiências públicas, pois, com base em seus participantes, essas atividades fornecem informações das relações estabelecidas pelos parlamentares.

Com amplitude temática semelhante à CAPADR da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal opinar sobre temas como agricultura, pecuária e abastecimento, direito agrário, uso ou posse temporária da terra, regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação, além de questões de colonização e reforma agrária — artigo 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (BRASIL, 1970). Portanto, por abordar temas fundiários e agrários, espera-se que a CRA seja uma das comissões permanentes onde se trate de questões relacionadas à demarcação de terras indígenas.

Analisando o período de 2005 a 2018, Ferreira (2019, p. 125) demonstrou que, assim como faz na Câmara (VASQUEZ, 202), o PP também prioriza a Comissão de Agricultura do Senado Federal, tendo assumido a presidência do órgão em 40% das gestões ocorridas entre 2005 e 2018. Segundo o autor, a Comissão também costuma ser priorizada por parlamentares da região Centro-Oeste do país, com destaque para a 54ª Legislatura (2011-2015), quando 34,3% dos senadores que passaram pela CRA eram representantes de estados dessa região (FERREIRA, 2019, p. 132).

Nas duas primeiras sessões legislativas da 54ª Legislatura (2011 e 2012), a CRA foi presidida por Acir Gurgacz (PDT/RO), tendo Waldemir Moka (PMDB/MS) como vice-presidente; nas duas últimas sessões (2013 e 2014), foi presidida por Benedito de Lira (PP/AL), com Acir Gurgacz (PDT/RO) como vice-presidente. Os senadores Waldemir Moka e Benedito de Lira foram signatários da criação da FPA para a 54ª Legislatura, em março de 2011.

A CRA possui 17 titulares (e 17 suplentes)⁹¹, cuja composição e distribuição de vagas por blocos partidários de 2011 a 2014 pode ser conferida nos anexos G a J. Uma diferenciação importante é que a renovação geral das comissões permanentes do Senado ocorre a cada dois anos (como vimos, na Câmara a mudança é anual) — “Assim, os senadores têm maior certeza sobre o futuro parlamentar, dispondo de um horizonte mais longo para acordos informais e trocas de apoio nas deliberações comissionais” (ARAÚJO, 2017, p. 1179). Apesar disso, como

⁹¹ O número é fixado pelo Artigo 77 do Regimento Interno do Senado Federal (BRASIL, 1970).

pode ser constatado nos anexos, várias mudanças na composição da CRA ocorreram ao longo dos anos, pois trocas podem ser realizadas a qualquer momento.

Para Araújo (2017, p. 1178), em princípio, no âmbito das comissões, deputados e senadores têm um “cacife político” similar, devido ao tamanho dos corpos deliberantes — que seria, em média, de 20 membros no Senado, e de 26 na Câmara. Mas, como vimos, a CAPADR possuía, no mesmo período, mais do que o dobro de parlamentares titulares (40 a 42), o que impacta seu poder de mobilização política e, como demonstrado por Vasquez (2020), também na quantidade de atividades. Portanto, é esperado que o volume geral de atividades da CRA seja menor do que a da CAPADR por essa diferença estrutural.

Para elaboração deste tópico, foram analisados os Relatórios da Presidência do Senado Federal de 2007 a 2014 — portanto, de duas legislaturas, para efeitos de comparação. O resultado do levantamento foi incluído no Apêndice 3, em ordem cronológica, junto das atividades da Câmara dos Deputados. Não foram identificadas reuniões da CRA que tratassem especificamente a respeito de demarcação de terras indígenas durante a 53ª Legislatura (2007-2011). As audiências públicas sobre terras indígenas identificadas ao longo da 54ª Legislatura (2011 a 2014) são apresentadas de modo resumido no quadro 17, a seguir.

Quadro 17. Audiências públicas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal durante a 54ª Legislatura a respeito de demarcações de terras indígenas.

Data	Atividade	Local
21 out. 2011	Audiência Pública com a finalidade de avaliar e debater sobre a política de regularização fundiária de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas no Brasil, bem como possíveis impactos para agricultura brasileira. (Req. nº 59/2011 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria da senadora Ana Amélia Lemos – PP/RS). A atividade foi realizada em parceria com a CAPADR/Câmara dos Deputados e Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS).
08 mar. 2012	Audiência Pública com a finalidade de analisar e discutir a situação das demarcações das reservas indígenas no Brasil, especialmente as ações e estudos para identificação e delimitação de novas áreas. Diversos convidados.	Plenário nº 09, Anexo II, Senado Federal, Brasília (DF)
31 out. 2013	Audiência Pública para “debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.” Diversos convidados.	Plenário nº 09, Anexo II, Senado Federal, Brasília (DF)
07 nov. 2013	Audiência Pública para “Debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.” Convidada: Maria Augusta Boulitreau Assirati, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) .	Plenário nº 9, Anexo II, Senado Federal
21 nov. 2013	Audiência Pública para “Debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.” Contou com a participação do ministro de Estado, José Eduardo Cardozo, do Ministério da Justiça .	Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

Como é possível observar no quadro 17, de 2011 a 2014, cinco audiências públicas a respeito de demarcações de terras indígenas foram realizadas no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal: uma audiência em 2011, uma segunda audiência em 2012 e três audiências em 2013. Como ocorreu nas duas comissões permanentes da Câmara dos Deputados analisadas, o maior número de atividades sobre o tema ocorreu em 2013. Vale observar que, em 18 de outubro de 2013, ocorreu, na CRA, uma audiência para discutir a situação dos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, mas o tema principal não foram as demarcações de terras e, sim, o garimpo ilegal e a qualidade dos serviços públicos nessas comunidades indígenas.

A atividade realizada em 21 de outubro de 2011, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), em Porto Alegre, além de ser a primeira sobre o tema na CRA, durante a 54ª Legislatura, destaca-se entre as demais atividades. A reunião teve a finalidade de avaliar e debater sobre a política de regularização fundiária de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas no Brasil, e seus possíveis impactos para a agricultura brasileira. Foi produto do requerimento nº 59/2011 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, de autoria da senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS) e do requerimento nº 111/2011/CAPADR dos deputados Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS), sendo, portanto, atividade conjunta das duas comissões. Já a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi envolvida na atividade a partir de iniciativa dos deputados estaduais Edson Brum (PMDB) e Gilberto Capoani (PMDB).

A senadora Ana Amélia Lemos coordenou a audiência, que lotou o teatro Dante Barone da ALRS e transcorreu com grande agitação — aplausos, interrupções de falas e vaias (figura 12). Cerca de nove convidados se pronunciaram, entre representantes sindicais (Fetag, Farsul, Fetraf-Sul e CNA), especialistas e funcionários de órgãos do governo federal (Funai, Incra e Fundação Cultural Palmares). O presidente da ALRS, deputado Adão Villaverde (PT/RS), também participou do evento. Pedro Paulo Prezzotto (DEM), prefeito de Getúlio Vargas (RS), representou o presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e falou da necessidade de partir para o confronto se a Constituição federal não fosse cumprida e os títulos das propriedades privadas respeitados. Como veremos no próximo capítulo, Getúlio Vargas (RS) é um dos municípios que passou por mobilizações de rua contra terras indígenas, em 2013, devido à demarcação da terra indígena Mato Preto. Quinze pessoas também falaram ao público a partir da abertura de inscrições, manifestando-se lideranças indígenas, quilombolas e representantes de agropecuaristas. A quantidade de pessoas envolvidas e a relevante inquietação do público demonstram que a pauta das demarcações já estava acirrada no Rio Grande do Sul naquele momento — outubro de 2011.



Figura 12. Audiência pública conjunta das comissões de agricultura do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, realizada em 21 de outubro de 2011, em Porto Alegre (RS). Fonte: Bertani (2011).

No início de 2012, o tema das demarcações foi retomado na CRA. Na audiência realizada em 8 de março daquele ano, participaram, a convite da Comissão, uma representante da Funai, um integrante do Cimi, o vice advogado-geral da União, um assessor técnico da CNA, um representante de comércio e serviços de Rondônia e um representante sindical dos pecuaristas de Rondônia — ou seja, nenhum indígena havia sido convidado, apenas representantes do governo federal, de uma organização social não indígena que apóia as demarcações (o Cimi) e de organizações antagonistas do reconhecimento de terras indígenas. Então, por iniciativa própria, Eliseu Lopes, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) falou ao público após ser autorizado pelo plenário, podendo, assim, realizar a defesa da pauta das demarcações de terras indígenas. O entendimento corrente dos parlamentares parecia ser de que a Funai era a representante dos povos indígenas e principal interessada na questão. Em suas considerações finais, Lopes ainda solicitou que os parlamentares contribuíssem para que fosse feita uma audiência com Dilma Rousseff, pois ela não teria recebido representantes do movimento indígena desde que havia tomado posse no início do ano anterior.

Nessa mesma atividade, Anaximandro Doudement Almeida, assessor da CNA, retoma questões do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai, realizada em 1999, apontando que os processos de demarcação de terras indígenas são considerados, desde lá, como “arbitrários”. O relatório final dessa CPI, portanto, permanecia como documento de referência naquele momento. Também vale considerar que o senador Acir Gurgacz (PDT/RO) citou, nessa reunião, a PEC nº 38/1999, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (então PFL/RR), que condiciona a demarcação de terras indígenas à aprovação no Senado Federal,

sendo similarmente fruto do movimento de contestação das terras indígenas por parlamentares da região Norte do país naquele período.

Já na primeira audiência da CRA realizada em 2013 (31 de outubro), houve consenso, contrário às demarcações, entre os convidados. Falaram ao público representantes da Acrissul e Famasul, um procurador do estado do Rio Grande do Sul, o prefeito de Palmeira dos Índios (AL) e um assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios. Segundo o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), que participou da audiência, um dos principais advogados especialistas em contestação de demarcações esteve entre os convidados desta reunião (ver Apêndice 3). Nesta mesma atividade, em situação semelhante à constatada no CINDRA, os senadores Acir Gurgacz (PDT/RO) e Ruben Figueiró (PSDB/MS) avaliaram convocar a então presidente da Funai para que viesse à CRA prestar esclarecimentos, já que consideravam um “desrespeito” essa autoridade não atender aos convites dos senadores. No entanto, isso não é possível, pois apenas pessoas que ocupam cargos diretamente subordinados à Presidência da República podem ser convocadas (BRASIL, 2013q).

Na semana seguinte, em 7 de novembro, a então presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, compareceu ao Senado Federal, em audiência na CRA. Um dos pontos abordados na fala da presidente da Fundação foi a questão de que a densidade populacional de terras e reservas indígenas no Mato Grosso do Sul, Alagoas e Rio Grande do Sul é maior do que a densidade populacional geral desses estados:

Mato Grosso do Sul: temos aí um percentual de 1,64% do Estado em área representando as terras indígenas regularizadas. [...] a gente tem hoje 149,26 habitantes indígenas por quilômetro quadrado, ou seja, vivendo nesse 1,64% do território. E, comparativamente, a densidade demográfica geral é 21 vezes maior, porque a gente tem 6,86 habitantes por quilômetro quadrado no restante do território do País. Ou seja, a densidade demográfica nas áreas indígenas é 21 vezes maior do que a densidade demográfica geral do Estado.

Esse número considero bastante significativo porque retrata e ilustra bastante a situação dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, sobretudo os da etnia guarani-kaiowá, que é a segunda maior etnia indígena no Brasil e que vive em situação de absoluto confinamento. Por isso a situação de conflito é tão grande e tende a se agravar sempre mais se a gente não conseguir efetivamente ter uma política territorial que garanta uma sobrevivência, uma capacidade de reprodução física e cultural adequada desse povo.

No estado de Alagoas, 0,13% do estado representa os territórios indígenas já regularizados; densidade demográfica, 617,78 indígenas por quilômetro quadrado; população geral, 112. Isso dá uma média de cinco vezes mais do que a população em geral.

Rio Grande do Sul: 0,23% apenas são terras regularizadas no estado; densidade demográfica dos indígenas, 53,41, e da população em geral, 37,96. (BRASIL, 2013s).

A presidente da Funai considerou que isso se deu devido à política integracionista ainda vigente na década de 1980, quando se demarcavam áreas incompatíveis com a possibilidade de reprodução física e cultural dessas populações na expectativa que assimilassem a cultura não indígena do entorno. Segundo Assirati, muitas áreas foram demarcadas dessa forma no Sul e Centro-Sul do país, mas a população indígena cresceu, continuou expressando as suas manifestações culturais, e essas áreas não foram mais suficientes para essas populações (BRASIL, 2013s). Oliveira Filho (1983) também considera que as áreas estabelecidas nesse período se aproximavam mais de reservas de mão de obra do que de reservas territoriais.

Após a explanação da presidente da Funai, os senadores Blairo Maggi (PR/MT)⁹² e Waldemir Moka (PMDB/MS) queixaram-se de que não foram apresentados os dados dos processos de reconhecimento de terras indígenas em andamento, apenas das terras indígenas regularizadas. O deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), então vice-presidente da FPA pela região Sul, também falou ao público na reunião, dedicando-se principalmente a criticar o laudo antropológico para identificação de terras indígenas.

Assim como na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, os parlamentares buscaram esclarecimentos com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, realizando com ele uma audiência pública em 21 de novembro de 2013. O então governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), esteve entre os que falaram ao público nessa reunião, que também foi acompanhada por vários representantes políticos desse estado, como prefeitos e, principalmente, representantes de sindicatos rurais do Sistema CNA. Segundo o senador Waldemir Moka (PMDB/MS), acompanharam a reunião presidentes de sindicatos rurais dos municípios de Laguna Carapã, Caarapó, Maracaju, Sidrolândia, Campo Grande, de Iguatemi, Dois Irmãos do Buriti, Antônio João, Caracol, Amambai, Tacuru e Eldorado. Como veremos no próximo capítulo, alguns desses municípios também tiveram mobilizações de rua contra terras indígenas em 2013, caracterizando Mato Grosso do Sul como importante local de tensão por conflitos fundiários relacionados à demarcação de terras indígenas. Nessa reunião, o ministro ainda citou especificamente o estado do Rio Grande do Sul, considerando, naquele momento, as áreas Passo Grande do Rio Forquilha (municípios de Cacique Doble e Sananduva) e Mato Preto (municípios de Erebangó, Erechim e Getúlio Vargas) como as mais tensas desse estado. A situação dessas duas terras indígenas seria distinta, mas preocupante.

Com exceção da atividade externa, em Porto Alegre (RS), coordenada por Ana Amélia Lemos (PP/RS), as atividades da CRA transcorreram com maior tranquilidade se comparadas às atividades na Câmara dos Deputados, incluindo a reunião com a então presidente da Funai, em 7 de novembro de 2013. A atividade realizada em Porto Alegre (RS), inclusive, foi a única fora do Congresso Nacional sobre o tema que contou com a participação de senadores. Baseado na experiência do trabalho de campo no Congresso Nacional, realizado no primeiro semestre de 2019, foi possível constatar, por exemplo, que o Senado Federal controla com maior rigor o ingresso do público em seus prédios, assim como a quantidade de pessoas que acompanham as reuniões das comissões permanentes, que se restringe à capacidade de cada auditório onde as reuniões ocorrem. Além disso, é importante ressaltar que não houve convocação de ministros para tratar do tema e, na Câmara dos Deputados, as audiências com ministros convocados tiveram maior participação de público geral e de parlamentares. Tais questões possivelmente influenciaram no modo como essas reuniões transcorreram em cada Casa Legislativa, com tendência de menor agitação do público acompanhando presencialmente as atividades no Senado Federal.

Destacamos que apenas em 2012 e 2013 foram identificadas atividades exclusivamente de iniciativa de senadores da CRA, pois a reunião realizada em 2011 foi em parceria com a CAPADR/CD e a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Por fim, é possível comparar a proporção de atividades sobre demarcação de terras indígenas na CRA/SF e na CAPADR/CD tomando como referência 2013, visto que foi o ano com o maior número de atividades sobre esse tema nessas duas comissões (tabela 1).

⁹² Como lembra Bruno (2017b), a família do senador Blairo Maggi é proprietária do grupo *Amaggi*, um dos maiores da América Latina no ramo de agronegócio. O senador foi anteriormente governador do Mato Grosso (2003-2010) e já foi conhecido como o “rei da soja”.

Tabela 1. Audiências públicas CAPADR/CD e CRA/SF sobre demarcações de terras indígenas em 2013.

Comissão	Total de audiências 2013	Audiências sobre demarcações de terras indígenas
CAPADR/CD	41	5 (12,2%)
CRA/SF	23	3 (13%)

Fonte: Brasil (2013p); Brasil (2013r, p. 211-215).

Naquele ano, a CRA realizou, no total, 23 audiências públicas, enquanto a CAPADR realizou 41 reuniões desse tipo. Como apontamos no início do capítulo, é esperado que a CRA tenha menor volume de atividades devido ao menor tamanho do corpo deliberante se comparado à CAPADR (esta possuía, em 2013, 42 titulares, ao passo que a CRA possuía 17). Nesse contexto, a CRA realizou uma proporção similar de atividades sobre demarcação de terras indígenas se comparada à CAPADR — 13% e 12,2%, respectivamente. Isso demonstra que o tema ganhou atenção de modo semelhante, em 2013, nas duas comissões quando observadas suas diferenças estruturais.

4.4 “TUDO O QUE NÃO PRESTA”: AS AÇÕES DA FPA CONTRA AS DEMARCAÇÕES GANHAM REPERCUSSÃO

Das dezenas de atividades parlamentares sobre terras indígenas identificadas ao longo da 54ª Legislatura, uma ganhou destaque nacional no início de 2014: a audiência pública realizada em Vicente Dutra (RS), no dia 29 de novembro de 2013. O conteúdo da reunião não foi de conhecimento geral até fevereiro de 2014, momento em que seus trechos mais polêmicos foram divulgados pela imprensa. O registro da atividade foi realizado por uma empresa de produção audiovisual e acabou disponibilizado em um canal no *YouTube* (possivelmente de maneira não autorizada). Essa mesma gravação foi analisada para elaboração deste tópico⁹³.

Ao contrário das demais atividades deste capítulo, não se trata de uma audiência externa oficial de uma das comissões permanentes do Congresso Nacional, mas de uma atividade promovida pelos parlamentares em nome da própria Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Essa audiência se soma ao contexto de outras seis audiências públicas oficiais fora do Congresso Nacional (do total de 23 atividades nas três comissões permanentes analisadas neste capítulo), além das outras três audiências não oficiais realizadas no RS (nos municípios de Passo Fundo, Mato Castelhana e Getúlio Vargas).

No caso da tramitação do novo Código Florestal, Pereira (2013) considerou que o instrumento das audiências públicas externas foi importante para a difusão e aceitação da proposta ruralista para a legislação florestal. Além disso, a autora identificou que a maioria das reuniões ocorreu nos maiores colégios eleitorais dos integrantes que se propuseram a coordenar os eventos (PEREIRA, 2013). De toda forma, Pereira (2013) evidenciou que a promoção de reuniões abertas fora do Congresso Nacional durante a tramitação da mudança no Código Florestal contribuiu para tornar claro o vínculo de cada parlamentar com a pauta e trouxe

⁹³ Os vídeos da audiência estão disponíveis em um canal do *YouTube* chamado Sepé Tiaraju: https://www.youtube.com/channel/UC-xcmvaKbLmogax2ods_QUw/videos Acesso em: 15 mar. 2021.

recompensas eleitorais, pois demonstrou a atuação do congressista por aquela causa e ainda a sua preocupação com aquele segmento que estava sendo ouvido (PEREIRA, 2013, p. 71). Nesse contexto, com a realização de diversas dessas atividades externas, é possível que tal situação tenha se repetido no caso das demarcações de terras indígenas.

Na Legislativa aqui analisada, apesar da importância e frequência dessas reuniões externas, foi a atividade de Vicente Dutra (RS), município da região norte do RS, que ganhou repercussão nacional e expôs de maneira contundente as ações da FPA de contestação das demarcações de terras indígenas. Exatamente pelo fato de não se tratar de uma reunião oficial da Câmara, os deputados parecem ter se sentido mais à vontade para expressar seus pontos de vista, sem receios. Como não se tem acesso às demais reuniões não oficiais de parlamentares, realizadas em Getúlio Vargas, Passo Fundo e Mato Castelhano, não é possível saber se essa situação se repete. Assim, consideramos importante dar maior atenção ao conteúdo desta audiência e a seus participantes.

A reunião em Vicente Dutra foi realizada no Salão Paroquial do município (que estava lotado), contou com a participação do padre local e foi coordenada pelo deputado federal Vilson Luiz Covatti (PP/RS), que é natural de Palmitinho (município vizinho). A reunião também contou com a presença dos deputados federais Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luis Carlos Heinze (PP/RS). Naquele contexto, estava em andamento, no município, o reconhecimento da terra indígena Rio dos Índios (Kaingang), com processo iniciado pela Funai no ano 2000. Na semana anterior a esse evento, houve agressões entre indígenas e o segurança de um balneário turístico, em Vicente Dutra (RS), que ocupa parte da área declarada como terra indígena pelo Ministério da Justiça⁹⁴ (POLÍCIA REFORÇA SEGURANÇA APÓS CONFRONTO..., 2013).

Diversas autoridades regionais acompanharam a audiência, sendo o prefeito local, João Paulo Pastório (PMDB)⁹⁵, seu anfitrião. Entre os que falaram ao público estavam o presidente da Câmara de Vereadores e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município (Sistema Contag) — inclusive uma bandeira da Contag ornava a mesa dos convidados. Zílio Roggia (PMDB), prefeito de Caiçara e presidente da Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP) também discursou, representando os prefeitos da região. Os prefeitos de Frederico Westphalen (RS) e Taquaruçu do Sul (RS), municípios vizinhos, estiveram entre os convidados, mas não falaram ao público. Portanto, a atividade mobilizou diversas lideranças políticas locais e regionais. A audiência pública de Passo Fundo (RS), realizada anteriormente (26 de setembro de 2013), foi mencionada no início do evento.

Depois da execução do Hino Nacional e de uma oração conduzida pelo padre (um Pai Nosso), Covatti (PP/RS) falou da Portaria nº 303/2012/AGU, que incorpora as condicionantes de Raposa Serra do Sol aos demais processos de demarcação, e de sua suspensão pelo governo federal. Segundo ele, os parlamentares teriam começado, então, a pautar sua reedição. Covatti também reivindicou a data de promulgação da Constituição federal de 1988 como marco temporal para as demarcações, além da indenização dos títulos de propriedade incidentes sobre terras indígenas. Por fim, demandou a inclusão de mais pastas do governo federal no processo de demarcação, concluindo que: “No fundo, no fundo, o conflito é gerado quando as partes não são ouvidas [...] é o sagrado direito ao contraditório”. Portanto, o parlamentar retomava o argumento do desrespeito ao contraditório, que já havia motivado a edição do Decreto nº 1.775/1996 (ver Santilli, 1997).

Depois da abertura realizada por Covatti, foi mostrado ao público presente imagens de um incêndio em uma casa e da destruição de um escritório, em Vicente Dutra (RS), que teriam sido causados por indígenas. Também foram incluídas notícias de telejornais regionais e

⁹⁴ Portaria do Ministério da Justiça nº 3.895, de 23 de dezembro de 2004 (DOU de 24/12/2004).

⁹⁵ João Paulo Pastório (PMDB) foi reeleito prefeito de Vicente Dutra nas eleições de 2016.

nacionais, assim como mobilizações de rua de indígenas. Luís Salvador, vice-cacique da terra indígena em questão, aparece falando em uma das reportagens que os protestos foram realizados para pressionar pela indenização aos não indígenas presentes na área. Num dos vídeos apresentados, do *Canal Rural*, o prefeito de Vicente Dutra diz que os indígenas vieram “muito depois dos agricultores”. João Batista, comentarista do mesmo canal, declara que a Funai quer se antepor ao progresso: “Eles não admitem que o produtor tenha sucesso na vida. Eles são contra o sucesso. É um ressentimento contra o sucesso”.

Em seu discurso, Alceu Moreira (PMDB/RS) declarou que Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, era o “chefe dessa vigarice orquestrada” e reprovou a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi):

Por que será que, de uma hora para outra, tem que demarcar terra de índios e quilombolas? [...] Por trás dessa baderna, essa vigarice, está o Cimi, que é uma organização cristã, que de cristã não tem nada. Está a serviço na inteligência norte-americana e europeia para não permitir a expansão das fronteiras agrícolas do Brasil [...] Por que será que escolheram Vicente Dutra? [...] Eles querem as riquezas minerais que estão embaixo, no subsolo. Ninguém está preocupado com índio nenhum. [...] De fora para dentro, são interesses econômicos [...], de dentro para fora, é fundamentalismo ideológico. Está em marcha a instalação de uma república socialista-bolivariana. (Alceu Moreira – PMDB/RS).

Portanto, o deputado foi um dos propagadores da ideia de que as demarcações de terras indígenas não correspondem a interesses nacionais, associando à ideia de um “inimigo interno”, algo que, como vimos, já foi identificado por Bruno (2017b). Na sequência, o parlamentar ainda criticou a transformação de áreas privadas em terras públicas: “O que eles querem, na verdade, é transformar o solo brasileiro num projeto socialista, onde a terra é do governo e o povo só pode fazer a utilização permitida”. Difícil saber se o parlamentar realmente acreditava que Dilma Rousseff conduzia um processo de instalação de uma República “socialista-bolivariana” ou se fazia tais tipos de declarações apenas para agitar o público. De qualquer forma, Moreira cumpre seu papel de ruralista que, como já identificou Bruno (1997), é ser porta-voz do anticomunismo.

Em outro momento de sua fala, Moreira criticou o processo de reconhecimento de terras indígenas, principalmente o papel do laudo antropológico, o trabalho dos antropólogos, e chamou os funcionários da Funai de “vigaristas” que são patrocinados pelo Ministério Público Federal. O mesmo adjetivo acabou sendo dirigido ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O parlamentar ainda declarou que, após a demarcação, indígenas passarão fome e a própria Funai os denunciaria, mais tarde, por arrendamento das terras, tirando-os das áreas, que seriam, então, destinadas para a “companheirada” — em uma provável referência ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Eis que o deputado, então, incita a ação direta contra os indígenas e a ocupação da área declarada como terra indígena:

Nós, parlamentares, não vamos incitar guerra, mas lhes digo: se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista desses darem um passo na tua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede, todo mundo tem telefone. Liguem um pro outro imediatamente, reúnam verdadeiras multidões e **expulsem do jeito que for necessário!** Até porque quando expulsar, não vão expulsar índios daqui, vão expulsar índios que foram orientados de fora para cá. **Vamos mandar embora de onde vieram porque aqui não é a terra deles.** (Alceu Moreira – PMDB/RS, grifo nosso).

Essas declarações ganharam destaque posteriormente na imprensa ao lado das falas de Luis Carlos Heinze, que discursou na sequência. Antes de chamar este último colega, Wilson

Covatti fala que, anteriormente, os parlamentares enfrentaram a “guerra do Código Ambiental” (*sic*) e agora estão enfrentando a “guerra” da demarcação de terras indígenas e quilombolas, em mais um exemplo de como os dois temas são entendidos pelos próprios parlamentares da FPA como marcos na agenda política dos representantes do agronegócio.

O deputado Heinze, então presidente da FPA, começou sua intervenção também reivindicando como marco temporal para as demarcações a data de promulgação da Constituição federal de 1988 e citou os casos de demarcação de Mato Preto (municípios de Getúlio Vargas, Erechim e Erebango) e Passo Grande do Rio Forquilha (municípios Sananduva e Cacique Doble), ambas no Rio Grande do Sul. O deputado considerava que o governo federal não teria recursos financeiros para comprar as terras dos agricultores, além de não haver orçamento para investimentos em saúde e na educação naquelas comunidades. O envolvimento de um procurador do estado do Rio Grande do Sul⁹⁶ na pauta das demarcações foi mencionado por ele,

Veja o caso do procurador Rodinei Candeia: quis embargar o processo de Passo Grande do Rio Forquilha, em Sananduva e Cacique Doble, e saiu uma portaria do procurador-geral caçando os poderes dele, que ele não pode mais fazer isso. E ele estava defendendo 180 famílias lá de Sananduva e Cacique Doble. Não pode mais defender. Veja isso! Um absurdo! Isso é o Procurador Geral do estado do Rio Grande do Sul, ligado ao governador Tarso Genro [PT/RS]. (Luis Carlos Heinze, 2013).

O deputado ainda incentivou a contratação de segurança privada pelos agricultores da região:

O que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará. Porque a Brigada Militar não lhes dá guarida lá e eles é que tem que fazer a defesa de suas propriedades. (Luis Carlos Heinze, 2013).

Parte importante do discurso do presidente da FPA foi dedicado à flagrante busca por capitalização eleitoral da pauta das demarcações. Sendo 2014 ano eleitoral, o deputado destacou o fato de que o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), e a então Presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), ganharam as votações da última eleição (em 2010) no município de Vicente Dutra. Então questiona: “onde eles estão? Quem quer tirar a terra de vocês? Justamente esta gente!”. Logo na sequência, refere-se às eleições do próximo ano, alegando que deveriam votar “em quem estiver do lado de vocês”.

Em um momento seguinte, o parlamentar faz associação das demarcações de terras indígenas na região com os governos petistas no Executivo Federal: “Quando vieram aqui? Esse pessoal começou esse processo em 2002, 2003, 2004 quando o Lula assumiu o governo. Ali começaram a colocar o processo de vocês. Ali veio o processo de demarcação”. No entanto, esse não é o caso da terra indígena em processo de reconhecimento no município, que teve o grupo de trabalho de identificação instituído em fevereiro de 2000⁹⁷, o que significa que a área já era reivindicada e estava em processo de reconhecimento anos antes do primeiro mandato de Lula. Além disso, desde o segundo ano de mandato do PT na Presidência da República (2004), os Kaingang aguardam a homologação dessa terra indígena. É possível que o fato desse

⁹⁶ Em 2018, Rodinei Candeia foi candidato a deputado estadual do RS pelo Partido Progressista, tendo obtido 23.839 votos, mas não foi eleito. Em 2020, Candeia se candidatou a vereador de Passo Fundo (RS) pelo Partido Social Liberal (mesmo partido que Jair Bolsonaro utilizou para se eleger), sendo o mais votado do pleito, com 2.825 votos – conforme informações do portal do TRE-RS, disponíveis em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes> Acesso em: 18 ago. 2021.

⁹⁷ Portaria do GT de identificação nº 101, de 23 de fevereiro de 2000 (DOU de 24/02/2000).

processo se arrastar por mais de 10 anos em estágio avançado, sem solução, tenha contribuído para o aumento da tensão ao longo dos anos.

Heinze ainda apresentou verbalmente ao público a candidata a governadora de seu partido, Ana Amélia Lemos, então senadora do RS pelo Partido Progressista. Antes de finalizar, reforçou a questão eleitoral:

Certamente muitos de vocês votaram no Tarso e votaram na Dilma. Agora, que estão com a corda no pescoço, eu pergunto: pensam do mesmo jeito? O que adianta um PRONAF de 5 mil, de 10 mil, de 15 mil [reais], se tu vai perder a tua propriedade? Não vale nada! Vocês vão perder a terra, que é a dignidade e a vida de vocês! (Luis Carlos Heinze, 2013).

Apesar desses apelos, segundo o portal do TRE-RS, no segundo turno das eleições de 2014, em Vicente Dutra, Dilma Rousseff (PT) venceu, com 1.576 votos, contra 1.552, obtidos por Aécio Neves (PSDB). Já nas eleições para o governo do estado, José Ivo Sartori (PMDB) foi o vencedor nesse município, com 1.806 votos, contra 1.253 de Tarso Genro (PT). Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff (PT) havia vencido com 1.699 votos, contra 1.460 de José Serra (PSDB) – ou seja, houve redução de 7,2% dos votos da candidata do PT, em 2014⁹⁸. Mas, como pode ser conferido na tabela 2, os principais resultados eleitorais se deram nas eleições proporcionais.

Tabela 2. Resultados eleitorais dos deputados Luis Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) no município de Vicente Dutra (RS) – 2010 e 2014.

Deputado	Votos 2010	Votos 2014	Saldo eleitoral
Alceu Moreira (PMDB)	45	251	457,8 %
Luis Carlos Heinze (PP)	5	126	2.420 %

Fonte: elaborado a partir de: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes> Acesso em: 18 abr. 2021.

É possível constatar na tabela 2 que houve grande crescimento de votos, em Vicente Dutra (RS), para os deputados Alceu Moreira (PMDB/RS) e, principalmente, Luis Carlos Heinze (PP/RS). Vale observar que, segundo as biografias disponíveis no portal da Câmara dos Deputados, Moreira e Heinze são naturais de regiões distantes de Vicente Dutra (RS) — o primeiro é de Osório (RS), litoral do RS, e o segundo é de Candelária (RS), tendo atuado profissionalmente em São Borja (RS), região oeste do RS. É possível, portanto, que o notório apelo eleitoral dos deputados nessa atividade contra demarcação de terras indígenas tenha contribuído para tais resultados, demonstrando, ainda, uma expansão territorial da base eleitoral.

Vilson Covatti não tentou reeleição em 2014, mas é interessante observar que seu filho, Luis Antonio Franciscatto Covatti (PP), obteve 918 votos em Vicente Dutra nas eleições de 2014, uma diferença de votos de apenas –1,1% em relação ao resultado de seu pai, em 2010, naquele município (que obteve 928 votos). Luis Covatti foi eleito deputado federal pelo PP, em 2014, tendo obtido 115.131 votos no Rio Grande do Sul (Vilson Covatti havia obtido 125.051 votos, em 2010), o que dá indícios de sucesso na transferência de votos de pai para filho.

Nessa reunião de Vicente Dutra, Heinze ainda considerou que as mobilizações por terra

⁹⁸ Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes> Acesso em: 18 abr. 2021.

tinham, naquele momento, indígenas e quilombolas como novos atores, questão antes protagonizada pelo MST: “Ontem quem invadia propriedade era o MST. Hoje é índio aqui e quilombola em outros lugares. Estão invadindo as propriedades, fazendo o que o MST fazia ontem”. Na finalização da sua intervenção, o deputado ainda declararia: “Resolvemos os sem-terra lá em 2000 e vamos resolver os índios agora, não interessa o tempo que seja”. Portanto, o deputado divulgava a percepção de que os povos originários e a população quilombola desempenhavam, então, a função de inimigos de agropecuaristas e da propriedade privada.

Mas a parte do discurso do presidente da FPA que ganhou maior destaque na imprensa, dois meses depois, quando a audiência foi publicada no *YouTube*, seria a seguinte:

Agora, eu quero dizer para vocês: o mesmo governo, seu Gilberto Carvalho também é ministro da Presidenta Dilma. E é ali que estão aninhados **quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta**, ali está aninhado e eles têm a direção, que tem o comando do governo, junto com o Ministério da Justiça, junto com a FUNAI e com esses setores que eu estou falando. (Luís Carlos Heinze, 2013, grifo nosso).

Essas declarações levariam o parlamentar a ganhar o título de “Racista do Ano” pela organização *Survival International*, em março de 2014⁹⁹. Após a ampla repercussão, quando questionado a respeito dessas afirmações que fez na audiência, o deputado negou ser homofóbico: “Não sou homofóbico. Na minha casa tem gays e lésbicas. Eu convivo com eles e não tenho preconceito. É diferente do que o Bolsonaro diz. Conheço as posições dele e não tenho nada a ver com isso¹⁰⁰. Botaram na minha boca palavras que eu não queria. Há uma questão política, é um ano de eleições”, afirmou Heinze ao portal de notícias *GI* (PIRES, 2014). Quanto aos indígenas e quilombolas, o deputado disse se referir à direção dos movimentos sociais: “A crítica é contra o comando dos indígenas e dos quilombolas. Lá dentro esse tipo de movimento tem a cobertura do governo federal. Eles têm uma cobertura que os outros não têm. Há um conluio.” (PIRES, 2014).

Nessa audiência, o contexto do poder público regional e local demonstrou ser desfavorável às reivindicações dos indígenas. O então prefeito de Caiçara, Zílio Roggia, representante Associação dos Municípios da Zona de Produção (AMZOP), disse que os 42 municípios da região estavam à disposição para o que fosse preciso para dar apoio na luta contra as demarcações, pois essa não seria uma causa apenas do município de Vicente Dutra. Já a fala do então prefeito de Vicente Dutra, João Paulo Pastório, também é bastante representativa da dimensão colonial do conflito. Em seu discurso no evento, Pastório disse se orgulhar da formação da população do município, realizada a partir de famílias de diversas regiões do Rio Grande do Sul, principalmente após 1920. Na sequência, afirmou que, após a declaração da área de Rio dos Índios, começaram a vir famílias indígenas de outras regiões do estado — “...do Brasil e quem sabe até do Paraguai”. A partir de então, declarou que a população indígena local teria aumentado “assustadoramente” e colocou em questão o aparato policial utilizado em determinada ocasião contra os agricultores — “como se nós fôssemos estrangeiros que tivessem invadido essas terras e assim ferindo a soberania nacional. E todos sabem que não é isto. [...]

⁹⁹ Em 2015, outro parlamentar brasileiro recebeu o título de Racista do Ano da *Survival International*: o deputado estadual Fernando Furtado, do PCdoB do Maranhão. Nesse caso, o prêmio também veio a partir de uma manifestação a respeito de conflitos associados às demarcações. Em julho de 2015, durante audiência pública em São João do Caru (MA), a 359 km de São Luís, ele xingou indígenas de Awá-Guajá de homossexuais, chamando-os de maneira pejorativa de ‘viadinho’ e ‘baitola’. Furtado ainda declarou que “índio diz que não sabe plantar arroz. Então morre de fome, desgraça, é a melhor coisa que tem. Porque não sabem nem trabalhar” (DEPUTADO DO PCdoB DO MARANHÃO..., 2015).

¹⁰⁰ É curiosa a oposição que faz, naquele momento, a seu colega de partido e de Câmara dos Deputados, Jair Bolsonaro (PP/RJ), pois Heinze, já como senador pelo PP/RS, seria um forte defensor do governo Bolsonaro.

Não somos contra os índios, mas somos contra a demarcação de nossas terras para serem transformadas em reserva indígena”. Ele ainda criticou o fato de o rio local ter passado a se chamar Rio dos Índios recentemente, pois antes se chamava Lajeado do Prado, em homenagem ao “descobridor” das águas, João do Prado. O presidente da Câmara de Vereadores de Vicente Dutra também discursou de maneira contundente contra as demarcações, confirmando o contexto de poder público local fortemente avesso à reivindicação por terra da população Kaingang. As declarações do prefeito também são exemplares de como os Kaingang são vistos como estrangeiros, intrusos, estranhos e indesejados, mesmo que sejam conhecidamente habitantes originários da região norte do atual Rio Grande do Sul e tenham passado por violento processo de expropriação territorial, principalmente a partir de meados do século XIX e ao longo do século XX (FRANCISCO, 2006; 2013).

Vilson Covatti finalizou a audiência comunicando que dali seria elaborado um documento destinado ao Ministério da Justiça, ao Supremo Tribunal Federal e à presidenta Dilma Rousseff. Após a reunião, foi realizada uma passeata pela cidade de Vicente Dutra, que contou com diversas faixas e cartazes carregados pelos participantes da reunião. A faixa principal, segurada pelos parlamentares e demais representantes políticos, continha os dizeres “Maria! Estende sua mão sobre os agricultores e sua permanência na terra...” (figura 13), dando viés religioso à questão. Outras duas pessoas também seguraram uma faixa “**Não somos contra os índios** - queremos PERMANÊNCIA na nossa terra”. “Não somos contra os índios”, inclusive, é uma das frases mais frequentemente identificadas ao longo desta pesquisa. Possivelmente, esses agentes até admitem a existência física das populações originárias, mas não consideram aceitável que estes detenham a posse da terra, principalmente em detrimento de colonos lá estabelecidos.



Figura 13. Público presente na audiência pública promovida por deputados da FPA em Vicente Dutra (RS) (A) e passeata realizada após a reunião (B). Fonte: A) Tamiozzo (2013); B) Registro audiovisual da reunião: <https://youtu.be/ubMZiSrJHls> Acesso em: 11 ago. 2021.

Vale observar que, além de tratar da terra indígena Rio dos Índios (declarada), do município de Vicente Dutra, em diferentes momentos da audiência foram criticadas as terras indígenas Marãiwatsédé, no nordeste de Mato Grosso, e Awá-Guajá, no Maranhão. Marãiwatsédé, chamada na audiência sempre de “Suiá-Missú”, nome da antiga fazenda da área, foi homologada por decreto presidencial em 1998 e, como vimos, passou por retirada de posseiros entre o final de 2012 e início de 2013. Ainda assim, permanece em constante tensão e ameaças de reinvasões. Awá-Guajá foi homologada em 2005, mas em 2013 ainda havia

posseiros em parte da área. Os dois casos representam o descontentamento de ruralistas com terras indígenas já constituídas há vários anos e o apoio à ocupação irregular dessas áreas.

A audiência pública de Vicente Dutra (RS) ganharia atenção da imprensa em 2014 no momento em que a Frente Parlamentar da Agropecuária prosseguia com uma nova etapa da sua pauta em relação às demarcações: a condução da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000 em sua Comissão Especial, que ocuparia parte importante das atividades dos parlamentares da FPA naquele ano.

Como vimos nessa e em diversas outras audiências, entidades sindicais estiveram envolvidas nas atividades, principalmente do Sistema CNA, de representação patronal, mas também com presença de representantes sindicais dos sistemas Fetraf-Brasil e Contag, ligados aos trabalhadores rurais e da agricultura familiar. Isso demonstra que a estrutura de representação sindical foi relevante para o conjunto de relações sociais formadas com o propósito de paralisar e rever demarcações de terras indígenas.

No próximo capítulo, veremos que, além dessa audiência de Vicente Dutra (RS), outras audiências também foram catalisadoras ou serviram como oportunidade para mobilizações de rua contra terras indígenas, buscando sensibilizar e influenciar atitudes e ações de parcelas das populações locais, contrárias às demarcações de terras indígenas.

4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA A PAUTA DAS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS

Tem que certamente utilizar todos os instrumentos. Vamos utilizar os instrumentos da obstrução, de não deixar funcionar, o instrumento de poder de pressão – Alceu Moreira (PMDB/RS), sobre as demarcações de terras indígenas. (MIGNONE, 2013a).

Chegando à parte final deste capítulo, a primeira consideração a ser feita é que, de modo geral, durante a 54ª legislatura, houve número elevado de reuniões públicas de comissões permanentes tratando de demarcações de terras indígenas: 15 na CAPADR, três na CINDRA e cinco na CRA. No total, foram 23 reuniões públicas oficiais dessas comissões do Congresso Nacional com esse tema, de fevereiro de 2011 a dezembro de 2014. Vale observar que foram identificadas mais quatro audiências promovidas por parlamentares da FPA no estado do Rio Grande do Sul e não registradas oficialmente pelas comissões, ocorridas em: Passo Fundo (em 23 de novembro de 2012); Mato Castelhana e Getúlio Vargas (ambas em junho de 2013, em viagem oficial da CINDRA); e Vicente Dutra, realizada em novembro de 2013. Portanto, no total, seriam 27 atividades desse tipo envolvendo parlamentares federais e abordando o tema das terras indígenas. No contexto geral, somam-se ainda as dez audiências públicas da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, realizadas em 2014 (figura 14, a seguir), reforçando a alta densidade dessas atividades nessa legislatura.

É possível constatar, por meio da figura 14, que não só a quantidade de atividades foi elevada, mas também que as terras indígenas foram pauta constante entre 2011 e 2014 nas comissões permanentes analisadas. Em 2013, os deputados da FPA atuaram em duas frentes para abordar o tema das terras indígenas: a CAPADR, usualmente de domínio da FPA, e a CINDRA, ambas comissões da Câmara dos Deputados. A primeira se constituiu como o principal espaço de audiências públicas sobre o tema na Câmara, onde foi aprovada e conduzida a Proposta de Fiscalização e Controle nº 61/2011 e onde ministros de Estado compareceram por meio de convocações, instrumento a que parlamentares da FPA recorreram em 2013 e 2014 para exercício de pressão sobre o governo federal. Caso emblemático foi a ocasião da votação

da convocação da ministra Gleisi Hoffmann, em 10 de abril de 2013, quando foi explicitado o controle da FPA sobre a CAPADR, sendo a Frente capaz de controlar a agenda da Comissão às suas vontades.

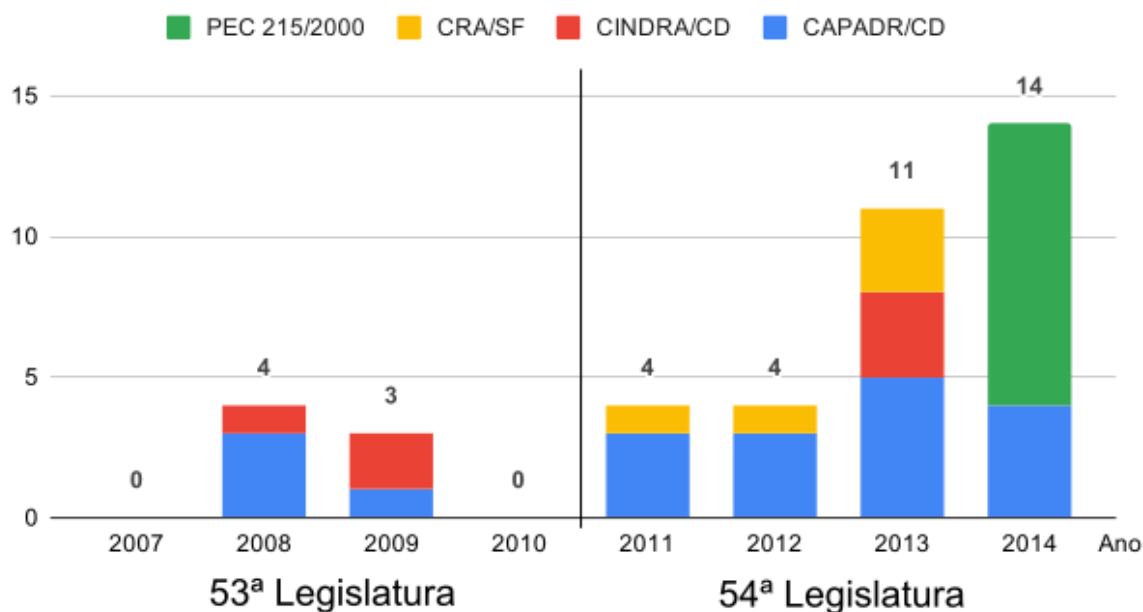


Figura 14. Audiências públicas sobre demarcações de terras indígenas em comissões permanentes do Congresso Nacional e da Comissão Especial da PEC nº 215/2000 durante a 53ª e 54ª Legislaturas. Fonte: elaborada a partir dos relatórios de atividades da CAPADR e CINDRA (2007-2010) e Apêndices 3 e 4.

A Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) nº 61/2011, protocolada por Luis Carlos Heinze em 2011 e aprovada em 2012, na CAPADR, apesar de não ter gerado importantes frutos, concentra as principais percepções dos deputados da FPA sobre o tema das demarcações naquele período. O relatório dessa PFC, que foi apresentado pelo deputado Lira Maia (DEM/PA), em 2014, reúne diversas informações a respeito da Funai e dos processos de reconhecimento de terras indígenas, sendo fonte importante das aspirações dos parlamentares para a pauta, como a edição de um novo Decreto para definição dos procedimentos de demarcação, incluindo mais instâncias de recursos e outros agentes — dentre eles, as Forças Armadas. Assim, ainda que até então não tenham tido sucesso na tramitação de matérias, a partir das comissões permanentes, parlamentares da FPA puderam buscar imprimir julgamento de irregularidade ou ilegalidade nas demarcações de terras indígenas, algo que seria aprofundado em 2015 (legislatura seguinte), com a instalação da CPI da Funai e do Inbra.

Já a CINDRA foi utilizada para o levantamento de informações através de uma subcomissão especial para tratar das demarcações de terras indígenas e para pressionar diversas autoridades em reuniões oficiais, além de forçar a agenda do Executivo com a votação da convocação da ministra Gleisi Hoffmann. O relatório da subcomissão especial, apresentado no final de 2013, possuía conteúdo semelhante ao relatório da PFC nº 61/2011, reforçando que parlamentares com a mesma agenda política (integrantes da FPA) ocuparam postos-chave dessa Comissão e da CAPADR nesse período. Vale lembrar ainda que uma atividade oficial da

CINDRA chegou a ser tratada praticamente como sinônimo de uma ação da FPA por um portal de notícias sobre o agronegócio.

A CINDRA reunia três características relevantes a serem consideradas: 1) não era disputada por bancadas partidárias grandes e intermediárias; 2) previa a questão indígena em sua abrangência temática; 3) e não era uma comissão exclusiva — ou seja, seus membros podiam ser titulares de outras comissões. Nesse contexto, o uso da CINDRA também assinala que a interrupção e revisão das demarcações fez parte da agenda do Partido Progressista, já que a legenda escolheu presidir a comissão em 2013, indicando o gaúcho Jerônimo Goergen (PP/RS) para a presidência do órgão, e se sobrerrepresentou nessa comissão naquele ano. Isso evidencia a importância dos partidos para o estabelecimento da agenda do Congresso Nacional, ao mesmo tempo que coloca em questão o foco das análises das frentes parlamentares enquanto grupos de interesses e de condução política suprapartidária. Além disso, mesmo não sendo uma comissão prioritária no sistema de comissões permanentes da Câmara dos Deputados, a CINDRA se demonstrou um importante instrumento de poder no contexto da contestação das demarcações, reforçando a relevância desses órgãos no Poder Legislativo federal.

Nessas circunstâncias, pensando a respeito das relações de poder, outra questão a ser considerada é que foi possível constatar que, a partir da CINDRA, integrantes da FPA ampliaram sua liberdade de ação e margem de manobra (ELIAS, 2001) no período em que tiveram a pauta das demarcações entre suas prioridades. Com o controle da agenda da Comissão a partir de um presidente alinhado a seus interesses, deputados da FPA realizaram reuniões com autoridades, tiveram acesso privilegiado a ministros de Estado e a informações, além de pressionarem o governo sob pretexto de fiscalização das demarcações. Portanto, apesar de possuírem controle político limitado a alguns espaços institucionais (as comissões permanentes), esses parlamentares conseguiram impor o tema das demarcações de terras indígenas à agenda do Executivo, pressionando por mudanças e paralisando as homologações de terras indígenas — nenhuma terra indígena foi homologada em 2014 (BRASIL, 2019).

Também constatamos que o tema das demarcações já esteve presente em legislaturas anteriores, tanto na CINDRA como na CAPADR, mas houve intensificação da pauta na 54ª Legislatura, especialmente em 2013. Nos primeiros anos da década de 2000, as demarcações em questão se encontravam principalmente na Amazônia, tendo relação inclusive com membros da CPI da Funai de 1999. Vale observar que os integrantes da subcomissão especial sobre demarcações de terras indígenas da CINDRA eram predominantemente da região Norte do país, sinalizando que o tema permaneceu no rol de interesses dos deputados dessa região ao longo dos anos.

No âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal constatamos da mesma forma que foram realizadas diversas audiências públicas sobre terras indígenas durante a 54ª Legislatura. Em 2013, ano com maior número de atividades sobre o tema, a CRA realizou quantidade de audiências públicas em proporção semelhante à CAPADR (13% e 12,2%, respectivamente). Portanto, naquele ano, o tema ganhou atenção de forma similar nessas duas comissões, quando observadas suas diferenças estruturais. Porém, em nenhuma atividade específica da CRA houve agitação ou tensão da forma como ocorreu em algumas audiências da CAPADR, principalmente aquelas com convocação de ministros, o que está associado às particularidades do Senado Federal, como o controle maior da quantidade de público que acompanha as reuniões (se comparado à Câmara dos Deputados) e o número de parlamentares que compõe a CRA.

Mas se a maioria das atividades realizadas pelo Senado Federal não foi permeada por grandes tensões públicas, a exceção pode ser feita para a reunião realizada em outubro de 2011, em Porto Alegre (RS), coordenada pela senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS). Esse encontro

foi atravessado por disputas e divergências, refletindo o cenário de grande inquietação social então presente em diversas regiões do Rio Grande do Sul com relação a demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas. Também é importante lembrar que essa atividade não foi promovida exclusivamente pela CRA/Senado Federal, mas em parceria com comissões da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa do RS, demonstrando a articulação de diversos representantes políticos para a pauta, em 2011.

Como mencionado pelo presidente da FPA, Luis Carlos Heinze (PP/RS), e ilustrado pela fala de Alceu Moreira (PMDB/RS) na abertura deste tópico, a estratégia da FPA foi atuar em três frentes (Executivo, Ministério Público Federal e Supremo Tribunal Federal) a partir de diferentes instrumentos legislativos, principalmente de comissões permanentes (como a PFC, a subcomissão especial, as audiências públicas e as convocações de ministros). Além disso, como vimos, diversas reuniões públicas foram realizadas, optando por aumentar a visibilidade do processo de contestação das demarcações. Assim, a atuação nas comissões permanentes ainda contemplou, em grande medida, a necessidade dos parlamentares de “ter suas ações reconhecidas como boas pelos seus eleitores” e conseguir “colher crédito por suas ações” (VASQUEZ, 2020, p. 94). Por meio desses órgãos legislativos e seus instrumentos, parlamentares estabeleceram redes de amparo e colaboração em torno da pauta, mobilizando apoio para seus propósitos e, nesse sentido, influenciando também as atitudes e ações de seus seguidores — ou seja, fizeram política. Nesse contexto, torna-se importante analisarmos o saldo eleitoral dos parlamentares mais engajados na pauta, uma das questões que abordaremos no capítulo VI.

No capítulo VI, veremos com maior detalhe que essas audiências públicas foram atividades chave de estabelecimento e expressão de um conjunto amplo de relações sociais com o propósito de paralisar e rever demarcações de terras indígenas. Essas reuniões congregaram, por exemplo, especialistas de diversas áreas na tentativa de estabelecer justificativas impessoais para as mudanças nas normas referentes às demarcações, principalmente através da elaboração de retóricas históricas, antropológicas e jurídicas. Assim, com um olhar aos participantes dessas reuniões, buscaremos desvelar, mesmo que parcialmente, a rede de aliados envolvida na pauta e relacionada com os parlamentares da FPA.

Ao longo do levantamento, identificamos que várias das narrativas ruralistas já constatadas por Sevá (2016) em relação ao Código Florestal são retomadas na questão das demarcações de terras indígenas, como as ideias de desenvolvimento nacional e progresso, da “defesa da economia nacional”, a imagem de um Brasil como celeiro do mundo, além da concepção de “direito adquirido” sobre as áreas incorporadas — ou, na lógica colonial, terras *conquistadas*. Constatamos ainda a desqualificação dos povos originários por deputados da FPA, como já observado por Bruno (2017b). Por outro lado, a frase “não somos contra os índios”, destacada ao longo do capítulo, foi a mais presente no material analisado, em uma tentativa de dissimular o antagonismo aos povos indígenas enquanto contestam seu direito territorial.

Na literatura especializada sobre comissões permanentes, é possível encontrar comparações do poder decisório dos plenários das Casas e das comissões no que se refere à tramitação de matérias devido à possibilidade dos primeiros se sobreporem às decisões desses órgãos (ver Araujo, 2017, p. 1181 e 1182). No entanto, como vimos ao longo do capítulo, o trabalho nas comissões não se resume à tramitação de leis, não devendo ser observado exclusivamente em relação a isso, pois esses órgãos possuem importantes recursos de mobilização social e pressão sobre o Executivo (que os plenários não dispõem). Através do controle de comissões, um grupo parlamentar sem capacidade política suficiente para imprimir mudanças legais (no caso das demarcações) foi capaz de produzir constrangimentos ao governo

federal e, na prática, contribuiu para reduzir o ritmo de demarcação de terras indígenas no período aqui analisado — novamente, nenhuma terra indígena foi homologada em 2014 (BRASIL, 2019). Assim, vimos que, através das comissões permanentes, o Legislativo também tem capacidade de pautar a agenda política do Executivo.

CAPÍTULO V – NA RUA CONTRA AS TERRAS INDÍGENAS

Neste capítulo, veremos que, além das reuniões públicas promovidas por parlamentares federais, diversas mobilizações de rua contra as terras indígenas foram realizadas no período aqui focado (2011-2014). Um levantamento preliminar sobre essas atividades sugeriu a necessidade de uma sistematização e análise mais detalhada, devido à recorrência com que tais eventos foram realizados.

Tatagiba e Galvão (2019) observam que o período entre 2011 e 2013 é de crescimento nas mobilizações de rua no Brasil. As autoras identificaram que, em 2012, o país já apresentava um contexto ascendente de protestos, registrando aumento de 140% nessas atividades em relação ao ano anterior. O ano de 2013 representou o pico desse processo, contando com mobilizações massivas em diversas cidades do país, especialmente no período das chamadas “Jornadas de Junho”. Segundo as autoras, os povos indígenas estavam entre os grupos sociais mais mobilizados entre 2011 e 2016, o que vimos, no capítulo II, que estava associado às ações chamadas de “retomadas”, tendo ocorrido aumento dessas atividades entre 2011 e 2013. Mas essas mobilizações por terra de povos indígenas também produziram reações.

Nesse contexto, nosso objetivo, neste capítulo, é investigar as mobilizações de rua contra demarcação de terras indígenas e contextualizá-las; verificar as principais formas de mobilização a que os manifestantes recorreram; e identificar os principais grupos sociais envolvidos e suas relações. Assim, utilizaremos essas manifestações de rua como ponto de partida para caracterizar, ainda que parcialmente, as redes de relações estabelecidas em torno da organização de tais iniciativas contra o reconhecimento de terras indígenas.

Como veremos, tais mobilizações expõem acontecimentos precedentes, que muitas vezes funcionaram como gatilho para os atos públicos, explicitando uma sequência de eventos da disputa política em torno da pauta. Como considera Elias (2008), em contexto de conflitos, cada ação do jogo político é dependente da anterior e condiciona a posterior, mesmo que haja grande disparidade nas relações de poder. É possível antecipar que a maior parte das ações analisadas neste capítulo são respostas a atos administrativos da Funai de demarcação de terras indígenas ou a ações coletivas do movimento indígena que visavam acelerar o reconhecimento de terras indígenas. Para cada movimento desses atores, houve uma reação, na maior parte das vezes antagônica, que desencadeou novas ações.

É importante retomar, aqui, que estamos tratando de uma disputa com diferentes polos de poder (multipolar), cujos atuantes-chave são o governo federal, o movimento indígena, agropecuaristas em diferentes situações jurídicas de posse e propriedade da terra e, de modo crescente, o grupo parlamentar organizado na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Analisaremos com maior atenção a rede de aliados de agropecuaristas e de parlamentares que se vincularam à pauta, procurando identificar e destacar as organizações políticas envolvidas, dando relevo à atuação parlamentar. Procuramos, assim, desvelar, pouco a pouco, as relações de dependência e reciprocidade, e tornar mais transparente a opacidade das teias sociais (ELIAS, 2001) que se desenvolvem para contestar a destinação de terras a povos indígenas do país.

As manifestações de rua aqui analisadas se deram na forma de bloqueio de rodovias com tratores e máquinas agrícolas, protestos em Brasília (DF), distribuição de panfletos em rodovias, passeatas nas sedes dos municípios com procedimentos de demarcação, além do tratorado, um tipo de mobilização específica de agropecuaristas abordada por Carneiro (2008). Nesse sentido, para contribuir com as análises, foram criadas classificações para a forma das

ações coletivas. Foram chamadas de “passeatas” as manifestações que envolveram deslocamento a pé dos manifestantes; “tratoção”, as atividades envolvendo a utilização de tratores agrícolas para o deslocamento dos manifestantes e “carreatas” quando foram utilizados automóveis para a demonstração pública. Chamou-se, também, de “protesto” os atos públicos realizados em locais considerados estratégicos pelos manifestantes. Os bloqueios de rodovias envolveram a interrupção do tráfego por horas ou foram intermitentes, com liberação da passagem por curtos períodos. Em alguns casos, ocorreu mais de uma forma de manifestação.

A principal fonte de dados para este capítulo foram notícias, especialmente de portais da internet e de canais de TV especializados na cobertura do agronegócio, como o portal *Notícias Agrícolas*¹⁰¹ (de Campinas – SP), o *Canal Rural*¹⁰², de sinal aberto, e o canal *Terraviva*, do grupo Bandeirantes, também de sinal aberto. Esses meios de comunicação mencionados possuíam linha editorial pró-agropecuaristas, sendo importantes para o levantamento justamente por buscarem divulgar as manifestações contra terras indígenas. A busca avançada da rede social *Twitter* também foi utilizada para investigar manifestações, complementar e confirmar informações. Como os veículos de imprensa não divulgam a situação jurídica das terras indígenas em questão, foi consultada uma tabela fornecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) via Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC). Buscamos mobilizações de rua entre 2011 e 2014, sendo identificadas atividades desse tipo essencialmente em 2013. Vale observar que, nos anos 2011 e 2012, ocorreram diversas mobilizações de rua de agropecuaristas, mas a pauta de então era aprovação do novo Código Florestal, a exemplo daquelas registradas por Sevá (2016). No entanto, é possível que manifestações realizadas nesse período não contaram com cobertura da imprensa e/ou não foram identificadas no levantamento desta pesquisa.

Apesar de tratarmos neste capítulo de manifestações de rua realizadas no ano de 2013, cabe registrar que foi identificada uma mobilização de rua em 2012 e outra em 2014. Em 2 de outubro de 2012, agropecuaristas de Getúlio Vargas (RS) bloquearam a RS-185 em protesto contra a publicação da portaria declaratória da terra indígena de Mato Preto ocorrida na semana anterior¹⁰³. Já em 29 de abril de 2014, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul – Sistema Fetraf-Brasil/CUT) organizou um protesto junto à sede da regional da Funai, em Passo Fundo (RS), pela morte de dois homens (não indígenas) em conflito no dia 28 de abril de 2014, no município de Faxinalzinho (RS). Os dois homens assassinados romperam um bloqueio do protesto pela aceleração do processo de reconhecimento da terra indígena Votouro/Kandóia (Kaingang), delimitada em dezembro de 2009¹⁰⁴. A população indígena, portanto, aguardava a portaria declaratória do Ministério da Justiça desde 2009. A manifestação organizada pela Fetraf-Sul contou com uma passeata no centro de Passo Fundo até a sede da Funai, que foi pichada pelos manifestantes (LEHMEN, 2014). Como apontado no capítulo anterior, o acontecimento foi utilizado como justificativa para convocar os ministros de Estado Gilberto Carvalho e José Eduardo Cardozo a comparecerem à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (audiência pública realizada em 4 de junho de 2014).

¹⁰¹ Segundo o próprio portal, o Notícias Agrícolas foi fundado em 1997 e se coloca como um meio de comunicação do agronegócio brasileiro, prezando pela comunicação direta com os produtores rurais. Sua página principal é: <https://www.noticiasagricolas.com.br/> Acesso em: 30 jul. 2021.

¹⁰² Como mencionado na introdução, no início de 2013 o *Canal Rural* foi comprado do Grupo RBS pela J&F Investimentos, *holding* então presidida por Joesley Batista, que também controla o frigorífico JBS.

¹⁰³ Conforme divulgado pelo Sindicato Rural de Getúlio Vargas: <http://www.srgetuliovargas.com.br/?p=539>. A Portaria declaratória nº 2.222 - Ministério da Justiça, de 21 de setembro de 2012 (DOU de 25/09/2012), foi produto de uma decisão judicial que determinou sua publicação.

¹⁰⁴ Despacho de delimitação nº 62 de 07 de dezembro de 2009 (DOU de 08/12/2009).

No primeiro tópico deste capítulo, trataremos das mobilizações de rua que ocorreram no primeiro semestre de 2013 e estiveram ligadas diretamente a conflitos e acontecimentos locais relacionados a procedimentos de demarcação. Como veremos, parte importante delas foi de iniciativa de organizações sindicais locais. O segundo tópico será dedicado à “Mobilização Nacional pela revisão e suspensão de demarcações de Terras Indígenas”, de 14 de junho de 2013, que foi uma iniciativa da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) realizada em parceria com entidades do agronegócio. O terceiro tópico será dedicado às mobilizações realizadas no segundo semestre de 2013, que também estão ligadas a conflitos e acontecimentos locais antecedentes. A separação temporal em dois momentos (primeiro e segundo semestre de 2013) se demonstrou importante porque a mobilização nacional contra terras indígenas no mês de junho demonstrou ser um marco do processo de contestação de terras indígenas e, somado a isso, houve mudança no contexto político nacional a partir daquele mês. As mobilizações analisadas no primeiro e terceiro tópico ainda permitem dar atenção às motivações das mobilizações. É possível visualizar o quadro com todas as manifestações de rua de agropecuaristas contra terras indígenas realizadas ao longo de 2013 no Apêndice 5.

5.1 AS PRIMEIRAS MOBILIZAÇÕES DE RUA CONTRA TERRAS INDÍGENAS DE 2013

Neste tópico, são apresentadas e analisadas as primeiras mobilizações de rua contra terras indígenas realizadas em 2013. O resultado do levantamento das manifestações identificadas entre janeiro e junho de 2013 se encontra no quadro 18 (a seguir). As mobilizações são detalhadas pelos municípios em que foram realizadas, as formas de manifestação identificadas e quais organizações tomaram iniciativa para a atividade. No mês de junho de 2013, ocorreu uma mobilização nacional contra as demarcações, que será abordada no próximo tópico.

Como é possível constatar no quadro 18, seis mobilizações de rua contra terras indígenas foram identificadas de março a junho de 2013. Duas dessas mobilizações foram no estado do Rio Grande do Sul (bloqueios de rodovias), três realizadas em Mato Grosso do Sul (tratoração, carreata e protesto às margens de rodovia), além de um protesto realizado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). Com exceção de Brasília, as atividades ocorreram em municípios com terras indígenas com processo de demarcação em diferentes estágios (ver Apêndice 5).

Também é possível verificar, a partir do quadro 18, a importância das organizações sindicais para essas iniciativas, pois foram responsáveis pela organização das manifestações em cinco locais: Sananduva (RS); Sete Quedas, Tacuru, Sidrolândia (MS) e Brasília (DF). No entanto, dois sistemas de organização sindical diferentes estiveram envolvidos, com predomínio das entidades sindicais ligadas ao sistema de sindicatos e federações estaduais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Como vimos no capítulo II, em meados da década de 2000 e início da década de 2010, a entidade já buscava orientar juridicamente seus filiados contra a demarcação de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas (TAVARES, 2012, p. 120-134). A oposição feita pela entidade redefiniu fórmulas já utilizadas contra os movimentos de trabalhadores rurais e a reforma agrária (TAVARES, 2012). Como veremos ao longo deste capítulo, a Confederação também faria opção pelo enfrentamento da pauta nas ruas em 2013.

Quadro 18. Manifestações de rua de agropecuaristas contra as demarcações de terras indígenas realizadas no primeiro semestre de 2013, excluindo-se a mobilização nacional do mês de junho.

Data	Local	Tipo	Iniciativa	Presença de parlamentares federais
1 mar. 2013	Mato Castelhanos (RS)	Bloqueio de rodovia – BR-285	Associação dos Produtores de Mato Castelhanos	Não
1 mar. 2013	Sananduva (RS)	Bloqueio de rodovia – RS-343	Sindicato Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT)	Não
8 mar. 2013	Sete Quedas (MS)	Tratoração	Sindicato Rural de Sete Quedas (Sistema CNA)	Não
5 abr. 2013	Tacuru (MS)	Carreata e audiência pública	Sindicato Rural de Tacuru (Sistema CNA)	Não
8 maio 2013	Brasília (DF)	Protesto na Esplanada dos Ministérios - dia da audiência pública na CAPADR/CD com a ministra Gleisi Hoffmann	Faep/Famasul (Sistema CNA) e outros	Sim
13 jun. 2013	Sidrolândia (MS)	Protesto/panfletagem às margens da BR-060	Sindicato Rural de Sidrolândia (Sistema CNA)	Não

Fonte: elaborado a partir de: Agricultores fazem protesto e bloqueiam a RS 343 (2013); Agricultores realizam manifesto contra demarcação... (2013); Agricultores realizam manifesto contra demarcação de terras indígenas em Mato Castelhanos... (2013); Índios e produtores rurais fazem protestos... (2013); Produtores chegam à Câmara... (2013); Matos (2013); Nascimento (2013a; 2013b); Dias (2013).

Da mesma forma, constatamos que um sindicato filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) teve a iniciativa em uma das manifestações. A Fetraf-Sul é uma entidade regional (correspondente aos três estados do Sul do Brasil) criada em 2001 que se propõe a representar a categoria *agricultura familiar*. Com o surgimento de mais federações visando representar especificamente essa categoria, em 2005 foi então criada a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil), que por sua vez se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade sindical nacional que reúne diversas categorias trabalhistas (PICOLOTTO, 2018). Até 2009, a Fetraf-Brasil centrava suas pautas em questões tradicionais de agricultores do Sul do país, como crédito, comercialização, endividamento e habitação rural. A partir de 2010, ocorreu a diversificação das demandas, pautando também pela redução da pobreza, preservação ambiental, acesso à água e infraestrutura hídrica, sucessão rural e direito à liberdade de organização sindical (PICOLOTTO, 2018, p. 215-216). Em 2013, o tema das terras indígenas ocupou de modo substancial a agenda da Fetraf-Sul, que promoveria outros atos contra a demarcação de terras indígenas.

A primeira atividade do ano em que a Fetraf-Sul esteve envolvida foi realizada em Sananduva (RS). No dia 1º de março de 2013, manifestantes bloquearam a rodovia RS-343 contra o reconhecimento da terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha (Kaingang) (figura 15). Essa terra indígena possui 1.916 hectares e incide sobre os municípios Sananduva e Cacique Doble, tendo portaria declaratória publicada em 25 de abril de 2011 (Portaria nº 498 – Ministério da Justiça). Portanto, nesse caso, a terra indígena já estava em processo avançado de reconhecimento. Quem falou pelas centenas de manifestantes foi Sidimar Levandowski,

presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Rurais (Sistema Fetrab-Brasil/CUT) (AGRICULTORES REALIZAM MANIFESTO CONTRA DEMARCAÇÃO..., 2013; AGRICULTORES FAZEM PROTESTO E BLOQUEIAM RS 343, 2013). Entrevistado pelo Canal Rural, Levandowski declarou:

O movimento que está aqui sendo construído, realizado, **não é contra os índios**. O que nós somos contra é o seguinte: é uma possível injustiça do passado que se cometeu com a comunidade indígena não pode agora querer ser corrigida cometendo uma injustiça ainda maior com agricultores familiares. Então, essa é a grande preocupação que a gente tem no sentido, assim, de que esses agricultores perdem as terras, perdem o local de trabalho, o local de sustento, e assim por diante. (COORDENADOR DO SINDICATO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANANDUVA..., 2013, grifo nosso).



Figura 15. Bloqueio de rodovia em Sananduva (RS) contra a terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha em 1º de março de 2013. Fonte: Agricultores realizam manifesto... (2013).

No mesmo dia, a quase 100 km de distância, ocorreu uma mobilização no município de Mato Castelhano (RS), onde manifestantes bloquearam a rodovia BR-285 contra o reconhecimento da terra indígena que também se chama Mato Castelhano (Kaingang) e está em estudo desde 2009¹⁰⁵ (figura 16). Essa manifestação teria se dado porque a Funai iria iniciar o levantamento fundiário dessa área na semana seguinte. Foi noticiado que cerca de 1.500 pessoas participaram da atividade. Para o vice-presidente da Associação dos Produtores de Mato Castelhano, Renato Palagio, não era apenas uma questão local: “Estamos apreensivos e

¹⁰⁵ Portaria do Grupo de Trabalho de identificação nº 446, de 08 de maio de 2009 (BRASIL, 2019).

clamando pela justiça, para que alguém nos olhe, e que cessem essas demarcações em várias regiões do Brasil” (AGRICULTORES REALIZAM MANIFESTO CONTRA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS EM MATO CASTELHANO..., 2013). Àquela altura, portanto, a questão já era vista como um problema nacional.



Figura 16. Manifestação em Mato Castelhana (RS), em 1º de março de 2013. Fonte: Rádio Planalto (2013) *apud* Agricultores fazem protesto e bloqueiam RS 343 (2013).

Como é possível constatar nas figuras 15 e 16, tanto em Mato Castelhana como em Sananduva, tratores e máquinas agrícolas foram utilizados para bloquear as rodovias. Nos dois casos, não foi registrada presença de parlamentares federais.

As manifestações em Mato Grosso do Sul foram realizadas na região sul do estado. No dia 8 de março de 2013, em Sete Quedas (MS), houve tratoração contra o reconhecimento de terras indígenas organizado pelo Sindicato Rural de Sete Quedas (Famasul/Sistema CNA) em parceria com sindicatos rurais da região (imagens no Anexo D). Havia cinco áreas Guarani em estudo na região que possivelmente incluem o município de Sete Quedas (Portaria do Grupo de Trabalho de identificação nº 792, de 10 de julho de 2008), além da terra indígena Sombreiro (Guarani Nandeva) que teve portaria declaratória emitida em 27 de setembro de 2010 (Portaria nº 3.076 - Ministério da Justiça) (BRASIL, 2019). A atividade contou com a participação de agricultores da região e do estado Paraná, além da Associação Comercial e Empresarial de Sete Quedas (ACISQ), o que demonstra apoio de empresários urbanos à causa (NASCIMENTO, 2013a). Não foi registrada presença de parlamentares federais.

No momento em que houve discursos, entre os que falaram ao público nesta mobilização

de Sete Quedas (MS) esteve Hilário Rosa, apresentado como antropólogo, historiador e professor universitário paulista (NASCIMENTO, 2013a). Rosa diz ter sido convidado por Maria Casagrande (presente na mobilização), do Sindicato Rural de Tacuru (Famasul/Sistema CNA), pelo Prefeito de Iguatemi (MS) e pelo presidente do Sindicato Rural de Iguatemi (Famasul/Sistema CNA). Rosa considerava ter contribuições para a mobilização: “Sabe, eu conheço essa região há mais de 20 anos, estudo. Então, eu tenho um pouco de autoridade para falar”. Nesse sentido, apresentamos trechos de seu discurso ao público:

[...] O que está criando problema aqui não é o índio brasileiro! **Nós não temos nada contra o índio**, são os nossos irmãos. O problema aqui nessa área de fronteira... Eu estou chamando a atenção das autoridades não é de hoje. Tenho provas, tenho mostrado documentos... É fronteira seca. O índio vem de lá para cá. Vem de lá para cá por quê? Vem do Paraguai para cá porque o Brasil é muito... sempre foi muito mais generoso com o índio. Tenho documentos do século XIX falando disso. Antes da Guerra do Paraguai, os índios já vinham para cá porque Solano Lopes tomou toda a terra deles lá. Então, esses índios, nós sabemos que a origem deles não é aqui do território nacional. São índios adventícios. Chegando aqui no início da década de 20, de 1910 a 1928, o governo brasileiro em uma obra extremamente bela e humana resolveu ajudar os Guarani reservando terras para eles e garantindo um lugar para viverem. Embora os Antropólogos vendidos, pagos com a grana do bolso das ONGs mentem dizendo que essas terras foram tiradas para dar lugar aos pecuaristas, fazendeiros. Isso é uma interpretação odiosa, mentirosa. Isso é mentira! E o pior é que eles estão hoje mandando na Funai. Funai que é paga com o nosso dinheiro! [...] O índio não era para ser um problema, era para ser uma solução! O índio que está aqui já está com água encanada, com luz, com médico, dentista, já está com escola em suas reservas criadas. Está feliz. [...] Eu queria saudar a presidente Dilma Rousseff no Dia Internacional da Mulher. Pelo amor de Deus, dona Dilma! Com o seu coração maravilhoso a senhora que soube perdoar os seus algozes, a senhora que é uma mulher que está aí na suprema magistratura da nação, a senhora não pode permitir que esses fatos continuem aí sendo produzidos irresponsavelmente. [...] Os *tekoás*. Com essa maldição chamada *tekoás* guaranícos, eles estão mentindo. [...] Isso tudo é para escamotear, para driblar a correta aplicação da lei! O pior é que o Ministério Público apóia essa gente. A 6ª Câmara do Ministério Público está enganada por sentimentalismo. [...] Essa história que está sendo implantada aqui dos *tekoás* é uma grande mentira, é uma malandragem muito feia, é uma coisa horrorosa que a Funai está fazendo. [...] Presidente Dilma, com respeito e humildade o Brasil que produz alimentos lhe pede socorro. Presidente Dilma, não permita que os inimigos da pátria satanizem, difamem o produtor rural brasileiro, que alimenta o Brasil e o mundo. Presidente Dilma, nossos líderes não são capachos de ninguém como estão afirmando os inimigos do agronegócio que gera emprego, impostos e garante a nossa segurança alimentar. Um grande abraço a todos, especialmente à presidente Dilma que haverá de ouvir e entender o que está fazendo aqui. [...] (ANTROPÓLOGO..., 2013, grifo nosso).

Portanto, Rosa divulgava que os indígenas que reivindicam terras no sul do MS são do Paraguai e, em outro momento, ainda alegou que organizações internacionais estavam influenciando a Funai e os indígenas (NASCIMENTO, 2013a; ANTROPÓLOGO..., 2013). Nessa mobilização, Hilário Rosa também cumpriu o papel de intelectual, produzindo uma narrativa histórica para a formação social da região. É interessante observar que, tanto a faixa utilizada no tratoração com as frases “*Presidenta Dilma proteja-nos - A Funai virou um Estado paralelo*” (Anexo D) como o discurso de Rosa apontam para uma postura de pautar que sejam feitas mudanças na política do governo — e não que sejam propriamente *contra* o governo federal de então. Rosa, inclusive, fez elogios à Dilma Rousseff e não foi contestado pelo público. Convém lembrar que Rousseff possivelmente estava em seu melhor momento do

mandato: segundo pesquisas de opinião, em março de 2013, o governo federal contava com sua aprovação recorde, com 65% de avaliação com ótimo/bom (DATAFOLHA, 2016, p. 14). Como veremos a seguir, esse quadro de alta aprovação começa a mudar.

Como em outros locais em que foram registradas mobilizações e audiências públicas, o prefeito do município de Sete Quedas, José Gomes Goulart (PMDB), manifestou-se contra o reconhecimento de terras indígenas na região. O prefeito afirmou que está do lado dos produtores e irá atuar para barrar as demarcações: “Nós, políticos, cidadãos e produtores rurais, **não somos contra os índios**. Somos contra a forma que a Funai vem conduzindo esse processo de demarcação.” (NASCIMENTO, 2013a, grifo nosso). Representando a Câmara Municipal de Sete Quedas, o vereador Valdomiro Luiz de Carvalho, disse que o legislativo municipal está do lado dos agropecuaristas e que irá buscar todos os meios possíveis para barrar as ameaças de demarcações. O presidente da Câmara de Vereadores de Sete Quedas, Odinei Costa Sobrinho, também estava presente (NASCIMENTO, 2013a). Isso indica um contexto de poder público local desfavorável ao pleito por terra do povo Guarani.

A carreata e audiência pública realizada em Tacuru, município da região Sul do estado de Mato Grosso do Sul, em 5 de abril, é uma das atividades que se destaca em 2013. Ela merece nossa atenção devido à sua dimensão e porque foi possível ter acesso aos registros audiovisuais dos discursos proferidos ao público. O motivo da mobilização foi o despacho de delimitação da área em estudo Iguatemipegua I, emitido em 7 de janeiro de 2013 (nº 01/2013, DOU de 8 de janeiro de 2013). A portaria do grupo de trabalho de identificação das áreas em questão (Iguatemipegua I, II e III) foi publicada em 14 de julho de 2008 (portaria nº 790/2008) havendo, portanto, outras áreas em estudo. A audiência foi de iniciativa do Sindicato Rural de Tacuru, pertencente ao Sistema CNA, e a cobertura foi realizada pelo portal *Notícias Agrícolas*¹⁰⁶ e outros veículos de notícias do agronegócio. A estimativa é que cerca de 1.200 pessoas participaram da mobilização, tendo o Sindicato Rural de Guaíra (PR) também trazido ônibus e vans de agropecuaristas para a atividade. Portanto, havia articulação entre regiões com demarcações em curso, sendo os sindicatos patronais o elo nesse caso. Vale salientar que não estiveram presentes parlamentares federais (MATOS, 2013; NASCIMENTO, 2013b; QUESTÃO INDÍGENA: AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2013).

Com o ginásio municipal de esportes de Tacuru lotado, falaram ao público diversos prefeitos da região, parlamentares estaduais, lideranças de sindicatos rurais da região e do Paraná, além de agropecuaristas¹⁰⁷. Todos os discursos foram contrários às demarcações de terras indígenas, sendo que quatro falas podem ser destacadas. Na abertura da audiência, a

¹⁰⁶ O registro das participações pelo portal *Notícias Agrícolas* pode ser conferido no seguinte endereço: <https://www.noticiasagricolas.com.br/eventos/audiencia-tacuru/> Acesso em: 30 jul. 2021.

¹⁰⁷ A saber: a presidente do Sindicato Rural de Tacuru, Maria Neide Casagrande; prefeito de Tacuru (MS), Paulo Pedro Rodrigues (Pedrinho), do DEM; Luiz Lázaro Sorvos, então do PDT, prefeito de Nova Olímpia (PR) e presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP); Léo Matos, prefeito de Naviraí (MS) pelo Partido Verde (PV); Sérgio Barbosa, prefeito de Amambaí (MS) pelo PMDB; Itamar Bilibio, prefeito de Laguna Carapã (MS), pelo PMDB, e José Roberto Felipe Arcoverde, prefeito de Iguatemi (MS) pelo PSDB. Das entidades representativas: Ruy Fachini Filho - diretor-secretário da Famasul (representando o presidente da Famasul); Silvanir Rosset - presidente do Sindicato Rural de Guaíra (PR); Hilário Parisi - presidente do Sindicato Rural de Iguatemi (MS); Roseli Ruiz - assessora jurídica do Sindicato Rural de Tacuru (MS) e Luana Ruiz Silva, advogada e vice-presidente da Comissão do Agronegócio da OAB/MS – comentou-se na audiência que tem assessorado o senador Ruben Figueiró (PSDB) sobre a questão. Deputados estaduais: Mara Caseiro (PTdoB/MS); Lidio Lopes (PP/MS) e José Roberto Teixeira (DEM/MS). Há registro de manifestação de Valberto Paixão, vereador de Guaíra (PR) e Gino José Ferreira (DEM/MS), então suplente do senador Waldemir Moka Miranda de Brito (PMDB/MS). José Carlos Monteiro, produtor rural, e Luiz César Arcego, produtor rural de Guaíra (PR), também falaram ao público (QUESTÃO INDÍGENA: AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2013). Matos (2013) e Nascimento (2013b) citam ainda diversas outras autoridades regionais presentes no evento.

presidente do Sindicato Rural de Tacuru, Maria Neide Casagrande, considerou que a Funai deveria parar as demarcações e dar atenção às áreas já existentes (“O que eles precisam é assistência onde eles têm [terra]”), além de salientar que deveria ser feita uma CPI da Funai: “Se houver uma CPI em cima dessa Funai, eu acredito que vai ser dado um basta nessas demarcações incabíveis que estão fazendo”.

Mais tarde, o deputado estadual José Roberto Teixeira (DEM/MS) comunicou ao público que, segundo informado pelo deputado federal Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), já havia assinaturas suficientes para instalar a “CPI da Funai”, o que ilustra as interlocuções entre opositores das terras indígenas com os parlamentares federais. Teixeira ainda faz a primeira menção à Associação Brasileira de Antropologia identificada até então: “Se você abrir a CPI da Funai, vocês vão saber as diárias milionárias das Associações de Antropologia (*sic*), ligada à Funai, uma tal de ABA, que vem para cá recebendo diárias milionárias pagas do nosso bolso”. De modo geral, as falas apontam para o sentido de que a Funai era a geradora do problema e que o governo federal, em especial, Dilma Rousseff, deveria os ouvir e acabar com os processos de demarcação (QUESTÃO INDÍGENA: AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2013).

Como ocorreu na mobilização de Sete Quedas (MS), também houve quem recorresse ao argumento de autoridade acadêmica, caso de Roseli Ruiz, apresentada como agropecuarista e antropóloga:

[...] E dizer a vocês que, enquanto antropóloga, eu posso afirmar aos senhores que todos os relatórios que nós já estudamos nesse estado, inclusive o de Iguatemi, é um relatório viciado, são relatórios que não são trabalhados na base da Ciência e, sim, da ideologia (QUESTÃO INDÍGENA: AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2013).

O caso de Ruiz se destaca no contexto das contestações das demarcações. Depois da primeira retomada indígena de uma fazenda de sua família, em 1998, Ruiz voltou para a faculdade de direito, cursou uma pós-graduação em antropologia, além de uma pós-graduação em arqueologia. Com isso, abriu uma empresa para fazer laudos antropológicos de áreas em disputa. Em 2013, ainda possuía uma área reivindicada por indígenas. Alguns anos depois, Ruiz ainda se tornou presidente do Sindicato Rural de Antônio João (Sistema Famasul/CNA), revelando tanto um processo de formação de uma liderança política a partir do engajamento na pauta como a valorização pela base social da entidade de uma especialista no tema, que passou a ocupar uma posição de direção (MAISONNAVE, 2013; BEDINELLI, 2015).

Nessa mesma audiência, um trecho da manifestação do presidente Sindicato Rural de Guaíra (PR), pertencente ao Sistema CNA, representa um dos pensamentos recorrentes na contestação do direito territorial indígena: “[...] É uma vergonha. Um país que a 1500 foi descoberto e em pleno século XIX se discute papéis. Vergonhoso.” (QUESTÃO INDÍGENA: AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2013). Há, portanto, um apagamento da história de colonização ao longo do século XX, principalmente a partir da segunda metade do século, quando milhares de sulistas se deslocaram para a região Centro-Oeste buscando novas terras para ocupar.

Referente a essas mesmas áreas reivindicadas como terras indígenas da mobilização de Tacuru (MS), no dia seguinte, 6 de abril de 2013, ocorreu audiência pública na Câmara de Vereadores de Coronel Sapucaia (MS), município também localizado na região Sul do MS. A atividade contou com a presença de cerca de 300 pessoas. Por não se tratar com mobilização de rua, não foi incluída no quadro 18. A audiência pública foi produto do requerimento da vereadora Najla Mariano (PMDB) e, como no caso do município de Tacuru, diversos prefeitos, vereadores e outros representantes políticos da região estiveram presentes: Amambai, Aral Moreira, Antonio João, Sete Quedas, Iguatemi, Tacuru e Dourados, além de contar com

participantes de Guaíra (PR)¹⁰⁸. Duas pessoas que estiveram no dia anterior em Tacuru falaram novamente ao público nesta audiência: Roseli Ruiz, apresentada como produtora rural e antropóloga, e Gino Ferreira, suplente do senador Waldemir Moka Miranda de Brito (PMDB/MS). Essa audiência tampouco contou com a presença de integrantes do legislativo federal (CEL. SAPUCAIA DEBATE DEMARCAÇÃO..., 2013; CHUDECKI, 2013).

Em 8 de maio de 2013 houve protesto e mobilização para acompanhamento da audiência pública com Gleisi Hoffmann, então Ministra-chefe da Casa Civil, convocada a comparecer à CAPADR. Tendas de lona foram instaladas na Esplanada dos Ministérios para as atividades dos agropecuaristas (ÍNDIOS E PRODUTORES RURAIS FAZEM PROTESTOS..., 2013). A ação contou com uma comitiva do Mato Grosso do Sul organizada pela Famasul (FAMASUL, 2014, p. 44). A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) informou que participaram cerca de 470 agropecuaristas do Paraná, 450 do Mato Grosso do Sul, 460 do Mato Grosso e cerca de 120 da Bahia. Também estiveram presentes agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais — seriam cerca de 2 mil participantes da mobilização no total (PRODUTORES CHEGAM À CÂMARA..., 2013). Essa ação exemplifica como a FPA e entidades sindicais passaram atuar de forma conjunta na pauta: a frente parlamentar convocou a ministra e as organizações mobilizaram suas bases para pressionar o governo. No próximo tópico, veremos que, no mês seguinte, em 14 de junho de 2013 houve uma mobilização nacional protagonizada pela FPA e as federações de agricultura do sistema CNA.

A mobilização em Sidrolândia (MS) ocorreu no dia 13 de junho de 2013, véspera da mobilização nacional chamada pela FPA (BENITEZ, 2013). Naquele momento, o contexto do município era de alta tensão devido a conflitos fundiários relacionados a terras indígenas — inclusive por esse motivo uma tropa com 110 militares da Força Nacional estava em Sidrolândia para patrulhar a região (DIAS, 2013). Em 15 de maio de 2013, indígenas Terena ocuparam quatro fazendas no município de Sidrolândia (MS). Essas áreas possuíam títulos de propriedade incidentes em parte dos 17,2 mil hectares da terra indígena Buriti, que teve portaria declaratória publicada pelo Ministério da Justiça em 2010¹⁰⁹. O processo de estudo da terra indígena transcorria desde 1999, com a área delimitada em 2001 (BRASIL, 2019). O reconhecimento dessa terra indígena é marcado por disputas na Justiça e decisões judiciais suspenderam o curso do procedimento demarcatório ao longo dos anos. Como o processo já transcorria há mais de uma década, os Terena buscavam acelerar a conclusão do reconhecimento da terra indígena com essa ação de ocupação das fazendas em maio de 2013. Com o passar dos dias, três das quatro fazendas foram desocupadas pelos indígenas, mas, como não chegaram a um acordo em uma audiência de conciliação realizada no dia 29 de maio, a Justiça determinou reintegração de posse da área que permanecia ocupada (a fazenda Buriti). No dia 30 de maio de 2013, durante a operação de reintegração de posse coordenada pela Polícia Federal, o indígena Oziel Gabriel, de 35 anos, foi morto pelas forças policiais e vários outros ficaram feridos. O acontecimento ganhou cobertura da grande imprensa nacional (ÍNDIO MORRE EM CONFRONTO COM POLÍCIA..., 2013; BEJARANO, 2013).

¹⁰⁸ Conforme noticiado por Amambai Notícias: “Estiveram presentes os prefeitos de Coronel Sapucaia, Amambai e Iguatemi, Nilceia Alves de Souza (PR), Sérgio Barbosa (PMDB) e José Roberto Felipe Arcoverde (PSDB), respectivamente; o suplente do senador Moka, Gino Ferreira; o presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Sapucaia, Carlos Magno Rodrigues; o 1º secretário da Famasul, Ruy Fachini Filho; o presidente do Sindicato Rural de Amambai, Diogo Peixoto da Luz; a antropóloga Roseli Ruiz; a proponente da audiência, vereadora de Coronel Sapucaia, Najla Mariano; o comandante da 3ª CIPM de Amambai, major Wilson Velasques, o secretário da municipalidade de Capitan Bado, Ismael Valiente, o produtor rural Robson Flores Rodrigues, na oportunidade representando os produtores de Cel. Sapucaia, vereadores, lideranças classistas, produtores rurais e comunidade em geral” (CEL. SAPUCAIA DEBATE DEMARCAÇÃO..., 2013).

¹⁰⁹ Portaria nº 3.079 do Ministério da Justiça, de 27 de setembro de 2010 (BRASIL, 2019).

Preocupados com a repercussão negativa para o setor, no dia 7 de junho, (uma semana após a operação de reintegração de posse), cerca de 40 agropecuaristas se encontraram no Sindicato Rural de Sidrolândia (Sistema CNA) e planejaram a atividade do dia 13 de junho (DIAS, 2013). Segundo o presidente do sindicato, Osório Luiz Stralio, “Vamos usar panfletos e adesivos para chamar a atenção dos moradores de Sidrolândia sobre a nossa situação. [...] Nós queremos mostrar para a população o nosso lado também. Estamos sofrendo com essa situação e temos que ser vistos como produtores” (DIAS, 2013). Portanto, esse ato e a mobilização do dia 14 de junho no estado de Mato Grosso do Sul se dão em um contexto de forte apreensão relacionada aos conflitos de terra e à busca pela reparação da repercussão da reintegração de posse da fazenda Buriti.

5.2 MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA REVISÃO E SUSPENSÃO DE DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) também usou como estratégia a promoção de mobilizações de rua em parceria com as federações de agricultura e pecuária do Sistema CNA e outras organizações. Os parlamentares da Frente estiveram envolvidos, particularmente, na “Mobilização Nacional pela revisão e suspensão de demarcações de Terras Indígenas”, realizada em 14 de junho de 2013, e que contou com mobilizações contra terras indígenas em cerca de dez estados brasileiros. Segundo Bächtold (2013), o então presidente da Frente, deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), enviou cartas a representantes políticos e entidades na semana anterior, convidando a bloquear rodovias (BÄCHTOLD, 2013). Veremos, a seguir, quais organizações e locais responderam ao chamado da FPA. As pautas da mobilização foram a suspensão dos processos de demarcação, a aprovação da PEC nº 215/2000, que dá competência ao Congresso Nacional para homologar terras indígenas, e a reedição da Portaria nº 303/2012 da Advocacia-Geral da União (AGU).

Em 23 de maio de 2013, após os deputados da FPA tratarem de demarcações de terras indígenas em reunião com Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal, Heinze comunica o plano para o mês seguinte: se não houvesse nova definição do governo para as demarcações, ocorreria uma mobilização nacional no dia 14 de junho.

Nós estamos pedindo, através da CNA, através da OCB [Organização das Cooperativas Brasileiras], através da Aprosoja [Associação Brasileira dos Produtores de Soja], através da Abrapa [Associação Brasileira dos Produtores de Algodão], das nossas entidades nacionais, que nós, em todo Brasil, se até o dia 14 de junho não tivermos uma definição, fazemos, então, uma grande paralisação nacional. Aí, em cada estado, nas regiões atingidas por esses problemas, nós fazemos um dia de paralisação, um dia de manifesto. Então, estamos propondo que a gente faça esse dia de paralisação, marcado para o dia 14 de junho. É o que nós queremos fazer. É uma forma também de chamar atenção no seu estado e também nacionalmente. (MIGNONE, 2013c).

Na declaração, é possível constatar a busca pelo envolvimento de duas associações por produto (Aprosoja e Abrapa), assim como da OCB, entidade que já ocupou papel central de representação política entre as entidades patronais rurais nas décadas de 1980 e início de 1990 (MENDONÇA, 2010).

Apesar da atuação conjunta nesta mobilização, essas ações levaram a divergências entre a direção da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a FPA. A CNA, entidade oficializada em 1964, congrega em um sistema de federações estaduais os sindicatos

de representação patronal rural do país. Tavares (2012, p. 120-134) constatou que parte importante dos debates pela entidade sobre questão indígena e quilombola se deram no âmbito do Poder Judiciário, buscando também orientar juridicamente sua base social nesta questão. Na ocasião da mobilização nacional, a então presidente da CNA, a senadora Kátia Abreu (PSD/TO), teria defendido que não deveria haver bloqueios de rodovias, apenas protestos nas margens e distribuição de panfletos (JUNQUEIRA, 2013). Como poderá ser constatado a seguir, a interrupção do tráfego das rodovias acabou sendo a principal forma de protesto. Deputados da Frente ainda acusavam a presidente da CNA de ter se afastado do debate da PEC nº 215/2000 e consideravam que a senadora estava passando a ter posições governistas (JUNQUEIRA, 2013).

Independentemente dessas divergências, as federações de agricultura e pecuária do Sistema CNA tiveram papel relevante na mobilização de 14 de junho. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) divulgou circular sobre a mobilização aos presidentes dos sindicatos rurais do estado de Mato Grosso, assinada por Rogério Romanini, Diretor de Relações Internacionais da entidade:

CARTA CIRC. Nº 118/2013 – FAMATO
Cuiabá, 07 de junho de 2013.

Aos Senhores
Presidentes de Sindicatos Rurais de Mato Grosso

Cumprimentando a todos, informamos que no dia 14/06/2013 - sexta-feira, haverá uma mobilização nacional contra a Demarcação de Terras Indígenas no Brasil, essa mobilização é uma ação da FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária e em Mato Grosso está sendo liderada pelo Deputado federal Nilson Leitão e organizado pela Famato.

Assim como esta, é sabido que novas ampliações e criações de Terras Indígenas estão por ocorrer, o que deverá agravar a situação de conflito no campo. Deste modo estaremos no próximo dia 14 de junho realizando uma mobilização na BR 364/163 Cuiabá sentido à Rondonópolis, a partir das 9:00h às 14:00h, na oportunidade estaremos realizando uma panfletagem e distribuindo alimentos não perecíveis aos viajantes.

Considerando que a sua presença é fundamental, para fortalecer a discussão, convidamos e contamos com a participação desse sindicato nesta mobilização, informamos ainda que a FAMATO estará disponibilizando recurso financeiro para contratação de ônibus para transportar os produtores rurais do seu município até Cuiabá, ficamos no aguardo da sua confirmação para que possamos adotar os procedimentos complementares.

Maiores informações gentilezas (*sic*) entrar em contato com o Sr. Alexandre Dutra, analista de Assuntos Fundiários e Indígenas [...].

Esclarecemos que despesas oriundas dessa convocação correrão por conta da Federação.

Esta é a hora de descruzarmos os braços. (FAMATO, 2013 *apud* FAMATO CONVOCA PRODUTORES PARA MOBILIZAÇÃO NACIONAL..., 2013).

O investimento financeiro da Famato para a mobilização demonstra a importância que a pauta das terras indígenas tomou para a direção da entidade. Ademais, é possível constatar no comunicado que haveria panfletagem na rodovia (e não bloqueio), indicando alinhamento com a direção da CNA.

Na figura 17, é possível verificar que Famato e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul (Famasul, também do Sistema CNA) utilizaram o mesmo lema e arte de divulgação da atividade. É interessante observar que a representação da questão é semelhante à revista *Produtor Rural*, da Famato, publicada em outubro de 2008: na imagem,

há a representação da face pintada de um homem indígena, que se completa com a face de um homem branco. Além disso, de um lado há uma construção de uma comunidade indígena, do outro, uma lavoura. No material da Famato, também está presente a logomarca da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) e da FPA.

Figura 17. Chamada da Famato (A) e Famasul (B) para os atos públicos do dia 14 de junho de 2013 contra demarcação de terras indígenas. Fonte: Famato (2013) (A); Famasul (2013a) (B).

A Famasul ainda investiu na produção e divulgação de um vídeo de 30 segundos para a mobilização¹¹⁰. Enquanto passavam imagens de atores (não indígenas) e sobre agronegócio, o narrador do vídeo declarava:

Quando a justiça cruza os braços para a questão da divisão de terras entre indígenas e produtores rurais a produção para, os empregos param, o desenvolvimento do estado para e o resultado disso se reflete na economia. Essa disputa de interesses mascarados deve ter fim. O estado precisa continuar a crescer. Onde tem justiça, tem espaço para todos. É hora de descruzar os braços pela produtividade e subsistência. (FAMASUL, 2013b).

No estado de Santa Catarina foi utilizado material de divulgação semelhante ao da

¹¹⁰ O vídeo da Famasul está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=62_8IIk02E Acesso em: 17 mar. 2021.

Famasul e da Famato (figura 18), trazendo ainda textos sobre o tema, mas sem o lema “Onde tem justiça, tem espaço para todos”. Como é possível constatar pela figura 18, outras organizações estavam envolvidas além Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc – Sistema CNA). Também apoiaram o movimento a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), ligada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e a Cooperativa Central Aurora Alimentos (Aurora). A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), ligada ao Sistema Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), também respaldou a iniciativa. Somando-se às entidades do setor rural, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), ligada à Confederação Nacional da Indústria, apoiou a mobilização contra as terras indígenas no estado. Por fim, vale destacar a presença da logomarca do mandato do deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC).

CONVITE

Mobilização Nacional pelo direito à propriedade e pelo fim dos conflitos no campo

O BRASIL TEM QUE CONTINUAR A PROSPERAR

O Brasil é o celeiro de desenvolvimento do agronegócio, abastecendo o mundo. Situação que hoje toma um novo perfil, marcado por constantes conflitos, fazendo índios e produtores rurais oponentes em disputas sem vencedores.

Uma ação orquestrada por interesses mascarados e invasões que afrontam as leis e escondem os rostos daqueles que plantam a discórdia, comprometendo o desenvolvimento do País, da nossa terra e daqueles que nela vivem, sejam índios ou produtores.

IMPACTO INTERFERE NA VIDA DE TODOS

Alheios aos impactos sociais e econômicos, cada invasão representa um atentado contra as propriedades produtivas, os direitos individuais e a manutenção de uma economia forte e pujante.

Quando impasses como esses acontecem, a produção é impedida de continuar, ou seja, o processo de distribuição de alimentos é interrompido, impactando diretamente no custo dos produtos de extrema relevância no dia a dia de todos.

Assim, os empregos param de crescer, gerando êxodo rural, e o impacto econômico toma grandes proporções também na vida das pessoas que vivem nas cidades.

PAZ NO CAMPO E TRANQUILIDADE PARA TODOS

As questões indígenas precisam ser resolvidas dentro da legalidade, proporcionando tranquilidade para todos viverem e produzirem dentro de seus objetivos, promovendo a continuidade do desenvolvimento do Brasil e a subsistência dos indígenas.

Apoiamos o diálogo sem conflitos para que os direitos de todos sejam assegurados em nome do desenvolvimento do setor e também do respeito e preservação das questões indígenas.

O Brasil tem **12,7% do território com áreas indígenas** para um universo de aproximadamente **817 mil índios**. Os 5,2 milhões estabelecimentos rurais do país ocupam 38,8% do Brasil. Os **índios representam 0,43% da população** e a **Funai pretende a criação de mais 611 reservas**, aumentando ainda mais a área pertencente aos índios, **chegando a 25% das terras brasileiras**.

A Mobilização em Santa Catarina é apoiada pela:

Figura 18. Divulgação da mobilização nacional do dia 14 de junho de 2013 em Santa Catarina. Fonte: Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – Faepa (2013a).

Dentre as entidades de representação do agronegócio, cabe destacar que o então presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesario Ramalho da Silva, declarou apoio à mobilização: “Estamos defendendo o direito adquirido, a lei”, afirmou ao jornal Folha de São Paulo (NOVE ESTADOS TÊM PROTESTOS DE RURALISTAS CONTRA ÍNDIOS, 2013). A SRB foi uma das entidades que disputou a hegemonia de representação da agropecuária no país, apesar de ter sua base social principalmente no estado de São Paulo (MENDONÇA, 2010).

Desde a década de 1960, a entidade mantém posição frontalmente contrária à realização de reforma agrária no Brasil por entenderem que isso representaria a “destruição do fazendeiro” e a “coletivização estatal” (MENDONÇA, 2010, p. 138).

Na véspera, a FPA divulgou previamente onde estavam previstas as mobilizações no país (AGRICULTORES PROTESTAM CONTRA POLÍTICA INDIGENISTA, 2013). O *Canal Rural*, de sinal aberto, somou-se na divulgação das mobilizações, entrevistando parlamentares e outros representantes políticos naquela semana¹¹¹.

No dia 14 de junho de 2013, foram identificadas manifestações em pelo menos dez estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Pará e Roraima, como pode ser visualizado no quadro 19 (a seguir). A confirmação de ocorrência se deu por registros fotográficos e notícias, buscando-se evidência da atividade em pelo menos dois veículos de comunicação. O número de pessoas participantes em cada mobilização variou de alguns milhares — como em Amarante (MA), Nova Alvorada do Sul (MS) e Guaíba (PR) — a algumas centenas, como em Martinho Campos (MG) e Itamaraju (BA), segundo veículos de imprensa especializados em agronegócio. De modo geral, envolveram-se sindicatos rurais, cooperativas agropecuárias, prefeitos e integrantes do legislativo de todas as esferas. Como pode ser conferido no quadro 19, na maior parte dos locais houve bloqueio de rodovias (intermitente, mas com casos de bloqueio total por algumas horas), também ocorrendo passeatas em cidades e panfletagem.

¹¹¹ Ver: Paralisação de sexta é importante para mostrar organização dos produtores, diz deputado (2013); Agricultura vai mostrar sua força na sexta, diz produtor do RS (2013) e Deputado Luis Carlos Heinze participa de mobilização contra demarcações em Nonoai (RS) nesta sexta (2013).

Quadro 19. Manifestações de rua da Mobilização Nacional pela revisão e suspensão de demarcações de terras indígenas, em 14 de junho de 2013.

Município	Tipo	Organização
Boa Vista (RR)	Bloqueio de rodovia – BR-174	Não identificada
Pacaraima (RR)	Bloqueio de rodovia – BR-174 (fechamento da fronteira)	Não identificada
Amarante (MA)	Protesto de rua na cidade	Não identificada
Novo Progresso (PA)	Não identificado	Não identificada
Itamaraju (BA)	Bloqueio de rodovia (intermitente) – BR-101	Não identificada
Martinho Campos (MG)	Bloqueio de rodovia (intermitente) – MG-164, entroncamento com BR-352, próximo ao município de Pompéu (MG), e carreata	Associação de Proprietários Rurais do Vale do Rio Pará
Cuiabá (MT) ¹	Protesto na BR-364	Famato/Sindicatos rurais (Sistema CNA)
Nova Alvorada do Sul (MS) ²	Protesto/panfletagem – BR-163, entroncamento com BR-267	Famasul/Sindicatos rurais (Sistema CNA)
Guaíra (PR) ³	Protesto/panfletagem – BR-163, ponte Ayrton Senna (liga Paraná a Mato Grosso do Sul)	Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP), apoiada pelo Sindicato Rural de Guaíra (Sistema CNA)
Laranjeiras do Sul (PR)	Não identificado	Não identificado, apoio do Sindicato Rural de Guarapuava (Sistema CNA)
Maravilha (SC)	Bloqueio de rodovia – BR-282, intersecção com a BR-158	Não identificada
Arvoredo (SC)	Bloqueio de rodovia – SC-283	Sindicato Rural de Seara (Sistema CNA)
Abelardo Luz (SC)	Bloqueio de rodovia – SC-467	Comissão dos Agricultores
Palhoça (SC)	Bloqueio de rodovia (intermitente) – BR-101 (Morro dos Cavalos)	Sindicato rural local (filiação não identificado)
Lebon Régis (SC)	Protesto/panfletagem na rodovia SC-350	Não identificada
Cunha Porã (SC)	Bloqueio de rodovia – SC-158/BR-282	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cunha Porã (Sistema Contag)
Getúlio Vargas/Erebango (RS)	Bloqueio de rodovia (intermitente) – RS-135 (Mato Preto)	Associação de Produtores Rurais de Getúlio Vargas, apoio do Sindicato Rural de Getúlio Vargas (Sistema CNA)
Mato Castelhano (RS)	Bloqueio de rodovia (intermitente) – BR-285	Associação dos Produtores de Mato Castelhano
Nonoai/Faxinalzinho (RS)	Bloqueio de rodovia – ERS-343	Sindicato Rural de Nonoai (Sistema CNA)
Maquiné (RS) ⁴	Bloqueio de rodovia (intermitente) – BR-101 - manifestação contra titulação de comunidade quilombola	Não identificada
Pontão (RS)	Bloqueio de rodovia (intermitente) – ERS-324	Associação de Produtores Rurais de Pontão
Sananduva (RS)	Bloqueio de rodovia – ERS-343	Sindicato Rural de Sananduva (Sistema CNA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Sistema Fetraf-Brasil/CUT)

¹ Contou com a presença do deputado federal Nilson Leitão (PSDB/MT) e de posseiros (não indígenas) retirados da terra indígena Marãiwatsédé.

² Contou com a presença de agropecuaristas do Paraná, da presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD/TO), e do deputado federal Ronaldo Caiado (DEM/GO) (ILHA; OLIVEIRA, 2013).

³ Contou com o apoio e presença de Osmar Serraglio (PMDB/PR), relator da PEC 215/2000 na Comissão Especial, e do deputado federal Dilceu Sperafico (PP/PR).

⁴ Fez parte da mobilização nacional, mas se tratou de uma manifestação contra titulação de território quilombola. Contou com a participação do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS).

Fonte: elaborado a partir de Mendes (2013); Ilha e Oliveira (2013); Carazzai e Bächtold (2013); Lima (2013); Rodrigues (2013); Marques (2013); Nove estados têm protestos de ruralistas contra índios (2013); Protestos sobre demarcações de terras bloqueiam rodovias no RS (2013).

Outra constatação possível a partir do quadro 19 é a importância das organizações sindicais para as atividades do dia, pois estiveram presentes em pelo menos dez manifestações, das 22 realizadas neste dia. A principal resposta ao chamado da FPA veio das entidades sindicais do Sistema CNA, que foram confirmadas em oito locais. Já as entidades sindicais ligadas à agricultura familiar e trabalhadores rurais (Fetraf e Contag¹¹²) foram confirmadas em apenas dois locais, Cunha Porã (SC) e Sananduva (RS), o que demonstra menor engajamento e dá indícios de vínculos menos consistentes entre os parlamentares da FPA e essas organizações. Esse também foi um dos dois casos identificados de envolvimento direto de uma entidade filiada à Contag em atos contra terras indígenas em 2013, o que assinala que a pauta possivelmente não esteve entre as prioridades de sua base social naquele ano ou as manifestações de rua não foram a forma priorizada para se expressar em relação à pauta.

Além das organizações sindicais e suas federações, identificamos outras organizações locais de agropecuaristas, sendo pelo menos três delas formadas exclusivamente para fazer oposição ao reconhecimento de determinadas áreas como indígenas: Associação de Proprietários Rurais do Vale do Rio Pará (MG), da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP), com sede em Guaíra (PR) e a Comissão de Agricultores em Abelardo Luz (SC). Constatamos ainda a atuação de associações de produtores em Mato Castelhano (RS), Pontão (RS) e Getúlio Vargas (RS), que podem ter caráter político semelhante às demais. Assim, em alguns locais, entidades sindicais não foram necessariamente as organizadoras dos atos públicos, mas deram suporte às mobilizações, como foi o caso de Guaíra (PR), Laranjeiras do Sul (PR) e Getúlio Vargas (RS). Tal fato revela a busca por uma organização política para além das entidades sindicais, chegando ao ponto de formalizarem organizações e uma identidade. Isso ocorre a partir da identificação de uma condição em comum, levando esses indivíduos a se mobilizarem com um objetivo coletivo: defender recursos que consideram legitimamente seu (a terra), ameaçados por “ataques externos” — a Funai, o governo, os indígenas, que desempenham função de inimigos — e se organizam para realizar sua defesa, buscando apoio de diferentes grupos sociais.

Para esta mobilização, no estado de Roraima houve bloqueio total de rodovias, chegando a ocorrer isolamento dos acessos ao estado por cerca de oito horas. Em Pacaraima, na saída norte da rodovia BR-174, que dá acesso à Venezuela, o protesto contou com a participação do deputado federal Paulo César Quartiero (DEM/RR). Na ocasião, pneus foram queimados, impedindo a passagem de veículos (CORREIA, 2013). Ali, na verdade, o protesto se iniciou no dia anterior e se estendeu até o dia seguinte, tendo também como pauta a presença da Polícia Federal no município. Quartiero explica a questão, relacionada à fiscalização da Polícia Federal (PF) na fronteira: “Não aguentamos mais a perseguição da PF que quer desocupar a cidade, sob pretexto de ser área indígena. O delegado da PF de Pacaraima quer mandar no município. Deseja remover a nossa população a qualquer custo e fazer uma limpeza étnica. Não vamos aceitar este tipo de atitude.” (MARQUES, 2013). No entanto, em geral, a pauta da mobilização em Roraima divulgada pela imprensa foi o fim das demarcações de terras indígenas (RODRIGUES, É., 2013; NOVE ESTADOS TÊM PROTESTOS DE RURALISTAS CONTRA ÍNDIOS, 2013).

Além da manifestação ocorrida em Novo Progresso (PA), a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa/Sistema CNA) apontou que seria realizada mobilização em Redenção

¹¹² A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) é uma entidade sindical criada em 1964 para representar os trabalhadores rurais. O sistema se organiza na forma de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) nos municípios, de Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetag) nos estados e a Contag é o órgão superior de abrangência nacional (PICOLOTTO, 2018).

(PA) (FAEPA, 2013b) e a Agência FPA publicou que estavam previstos atos em Santarém e Marabá (PA), mas não foi possível confirmar se esses atos públicos ocorreram (NOVE ESTADOS TÊM PROTESTOS DE RURALISTAS CONTRA ÍNDIOS, 2013).

O município de Amarante do Maranhão (MA) contou com uma das manifestações mais expressivas do dia: cerca de 4 mil pessoas se reuniram para protestar contra as terras indígenas no centro do município. Segundo Mendes (2013a), até mesmo as escolas locais liberaram seus estudantes para a manifestação. Três terras indígenas regularizadas incidem total ou parcialmente no município e, desde 2008, há uma terra indígena em estudo¹¹³.

A manifestação no município de Itamaraju (BA) contou com cerca de 600 manifestantes. Foi realizado bloqueio intermitente da BR-101 para entregar panfletos aos motoristas que passavam pelo local. A atividade foi contra a demarcação de terras indígenas no sul e extremo sul da Bahia (MENDES, 2013a; CARAZZAI E BÄCHTOLD, 2013).

Em Martinho Campos, estado de Minas Gerais, o protesto no entroncamento das rodovias MG-164 e BR-352 contou com a presença de cerca de 200 pessoas. A manifestação foi realizada por agropecuaristas e moradores de Pompéu (MG) e Martinho Campos (MG) em virtude do processo de demarcação de terra indígena. Segundo Mendes (2013a), a atividade foi organizada pela Associação de Proprietários Rurais do Vale do Rio Pará. Os manifestantes expuseram faixas, distribuíram 3 mil panfletos e levaram tratores para as margens da rodovia. Depois do protesto, ainda foi realizada carreta na cidade de Martinho Campos (MENDES, 2013a). A terra indígena Caxixó (povo Kaxixó), com área de 5,4 mil hectares e incidente nos municípios de Pompéu e Martinho Campos, teve despacho de delimitação publicado alguns meses antes, em 22 de março de 2013 (despacho nº 269). A portaria do grupo de trabalho de identificação havia sido publicada no início de 2004.

Na mobilização protagonizada pela Famato, em Cuiabá (MT), nas margens da BR-364, houve distribuição de alimentos para caminhoneiros que passavam pelo local e os manifestantes não trancaram a rodovia (MENDES, 2013). A atividade contou com a presença do deputado federal Nilson Leitão (PSDB/MT) e de posseiros retirados da terra indígena Marãiwatsédé.

No estado de Mato Grosso do Sul, entre quatro e cinco mil pessoas¹¹⁴ protestaram às margens da BR-163, no município de Nova Alvorada do Sul, no ato público organizado pela Famasul (CARAZZAI; BÄCHTOLD, 2013). Segundo Mendes (2013a), cerca de 650 manifestantes eram do estado do Paraná. Kátia Abreu (PSD/TO), então senadora e presidente da CNA, e o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM/GO) estiveram presentes. Os manifestantes não chegaram a bloquear a rodovia. Segundo noticiado pelo jornal Folha de São Paulo, foram distribuídos panfletos e envelopes com sementes de hortaliças aos motoristas para, conforme os manifestantes, “representar a vida” (CARAZZAI; BÄCHTOLD, 2013). Na ocasião da manifestação, o presidente do Sindicato Rural de Sidrolândia (Sistema CNA), Osório Luiz Stralio, declarou: “Nós aceitamos vender as terras, mas o governo tem que pagar o que é justo. Esse impasse se arrasta há mais de 13 anos. Sabemos que os índios são vítimas de entidades que incitam a ocupação das fazendas.” (ILHA; OLIVEIRA, 2013). A declaração de Stralio é semelhante a outras encontradas ao longo da pesquisa, em que ocorre uma negação da agência das populações indígenas, incapazes de refletir sobre suas demandas. Como vimos no tópico anterior, na véspera dessa manifestação, o Sindicato Rural de Sidrolândia também promoveu uma manifestação. O município passava por tensão após o conflito de forças policiais e com indígenas Terena no dia 30 de maio de 2013, em que um indígena foi morto pela polícia.

¹¹³ Trata-se da terra indígena Governador – Portaria GT de Identificação nº 677 de 19 de junho de 2008 (BRASIL, 2019).

¹¹⁴ A Famasul divulgou em sua conta no Twitter que foram cerca de 5 mil pessoas – <https://twitter.com/sistefamasul/status/346632117188435970> Acesso em: 18 mar. 2021.

Em Guaíra (PR), cerca de mil pessoas protestaram com adesivos com os dizeres “Verdade, alimento e união: base de uma nação” e “Confisco, não – Fora Funai” que eram distribuídos aos motoristas que seguiam para a ponte Ayrton Senna, que liga o Paraná ao Mato Grosso do Sul (CARAZZAI; BÄCHTOLD, 2013). A Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP)¹¹⁵ esteve envolvida na iniciativa do ato, que foi apoiado pelo Sindicato Rural de Guaíra (Sistema CNA) e pela Associação Comercial e Empresarial de Guaíra (ILHA; OLIVEIRA, 2013). O deputado estadual Elio Rusch (DEM/PR) também teve presença registrada (CARAZZAI; BÄCHTOLD, 2013). O poder público municipal agiu para apoiar a manifestação — o prefeito de Guaíra (PR), Fabian Vendruscolo (PT), por exemplo, decretou ponto facultativo entre 12 e 15h aos servidores públicos municipais lotados em diversas secretarias em apoio à manifestação nacional (ILHA; OLIVEIRA, 2013). A terra indígena Tekohá Guasu Guavirá (povo Avá-Guarani), localizada nos municípios de Guaíra e Terra Roxa (PR) estava em estudo desde 2009¹¹⁶, sendo um dos principais motivos dessa mobilização.

Em Laranjeiras do Sul (PR), a manifestação reuniu agropecuaristas da região e contou com o apoio do Sindicato Rural de Guarapuava (Sistema CNA) (PRODUTORES RURAIS PARTICIPAM DE MANIFESTAÇÃO SOBRE INVASÕES INDÍGENAS, 2013; NOVE ESTADOS TÊM PROTESTOS DE RURALISTAS CONTRA ÍNDIOS, 2013). Não foi possível identificar o tipo de mobilização. No município, há a terra indígena Boa Vista (Kaingang), que foi declarada em 2007¹¹⁷ (BRASIL, 2019).

No estado de Santa Catarina, houve paralisação do tráfego em cerca de cinco rodovias e panfletagem em um sexto local. No município de Arvoredo, a rodovia estadual SC-283 foi bloqueada e participaram agropecuaristas de Seara e Paial (SC). Para essa mobilização, o contato da organização era o presidente do Sindicato Rural de Seara (Sistema CNA) (AGRICULTORES PROTESTAM CONTRA POLÍTICA INDIGENISTA, 2013). Na rodovia SC-467, no município de Abelardo Luz, aproximadamente quatro mil agropecuaristas participaram da mobilização contra a demarcação de terras indígenas (MENDES, 2013a). O contato da organização dessa mobilização era o presidente da Comissão dos Agricultores (AGRICULTORES PROTESTAM CONTRA POLÍTICA INDIGENISTA, 2013). Já no município de Maravilha, pela manhã, cerca de 800 manifestantes fecharam a BR-282 no entroncamento com a BR-158. Em Lebon Régis (SC), ocorreu panfletagem na rodovia SC-350 junto a um posto da Polícia Rodoviária Estadual e tratores foram levados para junto da rodovia. Não foi possível identificar quais organizações políticas estiveram envolvidas na mobilização desses dois últimos municípios.

Já na região metropolitana de Florianópolis, o protesto fechou temporariamente a BR-101 no município de Palhoça, com o ato sendo organizado por um sindicato rural local (de filiação não confirmada) (ILHA; OLIVEIRA, 2013). A FPA também previa mobilizações nos municípios de Araquari, na BR-280, e em Vitor Meireles, com panfletagem no centro do município, mas a realização dessas atividades não pôde ser confirmada (SETE MANIFESTAÇÕES SIMULTÂNEAS..., 2013; AGRICULTORES PROTESTAM CONTRA..., 2013). Se essas mobilizações aconteceram, o estado de Santa Catarina contabilizaria a maior quantidade de atos públicos contra terras indígenas do dia.

¹¹⁵ A Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP) foi criada com a finalidade de tratar das demarcações de terras indígenas e mantém um blog sobre o tema que segue atualizado até a presente data (jul. 2021) – <https://ongdip.wordpress.com/>. A página no Facebook da ONGDIP foi criada em 8 de abril de 2013 e o telefone para contato disponível é do estado do Paraná. Já a conta no Twitter indica localização em Guaíra (PR).

¹¹⁶ Portaria de Grupo de Trabalho de identificação nº 136, de 1º de fevereiro de 2009 (BRASIL, 2019).

¹¹⁷ Portaria declaratória nº 1.794, do Ministério da Justiça, de 29 de outubro de 2007 (BRASIL, 2019).

Como é possível constatar no quadro 19, ocorreram seis mobilizações no estado do Rio Grande do Sul. O jornal *Correio do Povo* noticiou que a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul – Sistema CNA) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag – Sistema Contag) não estavam na organização das atividades, mas que seriam representadas nos atos (JARDINE, 2013). No município de Pontão (RS), a rodovia ERS-324 foi bloqueada com tratores. O contato da organização dessa mobilização foi Jair Dutra Rodrigues, presidente da Associação de Produtores Rurais de Pontão (AGRICULTORES PROTESTAM CONTRA..., 2013). Como veremos no terceiro tópico, no mês seguinte, em 12 de julho, agropecuaristas de Pontão ainda se envolveram em um protesto na sede regional da Funai, em Passo Fundo – RS (MIOTTO, 2013)

Em Sananduva (RS), município com outras mobilizações ao longo do ano, o protesto do dia 14 de junho foi organizado tanto pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Sistema Fetraf-Brasil/CUT) como pelo Sindicato Rural de Sananduva (Sistema CNA) (ENTREVISTA: CONFIRA A ENTREVISTA COM JEFERSON CAMOZZATO..., 2013), mas o contato da organização publicado pela FPA foi do presidente do Sindicato Rural, Jeferson Camozzato (AGRICULTORES PROTESTAM CONTRA..., 2013). Esse também foi o único local da mobilização nacional em que foi confirmado envolvimento de entidades tanto do setor patronal como da agricultura familiar.

Em Mato Castelhano (RS), onde já havia ocorrido mobilização em março, o portal *Notícias Agrícolas* divulgou que eram cerca de 2 mil pessoas, enquanto o portal de notícias G1 RS divulgou que 200 manifestantes teriam se reunido para o bloqueio da BR-285 (km 273) por meia hora (MENDES, 2013; PROTESTOS SOBRE DEMARCAÇÕES DE TERRAS BLOQUEIAM RODOVIAS NO RS, 2013). O contato da organização da atividade foi o vice-presidente da Associação dos Produtores de Mato Castelhano, Renato Palágio, e o advogado da Associação de Produtores de Mato Castelhano (RS), Alexsander Picolo da Rosa (Alex Picolo). A grande diferença na divulgação do número de manifestantes que, segundo o G1, pode ter sido 10 vezes menor, é uma das situações que explicita a linha editorial pró-agropecuaristas do portal *Notícias Agrícolas*.

Em Nonoai (RS), cerca de 100 agropecuaristas vindos também de Trindade do Sul e Inhacorá fecharam o trevo entre a ERS-406 e a ERS-324, liberando o trânsito a cada meia hora. A mobilização contou com a presença do então presidente da FPA, o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS) (HEINZE, 2013a). Segundo o deputado, a liderança da mobilização foi do Sindicato Rural de Nonoai (Sistema CNA). Na manifestação entre Getúlio Vargas e Erebangó (RS), teriam participado cerca de mil pessoas, que reivindicavam a extinção da demarcação da terra indígena Mato Preto e a aprovação da PEC nº 215/2000. O contato da organização dessa manifestação era o presidente da Associação de Produtores Rurais de Getúlio Vargas e o vice-prefeito do município de Getúlio Vargas (PROTESTOS SOBRE DEMARCAÇÕES DE TERRAS BLOQUEIAM RODOVIAS NO RS, 2013).

Cabe registrar ainda o bloqueio na BR-101, em Maquiné (RS), de uma manifestação contrária à titulação de território quilombola (a comunidade Morro Alto) (CARAZZAI; BÄCHTOLD, 2013). A mobilização foi acompanhada pelo deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), vice-presidente da FPA (BRASIL, 2013c).

Na semana seguinte, o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) discursou no plenário da Câmara dos Deputados pelo tempo de liderança do Partido Progressista e relatou que teria circulado pelas manifestações no Rio Grande do Sul:

Sr. presidente, Deputado Izalci, colegas Parlamentares, telespectadores de todo o Brasil, no Rio Grande do Sul, na última sexta-feira, nós passamos em cinco pontos de mobilização que os produtores rurais fizeram.

Começamos lá nas localidades de **Nonoai**, Faxinalzinho, São Valério, Constantina, Ronda Alta, Engenho Velho e Três Palmeiras. Pequenos produtores estiveram conosco, liderados pelo Alécio Bringhenti, do Sindicato Rural de Nonoai.

Passamos por **Pontão**, com Jair Dutra Rodrigues também liderando o movimento ali com os produtores na localidade de Pontão. Passamos depois pelo **Mato Castelhana**, onde o Renato Palágio, Adelar Confortin, Alex Picolo e um grupo de lideranças fizeram um movimento junto com o pessoal do Campo do Meio e Mato Castelhana. Estivemos depois em **Getúlio Vargas**, lá na Reserva do Mato Preto, com o pessoal de Erebango e também de Erechim. O Roberto Rotta, o Granella, o Maurício Soligo, a Marinês Ronsoni estiveram presentes nesse momento, e alguns dos que lideraram esse movimento nessa localidade. Terminamos lá em **Sananduva e Cacique Doble**, na Reserva Passo Grande da Forquilha, onde o Jeferson Camozzato, o Denis Golin, o Ademar Bennett, o Célio Biavati, Gelson Dal Pizzoli e outros tantos lideraram movimentos pacíficos, ordeiros, mostrando o descontentamento que têm com relação ao processo demarcatório das terras indígenas. [...]

O Deputado Alceu Moreira e o meu assessor estiveram também lá em **Osório e Maquiné**, onde na BR-101 outro grande grupo de produtores estavam protestando com relação à questão quilombola. Foram seis pontos no Rio Grande do Sul, e em **dez Estados da Federação 25 pontos**. Milhares de pessoas foram às ruas, ordeira e pacificamente, para mostrar seu descontentamento com relação à questão da demarcação das terras indígenas. (BRASIL, 2013c, grifo nosso).

O presidente da FPA, portanto, relata que foram 25 locais com mobilização no território nacional, ainda que foi possível confirmar 22 deles no levantamento realizado nesta pesquisa.

Importante destacar que, na semana de 14 de junho de 2013, o país entrou em um processo amplo de mobilização voltado, inicialmente, contra o aumento de tarifas do transporte público em grandes cidades — as chamadas “jornadas de junho” (PINHEIRO-MACHADO, 2019; TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Em 13 junho de 2013, ocorreram amplas mobilizações de rua nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que sofreram forte repressão policial e ganharam repercussão internacional (ROMERO, 2013). Essa repressão aos protestos ocorridos nas duas primeiras semanas de junho de 2013 gerou comoção social e foi mais “uma fagulha em um país já em chamas” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 37). Com os diversos episódios de agressão policial a jornalistas, os grandes jornais acabaram vendo uma oportunidade e começaram a pautar as mobilizações, passando a apresentá-las como uma crítica aos governos petistas (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Em 2013, o Partido dos Trabalhadores completava uma década à frente do Executivo Federal e começava a representar o *establishment* para parte da juventude, a ordem e o governo de coalizão. Nesse sentido, as manifestações da segunda quinzena de junho nas grandes capitais acabaram atraindo grupos antipetistas (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Assim, milhões de pessoas se reuniram em atos em diversas cidades do país, tendo como grande marco o dia 20 de junho, pois, a partir de então, houve cisão entre os atores envolvidos e o Movimento Passe Livre (MPL), de São Paulo. O MPL deixaria de chamar atos, preocupado com a apropriação do movimento por grupos com pautas bem distintas (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Essa foi uma situação de mobilizações sociais massivas em condições de estabilidade econômica e maior liberdade política, o que se explica pelos atores da sociedade possuírem recursos econômicos e políticos para protestar (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Pinheiro-Machado (2019) contextualiza conjuntura daquele momento da seguinte forma:

A economia brasileira estava crescendo, havia mobilidade social, a fome estava sendo eliminada e o desemprego caía. Tudo isso era muito promissor, e não é errado falar que o lulismo foi uma era de esperança. Mas havia contradições sociais e lacunas democráticas deixadas pelo caminho. Também havia frustração. O cotidiano de uma grande parte da população que dependia de transporte e saúde públicos, por exemplo,

continuava permeado pela precariedade e vulnerabilidade. Os preços das passagens de ônibus são uma boa metáfora dos obstáculos de mobilidade enfrentados pelas classes mais desfavorecidas. Não foi só por 20 centavos: foi um grito de melhoria dos bens públicos, que são o termômetro de uma sociedade democrática. Tudo isso em meio aos preparativos da Copa do Mundo, que coroar a imagem do Brasil como uma economia emergente no sistema mundial. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 31).

A autora também insere as mobilizações no início de junho de 2013 contra aumento da passagem em um contexto de outras mobilizações que já haviam acontecido ao longo do ano, a exemplo daquelas ocorridas em Porto Alegre (RS), que foram tanto contra o aumento da passagem como pelas ações de preparo para a Copa do Mundo de futebol. Portanto, o ano de 2013 já havia começado com maior agitação social no país. Como vimos, o estudo de Tatagiba e Galvão (2019, p. 70) aponta para um cenário de aumento de mobilizações desde 2011, o que leva as autoras a entender que “o caldeirão de insatisfações que explode em 2013 já estava aquecendo desde o ano anterior”.

Tatagiba e Galvão (2019) consideram que esse processo de mobilizações tem relação com a característica de conciliação de classes dos governos petistas, que buscou acomodar interesses em seu interior que, em muitos casos, eram antagônicos. Isso, no entanto, foi incapaz de reduzir os conflitos de maneira consistente. Nesse contexto, as autoras consideram que movimentos sociais próximos ao PT passaram a denunciar a insuficiência das políticas sociais, somando-se à insatisfação de setores da sociedade em razão das políticas sociais e da intervenção do Estado na economia. Assim, as autoras consideram que “os protestos expressam insatisfações tanto daqueles setores que buscavam avançar nas reformas quanto daqueles que buscavam restaurar o *status quo*.” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 65).

Quando atingem o pico, em 2013, essas manifestações produzem mudanças no cenário político nacional, abrindo oportunidades políticas para que um conjunto heterogêneo de atores, à direita e à esquerda do PT manifestasse suas divergências, colocando o governo de Rousseff na defensiva (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Além disso, Tatagiba e Galvão (2019) consideram que não há descontinuidade entre os protestos de 2013 e 2015-2016, sendo que as principais mudanças são a proporção dos grupos sociais que estão nas ruas e as pautas que defendem.

Como apontou Pinheiro-Machado (2019), as grandes manifestações de junho reverberaram fora dos grandes centros e foram apropriadas de diferentes formas, com populações expressando indignação por diferentes pautas e diferentes demandas. A frustração com a persistência de diversos problemas estruturais do país acabou contabilizada como um problema de gestão do governo federal. Nesse contexto, segundo pesquisas de opinião, ocorreu aumento da insatisfação da população com o governo de Dilma Rousseff: se na primeira semana de junho de 2013 o governo era considerado ótimo ou bom por 57% dos entrevistados, esse percentual cairia para 30% na última semana do mês (DATAFOLHA, 2016, p. 14). Apesar da recuperação nos meses posteriores, a aprovação de Rousseff nunca mais alcançou os níveis anteriores, abrindo espaço e potencializando a atuação da oposição. No entanto, consideramos, aqui, que as jornadas de junho foram muito mais um sintoma do desgaste dos dez anos de governos petistas do que propriamente a causa da degradação de seu apoio social. De qualquer forma, era nítido que estava em curso um processo de mudança na correlação das forças políticas do país, trazendo consigo transformações amplas e persistentes no cenário da política nacional.

5.3 DEPOIS DE JUNHO DE 2013

O aumento da insatisfação com o governo Rousseff somado à mobilização nacional contra as terras indígenas parecem ter potencializado o surgimento de mais manifestações de rua contra terras indígenas, pois, excluída a mobilização nacional, a maior parte das manifestações se deu no segundo semestre, com 12 atividades de julho a dezembro de 2013 (quadro 20, a seguir).

Quadro 20. Mobilizações de rua contra terras indígenas entre julho e dezembro de 2013.

Data	Local	Tipo	Iniciativa	Presença de parlamentares federais
11 jul. 2013	Sananduva (RS)	Carreata, protesto na sede do município e paralisação do poder público municipal e demais atividades	Não identificado	Não
12 jul. 2013	Passo Fundo (RS)	Protesto na sede regional da Funai	Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT)	Não
16 jul. 2013	Sananduva (RS)	Protesto na sede do município	Sindicato Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT)	Não
26 set. 2013	Passo Fundo (RS)	Passeata na sede do município até Procuradoria da República em Passo Fundo após audiência pública da CAPADR/CD na Universidade de Passo Fundo	Não identificado	Sim
6 nov. 2013	Brasília (DF)	Protesto em frente ao Ministério da Justiça	Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT)	Sim
	Arvoredo e Chapecó (SC)	Bloqueio de rodovia – SC-283		Não
	Sananduva (RS)	Bloqueio de rodovia – ERS-126 e carreata		Não
	Passo Fundo (RS)	Protesto em frente à sede regional da Funai		Não
19 nov. 2013	Campo Grande (MS)	Protesto em frente à sede regional da Funai	Movimento de Agricultores Familiares vítimas da Funai (MAFF)	Não
29 nov. 2013	Vicente Dutra (RS)	Passeata na sede do município após audiência pública	Frente Parlamentar da Agropecuária, apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Sistema Contag)	Sim
11 dez. 2013	Brasília (DF)	Protesto em frente ao Ministério da Justiça – Dia de audiência pública da CAPADR/CD sobre demarcações na Câmara dos Deputados	Audiência CAPADR	Sim
20 dez. 2013	São João do Caru (MA)	Protesto após audiência	Não identificado	Sim

Fonte: Mendes (2013b); Miotto (2013); Pequenos produtores fazem protesto... (2013); Sananduva paralisa atividades... (2013); Brasília: produtores protestam contra demarcações... (2013); Agricultores bloqueiam SC-283... (2013); Agricultores realizam dia de protesto... (2013); Brasil (2013b); Nissen (2013); Produtores se mobilizam em Brasília... (2013); Maciel (2013a; 2013b).

Por meio do quadro 20, é possível confirmar a relevância das organizações sindicais para as mobilizações contra as demarcações de terras indígenas em 2013, com destaque para a atuação da Fetraf-Sul no segundo semestre, quando metade das manifestações ocorridas foram promovidas pela entidade ou seus sindicatos. Como aponta Picolotto (2018), no Sul do país, a base social da então chamada Fetraf-Brasil é composta principalmente de agricultura familiar *colona*, ou seja, por famílias proprietárias de terras que são descendentes de imigrantes de origem europeia e já relativamente consolidados, contexto diferente de outros estados, nos quais a base da entidade é composta, por exemplo, de assentados de reforma agrária e agricultores familiares menos capitalizados. Nesse contexto, esvai-se a narrativa de que a questão se trata principalmente de um conflito de grandes proprietários *versus* indígenas, aproximando-se, no Sul do Brasil, de uma reedição do histórico conflito colonial “colonos-índios”.

O primeiro ato público depois de junho de 2013 com participação confirmada de sindicalistas da Fetraf-Sul ocorreu em 12 de julho, quando foi realizado protesto na sede regional da Funai, em Passo Fundo (RS) (figura 19). Em torno de 100 a 150 pessoas, principalmente de duas áreas de conflitos com indígenas da região de Passo Fundo, ocuparam o prédio da sede regional da Funai ao longo do dia (MENDES, 2013b). Um dos grupos era de Agricultores de Mato Castelhana (RS), demonstrando a permanência ao longo do ano do engajamento desses agricultores contra a terra indígena Mato Castelhana, em estudo no município. Outro grupo era dos municípios gaúchos de Ciríaco, Gentil e Marau, sendo um distrito do município de Gentil chamado Campo do Meio o foco da tensão com indígenas. O município de Pontão (RS) também contou com agropecuaristas presentes, sendo apontado como outro local de contenda (MIOTTO, 2013). A pauta principal dessa mobilização foi a paralisação das demarcações — portanto, não era a indenização, mas que as áreas não fossem reconhecidas como terras indígenas e, assim, pudessem permanecer nas terras. Entrevistado pelo portal Notícias Agrícolas, Adelar Confortin, manifestante apresentado como produtor rural, afirmou: “[a mobilização se dá] principalmente para que seja cumprida a promessa da Ministra Gleisi Hoffmann que iria suspender os processos e não suspenderam, que iria incluir outros órgãos junto da Funai nos estudos e não fez.”; “Ela prometeu essas medidas e isso não ocorreu, é por isso que nós viemos pra cá e tomamos o prédio da Funai”, disse em outro momento (ENTREVISTA: CONFIRA ENTREVISTA COM ADELAR CONFORTIN, 2013; MENDES, 2013b). Os órgãos apontados que deveriam ser envolvidos no processo de demarcação seriam a Embrapa e o Ministério da Agricultura. Após ocuparem o prédio da Funai ao longo do dia, os manifestantes deixaram o local no final da tarde.

Como é possível ver na figura 19 (a seguir), uma das faixas é da IX Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, organizada pela Fetraf-Sul, do Sistema Fetraf-Brasil/CUT. A questão das demarcações de terras indígenas e a indenização de agricultores compuseram a pauta das reivindicações da jornada da entidade daquele ano, juntamente com apoio às unidades produtivas, implantação do programa Bolsa Jovem Rural e investimentos em habitação (RODRIGUES, A., 2013).



Figura 19. Protesto na sede regional da Funai (Passo Fundo – RS), em 12 de julho de 2013.
Fonte: Fernanda da Costa/Agência RBS (2013) *apud* Mendes (2013b).

A sede regional da Funai de Campo Grande (MS) também foi alvo de protestos. Em 19 de novembro de 2013, manifestantes que fazem parte do Movimento de Agricultores Familiares vítimas da Funai (MAFF) realizaram uma manifestação em frente ao prédio da Funai e bloquearam uma das principais vias de acesso à capital (figura 20). Essa, portanto, é mais uma organização de agropecuaristas criada especificamente para fazer oposição às demarcações, enfatizando ainda a condição de “vítimas” da ação da Funai. Além disso, participam da manifestação agropecuaristas de Guaíra, município do oeste do Paraná. Os manifestantes pediam o cumprimento de reintegrações de posse, “a paralisação de todo e qualquer processo de demarcação de áreas invadidas e a atuação do governo federal para pôr fim à insegurança no campo” (PEQUENOS PRODUTORES FAZEM PROTESTO NA SEDE DA FUNAI NO MS, 2013).

Na figura 20, é possível constatar que uma das faixas possui os dizeres “Não queremos em MS um novo Suiá Missu”. Trata-se de uma referência à terra indígena Marãiwatsédé (Xavante), localizada no estado de Mato Grosso e passou por retirada de posseiros entre o final de 2012 e início de 2013. Como vimos no tópico anterior, os posseiros dessa terra indígena também participaram da mobilização nacional de 14 de junho, em Mato Grosso. Em dezembro de 2014, os ex-moradores da área chamada Posto da Mata (município de Alto Boa Vista – MT), que se localizava dentro de Marãiwatsédé, seguiram mobilizados e participaram de uma audiência da CAPADR/CD. A faixa da mobilização do MAFF demonstra, portanto, como esse processo teve repercussão e foi considerado injusto por muitos agropecuaristas.



Figura 20. Manifestação em frente ao prédio da sede da Funai em Campo Grande (MS), em 19 de novembro de 2013. Fonte: Pequenos produtores fazem protesto... (2013).

Além da mobilização em março e em junho, no segundo semestre, o município de Sananduva (RS) seguiu com novos atos contra a demarcação da terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha. As mobilizações que ocorreram nos dias 11 e 16 de julho de 2013 (figura 21), foram reações de agropecuaristas à uma ação de indígenas no dia 8 de julho. Na ocasião, um grupo de indígenas ocupou uma parte da terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha que incide sobre uma área com título de propriedade. Os Kaingang visavam, com a ação, a aceleração da conclusão do processo de reconhecimento da área, através de homologação da terra indígena pela Presidência da República. No dia 15 de julho de 2013, ocorreram até mesmo lutas corporais após agropecuaristas bloquearem os acessos à área onde os indígenas estavam. O confronto resultou em quatro pessoas feridas (três agricultores e um indígena) que necessitaram ser hospitalizados (CONFLITO ENTRE ÍNDIOS E AGRICULTORES..., 2013). A mobilização do dia 16 de julho, portanto, foi uma resposta a esse acontecimento.



Figura 21. Mobilização de 11 de julho (A) e 16 de julho de 2013 (B) na praça central do município de Sananduva (RS). Fonte: Sananduva paralisa atividades... (2013) (A); Produtores realizam protesto em Sananduva/RS contra invasões indígenas (2013) (B).

A prefeitura municipal de Sananduva se envolveu na mobilização e o prefeito Antonio Roberto Caldato (Beto Caldato – PMDB) determinou a paralisação das atividades administrativas no dia 11 de julho de 2013. Sobre o caso, a administração municipal publicou a seguinte nota:

Sananduva paralisa atividades em solidariedade aos agricultores atingidos

12/07/2013, Por Assessoria de Comunicação da Pref. de Sananduva

O Poder Público Municipal, através do Decreto nº 5468, de 10 de julho de 2013, paralisou todas as atividades administrativas no Município no dia 11 de julho. Esta medida foi adotada considerando o processo de criação de novas áreas indígenas, motivo de inúmeros protestos pelo País. O Município de Sananduva também vive um momento de insegurança, uma vez que produtores rurais podem perder suas terras. Em solidariedade aos agricultores atingidos, o prefeito municipal Antonio Roberto Caldato, juntamente com a Comissão Municipal em Prol dos Agricultores e Câmara Municipal de Vereadores, preocupados com a situação e atendendo ao clamor público originado pela invasão de aproximadamente 50 indígenas em uma propriedade rural localizada na Comunidade de São Caetano, onde estes reivindicam a demarcação de áreas em Sananduva e Cacique Doble, determinaram algumas ações para sensibilizar as autoridades estaduais e federais. Primeiramente a Comissão concedeu uma entrevista coletiva para todos os meios de comunicação relatando os fatos e as medidas tomadas. A sociedade civil organizada, em quase totalidade, paralisou as atividades como forma de protesto pacífico durante todo o dia 11/07. Por solicitação do Executivo, o policiamento foi reforçado com a vinda do 10º Pelotão de Operações Especiais. Na manhã de quinta-feira foi realizada uma celebração na Comunidade de São Caetano. **Cerca de 5 mil pessoas, entre funcionários públicos, comerciantes, representantes de entidades, autoridades locais e estaduais estiveram presentes.** O dia de manifestação culminou com uma **carreata** vinda da Comunidade de São Caetano até a Praça Central de Sananduva para pronunciamento das autoridades, Comissão e o jurídico que está acompanhando o processo de reintegração de posse dos agricultores. Antes do final dos pronunciamentos foi divulgada a solicitação para que o prefeito, jurídico e a Comissão participassem de uma Audiência com o juiz Federal em Erechim. (SANANDUVA PARALISA ATIVIDADES EM SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES ATINGIDOS, 2013, grifo nosso).

Na nota, a expressão “inúmeros protestos” se refere à mobilização nacional contra as

terras indígenas realizada em 14 de junho de 2013, que contou com uma manifestação em Sananduva. Como a nota evidencia, funcionários públicos também teriam participado do movimento, além de comerciantes locais. Através desse comunicado, ainda é constatável o envolvimento de diversos setores e representações políticas contra a terra indígena no município.

O confronto do dia 15 de julho mobilizou representantes políticos da região contra a terra indígena. Após reuniões extraordinárias com seus integrantes, as associações ligadas ao poder público municipal da região (Amunor e Avenor) publicaram um manifesto conjunto no dia 16 de julho de 2013 contra o pleito por terra dos Kaingang:

Manifesto da AMUNOR e AVENOR

A Associação dos Municípios do Nordeste Riograndense (AMUNOR), em nome dos 18 prefeitos a que representa, juntamente com a AVENOR [Associação de Câmaras de Vereadores da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul] a qual representa 166 vereadores, vem a público manifestar sobre os eventos ocorridos no Município de Sananduva em face da invasão de grupos de indígenas em propriedades particulares e define posicionamentos: 01 – A AMUNOR e a AVENOR posicionam-se incondicionalmente a favor do Município de Sananduva e de seus habitantes, deixando claro que respeita os direitos dos indígenas, porém não pode para tanto ver outros direitos sendo ceifados; 02 – A AMUNOR e a AVENOR solicitam ao Governo Federal cópia dos documentos que comprovam o cancelamento de futuras demarcações de áreas indígenas definido em discursos e pela imprensa; 03 – A AMUNOR e a AVENOR solicitam ao Governo do Estado que garanta a segurança dos habitantes do Município de Sananduva e região, designando força policial especial imediatamente, garantindo com isso a ordem social e evitando novos confrontos; 04 – A AMUNOR e a AVENOR sugerem aos municípios que compõem a Associação que decretem “Estado de Emergência” em função da falta de segurança de seus municípios e em especial ao Município de Sananduva; 05 – A AMUNOR e a AVENOR se solidarizam as famílias atingidas e envolvidas no conflito do dia 15 de julho de 2013 que resultou na hospitalização de algumas pessoas e bens públicos e particulares depreciados. (MANIFESTO DA AMUNOR E AVENOR, 2013).

Entrevistado pelo portal Notícias Agrícolas a respeito das mobilizações do dia 16 de julho de 2013, Sidimar Lavandoski, apresentado como coordenador do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Sananduva (Sintraf/Fetra-Sul), declarou:

Nós temos várias lideranças aqui da região, associação de prefeitos, vereadores... A Funai não veio aqui. Nós tivemos ontem à noite a presença de representantes do governo do estado, vieram aqui para tomar um pouco o pé da situação. Nós estivemos conversando ontem de manhã com o governador do estado e está encaminhando um pedido de urgência ao Ministério da Justiça para que tome providências sobre essas questões e uma das providências que a gente pede é a retirada dos índios daqui. **Nós não queremos eles aqui. Não há nenhuma possibilidade de convivência próxima.** Então, até por uma questão de segurança das famílias indígenas porque tem índios lá que não dá para chamar de índio. Pelas ações que a gente viu ontem aqui, é uma situação muito complicada. Então, para a segurança dos agricultores, principalmente, porque eles estão agredindo. [...] **Não temos dúvida de que aqui nunca foi área indígena. Nunca foi.** [...] **Não dá para admitir que seja dito que um dia foi área indígena.** [...] Nós temos um processo andando na justiça federal, uma ação popular organizada pelos agricultores. **Nós temos uma mobilização muito forte por todos os sindicatos de representação, tanto da agricultura familiar como dos sindicatos rurais,** estamos articulando as forças políticas da região do estado no sentido de pressionar a justiça para que ela faça o que é papel dela. Então, nós estamos nos organizando no sentido de pressionar a União, principalmente, o Ministério da Justiça,

para que eles tomem providências o mais rápido possível para que esses índios sejam retirados dali e que fiquem longe, numa outra área, enfim, num outro local até que o processo seja concluído **para que a paz possa voltar aqui ao nosso município**. (MENDES, 2013c, grifo nosso).

Portanto, o contexto local e regional é fortemente desfavorável à reivindicação por terra da população Kaingang, ocorrendo inclusive aliança entre as organizações patronais e da agricultura familiar. Ademais, como em diversas outras áreas, a demarcação da terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha também foi judicializada. Tamanho contexto adverso (e até mesmo hostil) de “nacionais” contra populações originárias, com união de forças e a atuação em várias frentes (política, judicial e até mesmo lutas corporais) nos traz à mente a imagem de um cerco político contra os Kaingang, como uma população *indesejada*, percepção identificada de modo semelhante por Bruno (2017b).

Identificamos que, em 11 de outubro de 2013, a Fetraf-Sul realizou uma mobilização, em Novo Hamburgo (RS), buscando intervir em uma atividade da presidenta Dilma Rousseff. Cerca de 300 agricultores da região norte do Rio Grande do Sul ocuparam o local onde Rousseff faria um discurso para a formatura de 870 estudantes do Programa Nacional de Ensino Técnico Profissionalizantes (Pronatec). A entidade buscava uma posição do governo federal sobre os conflitos relacionados a demarcações de terras indígenas naquela região (CENTENAS DE AGRICULTORES GAÚCHOS OCUPAM..., 2013).

A Fetraf-Sul promoveu mais uma mobilização em diferentes locais no dia 6 de novembro de 2013. Houve manifestações de agropecuaristas em Santa Catarina, em dois locais do Rio Grande do Sul e em Brasília (DF). Na capital federal, os manifestantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina bloquearam as entradas do Palácio da Justiça, sede do Ministério da Justiça, e solicitaram audiência para tratar sobre as demarcações de terras indígenas (figura 22). O deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC) acompanhou os agricultores (BRASÍLIA: PRODUTORES PROTESTAM CONTRA DEMARCAÇÕES..., 2013).



Figura 22. Protesto em frente ao Palácio da Justiça, sede do Ministério da Justiça, em Brasília (DF), no dia 6 de novembro de 2013. Fonte: Agricultores do Rio Grande do Sul protestam... (2013) (A); Brasília: produtores protestam contra demarcações... (2013) (B).

Conforme noticiou o *Correio Braziliense*:

Integrantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul (Fetraf-Sul) protestam em frente ao Palácio da Justiça, na manhã desta quarta-feira (6/11) contra a demarcação de terras indígenas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. De acordo com a Polícia Militar, estão no local cerca de 80 manifestantes. Eles bloquearam todos os acessos ao prédio e pedem uma reunião com o ministro da Justiça.

O coordenador da Fetraf-Sul, Rui Valença, explica que os agricultores estão perdendo as terras que ocupam no sul do país, por conta da demarcação de terras indígenas. Segundo ele, o grupo quer que o governo apresente uma alternativa aos agricultores. “O estado colocou os agricultores lá [nas terras demarcadas] há mais de 100 anos e esse mesmo estado quer tirar agora, sem apresentar uma alternativa para os agricultores”, afirma Rui.

Além do ministro da Justiça, o grupo espera se reunir com outras autoridades, como o ministro do Desenvolvimento Agrário e o secretário da Presidência da República. Para Rui, a reivindicação não é contra os indígenas. “Não estamos questionando o direito dos índios, mas queremos assegurar nossos direitos.” (AGRICULTORES DO RIO GRANDE DO SUL PROTESTAM CONTRA A DEMARCAÇÃO DE TERRAS, 2013).

Como parte dessa mobilização da Fetraf-Sul, em Santa Catarina, pela manhã, houve bloqueio com tratores e máquinas agrícolas da ponte sobre o rio Irani, entre os municípios de Arvoredo e Chapecó (figura 23, a seguir) (AGRICULTORES BLOQUEIAM SC-283..., 2013). Apesar de não ter sido especificado nas notícias, há a terra indígena Toldo Pinhal (Kaingang) em processo de reconhecimento nessa região, nos municípios de Paial e Seara. Essa área foi declarada como terra indígena em 2007 — Portaria do Ministério da Justiça nº 795, de 19 de abril de 2007 (BRASIL, 2019).

Já neste mesmo dia em Sananduva (RS) ocorreu bloqueio da rodovia ERS-126, que liga o município a Lagoa Vermelha (RS). O trânsito foi interrompido às 7 horas da manhã, sendo liberado de 30 em 30 minutos (figura 24, a seguir). Como parte do movimento daquele dia, em Passo Fundo (RS) houve protesto em frente à sede da Funai.



Figura 23. Bloqueio da SC-283 em protesto contra demarcação de terras indígenas, em 6 de novembro de 2013. Fonte: Fetraf-Sul (2013) *apud* Agricultores bloqueiam SC-283 em protesto contra demarcação de terras (2013).



Figura 24. Bloqueio da rodovia ERS-126, que liga Sananduva a Lagoa Vermelha, em protesto contra homologação de terra indígena em 6 de novembro de 2013. Fonte: Agricultores realizam dia de protesto contra a demarcação de terras (2013).

Depois do bloqueio, segundo nota da prefeitura de Sananduva,

Às 16 horas em carreata se dirigiram até o cartório de Registro de Imóveis, onde simbolicamente, um agricultor e a coordenadora do movimento queimaram uma escritura, como indignação e desabafo. Segundo os agricultores se os governantes não respeitam os documentos já existentes então a escritura também não vale nada. Durante todo o dia autoridades e lideranças se pronunciaram. O Prefeito Antonio Roberto Caldato, colocou a Administração a disposição e externou total apoio aos produtores rurais. Um **outro grupo de agricultores realizaram movimento em Passo Fundo** em frente a FUNAI **enquanto que lideranças, representação de Secretários, funcionários e o Vice Prefeito do Município de Sananduva Loevir Benedetti, protestavam em Brasília em frente ao Ministério da Justiça.** (AGRICULTORES REALIZAM DIA DE PROTESTO CONTRA A DEMARCAÇÃO DE TERRAS, 2013, grifo nosso).

Essa seria, portanto, mais uma ocasião em que a prefeitura do município se envolveu em mobilizações e se posicionou contra a demarcação de terras indígenas. Também é possível constatar o envolvimento de representantes de Sananduva (RS) nas mobilizações realizadas em Passo Fundo (RS) e Brasília (DF), o que demonstra o engajamento da população nesta pauta.

Dentre as mobilizações registradas no segundo semestre, três delas estiveram relacionadas a atividades organizadas por parlamentares federais, sendo duas dessas realizadas no RS. Em 26 de setembro de 2013, uma passeata foi realizada após a audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara dos Deputados, realizada no auditório do Centro de Eventos da Universidade de Passo Fundo, em Passo Fundo (RS) (figura 25, a seguir). A atividade foi uma reunião externa da Comissão¹¹⁸ e contou com participação dos deputados federais Luis Carlos Heinze (PP/RS), Alceu Moreira (PMDB/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Wilson Covatti (PP/RS). A audiência teve como tema “Debater a legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil”. Não há registro de áudio ou transcrição do evento, mas a ata da reunião nos informa sobre o transcorrer das atividades:

O Encontro foi presidido pelo Deputado Federal Alceu Moreira, que contou com a presença de cerca de 700 agricultores de todas as regiões do Rio Grande do Sul. Discutiu-se no encontro, com técnicos especialistas, a forma que vem sendo elaborado o laudo antropológico que embasa as ações de desapropriação de terras; e também a importância da PEC 215, que vai para votação nos próximos dias. O procurador do Estado Rodinei Candeia palestrou sobre as demarcações de terras indígenas e quilombolas no Rio Grande do Sul, ensejando que o laudo antropológico que dá base às demarcações de terras e desapropriações apresenta fragilidade, podendo ser desconstruído tecnicamente e juridicamente. No encerramento do evento todos os participantes fizeram uma marcha até a sede da Procuradoria da República em Passo Fundo, onde realizaram uma manifestação pacífica e ordeira. Nada mais havendo a tratar, o presidente do encontro, Deputado Alceu Moreira, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dezessete horas e trinta minutos. (BRASIL, 2013b).

¹¹⁸ A reunião foi produto do requerimento nº 438/2013 CAPADR, de Alceu Moreira (PMDB/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS).



Alceu Moreira ✓
@Alceu_Moreira

...

Audiência pública da Comissão da Agricultura, para debater a legalidade das demarcações de terras, em Passo Fundo



3:23 PM · 26 de set de 2013 · Twitter Web Client

Figura 25. Audiência pública em Passo Fundo (RS) sobre demarcações de terras indígenas e titulação de territórios quilombolas em 26 de setembro de 2013 que antecedeu a passeata.

Fonte: Moreira (2013c).

Na lista, contabilizamos passeata realizada em Vicente Dutra (RS) logo após a audiência pública de deputados da FPA, em 29 de novembro de 2013 (NISSEN, 2013), já detalhada em capítulo anterior. Houve conflito no município na semana precedente, dia 20 de novembro de 2013, relacionado à terra indígena Rio dos Índios, que teve portaria declaratória emitida em 24 de dezembro de 2004 — portanto, cerca de nove anos transcorridos sem publicação do decreto de homologação. A audiência contou com a participação de Wilson Luís Covatti (PP/RS), que coordenou a reunião, Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luis Carlos Heinze (PP/RS). Cabe observar que uma bandeira da Fetag-RS ornava a mesa dos convidados do evento e foi carregada na passeata, o que demonstra que sua base sindical (ou mesmo dirigentes) estiveram presentes e apoiaram o evento. Como em outros locais, houve envolvimento do poder público local: João Paulo Pastório (PMDB), prefeito de Vicente Dutra (RS) e Josias dos Santos Lima (PTB), presidente da Câmara de Vereadores de Vicente Dutra participaram, manifestando-se contra a homologação da área. Zílio Roggia (PMDB), prefeito de Caiçara e presidente da Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP) declarou que os 42 prefeitos da associação eram contra a terra indígena, em uma situação semelhante ao município de Sananduva (RS), em que entidades regionais do poder público municipal se declararam contrárias às terras indígenas.

A audiência pública realizada em 11 de dezembro de 2013, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados¹¹⁹, também foi oportunidade para mobilização de rua em Brasília (DF). Após a reunião, realizada no início da manhã, manifestantes se concentraram em frente e

¹¹⁹ Fotos da audiência no perfil do Facebook da Frente Parlamentar da Agropecuária: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.228379553953099>

no entorno do Ministério da Justiça para “para reivindicar mudanças definitivas na atual política de demarcações de terras indígenas”. Conforme o portal *Notícia Agrícolas*:

Estiveram presentes na manifestação produtores e lideranças rurais dos **seis estados mais afetados por invasões e processos de demarcação** conduzidos de forma unilateral pela Funai, em que a ampliação de terras indígenas se dá sobre áreas de produção agropecuária devidamente tituladas de **Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Maranhão**.

Entre as reivindicações apresentadas pelos produtores está a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 215. A matéria transfere para o Congresso a decisão final sobre demarcações e de terras indígenas. Os produtores deverão cobrar uma solução imediata para o fim dos conflitos no campo provocados pelas invasões.

Outra questão é a manutenção da Portaria 303, da AGU (Advocacia Geral da União), que estende as 19 condicionantes definidas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no caso Raposa Serra do Sol à toda administração federal. A condicionante número 17 veda a ampliação de terras indígenas já demarcadas e a de número 19 estabelece a participação de estados e municípios no processo de definição das áreas destinadas aos índios. (PRODUTORES SE MOBILIZAM EM BRASÍLIA CONTRA DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS, 2013, grifo nosso).

Das mobilizações do ano, é possível lembrar, ainda, da realização do “Leilão da Resistência” em 07 de dezembro de 2013, em Campo Grande (MS). A atividade não pode ser categorizada como uma “mobilização de rua”, mas merece registro dentre as atividades de destaque realizadas no ano. O leilão foi organizado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), ligada a pecuaristas, e teve apoio da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), do Sistema CNA, tendo objetivo de arrecadar fundos para contratação de advogados e segurança privada em áreas reivindicadas por indígenas. O Leilão ganhou repercussão nacional e chegou a ser alvo de disputa legal para que não fosse realizado. O evento contou com a participação de integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária. O deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), presidente da Frente, inclusive, chegou a fazer uma declaração semelhante à da audiência de Vicente Dutra (RS) que gerou polêmica no ano seguinte: “Tem, no Palácio do Planalto, um ministro da presidenta Dilma chamado Gilberto Carvalho que aninha, no seu gabinete, índios, negros, sem-terra, gays, lésbicas — a família não existe no gabinete deste senhor. Este é o governo da presidenta Dilma. Não espere que essa gente vá resolver nosso problema”. Além disso, estiveram presentes os deputados federais Ronaldo Caiado (DEM/GO), Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR), Luiz Henrique Mandetta (DEM/MS), Fábio Trad (PMDB/MS), Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), além da senadora Kátia Abreu (PSD/TO), também presidente da CNA, e o senador Waldemir Moka (PMDB/MS). Com doações em dinheiro, leilão de 674 cabeças de gado e venda de três mil sacas de cereais, o evento arrecadou cerca de 640,5 mil reais. Eduardo Riedel, presidente da Famasul, disse ao portal G1 que o valor arrecadado seria dividido entre os sindicatos rurais em Mato Grosso do Sul para atender as necessidades de cada região (CASTRO, 2013; LEILÃO DA RESISTÊNCIA ARRECADA R\$ 640,5 MIL EM MATO GROSSO DO SUL, 2013).

A última mobilização do ano contra terras indígenas identificada foi uma audiência pública seguida de protesto em São João do Caru (MA), no dia 20 de dezembro de 2013 (figura 26). O protesto era contra a retirada de posseiros da terra indígena Awá-Guajá (regularizada¹²⁰), exemplificando a situação de áreas homologadas que não estão em situação de usufruto exclusivo da população indígena local. Também estiveram presentes no evento, vereadores,

¹²⁰ Decreto de homologação s/nº, de 19 de abril de 2005. A terra indígena havia sido delimitada em 1992 (BRASIL, 2019).

lideranças sindicais, o deputado federal Weverton Rocha (PDT/MA) e o deputado estadual Carlinhos Amorim (PDT/MA). Havia representantes de outras áreas: de Bacurizinho (Grajaú), Porquinho (Fernando Falcão) e da vizinha Reserva Biológica do Gurupi (Centro Novo). O vice-prefeito de Igarapé Grande, Erlânio Xavier, afirmou que somente a mobilização permanente pode impedir o processo de expulsão deles do local: “Estamos apoiando a justa reivindicação deles, seja aqui ou em Brasília”, disse (MACIEL, 2013a; 2013b).



Figura 26. Audiência pública (A) e protesto (B) realizado em São João do Caru (MA), no dia 20 de dezembro de 2013. Fonte: Maciel (2013b).

Como é possível observar a partir da figura 27 (a seguir), a distribuição das mobilizações contra terras indígenas em 2013 está concentrada na região centro-sul do país, especialmente nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na figura 28, é apresentado o recorte para visualizar em escala maior as mobilizações que ocorreram nesses estados. Cabe observar que Famato e Famasul optaram por concentrar a mobilização do dia 14 de junho em apenas um local, escolhendo pontos de grande circulação de veículos, ao contrário das mobilizações distribuídas pelos territórios dos três estados do Sul.

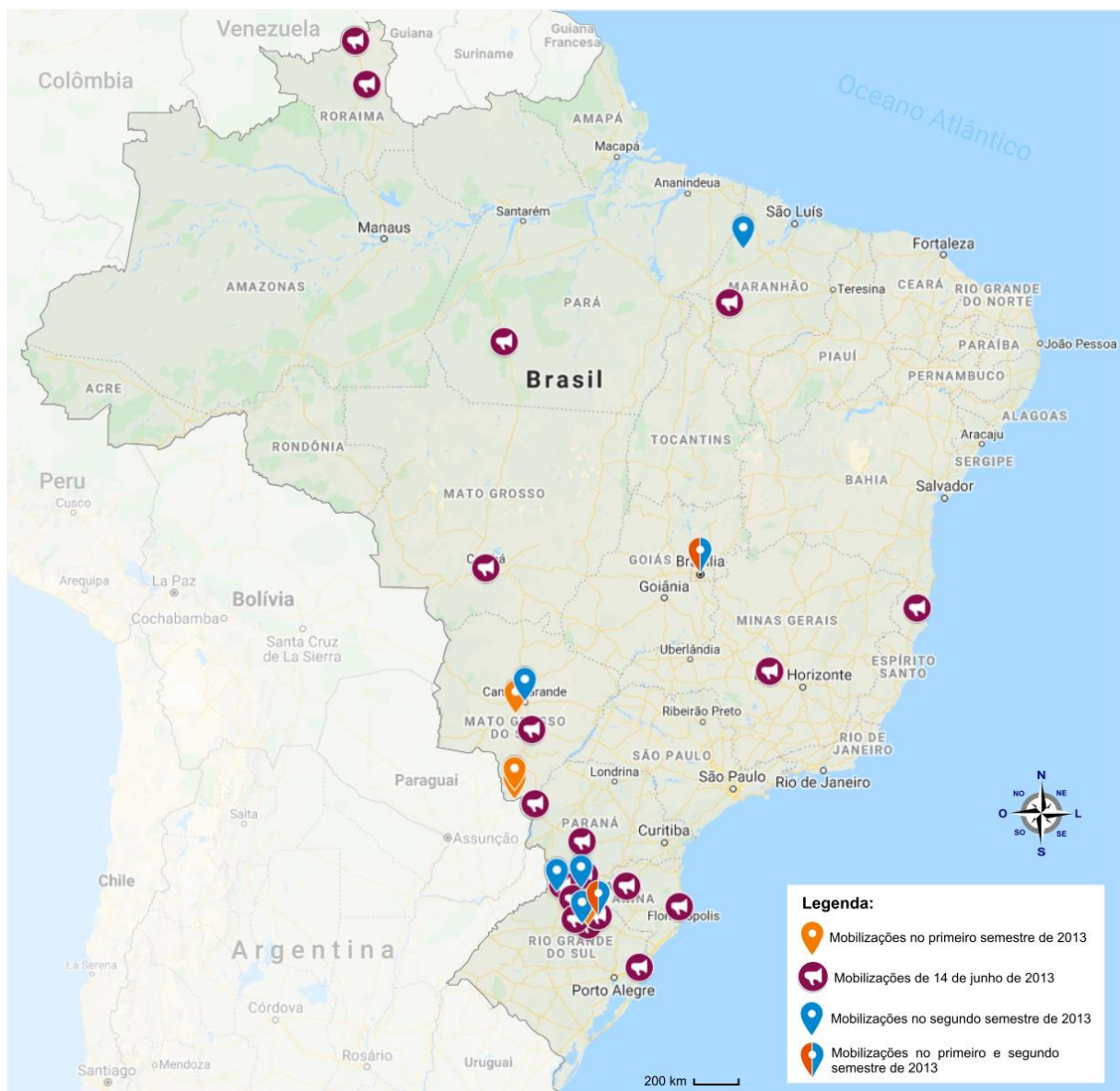


Figura 27. Distribuição no território nacional das mobilizações de rua contra as terras indígenas realizadas ao longo do ano de 2013. Fonte: elaborada pelo autor.

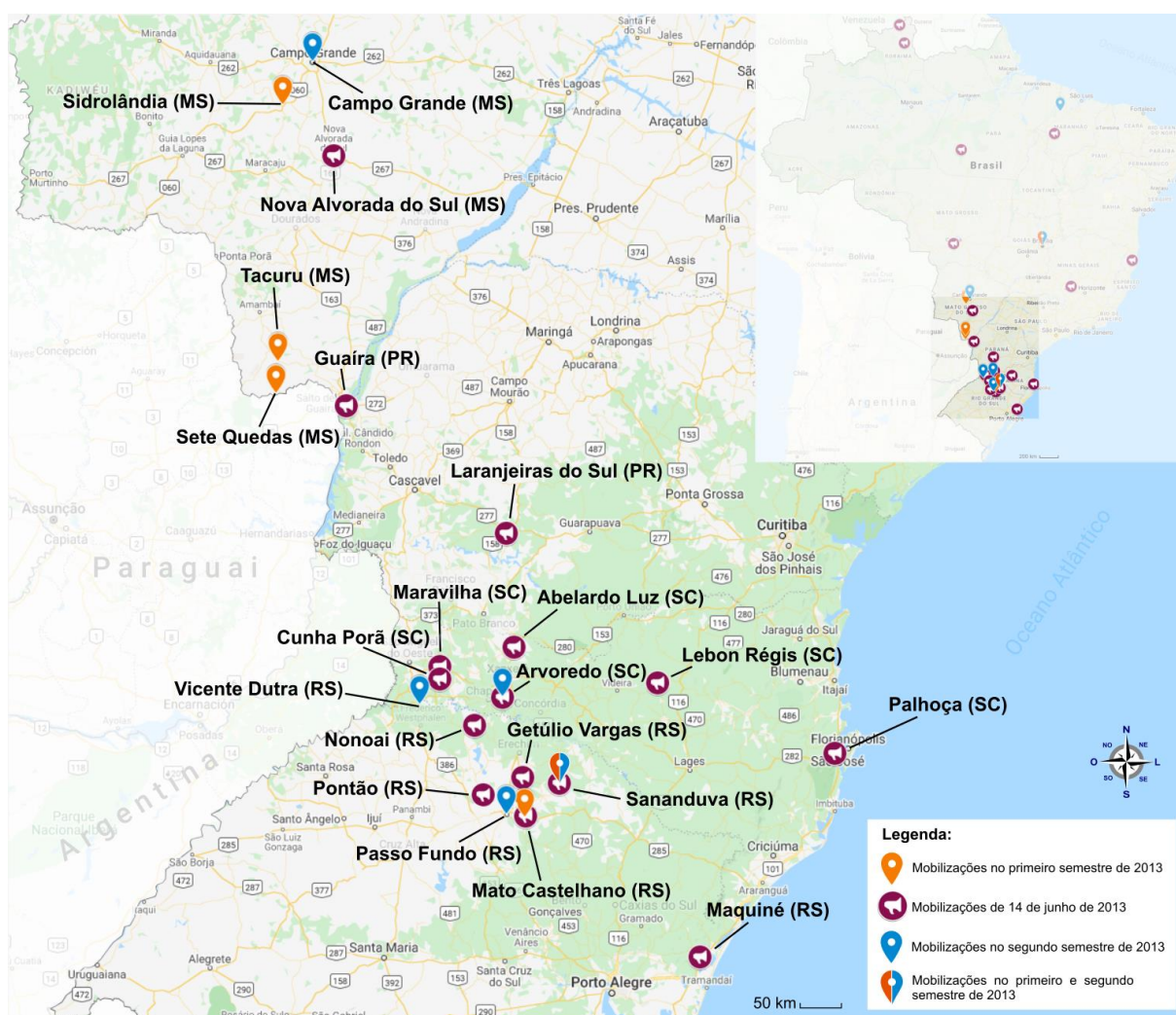


Figura 28. Mobilizações de rua contra terras indígenas realizadas ao longo de 2013 nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Fonte: elaborada pelo autor.

A partir da análise da figura 28, é possível constatar que as mobilizações ocorreram na região norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina e Paraná. Os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul lideraram a quantidade de atividades, sendo, no total, 15 no Rio Grande do Sul e sete em Santa Catarina. Somando o estado do Paraná, que teve duas mobilizações no dia 14 de junho, os três estados da região Sul do Brasil contabilizam 24 mobilizações (ou 61% do total), fazendo dessas ações de 2013 um fenômeno de forte característica sulista.

Para além das questões envolvendo a colonização e história agrária, é possível nos atentarmos para a política indigenista conduzida nas últimas décadas nesta região. O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) estabeleceu o reconhecimento da posse das terras indígenas “de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil” (art. 23). No entanto, nos primeiros anos em que as terras indígenas passaram a ser administrativamente demarcadas, tal

determinação do Estatuto não foi apropriadamente observada e as áreas estabelecidas se limitaram aos domínios dos antigos Postos Indígenas do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Por isso, na primeira década de vigência da lei, as regiões com maior proporção de áreas demarcadas estavam na região Sul e Sudeste, principalmente nas áreas onde as frentes de expansão já haviam atuado, onde a população indígena era mais reduzida (OLIVEIRA FILHO, 1983). Nessas áreas de colonização mais antiga, a posse indígena havia sido atomizada e incorporada ao mercado de terras. Em contrapartida, em 1981, poucas áreas estavam identificadas nos estados da Amazônia Legal (OLIVEIRA FILHO, 1983). Devido à extensão reduzida dessas áreas, Oliveira Filho (1983) considera que

as áreas estabelecidas pelo SPI são muito *menos uma reserva territorial* do que uma *reserva de mão-de-obra*, passando a ser uma característica dessas regiões formas temporárias de trabalho assalariado (a ‘changa’, o ‘trabalho volante’, etc.) pelas quais o índio tenta reassegurar sua reprodução econômica, inviável se limitada apenas à condição de produtor agrícola” (OLIVEIRA FILHO, 1983, p. 19, grifos do original).

Tanto Linhares (1998) como Martins (1985; 1986) também expõem a transformação indevida (para não dizer ilegal) de áreas de posse indígena em extensas áreas de propriedade privada ainda nas décadas de 1970 e 1980. Como vimos no capítulo I, o não reconhecimento de presença indígena pelo Incra e a omissão da Funai em demarcar terras indígenas, levou a perdas territoriais para diversos povos originários na década de 1980 (LINHARES, 1998). Nesse contexto, a constitucionalização do dever do Estado brasileiro de reconhecer e demarcar terras indígenas impulsionou reivindicações de devolução de diversos territórios nas duas décadas seguintes, inclusive de áreas das quais foram retirados para ocupar terras demarcadas, mas permaneceram em locais próximos.

Outra constatação possível a partir da análise da figura 28 é a coincidência de atos da mobilização nacional e outros atos ao longo de 2013 nos municípios de Arvoredo (SC), Mato Castelhana (RS) e Sananduva (RS). Este último, inclusive, foi o município com maior quantidade de mobilizações no ano: além do ato público realizado no contexto da mobilização nacional, Sananduva contou com outras quatro manifestações de rua contra a homologação da terra indígena no município, com atos durante o primeiro e segundo semestre. Somando a ocorrência de lutas corporais entre indígenas e agropecuaristas, isso indica que o local foi um dos importantes pontos de conflito fundiário do país em 2013.

Um aspecto relevante é que 12 das 18 mobilizações de rua (ou 67%) foram realizadas no segundo semestre de 2013 (do mês de julho a dezembro). Diante disso, é presumível que houve potencialização das ações coletivas de agropecuaristas após a mobilização nacional de 14 de junho de 2013. Somado a isso, vimos que as “jornadas de junho” abriram espaço para setores de oposição ao governo petista, fomentando as ações contra as demarcações e direcionando a insatisfação com os conflitos para o governo de Dilma Rousseff. Ademais, a realização da mobilização nacional em junho contribuiria para projetar a pauta das demarcações um mês antes do recesso parlamentar, que inicia em meados de julho, pressionando também a Presidência da Câmara dos Deputados para instalação da Comissão Especial da PEC nº 215/2000.

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MOBILIZAÇÕES DE RUA CONTRA AS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS

Como vimos ao longo do capítulo, dezenas de mobilizações de rua contra terras indígenas ocorreram em 2013. Essas atividades foram realizadas na capital federal, em municípios com terras indígenas homologadas ou em processo de reconhecimento e junto a sedes regionais da Funai em Passo Fundo (RS) e Campo Grande (MS). Somadas todas as atividades, identificamos pelo menos 40 manifestações de rua contra demarcações de terras indígenas naquele ano.

Constatamos que parcela importante das ações abordadas no primeiro e terceiro tópicos foi realizada no estado do Rio Grande do Sul — nove das 18 atividades (50%). Dessas mobilizações no RS, quatro ocorreram em Sananduva, três no município de Passo Fundo, uma em Vicente Dutra e uma em Mato Castelhano. Além disso, foram registradas três mobilizações em Brasília (DF), quatro no estado do Mato Grosso do Sul (municípios de Campo Grande, Sete Quedas, Tacuru e Sidrolândia), uma em Santa Catarina (bloqueio de rodovia entre Arvoredo e Chapecó) e uma atividade no estado do Maranhão (município de São João do Caru). As atividades no RS também foram mais persistentes ao longo do ano, ocorrendo duas atividades no primeiro semestre, seis locais com protestos da mobilização nacional e ainda sete manifestações no segundo semestre de 2013. Portanto, o Rio Grande do Sul é um estado chave nesse processo de contestação das terras indígenas.

Os resultados do levantamento não deixam dúvida de que as organizações sindicais foram fundamentais para a realização dessas manifestações. Tanto as entidades sindicais patronais como as da agricultura familiar estiveram envolvidas nessas ações. Na mobilização nacional realizada em junho de 2013, de iniciativa da FPA, a principal resposta ao chamado da frente parlamentar veio de entidades do Sistema CNA, com participação de organizações sindicais em sete locais. Por outro lado, nessa mobilização, o envolvimento de entidades sindicais ligadas à agricultura familiar só foi confirmado em dois municípios (Cunhã Porã – SC e Sananduva – RS). Nesse contexto, o maior engajamento de entidades patronais nessa ação da FPA dá indícios de vínculos mais consistentes entre os parlamentares da Frente e essas organizações.

As demais mobilizações ocorridas em 2013 confirmam a relevância das organizações sindicais, pois participaram de 11 das 18 atividades analisadas no primeiro e terceiro tópicos (ou 61%). Mas o quadro é distinto daquele identificado na mobilização nacional no que se refere aos grupos sociais envolvidos. Das atividades apresentadas no primeiro e terceiro tópicos, sete (cerca de 39%) foram de iniciativa de sindicatos da Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT) ou mesmo empreendidas pela direção dessa Federação. Já os sindicatos rurais e federações estaduais ligadas ao Sistema CNA tiveram iniciativa em quatro dessas 18 atividades (ou 22%) realizadas ao longo do ano, não protagonizando manifestações no segundo semestre de 2013. Isso demonstra que uma proporção importante dessas ações foi promovida por entidades sindicais ligadas à agricultura familiar, desmanchando discursos correntes de que a questão se trata simplesmente de um conflito de grandes proprietários *versus* indígenas. Na região Sul, a questão, na verdade, se aproxima de uma reedição do histórico conflito colonial “colonos-índios”, em que “colonos” se refere às famílias de imigrantes europeus que se tornaram pequenos proprietários de terra.

Nesse contexto, os sindicatos e suas federações demonstraram ser elos importantes (ou mesmo catalisadores) das mobilizações de rua, principalmente do Sistema Fetraf-Brasil/CUT (na região Sul) e do Sistema CNA (Sul e Centro-Oeste). Isso revela a heterogeneidade dos grupos sociais envolvidos nas ações políticas contra as terras indígenas. No entanto, cabe

observar que, apesar de entidades do Sistema Contag terem representantes presentes em algumas atividades (foram identificados dois casos), essa menor presença chama atenção pela relevância da Contag e de suas federações — principalmente a Fetag-RS, do Rio Grande do Sul. A menor participação nesses atos públicos assinala que a pauta das demarcações pode não ter ganhado tanta relevância na agenda das entidades que integram o Sistema Contag ou as manifestações de rua não foram a forma principal de abordar a questão por essas organizações, em 2013.

Além disso, identificamos organizações locais de agropecuaristas, sendo pelo menos quatro delas formadas para fazer oposição às terras indígenas: a Associação de Proprietários Rurais do Vale do Rio Pará (MG), a Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP), com sede em Guaíra (PR), a Comissão de Agricultores em Abelardo Luz (SC) e o Movimento de Agricultores Familiares vítimas da Funai (MAFF), de Mato Grosso do Sul. Isso revela uma busca por organização política própria, que facilite a representação mais direta das demandas, para além da estrutura sindical rural. É possível que essas entidades atuem de forma complementar no quadro mais geral da contestação das demarcações.

Vimos que, nas regiões de ocorrência de conflito fundiário, prefeitos e vereadores também participaram do litígio, chegando a mobilizar integrantes da esfera do poder municipal para as atividades. Isso contribuiu para acentuar o equilíbrio de poder desigual em torno da pauta das demarcações, somando forças políticas para contenção dos processos de demarcação de terras indígenas e desfavorecendo a demanda por terra dos povos indígenas. Esses indivíduos atuaram acionando diferentes recursos, como participação em audiências públicas, poder de comunicação e controle de narrativa (por exemplo: através de notas e transmissão de informações à imprensa), emissão de decretos, mobilização de entidades representativas e liberação de funcionários para os atos públicos. Em geral, não foi identificado dissenso significativo nas manifestações: para tais representantes políticos, as demarcações não deveriam ocorrer. Somando-se os discursos e todas essas ações, isso revela, na verdade, que as populações indígenas são indesejadas nesses locais.

Essa situação exemplifica a questão levantada por Carneiro da Cunha (2018) a respeito das motivações dos temas relacionados a indígenas serem abordados na esfera federal. Segundo a autora, o direito territorial indígena é tratado na Constituição nesse âmbito de poder justamente pelo contexto local desfavorável, pois “Sabia-se e sabe-se que o poder local é sempre contrário aos direitos territoriais dos índios, e foi sábia, essencial de fato, a atribuição de sua jurisdição ao governo federal.” (CARNEIRO DA CUNHA, 2018, p. 433). Nesse contexto, as diversas situações constatadas neste trabalho reforçam essa percepção trazida pela autora.

Nas manifestações ocorridas ao longo do ano, examinadas no primeiro e terceiro tópicos, vimos que o protesto (manifestação pública em local escolhido com base em critérios de visibilidade) foi a forma de mobilização identificada em nove locais (metade do total de 18 atividades), o que demonstra predominância desse tipo de ação coletiva no repertório dos agropecuaristas. Entretanto, na mobilização nacional de iniciativa da FPA, o bloqueio de rodovias (por várias horas ou intermitente) destacou-se como forma principal de manifestação, com ocorrência em 15 locais, além de outros cinco locais com protestos e outros dois não identificados. Somados às outras interrupções de tráfego de rodovias ocorridas em 2013, foram 21 locais com ações desse tipo contra as demarcações de terras indígenas. Não identificamos repressão por forças policiais dessas atividades.

Como vimos no primeiro e terceiro tópicos, as atividades públicas contra a demarcação de terras indígenas não se resumem às ações de parlamentares federais ou foram deles dependentes, nem mesmo se mantiveram apenas na forma de audiências públicas. Mas

parlamentares federais também participaram dessas manifestações de rua. Das 18 atividades abordadas nesses tópicos, seis delas (33%) tiveram presença confirmada de parlamentares federais. Três mobilizações de rua ainda aconteceram associadas a atividades organizadas por parlamentares federais. Nessas atividades que ocorreram ao longo de 2013, estiveram presentes os deputados federais Weverton Rocha (PDT/MA), Vilson Luís Covatti (PP/RS), Alceu Moreira (PMDB/RS) (duas atividades), Luis Carlos Heinze (PP/RS) (duas atividades) e Valdir Colatto (PMDB/SC) (duas atividades). Já a mobilização nacional, de iniciativa da FPA, contou com a participação de parlamentares federais em diversos locais. Entre os participantes, foi identificada a presença dos deputados Paulo César Quartiero (DEM/RR), Ronaldo Caiado (DEM/GO), Osmar Serraglio (PMDB/PR), Dilceu Sperafico (PP/PR), Valdir Colatto (PMDB/SC), Jerônimo Goergen (PP/RS), Alceu Moreira (PMDB/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Nilson Leitão (PSDB/MT), além da senadora Kátia Abreu (PSD/TO), que presidia a CNA.

Nesse contexto, a mobilização nacional demonstra a relevância que a atuação parlamentar passou a ter para representação política do agronegócio, como já apontado por Pompeia (2018). Por outro lado, a ausência de parlamentares federais na maioria das atividades identificadas sugere que os processos de contestação das terras indígenas possuem relativa autonomia em relação a esses parlamentares, apesar de também contarem com o incentivo de integrantes da FPA. É importante salientar que a mobilização nacional não seria possível sem a rede de relações das federações de agricultura e pecuária e suas entidades sindicais, que responderam ao convite da FPA.

Vale, ainda, retomar o contexto em que se deu a mobilização nacional do dia 14 de junho de 2013. Essa iniciativa se soma à aprovação, dois dias antes (12 de junho), da convocação a comparecer na CAPADR do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. No dia 8 de maio, a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, já havia comparecido à audiência pública após convocação dos deputados da CAPADR — e, como vimos, a reunião foi acompanhada por ato público de agropecuaristas em Brasília (DF). O primeiro semestre de 2013, portanto, contou com relevante pressão ao governo federal através de combinação de instrumentos legislativos e mobilizações de rua.

Em geral, cada município em que ocorreram mobilizações possuía uma terra indígena em processo de reconhecimento ou mesmo homologada, o que demonstra a existência de diferentes situações jurídicas, tanto de agropecuaristas como das áreas reivindicadas por indígenas. Além disso, devemos ter em conta que diversas atividades foram mobilizações regionais, envolvendo agropecuaristas de diversos municípios, como foi o caso das atividades de Tacuru (MS), Vicente Dutra (RS), Guaíra (PR), Mato Castelhana, São João do Caru (MA), Amarante (MA), Laranjeiras do Sul (PR), Cuiabá (MT) e Nova Alvorada do Sul (MS). Isso indica a formação de uma rede de comunicação entre os diversos locais com processos em demarcação em curso, com as mobilizações também se conformando como ponto de encontro e convivência entre diferentes grupos contrários às terras indígenas.

Na figuração social que buscamos desvelar, podemos constatar diferentes funções que indivíduos cumprem na teia social. Uma das que podemos sinalizar a partir do levantamento deste capítulo é a dos especialistas. Nas mobilizações, observamos que foram convidados profissionais de diversas áreas para discursarem nos eventos, trazendo, para as reivindicações dos agropecuaristas, justificativas com maior elaboração argumentativa do ponto de vista jurídico, histórico e antropológico, buscando fundamentar a contestação das demarcações de terras indígenas por princípios relativamente impessoais. Entendemos que esses especialistas cumprem função intelectual (categoria inspirada em Gramsci, 2000), que será melhor explorada no próximo capítulo, tendo em vista a importância de sua presença nas audiências públicas

promovidas por parlamentares.

Neste capítulo, identificamos parlamentares, agropecuaristas com títulos de propriedade incidentes em áreas de demarcação, sindicalistas de diferentes filiações, especialistas de diversas formações, integrantes do poder público municipal, representantes de entidades do agronegócio e do setor de comércio e serviços. A partir das reflexões de Elias (2001), questionamos: o que une todos esses indivíduos? Em geral, esses indivíduos compartilham e cultivam a crença de que não é adequado destinar terras às populações indígenas (consideradas invasoras e improdutivas) em detrimento de agropecuaristas, pois entendem que estes produzem bens e serviços e possuem importância econômica. Os parlamentares envolvidos, por sua vez, parecem ter especial aversão ao reconhecimento da posse indígena (na verdade, um pré-requisito para se envolverem) e podem estar interessados no potencial de expansão de sua base eleitoral a partir da pauta — além de, certamente, buscarem dar resposta a seus eleitores e patrocinadores de campanha eleitoral. É possível que a mobilização nacional e outras atividades relacionadas tenham ampliado a rede de relações dos parlamentares envolvidos, fortalecendo-os politicamente e fortalecendo as ações da FPA

Por fim, o enfoque nas mobilizações de rua permitiu expor, em diversos locais, parte das redes de relações estabelecidas para construir oposição à destinação de terras para usufruto de povos originários. A partir das ações do movimento indígena e do avanço de processos administrativos da Funai, parlamentares federais, agropecuaristas e organizações políticas ligadas à agropecuária, em uma ampla rede de interdependências (ELIAS, 2001), buscam mudar o curso do processo político e das demarcações.

CAPÍTULO VI – QUEM É QUEM NA CONTESTAÇÃO DO DIREITO TERRITORIAL INDÍGENA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO CONGRESSO NACIONAL (2011-2014)

Neste capítulo, nossa proposta é aprofundar a análise dos indivíduos e grupos sociais envolvidos na contestação do direito territorial indígena entre 2011 e 2014. Para isso, utilizaremos como ponto de partida as dezenas de atividades identificadas no capítulo IV, promovidas por parlamentares federais a partir de comissões permanentes do Congresso Nacional. Essas atividades oficiais possuem registro de seus participantes, contribuindo para o entendimento dos grupos sociais que buscaram o Poder Legislativo, particularmente integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), visando pautar mudanças nos marcos legais relacionados às demarcações e pressionar o Poder Executivo federal para paralisar o reconhecimento de terras indígenas.

Para contribuir com as reflexões dessas relações sociais, recorreremos ao conceito de figuração de Elias (2001). Como já mencionado na introdução, esse conceito é de grande relevância na obra do autor, sendo amplamente utilizado para analisar uma formação social de elite (a corte francesa) em *A Sociedade de Corte*. Para Elias (2001), figuração é uma formação social cujas dimensões podem ser muito variáveis, em que indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões.

Conforme leitura de Chartier (2001, p. 13) a partir desse conceito, “Elias coloca como centrais as redes de dependência recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, porém, modificando, por sua vez, a própria imagem do jogo social”. Nesse contexto, buscaremos refletir sobre as relações de reciprocidade, especialmente aquelas voltadas para a colaboração, estabelecidas na contestação das demarcações de terras indígenas, tomando como referência a Frente Parlamentar da Agropecuária.

Ainda conforme esse conceito, as formas sociais que ligam os indivíduos uns aos outros não são meras abstrações. As interdependências de uma figuração específica regulam o comportamento individual e são desveladas à medida que se avança na investigação empírica, tanto em relação a cada indivíduo como em relação a grupos sociais. Assim, com o progressivo estudo das relações de dependência e reciprocidade, seria possível tornar mais transparente a opacidade das teias sociais em questão (ELIAS, 2001).

Crítico da polarização indivíduo-sociedade, vistos como objetos de investigação distintos, Elias (2008, p. 141) considera que o conceito de figuração tem a utilidade de “simples instrumento conceitual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagonônicos e diferentes”. Há outra reflexão semelhante em *A Sociedade de Corte*:

Na análise das figurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências. [...] Na maior parte das vezes, as figurações que os indivíduos formam em sua convivência mudam bem mais lentamente do que os indivíduos que lhes dão forma, de maneira que homens mais jovens podem ocupar a mesma posição abandonada por outros mais velhos. Assim, em poucas palavras, figurações iguais ou semelhantes podem muitas

vezes ser formadas por diferentes indivíduos ao longo de bastante tempo; e isso faz com que tais figurações pareçam ter um tipo de “existência” fora dos indivíduos. (ELIAS, 2001, p. 51).

Como vimos no capítulo II, desde a década de 1980, a Bancada Ruralista vem em um processo crescente de organização e institucionalização, o que foi consagrado com a formalização da Frente Parlamentar da Agropecuária e, anos mais tarde, com a criação do Instituto Pensar Agropecuária. Podemos considerar que, ao longo desse processo, houve a conformação de uma ampla rede de interdependências, composta por entidades e associações da agropecuária e do agronegócio, empresas e associações empresariais.

Nesse contexto, a partir da análise de participantes de audiências, pretendemos complementar e aprofundar o desvelamento da teia social relacionada especificamente à contestação das demarcações de terras indígenas, processo que possui como uma das principais frentes a atuação parlamentar, envolvendo atores de dentro e fora do Congresso Nacional e que visam mudanças legais e influência na condução da política indigenista pelo Poder Executivo. No capítulo V, vimos diversas evidências das relações estabelecidas para a realização de mobilizações de rua, que têm como peça-chave as organizações sindicais, principalmente do Sistema Fetrab-Brasil/CUT (na região Sul) e Sistema CNA (Sul, Centro-Oeste e Norte). Também constatamos que as entidades do Sistema CNA foram as principais a atenderem ao chamado da FPA para a mobilização nacional contra demarcação de terras indígenas, em 14 de junho de 2013. Agora, analisaremos os indivíduos e grupos sociais que participaram diretamente das audiências públicas promovidas por parlamentares da FPA.

Para isso, analisaremos as reuniões públicas sobre demarcações realizadas no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento e da Amazônia (CINDRA), ambas da Câmara dos Deputados, e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado Federal. Soma-se a isso uma atividade promovida por deputados federais, caracterizada como audiência da FPA. Todas essas atividades estão listadas no Apêndice 3 e já foram citadas no capítulo IV.

As dez audiências públicas da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, que ocorreram no primeiro semestre de 2014, não foram utilizadas nessa compilação, pois já foram objeto de análise geral no capítulo III. Além disso, não foi possível acessar o conteúdo e participantes de quatro dessas atividades. De qualquer modo, os participantes das audiências com informações disponíveis foram listados no Apêndice 4, dados que serão utilizados, eventualmente, para a complementação de informações.

No primeiro tópico, analisaremos as participações de indivíduos que não eram parlamentares federais. Para essa finalidade, foram compilados dados de 23 das 24 atividades registradas no Apêndice 3, pois não foi possível confirmar os participantes de uma atividade externa, realizada em junho de 2014, no Rio Grande do Sul. Assim, foram contabilizadas 156 participações de pessoas que não eram parlamentares federais. Levamos em conta apenas as pessoas que falaram ao público nessas reuniões, pois, assim, foi possível efetivamente confirmar sua presença e o ponto de vista expresso sobre a questão. Cada uma das 23 audiências realizadas teve, em média, 6,7 participantes.

Quanto aos parlamentares federais, entre deputados e senadores, foram registradas 261 participações em 24 audiências sobre demarcações de terras indígenas, sendo 230 participações de deputados, desempenhadas por 81 deles (ou 16%, dos 513 deputados), e 31 participações de senadores, desempenhadas por 15 deles (ou 19%, dos 81 senadores). Nesse caso, foi possível utilizar os dados de todas as 24 atividades identificadas e apresentadas no Apêndice 3, pois a participação de parlamentares foi devidamente registrada. Assim, no segundo tópico daremos

atenção aos principais parlamentares envolvidos nessas reuniões.

6.1 UM OLHAR GERAL SOBRE OS CONVIDADOS E DEMAIS PARTICIPANTES

A partir dos dados do Apêndice 3, as participações nas reuniões públicas a respeito das demarcações de terras indígenas (externas e no Congresso Nacional) foram compiladas e classificadas. Para análise dessas participações, foram estabelecidas 12 categorias, a fim de caracterizar as pessoas que falaram ao público:

- 1) governo federal: para representantes do governo Rousseff nessas audiências (ministros(as), pessoas com cargos na Funai, Incra ou Fundação Palmares);
- 2) agropecuaristas: depoentes que trouxeram relatos de experiências pessoais de litígio com demarcações de terras indígenas ou integrantes de grupos de agropecuaristas em disputa com terras indígenas;
- 3) especialistas: assim consideradas as pessoas convidadas para fundamentar economicamente, juridicamente, historicamente, sociologicamente ou antropológicamente a argumentação a respeito das demarcações de terras indígenas (juiz federal, consultores de organizações sindicais, procurador estadual, cientista social);
- 4) representantes sindicais: lideranças de sindicatos locais, federações e confederações de diferentes sistemas¹²¹;
- 5) entidades da agropecuária (exemplo: associações por produto e multiproduto, organização de cooperativas do Sistema OCB, associação de pecuaristas);
- 6) prefeitos;
- 7) governo estadual;
- 8) deputados estaduais;
- 9) vereadores;
- 10) quilombolas;
- 11) indígenas;
- 12) outros.

Na categoria “outros” foram incluídos tipos de participantes que não contabilizaram mais de duas presenças para formar uma categoria própria ou ainda em situações em que não havia uma descrição para a pessoa participante. Nessa classificação, estão, por exemplo: um general de brigada, um extensionista rural, uma comerciante, religiosos, servidores públicos e integrantes de organizações sociais que não se encaixam nas demais categorias — como uma federação de comércio e serviços, uma associação de moradores e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Com essa classificação, acreditamos que ficará mais evidente os grupos sociais envolvidos e as funções que os indivíduos desempenham nessa rede de interdependências. Os números absolutos de cada categoria entre as 156 participações podem ser observados na figura 29 e o número de audiências em que cada categoria esteve representada na tabela 3. Importante observar que um dado número de participações de uma categoria pode ter ocorrido por uma mesma pessoa, como é o caso, por exemplo, dos especialistas, que contam com 15 participações que foram desempenhadas por nove pessoas.

¹²¹ Incluímos nessa categoria uma participação da senadora Kátia Abreu (então PMDB/TO) em uma audiência da CAPADR/CD, em dezembro de 2013, em que falou enquanto presidente da CNA.

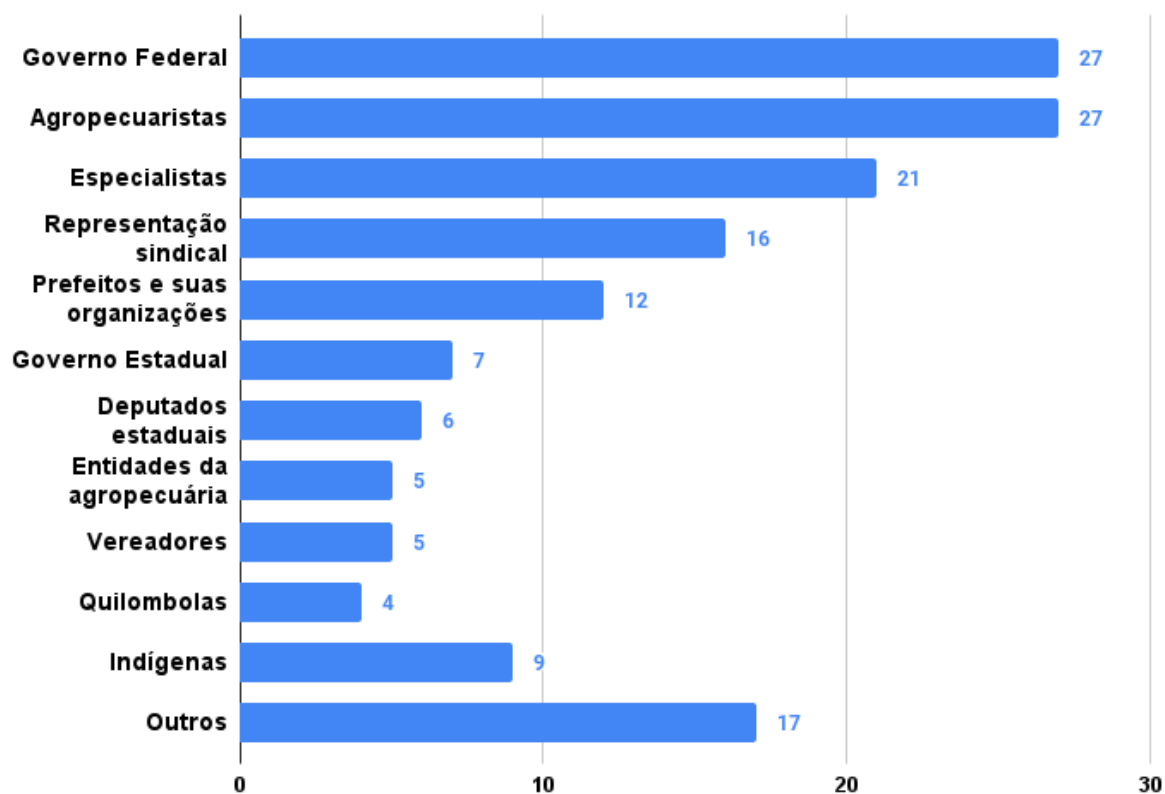


Figura 29. Participações em reuniões públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014) (números absolutos).
Fonte: elaborada a partir do Apêndice 3.

Tabela 3. Participações por categoria em 23 reuniões públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014).

Categoria	Audiências presentes	% das audiências
Governo federal	15	65
Especialistas	12	52
Representação sindical	9	41
Agropecuaristas	8	35
Prefeitos e suas orgs.	8	35
Entidades da agropecuária	5	22
Governo estadual	5	22
Indígenas	5	22
Deputados estaduais	2	9
Vereadores	2	9
Quilombola	1	4
Outros	9	39

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

A primeira constatação a partir da figura 29 é o elevado número de participantes representando o governo federal, que contabilizou 27 presenças. Além disso, pela tabela 3 é possível concluir que a proporção de reuniões em que o governo Rousseff se fez representar foi

a maior se comparada às demais categorias: 15 das 23 reuniões públicas (ou 65%).

O governo de Dilma Rousseff esteve principalmente representado em atividades na CAPADR/CD (nove reuniões), além de contar com representantes em quatro reuniões da CRA/SF e em duas audiências da CINDRA/CD. Essa presença foi recorrente durante toda a 54ª Legislatura, tendo em vista que, ao longo dos quatro anos, o governo federal esteve representado em pelo menos duas atividades em cada ano, atingido o maior número de participações em 2013, com sete presenças em audiências públicas¹²². É importante salientar que três integrantes do primeiro escalão de governo compareceram em audiência na CAPADR/CD, sob a forma de convocação, em 2013 e 2014 (Gleisi Hoffmann, José Eduardo Cardozo e Gilberto Carvalho). Isso demonstra que a demarcação de terras indígenas foi pauta constante na agenda do governo de Rousseff, também pelo fato de parlamentares da FPA exigirem posicionamentos, respostas e mudanças nas normas dos processos de reconhecimento de terras indígenas.

Ainda é possível constatar, pela figura 29, que a esfera de poder estadual se fez representar em diversas audiências, sendo confirmada a participação dos governos de Roraima (PSDB), Rio Grande do Sul (PT), Bahia (PT) e Mato Grosso do Sul (PMDB). A intencionalidade dessas participações variou, sendo enfatizada a contestação das demarcações pelos governos de Roraima e Mato Grosso do Sul. No caso da Bahia, os representantes do governo do estado tanto realizaram defesa da gestão do governo estadual como contestaram as demarcações de terras indígenas. No caso do Rio Grande do Sul, houve uma participação voltada para mediação dos conflitos e outra de apoio à demanda dos agropecuaristas.

Deputados estaduais do RS também falaram ao público em duas atividades promovidas pelo Congresso Nacional, sendo responsáveis por todas as participações de parlamentares estaduais identificadas (tabela 3). Esse é um quadro distinto do contexto da tramitação do novo Código Florestal, no qual Sevá (2016) identificou que a representação estadual participou em peso. Vale lembrar que, naquele cenário, havia interesse de transferir diversas atribuições da legislação ambiental para a esfera estadual.

Outra presença importante nas audiências foram os prefeitos e suas organizações. Vale observar que Sevá (2016) constatou a participação de prefeitos e vice-prefeitos e associações de municípios nas audiências públicas da Comissão Especial do Código Florestal, interessados, naquele contexto, na questão das atribuições dos municípios na nova legislação. No capítulo anterior, vimos que o envolvimento de prefeitos em mobilizações públicas contra demarcações de terras indígenas marcou um contexto de poder público local desfavorável à demanda por terras dos povos originários. Esse quadro se apresenta de modo semelhante, quando verificada a presença de prefeitos em oito audiências públicas (ou cerca de 35% das atividades) (tabela 3) com o objetivo de questionar os processos de reconhecimento de terras indígenas em curso em seus municípios.

No quadro 20, é possível constatar as 12 presenças de prefeitos identificadas em reuniões públicas sobre demarcações de terras indígenas entre 2011 e 2014, além da presença de um dirigente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs). Outra organização que se fez representar nas atividades foi a Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP), do Rio Grande do Sul. Como vimos no capítulo V, seu representante declarou que os 42 prefeitos da associação eram contra a demarcação da terra indígena em Vicente Dutra (RS). Situação semelhante foi constatada no município de Sananduva (RS), em que entidades regionais do poder público municipal (Amunor, de prefeitos, e Avenor, de vereadores) também questionaram a demarcação de uma terra indígena naquele

¹²² Representantes do governo federal participaram de três audiências em 2011, duas em 2012, sete em 2013 e três em 2014 (conforme levantamento do Apêndice 3).

município.

No quadro 21, é possível observar que prefeitos dos estados de Maranhão, Alagoas, Mato Grosso, Santa Catarina e, principalmente, Rio Grande do Sul falaram ao público nas audiências sobre demarcações promovidas por parlamentares federais. Esses gestores municipais eram de diferentes partidos (PV, PT, PDT e DEM), mas houve predomínio de filiados ao PMDB. Ademais, é possível constatar que os dois prefeitos de Vicente Dutra (RS), ao longo desse período, mesmo sendo de partidos diferentes, mobilizaram-se contra as demarcações, dando indícios de que, no contexto do poder público local, a questão não se expressa necessariamente de maneira partidária, mas possivelmente relacionada a pressões políticas da população não indígena dessas regiões em conflito.

Quadro 21. Prefeitos e organizações presentes nas audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014).

Nome e ano da atividade	UF	Partido	Organização
Ivanor Boing, prefeito de Vitor Meireles (2011)	SC	PT	NA*
Pedro Paulo Prezzotto, prefeito de Getúlio Vargas (2011)	RS	DEM	Representou a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs)
Osmar José da Silva, prefeito de Vicente Dutra (2011)	RS	PDT	NA
Adriana Luriko Kamada Ribeiro, prefeita de Amarante do Maranhão (2013)	MA	PV	NA
Adailton Ferreira Cavalcante, prefeito de Fernando Falcão (2013)	MA	PMDB	NA
Mário Nascimento, superintendente técnico da entidade** (2013)	RS	NA*	Representou a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs)
James Ribeiro, prefeito do Município de Palmeira dos Índios (2013)	AL	PSDB	NA
João Paulo Pastório, prefeito de Vicente Dutra (2013)	RS	PMDB	NA
Zílio Roggia, prefeito de Caiçara (2013)	RS	PMDB	Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP)
Leuzipe Domingues Gonçalves, prefeito de Alto Boa Vista (2013 e 2014)	MT	PMDB	NA
Irene Maria Rocha, vice-prefeita de Alto Boa Vista (MT) (2014)	MT	PSD	NA

*NA: não se aplica. **Nascimento era filiado ao PPB quando prefeito de São Miguel das Missões (RS) (1997-2004).

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Apêndice 3.

Em 2013, o tema das demarcações ainda chegou a tomar a atenção da direção da Confederação Nacional de Municípios (CNM), entidade que representa os municípios brasileiros. Em 11 de outubro de 2013, o então presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, reuniu-se com prefeitos no Senado Federal para debater a questão das demarcações e colher relatos sobre a situação nos municípios. Segundo Mignone (2013g), a ideia era, a partir dessa atividade, traçar uma estratégia de atuação junto ao governo federal, tendo em vista que a Confederação identificou 486 municípios com conflitos relacionados às demarcações. Naquele dia, pouco mais de 20 prefeitos compareceram à audiência da CNM, em Brasília (DF). Na ocasião do debate, o prefeito Ramon Campos (PDT), de Itacarambi (MG), manifestou-se: “Agora, a preocupação maior nossa hoje é como que ficaria isso se viesse acontecer essa demarcação,

como que ficaria a arrecadação do município, como que a gente poderia estar gerenciando os recursos do município. É um caos financeiro e social muito grande.” (MIGNONE, 2013g). Essa manifestação exemplifica o pensamento recorrente de considerar o direito territorial das populações originárias meramente a partir de cálculos de perdas financeiras. Na verdade, é possível que esse seja apenas um pretexto para que tais lideranças políticas pudessem antagonizar publicamente a realização das demarcações.

No âmbito do Poder Municipal, também estiveram presentes cinco vereadores, que discursaram em duas audiências. Esses representantes do Legislativo municipal participaram das reuniões de Vicente Dutra (RS) (1), em novembro de 2013, e na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2014, sendo que, nessa ocasião, participaram vereadores de Alto Boa Vista (MT) (3) e Tangará da Serra (MT) (1). Conforme consulta a dados dos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais, esses representantes eram do PTB (1), PSC (1) e PP (3). Vale observar ainda que constatamos diversos outros vereadores que acompanharam outras reuniões sem discursar ao público.

Em contexto geral, é possível considerar que foram os prefeitos, enquanto lideranças políticas locais e regionais, por iniciativa própria ou por pressão da população não indígena de seus municípios, que buscaram os parlamentares federais para antagonizar as demarcações de terras indígenas. Importante observar que, por exemplo, na maioria dos municípios brasileiros, a população indígena é minoritária, possuindo também um número limitado de aliados políticos locais para apoiar suas demandas por terra. Além disso, os entes envolvidos nos processos demarcatórios são federais (Funai e Ministério da Justiça), o que leva os prefeitos a acionarem suas relações preexistentes com parlamentares federais ou estabelecerem novas relações para dar vazão à sua demanda por paralisação dos processos demarcatórios.

Nesse cenário, como já considerado no capítulo anterior, o envolvimento recorrente de diversos gestores municipais reforça a percepção de que, no contexto local e regional, as demandas por terra das populações originárias estão em situação fortemente desfavorável, o que Carneiro da Cunha (2018) aponta ser uma das razões para o tema ser tratado na esfera federal.

Retomando a análise da figura 29, é possível verificar a participação de indígenas e quilombolas nessas atividades, ainda que em menor proporção, se comparada com as demais categorias. As quatro participações de quilombolas identificadas ocorreram na audiência pública conjunta entre CRA/SF e CAPADR/CD em Porto Alegre (RS), no dia 21 de outubro de 2011. Nessa mesma audiência, três indígenas falaram ao público, reivindicando a demarcação de terras.

No entanto, os integrantes da Bancada Ruralista também buscaram envolver, nessas audiências, indígenas que fossem contrários às demarcações. Esse foi o caso de duas audiências da CAPADR/CD (que ocorreram em 23 de agosto e 9 de novembro de 2011), em que integrantes de uma organização chamada Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR) contestaram a terra indígena Raposa Serra do Sol (RR). Na reunião de 23 de agosto de 2011, um dos participantes da SODIUR informou que o convite para a reunião foi feito pelo deputado federal Paulo César Quartiero (DEM/RR); já a reunião de 9 de novembro foi presidida pelo próprio deputado Quartiero. Portanto, das oito participações de indígenas registradas, nem todas foram em defesa das demarcações e o deputado Quartiero foi o possível vínculo dessas participações de indígenas de Roraima, que questionavam a demarcação de Raposa Serra do Sol. Como já vimos no capítulo IV, Quartiero tem interesse direto na questão, pois perdeu duas fazendas, em que cultivava arroz, que estavam dentro daquela terra indígena.

De todo modo, podemos concluir que havia uma sub-representação dos indígenas nessas audiências, pois falaram ao público em apenas cinco das 23 atividades identificadas (ou 22%).

As já citadas participações de integrantes da SODIUR também foram as duas únicas audiências em que os indígenas falaram a convite de parlamentares — ou seja, indígenas estiveram entre os convidados em apenas 9% dessas atividades e somente quando contestavam as demarcações. Nas demais, expressaram-se apenas após abertura de inscrições ao público presente. Importante salientar que a definição dos convidados das reuniões oficiais se dá por meio de requerimentos apresentados à mesa (direção) da Comissão. Sendo aprovados por seus integrantes, convites oficiais são enviados aos destinatários.

Como vimos no capítulo V, a audiência pública da CRA/SF, em 8 de março de 2012, foi exemplar dessa situação, pois ali foram convidados apenas representantes do governo federal, de uma organização social não indígena que apóia as demarcações e representantes de organizações antagonistas do reconhecimento de terras indígenas. Naquela reunião, por iniciativa própria e após ser autorizado pelo plenário, um representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) falou ao público, realizando, assim, a defesa do direito territorial indígena.

Nesse contexto, identificamos, de modo geral, que, para os parlamentares da FPA, a Funai seria a instituição interessada na questão das demarcações, como se representasse os interesses dos povos originários e suas organizações — enquanto a estes caberia o papel de meros espectadores. Essa situação entra em conflito com os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que determinam que as comissões devem possibilitar que, nas audiências, diversas opiniões e todas as partes interessadas na questão sejam ouvidas¹²³. Portanto, as audiências sobre demarcações de terras indígenas identificadas parecem agravar o contexto de ausência da voz indígena em questões que lhe são diretamente interessadas, algo já identificado, por exemplo, em veículos da imprensa por Airoso da Motta e Oliveira (2015). Parece-nos que, para os parlamentares da FPA, os povos indígenas não possuem agenciamento próprio e capacidade para expressar seus interesses — estes, inclusive, são tratados sempre pelos ruralistas como divergentes dos “interesses nacionais”.

Vale lembrar ainda que, nas reuniões do grupo de trabalho para discutir a demarcação de terras indígenas (GTERRAS/Comissão de Legislação Participativa), realizadas em 2013, em que representantes indígenas estiveram presentes em todos momentos, os parlamentares da FPA, de modo geral, não participaram das atividades. Ainda assim, as reuniões promovidas por esse grupo de trabalho foram efetivamente aquelas em que houve espaço para manifestações antagônicas à PEC nº 215/2000 ou que, ao menos, tentassem ser conciliadoras a respeito da legislação referente às demarcações de terras indígenas. No entanto, salientamos que essas atividades tiveram pouca ou nenhuma efetividade no quadro geral da disputa em torno da pauta.

Contrastando em proporção com as participações de indígenas, podemos constatar por meio da figura 29 que os próprios agropecuaristas em litígio com terras indígenas foram convidados e se fizeram representar nas audiências públicas, estando ao lado do governo federal em número de participantes (27), sendo ainda a quarta categoria com maior número de presenças em reuniões — oito audiências ou 35% das atividades (tabela 3). Participaram dessas atividades agropecuaristas em conflito com terras indígenas dos estados de Roraima, Maranhão, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 15 dessas participações os expositores trouxeram diretamente relatos pessoais de experiências de conflito com demarcação de terras indígenas.

No entanto, a forma de se apresentar mais frequente foi através de comitês, associações e comissões de agropecuaristas (na maior parte, organizações informais). Essa situação já havia sido identificada no capítulo V, em que coletividades desse tipo estavam envolvidas em

¹²³ Conforme § 1º do art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal e § 1º art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1970; 1989).

iniciativas de atos públicos contra as demarcações de terras indígenas, revelando uma opção pela auto-organização e um esforço por representação de forma direta, sem intermediação, por exemplo, de entidades sindicais. Assim, esses grupos em conflito com processos de demarcação escolheram representantes entre si, de maneira mais próxima, visando participar dessas reuniões e influenciar em seus conteúdos. Essa situação nos lembra o paradoxo pensado por Bourdieu (2004) sobre a questão da representação política, em que um grupo só pode existir pela delegação de uma pessoa singular, habilitada a agir como substituto do grupo. Ao mesmo tempo, o representante só existe devido à existência desse grupo. Nas palavras de Bourdieu (2004, p. 189), “É porque o representante existe, porque representa (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante de um grupo”. Podemos pensar que, de fato, não teríamos conhecimento dessas associações sem que habilitassem pessoas como seus porta-vozes e estes se fizessem presentes nas reuniões para os representar.

As organizações que participaram das audiências são apresentadas no quadro 22, no qual também foram incluídas as associações identificadas em mobilizações de rua, analisadas no capítulo anterior.

Quadro 22. Organizações de agropecuaristas identificadas em audiências públicas do Congresso Nacional e em mobilizações de rua contra terras indígenas (2011-2014).

Organização que participaram de audiências públicas	UF	Específica para contestar terras indígenas?	Ano da atividade identificada
Associação dos Desintrusados de Raposa Serra do Sol	RR	Sim	2011
Associação dos Produtores de Igarapé Três Casas	RO	Não confirmado	2011
Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de São João do Caru	MA	Sim	2013
Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Amarante	MA	Sim	2013
Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Fernando Falcão	MA	Sim	2013
Associação de Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema	BA	Sim	2013
Associação de Produtores Rurais da área Suiá de Missú (Aprosum)	MT	Sim	2014
Comissão dos Agricultores de Mato Preto e Erechim	RS	Sim	2011
Comissão de Agricultores de Vicente Dutra	RS	Sim	2011
Comitê dos Atingidos por Indígenas e Quilombolas (Cadequi)	RS	Sim	2013 e 2014
Organizações identificadas em mobilizações de rua			
Associação de Proprietários Rurais do Vale do Rio Pará	MG	Sim	2013
Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP)	PR	Sim	2013
Comissão de Agricultores em Abelardo Luz	SC	Sim	2013
Movimento de Agricultores Familiares vítimas da Funai (MAFF)*	MS	Sim	2013
Associação de Produtores Rurais de Getúlio Vargas	RS	Não confirmado	2013
Associação de Produtores Rurais de Pontão	RS	Não confirmado	2013
Associação dos Produtores de Mato Castelhanos	RS	Não confirmado	2013

*Diferente das demais, não esteve presente na mobilização nacional de junho de 2013 chamada pela FPA.

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3 e quadros 17 e 19 (capítulo V).

Por meio do quadro 22, é possível constatar que 17 organizações de agropecuaristas estiveram envolvidas em atividades de contestação de terras indígenas. Nas audiências, estiveram presentes representações dos estados do Rio Grande do Sul (3), Maranhão (3), Roraima (1), Rondônia (1), Mato Grosso (1) e Bahia (1). Somadas a elas, identificamos, no capítulo anterior, organizações participantes de atos públicos contra terras indígenas no Rio Grande do Sul (3), Mato Grosso do Sul (1), Paraná (1), Santa Catarina (1) e Minas Gerais (1). Portanto, o Rio Grande do Sul se destacou nesse processo de auto-organização de agropecuaristas para questionar as demarcações.

Os termos de auto-identificação dessas coletividades são diversos, enfatizando, por exemplo, sua relação com a propriedade privada da terra, como “direito de propriedade” e sua disposição de “defesa dos proprietários”. Destacam ainda o fato de terem sido retirados de terras indígenas (caso dos “desintrusados”), ou mesmo aqueles que se consideram “vítimas” da atuação da Funai e “atingidos por indígenas e quilombolas”.

É importante salientar que o primeiro grupo do quadro 22 (que se representaram em audiências públicas) possivelmente tem maior proximidade com parlamentares da FPA, já que esses agentes participaram dessas reuniões a convite desses parlamentares. Por outro lado, o segundo grupo participou da mobilização nacional, em junho de 2013, chamada pela FPA (com exceção do Movimento de Agricultores Familiares vítimas da Funai, de MS). Assim, de uma forma ou de outra, constatamos que essas associações compõem a rede de relações da FPA no período aqui analisado.

Vale frisar que essas coletividades foram identificadas em apenas um tipo de atividade, não acumulando participações em audiências e manifestações de rua durante o período aqui analisado, parecendo, assim, possuírem atuação episódica, limitada a alguns processos políticos. No quadro geral da contestação das demarcações, essas associações foram importantes vínculos locais com as lideranças regionais e nacionais, sensibilizando as autoridades com seus relatos pessoais dos conflitos e dos impactos relacionados aos processos de reconhecimento de terras indígenas.

A conformação e a existência dessas organizações, expressas nos espaços promovidos por parlamentares da FPA, revela uma rede de relações de reciprocidade capilarizada nas regiões de conflito com terras indígenas. Possivelmente, parte importante desses laços foram estabelecidos ao longo do período aqui analisado e a partir dos eventos identificados neste trabalho, potencializando também ligações preexistentes entre esses agentes (partidárias e sindicais, por exemplo). A seguir, veremos se essas relações dos parlamentares se refletiram eleitoralmente, tendo em vista que resultados eleitorais podem dar indícios de expansão ou contração de vínculos e apoio político.

Também é possível observar na figura 29 (do início deste tópico) que entidades representativas do setor agropecuário participaram de cinco (22%) dessas audiências promovidas por parlamentares da FPA. As quatro entidades presentes foram a Associação dos Arrozeiros de Roraima (AARR), Associação de Produtores de Cacau (APCACAU) (BA), Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Ocergs) e Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), que representa pecuaristas desse estado e esteve presente em duas das audiências. As duas primeiras podem ser consideradas associações por produto (arroz e cacau), enquanto a Ocergs é uma das entidades estaduais do sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que, como mencionado no primeiro capítulo, já teve papel central na representação da agropecuária nas décadas de 1980 e início de 1990 (MENDONÇA, 2010).

Como apontamos no capítulo anterior, a Acrissul foi a entidade promotora do Leilão da

Resistência, realizado em 7 de dezembro de 2013, demonstrando outra forma de engajamento em relação à pauta das demarcações de terras indígenas. O evento teve apoio da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), componente do Sistema CNA, tendo arrecadado fundos para contratação de advogados e segurança privada em áreas reivindicadas por indígenas. Como vimos, diversos parlamentares da FPA estiveram presentes naquele leilão.

Vale observar que uma das entidades representativas do agronegócio que atuou na questão indígena, mas não se envolveu de maneira consistente com as audiências no Congresso Nacional (ou não foi convidada) foi a Sociedade Rural Brasileira (SRB)¹²⁴. Essa entidade representa agropecuaristas e empresários agroindustriais, principalmente de São Paulo. A única participação registrada no período aqui analisado foi em 6 de junho de 2014, quando Francisco de Godoy Bueno, vice-presidente da SRB, esteve presente na audiência pública da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

A SRB possui histórico de se manifestar frontalmente contra a reforma agrária, pois, para seus dirigentes, ela representaria a destruição do fazendeiro e a “coletivização estatal” (MENDONÇA, 2010, p. 138). Em 2008, a entidade apostou na via judicial para atuar na questão indígena, entrando com uma ação no Supremo Tribunal Federal buscando impor limites temporais às demarcações de terras, mas a proposta foi arquivada por falta de requisitos formais e deficiência na fundamentação (TAVARES, 2012, p. 128). Alguns anos mais tarde, em outubro de 2013, a entidade buscou pautar também o Executivo e enviou ofício ao Ministério da Justiça solicitando a manutenção da Portaria nº 303/2012 da Advocacia-Geral da União. Para a direção da entidade, o cenário era de “absoluta insegurança jurídica”:

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) vem a público cobrar do governo federal a promessa de novas regras para demarcação de reservas supostamente indígenas.

Ancorada em estudos antropológicos rasos e laudos tendenciosos, a Funai, que conduz uma verdadeira indústria de demarcações de reservas, carece de qualquer isenção e credibilidade para gerir os trabalhos, avalia a Rural.

Para a entidade, faltam objetividade, clareza e legitimidade aos critérios do processo atual, que não permite o direito ao contraditório e à defesa. [...]

Na análise da Rural, o cenário em vigor é de absoluta insegurança jurídica, que coloca em risco o Estado de Direito e conseqüentemente soberania e futuro da nação. Segundo [Cesario] Ramalho [da Silva, presidente da SRB], o complexo quadro vigente é fruto de um imbróglio jurídico criado pelo próprio Estado ao longo dos anos. [...]

No entendimento da Rural, governos passados concederam títulos de terras a não indígenas em áreas hoje reivindicadas como pertencentes aos índios. Estas famílias de não indígenas, detentoras legais de propriedades escrituradas, em que vivem e trabalham há três, quatro gerações, não podem ser penalizadas.

Para a Rural, retirar não indígenas, que têm o título de propriedade de suas áreas expedido pelo Estado, de terras supostamente habitadas por índios seria apenas trocar o problema de pessoas. (SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA COBRA DO GOVERNO..., 2013).

A partir dessa nota, é possível constatar concordância da direção da entidade com argumentos a que parlamentares recorriam no período para contestar as demarcações, a exemplo do questionamento dos laudos antropológicos e da atuação da Funai. A engenhosa

¹²⁴ A SRB foi fundada em 1919, criada para fazer frente à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Sua base social é integrada por grandes cafeicultores e agropecuaristas, mas também por pessoas jurídicas, como empresas agroindustriais, a exemplo das indústrias produtoras de insumos para a agricultura (fertilizantes e agroquímicos em geral), e fabricantes de máquinas (tratores, colheitadeiras). Apesar de se afirmar como porta-voz de “toda a agricultura brasileira”, trata-se de uma entidade com bases sociais eminentemente regionais, uma entidade de paulistas para paulistas (MENDONÇA, 2010).

saída para a questão, expressa pela direção da entidade nessa nota, é não realizar as demarcações de terras indígenas, não retirar pessoas não indígenas dessas áreas. Ou seja, a SRB não propunha indenização da terra ou alguma forma de conciliação para os conflitos, nem mesmo concessão ou mediação das demandas por terras de povos originários. Assim, apesar de não ter sido identificada recorrência de sua participação em audiências do Congresso Nacional sobre o tema, havia convergência entre as pautas da FPA e da SRB. Isso é esperado, pois a SRB é uma das principais entidades que compõem o Instituto Pensar Agropecuária (IPA/FPA) (POMPEIA, 2018, p. 287).

Outro fato interessante a ser observado é que, em 24 de setembro de 2013, a FPA reuniu em sua sede, em Brasília (DF), diversas entidades do setor para debater as demarcações de terras indígenas — como a OCB, a Aprosoja, a Abrapa e a CNA. Esta última foi representada por sua então presidente, a senadora Kátia Abreu (PSD/TO). A pauta principal da reunião foi a PEC nº 215/2000 (MIGNONE, 2013d). Portanto, não foi a CNA, a OCB ou a Abag que reuniu os parlamentares, mas os representantes dessas entidades que foram até a sede do IPA/FPA para unir forças à iniciativa de emenda à Constituição federal. Somado à iniciativa de mobilização nacional contra as demarcações de terras indígenas em 14 de junho de 2013, isso reforça a percepção de empoderamento dos parlamentares da FPA, que passaram a ser articuladores da representação do setor (pelo menos em determinadas pautas). Pompeia (2018, p. 285-286), já havia apontado o “crescente caráter estratégico à interação de representações do patronato rural e das indústrias com o Legislativo” e a busca por soluções legislativas mais duradouras, sendo, portanto, privilegiada a atenção à atuação parlamentar, o que também foi evidenciado na questão das demarcações de terras indígenas.

Voltando ao tema em discussão anteriormente, vemos que os indivíduos categorizados como “especialistas” conformaram a segunda posição entre as categorias com mais participações, atrás apenas dos agropecuaristas em litígio com terras indígenas e dos representantes do governo federal (figura 29). Foram 21 participações desempenhadas por 14 indivíduos¹²⁵ em 12 audiências (ou 52% das atividades).

No caso da Câmara dos Deputados, o Regimento Interno prevê o convite a especialistas (art. 256), estabelecendo que, quando aprovada a realização de audiência pública, “a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes” (BRASIL, 1989). Como já mencionado, a seleção dos convidados é feita pelos parlamentares das comissões através de requerimentos dirigidos à Mesa da presidência da comissão. Caso aprovados pelos membros da comissão, são emitidos convites oficiais, que podem ser aceitos ou não pelas pessoas as quais foram endereçados (MIGUEL, 2013). Nesse sentido, sublinhamos novamente o papel dos presidentes das comissões permanentes, que podem definir os requerimentos colocados em apreciação ou dar encaminhamento ou não de sua efetivação, havendo, portanto, espaço para arbitrariedades.

¹²⁵ A saber: Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República e Membro Suplente da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF; Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Paulo Peixe, médico veterinário do município de Vitor Meireles (SC); Anaximandro Doudement Almeida, assessor técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas (CNA); Edward Mantoanelli Luz, cientista social, mestre em antropologia; Gitibá Guichard Faustino, consultor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS); Gustavo Passarelli, advogado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul; Lorenzo Carrasco, escritor; Luiz Antonio Nascimento Curi, advogado, representava a contestação da TI Governador (MA); Maynard Marques de Santa Rosa, General, Oficial da Reserva das Forças Armadas; Narciso Leandro Xavier Baez, juiz federal; Ricardo Bezerra Vitório, assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeiras do Índios e advogado-procurador do Instituto de Terras de Alagoas; Rodinei Candeia, procurador do Estado do RS, atua na região de Erechim; e Marcos de Souza Boechat, advogado da Associação dos Produtores Rurais da Área Suiá-Missú (Aprosum).

De modo geral, os indivíduos classificados nessa categoria buscaram, em suas manifestações, argumentar contra a demarcação de terras indígenas. A exceção coube ao representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade apoiadora do movimento indígena, convidado a uma audiência da CRA/SF, em 2012; e a um subprocurador-geral da República, que se manifestou sobre a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (e não propriamente sobre as demarcações), em uma audiência da CAPADR/CD, em 2014.

Nos primeiros delineamentos das categorias de participantes, esses indivíduos estavam dispersos, pois exercem profissões diversas, como juiz federal, procurador estadual ou federal, advogados, assessores/consultores jurídicos de organizações políticas, escritor, general da reserva, profissional das ciências agrárias e antropólogo. Contudo, no contexto desse movimento de contestação das demarcações, consideramos que esses especialistas cumpriram função semelhante, de intelectuais, trazendo justificativas com maior elaboração argumentativa, do ponto de vista econômico, jurídico, histórico e antropológico para as reivindicações da FPA e dos agropecuaristas.

Essa noção de função intelectual é inspirada nas reflexões de Gramsci (2000) sobre a questão dos intelectuais¹²⁶. Todavia, não consideramos esses indivíduos, aqui, propriamente como intelectuais “da classe” (de proprietários, por exemplo), pois não refletem precisamente sobre a classe e nem pensam necessariamente em uma unidade de classe. Também não é uma questão de que tais pessoas sejam intelectuais ou que propriamente são considerados como tal por seu meio social, mas se trata da função que estão cumprindo nesse contexto, de modo que seus conhecimentos (no campo legislativo, jurídico, histórico e antropológico, por exemplo) possuam relevância social e coletiva. Também entendemos que essas pessoas têm função educativa, pois buscam difundir valores, orientar e fundamentar as posições e ações dos representantes políticos.

Ao invés de termos, nas audiências, justificativas limitadas às experiências pessoais dos agropecuaristas ou pouco embasadas tecnicamente (do tipo “considero injusto destinar terras usadas por agricultores aos indígenas”), esses indivíduos tornaram o debate mais sofisticado intelectualmente, apresentando justificativas de diversos tipos:

- jurídicas – a divulgação da tese do “marco temporal” de outubro de 1988 para o reconhecimento de terras indígenas; a insuficiência do contraditório no processo de demarcação; a superioridade jurídica da propriedade privada; o direito de conquista; as demarcações geram “insegurança jurídica” para produtores rurais;
- históricas – explicações de processos de formação social das regiões via colonização/concessão de terras feitas pelas unidades federativas, que seriam de longa data e irreversíveis;
- antropológicas – os laudos antropológicos seriam falhos/fraudulentos; a “tese” dos *tekoás* é uma “maldição”; os indígenas seriam estrangeiros ou não seriam indígenas “verdadeiros”;
- sociológicas – populações híbridas/mestiças; Brasil comunhão de raças;
- geopolíticas – a existência de interesses internacionais, inimigos internos; questão de segurança nacional;
- econômicas – acentuação da pobreza; redução da produção e do produto interno bruto; a população indígena é um fardo financeiro para os municípios.

Esses elementos, de conjunto, contribuem para reforçar a contestação do direito territorial indígena. Assim, com a participação desses especialistas, os parlamentares buscaram

¹²⁶ É possível constatar parte do debate sobre o tema consultando os termos “intelectuais”, “intelectuais italianos”, “intelectuais orgânicos” e “intelectuais tradicionais” em Liguori e Voza (2017).

fundamentar a demanda por mudanças nas normativas legais relacionadas às terras indígenas a partir de um conjunto diverso de argumentos, além de sensibilizar a opinião pública e difundir essas opiniões — tarefa para a qual certamente possuem assessoria qualificada.

A partir do estudo de Miguel (2013), constatamos que alguns temas e retóricas utilizadas na tramitação do novo Código Florestal foram retrabalhados pelos parlamentares na questão das terras indígenas, como, por exemplo, o risco de queda da produção agropecuária, e os interesses nacionais *versus* interesses internacionais. No caso do novo Código Florestal, Miguel (2013) identificou os especialistas¹²⁷ convidados pelos parlamentares da Bancada Ruralista como ligados ao setor agropecuário e, de modo geral, esses agentes refletem a orientação política dos parlamentares do agronegócio. Nas reuniões sobre demarcações de terras indígenas, realizadas pela CAPADR/CD, CINDRA/CD e CRA/SF, isso nos pareceu ter sido a regra.

Segundo Miguel (2013), a partir dessas participações de especialistas, os parlamentares buscam também formar alianças para o fortalecimento de suas posições. Assim, formam vínculos com novos atores e, conseqüentemente, envolvem diferentes interesses nos debates (MIGUEL, 2013). Essa é uma questão importante para este trabalho, pois, no caso das demarcações de terras indígenas, vimos que os parlamentares da FPA buscaram envolver até mesmo integrantes das Forças Armadas no tema, pretendendo colocar novamente as terras indígenas como uma questão de risco à segurança nacional, como feito durante a Assembleia Nacional Constituinte, de 1987-1988 (ver Zanini, 2014), e a CPI da Funai, de 1999.

Mas não foi apenas em audiências do Congresso Nacional que determinados indivíduos cumpriram esta função. Além de estar envolvido com a atuação de parlamentares, vimos no capítulo II, por exemplo, que o escritor Lorenzo Carrasco havia participado de uma atividade promovida pela Famato (CNA) no município de Brasnorte (MT), em 8 de outubro de 2008. Em 19 de março de 2014, Carrasco ainda ministrou palestra a respeito do tema das demarcações na sede Famato, em Cuiabá (MT). Essa atividade foi promovida pela Comissão de Assuntos Fundiários da entidade (figura 30).

¹²⁷ Importante salientar que Miguel (2013), por exemplo, também considerou como especialistas representantes de confederações da agricultura, diferente deste trabalho. Aqui, consideramos-os como representantes políticos ou parte interessada na questão.

Hoje teremos uma palestra na Famato com o Lorenzo Carrasco, autor do livro "Quem manipula os povos indígenas".

Reunião da Comissão de Assuntos Fundiários

Palestra com o renomado autor Lorenzo Carrasco

Data: 19 de março de 2014
Horário: 14h00
Local: Sala de reuniões da Famato - Cuiabá - MT

Pautas

14h00: Palestra – Quem manipula os povos indígenas, por Lorenzo Carrasco.
15h30: Debate sobre a atual situação fundiária no Estado de Mato Grosso
17h00: Encerramento

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS FAMATO
LÉRCIO PASSON – PRESIDENTE
LINO LOPES AMORIM – COORDENADOR

Confirmação de presença
Para telefone (61) 3029-4443 ou pelo e-mail
llopes@famato.org.br

11:24 AM · 19 de mar de 2014 · Twitter Web Client

Autor do livro "Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil" Lorenzo Carrasco está na Famato.



5:02 PM · 19 de mar de 2014 · Twitter Web Client

Figura 30. Reunião da Comissão de Assuntos Fundiários da Famato em 19 de março de 2014 com palestra de Lorenzo Carrasco. Fonte: Sistema Famato, 2014a; 2014b.

No capítulo V, também vimos que no tratoração realizado em Sete Quedas (MS), em 8 de março de 2013, um dos indivíduos convidados a discursar ao público foi apresentado como antropólogo, historiador e professor universitário. Em sua fala, ele elaborou uma narrativa histórica para a formação social da região, alegando que tinha provas e documentos que demonstravam que as demarcações da região eram embasadas em mentiras. De modo semelhante, em Tacuru (MS) e Coronel Sapucaia (MS), identificamos uma agropecuarista que se apresentava como antropóloga e alegava que os relatórios que embasam as demarcações não são trabalhados na base da ciência e, sim, da ideologia. Casos como esses, reforçam o papel formativo e educativo que esses indivíduos desempenharam no movimento de contestação de terras indígenas, pois difundiram um conjunto de valores e conhecimentos nas bases sociais dessas organizações (de sindicatos patronais, por exemplo), em oposição aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

Por último, analisamos a participação dos representantes sindicais, que estiveram presentes em nove audiências públicas (ou 39% dessas atividades). Essa quantidade maior de reuniões em que estiveram representados (maior do que de agropecuaristas, por exemplo – tabela 3) sugere que os parlamentares da FPA legitimaram as entidades sindicais para expressar os interesses do setor agropecuário na questão das demarcações de terras indígenas. A partir dos dados das audiências, também identificamos a quais organizações sindicais os participantes eram filiados, conforme pode ser observado nos dados compilados na figura 31.

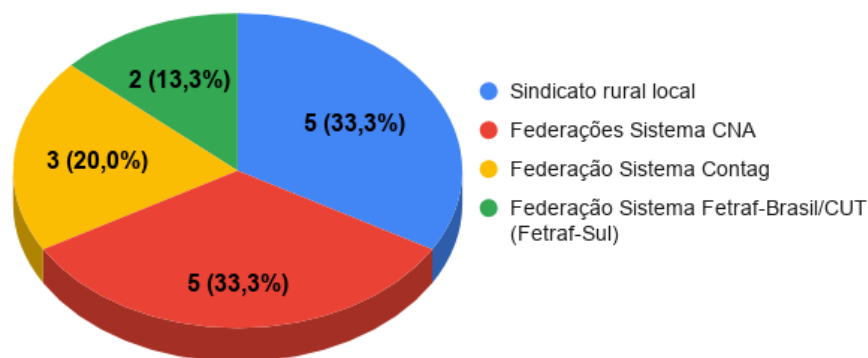


Figura 31. Participação de dirigentes sindicais em reuniões públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014).

Fonte: elaborada a partir do Apêndice 3.

Como é possível constatar na figura 28, integrantes da direção de federações do Sistema CNA tiveram maior proporção de participações. Foram identificados quatro dirigentes: Rui Prado, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato); Eduardo Correa Riedel, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); Carlos R. Sperotto, presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), e Paulo Ricardo de Souza Dias, então presidente da Comissão Fundiária da Farsul, que participou de duas audiências.

Vale observar que não identificamos a presença da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp – Sistema CNA) nessas audiências das comissões permanentes do Congresso Nacional sobre demarcações. No entanto, um de seus diretores, Ângelo Munhoz, participou de audiência pública da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, realizada em 6 de junho de 2014, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ver Apêndice 4). Na ocasião, Munhoz considerou que a melhor saída para a questão seria realizar um plebiscito para autorizar cada destinação de terras aos povos indígenas.

Como já vimos no capítulo IV, essas atividades a respeito das demarcações de terras indígenas também eram visualizadas pelos dirigentes sindicais como uma oportunidade de pressionar agentes do governo federal. Em 8 de maio de 2013, por exemplo, a Famasul mobilizou uma comitiva com sindicatos rurais para participar de audiência pública na CAPADR/CD, em Brasília (DF), com a presença da então ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Circunstância semelhante aconteceu na audiência da CAPADR/CD, com o ministro Gilberto Carvalho, em 26 de junho de 2013, quando, segundo a Famasul (2014, p. 44), cerca de cem agricultores do Mato Grosso do Sul compareceram, além de pessoas de outros seis estados “atingidos pela insegurança jurídica provocada pelas invasões indígenas” — Mato Grosso, Paraná, Maranhão, Santa Catarina, Bahia e Minas Gerais. Ações como essas demonstram articulação e colaboração entre parlamentares da FPA e as federações do Sistema CNA.

Nos capítulos anteriores, constatamos o envolvimento de dirigentes sindicais dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar nas atividades contra a demarcação de terras indígenas. Nas audiências públicas realizadas por parlamentares federais, houve participação do então vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Carlos Joel da Silva; de Joseane Einloft, diretora da Fetag-RS; do então presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), Celso Ricardo Ludwig; além de Rui Valença, que representou a direção da Fetraf-Sul em duas reuniões.

Somadas, as participações do Sistema Contag e Fetraf-Brasil perfazem a mesma proporção das federações do Sistema CNA. A presença desses dirigentes revela a adesão de suas entidades às atividades promovidas por parlamentares da FPA. Mesmo assim, a menor participação de cada uma destas federações de trabalhadores, vistas individualmente, demonstra seu papel secundário nas atividades contra a demarcação de terras indígenas. Como já apontado, Bruno (2016) considera essas aproximações de frações de trabalhadores rurais e da agricultura familiar como um processo de subordinação ao projeto político patronal para o campo. Vale lembrar que a Bancada Ruralista é um grupo parlamentar historicamente contrário a importantes demandas das organizações de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, a exemplo da reforma agrária e de avanços na legislação trabalhista para estas categorias.

Os dirigentes de sindicatos locais, de filiações diversas¹²⁸, representaram um terço das participações dos representantes sindicais nessas atividades, sendo dos estados de Rondônia, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em geral, tratavam-se de municípios com incidência de procedimentos de demarcação de terras indígenas. Assim, esses dirigentes buscaram representar suas bases, trazendo relatos dos conflitos para as reuniões. Como vimos no capítulo anterior, em alguns casos, os sindicatos rurais e os sindicatos de trabalhadores rurais também deram apoio a mobilizações de rua organizadas por associações próprias de agricultores em litígio com terras indígenas.

Importante salientar que cinco participações categorizadas como “especialistas” foram de consultores ou assessores técnico/jurídico de entidades sindicais — não se tratavam, portanto, de dirigentes das entidades. Foram consideradas naquela categoria a participação de um consultor da Fetag-RS; duas participações de um assessor técnico da CNA; a participação de um advogado da Famasul e a participação de um assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios (AL). Isso demonstra que essas organizações direcionaram suas equipes de expertise para a pauta, contribuindo com a agregação de argumentos e justificativas antagônicas às demarcações de terras indígenas.

Como vimos no capítulo II, a CNA e suas federações eram identificadas na literatura como relevantes para a contestação das terras indígenas desde meados da década de 2000, atuando principalmente na esfera do Judiciário e pleiteando, inclusive, ações no Supremo Tribunal Federal (TAVARES, 2012). A Farsul (do Rio Grande do Sul), a Faesc (de Santa Catarina), a Famato (de Mato Grosso) e a Famasul (de Mato Grosso do Sul) também já haviam realizado atividades sobre demarcações desde pelo menos 2005 e a questão passou a ser abordada em publicações mantidas pelas entidades. Podemos considerar que foi âmbito dos funcionários especializados e da expertise da CNA e de suas federações que foram formulados e difundidos diversos argumentos utilizados contra as demarcações de terras indígenas e quilombolas no Brasil. De modo geral, os representantes da entidade buscaram fundamentar juridicamente seus questionamentos a respeito dos procedimentos da Funai e do governo federal, pautando novas diretrizes para a política fundiária e orientando proprietários rurais para possíveis recursos judiciais.

A senadora Kátia Abreu (PSD/TO), pecuarista e presidente da CNA, também participou de uma atividade como dirigente sindical, na Câmara dos Deputados, em 2013. Essa participação também será contabilizada no próximo tópico, no âmbito de sua atuação parlamentar. Essa sobreposição de duas formas de representação política por essa liderança (corporativa e parlamentar) já havia sido apontada por Prado (2016).

¹²⁸ Estimamos que se tratavam de: um dirigente de Sintraf (Fetraf-Brasil/CUT) – identificado como “Sindicato da Agricultura Familiar de Vitor Meireles” (SC); dois representantes do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho (RO) (Sinpec); um representante do Sindicato Rural de Ilhéus (BA) (Sistema CNA); e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicente Dutra (RS) (Sistema Contag).

Prado (2016) também destaca que Abreu possui histórico de manifestações contestando as demarcações de terras indígenas, no Senado Federal. Aqui, gostaríamos de evidenciar o seguinte trecho de discurso da senadora na audiência pública da CAPADR/CD a respeito do aumento das demarcações de terras indígenas, em 11 de dezembro de 2013:

[...] no governo anterior, no governo Lula, qual foi o nosso martírio? O Código Florestal, a questão ambiental. [...] E agora neste governo, o nosso martírio são as questões indígenas. No passado, as demarcações indígenas se concentravam nas florestas. Agora não se contentaram apenas com o aumento das demarcações. [...] Agora eles estão entrando nas áreas produtivas, instigados pelo CIMI, que é uma parcela da Igreja Católica — não é o pensamento total da Igreja, mas eles têm a sua independência. O CIMI e a FUNAI, que é um órgão de governo, embora não pareça — ela parece muito mais uma ONG, porque não obedece a ninguém e a nada — vieram fazendo essas demarcações e querendo que as áreas de produção há décadas ou séculos, como no Rio Grande do Sul, sejam transformadas em terras indígenas. (BRASIL, 2013L).

Esse discurso da senadora/presidente da CNA é representativo da sequência de antagonismos construídos pelos representantes do patronato da agropecuária: a legislação ambiental e, então, as demarcações de terras indígenas, ambos vistos, por eles, como obstáculos para o desenvolvimento do agronegócio.

Apesar de manifestações como essa, naquele período, os parlamentares da FPA estariam insatisfeitos com o envolvimento de Kátia Abreu no que consideravam os principais embates do setor no Congresso Nacional. Acusavam-na de ter chegado tardiamente no debate sobre o Código Florestal e de ter se afastado, em 2013, das discussões sobre a PEC nº 215/2000 (JUNQUEIRA, 2013). Segundo Valdir Colatto (PMDB/SC), integrante da FPA, “Não vemos uma posição definitiva e direta dela sobre diversos assuntos. Ela faz mais um trabalho diplomático do que de enfrentamento dos problemas. Mistura a atividade política com a corporativa”. Moreira Mendes (PSD/RO), que já presidiu a FPA, também compactuava com este entendimento: “O clima entre FPA e a CNA não está bom. O pessoal sente que ela está muito governista e não participando dos embates com a gente. Ela poderia ser mais presente, até pelo prestígio que tem com a presidente [Dilma Rousseff].” (JUNQUEIRA, 2014). Por isso, chegava-se a cogitar a possibilidade de parlamentares da FPA articularem com federações estaduais insatisfeitas com Abreu para lançar uma candidatura de oposição a ela na eleição da CNA, prevista para setembro de 2014: “Quando há um desconforto, sempre há possibilidade de uma alternativa”, disse Valdir Colatto (PMDB/SC) (JUNQUEIRA, 2014). Naquele período, Kátia Abreu teria o amplo apoio de federações das regiões Norte e Nordeste e o maior descontentamento se concentrava no Distrito Federal, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e, em menor grau, no Mato Grosso e Rio Grande do Sul (JUNQUEIRA, 2014).

Como vimos no capítulo V, a mobilização nacional contra demarcação de terras indígenas foi um episódio representativo de conflitos internos entre os representantes do agronegócio. No dia 14 de junho de 2013, a FPA e as federações de agricultura estimularam que houvesse uma paralisação nacional no país, com o objetivo de chamar atenção para o conflito com indígenas e a Funai. A proposta da FPA para essa mobilização era bloquear rodovias. Mas a CNA, presidida por Abreu, defendeu que as manifestações fossem realizadas às margens das rodovias, sem interdição, como também defendia o Palácio do Planalto (JUNQUEIRA, 2013). Como vimos, os bloqueios de rodovias prevaleceram na maior parte dos locais com mobilização, indicando prevalência da orientação da FPA.

No entanto, havia quem visse com bons olhos a proximidade de Kátia Abreu com Dilma Rousseff, pois a relação poderia beneficiar o setor. Junqueira (2013) assinala que era o “núcleo

duro” da FPA, “mais radical e ativo”, que via com maior resistência a proximidade de Abreu com Rousseff. O então presidente da FPA, Luis Carlos Heinze (PP/RS), avaliava que esse conflito interno não deveria ser cultivado, ressaltando a importância da unidade entre as representações do agronegócio: “Temos que alinhar algumas ações, sim, mas não entrar em disputa. A FPA tem que agregar as instituições, não dividir. Temos que juntar nossas forças. Nossa bandeira é a agricultura.” (JUNQUEIRA, 2013).

6.2 OS PARLAMENTARES FEDERAIS ENVOLVIDOS NA CONTESTAÇÃO DAS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS (2011-2014)

Neste tópico, buscaremos identificar quais os principais parlamentares e partidos envolvidos nas atividades sobre demarcação de terras indígenas, no período aqui focado (2011-2014). Dessa forma, poderemos refletir a respeito das redes de reciprocidades estabelecidas no quadro mais geral desse processo de contestação de direitos territoriais indígenas.

Como já mencionado no início do capítulo, para contabilizar as participações dos deputados, foi possível utilizar todas as 24 atividades, registradas no Apêndice 3, nas quais foram identificadas a participação de 81 deputados federais e 15 senadores. Uma primeira análise a ser realizada refere-se à participação das bancadas regionais dos parlamentares. Como vimos no capítulo II, há diferenças regionais na participação dos parlamentares na FPA e, no caso das mobilizações de rua contra as demarcações de terras indígenas, realizadas em 2013, identificamos que se apresentaram como acontecimentos com característica fortemente sulista.

Em vista dessas questões, no quadro 23 (a seguir), é possível verificar a distribuição regional dos deputados federais e senadores participantes dessas atividades. Importante salientar, desde já, que consideramos como participação a realização de falas nas audiências sobre demarcações de terras indígenas, não apenas sua presença nessas reuniões.

Quadro 23. Participação das bancadas regionais de deputados federais em audiências da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014)¹²⁹.

UF	Norte							Sul			Nordeste							Sudeste				Centro-Oeste					
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	PR	RS	SC	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP	DF	GO	MT	MS
Deputados	-	-	1	8	5	7	-	8	9	4	1	4	2	6	2	-	3	-	-	1	4	2	5	-	1	5	3
Senadores	-	-	-	-	2	2	1	1	1	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
Total dep. (81)	21							21			18							12				9					
% bancada regional (dep)	32%							27%			12%							7%				22%					
Total sen. (15)	5							2			3							-				5					
% bancada regional (sen)	24%							22%			11%							-				42%					

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

A primeira constatação possível a partir do quadro 23 é que, nas regiões Norte e Sul houve envolvimento do mesmo número absoluto de deputados federais (21). Quando analisados individualmente, o Rio Grande do Sul foi o estado que contribuiu com maior número absoluto de deputados (9), seguido do Paraná e Pará, ambos com 8 deputados identificados. Esses dados apontam para um quadro diferente, por exemplo, do que constatamos no capítulo II em relação ao estudo do Diap (2010) e a composição regional dos signatários da FPA, nos quais a região Nordeste se destacou em números absolutos.

Como também vimos no capítulo II, a bancada da região Centro-Oeste liderou em proporção de ruralistas no levantamento do Diap (2010), entre os signatários da FPA (ao lado da região Sul) e entre os requerentes da CPI da Funai e do Incra. No entanto, nas atividades sobre demarcações de terras indígenas, foram as bancadas do Norte (32%) e Sul (27%) que tiveram maior proporção de deputados federais envolvidos. Da região Centro-Oeste, nove deputados participaram das audiências (22% da bancada regional), destacando-se o estado de Mato Grosso, com cinco deputados participantes.

Ressaltamos, ainda, que, proporcionalmente, o estado de Roraima teve cerca de 88% da sua bancada de deputados federais envolvida nas audiências públicas sobre demarcação de terras indígenas, além de Rondônia (63%) e Mato Grosso (63%). Isso demonstra a permanência do interesse dos parlamentares de RR na questão das demarcações, que já haviam se engajado no tema no final da década de 1990. O percentual de participação das bancadas estaduais é apresentado no Apêndice 8.

No contexto da região Nordeste, apesar da proporção menor de participação da bancada regional (12%), é importante fazer uma ressalva relacionada ao estado do Maranhão: seis deputados desse estado se envolveram no tema das demarcações de terras indígenas, o que corresponde a um terço de seus parlamentares, destacando-se, assim, dos demais estados desta região. No capítulo IV, vimos que foram realizadas audiências públicas específicas, tratando

¹²⁹ O número de vagas total das bancadas estaduais e regionais, em 2011, do Congresso Nacional se encontra no Apêndice 9.

dos conflitos sobre demarcação de terras indígenas, ocorridos naquele estado. No capítulo anterior, também foram identificadas duas mobilizações de rua contra terras indígenas, ocorridas, igualmente, no Maranhão. No cenário geral, tais fatos confirmam este estado como um espaço relevante para os conflitos relacionados a terras indígenas no período aqui enfocado (2011-2014).

A respeito do Senado Federal, o Diap (2010) considerava que a região Nordeste liderava no número absoluto de senadores ruralistas (7). Por outro lado, vimos que, entre os signatários da FPA, era o Centro-Oeste que possuía maior número de senadores (5). Já no contexto das demarcações de terras indígenas, foram os senadores do Norte e do Centro-Oeste que mais se envolveram. Ademais, observando a proporção, a bancada do Centro-Oeste é que, efetivamente, destaca-se das demais, com 42% de parlamentares participando destas atividades. Esta região é seguida, no quesito proporção, pela bancada do Norte (24%) e do Sul (22%). Mais uma vez, isso confirma as demarcações de terras indígenas como um tema de interesse regional que, no caso do Senado Federal, se concentra especialmente na região Centro-Oeste, mas também no Norte e Sul do país.

Para o Diap (2010), também não havia senadores ruralistas na região Sudeste, assim como nenhum deles havia assinado a criação da FPA, em 2011 (ver quadro 2, do capítulo II). No quadro 23, considerando as atividades identificadas entre 2011-2014, é possível constatar que também não houve interesse no tema das demarcações de terras indígenas pelos senadores dos quatro estados dessa região.

De modo geral, os dados mantêm coerência com o quadro geral identificado neste trabalho: persistência da questão das demarcações de terras indígenas para parlamentares de estados da região Norte e deslocamento da incidência dos conflitos fundiários relacionados às demarcações para estados do Centro-Oeste (MS e MT), Sul (RS, PR e SC), além do Maranhão. Isso parece estar também em conformidade com o envolvimento efetivo nas atividades das comissões permanentes constatado ao longo do capítulo IV, assim como em relação às mobilizações de rua contra as terras indígenas, vistas no capítulo V.

Chama-nos a atenção a ausência de senadores de Santa Catarina, estado em que identificamos sete mobilizações de rua contra demarcação de terras indígenas, em 2013. Na 54ª Legislatura, representaram Santa Catarina no Senado Federal: Luiz Henrique da Silveira (PMDB), Paulo Bauer (PSDB), Raimundo Colombo (DEM) e Casildo Maldaner (PMDB) — este, senador suplente de Raimundo Colombo, entrou em exercício durante a legislatura, após o titular da vaga assumir o governo do estado.

Uma segunda análise geral possível é a respeito da distribuição partidária dos parlamentares envolvidos nessas atividades. No capítulo II, vimos que a distribuição dos ruralistas e dos deputados da FPA se concentrava em determinados partidos. Os dados referentes às participações em audiências públicas a respeito de demarcações de terras indígenas se encontram no quadro 24. Três indicadores estão disponíveis nesse quadro: número absoluto de participantes por partido, a proporção da bancada do partido envolvida e a média de reuniões que cada deputado identificado do partido participou. Como já foi considerado no capítulo II, o número absoluto de parlamentares envolvidos de uma bancada é importante para compreendermos a força de mobilização desse partido na questão. No entanto, a proporção do partido ali envolvida contribui para melhor caracterizar o próprio partido e a importância desta questão para sua bancada parlamentar. O terceiro indicador que pode ser levado em conta para melhorar a percepção do engajamento das bancadas partidárias nessas reuniões é a quantidade de reuniões que cada parlamentar do partido participou. Para isso, foi calculada a média de participações em reuniões dos deputados de cada legenda, o que acreditamos que poderá auxiliar no entendimento do comportamento da bancada partidária no tema das demarcações.

Quadro 24. Participação das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em audiências da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014).

Partido	PMDB	PP	DEM	PSDB	PR	PTB	PDT	PT	Outros*	Total
Deputados	13	8	13	10	4	1	4	19	9	81
% do partido	17	18	30	19	10	5	15	22	-	16%**
Média de participações/deputado	3,8	4,5	2,7	2,8	1,5	1,0	4,8	1,8	-	2,7
Senadores	4	3	3	1	1	1	1	1	-	15
% do partido	19	60	50	10	25	17	25	7	-	19%***
Média de participações/senador	2,0	2,3	1,3	3,0	2,0	1,0	2	3,0	-	2,1

*Outros: PPS (2), PSC (2), PV (2), PSB (1), PSL (1) e PSOL (1). **Proporção em relação à Câmara dos Deputados (513 parlamentares). ***Proporção em relação ao Senado Federal (81 parlamentares).

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3; Brasil (2011e); bancadas partidárias do Senado Federal: Brasil (2011d, p. 32-35).

Novamente, a primeira questão possível de ser observada é o número absoluto de deputados envolvidos em cada partido. Na Câmara dos Deputados, em primeiro lugar, destaca-se o PT, partido de Dilma Rousseff, com 19 deputados participantes, constituindo a segunda maior proporção de bancada envolvida (22%). No entanto, o PT é exemplo de que esses indicadores podem não ser suficientes para demonstrar o engajamento do partido na questão, pois, como veremos a seguir, apenas dois deputados federais da legenda estiveram entre aqueles com maior participação nas audiências (quadro 26, a seguir). Como pode ser constatado no quadro 24, a média de participações dos deputados do PT nas audiências foi de menos de duas reuniões por parlamentar — a menor entre os cinco maiores partidos da Câmara dos Deputados. Isso ocorreu porque foram identificados 13 deputados dessa legenda que participaram de apenas uma audiência sobre demarcações de terras indígenas, entre 2011 e 2014, sendo nove destas participações em reuniões com convocações de ministros na CAPADR/CD¹³⁰. Vale lembrar que as reuniões de convocações de ministros também foram aquelas que contaram com maior quantidade geral de participações e, como integrantes do partido do governo, é esperado que os correligionários dos ministros participem das reuniões para dar suporte e defender suas ações ou mesmo para apoiar o pleito por terra dos povos indígenas. De qualquer forma, o envolvimento dos deputados do PT com a questão também é coerente com típico engajamento do partido em temáticas sociais na Câmara dos Deputados (VASQUEZ, 2020), assim como com a postura contrária ao avanço da tramitação da PEC nº 215/2000, ou ainda com o notável posicionamento de parlamentares do partido na defesa das terras indígenas durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 (ZANINI, 2014).

¹³⁰ Os deputados do PT que participaram exclusivamente de uma das reuniões da CAPADR com convocação de ministros foram: Afonso Florence, Assis Carvalho, Beto Faro, Domingos Dutra, Henrique Fontana, Iriny Lopes, Jesus Rodrigues, José Guimarães e Luci Choinacki. A lista completa de cada deputado identificado e seu respectivo número de participações se encontra no Apêndice 7.

Seguindo a observação do número de parlamentares envolvidos na Câmara dos Deputados com essas atividades, temos os integrantes do PMDB, do então vice-presidente da República Michel Temer, com um total de 13 deputados participantes, os quais, de modo geral, questionavam as demarcações de terras indígenas. No entanto, estes parlamentares representam uma proporção menor (17%), se comparado às maiores bancadas. Ainda assim, o PMDB também se destacou na média de participações de seus parlamentares: 3,8 reuniões por deputado — ou seja, sua bancada envolveu número elevado de parlamentares na pauta e estes participaram de um número relevante de reuniões. Isso leva a crer que, apesar da proporção menor da bancada partidária envolvida, os parlamentares do PMDB tenham sido determinantes para a condução da pauta das demarcações de terras indígenas pela FPA.

Como vimos no capítulo II, o PMDB era considerado relevante pelo maior número de deputados considerados ruralistas (DIAP, 2010), assim como também constatamos que era o principal partido signatário da PFA, em 2011 — apesar de não liderar, em nenhum dos casos, na proporção da bancada partidária. De qualquer modo, é possível considerar que o comportamento dos integrantes do partido na questão das terras indígenas seguiu a tendência de elevado interesse nas pautas da FPA.

Outra bancada bastante presente nessas atividades foi a do DEM (13 deputados). De certa forma, podemos o considerar como o partido mais envolvido na questão demarcações de terras indígenas, na Câmara dos Deputados, pois contou com 30% da legenda nas audiências públicas sobre a pauta. De modo geral, no caso dessa bancada, identificamos, ao longo do estudo, que seus deputados se manifestaram contra o avanço da demarcação de terras indígenas. Como vimos no capítulo II, o DEM é o partido com maior proporção de signatários da FPA e, segundo o Diap (2010), possui, ao lado do PP, a maior proporção de sua bancada considerada ruralista. Em relação à Legislatura de 1999-2003, Vigna (2001, p. 32) considerava que o então chamado PFL possuía a maior bancada de parlamentares ruralistas (25 deputados). Parece haver, portanto, coerência geral no envolvimento dessa legenda na contestação dos direitos territoriais indígenas, durante o período aqui analisado.

Isso também vai ao encontro da história recente de atuação do DEM em questões étnico-raciais. Quando se denominava PFL, a direção do partido contestou judicialmente a validade do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas (Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 3239). Além disso, o partido ajuizou ação contra cotas raciais em universidades públicas (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 186). No entanto, ambas ações foram rejeitadas pelo Supremo Tribunal Federal.

O PSDB, então principal partido oposicionista do governo Rousseff, teve a terceira maior proporção de sua bancada de deputados envolvida no tema das demarcações (19%). O interesse desse partido no tema também se expressou com 74% de sua bancada signatária do pedido de CPI Funai-Incra, protocolado em maio de 2013. No entanto, ao longo da análise das reuniões sobre o tema, a reincidência de integrantes do partido ficou restrita principalmente a três deputados do partido (quadro 26, a seguir), o que se reflete na média de participação em reuniões menor, se comparada a outros partidos com proporção semelhante de sua bancada envolvida (como o PP).

O PP teve cerca de 18% de seus deputados federais atuantes nessas atividades e possui a segunda maior média de participação em reuniões entre as demais bancadas (4,5 atividades por deputado). Como veremos a seguir, essa média elevada de participações foi de responsabilidade principalmente de três deputados, especialmente do então presidente da FPA, Luis Carlos Heinze (PP/RS). Em todo caso, o PP estar entre os partidos que se destacam na

participação não é algo inesperado, pois, como vimos no capítulo II, o partido esteve entre os principais interessados na instalação da CPI da Funai e do Incra e possuía a maior proporção de deputados considerados ruralistas pelo Diap (2010).

Já a situação constatada no caso do PDT reforça o uso da média de participação apenas como indicador auxiliar, pois este partido lidera a média de reuniões que seus parlamentares participaram (que chega a quase 5 reuniões por deputado), mas teve somente quatro parlamentares envolvidos, sendo apenas a sétima bancada em termos de participação, quando observada a proporção do partido. Ou seja, apesar da alta frequência individual nas atividades, são poucos os deputados do partido que participaram dessas reuniões, não refletindo o quadro geral dessa legenda.

No Senado Federal, o PMDB teve o maior número de parlamentares participantes (quatro senadores), ainda que representassem apenas 19% do partido. Para o Diap (2010), o PMDB possuía maior número de senadores ruralistas, apesar de não se destacar como partido signatário da FPA. Como é possível visualizar no quadro 24, PP e DEM lideram na proporção de parlamentares de suas bancadas envolvidos. Ademais, é possível constatar que, somados, senadores(as) do PP, DEM e PMDB foram responsáveis por 67% dos parlamentares envolvidos nas audiências, ainda que suas bancadas somem apenas cerca de 39% do total de vagas da Casa (quadro 24). Ou seja, tais partidos estavam particularmente sobrerrepresentados nas reuniões sobre demarcação de terras indígenas, demonstrando especial engajamento no tema. Essa constatação também se aproxima do que vimos no capítulo II, em que PP e DEM possuíam maior proporção de parlamentares considerados ruralistas pelo Diap (2010) e signatários da FPA em suas bancadas partidárias no Senado Federal.

Uma terceira análise possível é a participação individual dos parlamentares nas audiências públicas sobre demarcação de terras indígenas, contribuindo para a identificação dos principais envolvidos na pauta. Nesse sentido, no quadro 25, pode ser visualizado o número de participações dos(as) 15 senadores(as), que falaram ao público em oito reuniões específicas sobre demarcações de terras indígenas, realizadas tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. É possível afirmar que todas essas participações foram dedicadas a questionar o reconhecimento de terras indígenas.

Quadro 25. Número de reuniões a respeito de demarcações de terras indígenas em que senadores(as) discursaram na CRA/SF CAPADR/CD e CINDRA/CD (2011-2014).

Senador(a)	Número reuniões	Signatário da FPA? (2011)	Ruralista?(Dia p, 2010)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	5	Sim	Não
Ana Amélia Lemos (PP/RS)	4	Sim	Não
Benedito de Lira (PP/AL)	3	Sim	Sim
Delcídio do Amaral (PT/MS)	3	Não	Não
Ruben Figueiró (PSDB/MS)	3	Não	Não
Acir Gurgacz (PDT/RO)	2	Não	Não
Blairo Maggi (PR/MT)	2	Sim	Sim
Kátia Abreu (DEM/TO)*	2	Sim	Sim
Edison Lobão Filho (DEM/MA)	1	NA**	NA
Ivo Cassol (PP/RO)	1	Não	Sim
Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)	1	Não	Não
Jayme Campos (DEM/MT)	1	Sim	Sim
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	1	Não	Sim
Romero Jucá (PMDB/RR)	1	Não	Não
Sérgio Souza (PMDB/PR)	1	Não	Não

*Estamos considerando, aqui, o partido pelo qual a senadora foi eleita, que também corresponde à bancada levada em consideração por Diap (2010). Em 2011, a senadora se filiou ao PSB e, em outubro de 2013, filiou-se ao PMDB. **Não se aplica, era suplente.

Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

Do quadro 25, podemos destacar o envolvimento dos(as) senadores(as) Waldemir Moka (PMDB/MS), Ana Amélia Lemos (PP/RS), Benedito de Lira (PP/AL), Delcídio do Amaral (PT/MS) e Ruben Figueiró (PSDB/MS). O senador Waldemir Moka (PMDB/MS) teve o maior número de participações em audiências públicas sobre demarcações de terras indígenas (5), sendo também signatário da criação da FPA, em 2011. Em 2012, Moka assumiu o cargo de 2º vice-presidente do Senado Federal, o que, segundo Bruno (2009b), contribui para ter alguma influência na agenda da Casa, apesar de ser o presidente quem tem o poder de fato. Como vimos no capítulo II, Moka ainda se tornou vice-presidente da FPA para o Senado Federal no início de 2014. Conforme suas biografias nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Moka é médico e natural de Bela Vista (MS). Possui trajetória política no PMDB que remonta à década de 1980, atuando em diversos cargos parlamentares: além de vereador (1982-1986), foi deputado estadual por três mandatos (1987-1998), deputado federal por três mandatos (1999-2011) e eleito senador em 2011 (PMDB/MS). Portanto, Moka é um parlamentar experiente que se dedicou à pauta, dando força política para a questão das demarcações.

Já a senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS), que contabilizou quatro participações em audiências sobre demarcações, estava em seu primeiro mandato em cargo eletivo, o que Carneiro (2020) considera exceção entre os integrantes da FPA no Senado Federal, já que, em geral, possuem experiência de vários mandatos. Graduada em comunicação social, Lemos era comentarista, em Brasília (DF), dos programas jornalísticos do Grupo RBS, que possui emissora repetidora da Rede Globo no Sul do país. Ainda no início de sua carreira como jornalista na capital gaúcha, Lemos ficou conhecida como “a mulher da soja”, por informar a cotação do grão na TV e, com o passar dos anos, passou a ser bastante associada a temas relacionados ao agronegócio (CARNEIRO, 2010). Em 2010, foi eleita senadora pelo PP/RS.

Lemos é o que Carneiro (2020) considerou como representantes ideológicos dos interesses do setor, sem qualquer vínculo econômico direto com atividades produtivas agrícolas.

Benedito de Lira (PP/AL), com três participações nas audiências públicas, é outro parlamentar que possui vasta experiência política e se engajou no tema das demarcações, além de ter assinado a criação da FPA, em 2011. Para Carneiro (2020), o parlamentar, inclusive, possuía uma das maiores carreiras políticas entre os senadores da FPA, na 54ª legislatura. Vimos, no capítulo IV, que Lira foi presidente da CRA/SF, em 2013, ano com maior quantidade de audiências sobre demarcação de terras indígenas no período aqui analisado. O início de sua carreira se deu ainda nas décadas de 1960 e 1970, quando exerceu mandatos de vereador (Junqueira e Maceió – AL) e prefeito (Maceió – AL, interinamente) (CARNEIRO, 2020). Após exercer três mandatos como deputado estadual, em 1995 teve seu primeiro mandato como deputado federal, sendo eleito para mais dois mandatos em 2002 e 2006. Portanto, quando foi eleito, em 2010, para o Senado Federal, já era um representante político alagoano bem conhecido, sendo considerado, pelo Diap (2010), como um reforço importante na defesa das pautas do agronegócio naquela Casa.

É interessante observar que os três parlamentares com mais participações em audiências públicas sobre demarcações de terras indígenas são signatários da criação da FPA, em 2011. Já outros senadores com mais de uma participação, como Acir Gurgacz (PDT/RO) e Ruben Figueiró (PSDB/MS), não eram considerados ruralistas pelo Diap (2010) e não foram signatários da FPA, em 2011. Ambos são parlamentares que também possuíam experiência de diversos mandatos, sendo que Gurgacz já era senador desde 2009. Esse é mais um exemplo de que as listas de signatários da FPA nem sempre refletem o apoio às pautas elencadas como prioritárias pela Frente e reforça a consideração de Silva e Araújo (2019) de que o perfil das frentes parlamentares deve ser analisado pela sua atuação, o que pode variar conforme a pauta, impondo-se como um desafio ao trabalho de pesquisa.

O senador Delcídio do Amaral (PT/MS) se soma aos outros dois colegas senadores representantes do Mato Grosso do Sul (Moka e Figueiró), completando a bancada do estado. O fato dos três senadores de MS estarem entre os mais envolvidos na pauta das demarcações expressa a importância que o tema possuía no estado, durante o período aqui focado (2011-2015). Amaral também tem longa experiência política e chegou a ser ministro de Itamar Franco e diretor da Petrobras no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), iniciando sua carreira em cargos eletivos em 2003, como senador pelo PT/MS. Nas reuniões, o senador deu razão aos questionamentos às demarcações de terras indígenas, mas buscou mediar a questão enquanto integrante do partido do governo federal.

Apesar de termos visto que a CNA e várias de suas federações estiveram envolvidas na contestação das demarcações de terras indígenas, a senadora Kátia Abreu, que também era presidente da entidade, participou de apenas duas audiências que trataram especificamente sobre terras indígenas, sendo uma delas realizada na Câmara dos Deputados, em 11 de dezembro de 2013. É possível que este baixo envolvimento da senadora nas reuniões sobre o tema tenha sido um dos motivos para a já mencionada insatisfação de outras lideranças da FPA com seu engajamento na pauta.

Vale observar que outros senadores(as) também participaram de reuniões sobre o tema em comissões permanentes da Câmara dos Deputados (CINDRA e CAPADR). A senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS) e o senador Waldemir Moka (PMDB/MS) participaram da audiência pública promovida pela CAPADR/CD, em 11 de dezembro de 2013, no auditório Nereu Ramos, que reuniu diversos representantes do agronegócio. O senador Romero Jucá (PMDB/RR)¹³¹ participou de reunião da CAPADR/CD sobre a terra indígena Raposa Serra do Sol e, na ocasião,

¹³¹ Romero Jucá teve o cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal em 2013 e 2014.

declarou ser contrário à forma como a demarcação foi feita. O senador Edison Lobão Filho (DEM/MA) participou de reunião da CINDRA/CD, em 20 de agosto de 2013, sobre demarcações no estado do Maranhão e, como vimos no capítulo IV, declarou que as demarcações estavam colocando indígenas como cidadãos de “primeira classe”, em relação ao que classifica como, “brasileiro comum”, que estaria sendo considerado de segunda classe. Tais fatos evidenciam o trânsito desses parlamentares pelas estruturas legislativas, buscando pautar a questão das demarcações nas duas Casas do Congresso Nacional.

De modo geral, é possível que a questão mais relevante no Senado Federal tenha sido o interesse das bancadas regionais na pauta das demarcações de terras indígenas, tendo em vista que os senadores do Norte e do Centro-Oeste foram os que mais se envolveram nas audiências públicas sobre o tema.

Uma análise das participações individuais dos deputados federais também pode ser realizada. A partir do quadro 26 (a seguir), é possível constatar que, dos 80 deputados que falaram ao público nessas atividades, 19 participaram de quatro ou mais reuniões específicas a respeito de demarcações, ocorridas na CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF, além de uma audiência pública de deputados da FPA. Esse grupo corresponde a cerca de 24% dos deputados participantes dessas atividades e foi responsável por 60% das participações nas reuniões sobre demarcação de terras indígenas, entre 2011 e 2014. A lista completa desses 80 deputados federais, com o número de audiências em que discursaram ao público, encontra-se no Apêndice 7.

Vale considerar ainda que 10 deputados (12,5%) participaram de três reuniões, outros 10 deputados (12,5%) participaram de duas atividades e 41 parlamentares (ou 51%) falaram ao público em apenas uma entre as 24 reuniões. Aqui, é importante lembrar que consideramos como participação a realização de falas nas audiências sobre demarcações de terras indígenas, não apenas presença registrada nessas reuniões. Portanto, ainda que tenha sido apenas uma participação, o fato de um parlamentar dedicar seu concorrido tempo para discursar nesses eventos é algo que pode ser considerado relevante por si só.

Quadro 26. Deputados federais com quatro ou mais participações em audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014).

Deputado	Participações	Reeleito?	Signatário da FPA? (2011)	Ruralista? (Diap, 2010)
Alceu Moreira (PMDB/RS)	14	Sim	Sim	Não
Luis Carlos Heinze (PP/RS)	14	Sim	Sim	Sim
Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)	12	Sim, vice-governador	Sim	Sim
Nilson Leitão (PSDB/MT)	10	Sim	NA**	NA
Celso Maldaner (PMDB/SC)	9	Sim	Sim	Não
Moreira Mendes (PPS/RO)	8	Não, candidato ao Senado	Sim	Sim
Valdir Colatto (PMDB/SC)	8	Sim	NA**	NA
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	7	Sim, governador	Sim	Sim
Bohn Gass (PT/RS)	6	Sim	Não	Não
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	6	Sim	Sim	Sim
Jerônimo Goergen (PP/RS)	6	Sim	Sim	Não
Nelson Padovani (PSC/PR)	6	Sim	Sim	Sim
Weverton Rocha (PDT/MA)	6	Sim	NA**	NA
Asdrubal Bentes (PMDB/PA)	5	NC*	Não	Sim
Oziel Oliveira (PDT/BA)	5	NC	Não	Sim
Vilson Covatti (PP/RS)	5	NC	Sim	Sim
Domingos Sávio (PSDB/MG)	4	Sim	Sim	Sim
Geraldo Simões (PT/BA)	4	Não	Sim	Não
Lira Maia (DEM/PA)	4	Não, candidato a vice-gov.	Sim	Sim

*NC: Não se candidatou. **NA: Não se aplica. Leitão foi efetivado no mandato em 13 de julho de 2011, em virtude de nova totalização dos votos pelo TRE; Colatto e Rocha assumiram o mandato depois do início da Legislatura por serem suplentes – conforme informações da biografia no portal da Câmara dos Deputados. Fonte: elaborado a partir do Apêndice 3.

A respeito dos dados do quadro 26, vale destacar, em primeiro lugar, que, excluindo-se Bohn Gass (PT/RS) e os deputados que não assumiram o mandato no início da legislatura, todos os deputados ou eram signatários da FPA ou já eram considerados ruralistas pelo Diap (2010). Isso confirma o particular envolvimento de integrantes da FPA nessas audiências públicas sobre demarcação de terras indígenas.

Em segundo lugar, evidenciamos os estados desses parlamentares mais engajados no tema da demarcação de terras indígenas, entre 2011-2014: Rio Grande do Sul (5), Pará (3), Santa Catarina (2), Bahia (2), Paraná (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Rondônia (1), Roraima (1), Maranhão (1) e Minas Gerais (1). Com exceção de Rondônia, os demais estados correspondem aos mesmos 10 estados em que foram realizadas atividades da “Mobilização Nacional pela revisão e suspensão de demarcações de Terras Indígenas”, promovida pela FPA, no dia 14 de junho de 2013. Como vimos no capítulo V, alguns deputados que constam no quadro 26 também participaram diretamente dessa mobilização, a exemplo de Alceu Moreira (PMDB/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) e Valdir Colatto (PMDB/SC).

Outra questão que chama atenção é o fato de cinco deputados do RS estarem entre os mais envolvidos com o tema, demonstrando o quanto a questão das demarcações de terras indígenas estava acirrada neste estado. Também é relevante que os três parlamentares do Pará sejam de partidos diferentes: Giovanni Queiroz (PDT/PA), que organizou uma audiência

pública da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, em Marabá (PA), em 2014, e já era considerado como integrante da Bancada Ruralista por Vigna (2001, p. 30), demonstrando continuidade de atuação em pautas consideradas relevantes pelos representantes do agronegócio; Lira Maia (DEM/PA), que foi o autor do relatório da PFC nº 61/2011, apresentado na CAPADR/CD, em junho de 2014, com diversas aspirações dos ruralistas em relação ao tema das demarcações de terras indígenas; o terceiro paraense, Asdrubal Bentes (PMDB/PA), que foi constituinte, é interessado de longa data na questão das demarcações, sendo membro de diversas comissões sobre o tema, inclusive da comissão externa que analisou a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em 2004. Em 2013, foi relator da Subcomissão Especial da CINDRA que tratou do tema e, do final de 2013 ao início de 2014, Bentes também foi titular da Comissão Especial da PEC nº 215/2000.

Outra constatação que pode ser feita a partir do quadro 26 são as participações de Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) em 14 atividades, seguidos pelo deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR), com 12 participações. Os três deputados participaram de ao menos metade das 24 audiências identificadas e são de partidos já destacados anteriormente (PMDB, DEM e PP) pela relevância no agenciamento das pautas do agronegócio no parlamento. É importante evidenciar que os três foram signatários da FPA, em 2011, e nenhum deles assinou a criação da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, naquele mesmo ano. Também é relevante que dois deputados sejam do Rio Grande do Sul e um de Roraima, sendo que Quartiero também é nascido no Rio Grande do Sul, chamando atenção tanto para um problema regional, como para uma questão de lógica de ocupação e uso da terra, representada especialmente pelos gaúchos, que colonizaram outras regiões do país, levando consigo a monocultura agrícola e a pecuária.

O deputado petista com maior participação nas atividades sobre demarcações de terras indígenas foi Elvino Bohn Gass (PT/RS), signatário da criação da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, em 2011. Segundo sua biografia no portal da Câmara dos Deputados, Bohn Gass possui experiência de representação de trabalhadores rurais, tendo sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo (RS) (Sistema Contag), nas décadas de 1980 e 1990. Uma das razões da elevada participação de Bohn Gass é o fato de ter sido titular da CAPADR/CD nas quatro sessões legislativas da 54ª Legislatura, frequentemente mediando as demandas da FPA na Comissão junto ao governo federal e também apontando preconceitos dos deputados ruralistas em relação aos povos indígenas. Vale observar que o deputado também esteve presente na audiência de grandes proporções e elevado nível de tensão realizada, em outubro de 2011, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, acompanhando o tema desde o primeiro ano da legislatura.

Assim como ocorreu com senadores(as), deputados federais também falaram ao público em audiências do Senado Federal. Esse foi o caso de Luis Carlos Heinze (PP/RS), que participou de audiência da CRA/SF, em 31 de outubro de 2013, e Alceu Moreira (PMDB/RS), que participou de audiência da mesma Comissão, em 7 de novembro de 2013. Isso reforça o trânsito e interlocução dos parlamentares das duas Casas em relação à agenda política das terras indígenas.

No quadro 26, também incluímos a informação quanto à reeleição para o cargo de deputado federal para a 55ª Legislatura (2015-2019). A primeira afirmação possível a partir desses dados é que apenas um parlamentar que buscou reeleição para deputado federal não obteve sucesso (Geraldo Simões – PT/BA). Isso demonstra que, de modo geral, o destacado envolvimento desses parlamentares na pauta pode ter contribuído para seu sucesso eleitoral. Além disso, a reeleição de 11 destes deputados (ou 58%) sugere potencial para prosseguimento da agenda política da FPA relacionada às terras indígenas na legislatura seguinte. E, de fato, foi

o que ocorreu: Alceu Moreira (PMDB/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Nilson Leitão (PSDB/MT), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Domingos Sávio (PSDB/MG) foram titulares da primeira edição da CPI Funai Incra, instalada em 2015¹³².

O deputado Geraldo Simões (PT/BA), que não foi reeleito, estava em seu terceiro mandato e é possível afirmar que destoou da atuação da bancada petista na Câmara dos Deputados em relação à pauta das terras indígenas. Simões era vice-presidente da FPA para região Nordeste naquela legislatura e participou de quatro audiências sobre demarcação de terras indígena — chegou a ser o promotor de uma delas, visando contestar demarcações na Bahia. Apesar disso, Simões também foi signatário da criação da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, em 2011.

Os demais deputados que não se reelegeram para o cargo de deputado federal disputaram desafios eleitorais maiores, como cargos para o Senado Federal e governos de estado. Dentre eles, destaca-se Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), que foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 2014, sendo também o oitavo deputado com maior número de participações em audiências públicas sobre demarcação de terras indígenas. Azambuja se define, em sua biografia no portal da Câmara dos Deputados, como agropecuarista, sendo também graduado em administração de empresas. O deputado foi integrante do Sindicato Rural de Maracaju (Sistema CNA), da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) — portanto, vinculado ao setor pecuarista de seu estado. Além disso, Azambuja estava em seu primeiro mandato como deputado federal, mas já acumulava experiência de dois mandatos como prefeito e de um mandato como deputado estadual.

Outro caso de destaque foi o de Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR), eleito vice-governador de Roraima, em 2014, na chapa da candidata Suely Campos (PP), em uma coligação entre DEM, PP e PTB. Gaúcho, trocou o Rio Grande do Sul por Roraima em 1976, aos 24 anos, logo após se formar em Agronomia pela Universidade de Passo Fundo (UPF) (HOFMEISTER, 2020). Segundo sua biografia no portal da Câmara dos Deputados, o parlamentar também foi presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima (2005-2007) e prefeito de Pacaraima (RR), pelo PDT (2005-2008), sendo, portanto, uma referência política para os agropecuaristas do estado. Como vimos anteriormente, Quartiero foi porta-voz do movimento contrário à demarcação de Raposa Serra do Sol e acabou perdendo duas fazendas (chamadas Depósito e Providência), em que cultivava arroz, com a confirmação da homologação da terra indígena pelo Supremo Tribunal Federal, em 2009 (Petição nº 3388/RR). Quartiero, portanto, possuía relação pessoal com a questão, sendo eleito, em 2010, com plataforma eleitoral contrária às demarcações de terras indígenas (OLIVEIRA, E., 2010). Como vimos, de fato, acabou imprimindo essa agenda política em seu mandato na 54ª Legislatura.

Esses dois casos demonstram como o envolvimento na pauta das demarcações de terras indígenas pode ter contribuído com os resultados eleitorais dos parlamentares mais engajados — no mínimo, pareceu não prejudicar seus desempenhos eleitorais.

Outra consideração a partir do quadro 26 é em relação à participação desses deputados em outros dois espaços relevantes sobre o tema: Subcomissão Especial sobre demarcação de terras indígenas da CINDRA/CD, que realizou diversas de atividades em 2013, e da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, constituída em 2013, e que realizou audiências públicas em 2014. Da Subcomissão Especial, quatro dos seis membros (67%) estão presentes no quadro 26:

¹³² A lista completa dos membros titulares e suplentes da CPI Funai Incra pode ser conferida na página da Comissão no portal da Câmara dos Deputados: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-funai-e-incra/conheca-a-comissao/membros-da-comissao> Acesso em: 1 jun. 2021.

Jerônimo Goergen (PP/RS), Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR), Nilson Leitão (PSDB/MT), que teve função de presidente e Asdrúbal Bentes (PMDB/PA) que, como já mencionado, foi relator. Vale lembrar que apenas três audiências públicas foram realizadas no âmbito da CINDRA, em 2013, o que significa que os parlamentares participaram de outras audiências públicas.

No caso da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, foram nove dos 21 titulares (ou 43%): Geraldo Simões (PT/BA), Alceu Moreira (PMDB/RS), Nilson Leitão (PSDB/MT), Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), Moreira Mendes (PSD/RO), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Lira Maia (DEM/PA), Giovanni Queiroz (PDT/PA) e Nelson Padovani (PSC/PR). Vale observar que Osmar Serraglio (PMDB/PR) participou de apenas uma dessas audiências públicas das comissões permanentes (Apêndice 7), envolvendo-se nas diversas audiências da Comissão Especial da PEC nº 215/2000 na condição de relator. Com ambos órgãos possuindo proporção relevante de integrantes efetivamente engajados contra a demarcação de terras indígenas, isso confirma correlação de poder interna desfavorável ao pleito por terras indígenas dos povos originários.

Como os deputados Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luis Carlos Heinze (PP/RS) se destacaram nessas atividades e participaram, em 2014, de eleições legislativas, é possível realizar um exercício de comparação entre seus desempenhos eleitorais em 2010 e 2014, observando, ainda, o comportamento dos eleitores em municípios em que realizaram atividades sobre demarcação de terras indígenas. Heinze e Moreira também ocuparam cargos de direção na FPA, sendo o primeiro presidente e o segundo vice-presidente para a região Sul. Outra questão que distingue esses parlamentares é que ambos lideraram no quesito participação em atividades externas ao Congresso Nacional: Moreira participou de seis atividades desse tipo e Heinze de cinco, todas realizadas no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, é possível observar, na tabela 4, o saldo eleitoral desses deputados nos municípios com atividades parlamentares sobre demarcações de terras indígenas, realizadas entre 2011 e 2014.

Tabela 4. Saldo eleitoral dos deputados Luis Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) em municípios com atividades parlamentares sobre demarcações de terras indígenas – votos das eleições de 2010 e 2014.

Municípios RS	Dep. presente	Luis Carlos Heinze (PP)				Alceu Moreira da Silva (PMDB)			
		2010	2014	Diferença	%	2010	2014	Diferença	%
Novo Xingu	AM	11	21	10	91%	5	33	28	560%
Maquiné	AM*	2	5	3	150%	1.102	1.447	345	31%
Osório	AM/LCH	58	55	-3	-5%	9.526	12.345	2.819	30%
Passo Fundo	AM/LCH	1.073	2.607	1.534	143%	365	276	-89	-24%
Vicente Dutra	AM/LCH	5	126	121	2.420%	45	251	206	458%
Erebango	NA**	46	169	123	267%	87	184	97	111%
Getúlio Vargas	AM/LCH	537	771	234	44%	135	516	381	282%
Mato Castelhana	AM/LCH	48	693	645	1.344%	3	187	184	6.133%
Sananduva	NA***	221	1.416	1.195	541%	104	728	624	600%
Somatório nestes municípios		2.001	5.863	3.862	193%	11.372	15.967	4.595	40%
Total RS		180.403	162.462	-17.941	-10%	81.071	152.421	71.350	88%

Nota: AM: Alceu Moreira; LCH: Luis Carlos Heinze.

*Participação em ato público contra titulação de território quilombola. **Não se aplica – incluído devido à incidência da área da terra indígena Mato Preto, localizada também no município de Getúlio Vargas (RS). ***Não se aplica – incluído devido à ocorrência de manifestações de rua contra terras indígenas.

Fonte: elaborado a partir de: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes> Acesso em: 29 abr. 2021.

Como é possível constatar na tabela 4, Heinze perdeu 10% de seu eleitorado no pleito de 2014. Ainda assim, consagrou-se como o candidato a deputado federal mais votado do RS, em 2014 (em 2010, havia sido o terceiro com mais votos). Algo interessante de ser observado é que, em 2010, Heinze era o parlamentar mais votado no município de Candelária (de onde é natural) e em São Borja (onde foi prefeito e atuou profissionalmente por muitos anos). Em 2014, deixou de liderar a votação nestes municípios. No primeiro município, Heinze perdeu 1.055 votos e, no segundo, 5.765 — ou seja, 6.820 votos a menos apenas nestes dois municípios¹³³. Isso significa que o parlamentar perdeu eleitorado em duas de suas bases tradicionais, possivelmente devido sua atuação em outras regiões do RS ou mesmo pela repercussão negativa da divulgação do conteúdo da audiência pública sobre demarcação de terras indígenas realizada, em 2013, no município de Vicente Dutra (RS). Por outro lado, apesar dessa perda geral de 10% de seu eleitorado, Heinze obteve crescimento de cerca de 193% de votos nos municípios com atividades sobre demarcações de terras indígenas (tabela 4). Destacam-se os ganhos absolutos nos municípios Passo Fundo, Sananduva, Mato Castelhana, além do maior ganho proporcional nos municípios de Vicente Dutra, Mato Castelhana e Sananduva.

Entre as eleições de 2010 e 2014, o maior ganho eleitoral foi de Alceu Moreira: o deputado recebeu 71.350 votos a mais em 2014, sendo 4.595 votos adicionais nos municípios da tabela 4. No saldo geral, Moreira foi de 29º candidato mais votado, em 2010, para a condição

¹³³ Na eleição de 2010, Heinze somou 13.546 votos em São Borja e 4.791 em Candelária. Em 2014, foram 7.781 votos no primeiro município e 3.736 no segundo. Informação disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes> Acesso em: 29 abr. 2021.

de terceiro candidato a deputado federal mais votado do RS, nas eleições de 2014. O deputado obteve crescimento de geral de 40% dos votos nos municípios com atividades públicas relacionados à demarcação de terras indígenas, sendo que seus principais ganhos em números absolutos foram em Osório, Sananduva e Getúlio Vargas; em termos proporcionais, destacaram-se Mato Castelhano e Sananduva (tabela 4). Vale salientar que, segundo sua biografia disponível no portal da Câmara dos Deputados, Moreira é natural de Osório (RS), onde foi vereador (1983-1988), vice-prefeito (1993-1996) e prefeito (1997-2004), além de ter presidido a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) (1999-2000). Portanto, conforme a tabela 4, foi em sua cidade natal que o parlamentar conquistou uma das mais relevantes expansões de sua base eleitoral entre 2010 e 2014.

Importante observar que, apesar de ter participado de diversas atividades sobre demarcação de terras indígenas, Alceu Moreira possuía parte de sua atenção voltada para a questão da titulação de territórios quilombolas. O pedido de CPI Funai Incra, protocolado em maio de 2013, inclusive possuía um tópico para abordar “O Caso de Osório e Maquiné”, tratando da titulação da comunidade quilombola de Morro Alto, que abrange esses dois municípios. Portanto, o caso do município em que Moreira foi prefeito, foi um dos motes utilizados para o questionamento da atuação do Incra na titulação de territórios quilombolas. Como os ganhos eleitorais de Moreira, em 2014, não podem ser explicados apenas pelos conflitos indígenas (o ganho geral foi de 88%, contra 40% nos municípios da tabela 4), diversos outros fatores, como a questão quilombola, podem ter contribuído para esse resultado.

Ainda é interessante observar que, tanto Heinze como Moreira, lograram expansão de sua base eleitoral em Sananduva (RS), município que identificamos, no capítulo V, como um dos que possuía conflitos mais agudos relacionados à demarcação de terras indígenas no Brasil, em 2013. Outro destaque nos ganhos eleitorais dos parlamentares foi o município de Mato Castelhano (RS) (tabela 4), no qual também foram realizadas mobilizações de rua contra demarcação de uma terra indígena. Os dois deputados mais envolvidos na contestação das terras indígenas durante a 54ª Legislatura também tiveram suas doações eleitorais ampliadas entre 2010 e 2014: Alceu Moreira, em 2010, teve uma receita de R\$ 877.428,59 e, em 2014, de R\$ 1.702.273,69 (crescimento de 94%); já Heinze teve uma receita, em 2010, de R\$ 1.557.728,41 e, em 2014, de R\$ 2.713.220,00 (crescimento de 74%)¹³⁴. Isso é mais um importante indicador da expansão das relações e do apoio a esses parlamentares nesse período.

Cavalli (2018, p. 120 e 123) aponta que os principais financiadores de Moreira, em 2014, foram a Agropecuária Araguari, a BRF, a Philip Morris Brasil (empresa de tabaco) e a Gerdau Aços, sendo R\$ 830.889,21 dos recursos de campanha oriundos do agronegócio, contando ainda com o financiamento de empreiteiras, mineradoras e do setor de armas. Já os principais doadores de Heinze, no mesmo ano, foram a BRF, a Odebrecht Agroindústria, o Bradesco e a Philip Morris (empresa de tabaco). As doações do agronegócio somaram R\$ 1.668.200,00, também contando com recursos de empreiteiras, mineradoras e bancos.

O deputado federal Luis Carlos Heinze pode ser considerado uma das figuras emblemáticas do processo de contestação do direito territorial indígena analisado neste trabalho devido ao papel que desempenhou (presidente da FPA), ao número de atividades que participou sobre o tema, às recompensas eleitorais que obteve, além da longa trajetória na defesa das pautas do agronegócio. Como vimos já no capítulo II, Heinze era deputado federal desde 1999 e já era considerado um representante ruralista por Vigna (2001), sendo ainda líder do setor em organizações de arroseiros no RS. Ainda importante ressaltar a permanência de Heinze na pauta, tendo em vista que participou, em seu segundo mandato (2003-2007), da comissão

¹³⁴ Conforme informações disponíveis na seção “Prestação de contas” de cada eleição na página do TRE-RS. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores> Acesso em: 4 maio 2021.

externa da Câmara dos Deputados para tratar da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

O resultado eleitoral de Heinze foi destacado na imprensa de cobertura do agronegócio, sendo também associado ao seu enfrentamento às demarcações de terras indígenas. Vale a reprodução da nota do portal *Notícias Agrícolas*, que também demonstra que o deputado seguiria atuando no tema:

Reeleito: “Precisamos terminar essa discussão sobre as demarcações de terras indígenas”, diz Heinze

06/10/2014

Atuação de Heinze na Questão Indígena contribuiu para sua votação expressiva em 2014

“Precisamos terminar essa discussão sobre as demarcações de terras indígenas”, diz o Deputado Federal Luis Carlos Heinze, reeleito com votação consagrada para mais um mandato na Câmara dos Deputados. Como presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Heinze atuou fortemente para conter a ação da Funai e de indigenistas na demarcação de terras indígenas e sofreu consequências.

“Tentaram me detonar, mas as urnas mostraram que não pegou. Essa votação é o reconhecimento do trabalho que venho fazendo pelo setor primário”, disse Heinze por telefone ao jornal Zero Hora. Após a confirmação de que mais de 160 mil eleitores gaúchos garantiram sua permanência na Casa pelo quinto mandato consecutivo, Heinze disse que esta era a melhor resposta que as urnas poderiam dar a seus adversários. [...]

Heinze afirma que continuará atuando na questão indígena em busca de soluções para os conflitos entre índios e agricultores gerados pela atuação da Funai no sul e sudeste do Brasil. “Este é um problema sério não só no Estado, mas fora dele. Precisamos focar em terminar essa discussão”, diz o deputado. (REELEITO..., 2014).

Como vimos no capítulo V, Pereira (2013) já havia constatado ganhos eleitorais com a realização de audiências públicas externas sobre as mudanças no Código Florestal, durante a 53ª Legislatura. Segundo a autora, isso ocorreu porque tais atividades tornam claro o vínculo dos parlamentares com a pauta, além de demonstrar preocupação dos parlamentares com o segmento ouvido. No caso das atividades externas sobre demarcação de terras indígenas, isso fica nítido em relação a Heinze, que perdeu base eleitoral em locais tradicionais e cresceu eleitoralmente em municípios em que identificamos a realização de reuniões públicas sobre este tema.

6.3 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE PARTICIPANTES E PARLAMENTARES ENVOLVIDOS NA CONTESTAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Mais do que mera contabilidade eleitoral, os dados apresentados no tópico anterior evidenciam, em primeiro lugar, a expansão das relações de parlamentares da FPA que foram centrais na contestação do direito territorial indígena, durante o período aqui focado. Os dois casos analisados no tópico anterior demonstram que isso ocorreu especialmente nas regiões com conflitos fundiários relacionados a terras indígenas, ainda que as audiências públicas foram possivelmente apenas um dos fatores para os ganhos eleitorais desses parlamentares. Portanto, parte da teia social em torno da questão, que tem como um dos centros de gravidade a FPA, foi formada no próprio fazer do processo político desses agentes. Nos termos de Bruno (2009), esses resultados apontam para o fortalecimento das redes de sociabilidade política dos parlamentares da FPA, processo que ocorre através e em virtude da pauta das demarcações.

Essa rede de relações pode ser analisada em diferentes escalas, pensando os indivíduos

envolvidos na questão como abertos, orientados à reciprocidade. Nas escalas locais e regionais, por exemplo, há uma teia de relações estabelecidas entre prefeitos e suas organizações regionais, além de sindicatos patronais e da agricultura familiar. A própria estrutura sindical já possui uma rede de relações capilarizadas, tanto nas comunidades de agropecuaristas, como em outros setores da sociedade. Somam-se ainda as demais associações civis dos agropecuaristas, formadas para legitimar porta-vozes e buscar representação política direta. Na medida em que o conflito se desenvolvia e complexificava, os parlamentares federais foram acionados por produtores rurais em situação de litígio e outros atores políticos. Da mesma forma, parlamentares acionaram determinados agentes e procuraram ampliar sua teia de relações, ambicionando fortalecer a luta política.

Vimos, ao longo deste trabalho, que os conflitos relacionados às demarcações se expressam, no país, como uma questão regional. Enquanto as mobilizações de rua contra terras indígenas se caracterizaram como um fenômeno sulista, no Congresso Nacional, houve engajamento de parlamentares do Norte, Sul, Centro-Oeste, além do Maranhão e, em menor medida, de Minas Gerais e Bahia. As audiências públicas promovidas pela Frente Parlamentar da Agropecuária em diversas cidades expressam a existência de conflitos nessas regiões e revelam relações estabelecidas entre os diferentes grupos envolvidos.

Nesses mesmos estados, entidades de representação da agropecuária patronal, principalmente, as federações de agricultura e pecuária do Sistema CNA, e mesmo da agricultura familiar, mobilizaram atos públicos e sua estrutura de expertise, alinhando seus discursos e fundamentando sua argumentação com conhecimentos de várias áreas. Entidades da agropecuária, como a Acrissul, realizaram até mesmo ações de arrecadação de recursos financeiros para ação direta nas disputas por terras, lembrando os históricos leilões da UDR, no período da Constituinte, quando a luta era contra a reforma agrária.

Outra questão demonstrada a partir do levantamento é a permanência do interesse de parlamentares da região Norte do país na questão das demarcações, com parlamentares de Roraima, Rondônia e Pará inclusive estando entre os mais mobilizados. Com menor proporção de terras indígenas em reconhecimento na região (BRASIL, 2019), mas possuindo a maior área de terras indígenas e a maior população indígena do país (IBGE, 2012), o conflito nessa região se dá, na verdade, em relação às terras indígenas já homologadas e regularizadas, que, para essas lideranças do agronegócio, estariam no caminho no caminho da extração da renda fundiária e da exploração agropecuária, florestal e mineral. Segundo o relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil” referente ao ano de 2014 (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI, 2015), naquele ano, mais do que duplicaram os registros de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais em terras indígenas e diversos tipos de danos ao patrimônio. Em 2014, o Pará foi o estado com maior número de casos desse tipo, seguido do Maranhão e do Mato Grosso¹³⁵.

No Congresso Nacional, o antagonismo às demarcações de terras indígenas não se estabeleceu como uma pauta pulverizada, mas se concentrou em determinados partidos (como PMDB e DEM), que se engajaram especialmente na pauta. Isso é relevante pela importância que os partidos têm para a agenda do Congresso Nacional. Se, por um lado, o dimensionamento da Bancada Ruralista é difícil de aferir e não correspondia com precisão aos levantamentos realizados no início da legislatura, os partidos com maior proporção na Frente mantiveram coerência política na oposição às demarcações de terras indígenas.

¹³⁵ Em 2013, foram 36 ocorrências e, em 2014, 84 casos. As ocorrências de 2014 foram nos seguintes estados: Acre (7), Alagoas (1), Amazonas (1), Bahia (4), Ceará (1), Goiás (1), Maranhão (17), Mato Grosso (12), Mato Grosso do Sul (1), Minas Gerais (1), Pará (22), Rondônia (8), Roraima (2), Santa Catarina (3) e Tocantins (3) (CIMI, 2015, p. 62).

Vimos que os parlamentares recorreram a diversos tipos de especialistas, que deram apoio à fundamentação da pauta dos ruralistas. Como já mencionado, alguns deles faziam parte da estrutura de expertise de entidades representativas da CNA e Fetag-RS/Contag, por exemplo, sendo, portanto, remunerados para essa função. Mas os parlamentares também acionaram, aproximaram e conquistaram aliados de diversas áreas do conhecimento, que contribuíram na elaboração de documentos ou discursaram em seus eventos, trazendo, para suas propostas, justificativas com maior elaboração argumentativa do ponto de vista jurídico, histórico e antropológico.

No período aqui enfocado, consideramos o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS) como uma das figuras emblemáticas do processo de contestação do direito territorial indígenas. No entanto, é preciso ter cuidado para não cairmos em uma análise personalista dessa luta contra as demarcações ou a enxergando unicamente como uma grande realização da FPA e de seus integrantes. Nesse contexto, Elias (2001) contribui para melhor equacionar o papel do indivíduo na estrutura de relações em que se insere:

Sem a determinação da estrutura de interdependências, na qual ele se encontra como um dos indivíduos que a constituem, não é possível colocar-se em sua situação e compreender quais alternativas ele tinha de fato, na condução de seu governo, e como ele mesmo as compreendia de acordo com seu desenvolvimento e posição. Só quando temos em vista seu comportamento, especialmente as decisões que tomava em função dessas alternativas, e da margem de ação que lhe permitia sua rede de interdependências, podemos fazer uma imagem satisfatória de sua pessoa. [...] Não se pode determinar o valor de alguém sem considerar seu percurso no âmbito de sua interdependência, de sua posição e de sua função em relação aos outros (ELIAS, 2001, p. 216).

Portanto, é importante observar a posição que Heinze ocupava (presidente da FPA), os recursos que tinha à disposição (como a estrutura do IPA) e sua rede de relações de reciprocidade e dependência, como seus financiadores de campanha e o apoio de entidades do patronato da agropecuária do Rio Grande do Sul e do país.

Como já mencionado no capítulo anterior, a FPA não teria capacidade de conduzir a mobilização nacional contra terras indígenas, em junho de 2013, não fosse a estrutura sindical existente ou os diversos grupos auto-organizados de agropecuaristas que identificamos. Nem mesmo teria capacidade de planejamento e intervenção (para convocar ministros, por exemplo), não fosse toda a estrutura do IPA, com sede própria, a Agência FPA e a equipe de comunicação e assessoria, mantida por entidades do agronegócio, além do próprio apoio da imprensa voltada para a cobertura do agronegócio. Junto aos parlamentares da FPA, também há os grupos empresariais, principalmente do agronegócio, que garantem seu financiamento eleitoral e a manutenção de seu centro de *lobby* e expertise, o Instituto Pensar Agropecuária.

De modo geral, a teia social em questão se revela ampla, diversa e consistente em determinados aspectos, que perfazem uma figuração social que tem como polo organizador a FPA. É composta por indivíduos em diferentes posições, como lideranças políticas locais (prefeitos e vereadores), integrantes de entidades sindicais e de representações do patronato rural, além de profissionais liberais e intelectuais de diversas áreas. Como considera Elias (2001), as relações sociais não são uma mera abstração. Aqui, elas se revelam concretamente por interdependências expressas nas participações em audiências públicas, doações eleitorais, investimentos financeiros para realização de atividades, colaborações em atos públicos e outras formas de demonstração de solidariedade. Há uma relação recíproca de dependência entre esse conjunto de indivíduos e os parlamentares — estes não atuam de forma autônoma, isolada, e, sim, estabelecem relações de reciprocidade (que também podem ser de antagonismo) com

diferentes grupos e por diferentes razões.

Como vimos ao longo deste trabalho, não foram apenas agropecuaristas em litígio e parlamentares ligados ao agronegócio que se envolveram na disputa política. Como considera Elias (2001), as relações de dependência podem se dar por naturezas diversas, como valores comuns e relações de produção. Os agrupamentos solidários também podem se dar por objetivos comuns, como disputas por recursos e pela reação ao que consideram ataques de outros grupos. Os juízos de valor também se constituem em importante elo na corrente de interdependências das relações entre indivíduos (ELIAS, 2001). Nesse contexto, é possível pensar, por exemplo, no fato de que a Bancada Ruralista não agrega apenas proprietários de terra ou aqueles ligados à atividade rural e agroindustrial, mas também parlamentares que se sentem identificados com a concepção de mundo, da ideologia e do pensamento ruralista (BRUNO, 2017b; CARNEIRO, 2020), como é o caso da senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS). Nesse sentido, por alinhamento de valores e interesses (econômicos, por exemplo), outros grupos sociais aderiram ao antagonismo às terras indígenas, como especialistas, associações comerciais e da indústria.

Pensando no quadro geral, temos uma disputa multipolar, onde a FPA figura como centro de uma rede de aliados antagonistas às demarcações; outro polo é o governo federal, com seus próprios interesses ligados ao tema, também englobando em si as contradições e as disputas entre a expansão do agronegócio e a garantia do direito territorial indígena, mas prevalecendo a posição contrária a mudanças constitucionais em relação ao tema; associados ao governo federal, também estão os parlamentares petistas, que antagonizaram as propostas da FPA em posição minoritária em espaços como a CCJC/CD e CAPADR/CD, mas também ocupando espaços importantes de poder, como a presidência da comissão especial da PEC nº 215/2000; já o movimento indígena, que detinha grande desproporção de recursos e voz na questão, foi capaz de atuar em momentos decisivos no conflito político na esfera federal, apesar não conquistar pleno êxito em suas demandas. Integrantes da FPA, por exemplo, possuíam acesso privilegiado a ministros de Estado, enquanto lideranças indígenas, desprovidas de posições de maior efetividade no jogo político, ocupavam espaços secundários e que não interferiam diretamente no resultado da disputa pela legislação de terras.

É importante termos em mente que o período aqui analisado se refere, na verdade, apenas ao início do processo de questionamento das demarcações de terras indígenas de modo mais consistente pela FPA. Vimos que, ao longo da 54ª Legislatura, houve a tentativa de instalação de uma CPI, a FPA controlou a agenda da CAPADR/CD e da CINDRA/CD, além de conquistar a instalação da Comissão Especial da PEC nº 215/2000, em 2013. No entanto, a conquista mais concreta que colheu no período foi a suspensão das homologações de terras indígenas, em 2014.

Todo esse processo se agravaria em 2015. Se até um determinado momento os integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária se utilizavam das convocações em comissões permanentes que possuíam maioria, mais tarde teriam em suas mãos o poder de inquérito, com a instalação da CPI Funai e Incra, podendo, então, convocar qualquer pessoa a depor. Além disso, vários dos atores identificados como relevantes na contestação das demarcações ascenderam politicamente nos últimos anos. Quando encontrados no trabalho de campo, em 2019, Luis Carlos Heinze era senador pelo PP/RS e Alceu Moreira seguia como deputado federal, mas então presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Por outro lado, é importante salientar que diversos objetivos da FPA não chegaram a ser concretizados até hoje, como é o caso das mudanças normativas relacionadas à demarcação de terras indígenas — decretos, leis e emendas constitucionais — demonstrando importantes limites de seu poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, vimos que o processo de contestação do direito territorial indígena a partir do início da década de 2010 reuniu uma multiplicidade de atores na disputa. A partir das ações do movimento indígena e do avanço de processos administrativos da Funai, parlamentares federais da FPA, entidades sindicais do patronato da agropecuária e da agricultura familiar, agropecuaristas em litígio com terras indígenas e organizações do agronegócio buscaram paralisar e reverter o reconhecimento de terras indígenas.

Nesse processo, houve combinação de dois fatores: o investimento do movimento indígena em ações de retomadas e autodemarcações e a conclusão da tramitação do novo Código Florestal. As ações do movimento indígena tinham o objetivo de retomar territórios e acelerar a conclusão de processos de demarcação de terras indígenas em curso. Como vimos no capítulo V, diversas dessas ações desafiaram contextos locais fortemente desfavoráveis às demandas por terra dos povos indígenas e acirraram conflitos fundiários. Muitas vezes, essas mobilizações geraram respostas imediatas de agropecuaristas e lideranças políticas regionais.

A tramitação do novo Código Florestal deixou como legado a intensa articulação entre entidades do agronegócio e a FPA, materializada na criação do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que passou a ser sustentado política e financeiramente por essas entidades para dar suporte à atuação dos parlamentares dessa frente. Ressaltamos que a concretização do IPA só seria possível com o intenso acúmulo de capital econômico do setor agropecuário e agroindustrial na década de 2000, impulsionado pelo aumento da demanda internacional de *commodities* agrícolas. Com a ocorrência de diversos conflitos relacionados às terras indígenas, quando concluída a tramitação do texto principal do novo Código, no segundo semestre de 2012, inicia-se a “virada de página” da agenda da FPA, que passaria, então, a priorizar a pauta das demarcações.

O governo federal, por outro lado, pareceu-nos ter dificuldade de controlar a narrativa e a disputa em torno da questão, tendo também atuação hesitante no tema. Vimos ainda que o Brasil se inseria em um contexto regional de governos nacionais que viram o crescimento da demanda por *commodities* como uma oportunidade de desenvolvimento nacional e apostaram na estratégia primário-exportadora como fonte de divisas e receita para políticas sociais.

Além do fato dos processos de demarcação de terras indígenas se concentrarem, nas últimas décadas, nas regiões Centro-Oeste e Sul do país, podemos considerar que o aumento da demanda por terras pela agropecuária na década de 2000 elevou os custos econômicos e políticos para solução das disputas fundiárias, acentuando também o questionamento da nulidade dos títulos de propriedade privada incidentes em áreas reconhecidas como terras indígenas.

Constatamos que, durante a 54^a Legislatura (2011-2015), ocorreu elevado número de audiências públicas a respeito das demarcações de terras indígena na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados, sendo pauta constante ao longo dos quatro anos da legislatura. As convocações de ministros de Estado se demonstraram determinantes para produzir constrangimentos e impor a pauta das demarcações na agenda do governo federal.

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) da Câmara dos Deputados, que havia passado por modificações em sua amplitude temática e deixou de ser exclusiva em 2013, foi utilizada por parlamentares da FPA para o levantamento de informações através de uma subcomissão especial para tratar das demarcações de terras indígenas. Além disso, a CINDRA foi utilizada para pressionar diversas autoridades

em reuniões oficiais e forçar a agenda do Executivo por meio da votação de uma convocação da ministra Gleisi Hoffmann. Como vimos, essa Comissão também foi um espaço importante de atuação do PP, que a presidiu e se sobrerrepresentou nesse órgão.

Identificamos, ainda, que senadores(as) se mobilizaram em relação à pauta das demarcações de terras indígenas no período aqui analisado. Levando em conta as diferenças estruturais, observamos que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado Federal, realizou quantidade de atividades proporcional à CAPADR/CD, em 2013 — ano no qual constatamos maior densidade de atividades sobre demarcações nas comissões permanentes do Congresso Nacional, durante a 54ª Legislatura.

Nesse contexto, nossos resultados evidenciaram a relevância das comissões permanentes no Poder Legislativo federal, que se demonstraram como importantes espaços de debate (que, inclusive, transpareceram discussões de bastidores da FPA); de reunião de informações e análise de ações do governo federal; de estabelecimento e expressão de relações com diferentes grupos sociais; e de pressão sobre o Poder Executivo federal. Portanto, o poder, o papel e a relevância das comissões permanentes estão muito além da tramitação de propostas legislativas e devem ser analisados sob diferentes aspectos.

No Congresso Nacional, o antagonismo às demarcações de terras indígenas se concentrou em determinados partidos (como PMDB e DEM, mas também PP), que tiveram diversos parlamentares que se engajaram na pauta. Isso é relevante pela importância que os partidos têm no parlamento brasileiro, a exemplo do caso do PP, que teve deputados em posições relevantes para a questão das demarcações no período aqui focado, como a presidência da FPA e da CINDRA/CD.

Mas as atividades públicas contra a demarcação de terras indígenas não se resumiram às ações de parlamentares federais ou foram deles dependentes. Vimos que ocorreram audiências sobre o tema sem o envolvimento dos parlamentares federais, organizadas principalmente por organizações sindicais, e dezenas de mobilizações de rua contra demarcações foram realizadas em 2013 — na capital federal, em municípios com terras indígenas homologadas ou em processo de reconhecimento e junto a sedes regionais da Funai em Passo Fundo (RS) e Campo Grande (MS). Essas mobilizações se concentraram nos três estados do Sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul, configurando-se como um fenômeno sulista.

As organizações sindicais (patronais e de trabalhadores rurais e da agricultura familiar) se demonstraram fundamentais para que as mobilizações de rua contra demarcação de terras indígenas ocorressem, mas com diferenças importantes na relação com a FPA entre os diferentes sistemas. Na mobilização nacional realizada em 14 de junho de 2013, a principal resposta ao chamado da Frente veio de entidades do Sistema CNA, com participação de organizações sindicais em sete locais. Ademais, a elevada participação de entidades sindicais de trabalhadores rurais e da agricultura familiar expressa que, na região Sul, a questão se aproxima de uma reedição do histórico conflito colonial “colonos-índios”.

Prefeitos e vereadores de municípios com litígios relacionados a demarcações se envolveram tanto em manifestações de rua contra o reconhecimento de terras indígenas como em audiências públicas promovidas por parlamentares da FPA, mobilizando ainda entidades regionais de representação, desfavorecendo a demanda por terra dos povos indígenas. Esse contexto desvantajoso do poder público local, expresso em muitos casos, demonstra a importância da mediação do governo federal na questão.

Se, por um lado, demonstramos que parlamentares da FPA controlaram espaços como a CINDRA/CD, a CAPADR/CD e CRA/SF, por outro, constatamos também os limites do poder desse grupo de parlamentares, que não conseguiu imprimir mudanças na legislação relacionada

ao tema. De modo semelhante, durante a 54ª Legislatura, os deputados da FPA não lograram a instalação da CPI da Funai e do Incra, nem mesmo conquistaram a PEC nº 215/2000 na Comissão Especial. Com a política indigenista sob a responsabilidade do governo petista, os deputados da FPA também não conseguiram a concretização de mudanças na regulamentação dos procedimentos de demarcação, algo só efetivado em 2017, no governo do presidente Michel Temer (MDB), com o Parecer nº 001/2017 da Advocacia-Geral da União, que estabeleceu que toda a administração pública federal, direta e indireta, deve observar as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal na demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol (PET 3.388/RR).

Com postura vacilante em relação ao tema, o governo de Dilma Rousseff também abarcava em si parte o conflito em relação ao tema, com seus ministros da Agricultura apoiando os pleitos da FPA. No entanto, não foram concretizadas mudanças nas normativas dos processos demarcatórios. Assim, a redução do ritmo dos processos de reconhecimento de terras indígenas e a paralisação da homologação de terras indígenas, em 2014, constituíram-se como as conquistas mais concretas da FPA para a questão no período aqui analisado.

O movimento indígena também atuou de maneira consistente, intervindo diretamente na tramitação da PEC nº 215/2000 e conquistando um grupo de trabalho para tratar do tema na Câmara dos Deputados. Se as lideranças indígenas optaram pelo esvaziamento da maioria das audiências da PEC nº 215/2000, nas audiências das comissões permanentes não foram nem mesmo convidados a se manifestar. De modo geral, seus representantes não possuíam poder de intervenção equiparável aos representantes do agronegócio e não tinha acesso a ministros de Estado da mesma forma que os parlamentares da FPA. Assim, possuíam influência bastante limitada sobre uma questão que lhes afetava diretamente.

Também evidenciamos, a partir de resultados eleitorais, a expansão de apoio de parlamentares da FPA que foram centrais na contestação do direito territorial indígena, especialmente nas regiões com conflitos fundiários relacionados a terras indígenas no período aqui focado. Apontamos, assim, para o fortalecimento das redes sociabilidade política dos parlamentares da FPA através da pauta das demarcações.

Na década de 2010, a argumentação contra as demarcações nos pareceu ganhar ênfase em termos econômicos e jurídicos, apesar de determinados indivíduos buscarem trazer novamente a questão dos “interesses internacionais” e do risco à soberania nacional. As justificativas da contestação das terras indígenas ainda foram diversificadas com argumentação antropológica, fruto do investimento de lideranças do agronegócio para que cientistas sociais abordassem o tema. Importante ressaltar que a questão das demarcações também era associada a conflitos relativos à identificação e titulação de territórios quilombolas, o que é concretizado durante a legislatura seguinte com a criação da CPI para investigar a Funai e o Incra.

Influenciada pelas consequências das “jornadas de junho” de 2013, que abriram espaço para atuação de grupos de oposição ao governo petista, a correlação de poder seria diferente depois das eleições gerais de outubro de 2014. Em 2015, a FPA avançaria em sua agenda contra as demarcações de terras indígenas com a instalação da CPI da Funai e do Incra e a aprovação da PEC nº 215/2000 na Comissão Especial. O segundo mandato de Rousseff também iniciaria com Kátia Abreu, que era presidente da CNA, como ministra da Agricultura. No período recente, as demarcações de terras indígenas seguem paralisadas e diversos atores relevantes no processo de contestação ascenderam a postos-chave da política fundiária do país, agravando o contexto desfavorável à garantia do direito territorial indígena.

REFERÊNCIAS

AGRICULTORES bloqueiam SC-283 em protesto contra demarcação de terras. **G1 Santa Catarina**. 6 nov. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/11/agricultores-bloqueiam-sc-283-em-protesto-contrademarcao-de-terras.html> Acesso em: 5 dez. 2020.

AGRICULTORES do Rio Grande do Sul protestam contra a demarcação de terras. **Correio Braziliense**, Brasília. 6 nov. 2013. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/06/interna_cidadesdf,397362/agricultores-do-rio-grande-do-sul-protestam-contrademarcao-de-terras.shtml Acesso em: 20 jan. 2021.

AGRICULTORES fazem protesto e bloqueiam a RS 343. **Prefeitura de Sananduva**, Assessoria de Imprensa, Sananduva. 1 mar. 2013. Disponível em: https://www.sananduva.rs.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=1855 Acesso em: 7 dez. 2020.

AGRICULTORES protestam contra política indigenista. **Agência FPA**. Brasília, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2013/06/13/agricultores-protestam-contrapolitica-indigenista-2/> Acesso em: 05 dez. 2020.

AGRICULTORES realizam dia de protesto contra a demarcação de terras. **Prefeitura de Sananduva**, Assessoria de Imprensa, Sananduva, 11 nov. 2013. Disponível em: https://www.sananduva.rs.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=2226 Acesso em: 20 jan. 2021.

AGRICULTORES realizam manifesto contra demarcação de terras indígenas em Mato Castelhana, região de Passo Fundo/RS. **Notícias Agrícolas**. 1 mar. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/118140-agricultores-realizam-manifesto-contrademarcacao-de-terras-indigenas-em-mato-castelhana-rs.html> Acesso: 7 dez. 2020.

AGRICULTURA vai mostrar sua força na sexta, diz produtor do RS. **Canal Rural**, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/agricultura-vai-mostrar-sua-forca-sexta-diz-produtor-23331/> Acesso em: 31 jan. 2021.

AIROSO DA MOTTA, Diego; OLIVEIRA, Natália Araújo de. A Desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé e as representações sociais produzidas pela mídia entre agosto de 2012 e janeiro de 2013. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 190-225, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.57900>

ALARCON, Daniela Fernandes. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da serra do padeiro. **Ruris**, v. 7, n. 1, mar. 2013a.

ALARCON, Daniela Fernandes. “Construir uma outra aldeia”: vínculos sociais e territoriais no processo de retomada, aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, Bahia. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 96-146, jul./dez. 2013b. DOI: <https://doi.org/10.22456/ea.v7i2.42883>

ALARCON, Daniela Fernandes. The return of relatives: processes of mobilisation and village construction among the Tupinambá of Serra do Padeiro, southern Bahia, Brazil. **Vibrant** (Florianópolis), v. 15, p. 1-21, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-43412018v15n2a401>

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Hector. **La Naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Ediciones CICCUS. 2011.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. O despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento político indígena e confronto político em Mato Grosso do Sul. **MovimentAção**, Dourados, v. 4, no. 6, p. 83-104, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30612/mvt.v4i06.7674>

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Vukapanavo – o despertar do povo Terena para os seus direitos**: movimento indígena e confronto político. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2019.

AMANTINO, Gelcimar. **Histórico da retomada da terra indígena Sêgu (Novo Xingu)**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

ANTROPÓLOGO [Hilário Rosa]. 1 vídeo (10m8s). Publicado pelo canal **A Gazeta News**. 8 mar. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ObsWckwM2I> Acesso em: 6 dez. 2020.

APROVADO requerimento de CPI para investigar demarcação de Terras Indígenas. **Instituto Socioambiental**, 10 mar. 1999.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Organização legislativa no Congresso Nacional: uma comparação entre Senado Federal e Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Institucionais**, Vol. 3, 2, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21783/rei.v3i2.168>

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira. Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. Belo Horizonte, **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciências Política**, ago.-set., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.1475.8642>

ARRUDA, Roldão. Agronegócio reage e clima no MS é de violência. **O Estado de São Paulo**, 23 mar. 2009, Nacional, p. A5. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/338626/noticia.htm> Acesso em: 26 out. 2020.

ARRUDA, Roldão. Após Raposa, MS é novo foco de tensão entre índios e fazendeiros. **O Estado de São Paulo**, 22 mar. 2009a, Nacional, p. A10. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/338537/noticia.htm> Acesso em: 26 out. 2020.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB. **Quem somos**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/> Acesso em: 23 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG. **Propostas do Agronegócio para o Próximo Presidente da República – 2010**. 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, 2010.

BACELO, Joice. Terra contestada. **Diário Catarinense**, 7 ago. 2014. Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/morro_parte5/home.html Acesso em: 18 maio 2021.

BÄCHTOLD, Felipe. Ruralistas organizam hoje atos contra demarcação de terras. **Folha de São Paulo**, 14 jun. 2013b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1294823-ruralistas-organizam-hoje-atos-contra-demarcacao-de-terras.shtml> Acesso em: 30 jan. 2021.

BAPTISTA, Marta. O Direito errado. **Produtor rural**, Famato, ano 16, nº 185, out. 2008.

BEDINELLI, Talita. Fazendeira em conflito com indígenas: “Só saio de casa algemada ou morta”. **El País Brasil**. 6 set. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/06/politica/1441494809_661684.html Acesso em: 8 fev. 2021.

BEJARANO, Celso. Índio terena morre em confronto com a polícia durante desocupação em Sidrolândia (MS). **Portal UOL**, 30 maio 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/30/indios-terenas-e-policiais-entram-em-confronto-durante-desocupacao-em-sidrolandia-ms.htm> Acesso em: 18 mar. 2021.

BENITES, Eliel. Tekoha Ñeropu’ã: aldeia que se levanta. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 52, p. 19-38. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i52.7187>

BENITEZ, Jéssica. Fazendeiros fazem manifestação em Sidrolândia contra as demarcações. **Campo Grande News**, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/fazendeiros-fazem-manifestacao-em-sidrolandia-contra-as-demarcacoes> Acesso em: 17 mar. 2021.

BERTANI, Marcelo. Audiência pública sobre a demarcação de áreas quilombolas e indígenas. **Agência ALRS**, Porto Alegre, 21 out. 2011. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/fotografia/ExibeAlbum/tabid/5333/Default.aspx?IdAlbum=13283&IdxFotografia=0> Acesso em: 23 fev. 2021.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Tese (doutorado), Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6959> Acesso em: 10 maio 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo : Brasiliense, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução nº 93, de 1970. Dá nova redação ao Regimento Interno do Senado Federal.** Brasília, 1970. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/563958/publicacao/16433779> Acesso em: 4 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 4 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Resolução nº 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.** Brasília, 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados> Acesso em: 4 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão - Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.** Brasília, 8 dez. 1999. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpifunai/relatoriofinal.html> Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades [2003] - Comissão de Agricultura e Política Rural.** 52ª Legislatura - 1ª sessão legislativa, 3ª sessão legislativa extraordinária. Brasília, 15 fev. 2004a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ata da XXXª Reunião Ordinária.** Comissão Externa destinada a avaliar, in loco, a situação da demarcação em área contínua da Reserva Indígena “Raposa Serra do Sol”, no estado de Roraima. 27 abr. 2004b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/225657.htm> Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Reunião Deliberativa Ordinária - 14/04/2004.** Comissão Externa Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, Arquivo Sonoro, Brasília, 14 abr. 2014c. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=22078> Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades [2004] - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**. 52ª Legislatura - 2ª sessão legislativa. Brasília, 2 mar. 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades [2006] - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**. 52ª Legislatura - 4ª sessão legislativa. Brasília, 31 jan. 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades – 2007 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**. 53ª Legislatura - 1ª sessão legislativa ordinária. Brasília, 31 jan. 2008a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades – 2008 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**. 53ª Legislatura - 2ª sessão legislativa ordinária. Brasília, 23 dez. 2008b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades - 2008**. Comissão da Amazônia Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2008c.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer do Relator 2. Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000**. Brasília: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 8 jul. 2008d. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0jl7w4lrt9erp1gakrm5e0511y7755967.node0?codteor=585509&filename=Tramitacao-PEC+215/2000 Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer do Relator 4. Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000**. Brasília: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 8 dez. 2008e. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0jl7w4lrt9erp1gakrm5e0511y7755967.node0?codteor=727312&filename=Tramitacao-PEC+215/2000 Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades - 2009**. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ata da 27ª reunião ordinária realizada em 6 de julho de 2010**. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 1876, de 1999, do Sr. Sérgio Carvalho [...]. Brasília, 2010a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/786409.htm> Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades – 2009**. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. 53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa, Brasília, 2010b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas taquigráficas da Audiência Pública Nº: 1217/11 - Sessão 1217/11**. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Brasília, 26 ago. 2011a. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1217/11>
Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas taquigráficas da Audiência Pública N°: 1823/11 - Sessão 1823/11.** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Brasília, 9 nov. 2011b. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1823/11>
Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Fiscalização e Controle – PFC nº 61, de 2011.** Brasília, 14 dez. 2011c. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=952317&filename=PFC+61/2011 Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Presidência. **Relatório da Presidência:** Senado Federal e Congresso Nacional / Presidência: Senador José Sarney – Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 2011d. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-da-presidencia/1999-em-diante> Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA** [54ª Legislatura]. Brasília, 2011e. Disponível:
<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=356> Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer do Relator n. 5. Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000.** Brasília: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 16 jun. 2011f. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=889041&filename=Tramitacao-PEC+215/2000 Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer do Relator 5. Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000.** Brasília: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 8 dez. 2011g. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0jl7w4lrt9erp1gakrm5e0511y7755967.node0?codteor=889041&filename=Tramitacao-PEC+215/2000
Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas taquigráficas - Frente Parlamentar - Reunião Externa - reunião nº 1840/12.** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Ilhéus, 21 dez. 2012a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas taquigráficas - Audiência Pública nº 1519/12 - Sessão: 1519/12.** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Brasília, 20 nov. 2012b. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1519/12>
Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades - 2012**. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Brasília, 21 dez. 2012c.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. **Nota técnica da Funai sobre a Portaria nº 303/12 da AGU**. Brasília, 20 jul. 2012d. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/notas/2336-nota-tecnica-da-funai-sobre-a-portaria-n-303-12-da-agu> Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Reunião Ordinária Deliberativa - 21/03/2012**. Brasília : Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Arquivo Sonoro. 21 mar. 2012e. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=40383> Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos**. Requerimento de Instituição de CPI – RCP Nº 22/2013, Brasília, 2013a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576999> Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório do encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, realizado em 26 de setembro de 2013, às treze horas e trinta minutos, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul**. Brasília, 2013b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1176364.htm> Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discurso em Plenário do Deputado Luis Carlos Heinze**. Sessão 169.3.54.O, DETAQ. 17 jun. 2013c, 18h18. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxudqf97> Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Oitava reunião ordinária (deliberativa) da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Arquivo Sonoro**. Anexo II, Plenário 06, Câmara dos Deputados, Brasília. 10 abr. 2013d. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=37842> Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ata da oitava reunião ordinária (deliberativa) realizada em dez de abril de 2013**. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Anexo II, Plenário 6, Câmara dos Deputados. Brasília. 10 abr. 2013e. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1075145.htm> Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ata da vigésima terceira reunião ordinária (deliberativa) realizada em 12 de junho de 2013**. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Anexo II, Plenário 06, Câmara dos Deputados. Brasília, 12 jun. 2013f.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1099110.htm> Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório. Subcomissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas.** Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, Brasília, 2013g. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/subcomissoes/subcomissoes-e-grupos-de-trabalho-2013/subcomissao-especial-de-demarcacoes-de-terras-indigenas/relatorio/relatorio/view> Acesso em: 9 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas Taquigráficas - Audiência Pública N°: 0465/13.** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Brasília. 8 maio 2013h. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0465/13> Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas Taquigráficas - Audiência Pública N°: 0850/13.** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Brasília. 26 jun. 2013i. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0850/13> Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Parecer do Relator, Dep. Moreira Mendes (PSD-RO) - Projeto de Lei Complementar N° 227, de 2012.** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Brasília, 29 maio 2013j. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1077756&filename=Tramitacao-PLP+227/2012 Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Notas Taquigráficas - 31ª reunião - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.** Brasília, 31 out. 2013k. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/2060> Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas taquigráficas - Reunião N°: 2212/13.** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Brasília, 11 dez. 2013L. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=2212/13> Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Notas Taquigráficas - Audiência Pública N° 0455/13.** Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Brasília, 7 maio 2013m. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0455/13> Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Arquivo Sonoro - Reunião 20 de agosto de 2013.** Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Brasília, 20 ago. 2013n.

Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=45277>
Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Arquivo Sonoro - Reunião 4 de setembro de 2013**. Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Brasília, 4 set. 2013o. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=45522> Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório de Atividades - 2013**. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Brasília, 20 dez. 2013p.

BRASIL. Senado Federal. **Notas Taquigráficas - 31ª reunião**. Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Brasília, 31 out. 2013q. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/2060> Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório da Presidência** (Senado Federal e Congresso Nacional) - Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Brasília, 2013r. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/31178/RAP2013> Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Notas taquigráficas da 33ª Reunião Extraordinária**. Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Brasília, 7 nov. 2013s. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=2078&codcol=1307> Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório**. Brasília : Comissão de Participação Legislativa, Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas [GTERRAS], 4 set. 2013t. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/54a-legislatura/terras-indigenas/documentos/outros-documentos/relatorio/view>
Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Audiência Pública - Reunião N°: 1080/13**. [Notas taquigráficas]. Brasília : Comissão de Legislação Participativa, Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas [GTERRAS], 13 ago. 2013u. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1080/13>
Acesso em: 27 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Audiência Pública - Reunião N°: 1340/13**. [Notas taquigráficas]. Brasília : Comissão de Legislação Participativa, Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas [GTERRAS], 4 set. 2013v. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1340/13>
Acesso em: 27 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Arquivo Sonoro - Audiência pública** [parte 2]. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Brasília, 3 jun. 2014a.

Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48432>
Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório – Proposta de Fiscalização e Controle nº 61, de 2011**. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Brasília, 3 jun. 2014b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1258876 Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Reunião da Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 215-A, de 2000, do Sr. Almir Sá e outros...** Arquivo Sonoro. 13 maio 2014c. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48048> Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Reunião de 05/06/2014 - Número: 0844/14** [Notas taquigráficas]. Comissão Especial - PEC 215-A, de 2000 - Demarcação de terras indígenas. Brasília, 5 jun. 2014d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquigraficaReuniaoAudienciaPublica5614R084414.pdf> Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Reunião 0296/14 - Audiência pública externa** [Notas taquigráficas]. Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000. Chapecó : 14 mar. 2014e. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquigraficadaConferenciaemChapecoSCdia14314.pdf> Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Reunião 686/2014 - Audiência pública externa** [Notas taquigráficas]. Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000. Passo Fundo : 11 abr. 2014f. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquigraficadaConf.emPassoFundoRS11414.pdf> Acesso em: 1 jun 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer do Relator**. Brasília : Comissão Especial - PEC 215/00 - Demarcação de terras indígenas. 1 set. 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1379649&filename=Tramitacao-PEC+215/2000 Acesso em: 27 maio 2021.

BRASIL, Advocacia-Geral da União. PARECER N. 001/2017/GAB/CGU/AGU. **Diário Oficial da União**. Imprensa Nacional. Seção 1, p. 7-12, Nº 138, 20 jul. 2017.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Lista terras indígenas (outubro - 2019)**. Solicitação de Informação e-SIC (08850.003619/2020-29). Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Balança comercial brasileira: Acumulado do ano, Série histórica: 1998 a 2020**. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano> Acesso em: 10 maio. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Glossário de Termos Legislativos**. Brasília : Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário Legislativo. 2. ed., 2020b. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36859> Acesso em: 26 maio 2021.

BRASÍLIA: Produtores protestam contra demarcações de terras indígenas. **Notícias Agrícolas**, 6 nov. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/130867-brasilia-produtores-protestam-contrademarcacoes-de-terras-indigenas.html> Acesso em: 5 dez. 2020.

BRUNO, Regina. A dominação patronal no campo. In: **Cadernos do CEDI**. Sindicalismo no Campo: reflexões: balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI, nº. 21. p. 77-91, 108 p. 1991.

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**. 1997.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In: BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente** : agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro : Mauad X; Seropédica, RJ : EDUR, 2009a.

BRUNO, Regina. Redes de sociabilidade, redes de poder: sobre os deputados federais da bancada ruralista no Congresso Nacional (2007-2011). In: BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente** : agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro : Mauad X; Seropédica, RJ : EDUR, 2009b.

BRUNO, Regina Angela Ladim. Movimento Sou Agro”: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio Popular. **Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS**, out. 2012. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2/8027-movimento-sou-agro-marketing-habitus-e-estrategias-de-poder-do-agronegocio> Acesso em: 11 maio 2021.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, n. 1, p. 142-160, abril de 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/712> Acesso em: 14 abr. 2021.

BRUNO, Regina. Agricultura empresarial, povos e comunidades tradicionais: lutas simbólicas e negação dos direitos. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 27-41, 13 dez. 2017a. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.64>

BRUNO, Regina. Bancada Ruralista e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato S. & FLEXOR, Georges (orgs). **Questões agrárias, agrícolas e Rurais: Conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, e-Papers, p. 155-168, 2017b.

BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 29, n. 2, p. 461-502, jun.-set., 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-9>

CAMPANHA do Movimento Sou Agro estreou nos meios de comunicação. **Notícias Agrícolas**, 18 jul. 2011. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/92767-campanha-do-movimento-sou-agro-estreia-nos-meios-de-comunicacao.html> Acesso em: 15 maio 2021.

CARAZZAI, Estelita Hass; BÄCHTOLD, Felipe. Líderes políticos participam de manifestações de ruralistas. **Folha de São Paulo**. 14 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295059-lideres-politicos-participam-de-manifestacoes-de-ruralistas.shtml> Acesso em: 5 dez. 2020.

CARNEIRO, Olavo Brandão. **Tratoração – O Alerta do Campo**. Um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/tede/655> Acesso em: 19 jan. 2021.

CARNEIRO, Olavo Brandão. **Além do Agro: ruralistas no Senado brasileiro**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Índios na Constituição. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 429-443, set.-dez., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030002>

CASTRO, Nadyenka. Com autorização judicial, é realizado 'Leilão da Resistência' em MS. **G1 MS**, 7 dez. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/com-autorizacao-da-justica-comeca-o-leilao-da-residencia-em-ms.html> Acesso em: 31 jan. 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Lideranças indígenas e a luta pela terra como expressão da organização sociopolítica Guarani e Kaiowá. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 182-205, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.54382>

CAVALLI, Guilherme. **Congresso Anti-Indígena** – Os parlamentares que mais atuaram contra os direitos dos povos indígenas. Brasília : Conselho Indigenista Missionário, set. 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/congresso-anti-indigena.pdf> Acesso em: 30 maio 2021.

CEL. SAPUCAIA debate demarcação de terras em audiência pública. **Amambai Notícias**. Amambai, 6 abr. 2013. Disponível em: <https://www.amambainoticias.com.br/cidades/coronel-sapucaia-realiza-audiencia-publica-para-debater-demarcacao-de-terras> Acesso em: 12 dez. 2020.

CENTENAS de agricultores gaúchos ocupam pavilhão onde Dilma Rousseff deve discursar nesta sexta. **Canal Rural**, 11 out. 2013. Disponível em:

<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/centenas-agricultores-gauchos-ocupam-pavilhao-onde-dilma-rousseff-deve-discursar-nesta-sexta-26753/> Acesso em: 30 jul. 2021.

CHAIB, Julia; MARIZ, Renata. Deputados apelam a Dilma e à ONU. **Correio Braziliense**, 01 nov. 2012, p. 10. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/56947> Acesso em: 28 out. 2020.

CHUDECKI, Laura Samudio. Audiências Públicas pedem investigação da atuação da Funai em MS. **Sindicato Rural de Bela Vista**. Bela Vista, 8 abr. 2013. Disponível em: <http://www.sindicatoruraldebelavista.com.br/audiencias-publicas-pedem-investigacao-da-atuacao-da-funai-em-ms/> Acesso em: 12 dez. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – CNA. CNA protocola documento com sugestões de alteração no Decreto 6514 no Ministério do Meio Ambiente. **Agência CNA**. 28 ago. 2008. Disponível em: <http://www.farsul.org.br/geral/cna-protocola-documento-com-sugestoes-de-alteracao-no-decreto-6514-no-ministerio-do-meio-ambiente-,313697.jhtml> Acesso em: 03 nov. 2020.

CONFLITO entre índios e agricultores deixa quatro feridos em Sananduva. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 jul. 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/07/conflito-entre-indios-e-agricultores-deixa-quatro-feridos-em-sananduva-4201214.html> Acesso em: 5 dez. 2020.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO --CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil - dados 2014**. Brasília : 2015. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf Acesso em: 29 maio 2021.

CONTENTE, Simone Cristina Padilha. O sentido do neoextrativismo: a relação entre o Estado, a Vale e o desenvolvimento social em Canaã dos Carajás – PA. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-28, e018005 [2018], 2020. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/223> Acesso em: 12 set. 2020.

COORDENADOR do Sindicato da Agricultura Familiar de Sananduva aborda reivindicação de terras indígenas na região. **Canal Rural**, 1 mar. 2013. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/coordenador-sindicato-agricultura-familiar-sananduva-aborda-reivindicacao-terras-indigenas-regiao-24782/> Acesso em: 19 mar. 2021.

CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, nº 36, p. 241-256, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31641> Acesso em: 7 out. 2020.

CORRADO, Elis Fernanda Corrado. Acampamentos Kaiowá: variações da "forma acampamento". **Ruris**, v. 7, n. 1, p. 127-151, mar. 2013.

CORRADO, Elis Fernanda Corrado. A espiral das retomadas indígenas no sul do Mato Grosso do Sul. **ACENO**, 5 (10): 189-206, ago.-dez. 2018.

CORRADO, Elis Fernanda Corrado. “Conhecemos tudo que é regra de luta”: relações entre as retomadas indígenas e as mobilidades Guarani e Kaiowá, no sul do MS. **Maloca - Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, v. 3, p. 1-21, e020006, 2020. <https://doi.org/10.20396/maloca.v3i.13493>

CORREIA, Cyneida. Ruralistas bloqueiam rodovia em Roraima e deixam Estado isolado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295095-ruralistas-bloqueiam-rodovia-em-roraima-e-deixam-estado-isolado.shtml> Acesso em: 6 dez. 2020.

COSTA, Felipe Ferrari da. **Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000)**. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=7856150 Acesso em: 14 abr. 2021.

COSTA, Fernanda da. Agricultores realizam protesto e audiência pública contra demarcações de terras indígenas em Passo Fundo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 nov. 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/11/agricultores-realizam-protesto-e-audiencia-publica-contrademarcacoes-de-terras-indigenas-em-passo-fundo-3960431.html> Acesso em: 22 mar. 2021.

COURA, Kalleo. Adivinhe qual é a terra dos índios. **Revista Veja**, Editora Abril, Edição 2273, 13 jun. 2012. p. 116-121.

COUTINHO, Leonardo; PAULIN, Igor; MEDEIROS, Júlia de. A farra da antropologia oportunista. **Revista Veja**, Editora Abril, Edição 2163, 5 maio 2010. p. 154-161.

COUTINHO, Leonardo. Uma reserva de miséria. **Revista Veja**, Editora Abril, Edição 2219, 1º jun. 2011. p. 134-137.

CRUZ, José. Índios no plenário da Câmara dos Deputados - Brasil. **Agência Brasil**, 16 abr. 2013. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:%C3%8Dndios_no_plen%C3%A1rio_da_C%C3%A2mara_dos_Deputados_-_Brasil.jpg Acesso em: 24 maio 2021.

DALLA COSTA, Julia Marques. **O “agir temerário, fraudulento e tirânico”**: a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017). Dissertação (mestrado). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37838> Acesso em: 17 maio 2021.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**, PO813843, 24 e 25/02/2016, 2016. Disponível em:

http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/02/29/avaliacao_dilma_rousseff.pdf Acesso em 07 out. 2020.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do Milagre**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **Radiografia do Novo Congresso. Legislatura 2011-2015**. Série de Estudos Políticos, Ano V, Brasília/DF, dez. 2010.

DEPUTADO do PCdoB do Maranhão ganha prêmio de ‘racista do ano’. **G1 Maranhão**. 17 dez. 2015. Disponível: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/12/deputado-do-pcdob-do-maranhao-ganha-premio-de-racista-do-ano.html> Acesso em: 14 dez. 2020.

DEPUTADO Luis Carlos Heinze participa de mobilização contra demarcações em Nonoai (RS) nesta sexta. **Canal Rural**, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/deputado-luis-carlos-heinze-participa-mobilizacao-contra-demarcacoes-nonoai-nesta-sexta-23360/> Acesso em: 31 jan. 2021.

DIAS, Aliny Mary. Primeira manifestação de fazendeiros será nesta quinta-feira contra índios. **Campo Grande News**, 12 jun. 2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/primeira-manifestacao-de-fazendeiros-sera-nesta-quinta-feira-contra-indios> Acesso em: 17 mar. 2021.

DILMA veta 12 artigos no Código Florestal e faz 32 alterações por MP. **Agência Câmara Notícias**. 25 maio 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/375043-dilma-veta-12-artigos-no-codigo-florestal-e-faz-32-alteracoes-por-mp/> Acesso em: 19 maio 2021.

DURAZZO, Leandro Marques. **Cosmopolíticas Tuxá**: conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ÉBOLI, Evandro. Ruralistas vencem governo e criam comissão que leva demarcação de terras indígenas para o Congresso. **O Globo**. 10 dez. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ruralistas-vencem-governo-criam-comissao-que-leva-demarcacao-de-terras-indigenas-para-congresso-11031002> Acesso em: 8 dez. 2020.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução, Pedro Süsskind; prefácio, Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Edições 70, Lisboa. 2008.

EMPRESÁRIO denuncia pressões da CNBB. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, nº 34497, p. 5, 14 ago. 1987. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/128507> Acesso em: 20 jul. 2021.

EM VÍDEO, deputado diz que índios, gays e quilombolas ‘não prestam’. **G1 RS**. 12 fev. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-prestam.html> Acesso em: 13 nov. 2021.

ENTREVISTA: Confira a entrevista com Adelar Confortin - Produtor Rural. **Notícias Agrícolas**, 12 jul. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/entrevistas/125427-entrevista-confira-a-entrevista-com-adelar-confortin---produtor-rural.html> Acesso em: 20 jan. 2021.

ENTREVISTA: Confira a entrevista com Jeferson Camozzato - Pres. do Sind. Rural de Sananduva/RS. **Notícias Agrícolas**. 14 jun. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/entrevistas/123916-entrevista-confira-a-entrevista-com-jeferson-camozzato---pres-do-sind-rural-de-sananduva-rs.html> Acesso em: 27 jan. 2021.

Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO. **Produtor rural**, ano 16, nº 185, out. 2008.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO. **Mobilização “Onde tem justiça, tem espaço para todos” será sexta das 9h às 14h, na BR-364/163, saída p/ Rondonópolis**. 13 jun. 2013. Twitter: @sistemafamato Disponível em: <https://twitter.com/sistemafamato/status/345165617478905857> Acesso em: 27 jan. 2021.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO. **Famato participa de Conferência sobre a PEC 215**, 28 abr. 2014. Disponível em: https://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=235095 Acesso em: 25 maio 2021.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul – Famasul. **Produtores rurais se mobilizam amanhã para pedir #paznocampo**. Facebook: sistemafamasul. 12 jun. 2013a. Disponível em: <https://www.facebook.com/sistemafamasul/photos/a.287721894582719.68282.287507571270818/580926335262272> Acesso em: 27 jan. 2021.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul – Famasul. **Onde tem Justiça, tem espaço para todos - Famasul**. 13 jun. 2013b. 1 vídeo (30 seg.). Publicado pelo canal Sistema Famasul. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=62_8llIk02E Acesso em: 27 jan. 2021.

Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – Famasul. **Relatório de Atividades – 2013**. Campo Grande, 2014.

Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – Famasul. **Estado bandido é o pior que tem para qualquer democracia. E nós, infelizmente, estamos lidando com isso...** Facebook: sistemafamasul. 9 maio 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/sistemafamasul/photos/a.287721894582719/739238309431073> Acesso em: 26 maio 2021.

FAMATO convoca produtores para mobilização nacional no dia 14 contra demarcações de terras indígenas. **Notícias Agrícolas**, 7 jun. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/123572-famato-convoca-produtores-para-mobilizacao-nacional-no-dia-14-contra-demarcacoes-de-terras-indigenas.html> Acesso em: 21 jan. 2021.

Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – FAEPA. **Convite para Mobilização Nacional pelo direito à propriedade e pelo fim dos conflitos no campo**. 12 jun. 2013a. Facebook: SistemaFaepa Disponível em: <https://www.facebook.com/SistemaFaepa/photos/a.142962882450531/481544048592411/> Acesso em: 27 jan. 2021.

Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – FAEPA. **Produtores de Novo Progresso e Redenção paralisam entradas nesta sexta-feira (14)**. 13 jun. 2013b. Facebook: SistemaFaepa Disponível em: <https://www.facebook.com/SistemaFaepa/posts/482093445204138> Acesso em: 27 jan. 2021.

FERNANDES, Afonso Henrique de Menezes. **A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias (1986-1991)**. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6580195# Acesso em: 16 jul. 2021.

FERREIRA, Wesley R. S. Perfil sociopolítico dos membros titulares da comissão da agricultura e reforma agrária do senado federal. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n23.48238.p113-138>

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. **Contexto Internacional**. Vol. 39(2), mai./ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390200010>

FPA e Embrapa discutem validade de laudos para demarcação de terras indígenas. **Notícias Agrícolas**. 20 ago. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/127194-fpa-e-embrapa-discutem-validade-de-laudos-para-demarcacao-de-terras-indigenas.html> Acesso em: 16 fev. 2021.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Selvagens e intrusos em seu próprio território: A expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Kaingáng: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. **Na reunião-almoço de hoje, membros da FPA terão como “prato” principal demarcação de terras indígenas.** Brasília, 27 nov. 2012. Twitter: @fpagropecuaria. Disponível em: <https://twitter.com/fpagropecuaria/status/273432259279851520> Acesso em: 7 dez. 2020.

Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. **Deputado Homero Pereira fala sobre a agenda legislativa da FPA para 2013.** Brasília, 5 fev. 2013a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8kvRyvPMdFg> Acesso em: 20 maio 2021.

Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. **Semana boa de trabalho!** Depois da vinda do ministro da Agricultura ao almoço da FPA na última terça-feira... Brasília, 10 out. 2013b. Facebook: fpagropecuaria. Disponível em: <https://www.facebook.com/fpagropecuaria/photos/a.220566654734389/220566658067722/> Acesso em: 17 maio 2021.

Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. **História da FPA,** Brasília, 2021. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/> Acesso em: 20 maio 2021.

GOVERNO suspende demarcação de terras indígenas no Paraná. **Band Notícias.** 8 maio 2013. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14446041> Acesso em: 16 fev. 2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3, 428p.

HEINZE, Luis Carlos. **Muito boa a participação do público na reunião sobre demarcações de terras indígenas em Passo Fundo.** 23 nov. 2012a. Twitter: @SenadorHeinze Disponível em: <https://twitter.com/SenadorHeinze/status/271945577741299713> Acesso em: 22 mar. 2021.

HEINZE, Luis Carlos. (ASSESSORIA) **Começou, em Passo Fundo, a audiência pública da PFC 61/11 sobre demarcações de terras indígenas.** 23 nov. 2012b. Twitter: @SenadorHeinze Disponível em: <https://twitter.com/SenadorHeinze/status/271945577741299713> Acesso em: 22 mar. 2021.

HEINZE, Luis Carlos. **Neste momento já estou na RS 406, aqui em Nonoai, onde vai acontecer o movimento.** 14 jun. 2013a. Twitter: @SenadorHeinze Disponível em: <https://twitter.com/SenadorHeinze/status/345513626221817856> Acesso em: 28 jan. 2021

HEINZE, Luis Carlos. **ASSESSORIA: @DeputadoHeinze participa de audiência na Casa Civil pra debater a questão indígena.** 11 set. 2013b. Twitter: @SenadorHeinze Disponível em: <https://twitter.com/SenadorHeinze/status/377908798155153408> Acesso em: 9 mar. 2021.

HEINZE assume a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA. **Portal do Agronegócio,** 21 fev. 2013. Disponível em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/politica-rural/outros/noticias/heinze-assume-a-presidencia-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria-fpa-9647> Acesso em: 27 abr. 2021.

HEINZE volta a presidir a Frente Parlamentar da Agropecuária. **Canal Rural**, 21 maio 2014. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/heinze-volta-presidir-frente-parlamentar-agropecuaria-9982/> Acesso em: 27 abr. 2021.

HOFMEISTER, Naira. O pioneiro. **The Intercept Brasil**, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/13/quartiero-fazendeiro-bolsonaro-amazonia/> Acesso em: 3 maio 2021.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n° 74, p. 159-176, out. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>.

ILHA, Flávio; OLIVEIRA, Renan Antunes de. Contra demarcações, ruralistas bloqueiam rodovias em pelo menos cinco Estados do país. **UOL Notícias**, Porto Alegre/Florianópolis. 14 jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/14/contra-demarcacoes-ruralistas-bloqueiam-rodovias-em-pelo-menos-cinco-estados-do-pais.htm> Acesso em: 5 dez. 2020.

ÍNDIO morre em confronto com polícia durante reintegração de posse em MS. **G1 MS**, 30 maio 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/05/indio-ferido-em-confronto-com-policia-morre-em-hospital-diz-funai.html> Acesso em: 27 jan. 2021.

ÍNDIOS e produtores rurais fazem protestos em Brasília. **Portal G1**. 8 maio 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/indios-e-produtores-rurais-fazem-protestos-em-brasilia.html> Acesso em: 5 dez 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010** - Características gerais dos indígenas - Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA – IPA. **História do IPA**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/> Acesso em: 19 maio 2021.

JAIME, Bizeh. Apresentação. In: VIGNA, Edécio. **A Bancada Ruralista: um grupo de interesse**. Argumento, Brasília, n°. 08, 52 p., dez. 2001.

JARDINE, Carolina. Dia de Protesto nas estradas. Rural, **Correio do Povo**, p. 16, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://twitter.com/SenadorHeinze/status/345550504119652352> Acesso em: 28 jan. 2021.

JUCÁ, Beatriz. Cardozo: “Sem mediação para demarcar terras, teremos problemas gravíssimos”. **El País Brasil**, São Paulo, 14 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546979199_233993.html Acesso em: 17 fev. 2021.

JUNQUEIRA, Caio. Ruralistas veem adesão ao governo e se rebelam contra Kátia Abreu. **Valor Econômico**, 12 ago. 2013. Disponível em:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/08/12/ruralistas-veem-adesao-ao-governo-e-se-rebelam-contrakatia-abreu.ghtml> Acesso em 21 out. 2020.

LEILÃO da Resistência arrecada R\$ 640,5 mil em Mato Grosso do Sul. **G1 MS**. 8 dez. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html> Acesso em: 31 jan. 2021.

LEITE, Sérgio Pereira; WESZ, Valdemar João Jr. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 22, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/download/3432/1482> Acesso em: 11 set. 2020.

LEHMEN, Fábio. Agricultores protestam após mortes em área de conflito indígena no RS. **G1 Rio Grande do Sul**, 29 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/04/agricultores-protestam-apos-mortes-em-area-de-conflito-indigena-no-rs.html> Acesso em: 22 jan. 2021.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano 1926-1937**. São Paulo : Boitempo, 2017.

LIMA, Vanessa. Produtores interditam BR-174 contra demarcação de área indígena, em RR. **Portal G1 RR**. 14 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/06/produtores-interditam-br-174-contrademarcacao-de-area-indigena-em-rr.html> Acesso em: 5 dez. 2020.

LIMA, Mayrá Silva. A elite ruralista no parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária rural. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 2, p. 58-72, jul-dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.10>

LINHARES, Lucy Paixão; Ação discriminatória: terras indígenas como terras públicas. In: OLIVEIRA, João Pacheco. **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 125-152. 1998.

LUGULLO, Marise. Deputados entram com mandado no STF contra PEC da demarcação de terras indígenas. Brasília: **Agência Câmara de Notícias**, 8 ago. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/410987-deputados-entram-com-mandado-no-stf-contrapec-da-demarcacao-de-terras-indigenas/> Acesso em: 26 maio 2021.

LUCAS, Sônia Rocha; URQUIZA, Antonio H. Aguilera. Tô aqui... parece que tô renascendo tudo de novo: experiências de campo sobre a retomada da terra e a retomada cultural dos acampamentos Pakurity e Laranjeira Nãnderu. **Revista Nãnduty**, v. 3, n. 3, jan.-jun. 2015.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACIEL, Frederico Luiz. Dois mil protestam em São João do Caru contra Funai. **Aldeia Global**, Imperatriz, 20 dez. 2013a. Disponível em: <https://www.aldeiaglobal.net.br/2013/12/dois-mil-protestam-em-sao-joao-do-caru.html> Acesso em: 26 dez. 2020

MACIEL, Frederico Luiz. Dois mil protestam em São João do Caru/MA contra a Funai. [Aldeia Global], **Notícias Agrícolas**, 20 dez. 2013b. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/132864-dois-mil-protestam-em-sao-joao-do-caru-ma-contr-a-funai.html> Acesso em: 21 jan. 2021.

MAISONNAVE, Fabiano. Fazendeira vira antropóloga e faz laudos contra índios. **Folha de São Paulo**, 9 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1292183-fazendeira-vira-antropologa-e-faz-laud-os-contra-indios.shtml> Acesso em: 8 fev. 2021.

MANIFESTAÇÕES e encontros questão indígena. **Sindicato Rural de Getúlio Vargas**. Getúlio Vargas, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www.srgetuliovargas.com.br/?p=699> Acesso em: 22 mar. 2021.

MANIFESTO da AMUNOR e AVENOR. **Prefeitura Municipal de Sananduva** [Seção notícias], Assessoria de Comunicação, 16 jul. 2013. Disponível em: https://www.sananduva.rs.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=2039 Acesso em: 21 jan. 2021.

MARÉCHAL, Clémentine. Política do etnocídio e resistência nas retomadas Kaingang no Rio Grande do Sul. **Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 5, n. 1, p. 29-54, 4 jan.-jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0666.2018n1.11060>

MARTINS, Fábio do Espírito Santo. Protagonismo e lutas dos Mbyá Guarani no litoral paulista: retomada e autodemarcação da Terra Indígena *Tekoá Mirim*. **Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá**. Ano 11, v. XXI, n. 2, p. 47-63, jul.-dez., 2018.

MARTINS, Fábio do Espírito Santo; SANTILLI, Paulo José Brando. Contradições entre a legislação ambiental e a legislação indigenista no Brasil contemporâneo: o protagonismo Mbyá Guarani na autodemarcação da terra indígena *Tekoá Mirim*. **Revista Retratos de Assentamentos**. v. 22, n. 1, 2019.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Terra e poder: o problema da terra na crise política. Vozes : Petrópolis, 2ª ed., 1985.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Vozes, Petrópolis, 1986.

MARQUES, Marcelo. Protesto fecha fronteira do Brasil com a Venezuela em Pacaraima, RR. **Portal G1 RR**. 13 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2013/06/protesto-fecha-fronteira-do-brasil-com-venezuela-em-pacaraima-rr.html> Acesso em: 5 dez. 2020.

MATOS, Vaner. Sindicato Rural debate demarcação de terras indígenas em Audiência Pública. **Caarapó News**. Caarapó, 8 abr. 2013. Disponível em: <https://www.caaraponews.com.br/noticia/36828/sindicato-rural-de-caarapo-debate-demarcacao-de-terras-indigenas-em-audiencia-publica> Acesso em: 12 dez. 2020.

MENDES, Artur Nobre. O PPTAL e as demarcações participativas. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria. **Estado e Povos Indígenas no Brasil – Bases para uma nova política indigenista II**. Contra-Capa, 2008. Disponível em: <http://laced.etc.br/acervo/livros/estado-e-povos-indigenas-ii/> Acesso em: 24 maio 2021.

MENDES, Carla. Em ato pacífico, milhares de produtores protestam em 10 estados brasileiros. **Notícias Agrícolas**, 14 jun. 2013a. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/123951-em-movimento-pacifico--milhares-de-produtores-protestam-contra-a-funai-nesta-sexta-14.html> Acesso em: 5 dez. 2020.

MENDES, Carla. Produtores rurais ocuparam durante toda esta sexta-feira (12) sede da Funai em Passo Fundo/RS. **Notícias Agrícolas**, 12 jul. 2013b. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/125421-agricultores-invadem-sede-da-funai-em-passo-fundo-rs.html> Acesso em: 20 jan. 2021

MENDES, Carla. Na região de Sananduva (RS), índios Kaingang invadem uma nova propriedade. **Notícias Agrícolas**, 16 jul. 2013c. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/entrevistas/125547-entrevista-confira-a-entrevista-com-sidimar-lavandoski---coord-sind-agricultura-familiar-de-sananduva.html> Acesso em: 22 jan. 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso. **Anuario del Centro de Estudios Históricos «Prof. Carlos S. A. Segreti»**, Córdoba (Argentina), año 8, n° 8, 2008, 139-159. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuarioceh/article/view/23198> Acesso em: 21 maio 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina; OLIVEIRA, Pedro C. F.; ABAG: Origens históricas e consolidação hegemônica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18 n. 2, p. 169-184, jun-set. 2015.

MIGNONE, Ricardo. Homero Pereira assume a Frente Parlamentar Agropecuária. **BandNews**, 12 jun. 2012a. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/homero-pereira-assume-a-frente-parlamentar-agropecuaria-0402CC1A3568D4C12326?sh=0.17685969803469348> Acesso em: 20 maio 2021.

MIGNONE, Ricardo. Deputado Homero Pereira toma posse na presidência da Frente. **Band Terra Viva**, 14 jun. 2012b. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/deputado-homero-pereira-toma-posse-na-presidencia-da-frente-04020D983162E4C92326> Acesso em: 20 maio 2021.

MIGNONE, Ricardo. Demarcação de terras indígenas promete ser um tema polêmico. **Canal Terraviva**. Brasília, 18 dez. 2012c. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14229166> Acesso em: 8 dez. 2020.

MIGNONE, Ricardo. FPA define as prioridades para o segundo semestre. **Canal Terraviva**. 7 ago. 2013a. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14622452> Acesso em: 10 dez. 2020.

MIGNONE, Ricardo. Reunião entre ministros trouxe avanços nas demarcações. **Canal Terraviva**. 12 set. 2013b. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14671661> Acesso em: 10 dez. 2020.

MIGNONE, Ricardo. Continua polêmica sobre demarcação de terras indígenas. **Canal Terraviva**. 23 maio 2013c. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14465788> Acesso em: 10 dez. 2020.

MIGNONE, Ricardo. FPA reúne entidades rurais para discutir demarcação de terras. **Canal Terraviva**, 23 set. 2013d. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14687885> Acesso em: 16 jan. 2021.

MIGNONE, Ricardo. Comissão de Agricultura convoca o ministro Gilberto Carvalho. **Canal Terraviva**. 12 jun. 2013e. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14491432> Acesso em: 12 fev. 2013.

MIGNONE, Ricardo. Presidente da FPA comenta CPI da demarcação de terras. **Canal Terraviva**, 27 mar. 2013f. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14359496> Acesso em: 27 abr. 2021.

MIGNONE, Ricardo. Prefeitos participam de debate sobre demarcação de terras indígenas. **Canal Terraviva**, 14 out. 2013g. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14713400> Acesso em: 30 abr. 2021.

MIGNONE, Ricardo. Após recesso, FPA discute prioridades para 2º semestre. **Canal Terraviva**, 6 ago. 2013h. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/14621863> Acesso em: 25 maio 2021.

MIGNONE, Ricardo. Ministros são convocados para explicar conflitos indígenas. **Canal Terraviva**. 28 maio 2014a. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/15053131> Acesso em: 13 fev. 2021.

MIGNONE, Ricardo. Câmara adia votação do relatório que trata demarcação de terras indígenas. **Canal Terraviva**, 3 dez. 2014b. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/15299668> Acesso em: 25 maio 2021.

MIGNONE, Ricardo; COSTA, Cleverlan. Comissão convoca ministros para explicarem assassinatos de produtores. **Canal Terraviva**. 7 maio 2014. Disponível em: <https://mais.uol.com.br/view/15025655> Acesso em: 13 fev. 2021.

MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung. **Da fronteira florestal aos limites da ciência**: Um estudo sobre a participação de especialistas nas audiências públicas para a elaboração do novo Código Florestal. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286899> Acesso em: 4 maio 2021.

MINISTRO admite ‘equivoco’ ao afirmar que Dilma criticou ordem judicial. **Portal G1**. 5 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/06/ministro-dizer-sido-equivoco-afirmar-que-dilma-criticou-ordem-judicial.html> Acesso em: 12 fev. 2021.

MINISTRO do STF e FPA discutem hoje demarcações de terras indígenas. **Notícias Agrícolas**, 9 set. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/128096-mpf-e-contra-congresso-demarcas-terras-indigenas.html> Acesso em: 26 maio 2021.

MIOTTO, Mateus. Agricultores invadem sede da FUNAI em Passo Fundo e ameaçam acampar no local. **Rádio Uirapuru**, Passo Fundo, 12 jul. 2013. Disponível em: <https://rduirapuru.com.br/cidade/agricultores-invadem-sede-da-funai-em-passo-fundo-e-ameacam-acampar-no-local/> Acesso em: 20 jan. 2021.

MONTANARI JUNIOR, Isaias. Impacto do PPTAL na demarcação de terras indígenas na Amazônia Legal. **Textos&Debates**, Boa Vista, n. 22, p. 119-143, jul./dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v2i22.1608>

MORAES, Geórgia. Presidente anuncia para esta quarta a comissão para analisar demarcações indígenas. Brasília : **Agência Câmara de Notícias**, 10 set. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/414345-PRESIDENTE-ANUNCIA-PARA-ESTA-QUARTA-A-COMISSAO-PARA-ANALISAR-DEMARCACOES-INDIGENAS> Acesso em: 27 maio 2021.

MOREIRA, Alceu. **Participando da audiência pública sobre demarcações de terras indígenas em Mato Castelhana**. 20 jun. 2013a. Twitter: @Alceu_Moreira Disponível em: https://twitter.com/Alceu_Moreira/status/347886890738921472 Acesso em: 18 maio. 2021.

MOREIRA, Alceu. **Audiência pública sobre as demarcações de terras indígenas na Comunidade de Mato Preto**. 20 jun. 2013b. Twitter: @Alceu_Moreira Disponível em: https://twitter.com/Alceu_Moreira/status/347871050555613184 Acesso em: 18 maio 2021.

MOREIRA, Alceu. **Audiência pública da Comissão da Agricultura, para debater a legalidade das demarcações de terras, em Passo Fundo**. 26 set. 2013c. Twitter: @Alceu_Moreira Disponível em: https://twitter.com/Alceu_Moreira/status/383295741675851776 Acesso em: 20 jan. 2021.

MOREIRA, Alceu. **Quero agradecer aos deputados Carlos Magno, Nilson Leitão, Valdir Colatto, que vieram de longe trazer o apoio contra demarcações injustas**. 20 jun. 2013d. Twitter: @Alceu_Moreira Disponível em: https://twitter.com/Alceu_Moreira/status/347850932224143360 Acesso em: 18 fev. 2021.

MOREIRA, Alceu. **Estavam conosco em Mato Preto na audiência os Dep. Fed.: @jeronimogoergen @DeputadoHeinze @darcisioperondi e o Dep. Est. Hernani Polo.** 20 jun. 2013e. Twitter: @Alceu_Moreira Disponível em: https://twitter.com/Alceu_Moreira/status/347854397331619842 Acesso em: 18 maio 2021.

NASCIMENTO, Vilson. Manifestação contra demarcações marcou sexta em Sete Quedas. **A Gazeta News.** 11 mar. 2013a. Disponível em: <https://www.agazetanews.com.br/noticia/regiao/69143/manifestacao-contrademarcacoes-marcou-a-sexta-em-sete-queudas> Acesso em: 6 dez. 2020.

NASCIMENTO, Vilson. Tacuru fez grande manifestação contra demarcações na sexta. **A Gazeta News.** 8 abr. 2013b. Disponível em: <https://www.agazetanews.com.br/noticia/regiao/70073/www.amambai.ms.gov.br> Acesso: 12 dez. 2020.

NISSEN, Natalia. Caminhada encerra Audiência Pública em Vicente Dutra. **Folha do Noroeste,** Frederico Westphalen. 29 nov. 2013. Disponível em: <https://www.folhadonoroste.com.br/noticias/caminhada-encerra-audiencia-publica-em-vicente-dutra/> Acesso em: 5 fev. 2021.

NOVE Estados têm protestos de ruralistas contra índios. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295527-nove-estados-tem-protestos-de-ruralistas-contraindios.shtml> Acesso em: 6 dez. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados,** 15 (43), 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA,** São Paulo, No. 12, p. 3-113, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i12p3-113>

OLIVEIRA, Elida. Líder de arrozeiros em RR é eleito deputado com discurso contra reservas. **Folha de São Paulo,** 4 out. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/809647-lider-de-arrozeiros-em-rr-e-eleito-deputado-com-discurso-contrareservas.shtml> Acesso em: 3 maio 2021.

OLIVEIRA, José Carlos. Bancada ruralista se articula para derrubar vetos ao Código Florestal. Brasília: **Agência Câmara de Notícias,** 25 jan. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/394496-bancada-ruralista-se-articula-para-derrubar-vetos-ao-codigo-florestal/> Acesso em: 19 maio 2021.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados.** v. 3, n. 7. p. 87-108. 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532> Acesso: em 11 set. 2020.

PARALISAÇÃO de sexta é importante para mostrar organização dos produtores, diz deputado. **Canal Rural,** 13 jun. 2013. Disponível em:

<https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/paralisacao-sexta-importante-para-mostrar-organizacao-dos-produtores-diz-deputado-17256/> Acesso em: 31 jan. 2021.

PEQUENOS produtores fazem protesto na sede da Funai no MS. **Notícias Agrícolas**, 19 nov. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/131422-pequenos-produtores-de-ms-fazem-protesto-na-frente-da-funai.html> Acesso em: 20 jan. 2021.

PEREIRA, Amanda Maria Campanini. **A lógica da ação na reforma do Código Florestal**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/D.8.2013.tde-14022014-110552>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PEREIRA, Carlina de Freitas. **As Agroestratégias Ruralistas de Desterritorialização de Povos Indígenas e Quilombolas: (Re)definindo Marcos Legais e Usos Territoriais**. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Extractive Imperialism in the Americas: capitalism's New Frontier**. Studies in critical social sciences, Leiden/Boston: Brill, v. 70, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1163/9789004268869>

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, São Paulo, 104: 201-238, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-201238/104>

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologie de la bourgeoisie**. Paris: La Découverte, «Repères», 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019. 192p.

PIRES, Estêvão. 'Eu convivo com gays em casa', diz deputado após vídeo polêmico no RS. **G1 RS**. 14 fev. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/eu-convivo-com-gays-em-casa-diz-deputado-apos-video-polemico-no-rs.html> Acesso em: 15 mar. 2021.

POLÍCIA reforça segurança após confronto com índios no RS. **G1 RS**. 21 nov. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/11/policia-reforca-seguranca-apos-confronto-com-indios-no-rs.html> Acesso em: 15 mar. 2021.

POMPEIA, Caio Pompeia. **Formação política do agronegócio**. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/332572> Acesso em: 05 nov. 2020.

POMPEIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **RBCS**, v. 35, n. 104, e3510410, 2020a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/3510410/2020>

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000100009>

PRADO, Fellipe Silva. Hegemonia do Agronegócio e Representação Patronal: Kátia Abreu fusão de liderança política e corporativa? **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1-2, 2016. Disponível em: Acesso em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/185> 12 maio 2021.

PRESIDENTE da Holding J&F fala sobre a compra do Canal Rural. **Canal Rural**. 20 fev. 2013. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/jornal-da-pecuaria/presidente-holding-fala-sobre-compra-canal-rural-24918/> Acesso em: 30 ago. 2021.

PRODUTORES chegam à Câmara para discutir demarcações indígenas. **Portal G1**. 8 maio 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/05/produtores-chegam-a-camara-para-discutir-demarcacoes-indigenas.html> Acesso em: 6 dez. 2020.

PRODUTORES gaúchos se reúnem com parlamentares para discutir questão indígena. **Canal Rural**. 21 jun. 2013. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/produtores-gauchos-reunem-com-parlamentares-para-discutir-questao-indigena-23152/> Acesso em: 18 fev. 2021.

PRODUTORES realizam protesto em Sananduva/RS contra invasões indígenas. **Notícias Agrícolas**, 16 jul. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/125553-mais-de-100-indios-invadem-nova-propriedade-na-regiao-de-sananduva-rs.html> Acesso em: 21 jan. 2021.

PRODUTORES rurais participam de manifestação sobre invasões indígenas. **Rede Sul Notícias**, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://redesuldenoticias.com.br/noticias/produtores-rurais-participam-de-manifestacao-sobre-invasoes-indigenas/> Acesso em: 27 jan. 2021

PRODUTORES se mobilizam em Brasília contra demarcações de terras indígenas. **Notícias Agrícolas**. 11 dez. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/132466-produtores-fazem-mobilizacao-em-brasilia-por-transparencia-nas-demarcacoes-de-terras-indigenas.html> Acesso em: 5 dez. 2020.

PROTESTOS sobre demarcações de terras bloqueiam rodovias no RS. **G1 RS**, 14 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/protestos-sobre-demarcacoes-de-terras-bloqueiam-rodovias-no-rs.html> Acesso em: 27 jan. 2021.

QUESTÃO indígena: audiência pública em Tacuru/MS. **Notícias Agrícolas**. 7 abr. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/eventos/audiencia-tacuru/> Acesso em: 12 dez. 2020.

REELEITO: “Precisamos terminar essa discussão sobre as demarcações de terras indígenas”, diz Heinze. **Notícias Agrícolas**, 6 out. 2014. Disponível em:

<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/146461-reeleito-precisamos-terminar-essa-discussao-sobre-as-demarcacoes-de-terras-indigenas-diz-heinze.html> Acesso em: 30 maio 2021.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Global Editora, 7ª edição, 2017.

RODRIGUES, Aline. Governo do Estado recebe comitiva da Fetraf-Sul/CUT. **Secretaria de Comunicação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 07 maio 2013. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-recebe-comitiva-da-fetrafsul-cut> Acesso em: 30 jan. 2021.

RODRIGUES, Éliassan Paula. Produtores protestam contra demarcações em RR. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,produtores-protestam-contrademarcacoes-em-rr,1042525> Acesso em: 5 dez. 2020.

ROMERO, Simon. Bus-Fare Protests Hit Brazil's Two Biggest Cities. **The New York Times**, New York, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/06/14/world/americas/bus-fare-protests-hit-brazils-two-biggest-cities.html> Acesso em: 6 dez. 2020.

ROHNELT, Elton da Luz. [Verbetes biográfico] **Acervo CPDOC**. Rio de Janeiro : Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elton-da-luz-rohnelt> Acesso em: 24 maio 2021.

RURALISTAS e ministro do STF discutirão questões indígenas na segunda. Brasília: **Agência Câmara Notícias**, 9 set. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/413972-ruralistas-e-ministro-do-stf-discutirao-questoes-indigenas-na-segunda/> Acesso em: 26 maio 2021.

SANANDUVA paralisa atividades em solidariedade aos agricultores atingidos. **Prefeitura Municipal de Sananduva** [Seção notícias], Assessoria de Comunicação, 12 jul. 2013. Disponível em: https://www.sananduva.rs.gov.br/noticias_ver.php?id_noticia=2033 Acesso em: 18 jan. 2021.

SANTILLI, Márcio. As terras indígenas e o decreto 1.775: balanço e perspectivas. In: RICARDO, Fany Pantaleoni; SANTILLI, Márcio. **Terras Indígenas no Brasil: um balanço da era Jobim**. Documentos do ISA, nº 003, São Paulo, jun. 1997.

SETE manifestações simultâneas em SC contra demarcações indígenas. **Agrolink**, 13 jun. 2013. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/7-manifestacoes-simultaneas-em-sc-contrademarcacoes-indigenas_174118.html Acesso em: 05 dez. 2020.

SEVÁ, Janaína Tude. **A mão que afaga é a mesma que apedreja**: preservando a natureza que é possível! Propriedade da terra, classes dominantes e representação política no Brasil contemporâneo – a reforma do Código Florestal Brasileiro de 1965. Tese (doutorado).

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2016.

SILVA, Gustavo Tadeu Reis. **Impactos das Frentes Parlamentares na Dinâmica do Congresso Nacional durante a Presidência do Partidos dos Trabalhadores (52° a 54° Legislatura)**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/16818/1/2014_GustavoTadeuReisSilva.pdf Acesso em: 7 out. 2020.

SILVA, Rafael Silveira e; ARAÚJO, Suely Maria Vaz Guimaraes. Representações Políticas Alternativas no Congresso Nacional: uma Proposta Conceitual para Compreender as Frentes Parlamentares. **RDU**, Porto Alegre, Volume 16, n. 88, 2019, 232-256, jul-ago 2019. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3308> Acesso em: 8 out. 2020.

SILVEIRA, Wilson; OLIVEIRA, Marcelo. Visita de deputados a Raposa Serra do Sol revela abandono de terras. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, 15 abr. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/401147-visita-de-deputados-a-raposa-serra-do-sol-revela-abandono-de-terras/> Acesso em: 17 fev. 2021.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3094> Acesso em: 29 jan. 2021.

SIQUEIRA, Carol. Câmara cria grupo de trabalho para discutir terras indígenas. Brasília : **Agência Câmara de Notícias**, 17 abr. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/401513-camara-cria-grupo-de-trabalho-para-discutir-terras-indigenas/> Acesso em: 26 maio 2021.

SISTEMA FAMATO. **Hoje teremos uma palestra na Famato com o Lorenzo Carrasco, autor do livro “Quem manipula os povos indígenas”**. 19 mar. 2014a. Twitter: @sistemafamato Disponível em: <https://twitter.com/sistemafamato/status/446376261972004865> Acesso em: 16 jan. 2021.

SISTEMA FAMATO. **Autor do livro “Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil”, Lorenzo Carrasco está na Famato**. 19 mar. 2014b. Twitter: @sistemafamato Disponível em: <https://twitter.com/sistemafamato/status/446291031181361154> Acesso em: 16 jan. 2021.

SOARES, Jussara. General Santa Rosa pede demissão da Secretaria de Assuntos Estratégicos. **O Globo**, 4 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/general-santa-rosa-pede-demissao-da-secretaria-de-assuntos-estrategicos-24061315> Acesso em: 12 mar. 2021.

SOUSA, Alexsander Brandão Carvalho. **Espoliação, violência e conflitos: a permanência do povo Avá Guarani no Tekohá Ymã e a luta pela demarcação territorial**. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2015.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Os Pataxó Hãhãhã e as Narrativas de Luta por Terra e Parentes, no sul da Bahia**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOCIEDADE Rural Brasileira cobra do governo a promessa de novas regras para demarcações de reservas indígenas. **Notícias Agrícolas**, 10 out. 2013. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/129716-sociedade-rural-brasileira-cobra-do-governo-a-promessa-de-novas-regras-para-demarcacoes-de-reservas-indigenas.html> Acesso em: 9 abr. 2021.

STF nega pedido para suspender PEC sobre terras indígenas. **Portal G1**, 23 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/stf-nega-pedido-para-suspender-pec-sobre-terras-indigenas.html> Acesso em: 26 maio 2021.

SVAMPA, Maristella. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 244, mar.-abr. 2013, ISSN: 0251-3552, Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/> Acesso em: 18 ago. 2020.

SVAMPA, Maristella. ¿Del «consenso de los commodities» al «consenso antiindígena»? **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, 2017. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-antiindigena/> Acesso em: 10 maio 2021.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Bielefeld University Press. Colección CALAS, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14361/9783839445266>

TAMIOZZO, Ana Paula. Caminhada encerra Audiência Pública em Vicente Dutra. **Folha do Noroeste**, Frederico Westphalen, 29 nov. 2013. Disponível em: <https://www.folhadonoroste.com.br/noticias/caminhada-encerra-audiencia-publica-em-vice-dutra/> Acesso em: 19 abr. 2021.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, jan.-abr., 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>

TAVARES, Ana Claudia Diogo. **A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição brasileira de 1988**. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

TÔRRES, Renata. Câmara adia PEC sobre demarcações e cria grupo para discutir questões indígenas. Brasília : **Agência Câmara de Notícias**, 17 abr. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/401329-camara-adia-pec-sobre-demarcacoes-e-cria-grupo-para-discutir-questoes-indigenas/> Acesso em: 26 maio 2021.

VASQUEZ, Vitor Lacerda. **Comissões: o poder legislativo**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 123 p., 2020.

Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/353324> Acesso em: 2 mar. 2021.

VICTOR, Jennifer Nicolli, RINGE, Nils; CARMAN, Christopher J. **Bridging the information gap**: legislative member organizations as social networks in the United States and the European Union. Ann Arbor: University of Michigan. 2013.

VIGNA, Edécio. A Bancada Ruralista: um grupo de interesse. **Argumento**, Brasília, n°. 08, 52 p., dez. 2001.

XIMENES, Lenir Gomes. PEREIRA, Levi Marques. O território Terena: da expropriação e formação das reservas ao movimento das retomadas. **Mediações**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 24-50, jul.-dez., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p24>

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Vozes parlamentares**: a alteridade negociada. Novas Edições Acadêmicas. 2014.

APÊNDICE

Apêndice 1. Projetos de Decreto Legislativo (PDC) relacionados a terras indígenas aprovados no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados durante a 53ª Legislatura (2007-2011).

PDC	Autoria	Finalidade
PDC nº 48/2007, nº 50/2007, PDC nº 480/2008, PDC nº 1565/2009	Valdir Colatto (PMDB/SC)	sustar o reconhecimento de três terras indígenas em Santa Catarina – terra indígena Toldo Imbu , no Município de Abelardo Luz (SC); terra indígena Guarani de Araça'y , nos Municípios de Cunha Porã e Saudades (SC) e terra indígena Ibirama La-Klanô , nos municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho (SC);
PDC nº 393/2007	Zequinha Marinho (PSC/PA)	sustar o decreto de homologação (de abril de 2007) da terra indígena Apyterewa, no município de São Félix do Xingu (PA)
PDC nº 70/2007	Waldir Neves (PSDB/MS)	sustar Portaria declaratória nº 791/2007, publicada pelo Ministério da Justiça em abril de 2007, da terra indígena Cachoeirinha, localizada nos municípios de Aquidauana e Miranda (MS);
PDC nº 510/2008	Homero Pereira (PPS/MT)	susta o decreto de homologação (publicado em novembro de 1998) da terra indígena Marãiwatsédé, nos municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia (MT).

Fonte: elaborado a partir dos relatórios de atividades da CAPADR (2007-2010).

Apêndice 2. Atividades CAPADR a respeito das demarcações de terras indígenas (2011-2014).

Ano	Atividade	Data	Local
2011	Audiência pública visando "Discutir as denúncias publicadas na revista VEJA, de 01 de junho de 2011 (nº 2219), sobre o reflexo da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol nas populações indígenas e nos desapropriados da região, os estudos e os efeitos das demarcações de reservas indígenas no Brasil.	23 ago. 2011	Câmara dos Deputados
	Audiência pública para “Debater e ouvir dos setores envolvidos os atuais procedimentos para demarcação de áreas quilombolas e de terras indígenas e seus impactos no setor rural brasileiro.”	21 out. 2011	Sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS
	Audiência pública para “Prestar informações sobre as ações e estudos para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Karitiana, localizada nos municípios de Porto Velho e de Candeias do Jamarai, no Estado de Rondônia; Relatar os fatos ocorridos do momento da demarcação da reserva indígena uirapuru, no município de Campos de Júlio/MT; Surto de beribéri nas etnias Macuxi, Angaricó e Wapixana (Roraima); e Situação das demarcações das reservas indígenas em todo o País”	9 nov. 2011	Câmara dos Deputados
	Audiência pública para “Prestar informações sobre as ações e estudos para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Karitiana, localizada nos municípios de Porto Velho e de Candeias do Jamarai, no Estado de Rondônia; Relatar os fatos ocorridos do momento da demarcação da reserva indígena uirapuru, no município de Campos de Júlio/MT; Surto de beribéri nas etnias Macuxi, Angaricó e Wapixana (Roraima); e Situação das demarcações das reservas indígenas em todo o País”. Teve como convidado o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo .	22 nov. 2011	Câmara dos Deputados
2012	Mesa redonda para analisar excessos e omissões por parte da Funai no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País. Contou com os expositores convidados Narciso Leandro Xavier Baez, Juiz Federal, e Rodinei Escobar Xavier Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.	11 jul. 2012	Câmara dos Deputados
	Audiência pública para debater sobre a aplicação da Portaria 303/2012 da AGU e esclarecimentos sobre os conflitos envolvendo a demarcação e desocupação de áreas indígenas no Brasil, com ênfase no Estado do Pará. Contou com a presença de José Eduardo Cardozo, ministro de Estado da Justiça, e Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União	20 nov. 2012	Câmara dos Deputados
	Debate sobre os critérios para demarcação de terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio (Proposta de Fiscalização e Controle no 61, de 2011).	21 dez. 2012	Ilhéus (BA)
2013	Reunião com a ministra Gleisi Hoffmann (convocada) e Luís Inácio Lucena Adams, da AGU.	08 maio 2013	Câmara dos Deputados

	Encontro dos deputados com o então Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho (convocado).	26 jun. 2013	Câmara dos Deputados
	Encontro na Expointer 2013 para discutir as demarcações de terras indígenas e as possíveis aquisições de terras para essa finalidade, no estado do Rio Grande do Sul.	26 ago. 2013	Auditório da FARSUL, Esteio (RS)
	Reunião tema Legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil.	26 set. 2013	Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo (RS).
	Audiência pública para “Debater as crescentes demarcações de terras indígenas no País”.	11 dez. 2013	Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados
2014	Audiência Pública a respeito da revogação da subscrição do Brasil à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	3 jun. 2014	Câmara dos Deputados, Plenário 06, Anexo II
	Reunião com ministros com o tema “Esclarecimentos sobre os assassinatos de produtores rurais promovidos por indígenas no Rio Grande do Sul”.	04 jun. 2014	Câmara dos Deputados, Plenário 06, Anexo II.
	Audiência pública para “Debater a legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil”.	20 jun. 2014	Novo Xingu – RS
	Audiência pública para “Debater as consequências, medidas e atitudes tomadas com relação à desintrusão e a pós-desintrusão dos moradores do Posto da Mata” – demarcação da terra indígena Marãiwatsédé (MT)	4 dez. 2014	Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 06

Apêndice 3. Participantes de audiências públicas e mesas redondas sobre demarcações de terras indígenas de 2011 a 2014, por ordem cronológica – CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA.

01

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
23 ago. 2011	Local: Anexo II, Plenário 06, Câmara dos Deputados, Brasília (DF)	Horário/Duração: 15h20 às 20h05
<p>Audiência Pública com o tema “Discutir as denúncias publicadas na revista VEJA, de 1º/6/11, sobre o reflexo da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol nas populações indígenas e nos desapropriados da região, os estudos e os efeitos das demarcações de reservas indígenas no Brasil.” https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/26410</p>		
<p>Proponentes: Req. nº 60/2011 CAPADR - Josué Bengtson (PTB/PA)</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1217/11 Gravação: http://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=38956</p>		
<p>Convidados: Manoel Bento Flores, presidente da Aliança de Integração e Desenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima (ALIDCIR) (representante indígena) Silvio da Silva, presidente da Sociedade em Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR) Regina Aparecida da Silva, produtora rural e representante da Associação dos Desintrusados (Regina falou representando agricultores) Sr. Paraná, agricultor convidado a falar por Regina; Genor Luiz Faccio, presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado de Roraima Faradilson Reis de Mesquita, presidente da Federação das Associações de Moradores de Roraima (Famer) Márcio Junqueira, presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima (ITERAIMA) Venceslau Braz, aguarda ser reassentado; Paulo Peixe, médico veterinário do município de Vitor Meireles (SC); Ivanor Boing, prefeito Município de Vitor Meireles (SC) Faustino Cardoso, presidente do Sindicato João Mafra, agricultor do Município de Vitor Meireles (SC) Maynard Marques de Santa Rosa, general Lylia da Silva Guedes Galetti, coordenadora-geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, e representante do Ministério da Justiça; historiadora, professora da Universidade Federal de Mato Grosso e ocupando, então, o cargo há três meses.</p>		
<p>Deputados (falaram ao público): Celso Maldaner (PMDB/SC), presidindo a comissão Josué Bengtson (PTB/PA) Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) Moreira Mendes (PPS/RO) Valdir Colatto (PMDB/SC) Francisco Araújo (PSL/RR) Luis Carlos Heinze (PP/RS) Moacir Micheletto (PMDB/PR) Alceu Moreira (PMDB/RS) Reinhold Stephanes (PMDB/PR), ex-ministro da Agricultura</p>		

Jair Bolsonaro (PP/RJ)

Berinho Bantim (PSDB/RR)

Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)

Edio Lopes (PMDB/RR)

Senador Romero Jucá (PMDB/RR), Líder do Governo

Presença registrada (conforme ata):

José Nunes, Carlos Magno, Hélio Santos, Jairo Ataíde, Jesus Rodrigues, Josias Gomes, Luiz Nishimori, Nelson Padovani, Paulo Piau, Vitor Penido, Aelton Freitas, Diego Andrade, Edinho Araújo, Lázaro Botelho, Luiz Carlos Setim, Nilson Leitão, Onyx Lorenzoni e Raimundo Gomes de Matos.

Foi registrada presença:

Rosane Kaingang, representante da APIB

José Raimundo de Quadros, agricultor de Roraima

Raimundo Cardoso de Jesus, agricultor de Roraima

Celina Soares Cardoso, agricultora de Roraima

Aílton Cabral, agricultor de Roraima

Aila Maria Santos, agricultora de Roraima

Vílson Alves Bezerra, agricultor de Roraima

Samir Hatem, representando o estado de Roraima

Aldo Schneider (PMDB/SC), deputado Estadual, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Rodrigo Jucá (PMDB/RR), deputado Estadual de Roraima

Observações: A audiência demonstra a permanência da insatisfação com a demarcação de Raposa Serra do Sol e iniciou com a exibição de uma compilação de reportagens da TV Band que criticavam as consequências da demarcação dessa terra indígena. Em uma das matérias, General Augusto Heleno Pereira acompanha o repórter e faz diversas declarações. Após dois anos da demarcação, foram relatadas inúmeras pendências com famílias retiradas da área. Faradilson Reis de Mesquita mostrou imagens de manifestações em Pacaraima contra a demarcação de Raposa Serra do Sol. Aldo Schneider fala de conflitos de demarcações no oeste de SC, Vale do Itajaí (municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho) e litoral. Também revelou uma estratégia utilizada em SC: “na época do Governador Luiz Henrique, último Governador de Santa Catarina, nós conseguimos, através da Fundação do Meio Ambiente daquele Estado, a exigência da licença ambiental para a realização das demarcações. [...] Então, nós conseguimos segurar essas ações, através da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, para que nós pudéssemos discutir, com pormenores, essa questão”. Jair Bolsonaro disse que compareceu porque foi convidado por Paulo Cesar Quartiero. Santa Rosa falou principalmente de reservas minerais e do risco que terras indígenas em faixa de fronteira representam para o país. Por isso, defendeu que a aprovação das terras indígenas deve ser feita pelo Congresso Nacional. A representante da Funai foi interrompida. Quartiero comparou a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol com a geopolítica “imperialista” em relação à Líbia e chamou de “catástrofe humana” contra Roraima e “crime contra o Estado brasileiro”. Moreira Mendes: “a separação entre índios e não índios, entre pretos e brancos, que é o que nós estamos vendo aqui no Brasil, com essa questão de reserva de cota para negro na faculdade... isso é para destruir a capacidade brasileira da sua soberania.” Mendes também exigiu a extinção da Funai. Valdir Colatto fala do nióbio. Moacir Micheletto cita dois colegas presentes na reunião que também compuseram a Comissão Externa para avaliar a demarcação de Raposa Serra do Sol: Luis Carlos Heinze e Jair Bolsonaro. Alceu Moreira reivindicou que seja feita uma CPI e contestou a proporção de áreas protegidas. Jair Bolsonaro: “E vou cobrar de vocês aqui, do Deputado Quartiero, que cobrou de mim hoje, o que S.Exa. vai fazer junto aos nossos colegas da Mesa a fim de que ela proponha uma ADIN para tornar sem efeito não apenas a Reserva Raposa Serra do Sol, mas todas as reservas que foram demarcadas ao arripio da nossa Constituição.” Edio Lopes: “me perdoe o que vou lhe dizer agora e aos sulistas: nós passamos 30 anos gritando nas pradarias de Roraima sem que nos ouvissem. Agora o Brasil inteiro nos ouve, como ficou bem claro aqui, mas é porque a questão chegou a Santa Catarina, chegou ao Paraná, chegou ao Rio Grande do Sul; chegou ao ‘sul maravilha’”.

Palavras-chave: reunião conflituosa, consenso contra as demarcações.

Senado Federal	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	
21 out. 2011	Local: Teatro Dante Barone, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS).	Horário/Duração: Turno da tarde/3h16min09s
<p>Audiência Pública com a finalidade de avaliar e debater sobre a política de regularização fundiária de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas no Brasil, bem como possíveis impactos para agricultura brasileira. (REQ 59/2011 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria da senadora Ana Amélia Lemos – PP/RS).</p> <p>Contou com a participação da CAPADR/Câmara dos Deputados e Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.</p>		
<p>Proponentes: REQ 59/2011/CRA/SF - Senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS). REQ 111/2011/CAPADR/CD - Luis Carlos Heinze (PP/RS), Alceu Moreira (PMDB/RS), Bohn Gass (PT/RS) (subscreveu), Marcon (PT/RS) (subscreveu). Deputados estaduais proponentes: Edson Brum (PMDB) e Gilberto Capoani (PMDB).</p>		
<p>Fonte: áudio fornecido pela Divisão de Taquigrafia Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.</p>		
<p>CONVIDADOS (falaram ao público): Mari Peruzzo – subchefe da Casa Civil do governo do RS; Roberto Ramos – superintendente do Inbra no Rio Grande do Sul; João Maurício Farias – coordenador substituto da Regional da Funai do Litoral Sul; Pedro Paulo Prezzotto – prefeito de Getúlio Vargas (RS), representou o presidente da Famurs; Carlos Joel da Silva – vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG), representando a CONTAG; Alexandro Reis – do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro - representando Eloi Ferreira de Araújo, presidente da Fundação Cultural Palmares. Anaximandro Almeida – Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA. Celso Ricardo Ludwig – presidente da Fetraf-Sul. Rodinei Candeia – Procurador do Estado do RS, atua na região de Erechim. Informou que, em 2010, passou a ser responsável pela ação civil pública que trata da demarcação da área de Mato Preto.</p> <p>Falaram ao público (inscritos): Onir Araújo – Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul; Daniel Franco – quilombola, de Bagé (RS); Francisco dos Santos – liderança indígena de São Leopoldo (RS); Luís Salvador – cacique de Rio dos Índios, de Vicente Dutra (RS); Jaime Alves – liderança Kaingang de Porto Alegre (RS); Maria Anacilda Carvalho – quilombo de Restinga Seca (RS); Edson Souza – representante dos produtores do Morro Alto (RS); Marinês Rosa Ronsoni – comissão dos agricultores de Mato Preto e Erechim; Vilson Marques da Rosa – presidente da Associação Quilombola de Morro Alto, Maquiné (RS); Aldo Torres – Faxinalzinho (RS); Valdecir Dovigi – Comissão de Agricultores de Vicente Dutra (RS). Marilda Souza da Rosa – representante quilombola, professora e historiadora; fala de Morro Alto. Osmar José da Silva – representando prefeitos. Sidimar Lewandowski – Fórum em Defesa das Comunidades Tradicionais de Sananduva (RS); Paulo Ricardo de Souza – sindicato rural, Farsul.</p>		
<p>Parlamentares: Ana Amélia Lemos (PP/RS) – senadora da república, coordenadora da audiência; Alceu Moreira (PMDB/RS) – dep. federal representando a CAPADR;</p>		

Luis Carlos Heinze (PP/RS) – dep. federal representando a CAPADR;
Jerônimo Goergen (PP/RS) – dep. federal deputado federal;
Elvino Bohn Gass (PT/RS) – dep. federal deputado federal;

Gilberto Capoani (PMDB/RS) – deputado estadual, representando a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo;
Edson Brum (PMDB/RS) – deputado estadual, representando a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo;
Adão Villaverde (PT/RS) – deputado estadual, presidente da ALRS;
Raul Carrion (PCdoB/RS) – deputado estadual;
Gilmar Sossella (PDT/RS) – deputado estadual;

Observações: O teatro Dante Barone, da ALRS, estava lotado e houve agitação (aplausos, interrupções de falas e vaias). Heinze diz que as demarcações são um problema que se tem debruçado na CAPADR/Câmara dos Deputados; cita o quilombo de Restinga Seca; Alceu Moreira reconheceu injustiça histórica com povos indígenas e quilombolas, mas diz que atuais moradores não podem ser penalizados; cita quilombo de Morro Alto, Maquiné, Terra de Areia, dizendo que os locais não devem ser penalizados. O deputado estadual Edson Brum fala do caso de um quilombo em Rio Pardo (RS). O representante da Funai observa a defasagem de representação indígena no espaço, pois a Fundação não representa os indígenas desde 1988 e foi interrompido por Ana Amélia Lemos. Mari Peruzzo cita reunião em Vicente Dutra (RS) com treze prefeitos e fala de Caseiros, Nonoai e Serrinha; Pedro Paulo Prezzotto fala da necessidade de partir para o confronto se a CF não for cumprida e os títulos das terras respeitados. Anaximandro Almeida cita trecho do relatório da CPI da Funai de 1999. Jerônimo Goergen (PP/RS) fala que Mato Preto não é terra indígena e da PEC nº 215/2000. Candeia é chamado por Ana Amélia Lemos para o fechamento, encaminhamento e proposições. O procurador, então, critica o laudo antropológico de Mato Preto e o processo demarcatório em geral. Omar José da Silva cita conflito evitado pelo GT coordenado por Mari no dia 18.

Palavras-chave: reunião conflituosa

03

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
09 nov. 2011	Local: Anexo II, Plenário 06, Câmara dos Deputados, Brasília (DF)	Horário/Duração: 10h45 às 13h17
<p>Audiência Pública com o tema “Prestar informações sobre as ações e estudos para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kari”; "Relatar os fatos ocorridos do momento da demarcação da reserva indígena uirapuru, no município de Campos de Júlio/MT"; "Surto de beribéri nas etnias Macuxi, Angaricó e Wapixana (Roraima)"; e "Situação das demarcações das reservas indígenas em todo o País". https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/26898</p>		
<p>Proponentes: 99/2011 - Deputados Carlos Magno (PP/RO) e Moreira Mendes (PSD/RO). 103/2011 - Deputado Nelson Padovani (PSC/PR). 121/2011 - Deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR).</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1823/11 Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=39686</p>		
<p>Convidados/mesa: Jonas de Souza Marcolino, tuxaua de Contão, Roraima, Secretário do Índio em Roraima, formado em Direito;</p>		

Lupedro Abel Moares, presidente da Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima — SODIUR;
Silvestre Leocádio da Silva, secretário da Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima — SODIUR.
Wesley Vilaça Melo, presidente do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho;
Nestor Salvatti, empresário e produtor rural;
Márcio Silva Maluf, presidente da Associação dos Produtores de Igarapé 3 Casas;

Deputados presentes (falaram ao público):

Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR), presidiu a reunião

Abelardo Lupion (DEM/PR)

Carlos Magno (PP/RO)

Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Nelson Padovani (PSC/PR)

Moreira Mendes (PSD/RO)

Alceu Moreira (PMDB/RS)

Celso Maldaner (PMDB/SC)

Cândido Vaccarezza (PT/SP)

Lindomar Garçon (PV/RO)

Oziel Oliveira (PDT/BA)

Também registraram presença (ata):

José Nunes, Bohn Gass, Dilceu Sperafico, Hélio Santos, Homero Pereira, Jairo Ataíde, Jesus Rodrigues, João Pizzolatti, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luiz Nishimori, Marcon, Moacir Micheletto, Paulo Piau, Pedro Chaves, Reinaldo Azambuja, Reinhold Stephanes, Vander Loubet, Vitor Penido, Zé Silva, Aelton Freitas, Alberto Filho, Antônio Andrade, Diego Andrade, Duarte Nogueira, Edinho Araújo, Giovanni Queiroz, Heuler Cruvinel, João Ananias, Luiz Carlos Setim, Nilson Leitão, Onyx Lorenzoni, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Dorner e Valdir Colatto, Candido Vaccarezza e Lindomar Garçon

Observações: O não comparecimento do presidente da Funai causou revolta nos presentes. Paulo Cesar Quartiero já iniciou a reunião reclamando da ausência do presidente da Funai e chamou os colegas para uma reunião extraordinária para convocar o ministro da Justiça. Abelardo Lupion chama o presidente da Funai de “**Covarde, canalha, moleque!**” e que “tem o mínimo caráter”. Carlos Magno diz querer “saber o porquê da constituição desses inúmeros grupos de trabalho”. Alceu Moreira chamou o presidente da Funai de “calhorda”. Cândido Vaccarezza (PT), líder do governo, chegou na reunião e se manifestou em relação à ausência do presidente da Funai – “não concordamos com sua atitude, não lhe vamos dar nenhuma cobertura”. Também pediu que o ministro Cardozo não fosse convocado, mas convidado. Alceu Moreira: “Esta Comissão, a meu juízo, jamais deve receber o presidente da FUNAI. Ele não merece ser recebido nesta Casa. Quem não nos respeita não deve vir aqui, até porque, daqui para a frente, nós queremos tratar disso como questão de Estado e chefe não trata de questão de Estado”. Abelardo Lupion: “A partir de agora, o presidente da FUNAI declarou guerra a esta Casa, a esta Comissão. Nós não conversamos com esse **moleque**. Nós não queremos vê-lo aqui, em hipótese alguma. Ele foi **canalha**, porque o acordo que nós fizemos é uma preocupação geral.”

Moreira Mendes: “Nós temos que fazer dessa questão o mesmo que foi feito com o **Código Florestal**.”

Carlos Magno: “O que eu proponho é que o ministro receba uma comissão de deputados envolvidos na questão e trate do problema que, como o deputado Moreira disse, depois do **Código Florestal**, vai ser o assunto de maior discussão nesta Comissão.”

Celso Maldaner. “Eu acho que está na hora de o Congresso Nacional legislar. Há a PEC n° 215, a primeira que entrou aqui, do Aldo Rebelo e do Ibsen Pinheiro. Nós também temos uma PEC tramitando. Acho que está na hora de o Congresso Nacional legislar nessa questão, porque, senão, vai resultar em uma insegurança jurídica. Depois do **Código Florestal**, o assunto mais importante hoje no Brasil refere-se aos indígenas e quilombolas.”

Portanto, essa reunião foi importante para que a prioridade do diálogo fosse diretamente com o ministro da Justiça. A importância de aprovar a PEC n° 215/2000 também foi ressaltada várias vezes.

Marcelo Paula Xavier, administrador de empresa agropecuarista, foi convidado, mas não pôde comparecer. No momento, em que as notas taquigráficas foram consultadas, havia um erro: atribuiu-se uma fala de Alceu Moreira ao deputado Lindomar Garçon. Na gravação, o registro foi realizado corretamente.

Conforme decidido nesta reunião, a CAPADR se reuniu novamente pela tarde e deliberou pelo **convite** do ministro José Eduardo Cardozo: <http://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=39702>

Palavras-chave: xingamentos/impropérios ao presidente da Funai, Código Florestal

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
22 nov. 2011	Local: Anexo II, Plenário 06, Câmara dos Deputados, Brasília (DF)	Horário/Duração: 15h13 às 17h54
<p>Audiência Pública com os temas: “Prestar informações sobre as ações e estudos para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Karitiana, localizada nos municípios de Porto Velho e de Candeias do Jamarai, no Estado de Rondônia.” “Relatar os fatos ocorridos do momento da demarcação da reserva indígena Uirapuru, no município de Campos de Júlio/MT”; “Surto de beribéri nas etnias Macuxi, Angaricó e Wapixana (Roraima)”; “Situação das demarcações das reservas indígenas em todo o País”; e “Situação Fundiária no Brasil”.</p> <p>https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/27638</p>		
<p>Proponentes: Requerimento nº 138/2011 – Carlos Magno (PP/RO), Moreira Mendes (PSD/RO), Nelson Padovani (PSC/PR), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Celso Maldaner (PMDB/SC), Alceu Moreira (PMDB/RS), Roberto Dornier (PSD/MT) – Convocação do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1909/11 Gravação: http://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=39800</p>		
<p>Mesa/convidados: José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça Márcio Meira, presidente da Funai</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Lira Maia (DEM/PA) Carlos Magno (PP/RO) Moreira Mendes (PSD/RO) Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) Nelson Padovani (PSC/PR) Celso Maldaner (PMDB/SC) Alceu Moreira (PMDB/RS) Francisco Escórcio (PMDB/MA) Bohn Gass (PT/RS) Valdir Colatto (PMDB/SC) Vilson Covatti (PP/RS) Marcon (PT/RS) Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)</p> <p>Também registraram presença (ata): Abelardo Lupion, Beto Faro, Dilceu Sperafico, Homero Pereira, Jairo Ataíde, Jesus Rodrigues, Josué Bengtson, Luiz Nishimori, Reinhold Stephanes, Osmar Serraglio, Aelton Freitas, Alfredo Kaefer, Edinho Araújo, Geraldo Simões, Luiz Carlos Setim, Marcos Montes, Nilson Leitão, Onyx Lorenzoni, Raimundo Gomes de Matos, Valdir Colatto e Valmir Assunção.</p>		
<p>Também foi registrada presença: Luzia Vacarin (PSD), prefeita de Cunha Porã José Zeferino Pedrozo, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc)</p>		

Observações: Deputados mantiveram postura ríspida em relação ao presidente da Funai, mas não foram proferidos xingamentos. A terra indígena “Karitiana” não teve nem estudo publicado ainda. A TI Uirapuru teve os marcos destruídos por vizinhos. Moreira Mendes também citou a matéria da revista *Veja* “A farra da antropologia oportunista” nesta reunião. Também pediu licença para correr ao Senado para trabalhar na questão do Código Florestal porque “o negócio está pegando fogo lá”. Alceu Moreira questiona a falta de “contraditório” no processo e o poder dos antropólogos. Francisco Escórcio: “Quero dizer que faço parte do partido que dá sustentação ao governo da presidente Dilma. Sou governista, sim, senhor. Sou! Tenho que dizer aqui. Faço tudo para que a querida presidente Dilma tenha um bom desempenho à frente do Governo brasileiro, assim como fazia na época do querido Lula.” Deputado Bohn Gass (PT/RS) questionou os preconceitos manifestados pelos deputados.

Palavras-chave:

05

Senado Federal	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	
08 mar. 2012	Local: Plenário nº 09, Anexo II, Senado Federal, Brasília (DF)	Horário/Duração: 08h30 às 11h50min
<p>Audiência Pública com a finalidade de analisar e discutir a situação das demarcações das reservas indígenas no Brasil, especialmente as ações e estudos para identificação e delimitação de novas áreas. https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=186&codcol=1307</p>		
<p>Proponentes: REQ nº 4/2012 – Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) (aprovado em 08.02.2012)</p>		
<p>Fonte: Registro audiovisual: https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/27813 Notas taquigráficas: http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/f3fcb4cd-fed6-412e-b701-2b386eeafde6</p>		
<p>Convidados (falaram ao público): Giovana Acácia Tempesta - coordenadora-geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Proteção Territorial – Ministério da Justiça/Funai; Fernando Luiz Albuquerque Faria, vice advogado-geral da União, AGU; Anaximandro Doudement Almeida - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas (CNA); José Ramalho de Lima - conselheiro e Segundo Tesoureiro da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia (Fecomercio/RO); Cleber Buzatto - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Tarso Gonçalves Vieira - Advogado e Representante do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho (Sinpec). Também foi autorizado a falar: Eliseu Lopes, guarani kaiowá, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil também falou ao público.</p>		
<p>Senadores presentes (falaram na audiência): Acir Gurgacz (PDT/RO) – presidente e autor do requerimento Waldemir Moka (PMDB/MS) Ivo Cassol (PP/RO) Delcídio do Amaral (PT/MS) Jayme Campos (DEM/MT) Presença registrada (ata): Antonio Russo, Lauro Antonio, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Clésio Andrade e Blairo Maggi.</p>		

Observações: Acir Gurgacz lembrou da PEC 38/1999, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que condiciona a demarcação de terras indígenas à aprovação no Senado, da PEC 215/2000, do Deputado Almir Sá, além do PLS 417/2011, do Senador Paulo Bauer, do qual Gurgacz é relator, que estabelece que a demarcação de terras indígenas somente seja realizada após realização de trabalhos técnicos que atestem o efetivo caráter indígena da comunidade interessada. Tarso Vieira falou sobre o processo de estudo da terra indígena karitiana e da terra indígena Kaxarari (nos estados de Rondônia, Acre e Amazonas). Também considerou as condicionantes da homologação de Raposa Serra do Sol como vinculantes – “pontos a serem observados nas próximas pretensões demarcatórias após aquela decisão”. Anaximandro Doudement Almeida, assessor da CNA, retoma o relatório da CPI da Funai de 1999. Waldemir Moka se exaltou com o representante do Cimi. Em suas considerações finais, Eliseu Lopes solicitou que os parlamentares contribuam para que seja feita uma audiência pública com Dilma Rousseff, que não teria recebido representantes do movimento indígena desde que tomou posse. Indígenas acompanharam a reunião.

Palavras-chave: contexto mais favorável aos indígenas

06

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
11 jul. 2012	Local: Anexo II, Plenário 08, Câmara dos Deputados, Brasília (DF)	Horário/Duração: 14h25 às 16h22
<p>Mesa redonda Proposta de Fiscalização e Controle nº 61/11 do Deputado Luis Carlos Heinze, que “propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio - Funai - no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País.” https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/29765</p>		
<p>Proponentes: Lira Maia (DEM/PA), relator da Proposta de Fiscalização e Controle nº 61/2011 do Deputado Luis Carlos Heinze, Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).</p>		
<p>Fonte: Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=41502</p>		
<p>Mesa/convidados: Narciso Leandro Xavier Baez, Juiz Federal Rodinei Escobar Xavier Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Luis Carlos Heinze (PP/RS) Moreira Mendes (PSD/RO) Celso Maldaner (PMDB/SC) Nilson Leitão (PSDB/MT) Carlos Magno (PP/RO) Alceu Moreira (PMDB/RS) Valdir Colatto (PMDB/SC)</p> <p>Também registraram presença (ata): Reinaldo Azambuja, Abelardo Lupion, Giovanni Queiroz, Hélio Santos, Junji Abe, Lira Maia, Eduardo Sciarra e Luiz Carlos Setim.</p>		

Observações: Heinze fala dos quilombolas. Moreira Mendes fala da PEC 215, reclama dos abusos da Funai e dos antropólogos. Comenta a gestão de um novo decreto no MJ para reger as demarcações. Comenta a troca de presidente da Funai. Baez defende o marco temporal da promulgação da CF de 1988. Relativiza o esbulho possessório e se refere indiretamente à Súmula 650, falando de aldeamentos extintos/temos remotos. Diz que laudo antropológico é “erro administrativo”, pois a CF não determina que o processo administrativo envolve laudo antropológico. Chama os indígenas que reivindicam terras de “marionetes” de organizações internacionais, Cimi... Também relata, em tom de revolta, que viu advogados representando agropecuaristas admitindo que determinadas áreas eram indígenas e focando na indenização – quando não considerava que a terra era indígena “porque em 5 de outubro de 1988 não havia índios lá”. Relata reunião com Gilmar Mendes sobre demarcações. Finaliza seu primeiro pronunciamento com: “Eu fiz um **levantamento estatístico** do que tem de terra indígena hoje no Brasil dentro de cada etnia e tal. **Nós temos terras suficientes para manter as tradições e resgatar as culturas dos índios, principalmente na região sul, onde elas já se perderam quase por completo.** Mas, para isso, é necessário um programa de auxílio e **ordenamento da vida dentro das aldeias.**” Candeia cita que Torres (da Comissão de Terras) dizia no início do século XX que só havia ocupação Kaingang no RS “que já tinham perdido completamente a sua cultura (estou falando em 1908) eles já não tinham mais cultura”. Faz longa explanação sobre o caso de Mato Preto e Morro dos Cavalos. Também cita que acompanhou o caso de Serrinha (RS). “...Porque a Funai faz assim: manda os índios invadirem, expulsa os colonos brancos e aí depois transforma em indígena.” Defende que o processo demarcatório não deve ser todo no Executivo. Baez orienta possíveis ações à bancada, como entrar com uma ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no STF.

Palavras-chave: PFC 61/2011

07

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
20 nov. 2012	Local: Anexo II, Plenário 06, Câmara dos Deputados, Brasília (DF)	Horário/Duração: 11h05min às 14h40min (03h35min)
<p>Audiência Pública sobre aplicação da Portaria 303/2012 da AGU; (Req. 269/2012) e “Prestar esclarecimentos sobre os conflitos envolvendo a demarcação e desocupação de áreas indígenas no Brasil, com ênfase no Estado do Pará.” (Req. 272/2012) https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/30443</p>		
<p>Proponentes: Req. 269/2012 - Deputados Moreira Mendes (PSD/RO) Req. 272/2012 - Giovanni Queiroz (PDT/PA) Obs.: Os requerimentos não foram votados. Houve acordo para o comparecimento dos convidados.</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1519/12 Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=42728</p>		
<p>Mesa/convidados: José Eduardo Cardozo, ministro de Estado da Justiça Luís Inácio Adams, advogado-geral da União</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Domingos Sávio (PSDB/MG), presidente Giovanni Queiroz (PDT/PA) Asdrubal Bentes (PMDB/PA) Homero Pereira (PR/MT) Valdir Colatto (PMDB/SC)</p>		

Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Lira Maia (DEM/PA)
Celso Maldaner (PMDB/SC)
Zé Geraldo (PT/PA)
Bohn Gass (PT/RS)
Zequinha Marinho (PSC/PA)
Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)
Efraim Filho (DEM/PB)
Nelson Padovani (PSC/PR)
Moreira Mendes (PSD/RO)
Nilson Leitão (PSDB/MT)

Também registraram presença (ata):

Raimundo Gomes de Matos (presidente), Carlos Magno, Dilceu Sperafico, Hélio Santos, Josias Gomes, Josué Bengtson, Junji Abe, Oziel Oliveira, Wandenkolk Gonçalves, Alceu Moreira, Luci Choinacki, Luiz Carlos Setim, Luiz Nishimori, Nelson Marquezelli, Onyx Lorenzoni e Reinhold Stephanes, Osmar Serraglio.

Observações: Cardozo considerou o tema das demarcações de terras indígenas “dos mais tensos, um dos mais difíceis - e olhem que não me faltam problemas difíceis no Ministério da Justiça - que possam ser de forma pacífica equacionados.” Na sequência, declara: “A questão de maior incidência na minha agenda, confesso aos senhores, é a questão indígena. Hoje, cerca de 60% do tempo do Ministério de Estado da Justiça estão voltados para tratar dessas questões, seja em despachos ordinários com a FUNAI, seja em atendimento aos Srs. Governadores, seja em atendimento a questões do próprio governo federal, seja em atendimento a Deputados Federais ou a Senadores.” Também conta o processo de publicação e suspensão dos efeitos da portaria 303/2012. Giovanni Queiroz fez uma longa explanação sobre a situação dos posseiros da terra indígena **Apyterewa** (PA). Asdrubal Bentes falou que já advogou na questão da terra indígena Apyterewa. Acrescenta: “Ministro, desculpe-me se V.Exa. já ouviu várias vezes pronunciamento meu nesta Casa pregando a extinção da FUNAI. **Esse órgão não tutela o índio, não protege o índio.** Pelo contrário, esse órgão cria conflitos.” Paulo Cesar Quartiero - Sobre Raposa Serra do Sol: “Nós, naquela oportunidade, resistimos e quase fomos à luta física. Procuramos apoio, mas tivemos muito pouco. Dissemos aos produtores de outros Estados: **'Vocês são Roraima amanhã'**. O que está acontecendo hoje é o que prevíamos. Novamente, novas Raposas Serra do Sol estão sendo implantadas em todo o Brasil. Os principais prejudicados vão ser, sim, os indígenas. É mentira que estão protegendo o índio. Quem não acreditar em mim, pegue o avião. Há três aviões por dia aqui. Vá a Roraima, pegue o carro e vá ver o crime que foi feito lá. Depois venha discutir aqui.” Cardozo diz que a demarcação das terras indígenas é um ato vinculado e declaratório – e não discricionário, em que há uma liberdade de opção por parte do administrador, entre verificar o que é conveniente e não conveniente, oportuno e não oportuno. Segue: “Aliás, já houve quem dissesse que o cargo da Presidência da FUNAI é o cargo mais difícil de ser exercido na República. Tem alguma razão, porque é um órgão tensionado. Vamos entender isso. É um órgão tensionado pelas comunidades indígenas, pelos organismos internacionais, pelo legítimo interesse de possuidores, pelo Governo, que quer fazer obras. Então, na verdade, é um dos órgãos mais tensionados da República. Claro, nós temos que entender essa situação, porque, se faz, é porque fez e, se não faz, é porque não fez. É condenado porque fez. É condenado porque não fez. Não é simples.” O ministro também defende a inconstitucionalidade da PEC nº 215/2000. A ideia de uma lei complementar (relacionado ao relevante interesse público) também foi apoiada por Adams e Cardozo.

Zé Geraldo, sobre Apyterewa: “**nós temos uma Comissão Parlamentar**, da qual fazem parte os Deputados Giovanni, Zequinha Marinho, Asdrubal e eu, além do Deputado Lira Maia, para acompanhar esse processo”.

Asdrubal Bentes - “Bacharel em Direito, Bentes iniciou sua carreira política ao filiar-se à Arena em 1976. Após o regime militar, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).” Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/657044-ex-deputado-asdrubal-bentes-morre-vitima-de-covid-19/>

Palavras-chave: Apyterewa, Mato Preto

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
21 dez. 2012	Local: Ilhéus (BA) – local não informado	Horário/Duração: 10h00min às 11h53min (01h53min)
<p>Audiência Pública externa (nº 1840/12) - Debate sobre os critérios para demarcação de terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI (Proposta de Fiscalização e Controle no 61, de 2011). O evento é classificado na Câmara como “Frente Parlamentar - Reunião Externa”.</p>		
<p>Proponentes: Geraldo Simões (PT/BA), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária para a Região Nordeste (proponente da audiência).</p>		
<p>Fonte: notas taquigráficas.</p>		
<p>Convidados: Luiz Henrique Uaquim, vice-presidente da Associação de Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema. Guilherme Galvão de Oliveira Pinto, presidente da Associação de Produtores de Cacau (APCACAU). Milton Andrade, Agrônomo, presidente do Sindicato Rural de Ilhéus. Andirlei Nascimento da Silva, representante da Ordem dos Advogados do Brasil de Itabuna. José Reginaldo Souza Silva, chefe de gabinete da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia. Pedro Alcântara, chefe de gabinete da Secretaria de Relações Institucionais do governo do estado da Bahia, ex-deputado estadual (BA) (2009-2011) Mauro Montagnoli, bispo da Diocese de Ilhéus</p>		
<p>Outras presenças registradas: Eri Alves de Souza, que representa a COOFASULBA; Isidoro Gesteira, que representa a Câmara Setorial de Cacau; Waldelice de Oliveira, do Lions Club Ilhéus-Norte</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Geraldo Simões (PT/BA), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária para a Região Nordeste (proponente da audiência).</p>		
<p>Observações: Houve várias intervenções na plateia durante a reunião, geralmente de posseiros/agropecuaristas. Luiz Henrique Uaquim - “Todos têm acompanhado a ação do Deputado Federal Geraldo Simões, que nunca esteve ausente. Como foi dito em todas as reuniões, esse é o papel do Parlamentar, porque foi a ele — a eles — que nós passamos a nossa procuração para resolver conflitos como esse, fundiário, e problemas na saúde, educação e segurança. [...] Aliás, o que muito me animou no discurso de posse da Presidenta Dilma foi ouvir que a sua bandeira era erradicar a fome e a miséria deste País. Mas como ela vai conseguir isso — vamos torcer para que consiga —, descolonizando este País da forma como a FUNAI presente fazer? [...]a Associação de Pequenos Agricultores pagou, e pagou bem, a grandes profissionais para construir laudos antropológico, ético e histórico que deram embasamento à nossa defesa junto ao Ministério da Justiça.” Guilherme Galvão de Oliveira Pinto - “Não há um aqui que seja preto puro, que seja branco puro, que seja índio puro. Nós somos mestiços. (Palmas.) E a grande vantagem que o Brasil tem em relação aos outros países é que aqui somos todos iguais. Não existe discriminação racial em nosso País, mas discriminação social, cultural e econômica. A racial não existe. Estão querendo criá-la hoje. Todo mundo tem e todo mundo considera... Pode ser negro, branco, amarelo e índio. Não temos diferenças. Somos todos brasileiros. Essa é a nossa grande vantagem.” José Reginaldo Souza Silva, representante do governo estadual e contrário à demarcação - “Eu concordo com as palavras do presidente. Nós somos todos mestiços. Não existe separação. Não podemos destacar que o Brasil é um país da raça X ou da raça Y. Nós somos uma raça única, nós somos mestiços mesmo.” Pedro Alcântara, ex-ARENA, também representante do governo e basicamente defendeu o governo estadual. Um dos participantes assinalou a ausência de prefeitos e vereadores. No final da audiência, Geraldo Simões cita conflitos em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e no Paraná e dá a estimativa de que há 262 parlamentares na FPA. Simões também declara: “Todos aqui sabem que eu sou do PT. E isso está acontecendo agora no Governo do PT. Mas isso tudo que está acontecendo agora é fruto</p>		

de uma legislação anterior ao Governo do PT, que deu esse superpoder à FUNAI. [...] Há esse movimento forte para retirar da FUNAI essa prerrogativa de fazer o relatório e encaminhar uma portaria para que o ministro assine a demarcação. É um movimento forte.” Segue, no momento seguinte: “Vamos passar pelo período do Natal, vamos passar pelo Ano-Novo, vamos começar 2013. **Eu tenho muita confiança de que vai ser um momento mais fortalecido.** Vamos juntar mais gente no Brasil, vamos ficar mais aqui. Vamos trabalhar para **levar responsabilidades da FUNAI para o Congresso Nacional**, e assim isso será decidido de outra maneira.”

Palavras-chave: tupinambá, associação por produto, deputado petista

09

Câmara dos Deputados	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)	
07 maio 2013	Local: Anexo II, Plenário 15	Horário/Duração: 14h38 às 17h38 (2h52min)
<p>Audiência Pública para debater a “Demarcação de terras indígenas no Brasil” e “O fechamento da BR-174, nos Estados do Amazonas e Roraima”.</p> <p>https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/31596</p>		
<p>Proponentes: Req. nº 296/2013 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) e 275/2013 do deputado Raul Lima (PP/RR).</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0455/13 Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=44076</p>		
<p>Convidados (falaram ao público): Maria Augusta Boulitreau Assirati, Diretora de promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio (Funai); José Luiz Jaborandy Júnior, General de Brigada e Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia; Benjamin Affonso Neto, Chefe do 3º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal; Edward Mantoanelli Luz, apresentado como antropólogo</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Jerônimo Goergen (PP/RS), presidente Asdrubal Bentes (PMDB/PA) Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) Moreira Mendes (PPS/RO) Raul Lima (PP/RR) Weverton Rocha (PDT/MA) Nilson Leitão (PSDB/MT) Anselmo de Jesus (PT/RO) Urzeni Rocha (PSDB/RR) Também registraram presença (ata): Carlos Magno, Dr. Luiz Fernando, Leomar Quintanilha, Miriquinho Batista, Plínio Valério, Simplício Araújo e Ademir Camilo.</p>		
<p>Presença registrada: Vice-Prefeito de Getúlio Vargas (RS) Agropecuaristas do Pará</p>		

Observações: A BR-174 liga Manaus a Boa Vista e que possui um trecho incidente na terra indígena Waimiri Atroari. A rodovia é interrompida das 21h até às 6h30 e não possui pontos de apoio a viajantes dentro da área da terra indígena. Apesar do conteúdo exposto pelos convidados, os parlamentares presentes abordaram principalmente o tema das demarcações em suas intervenções, questionando a atuação da Funai. Com aprovação do plenário, Edward Luz, antropólogo envolvido em diversas contestações de laudos antropológicos de identificação de terras indígenas, também realizou exposição. Como Luz comunica, forneceu materiais ao deputado Nilson Leitão para serem usados na audiência pública do dia seguinte (08 de maio) com a Ministra-Chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann.

Moreira Mendes: “Presidente, eu também endosso aqui o posicionamento dos nobres Deputados que me antecederam. Eu acho que isso deve ser, daqui para frente, uma conduta costumeira nossa, dos Deputados nesta Câmara dos Deputados: **convocar um ministro por semana**. Amanhã nós vamos ter a presença da Ministra-Chefe da Casa Civil, que foi convocada pela Comissão de Agricultura. E assim nós devemos fazer, até que o governo deixe de fazer ouvidos de mercador e preste atenção a um assunto que é gravíssimo no País inteiro.” Asdrubal Bentes fala de agropecuaristas presentes da área “**pretensamente indígena Apyterewa**”. Depois, repete: “Desculpe-me a persistência, mas esta reunião foi convocada para tratar de dois temas: a BR-174 e a demarcação de terras indígenas. Em função disso, vieram representantes de pretensas áreas indígenas ocupadas por não índios, como a Guajá, a Cachoeira Seca do Iriri e também a área da Apyterewa.”

Edward Luz: “Como disse o nosso Deputado Moreira Mendes - e quero dizê-lo de outra forma -, vão tomar posse da nossa Amazônia sem dar nem um tiro sequer. Vão tomar de nós boa parte.” Também declarou que a Funai demarcou terras para peruanos.

O Deputado Anselmo de Jesus (PT/RO) não fez nenhuma declaração.

Palavras-chave: Waimiri Atroari, BR-174, contexto desfavorável às demarcações

10

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
8 maio 2013	Local: Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 02	Horário/Duração: 10h22 às 16h12
Audiência Pública para “Prestar esclarecimentos acerca da identificação e delimitação das terras indígenas no Brasil”. https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/31566		
Proponentes: REQ nº 345/2013 CAPADR - Luís Carlos Heinze (PP/RS), Duarte Nogueira - PSDB/SP, Valdir Colatto (PMDB/SC) e Domingos Sávio (PSDB/MG) – “Requer seja convocada a Senhora Gleisi Helena Hoffmann, ministra chefe da Casa Civil, afim de prestar esclarecimentos acerca da identificação e delimitação das terras indígenas no Brasil”.		
Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0465/13 Áudio: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=44101		
Convocada: Gleisi Helena Hoffmann , ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, senadora (PT/PR) Acompanhada de Luís Inácio Lucena Adams , advogado-geral da União		
Deputados presentes (falaram ao público): Giacobo (PR/PR), presidente Duarte Nogueira (PSDB/SP) Luís Carlos Heinze (PP/RS) Abelardo Lupion (DEM/PR) Valdir Colatto (PMDB/SC)		

José Guimarães (PT/CE)
Domingos Sávio (PSDB/MG)
Ivan Valente (PSOL/SP)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)
Moreira Mendes (PPS/RO)
Nilson Leitão (PSDB/MT)
Alceu Moreira (PMDB/RS)
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
Geraldo Simões (PT/BA)
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)
Beto Faro (PT/PA)
Nelson Padovani (PSC/PR)
Vilson Covatti (PP/RS)
Ronaldo Caiado (DEM/GO)
Valmir Assunção (PT/BA)
Mandetta (DEM/MS)
Sandro Alex (PPS/PR)
Dilceu Sperafico (PP/PR)
Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)
Marcon (PT/RS)
Renan Filho (PMDB/AL)
Geraldo Resende (PMDB/MS)
Marcelo Castro (PMDB/PI)
Weverton Rocha (PDT/MA)
Bohn Gass (PT/RS)
Celso Maldaner (PMDB/SC)
Francisco Escórcio (PMDB/MA)
Lira Maia (DEM/PA)
Valtenir Pereira (PSB/MT)
Marcio Junqueira (DEM/RR)
Asdrubal Bentes (PMDB/PA)
Sarney Filho (PV/MA)
Giovanni Queiroz (PDT/PA)

Também registraram presença (ata):

Alexandre Toledo, Anselmo de Jesus, Assis do Couto, Carlos Magno, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Hélio Santos, Homero Pereira, Humberto Souto, Jairo Ataíde, Júnior Coimbra, Junji Abe, Luiz Nishimori, Natan Donadon, Nelson Meurer, Odílio Balbinotti, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Balestra, Vitor Penido, Alfredo Kaefer, Chico das Verduras, Diego Andrade, Edinho Araújo, Edson Pimenta, Eduardo Sciarra, Eleuses Paiva, Heuler Cruvinel, Jerônimo Goergen, Josias Gomes, Leomar Quintanilha, Márcio Marinho, Mário Heringer, Nelson Marquezelli, Newton Cardoso, Padre João, Wellington Roberto, Akira Otsubo, Marinha Raupp e Waldir Maranhão.

Presença registrada:

Ângela Sousa (PSC/BA), Deputada Estadual

Observações: Reunião realizada num dos plenários mais amplos da ala das comissões do Anexo II. Hoffmann mencionou os demais ministérios que seriam envolvidos no novo rito de demarcação. Defende Belo Monte.

Heinze: “Eu sou agrônomo e produtor rural. Sei dos interesses nas terras, as terras para agricultura. Sei dos interesses na água doce - este País possui a maior reserva de água doce do mundo. Sei dos interesses nas florestas. Mas muito maiores do que os interesses nas terras, na água e nas florestas são os interesses nas reservas minerais que existem em nosso território nacional, em qualquer Estado da Federação. (Palmas na plateia.) Sra. Ministra, esse é o interesse. Os Estados Unidos da América, há não muito tempo, mataram Saddam Hussein. O interesse era o petróleo. O mundo viu isso pela televisão. Quem dirá que amanhã essas ONGs, esse Rei da Noruega e outros tantos mais não virão fazer a mesma coisa no Brasil? E quem vai impedir que se faça isso? (Palmas na plateia.)” [...] Nós queremos instalar a Comissão referente à PEC 215. (Palmas na plateia.) Nós queremos a CPI da FUNAI, Deputado Alceu Moreira. Temos o número de assinaturas suficiente e vamos

trabalhar para mostrar esses escândalos ao Brasil e ao mundo. E nós queremos também, Ministro Adams e Ministra Gleisi, a Portaria nº 303.” “Quem quiser ameaçar estes **brancos** que estão aqui...”

Duarte Nogueira: "A FUNAI falha em outras de suas finalidades, como na educação indígena, nos serviços de saúde aos povos indígenas." "O que está provocando essa situação, Ministra, é a falta de uma política indígena clara por parte do Governo, que **transformou o índio em sem-terra.**"

Houve hostilidade entre o público acompanhando (indígenas e agropecuaristas).

Moreira Mendes: "Será que o nosso Governo é só para atender, por conta dos reclamos internacionais, as comunidades indígenas ou é também para olhar por este povo todo?"

Geraldo Simões (PT/BA): “**Eu sou do Partido dos Trabalhadores e faço parte da Frente Parlamentar da Agropecuária. Faça mesmo!**” [Assinou a CPI?]

Abelardo Lupion: Nós não podemos aceitar que um governo constituído, como é o governo da presidente Dilma, seja pautado por um **bando de criminosos que fazem parte da FUNAI.**

Giovanni Queiroz - Sobre Apyterewa: "Apyterewa, no sul do Pará: 266 mil hectares para 156 índios; vai para 900 mil hectares; retorna para 700 mil hectares, se sobrepondo à área ocupada por duas mil famílias, duas mil famílias, inclusive assentadas pelo INCRA, 241 dessas."

Palavras-chave: reunião conflituosa, reunião mais longa.

11

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
26 jun. 2013	Local: Anexo II, Plenário 04	Horário/Duração: 10h06 às 14h49
<p>Audiência Pública para “Esclarecimentos sobre os processos de identificação, delimitações e demarcações de terras indígenas.” https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/32350</p>		
<p>Proponente: Req. nº 369/2013 CAPADR, do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS)</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0850/13 Áudio: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=44771</p>		
<p>Convocado: Gilberto Carvalho, Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Giacobo (PR/PR), presidente Luis Carlos Heinze (PP/RS) Weverton Rocha (PDT/MA) Luci Choinacki (PT/SC) Oziel Oliveira (PDT/BA) Marcos Montes (DEM/MG) Ronaldo Caiado (DEM/GO) Bohn Gass (PT/RS) Alceu Moreira (PMDB/RS) Abelardo Lupion (DEM/PR) Giovanni Queiroz (PDT/PA) Nilson Leitão (PSDB/MT) Domingos Dutra (PT/MA) Moreira Mendes (PPS/RO)</p>		

Jesus Rodrigues (PT/PI)
 Domingos Sávio (PSDB/MG)
 Anselmo de Jesus (PT/RO)
 Duarte Nogueira (PSDB/SP)
 Padre João (PT/MG)
 Valdir Colatto (PMDB/SC)
 Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)
 Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
 Giovani Cherini (PDT/RS)
 Mandetta (DEM/MS)
 Valmir Assunção (PT/BA)
 Iriny Lopes (PT/ES)
 Padre Ton (PT/RO)
 Assis Carvalho (PT/PI)
 Dilceu Sperafico (PP/PR)
 Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
 Ivan Valente (PSOL/SP)

Também registraram presença (ata):

Alexandre Toledo, Assis do Couto, Carlos Magno, Celso Maldaner, Davi Alves Silva Júnior, Hélio Santos, Júnior Coimbra, Junji Abe, Leandro Vilela, Luiz Nishimori, Marcelo Castro, Nelson Meurer, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Roberto Balestra, Afonso Hamm, Edinho Araújo, Márcio Marinho, Marcos Montes, Nelson Marquezelli, Wandenkolk Gonçalves, Benedita da Silva, Erika Kokay, João Campos, José Guimarães, Marinha Raupp e Weliton Prado.

Observações: Foi transmitida por telão no Auditório Nereu Ramos. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, encontrou-se com os deputados da CINDRA no dia da aprovação da convocação de Gilberto Carvalho (12 de junho de 2013), dois dias antes da mobilização nacional contra as demarcações organizada pela FPA e federações de agricultura.

Oziel Oliveira e Giovanni Queiroz mencionaram as mobilizações de rua de junho de 2013, sendo que Oliveira associou com uma insatisfação com o governo federal.

Alceu Moreira menciona uso de chá do Santo Daimé para idealizar demarcação.

Nilson Leitão fala do caso de Marãiwatsédé e Kayabi.

Ronaldo Caiado fala em "antropologia da vingança": "um órgão que é subordinado ao Governo, que, em vez de fazer política de Governo, passa a fazer uma política para poder penalizar, acirrar os ânimos, destruir o que está produzindo, penalizar as pessoas que ajudam este País a se desenvolver, fraudando todos esses laudos que nós sabemos muito bem que são fraudados. (Palmas.)" Mandetta e Moreira Mendes falam em "pibinho" – nos meses anteriores, o crescimento do PIB foi apontado, inicialmente, como de 0,9% em 2012.

Padre Ton falou como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas – "A Presidenta Dilma nunca recebeu os indígenas, porque eu acompanho... Fomos recebidos até pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Eu pediria a V.Exa., que conversasse com a Presidenta... Mesmo sendo da base, eu nunca me encontrei com a Presidenta."

Uma partida da Copa do Mundo da FIFA daquele dia é mencionada com frequência.

Palavras-chave: reunião conflituosa.

12

Câmara dos Deputados	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)	
20 ago. 2013	Local: Anexo II, Plenário 2	Horário/Duração: 15h05 às 20h21
<p>Audiência Pública para "Debater sobre a demarcação de terras indígenas no estado do Maranhão, com ênfase nas áreas de Governador e Awa-Guajá". https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/32946</p>		

Proponentes: Req. nº 346/2013 de autoria do Deputado Weverton Rocha (PDT/MA), subscrito pelo Deputado Asdrúbal Bentes (PMDB/PA).

Fonte:

Gravação:

<http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=45277>

Ata:

<http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/mostraringtegra.asp?CodTeor=1119997>

Convidados (falaram ao público):

Carlos Travassos, Coordenador Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai;

Adriana Luriko Kamada Ribeiro, Prefeita de Amarante (MA);

Arnaldo Lacerda Souza, presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Propriedades e Agricultores de São João do Caru (MA);

Mauro Sérgio Lima Marinho, presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Amarante (MA);

Ridson Arruda Martins, presidente Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Fernando Falcão (MA);

Adailton Ferreira Cavalcante, Prefeito de Fernando Falcão (MA);

Lourenço Borges Milhomem, da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas;

Luiz Antonio Nascimento Curi, advogado, representa a contestação da TI Governador (MA);

João Carlos, Secretário de Meio Ambiente, Fernando Falcão (MA) (Platéia)

Deputados presentes (falaram ao público):

Jerônimo Goergen (PP/RS)

Asdrubal Bentes (PMDB/PA)

Weverton Rocha (PDT/MA)

Giovanni Queiroz (PDT/PA)

Oziel Oliveira (PDT/BA)

Anselmo de Jesus (PT/RO)

Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)

Francisco Escórcio (PMDB/MA)

Marcio Junqueira (DEM/RR)

Carlos Brandão (PSDB/MA)

Nilson Leitão (PSDB/MT)

Também registraram presença (ata):

Miriquinho Batista, Simplício Araújo, Ademir Camilo, Alberto Filho, Davi Alves Silva Júnior e Hélio Santos.

Senador

Edison Lobão Filho (DEM/MA)

Também foi registrada presença:

Rigo Teles, Deputado Estadual pelo Maranhão;

Márcio Meira, Ex-presidente da Funai;

Edson Nunes, presidente da Associação dos Produtores Rurais do Vale do Gurupi (Aprovale);

José Hilton Coelho de Souza, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Maranhão;

João Carlos Almeida Santiago, da Comissão Permanente dos Produtores Rurais do Município de Fernando Falcão (MA);

Junho Solteiro, Edimar Simplício e Raimunda do Bernaldo Caixão - Vereadores do Município de Zé Doca (MA);

Representante da Comissão de Proteção ao Povo do Município de Zé Doca (MA).

Fernando Furtado, presidente do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Município de São João do Caru (MA) e presidente das Confederações de Pescadores do estado do Maranhão;

Dárcio do Chico Crente, Alex do Demar, Afrânio Paes de Melo, Geraldo do Santarem e Naiane Coelho Borges - Vereadores do Município de São João do Caru;

Observações: Plenário com presença de comitivas de municípios do Maranhão e indígenas também acompanharam a reunião. Goergen cita a reunião realizada pela manhã na Embrapa.

A reunião já se iniciou de maneira conturbada, pois Asdrubal Bentes exigiu que Carlos Travassos apresentasse material que disse que havia preparado e desistiu de apresentar, mas não foi atendido, ficando exasperado. Assim, a explanação de Travassos já iniciou de maneira conturbada.

O senador Lobão Filho considera que não é por meio das demarcações que se vai garantir os direitos às populações indígenas. Também declarou: “Eu não acho que o brasileiro seja um trabalhador de segunda classe e o indígena de primeira classe, que é a forma como o brasileiro tem sido tratado. Achar que o brasileiro comum é segunda classe e o indígena primeira classe é um erro absoluto. Todos nós brasileiros somos iguais. O indígena e o trabalhador agrícola brasileiro.”

Arnaldo Lacerda Souza é apontado por Mauro Marinho como um dos principais articuladores do movimento contra a demarcação na região.

A expressão “farra antropológica” (da Revista Veja) foi usada por Arnaldo Lacerda Souza.

Paulo Cesar Quartiero: “O Exército tem que se decidir se vai ficar com o povo brasileiro ou as ONGs”.

Francisco Escórcio ressaltou que é da base do governo, vice-líder do PMDB, e não estava satisfeito com o envio de um coordenador da Funai, pois entendia que deveria ter comparecido o presidente. Acabou sua manifestação exaltado.

Lourenço Borges Milhomem (rep. indígena): “Nós não estamos aqui, como alguns deputados falaram, para buscar violência, que vai ter sangue. Não. Vocês estão motivando, incentivando o povo brasileiro querer se confrontar. Vocês não estão aqui para buscar paz”.

Carlos Travassos menciona a frequente referência que deputados fazem a serviços de saúde e educação que Funai não estaria prestando adequadamente, mas esses serviços não são de responsabilidade da Fundação – “Então, isso demonstra a falta de qualidade do debate, a falta de qualidade das informações, o preparo que se tem para se entrar nessa discussão.”

Finalizado o debate, o Deputado Jerônimo Goergen sugeriu ao presidente em exercício que fossem, em comitiva, ao gabinete do presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, para requerer a celeridade da tramitação do PLP nº 227/2012.

Nota: Carlos Brandão (PSDB/MA) renunciou ao mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2011-2015, para assumir o mandato de Vice-Governador do Estado do Maranhão, em 29 de dezembro de 2014.

Palavras-chave: oposição trabalhador brasileiro x indígena, reunião massiva

13

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
26 ago. 2013	Local: Auditório da FARSUL, Parque de Exposições Assis Brasil - Esteio (RS)	Horário/Duração: 14h00 às 18h00
Reunião externa para “Discutir as demarcações de terras indígenas e as possíveis aquisições de terras para essa finalidade, no estado do Rio Grande do Sul”. https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/33177		
Proponente: REQ 405/2013 CAPADR - Luis Carlos Heinze (PP/RS), Onyx Lorenzoni (DEM/RS) e Afonso Hamm (PP/RS).		
Fonte: Ata: https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1122407.htm		
Convidados: Carlos R. Sperotto , presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul); Joseane Einloft , diretora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetagr/RS); Heitor Petersen , diretor do Comitê dos Atingidos por Indígenas e Quilombolas (Cadequi); Mário Nascimento , representando a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs); Vergílio Perius , presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Ocergs).		

<p>Deputados presentes (falaram ao público): Luis Carlos Heinze (PP/RS) Onyx Lorenzoni (DEM/RS) Alceu Moreira (PMDB/RS)</p> <p>Também registraram presença: Pedro Westphalen (PP/RS), deputado estadual, presidente da ALRS Edson Brum (PMDB/RS), deputado estadual, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa Zilá Breitenbach (PSDB/RS), deputada estadual Frederico Antunes (PP/RS), deputado estadual</p>
<p>Observações: Cópia da ata: “Aberto o Encontro, o deputado Luis Carlos Heinze comentou a importância da instalação da PEC 215/00, que dará competência ao Congresso Nacional para legislar sobre as questões indígenas, e da aprovação do Projeto de Lei Complementar – PLP 227/12, que regulamenta o § 6º do art. 231, da Constituição Federal de 1988 definindo os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de Terras Indígenas. Durante os debates, os parlamentares ouviram o relato dos produtores rurais que estão na iminência de perderem suas terras para a criação de reservas indígenas e comunidades quilombolas. Os líderes políticos e classistas ratificaram a preocupação com o avanço nas demarcações dessas áreas e manifestaram apoio às ações dos deputados membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR – da Câmara dos Deputados que tentam conter a ampliação e demarcação de novos territórios. Os deputados expuseram as ações em andamento no Legislativo e as negociações com o governo para manter as famílias em suas propriedades.”</p>
<p>Palavras-chave:</p>

14

Câmara dos Deputados	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)	
04 set. 2013	Local: Anexo II, Plenário 15	Horário/Duração: 09h26 às 10h05
<p>Mesa Redonda “com a presença do Jornalista e Sociólogo, Lorenzo Carrasco, autor do livro Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil: um olhar nos porões do conselho mundial de igrejas.” https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/33242</p>		
<p>Proponentes: REQ nº 362/2013 – Deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)</p>		
<p>Fonte: Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=45522</p>		
<p>Convidado (falou ao público): Lorenzo Carrasco, autor do livro “Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil”, com indicação de Paulo Cesar Quartiero.</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Jerônimo Goergen (PP/RS) Zequinha Marinho (PSC/PA) Wilson Filho (PMDB/PB) Asdrubal Bentes (PMDB/PA) Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) Francisco Praciano (PT/MA) Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA) Plínio Valério (DEM/AM)</p>		

<p>Observações: Antes da explanação do convidado, Goergen salientou que o tema trazido por Carrasco não é unanimidade na comissão – “porque tem aqueles que não concordam com suas teses e eu preciso registrar como presidente”.</p> <p>Lorenzo defende a tese que o Brasil é um exemplo de “harmonia racial”, um país de mestiços. O problema racial/étnico foi introduzido no país por organizações não governamentais estrangeiras – “<i>Se están creando divisiones en el povo, en la población, entre índio y no índio, entre negro y no negro, entre preto... Todas las posibilidades que se quieran dividir</i>”. A origem disso seria o Conselho Mundial de Igrejas.</p> <p>Pela tarde, houve reunião de trabalho da CINDRA com representante do IBGE para tratar sobre a distribuição da população indígena no Brasil.</p>
<p>Palavras-chave:</p>

15

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
26 set. 2013	Local: Auditório do Centro de Eventos da Universidade de Passo Fundo/RS (BR 285, São José)	Horário/Duração: 13h30 a 17h00
<p>Reunião externa com o tema “Debater a legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil.”</p> <p>https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/33664</p>		
<p>Proponentes: REQ nº 438/2013 CAPADR – Alceu Moreira (PMDB/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS), e Onyx Lorenzoni (DEM/RS).</p>		
<p>Fonte: Ata: https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1176364.htm</p>		
<p>Convidados: Rodinei Escobar Xavier Candeia, Procurador da Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul no município de Erechim Técnicos da EMATER, Representante da EMBRAPA Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Representante da FETAG Representante da Universidade de Passo Fundo Representante da Secretaria de Agricultura da prefeitura municipal de Passo Fundo</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Luis Carlos Heinze (PP/RS) Alceu Moreira (PMDB/RS) Valdir Colatto (PMDB/SC) Vilson Covatti (PP/RS)</p> <p>Também registraram presença: Edson Brum (PMDB/RS), deputado estadual, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa Gilberto Capoani (PMDB/RS), deputado estadual Diógenes Basegio (PDT/RS) deputado estadual</p>		
<p>Observações: Cópia da ata: “O Encontro foi presidido pelo Deputado Federal Alceu Moreira, que contou com a presença de cerca de 700 agricultores de todas as regiões do Rio Grande do Sul. Discutiu-se no encontro, com técnicos especialistas, a forma que vem sendo elaborado o laudo antropológico que embasa as ações de desapropriação de terras; e também a importância da PEC 215, que vai para votação nos próximos dias. O</p>		

procurador do Estado Rodinei Candeia palestrou sobre as demarcações de terras indígenas e quilombolas no Rio Grande do Sul, ensejando que o laudo antropológico que dá base às demarcações de terras e desapropriações apresenta fragilidade, podendo ser desconstruído tecnicamente e juridicamente. No encerramento do evento todos os participantes fizeram uma **marcha até a sede da Procuradoria da República em Passo Fundo**, onde realizaram uma manifestação pacífica e ordeira. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Encontro, Deputado Alceu Moreira, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dezessete horas e trinta minutos.”

Palavras-chave: mobilização de rua

16

Senado Federal	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	
31 out. 2013	Local: Plenário nº 09, Anexo II, Senado Federal, Brasília (DF)	Horário/duração: Início: 7h46min Fim: 10h10min
<p>Audiência Pública para “debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.” https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?4&reuniao=2060&codcol=1307</p>		
<p>Proponentes: RRA 6/2013 Senador Benedito de Lira (PP/AL) e outros. RRA 40/2013 Senador Ruben Figueiró (PSDB/MS), RRA 43/2013 Senador Benedito de Lira (PP/AL)</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/2060</p>		
<p>Convidados (falaram ao público): Jonatan Pereira Barbosa, vice-presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, que falou pela entidade. Gustavo Passarelli, advogado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul; Rodinei Escobar Xavier Candeia, procurador do Estado do Rio Grande do Sul; Ricardo Bezerra Vitória, assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeiras do Índios e advogado-procurador do Instituto de Terras de Alagoas; James Ribeiro, prefeito do Município de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas.</p>		
<p>Senadores presentes (falaram ao público): Acir Gurgacz (PDT/RO), presidente Ana Amélia (PP/RS) Benedito de Lira (PP/AL) Blairo Maggi (PR/MT) Delcídio do Amaral (PT/MS) Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) Ruben Figueiró (PSDB/MS) Sérgio Souza (PMDB/PR) Waldemir Moka (PMDB/MS) Deputado: Luis Carlos Heinze (PP/RS) Senadores que registraram presença: Clésio Andrade, Osvaldo Sobrinho e Flexa Ribeiro.</p>		
<p>Tiveram presença registrada: José Maria Melo da Costa, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas. Francisco José de Albuquerque Maia Costa, presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul.</p>		

Observações: Ana Amélia fala da demarcação de Mato Preto, em Getúlio Vargas (RS). Delcídio Amaral (PT) adotou tom crítico ao governo. Passarelli justificou a ausência do presidente da Famasul, Eduardo Riedel; também cita conflito em Japorã (MS), Sidrolândia (Buriti); diz que a decisão do STF não foi de repercussão geral, mas se tornou importante referência no meio jurídico. Segundo depoimento do deputado Heinze (PP/RS), Gustavo Passarelli era, então, um dos principais advogados trabalhando na questão das demarcações. Jonatan P. Barbosa cita Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia (Buriti). Rodinei Candeia: “Nós temos, lá no Rio Grande do Sul, casos, assim, que se tornaram quase cômicos, de uma demarcação que foi motivada após um ritual com chá de Santo Daime.”

Palavras-chave: consenso contra as demarcações, chá de Santo Daime

17

Senado Federal	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	
7 nov. 2013	Local: Plenário nº 9, Anexo II, Senado Federal	Horário/duração: 10h00 às 12h06
<p>Audiência Pública para “Debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.” https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=2078&codcol=1307</p>		
<p>Proponentes: RRA 6/2013, de Benedito de Lira (PP/AL), Acir Gurgacz (PDT/RO), Ana Amélia (PP/RS), Blairo Maggi (PR/MT), Clésio Andrade (PMDB/MG), Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Jayme Campos (DEM/MT), Luiz Henrique (PMDB/SC), Ruben Figueiró (PSDB/MS), Sergio Souza (PMDB/PR), Waldemir Moka (PMDB/MS) e outros.</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas e ata: https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=2078&codcol=1307 Gravação (audiovisual): https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/47545</p>		
<p>Convidados (falaram ao público): Maria Augusta Boulitreau Assirati, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)</p>		
<p>Senadores presentes (falaram ao público): Benedito de Lira (PP/AL), presidente Blairo Maggi (PR/MT) Ruben Figueiró (PSDB/MS) Waldemir Moka (PMDB/MS)</p> <p>Deputado Alceu Moreira (PMDB/RS)</p> <p>Senadores com presença registrada (ata): Acir Gurgacz, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Cyro Miranda, Walter Pinheiro, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Wellington Dias e Ana Rita.</p>		
<p>Observações: Maria Augusta Boulitreau Assirati apontou como a densidade populacional de terras e reservas indígenas no MS e RS é maior do que a média desses estados. Senadores reclamaram que não apresentaram os dados das áreas em estudo (apenas homologadas).</p>		
<p>Palavras-chave: presença de deputado</p>		

Senado Federal	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	
21 nov. 2013	Local: Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal	Horário/duração: 08h30 às 12h10
<p>Audiência Pública para “Debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.” https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?5&reuniao=2091&codcol=1307</p>		
<p>Proponentes: RRA 6/2013 do senador Benedito de Lira (PP/AL), Acir Gurgacz (PDT/RO), Ana Amélia (PP/RS), Blairo Maggi (PL/MT), Clésio Andrade (MDB/MG), Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Jayme Campos (DEM/MT), Luiz Henrique (MDB/SC), Ruben Figueiró (PSDB/MS), Sergio Souza (MDB/PR), Waldemir Moka (MDB/MS); RRA 49/2013, de Ruben Figueiró (PSDB/MS).</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/2091</p>		
<p>Convidados (falaram ao público): José Eduardo Cardozo, ministro de Estado da Justiça Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União</p> <p>Autorizado a falar: André Puccinelli (PMDB), Governador do Estado de Mato Grosso do Sul</p>		
<p>Senadores presentes (falaram ao público): Benedito de Lira (PP/AL), presidente Waldemir Moka (PMDB/MS) Ana Amélia (PP/RS) Ruben Figueiró (PSDB/MS) Kátia Abreu (PMDB/TO) Delcídio Do Amaral (PT/MS) Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)</p> <p>Senadores com presença registrada (ata): Eduardo Suplicy, Wellington Dias, José Pimentel, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Antonio Carlos Valadares, Waldir Raupp, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena.</p>		
<p>Presença registrada: Deputado federal Fábio Trad (PMDB/MS)</p>		
<p>Observações: Cardozo: “Realmente, no Rio Grande do Sul as áreas mais tensas são exatamente essas: Sananduva, Passo Grande da Forquilha e Mato Preto. As situações são um pouco diferentes, mas ambas tensas. No caso de Sananduva, eu pedi ao juiz que nós parássemos. Qual é a situação de Sananduva? Há uma portaria já de três ou quatro anos do Ministério da Justiça e existe a demarcação física de levantamento fundiário para poder, segundo a lei, pagar indenizações aos pequenos agricultores. O juiz determinou força policial para que se entrasse na área. Aí, houve a reação. Recebi um informe de inteligência policial que confirma o que V. Ex^a diz, que a situação poderia degenerar para um confronto. Conversei com o juiz e houve a decisão – embora o Ministério Público contrário a que se paralisasse –, o juiz optou por suspender esse processo. Estive lá pretendendo até retratar ao juiz o que lá ocorreu.”</p> <p>Moka: “eu quero citar aqui a presença dos presidentes de sindicatos rurais do Mato Grosso do Sul. Eu havia anotado todos os sindicatos aqui presentes, Sr. Presidente, mas eu gostaria de... Vou nominar, Sr. Presidente: Laguna Carapã, Sindicato Rural de Carapó, de Maracaju, de Sidrolândia, de Campo Grande, de Iguatemi, de Dois Irmãos do Buriti, de Antônio João, de Caracol, de Amambaí, de Tacuru e de Eldorado. De Brasilândia, tem até aqui um documento.”</p>		

<p>Moka também defendeu desapropriação com indenização.</p> <p>Delcídio do Amaral cita Chico Maia, da Acrissul; Eduardo Riedel, da Famasul; o prefeito de Iguatemi, José Roberto; e o Senador Mozarildo Cavalcanti. Também fala de uma subcomissão temporária sobre questão indígena que participou em 2003 ou 2004 com Mozarildo.</p> <p>Delcídio do Amaral: “Ninguém acredita mais – produtor ou índio; ninguém aceita mais! Eu estive, agora, no Cone Sul, em uma reunião com o Zé Roberto. Ninguém acredita mais na gente! Lá, na reunião de Japorã, de Iguatemi e de Eldorado, ninguém acredita mais na gente. Então, é cumprir o acordo! E qual é o acordo? Era comprar Buriti. Se há gente que não quer que entre, que se tire de lá; mas que resolva aquilo que é possível resolver. Já passou do tempo isso!”</p> <p>Pucinelli: “Acrissul, Francisco Maia; Famasul, Eduardo Riedel; em nome dos proprietários rurais, Ricardo Bacha, da Fazenda Buriti; Prefeito José Roberto Arcoverde, de Iguatemi, representando os prefeitos do cone sul; o advogado Cícero.”</p>
<p>Palavras-chave:</p>

19

Câmara dos Deputados	Reunião externa da Frente Parlamentar da Agropecuária do Congresso Nacional	
29 nov. 2013	Local: Salão Paroquial, Vicente Dutra (RS)	Horário/Duração: Turno da manhã
Encontro com deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária sobre demarcação de terras indígenas.		
<p>Fonte: Registro audiovisual - cobertura divulgada no canal do <i>YouTube</i> Sepé Tiaraju: https://www.youtube.com/channel/UC-xcmvaKbLmogax2ods_QUw</p>		
<p>Convidados: Tiago Follmann, padre local João Paulo Pastório (PMDB), prefeito de Vicente Dutra (RS) Zílio Roggia (PMDB), prefeito de Caiçara e presidente da Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP) Josias dos Santos Lima (PTB), presidente da Câmara de Vereadores de Vicente Dutra Valdecir Steffen, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicente Dutra Dair Jocely Enge (PMDB/SC), presidente da “Comissão da Agricultura” (não foi possível identificar qual) Marcio Minuzzi (PDT), representando o Gabinete dos Prefeitos do governo do estado do Rio Grande do Sul</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Vilson Luís Covatti (PP/RS), presidente/coordenador Alceu Moreira (PMDB/RS) Luis Carlos Heinze (PP/RS)</p>		
<p>Também registraram presença: Roberto Felin Júnior (PP), prefeito de Frederico Westphalen Vanderlei Zanatta (PMDB), prefeito de Taquaruçu do Sul João, representando a Fetag-RS (sobrenome inaudível) João Ademir (PTB), vereador de Parobé (RS) Silvano Fachin (PSDB), vice-prefeito de Caiçara (RS) Representante do prefeito de Seberi (RS) Luciano Marin (PP), vereador de Vicente Dutra (RS) e presidente do partido</p>		

<p>Observações: O conteúdo desta audiência não era de conhecimento público até fevereiro de 2014 – apesar de seu acontecimento ter sido divulgado na imprensa local e regional, as falas não foram divulgadas. A audiência pública de Passo Fundo – RS, realizada anteriormente, foi mencionada no início do evento. Houve conflito no município na semana anterior, dia 20 de novembro de 2013. A portaria declaratória da terra indígena Rio dos Índios já foi emitida em 24/12/2004. Foram contabilizadas pessoas de cerca de 10 cidades diferentes, 300 participantes.</p> <p>Covatti (PP/RS) é natural de Palmitinho, município vizinho. Uma bandeira da Fetag-RS ornava a mesa. O padre local, Tiago Follmann, iniciou a audiência com uma oração.</p> <p>Na audiência, é mostrado ao público presente imagens de um incêndio em uma casa e destruição de um escritório, que teriam sido causados por indígenas. Também foram incluídas notícias de telejornais regionais e nacionais, assim como mobilizações de rua de indígenas. Luís Salvador, vice-cacique da comunidade indígena em questão, aparece falando que os protestos foram realizados para pressionar a indenização aos proprietários presentes na terra indígena.</p> <p>Para Alceu Moreira, Gilberto Carvalho é “chefe dessa vigarice orquestrada”, mencionando também Paulo Maldos. O deputado também chama os funcionários da Funai de “vigaristas”, patrocinados pelo Ministério Público Federal.</p> <p>Em um trecho do discurso, o prefeito João Paulo Pastório, de Vicente Dutra, fala que a população indígena está aumentando “assustadoramente”.</p> <p>Alceu Moreira ainda fala que os indígenas têm estágios: os que vivem nas matas, os aculturados e os socializados. Chama Cardozo de “vigarista” e que manda invadir áreas.</p> <p>Covatti: “Enfrentamos a guerra lá do Código Ambiental. Agora estamos enfrentando essa guerra na demarcação de terras indígenas e quilombolas.”</p> <p>Zílio Roggia falou que os 42 prefeitos da AMZOP estão juntos na pauta.</p>
<p>Palavras-chave: mobilização de rua, tudo que não presta</p>

20

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
11 dez. 2013	Local: Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados	Horário/Duração: 09h40 às 13h50
<p>Audiência Pública para “Debater as crescentes demarcações de terras indígenas no País.” Objetivo: “Mobilizar a sociedade para discussão desse tema”. https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/34808</p>		
<p>Proponentes: Req. nº 500/2013 CAPADR, do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS)</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=2212/13 Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=46908 Ata: https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1208705.htm</p>		
<p>Convidados (falaram ao público): Sebastião Ferreira Prado, do Estado do Mato Grosso, que relatou o processo de desapropriação de terras na cidade de Alto Boa Vista (MT) para a demarcação da TI Marãiwatsédé Rui Prado, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do estado de Mato Grosso (Famato), relatou a desintrusão das terras de Marãiwatsédé Eduardo Correa Riedel, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) Paulo Ricardo de Souza Dias, presidente da Comissão Fundiária da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul)</p>		

Semião Lopes Neves, produtor rural da região de Guaíra (PR), faz parte da delegação da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)
Abiel da Silva Santos, representante dos produtores rurais da região de Ilhéus, Una e Buerarema, na Bahia
Jair Rodrigues, agropecuarista do município de Pontão (RS)
Arnaldo Lacerda, agropecuarista da região de São João do Carú, no estado do Maranhão, relatou o processo de desintrusão de terras da reserva Awá-Guajá
Miriam dos Santos Gouveia da Silveira, agropecuarista de Araguaçu, em Tocantins
Francisco Maia, presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul)
Gitibá Guichard Faustino, Consultor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG)
Rui Valença, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil – FETRAF/Sul
Leuzipe Domingues Gonçalves, prefeito de Alto Boa Vista (MT), “do caso Suiá-Missu” - TI Marãiwatsédé

Deputados presentes (falaram ao público):

Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Alceu Moreira (PMDB/RS)
Valdir Colatto (PMDB/SC)
Giacobo (PR/PR), presidente da CAPADR
Giovani Cherini (PDT/RS)
Giovanni Queiroz (PDT/PA)
Jerônimo Goergen (PP/RS), presidente da CINDRA
Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)
Nelson Padovani (PSC/PR)
Nilson Leitão (PSDB/MT)
Celso Maldaner (PMDB/SC)
Junji Abe (DEM/SP)
Dilceu Sperafico (PP/PR)
Lira Maia (DEM/PA)
Geraldo Simões (PT/BA)
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
Weverton Rocha (PDT/MA)

Outros deputados com presença registrada:

Moreira Mendes, Alexandre Toledo, Carlos Magno, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Hélio Santos, Josué Bengtson, Luiz Nishimori, Marcon, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Afonso Hamm, André Zacharow, Bernardo Santana de Vasconcellos, Edinho Araújo, Félix Mendonça Júnior, Heuler Cruvinel, Márcio Marinho, Marcos Montes, Nelson Marquezelli, Zequinha Marinho.

Senadores (falaram ao público):

Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO, eleita pelo PFL/TO em 2006), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
Senadora Ana Amélia (PP/RS)
Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)

Deputado estadual (falou ao público):

Gilmar Sossella (PDT/RS)

Também registraram presença:

Edson Brum (PMDB/RS), deputado estadual
Gilberto Capoani (PMDB/RS), deputado estadual
Airton Spies, Secretário da Agricultura de Santa Catarina
Nelson, Antônio Rodrigues, Sidenir Rodrigues, agropecuaristas de Tocantins mencionados pela agropecuarista Miriam dos Santos Gouveia da Silveira
Maria Casagrande, presidente do Sindicato Rural de Tacuru (MS)
Prefeitos de Erebang e Marau (mencionados por Goergen)

Observações: Heinze e Alceu Moreira fazem referência a uma mobilização de indígenas ocorrendo no mesmo momento em frente ao Palácio do Planalto. Alceu Moreira: “E eles já chegam de propósito, para fazer uma cena de que vão invadir o Palácio, só para fazer uma cena para as televisões filmarem, como se eles estivessem contra. Na verdade, quem encomendou os ônibus foi o próprio Gilberto Carvalho, que está ali dentro do

Palácio. É um jogo de cena para parecer que o Governo está pressionado, quando, na verdade, a luta que estamos fazendo não é contra os índios, mas contra o Governo. Quem está por trás disso é o Sr. Gilberto Carvalho e o próprio Ministro da Justiça.” O deputado discursou antes mesmo do início da audiência e recorreu quase ao repertório completo de argumentos: somos um “país miscigenado”, “Ninguém aqui está querendo fazer uma luta contra os índios.”, “Vai lá a Raposa Serra do Sol. [...] Tem índio com 54 anos e 27 quilos, bichado como se fosse um carneiro na beira do trilho, morrendo.”; “Os índios são usados como massa de manobra para se tomar a terra.”

Goergen: “Nós vamos, Deputado Giovanni, Deputado Weverton Rocha, Deputado Zequinha Marinho, votar daqui a pouco, junto com o Deputado Paulo Cesar Quartiero, o relatório da Subcomissão Especial de Demarcações de Terras Indígenas. O Deputado Nilson Leitão é o Relator.”

Heinze: “estão presentes um representante da FETAG e um representante da FETRAF. Então, nós conseguimos reunir a FETRAF, a FETAG, a FARSUL, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais. É a união de todos em torno do mesmo objetivo.” Em outro momento, Heinze repetiu: “Está aqui o Rui Valença, da FETRAF/Sul, para mostrar a vocês - FETRAF, FETAG, FARSUL - que no Rio Grande do Sul nós conseguimos juntar todas as forças, Deputados Estaduais e Federais de vários partidos, Prefeitos, inclusive estão aqui o de Pontão, o de Marau e estava o Prefeito de Mato Castelhana também.”

Eduardo Riedel fez considerações sobre o Leilão da Resistência, ocorrido para angariar fundos contra a ocupação de terras em Mato Grosso do Sul, e conclamou os produtores rurais a também fazerem leilões nos demais estados brasileiros.

Weverton Rocha falou da desintração de Awá-Guajá e conclamou a todos a participarem de um **protesto contra a desintração** dos produtores rurais daquela região, no dia **20/12/2013**.

Ao final, Heinze convidou os presentes a participarem da reunião de eleição da Comissão Especial para análise da PEC nº 215/2000, no Plenário 1-Anexo II, às 14h00.

Palavras-chave:

21

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
03 jun. 2014	Local: Anexo II – Sala da Comissão e, posteriormente, Plenário 07	Horário/Duração: 14h56 às 18h49
Audiência Pública com o tema “Debater sobre a revogação do Brasil à subscrição da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/36371		
Proponente: Requerimento nº 577/2014 do deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR).		
Fonte: Notas taquigráficas (incompletas): https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0791/14 Gravação (em duas partes): http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48444 (parte 1) http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48432 (parte 2)		
Convidados: Alexandre Peña Ghisleni , Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (MRE) Rodrigo Martins Prates , Coronel, representando o Ministro da Defesa Edward Mantoanelli Luz , apresentado como antropólogo Maynard Marques de Santa Rosa , General, Oficial da Reserva das Forças Armadas Lorenzo Carrasco , escritor Luciano Mariz Maia , Subprocurador-Geral da República e Membro Suplente da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF		

Deputados presentes (falaram ao público):

Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)

Ivan Valente (PSOL/SP)

Oziel Oliveira (PDT/BA)

Geraldo Simões (PT/BA)

Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Nilson Leitão (PSDB/MT)

Jair Bolsonaro (PP/RJ)

Alceu Moreira (PMDB/RS)

Celso Maldaner (PMDB/SC)

Também registraram presença (ata):

Paulo Feijó, Domingos Sávio, Luiz Nishimori, Reinaldo Azambuja, Zé Silva, Edinho Araújo, Eleuses Paiva, Nelson Marquezelli, Reinhold Stephanes, Edinho Bez, Geraldo Simões e Ságua Moraes.

Observações: Alexandre Ghisleni defendeu a manutenção da subscrição da Convenção 169 da OIT; Rodrigo Prates argumentou que a Convenção 169 da OIT não representa ameaça à soberania nacional, mas sim um instrumento de integração social, e que não há razão para o País retirar-se desse compromisso internacional; Luciano Maia questionou a ausência de convite para que representantes dos grupos indígenas, que são os maiores interessados no tema.

Edward Luz afirmou que o critério de auto identificação estabelecido pela OIT possibilita a prática de “engenharia social” incentivada por instituições internacionais, o que é maléfico à sociedade porque promove o “aliciamento político” para “militância étnica”.

Ivan Valente interrompeu a exposição de Luz e classificou como “farsa” as questões que levantou.

A fala de Maynard de Santa Rosa é exemplar de correntes de pensamento dentro das Forças Armadas a respeito da questão indígena, remetendo sempre a interesses estrangeiros. O militar considera que a adesão à Convenção caracteriza uma submissão a interesses internacionais e restringe a soberania brasileira. Santa Rosa também citou a CPMI realizada em 1987 e o Conselho Mundial de Igrejas. Nas suas considerações finais, enfatizou que não só a convenção precisa ser revogada como todos os demais dispositivos que estão ligados a essa temática precisam ser revistos, porque o Congresso Nacional não pode se render aos interesses externos. Destacamos um trecho de sua exposição: “Como ficou demonstrado pelos jornalistas Lorenzo Carrasco e Silvia Palacios no seu livro ‘Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil’, há uma estranha convergência de interesses socialistas e capitalistas sobre a Amazônia em conspiração contra a soberania brasileira que leva grupos de aguerridos militantes de esquerda a batalharem por objetivos inconfessáveis da elite capitalista global.” Em suas considerações finais, Santa Rosa declara: “Desde o ano de 1757, quando Marquês de Pombal baixou o Diretório dos Índios, que foi imposto ao estado do Grão-Pará e Maranhão na época, desde aquela época que a jurisprudência, até 1988, era a da integração do índio à comunhão nacional. Todas as Constituições brasileiras copiaram esse preceito, do Império e da República. A Constituição de 1924 e as Constituições da República. **Isso foi alterado numa violência à tradição e à cultura nacional em 1988.**”

O mexicano Lorenzo Carrasco fala da influência de estrangeiros na questão indígena do Brasil e fala da tese do mexicano José Vasconcelos de que o país acabou com o conceito de raça porque fundou uma “raça cósmica”, mestiça. Carrasco também questiona “¿Cuándo estas reservas se reintegrarán al territorio? Cuando estas reservas pasarán a ser novamente parte del territorio? Serán eternamente silvícolas que van estar vivendo en estas reservas?”. Em suas considerações finais, considera as demarcações um “retrocesso civilizatório”.

Alceu Moreira chamou Gilberto Carvalho de “vigarista”. Jair Bolsonaro lembrou de quando ainda apresentou um projeto de decreto legislativo para sustar a demarcação da terra indígena Yanomami. Citou que um editorial do jornal O Globo teria apoiado sua proposta. Também afirmou que o Estado brasileiro já não tem soberania suficiente para retirar, se quisesse, um metro quadrado sequer de terra das reservas indígenas.

Celso Maldaner: “Eu tava muito preocupado de perder a metade do Brasil, a soberania nacional, criando 216 nações indígenas, e que nós vamos perder a soberania sobre a Amazônia. Essa é minha preocupação. Vamos perder o território, a soberania...”. Disse que não conhecia Edward Luz. Por fim, Paulo Cesar Quartiero fala da reunião do dia seguinte com os ministros Gilberto Carvalho e José Eduardo Cardozo.

Palavras-chave:

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
04 jun. 2014	Local: Anexo II, Plenário 06	Horário/Duração: 10h33 às 14h44
<p>Audiência Pública para prestar “Esclarecimentos sobre os assassinatos de produtores rurais promovidos por indígenas no Rio Grande do Sul”.</p> <p>https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/36258</p>		
<p>Proponentes: Req. nº 591/2014 – deputados Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Giovanni Queiroz (PDT/PA) – convocação.</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0816/14 Gravação (áudio): http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48456 Gravação (audiovisual): https://www.youtube.com/watch?v=k9Lc6ktp7Hk</p>		
<p>Convocados: Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República; José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça.</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Paulo Feijó (PR/RJ), presidente Giovanni Queiroz (PDT/PA) Luis Carlos Heinze (PP/RS) Nilson Leitão (PSDB/MT) Henrique Fontana (PT/RS) Onyx Lorenzoni (DEM/RS) Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) Padre João (PT/MG) Bohn Gass (PT/RS) Junji Abe (DEM/SP) Oziel Oliveira (PDT/BA) Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) Nelson Padovani (PSC/PR) Roberto Dorner (PP/MT) Valmir Assunção (PT/BA) Celso Maldaner (PMDB/SC) Domingos Sávio (PSDB/MG) João Rodrigues (DEM/SC) Mandetta (DEM/MS) Weverton Rocha (PDT/MA) Reinhold Stephanes (PMDB/PR) Osmar Serraglio (PMDB/PR) Afonso Florence (PT/BA) Marcon (PT/RS)</p> <p>Também registraram presença (ata): Alexandre Toledo, Anselmo de Jesus, Dilceu Sperafico, Hélio Santos, Jairo Ataíde, João Rodrigues, Leandro Vilela, Lira Maia, Luci Choinacki, Luiz Nishimori, Moreira Mendes, Odílio Balbinotti, Raimundo Gomes de Matos, Valmir Assunção, Wellington Roberto, Zé Silva, Afonso Hamm, Alfredo Kaefer, Betinho Rosado, Carlos Melles, Duarte Nogueira, Edinho Araújo, Eduardo Sciarra, Eleuses Paiva, Eliene Lima, Irajá Abreu, Jesus Rodrigues, José Humberto, Josias Gomes, Lúcio Vale, Marcos Montes, Nelson Marquezelli, Pedro</p>		

Chaves, Vitor Penido e Wandenkolk Gonçalves, Afonso Florence, Dr. Ubiali, Edinho Bez, Edson Santos e Vicente Arruda.

Observações: Um dos destaques da explanação de Cardozo foi o caso de Buriti (MS). O Tribunal Regional Federal impugnou a portaria do Ministério da Justiça, declarando sua nulidade, o que levou a recursos da FUNAI e do Ministério Público Federal. Os proprietários pediram a reintegração de posse da área, que foi dada, e, no momento em que veio a ser executada pela Polícia Federal, levou a um confronto entre indígenas e polícia, vindo a vitimar o indígena Oziel. “Iniciamos na Fazenda Buriti aquilo que convencionamos chamar de **mesas de diálogo**”. [...] “Estamos em entendimento com o Estado do Mato Grosso do Sul para fazer a passagem desse dinheiro do governo federal. A fase agora é apenas de valores.”

Citou o incidente de **Faxinalzinho (RS)**, em que dois agricultores foram mortos por indígenas e a demarcação de **Passo Grande do Rio Forquilha**.

Cardozo também abordou a área de **Mato Preto**, que contou com dois laudos antropológicos: “O processo estava sob exame da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça quando houve uma decisão da Justiça para que nós baixássemos uma portaria demarcando a terra. Assim foi feito, em cumprimento à ordem judicial. E aí se iniciou um conflito ainda mais grave na região de Mato Preto. A manter-se essa situação judicializada, nós teremos pelo menos 10 ou 11 anos de conflito sem solução judicial, inexoravelmente.” Na réplica às considerações dos deputados requerentes, reafirmou considerar a PEC nº 215/2000 inconstitucional.

Heinze cita Sidrolândia (MS), Sananduva (RS), Mato Preto (RS), Passo Grande do Rio Forquilha (RS), Getúlio Vargas (RS) e Faxinalzinho (RS).

Giovanni Queiroz fala da terra indígena Paquiçamba e de uma audiência da PEC nº 215/2000: “Eu tive a oportunidade de participar das audiências públicas da PEC 215 em Marabá. Havia aproximadamente 80 índios, comandados por um índio que é Vereador na cidade de Marabá.” Declarou que “eles não sabem o que é a PEC 215”. Também declarou: “Eu acho que eles devem ser integrados à sociedade e à civilização.”

Paulo Cesar Quartiero: “Nós estamos criando também os conflitos étnicos, coisa que não existia no Brasil.”

Nota: Em 28 de abril de 2014, dois agricultores foram mortos após confronto com indígenas na área rural de Faxinalzinho (RS). O crime ocorreu na estrada que dá acesso às Linhas Faxinal Grande e Coxilhão. Os irmãos Anderson Souza, 27 anos, e Alcemar Souza, 41 anos, foram mortos depois que furaram o bloqueio de uma estrada – a via foi interrompida em protesto pela demarcação de terras indígenas na região.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2014/04/agricultores-morrem-em-confronto-com-indios-no-norte-do-estado-cj5vkqwqw0fv5xbj0c36b4bxu.html>

Cardozo - “Recebi lideranças indígenas na semana passada, que, inclusive, cercaram o Ministério da Justiça acusando-me de ter uma postura pró-agricultores, e que diziam ser contra a mesa de diálogo.”

Palavras-chave:

23

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
20 jun. 2014	Local: Ginásio Municipal, Rua Nildo Granche, Centro - junto ao Parque de Exposição - Novo Xingu (RS)	Horário/Duração: 09h00 às 12h00
Encontro da CAPADR para “Debater a legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil”. https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/36644		
Proponentes: Req. nº 542/2014 – Alceu Moreira (PMDB/RS)		
Fonte: Ata: http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/mostraintegra.asp?CodTeor=1262319 https://twitter.com/Alceu_Moreira/status/480003818600792064		

<p>Convidados (sem confirmação de participação): Justiça Federal de Chapecó (SC); Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul; Comissão de Direito Agrário e Questões do Agronegócio da OAB/SC; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG) e Sindicatos filiados; Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e Sindicatos filiados; Prefeitos; e Vereadores.</p>
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Alceu Moreira (PMDB/RS) Vilson Covatti (PP/RS) Jerônimo Goergen (PP/RS)</p>
<p>Observações: Sem acesso ao conteúdo. Uma área chamada Sêgu (Kaingang) está em estudo em Novo Xingu – Portaria nº 475, de 14 de maio de 2009, do GT de identificação.</p>

24

Câmara dos Deputados	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	
4 dez. 2014	Local: Anexo II, Plenário 06	Horário/Duração: 10h25 às 14h01
<p>Audiência pública para “Debater as consequências, medidas e atitudes tomadas com relação à desintrução e a pós-desintrução dos moradores do Posto da Mata”. https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/36925</p>		
<p>Proponentes: Req. nº 525/2014 CAPADR - Nilson Leitão (PSDB/MT) e Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)</p>		
<p>Fonte: Arquivo sonoro: https://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=51283</p>		
<p>Convidados (falaram ao público): Bruno Renato Nascimento Teixeira - Ouvidor Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Paulo Alex Meneses Mendes - Fiscal Federal e Coordenador-Geral Substituto de Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA Richard Torsiano - Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Representando o INCRA e o MDA Renato Teodoro de Silveira Filho - ex-presidente da Associação de Produtores Rurais da área Suiá de Missú (Aprosum) Irene Maria Rocha Santos - vice-prefeita de Alto Boa Vista (MT) Marcos de Souza - advogado da Aprosum Leuzipe Domingues Gonçalves - prefeito de Alto Boa Vista (MT) pelo PMDB Marcelo (não identificado) - vereador de Alto Boa Vista (MT) - segundo a página do TRE-MT, Marcelo Pinto de Moura (PP); Admilson Luiz de Rezende - era pecuarista em Suiá-Missú Maria Brasilina - comerciante do Posto da Mata João Machado - pecuarista Sebastião Ferreira Prado - presidente da Aprosum Nivaldo - vereador de Alto Boa Vista (MT) – segundo a página do TRE-MT, Osvaldo Levino De Oliveira (Nivaldo do Posto da Mata - PP) Vagner Guimarães - vereador pelo PP de Tangará da Serra (MT)</p>		

Sebastião Adorno - presidente da Associação Ambiental União do Sul, município de União do Sul (MT)
Servulo Augusto - vereador de Alto Boa Vista (MT) - segundo a página do TRE-MT, Servulo Augusto Pereira Neto (Selvim) (PSC)

Rafael Pereira - pecuarista

Jovenil Santos - pecuarista

Moisés (não identificado) - produtor rural

Deputados presentes (falaram ao público):

Nilson Leitão (PSDB/MT)

Júlio Campos (DEM/MT)

Também registrou presença (ata):

Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)

Observações: a audiência contou com vários desintrusados do Posto da Mata. Leitão considerou que a audiência não seria para discutir o mérito da homologação da terra indígena Marãiwatsédé. Leitão considerou a desintrusão da área emblemática devido à “violência” do processo. Os desintrusados estavam descontentes com o apoio do governo aos agropecuaristas e outros moradores do Posto da Mata. O primeiro depoente foi Renato Teodoro de Silveira Filho, ex-presidente da Associação Produtores Rurais da área Suiá de Missú. Relatou que foi preso, sofreu perseguição, e falou em devolver as terras. Admilson considerou que os grandes produtores da área também deveriam ser apoiados. Relatou que avistou viaturas da Polícia Federal no dia anterior. Sebastião Ferreira Prado falou da sua prisão e disse que houve perseguição. Disse que queria as terras de volta, sendo aplaudido pelo público presente. Disse que fizeram na área de Marãiwatsédé uma “reforma agrária” com recursos próprios. Defendeu que a solução para a questão era a aprovação da PEC 215/2000. O vereador Nivaldo também falou sobre debater como voltar para as “próprias terras”. Disse que costuma ligar para Nilson Leitão. O vereador Marcelo também disse que deveriam voltar para a área até que o mérito da questão fosse julgada na Justiça. Rafael Pereira contou um pouco do processo de ocupação da área. O deputado Júlio Campos acompanhou todo o processo de ocupação da área e disse que chegou a ir a Roma para comprar a área da Agip, proprietária da área e da qual o Vaticano era acionista. Campos também defendeu a aprovação da PEC 215/2000.

Notícia: <https://www.camara.leg.br/noticias/446779-agricultores-denunciam-abandono-do-governo-depois-de-retirada-de-terras-indigenas/>

Palavras-chave: Marãiwatsédé, Suiá-Missú, desintrusão, extrusão, Projeto Casulo

Apêndice 4. Participantes das audiências públicas da Comissão Especial PEC nº 215/2000.

Fonte: BRASIL, Câmara dos Deputados. **Notas Taquigráficas da Comissão Especial da PEC nº 215**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas>

25

Câmara dos Deputados	Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000	
14 mar. 2014	Local: Chapecó, Santa Catarina. Sede da Associação Atlética Alfa AARA	Horário/Duração: 09h00 às 13h12
Audiência pública externa		
Proponentes: Req. 4/2013, de Valdir Colatto (PMDB/SC), que propõe Encontro Regional em Chapecó (SC); Requerimento Extra pauta no 23/2014, de autoria de Luis Carlos Heinze (PP/RS), que aprovou a realização do evento em Chapecó (SC).		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquigraficadaConferenciaemChapecoSCdia14314.pdf Áudio: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=47559</p>		
<p>Convidados/depoentes: Narciso Leandro Xavier Baez - Juiz Federal especialista em processo civil, Mestre em Direito Público, Doutor em Direitos Fundamentais e Pós-Doutor em Mecanismos de Efetividade e Direitos Fundamentais. Romeu Bet - presidente da Associação Atlética e Recreativa Alfa. José Walter Dresch - presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina — FETAESC. José Zeferino Pedrozo - presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina — FAESC. Mário Lanznaster - presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos. Carlos Humberto Prola Júnior - Procurador da República. Ubiratan Maia - Advogado e indígena Wapichana Valdir Crestani - Representante do Prefeito de Chapecó. Janete Paravisi Bianchin - Prefeita de Arvoredo. Denilso Casal - Prefeito de Ipuçu, Estado de Santa Catarina. Daniel Kothe - Prefeito de Saudades, Estado de Santa Catarina. Paulo Huff - Representante da Associação de Defesa da Propriedade e Dignidade — DPD. Dorival Sell - vice-presidente da Associação dos Proprietários de Terras Pretendidas para Demarcação Indígena — ASPI. Geraldo Gotardo - Representante dos agricultores de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina. Isnardo Brant - vereador, representando o Prefeito de Palhoça, Estado de Santa Catarina. “Anete” - Vereadora. Ricardo Lunardi - Vereador de Chapecó, Estado de Santa Catarina; Vice-Presidente do Sindicato Rural de Chapecó. Valdemar Zanluchi - Presidente do Sindicato Rural de Seara, Estado de Santa Catarina. Júlio Inácio - Engenheiro agrônomo Loreno Weissheimer - Procurador do Estado de Santa Catarina. Carlos Humberto Prola - Procurador da República do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.</p>		

Deputados presentes (falaram ao público): Valdir Colatto (PMDB/SC) Osmar Serraglio (PMDB/PR) Celso Maldaner (PMDB/SC) Luis Carlos Heinze (PP/RS)			
Também	foi	registrada	presença:
Vereadora Rosângela, do Município de Palhoça Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palhoça Presidenta do Conselho de Saúde do Município de Palhoça			
<p>Observações: Ao longo da audiência, foram proferidas diversas críticas ao governo (Ministros e à Dilma Rousseff). Baez começou apresentando as três “categorias de índios” do Estatuto do Índio. “O que nós temos que ter claro no primeiro momento é qual o tipo de índio que nós estamos tratando dentro de uma demarcação: se nós estamos tratando do índio não aculturado, índio isolado; do índio semiaculturado; ou do índio totalmente integrado, aculturado. A visão objetiva e legal vai mudar um índio para outro.” [...] “Foi publicada a Constituição, e a União, através da Fundação Nacional do Índio, começou a percorrer o País, verificando todos os locais ocupados por índios.” “Esse movimento começa, primeiro, no Norte e no Centro-Oeste do Brasil, onde a situação era mais tensa, e depois começa a vir para a Região Sul, que é onde nós estamos hoje.”</p> <p>O procurador Carlos Humberto Prola Júnior se posicionou contrariamente à PEC.</p> <p>Ubiratan Maia – “Eu não tenho nada contra a PEC 215.” Em uma manifestação seguinte: “Infelizmente, o Governo Federal, devido a suas atitudes, está criando uma artificial guerra de classes, essa que é a verdade. Está criando uma guerra artificial de classes. (Palmas.) Essa retórica marxista vazia é o que eles querem implantar no nosso Brasil. E o passo seguinte, o que eles mais desejam, é uma guerra civil, porque, assim que você tem uma guerra civil, só pode mais quem grita mais. E é aí que eles implantam uma ditadura. Então, é esse o objetivo atual do Governo Federal.”</p> <p>Paulo Huff (agricultor): “Nós temos os sindicatos, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina — FETAESC, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar — FETRAF, Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina — FAESC, todos eles estão apoiando [...]”. Também cita a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).</p> <p>Vereadora Anete: “Não vou culpar o Ministério Público Federal; ele é pago para fazer aquilo por que lhe pagam. Agora, nós temos que esconder a Presidência da República, que se esconde atrás da FUNAI e de um monte de órgãos, para dizer que não tem culpa de nada? É culpada, sim! É culpada, e o povo tem que saber que é culpada! Nós não temos que esconder nada, não.”</p> <p>Loreno Weissheimer, procurador do Estado de Santa Catarina, se opôs às demarcações de terras indígenas.</p> <p>Heinze: “Tanto se falou da FUNAI, e nós conseguimos a assinatura para fazer uma CPI da FUNAI. (Palmas.) Vejam a dificuldade, porque não conseguimos instalá-la, não temos força suficiente para instalar uma CPI para apurar irregularidades no caso.” Também fez referências à Getúlio Vargas (presidente) e à Brizolla. “Houve laudo antropológico de uma antropóloga de Santa Catarina, na tese de mestrado, lá em Cacique Doble, que, tomando o tal Chá de Santo Daime, disse que enxergou a área lá em Getúlio Vargas.”</p>			
<p>Nota: Foi citada uma audiência pública sobre terras indígenas realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A audiência foi realizada pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa no dia 11 de dezembro de 2013 e teve como foco Morro dos Cavalos. Um dos convidados foi o procurador do RS Rodinei Escobar Xavier Candeia.</p> <p>http://agenciaal.ale.sc.gov.br/index.php/noticia_single/discussoes-acaloradas-marcam-audiencia-sobre-o-morro-dos-cavalos</p>			
Palavras-chave:			

Câmara dos Deputados	Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000	
07 abr. 2014	Local: Câmara Municipal de Marabá, Estado do Pará.	Horário/Duração: 14h00 às 15h59
<p>Conferência pública externa: “Debate sobre o processo de demarcação das terras indígenas, conforme a Proposta de Emenda à Constituição no 215, de 2000, objeto de estudo da Comissão Especial. - O início da reunião não foi gravado.</p>		
<p>Proponentes: Req. nº 23/2014, de Luis Carlos Heinze (PP/RS), que aprovou a realização do evento no estado do Pará, na cidade de Marabá (PA). Dessa forma, contemplou o Requerimento nº 20/2014, de Giovanni Queiroz (PDT/PA), que propõe a realização do evento na cidade de Marabá (PA).</p>		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquigraficaConferenciaemMarabaPAAdia7414R043714.pdf Gravação (parcial): http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=47840</p>		
<p>Convidados/depoentes: Eleides Iredian - Líder indígena. Cacique Kiné - Líder indígena. Ubirajara Sompré - Vereador do Município de Marabá, Estado do Pará. Luiz Carlos Tremonte - Representante do Sindicato dos Madeireiros do Estado do Pará. Cacique Escauen - Líder indígena. Everton Vitória Moreira Ribeiro - Prefeito de Uruará, Estado do Pará. Ubiratan Sompré - Líder indígena. Leonir Hermes - Prefeito de Placas, Estado do Pará. Carlos Cabral Pereira - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Estado do Pará. João Paulo - Vereador do Município de Pau D'Arco, Estado do Pará. Niti Kayapó - Cacique, líder indígena.</p>		
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Giovanni Queiroz (PDT/PA) Lira Maia (DEM/PA) Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)</p>		
<p>Observações: Contexto desfavorável à PEC devido à participação de indígenas. Os nomes dos participantes não foram devidamente registrados. Lira Maia cita Apyterewa, de São Félix do Xingu. Giovanni Queiroz encerra a reunião com várias declarações: “Eu acho que essa PEC pode ser melhorada, para ampliar direitos de vocês, dos índios. Eu fui presidente da FUNASA — Fundação Nacional da Saúde. Vocês se lembram disso. [...] Eu acho que essa PEC precisa ser feita para tirar da FUNAI a condição de usar o índio como bucha de canhão. (Palmas na plateia.) Lamentavelmente, os índios estão sendo usados pela FUNAI. Nós temos que fazer disso aqui um instrumento em defesa do índio. Essa PEC 215 tem que servir também para o índio, para ampliar os seus direitos, no sentido de buscarmos dar condição de os senhores poderem se utilizar das terras que têm. Ninguém quer voltar mais à condição das cavernas de 10 mil anos atrás, quando o branco, o não índio, que era índio, sobrevivia nas cavernas, com luz de lamparina. Aliás, nem luz eles tinham, nem fogo existia. [...] Nós queremos sentar com vocês para nós discutirmos mais. Nós queremos servir ao Brasil, e vocês são o Brasil. Não entendam que nós somos adversários, porque nós não somos adversários. Nós somos vítimas do mesmo processo. [...] Além disso, é preciso aproveitar a PEC para colocar os direitos dos índios. De repente, vira a questão do Estatuto do Índio. Temos que ver se se tem razão, onde se dá o direito ao índio de poder negociar com terceiros a exploração de minérios. (Palmas.) [...] Eu quero dizer a vocês todos que aqui</p>		

não tem branco adversário do índio, o não índio adversário do índio. Isso não existe e não pode existir! Muita gente e muitas ONGs querem nos colocar na situação de inimigos, e não somos. Não somos inimigos. Nós somos irmãos do mesmo sangue. [...]"

Palavras-chave: a reunião com maior participação indígena

27

Câmara dos Deputados	Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000	
11 abr. 2014	Local: Passo Fundo (RS)	Horário/Duração: 14h às 17h53
Conferência pública externa - “Debate sobre o processo de demarcação de terras indígenas, conforme propõe a Proposta de Emenda à Constituição no 215, de 2000, objeto de estudo da Comissão Especial.”		
Proponentes: Req. nº 23/2014, de Luis Carlos Heinze (PP/RS)		
<p>Fonte: Notas taquigráficas: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquigraficadaConf.emPassoFundoRS11414.pdf https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0686/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:00&sgFaseSessao=&Data=11/4/2014&txApelido=PEC%20215/00%20-%20DEMARCA%20C3%87%C3%83O%20DE%20TERRAS%20IND%20C3%8DGENAS&txFaseSessao=Confer%20C3%AAncia&txTpoSessao=&dtHoraQuarto=14:00&txEtapa=</p> <p>Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48256</p>		
<p>Convidados/deponentes: Luciano Palma de Azevedo - prefeito do Município de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Paulo Ricardo de Souza Dias - presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL. Sílvio Borghetti - representante da FETAG-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. Rui Valença - coordenador-Geral da FETRAF Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL/CUT. Márcio Hartz – Comitê Estadual dos Atingidos por Desapropriações Quilombolas e Indígenas do Rio Grande do Sul (Cadequi) Henrique Kujawa - antropólogo e professor da Faculdade Meridional de Passo Fundo - IMED. Jetibar Faustino - consultor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG-RS sobre demarcação de terras indígenas e quilombolas. Apresentado como antropólogo Gilberto Capoani - deputado estadual Nelson Rogalski - representando a comunidade de Mato Preto - Getúlio Vargas, Erechim e Erebangó Dênis Golin - de Sananduva (RS) Jair Dutra Rodrigues - representando a comunidade do Pontão Alexander Piccolo - Mato Castelhana (RS) Claudio Bier, de Tapejara. José Benemídio Almeida, representando a questão quilombola em Restinga Seca e Caçapava Carlos Cesar D'Elia - representante da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. Rodinei Escobar Xavier Candeia - representante da Procuradoria-Geral de Erechim-RS. Sidimar Luiz Lavandoski - representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), de Sananduva. Wilson Cerro, do município de Restinga Seca (RS), questão de titulação quilombola “Bete” - Comissão contra a demarcação das terras indígenas no Morro dos Cavalos (SC)</p>		

<p>Erni Lago - sem descrição “Sr. Cunha” - sem descrição</p>
<p>Deputados presentes (falaram ao público): Luis Carlos Heinze (PP/RS), presidente Alceu Moreira (PMDB/RS) Wilson Covatti (PP/RS) Jerônimo Goergen (PP/RS) Osmar Serraglio (PMDB/PR) Darcísio Perondi (PMDB/RS)</p>
<p>Também foi registrado presença: Márcio Turra, suplente da senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS), esteve presente, representando a senadora. Deputado Capoani (estadual) Paulo de Tarso, representante do sindicato local Airton Boroski</p>
<p>Observações: A audiência contou com vários depoentes de áreas com incidência de demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas. Houve diversos discursos diretamente contra o governo (Dilma Rousseff e Ministros).</p> <p>Heinze: “Achamos melhor fazer a reunião em Passo Fundo pela proximidade que vocês têm da grande maioria dos processos. A grande maioria dos processos estão próximos desta região. Então, por isso, para que não se cansassem muito, nós fizemos a reunião aqui em Passo Fundo, para que pudéssemos ouvir a todos nesse processo.” O deputado também disse que convidou representantes indígenas do RS.</p> <p>Luciano Palma Azevedo: “Existe uma ameaça concreta, aqui na nossa região, e seguramente isso existe em outras regiões do Brasil, ao patrimônio de produtores rurais, de famílias de agricultores, de pequenos, médios e grandes trabalhadores do campo, que têm, ao longo dos anos, das décadas, ajudado a construir a grandeza e a riqueza desta terra, desta região.”</p> <p>Paulo Ricardo de Souza Dias (Farsul): “Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, a FARSUL vem trabalhando essa questão há algum tempo, preocupada com os efeitos que ela toma. Particularmente em relação a essa proposta de emenda à Constituição, nós a apoiamos de forma integral, defendemos efetivamente essa tese, porque realmente é preciso retirar do Executivo esse poder. [...] Nós já temos 13% do território nacional como terra indígena. Não é da terra que o índio precisa; o índio precisa de cidadania, de saúde, de educação, de respeito a todos os seus aspectos culturais e as suas tradições. [...] A CNA — Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil está aqui representada pelo Dr. Arno, que traz um abraço da Senadora Kátia Abreu, do Presidente Carlos Rivaci Sperotto, o qual eu represento, e traz uma saudação e um agradecimento a todos.”</p> <p>Silvio Borghetti (Fetag): “Nada mais justo do que democratizar ainda mais a questão indígena, tirando o poder da FUNAI e do Ministério Público e transferindo-o para o Congresso. Nós vivemos num país democrático. Queremos democratizá-lo ainda mais. Queremos levar esta discussão para o Plenário, para que lá seja decidida, e não deixar que meia dúzia de pessoas decidam por uma imensidão de agricultores no Rio Grande do Sul e neste País. Quero dizer que a FETAG está aqui. Estou aqui representando o Presidente Elton, que deixa um abraço a cada um e a cada uma de vocês. Está aqui o colega Jetibá também, que é consultor da FETAG, que está nos apoiando neste tema indígena, nesta questão indígena. Ele trabalhou por muito tempo dentro da FUNAI e sabe os caminhos, os meios que nós temos para nos defender.”</p> <p>Rui Valença (FetraF-Sul): “Como representante de uma Federação, eu quero dizer que já enfrentei muitas peleias, como se fala aqui no Rio Grande, quer dizer, muitas lutas em defesa dos agricultores familiares, mas eu nunca vi uma injustiça tão grande como esta. É a maior injustiça que eu já vivi como sindicalista, nos últimos 30 anos. Eu nunca ouvi nada parecido. Isso nos deixa muito preocupados. [...] Então, nós temos também que impedir isso e acabar com a indústria da demarcação que foi criada neste País.” No final da sua fala, defendeu a criação de áreas reservadas (reservas): “Para finalizar, não temos dúvida nenhuma de que há solução, sim, para este problema. E, mais do isso, há legislação que permite essa solução. Há o Estatuto do Índio, que diz que, em caso de vulnerabilidade das comunidades indígenas, é possível, sim, o Governo criar reservas indígenas. Vamos fazer isso. Vamos dar essa terra para esses índios que estão nessa situação. Comprem a área de terra, criem uma reserva e deixem nossos agricultores trabalhando lá, como eu estou, como meu pai, meu avô e meu bisavô estiveram por mais de 100 anos. Tenho certeza de que essa é uma solução viável.”</p>

Márcio (CADEQUI): “Hoje, caso os senhores não saibam, são 97 os Municípios — anotem bem: 97! — no Estado do Rio Grande do Sul que têm algum problema com pleitos indígenas ou quilombolas, em áreas que vão de 500 hectares a 6 mil hectares.”

Jetibá Faustino (FETAG): **“Hoje, o próprio Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, admitiu e declarou na mídia que o interesse das demarcações, hoje, está voltado para a agricultura familiar. Ou seja, hoje, o alvo do Sr. Gilberto Carvalho é vocês”.** Também declarou que o SPI iniciou “a farra demarcatória no Brasil”.

Dênis Golin relatou perder uma área de 12,5 ha e outras arrendadas. Declarou: “E nós entendemos que isso aí é uma ação política. Por quê? Porque são os ministérios que coordenam esse trabalho, principalmente o **Ministro José Cardozo e o Ministro Gilberto Carvalho**, através da FUNAI, do Ministério da Justiça, do INCRA, do MDA, que **promovem direta e indiretamente essa agressão, com o uso de milícias de indígenas**, que são, repito, **mantidos como zoológico humano**, de onde saem as milícias para agredir os produtores”.

Alceu Moreira: “Esse processo, pessoal, é mantido a partir da antessala da Presidência da República! [...] Há algumas ferramentas para solucionar isso. Uma delas é tentar aprovar a PEC 215. Outra vai estar nas mãos de todos no dia 5 de outubro. Quem quiser continuar com essa desgraça só tem que votar com eles!”.

Candeia também fala em “zoológico humano”.

Darcísio Perondi: “É um jogo muito pesado: mobilização, organização, criação da PEC, um grupo de Deputados. Isso basta? Não basta. Vocês se lembram da luta dos transgênicos, foi muito dura, queriam queimar a soja que vocês tinham na terra, e não era o Tarso que estava lá. E, de novo, um Governador se omite. Transgenia nós vencemos. A luta do Código Florestal. Que horror! Que horror estava acontecendo! Vocês pelearam, deram força para nós, muita força, nós mudamos o Código. Não é perfeito, mas melhorou. [...] Mas para ganhar esta existe outro instrumento, porque esta luta não vai acabar este ano, ela vai continuar: é um instrumento que muda o modelo gerencial do Brasil, muda o modelo gerencial na área federal e muda o modelo gerencial executivo na área estadual. **Tira essa gente do poder!** (Palmas.) E só tem uma forma, independente de partido, só tem uma forma, uma única forma: o voto! O voto que, naquele minuto ali, você sozinho pode decidir. Vocês todos são lideranças! **Trabalhem, organizem-se, mobilizem-se, dos dois candidatos de Oposição**, escolham um, e trabalhem, que os dois vão estar juntos no segundo turno. É o voto que a democracia permite, é o voto de mudança! E é o voto que vai garantir nós ganharmos e continuarmos avançando, como avançamos em muitas áreas, porque, senão tivesse Deputados corajosos lá na transgenia e no Código, não teria acontecido. Então, essa luta não acaba agora. Mas a outra etapa é importante. **A reunião mais importante nacional, gigantesca, é a do dia 5 de outubro. É o voto para mudar”.**

Sidimar Lavandoski (Fetraf-Sananduva) também defendeu a criação de reservas indígenas (criadas a partir da compra).

Erni Lago: “Gente, para finalizar, eu vou dizer, com todas as letras, porque eu não sou candidato a nada, então eu posso falar isso, os senhores não podem: no dia 5 de outubro, gente, pelo amor de Deus, não votem no PT, porque essa gente não presta!”.

Osmar Serraglio (relator) começa sua explanação remetendo à questão da Palestina e Israel. Também cita o poema de Bertold Brecht. Em sua finalização: “Eu só vou provocar vocês, não vou dizer quem. Eu só vou provocar. **Quem vocês acham que colocou os *black blocs* para atrapalhar as manifestações democráticas, legítimas, sadias nas praças e nas ruas?**” (*Resposta da plateia: O PT!*).

No encerramento, Heinze fala em implantação do comunismo e fala sobre a repercussão de seu discurso em Vicente Dutra: “Torceram as minhas palavras lá em Vicente Dutra. Quando eu falei que tudo que não presta está aninhado no gabinete do Gilberto Carvalho, não quis dizer que são os negros que não prestam, que são os índios que não prestam. Quem não presta é quem comanda esse movimento.” E fala diretamente da eleição e candidatos: “O Brasil é bem maior e, no Rio Grande do Sul, nós vamos mostrar no dia 5 de outubro. Ela começou a cair nas pesquisas e vai cair mais, deve até ser trocado de candidato. E aqui nós temos o rapaz do PDT, Vieira da Cunha, um belo sujeito; nós temos o Sartori, um ótimo sujeito; nós temos a Ana Amélia, outra figura; nós temos gente para bater. **Em Brasília, Aécio ou Eduardo Campos, votem em qualquer um, desde que não votem neles.”**

Palavras-chave: referência direta às eleições, socialismo, comunismo

Câmara dos Deputados	Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000	
5 jun. 2014	Local: Anexo II da Câmara dos Deputados, Plenário 11	Horário/Duração: 09h42 às 10h25
Audiência pública – Discussão sobre demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas.		
Proponentes: Req. nº 48/2014, de Osmar Serraglio (PMDB/PR)		
Fonte: Notas taquigráficas: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquiograficaReuniaoAudienciaPublica5614R084414.pdf Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48499		
Convidados/depoentes: Cristhian Teófilo da Silva - Membro da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (CAI/ABA).		
Deputados presentes (falaram ao público): Afonso Florence (PT/BA), presidente Osmar Serraglio (PMDB/PR) Sarney Filho (PV/MA)		
Observações: Cristhian Teófilo da Silva foi o único convidado que compareceu à reunião – entre ISA, APIB, CIMI, COIAB, CNBB e CTI. Sarney Filho (PV/MA): “É verdade que ultimamente a grande bandeira de segmentos que representam o agronegócio aqui na Câmara é justamente retirar a prerrogativa do Executivo de criar unidades de conservação, reservas indígenas e áreas quilombolas. [...] Então, a nossa relação com essa Comissão é de não legitimá-la. Nós entendemos que ela não tem legitimidade para tratar desse assunto. É inconstitucional, do nosso ponto de vista. Daí por que aqui hoje estão presentes poucos representantes que apoiam a causa indígena. Eu mesmo estou usando da palavra para frisar este meu posicionamento, o posicionamento do meu partido, de não legitimar . Portanto, nós não queremos que aconteça, como aconteceu no Código Florestal, que essas audiências públicas, manipuladas em grande parte, sirvam depois para confirmar uma legitimidade que não houve. Daí por que a nossa posição aqui é de justamente não colaborar para que esta Comissão possa chegar a um termo , porque nós entendemos que ela é inconstitucional. Ela trata de assuntos inconstitucionais, e é evidente que nós não queremos legitimá-la. Por isso, gostaria de frisar a ausência das nossas Deputadas e Deputados ligados à causa. Eu não tenho perguntas a fazer, tenho só essas observações, além de registrar para a Comissão aquilo que disse há pouco, que o presidente da Casa , que é o responsável pela pauta, declarou não só para mim mas para outros Deputados, membros da Frente Parlamentar Ambientalista, que ele não iria colocar em votação essa PEC este ano. Como no ano que vem ele não será mais presidente e teremos um novo Congresso, esperamos que a situação e a correlação de forças mudem.”		
Palavras-chave:		

Câmara dos Deputados	Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000	
06 jun. 2014	Local: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	Horário/Duração: Não informado.
Audiência pública externa.		
Proponentes: Req. nº 23/2014, de Luis Carlos Heinze (PP/RS), que aprovou a realização dos eventos nos estados, inclusive em São Paulo (SP) e contemplou o Req. nº 6/2014, que propõe a realização de Conferência no estado de São Paulo, de autoria dos deputados Junji Abe e Nelson Marquzelli.		
Fonte: Notas taquigráficas: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquig.ASLESPdia06062014ConferenciaEstadualSaoPauloPEC21500.pdf		
Convidados/depoentes: Dalmo de Abreu Dallari , Jurista e ex-Professor da Universidade de São Paulo (USP) Luiz de Lima Stefanini , desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Walter Claudius Rothenburg , procurador regional da República, representando Rodrigo Janot Monteiro de Barros, procurador-geral da República Ângelo Munhoz , diretor da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - Faesp/Senar Rudy Maia Ferraz , representando a Frente Parlamentar da Agropecuária, como advogado especialista em Direito Agrário e consultor dessa entidade Francisco de Godoy Bueno , vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira Adauto Anderson Carneiro , antropólogo e historiador Anaximandro Doudement Almeida , advogado e assessor da CNA Miriam Santos Gouveia , de Araguaçu, no Tocantins, veterinária e pecuarista		
Deputados presentes (falaram ao público): Junji Abe (PSD/SP), presidente Osmar Serraglio (PMDB/PR)		
Observações: Dalmo de Abreu Dallari: "com a mais absoluta convicção e tranquilidade, que ela contém várias inconstitucionalidades." Luiz de Lima Stefanini: "[...] já está extremamente carcomida essa diferença de separar o indígena por etnia ou população indígena. É indistinta." Também lamenta que indígenas "São pessoas que não têm direito à propriedade [privada]". Dá como exemplo positivo o caso dos Kiowas: "Nos Estados Unidos, existem os índios chamados Kiowas. [...] Nos Estados Unidos, eles habitavam o estado de Oklahoma. Nesse estado de Oklahoma, no final do século XIX, quando aqui ainda estávamos trabalhando com a escravidão, o que fizeram? Eles retiraram toda a população indígena de Oklahoma e levaram para as reservas. Nessas reservas, o estado de Oklahoma deu aos índios condições econômicas, sociais, de trabalho, de produção e de venda. Deram a eles plena liberdade e a disponibilidade de seus bens naquelas reservas que lhes foram deferidas, para as quais foram levados e assentados. [...] Vejam só que fabuloso, os índios Kiowas de Oklahoma, nos Estados Unidos, trabalharam e enriqueceram a ponto de comprarem do próprio estado de Oklahoma a sua antiga terra nas pradarias dos bisões. Ou seja, conseguiram aquilo que lhes foi tirado. Eles conseguiram arrecadar uma grande quantidade de recursos e compraram novamente do estado a terra que lhes pertencia. Lá, então, tiveram uma grande sorte, digamos assim. " Walter Claudius Rothenburg se posicionou contrariamente à PEC. Adauto Anderson Carneiro: "temos fábrica de terra de índios no Sul, fábrica de índios no Nordeste e latifundiários miseráveis na Amazônia, pois são índios que vivem na miséria e detêm a posse de uma imensa área." "Por isso existe a necessidade de a 215 fechar um pouco o 231, explicitar exatamente o que é ocupação tradicional, o que é comunidade indígena e, por consequência, o que é índio. E aí acaba com essa farra, com essa festa antropológica [...] " "Eu tenho os contralaudos antropológicos, onde aponto essas fraudes."		

Anaximandro Almeida remeteu à CPI da Funai de 1999.
Palavras-chave: uso da expressão farra antropológica, CPI da Funai de 1999

30

Câmara dos Deputados	Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000	
11 jun. 2014	Local: Anexo II, Plenário 14	Horário/Duração: 14h32 às 16h42
Audiência pública – “Debate sobre a matéria objeto da Comissão Especial.”		
Proponentes: Req. nº 48/2014, de Osmar Serraglio (PMDB/PR)		
Fonte: Notas taquigráficas: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/documentos/notas-taquigraficas/NotaTaquigraficaReuniaoAudienciaPublica11614.pdf Gravação: http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=48564		
Convidados/depoentes: Eugênio José Guilherme de Aragão , subprocurador-geral da República e vice-procurador-geral eleitoral, representando o Ministério Público Federal Antonio Luiz Machado de Moraes , coordenador-geral de análises econômicas do Departamento de Economia Agrícola, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura (DEAGRI/SPA/MAPA) Luiz de Lima Stefanini , desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de São Paulo Paulo Alexandre Mendes , fiscal federal agropecuário, coordenador-geral adjunto de sustentabilidade ambiental e assessor da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/MAPA) Rudy Maia Ferraz , advogado especialista em direito agrário e consultor jurídico da Frente Parlamentar da Agropecuária		
Deputados presentes (falaram ao público): Osmar Serraglio (PMDB/PR) Valdir Colatto (PMDB/SC)		
Observações:		
Palavras-chave:		

Outras audiências ou reuniões públicas que constam no histórico de reuniões e no parecer da PEC 215/2000 do deputado Osmar Serraglio, de setembro de 2015:

- Dia 28 de abril de 2014: reunião pública em Cuiabá, Mato Grosso;
- Dia 9 de maio de 2014: reunião pública em Campo Grande, Mato Grosso do Sul;
- Dia 12 de maio de 2014: reunião pública em Salvador, Bahia;
- Dia 26 de maio de 2014: reunião pública em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Apêndice 5. Manifestações de rua de agropecuaristas contra as demarcações de terras indígenas realizadas ao longo de 2013.

Data	Local	Tipo	Iniciativa	Motivação específica	Situação da terra indígena (2013)	Presença de parlamentares federais
1 mar. 2013	Mato Castelhana (RS)	Bloqueio de rodovia – BR-285	Associação dos Produtores de Mato Castelhana	Previsão de realização de levantamento fundiário pela Funai	Em estudo (Portaria GT 446 de 08/05/2009)	Não
1 mar. 2013	Sananduva (RS)	Bloqueio de rodovia – RS-343	Sindicato Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT)	Não especificado (contra a terra indígena do município)	Declarada (Portaria MJ 498 de 25/04/2011)	Não
8 mar. 2013	Sete Quedas (MS)	Tratoração	Sindicato Rural de Sete Quedas (Sistema CNA)	Não especificado (contra a terra indígena do município)	Uma TI declarada, quatro TI em estudo	Não
5 abr. 2013	Tacuru (MS)	Carreata e audiência pública	Sindicato Rural de Tacuru (Sistema CNA)	Delimitação da TI Iguatemipegua I	Delimitada (Despacho nº 01/2013, 07/01/2013)	Não
8 maio 2013	Brasília (DF)	Protesto na Esplanada dos Ministérios - dia da audiência pública na CAPADR/CD com a ministra Gleisi Hoffmann	Faep/Famasul (Sistema CNA) e outros	Mobilização para audiência pública com Gleisi Hoffmann	Não se aplica	Sim
13 jun. 2013	Sidrolândia (MS)	Protesto/panfletagem às margens da BR-060	Sindicato Rural de Sidrolândia (Sistema CNA)	Mobilização após o conflito na reintegração de posse da fazenda Buriti (30 de maio)	Declarada (Portaria MJ nº 3.079, 27/09/2010)	Não
14 jun. 2013	Mobilização Nacional, com atividades em 10 estados brasileiros	Predomínio de bloqueios de rodovia intermitentes	FPA, CNA e suas federações (Famato, Famasul, Faep..)	Reivindicar suspensão dos processos de demarcação no país, a aprovação da PEC nº 215/2000 e reedição da Portaria nº 303/2012 da AGU	Não se aplica	Em diversos atos
11 jul. 2013	Sananduva (RS)	Carreata, protesto na sede do município e paralisação do poder público municipal e demais atividades	Não identificado	Ocupação pelos Kaingang no dia 8 de julho de 2013 de uma área da terra indígena com títulos de propriedade incidentes	Declarada (Portaria MJ nº 498, de 25/04/2011)	Não
12 jul. 2013	Passo Fundo (RS)	Protesto na sede regional da Funai	Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT), Comissão de Agricultores de Mato Castelhana (RS)	Demarcações de terras indígenas em municípios da região de Passo Fundo (RS)	Não se aplica (diversas áreas)	Não
16 jul. 2013	Sananduva (RS)	Protesto na sede do município	Sindicato Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/ CUT)	Ocorrência de lutas corporais entre agropecuaristas e indígenas no dia 15 de julho	Declarada (Portaria MJ nº 498, de 25/04/2011)	Não
26 set. 2013	Passo Fundo (RS)	Passeata na sede do município até Procuradoria	Não identificado	Não especificado	Não se aplica	Sim

		da República em Passo Fundo após audiência pública da CAPADR/CD na Universidade de Passo Fundo				
6 nov. 2013	Brasília (DF)	Protesto em frente ao Ministério da Justiça	Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT)	Mobilização Fetraf-Sul (Sistema Fetraf-Brasil/CUT) contra demarcações na região Sul	Não se aplica	Sim
	Arvoredo e Chapecó (SC)	Bloqueio de rodovia – SC-283			Possivelmente Toldo Pinhal (TI declarada)	Não
	Sananduva (RS)	Bloqueio de rodovia – ERS-126 e carreata			Declarada (Portaria MJ nº 498, de 25/04/2011)	Não
	Passo Fundo (RS)	Protesto em frente à sede regional da Funai			Não se aplica	Não
19 nov. 2013	Campo Grande (MS)	Protesto em frente à sede regional da Funai	Movimento de Agricultores Familiares vítimas da Funai (MAFF)	Não especificado	Não especificado	Não
29 nov. 2013	Vicente Dutra (RS)	Passeata na sede do município após audiência pública	Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)	Audiência FPA	Declarada (Portaria MJ nº 3.895 de 23/12/2004)	Sim
11 dez. 2013	Brasília (DF)	Protesto em frente ao Ministério da Justiça – Dia de audiência pública na CAPADR/CD sobre demarcações	Audiência CAPADR – diversas entidades	Não especificado	Não se aplica	Sim
20 dez. 2013	São João do Caru (MA)	Protesto após audiência	Não identificado	Previsão de desintrusão da TI Awá Guajá (MA)	Regularizada (Decreto de homologação s/no de 19/04/2005)	Sim

Fonte: elaborado a partir de: Agricultores fazem protesto e bloqueiam a RS 343 (2013); Agricultores realizam manifesto contra demarcação..., (2013); Brasília: Produtores protestam contra demarcações... (2013); Agricultores bloqueiam SC-283... (2013); Nascimento (2013a; 2013b); Maciel (2013a; 2013b) Mendes (2013b); Miotto (2013); Pequenos produtores fazem protesto na sede da Funai no MS (2013); Sananduva paralisa atividades... (2013); Agricultores realizam dia de protesto contra a demarcação de terras (2013); Brasil (2013b); Nissen (2013); Produtores se mobilizam em Brasília contra demarcações... (2013).

**Apêndice 6. Deputados favoráveis à admissibilidade da Proposta de Emenda à
Constituição nº 215/2000.**

Deputados favoráveis à admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000 em reunião de 21 de março de 2012 da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Parlamentar	Partido	UF
Abelardo Lupion	DEM	PR
Alexandre Leite	DEM	SP
Felipe Maia	DEM	RN
Mendonça Filho	DEM	PE
Félix Mendonça Júnior	PDT	BA
João Dado	PDT	SP
Marcos Medrado	PDT	BA
Alceu Moreira	PMDB	RS
Arthur Oliveira Maia	PMDB	BA
Asdrubal Bentes	PMDB	PA
Danilo Forte	PMDB	CE
Eduardo Cunha	PMDB	RJ
Eliseu Padilha	PMDB	RS
Fabio Trad	PMDB	MS
Francisco Escórcio	PMDB	MA
Leonardo Picciani	PMDB	RJ
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Esperidião Amin	PP	SC
Jerônimo Goergen	PP	RS
Paulo Maluf	PP	SP
Vilson Covatti	PP	RS
Roberto Freire	PPS	SP
Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	MG
Maurício Quintella Lessa	PR	AL
Ronaldo Fonseca	PR	DF
Vicente Arruda	PR	CE
Francisco Araújo	PSD	RR
José Nunes	PSD	BA
Onofre Santo Agostini	PSD	SC
Paulo Magalhães	PSD	BA
Bruna Furlan	PSDB	SP
Cesar Colnago	PSDB	ES
João Campos	PSDB	GO
Luiz Carlos	PSDB	AP
Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
Reinaldo Azambuja	PSDB	MS
Zenaldo Coutinho	PSDB	PA
Lourival Mendes	PTdoB	MA

Fonte: disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/28306> Acesso em: 26 jul. 2021.

Apêndice 7. Número de audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014) em que os deputados federais discursaram (do total de 24 atividades).

Luis Carlos Heinze (PP/RS)	14	Berinho Bantim (PSDB/RR)	1
Alceu Moreira (PMDB/RS)	14	Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)	1
Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)	12	Beto Faro (PT/PA)	1
Nilson Leitão (PSDB/MT)	10	Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1
Celso Maldaner (PMDB/SC)	9	Carlos Brandão (PSDB/MA)	1
Moreira Mendes (PPS/RO)	8	Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1
Valdir Colatto (PMDB/SC)	8	Domingos Dutra (PT/MA)	1
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	7	Edio Lopes (PMDB/RR)	1
Bohn Gass (PT/RS)	6	Efraim Filho (DEM/PB)	1
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	6	Francisco Araújo (PSL/RR)	1
Jerônimo Goergen (PP/RS)	6	Francisco Praciano (PT/MA)	1
Nelson Padovani (PSC/PR)	6	Geraldo Resende (PMDB/MS)	1
Weverton Rocha (PDT/MA)	6	Henrique Fontana (PT/RS)	1
Asdrubal Bentes (PMDB/PA)	5	Homero Pereira (PR/MT)	1
Oziel Oliveira (PDT/BA)	5	Iriny Lopes (PT/ES)	1
Vilson Covatti (PP/RS)	5	Jesus Rodrigues (PT/PI)	1
Domingos Sávio (PSDB/MG)	4	João Rodrigues (DEM/SC)	1
Geraldo Simões (PT/BA)	4	José Guimarães (PT/CE)	1
Lira Maia (DEM/PA)	4	Josué Bengtson (PTB/PA)	1
Abelardo Lupion (DEM/PR)	3	Júlio Campos (DEM/MT)	1
Anselmo de Jesus (PT/RO)	3	Lindomar Garçon (PV/RO)	1
Carlos Magno (PP/RO)	3	Luci Choinacki (PT/SC)	1
Dilceu Sperafico (PP/PR)	3	Marcelo Castro (PMDB/PI)	1
Francisco Escórcio (PMDB/MA)	3	Marcos Montes (DEM/MG)	1
Giacobo (PR/PR)	3	Moacir Micheletto (PMDB/PR)	1
Ivan Valente (PSOL/SP)	3	Osmar Serraglio (PMDB/PR)	1
Mandetta (DEM/MS)	3	Padre Ton (PT/RO)	1
Marcon (PT/RS)	3	Paulo Feijó (PR/RJ)	1
Valmir Assunção (PT/BA)	3	Plínio Valério (DEM/AM)	1
Duarte Nogueira (PSDB/SP)	2	Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)	1
Giovani Cherini (PDT/RS)	2	Raul Lima (PP/RR)	1
Jair Bolsonaro (PP/RJ)	2	Renan Filho (PMDB/AL)	1
Junji Abe (DEM/SP)	2	Roberto Dornier (PP/MT)	1
Marcio Junqueira (DEM/RR)	2	Sandro Alex (PPS/PR)	1
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	2	Sarney Filho (PV/MA)	1
Padre João (PT/MG)	2	Urzeni Rocha (PSDB/RR)	1
Reinhold Stephanes (PMDB/PR)	2	Valtenir Pereira (PSB/MT)	1
Ronaldo Caiado (DEM/GO)	2	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	1
Zequinha Marinho (PSC/PA)	2	Wilson Filho (PMDB/PB)	1
Afonso Florence (PT/BA)	1	Zé Geraldo (PT/PA)	1
Assis Carvalho (PT/PI)	1		

Apêndice 8. Participação das bancadas estaduais em audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014).

Estado	Dep. participantes	% dos participantes	Bancada estadual	% da bancada estadual
RR	7	9	8	88
RO	5	6	8	63
MT	5	6	8	63
PA	8	10	17	47
MS	3	4	8	38
MA	6	7	18	33
PI	3	4	10	30
RS	9	11	31	29
PR	8	10	30	27
SC	4	5	16	25
PB	2	2	12	17
AM	1	1	8	13
AL	1	1	9	11
BA	4	5	39	10
ES	1	1	10	10
CE	2	2	22	9
MG	4	5	53	8
SP	5	6	70	7
GO	1	1	17	6
RJ	2	2	46	4

Apêndice 9. Bancadas partidárias (A), estaduais e regionais (B) do Congresso Nacional, em 2011.

A) Bancadas partidárias.

Câmara dos Deputados	
Conforme portal da Câmara dos Deputados - bancada na posse - 2011	
Partido	Bancada
PT	88
PMDB	78
PSDB	53
PP	44
DEM	43
PR	40
PSB	34
PDT	26
PTB	22
PSC	17
PCdoB	15
PV	14
PPS	12
PRB	8
PMN	4
PTdoB	4
PSOL	3
PHS	2
PRTB	2
PRP	2
PTC	1
PSL	1

Senado Federal	
Conforme Relatório da Presidência: Senado Federal e Congresso Nacional, 2011, p. 32-35	
Partido	Bancada
PMDB	19
PT	15
PSDB	10
PTB	6
PR	5
PP	5
DEM	5
PDT	4
PSB	3
PCdoB	2
PSOL	2
PRB	1
PSC	1
PMN	1
PPS	1
PV	1

B) Bancadas estaduais e regionais de deputados (513) e senadores (81).

	Norte							Sul			Nordeste								Sudeste				Centro-Oeste				
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	PR	RS	SC	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP	DF	GO	MT	MS
Dep.	8	8	8	17	8	8	8	30	31	16	9	39	22	18	12	25	10	8	8	10	53	46	70	8	17	8	8
Dep. (região)	65							77			151								179				41				
Sen. (região)	21							12			27								12				12				

Apêndice 10. Participações das bancadas partidárias em audiências públicas da CAPADR/CD, CINDRA/CD, CRA/SF e FPA sobre demarcação de terras indígenas (2011-2014).

A) Deputados federais.

Partido	Nº de participações	Nº de dep.	Média de part.
PMDB	49	13	3,8
PP	36	8	4,5
PT	34	19	1,8
DEM	34	13	2,7
PSDB	28	10	2,8
PDT	19	4	4,8
PPS	9	2	4,5
PR	6	4	1,5
PSC	8	2	4,0
PSOL	3	1	3,0
PTB	1	1	1,0
PV	2	2	1,0
PSB	1	1	1,0
PSL	1	1	1,0
Total	231	81	2,7

B) Senadores.

Partido	Nº de sen.	% dos sen. part.	Bancada do partido	% da bancada do partido	Nº de participações	participações/sen. do partido
PP	3	20	5	60	7	2,3
DEM	3	20	6	50	4	1,3
PDT	1	7	4	25	2	2
PR	1	7	4	25	2	2
PMDB	4	27	21	19	8	2
PTB	1	7	6	17	1	1
PSDB	1	7	10	10	3	3
PT	1	7	14	7	3	3

ANEXO

Anexo A. Entidades parceiras da Frente Parlamentar da Agropecuária

Fonte: PEREIRA, Amanda Maria Campanini. **A lógica da ação na reforma do Código Florestal**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/D.8.2013.tde-14022014-110552>. Acesso em: 05 nov. 2020, p. 95-96.

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABCS – Associação Brasileira de Criadores de Suínos
ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ABIOVE – Associação Brasileira da Indústria de Óleo Vegetal
ABRAF – Associação Brasileira de Florestas Plantadas
ABRAISCA – Associação Brasileira das Empresas Fabricantes de Iscas Inseticidas
ABRAMILHO – Associação Brasileira dos Produtores de Milho
ABRAPA – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
AGROBIO – Associação de Empresas de Biotecnologia na Agricultura e na Agroindústria
AMPA – Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão
ANAPA – Associação Nacional dos Produtores de Alho
ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal
ANFALPET – Associação Nacional dos Fabricantes de Alimentos para Animais de Estimação
APCACAU – Associação dos Produtores de Cacau
APROSOJA BRASIL – Associação dos Produtores de Soja do Brasil
ASSOCITRUS – Associação Brasileira de Citricultores
CITRUS BR – Associação Nacional de Exportadores de Sucos Cítricos
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
IBRAC – Instituto Brasileiro da Cachaça
IBRAF – Instituto Brasileiro de Frutas
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
ORPLANA – Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil
SINDIRAÇÕES – Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
SRB – Sociedade Rural Brasileira
UBAFEF – União Brasileira de Avicultura.
UNICA – União da Indústria da Cana-de-Açúcar

Anexo B. Reuniões/atividades relacionadas às demarcações de terras indígenas da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) em 2013.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS
CINDRA – HISTÓRICO DE EVENTOS SOBRE O TEMA

	DATA	EVENTO	LOCAL	OBJETIVO
1	03/04/2013	Reunião dos membros da CINDRA com o Ministro da Justiça, o senhor José Eduardo Cardozo REQ-246/2013 (Dep. Jerônimo Goergen)	Ministério da Justiça	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
2	11/04/2013	Reunião com o Procurador Geral da República, Sr. Roberto Gurgel	Procuradoria Geral da República	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
3	14/04/2013	Viagem à Reserva Indígena Raposa Serra do Sol REQ-247/2013 (Dep. Jerônimo Goergen)	Roraima	Verificar os efeitos decorrentes da demarcação da área
4	16/04/2013	Reunião com o Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Supremo Tribunal Federal REQ-325/2013 (Dep. Nilson Leitão)	Supremo Tribunal Federal	Discutir o assunto "Demarcação de terras indígenas" e Portaria nº 303/12-AGU
5	17/04/2013	Instalação da Subcomissão Especial de Demarcações Indígenas	CINDRA Sala da Presidência	-
6	07/05/2013	Audiência pública REQ-296/2013 (Dep. Jerônimo Goergen) REQ-275/2013 (Dep. Raul Lima)	Câmara dos Deputados Plenário 15	Debater a demarcação de terras indígenas no Brasil e o fechamento da BR-174 nos estados do Amazonas e Roraima
7	14/05/2013	Reunião da Subcomissão Especial de Demarcações Indígenas	CINDRA Sala da Presidência	Organização do cronograma de trabalho
8	21/05/2013	Reunião da Subcomissão Especial de Demarcações de Terras Indígenas	CINDRA Sala da Presidência	Assuntos diversos de interesse da Subcomissão
9	04/06/2013	Reunião da Subcomissão Especial de Demarcações de Terras Indígenas com o Comandante-Geral do Exército, Enzo Martins Perí	QG do Exército	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
10	04/06/2013	Reunião dos membros da CINDRA com o Ministro da Justiça, o senhor José Eduardo Cardozo	CINDRA Sala da Presidência	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
11	11/06/2013	Reunião com o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams	AGU – Edf. Sede I	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
12	12/06/2013	Reunião dos membros da CINDRA com o Ministro da Justiça, o senhor José Eduardo Cardozo	Ministério da Justiça	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
13	20/06/2013	Missão oficial dos membros da CINDRA à região de Mato Castelhanos (RS)	Mato Castelhanos (RS)	Verificar a situação enfrentada pelas famílias que estão sendo expulsas de suas propriedades em função das demarcações de terras indígenas
14	13/08/2013	Reunião da Subcomissão Especial de Demarcações de Terras Indígenas	CINDRA Sala da Presidência	Deliberar sobre data e local das próximas visitas da Subcomissão e agenda para o segundo semestre de 2013
15	15/08/2013	Reunião com a Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sra. Maria Augusta Boulitreau Assirati	Sede da Funai	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
16	20/08/2013	Audiência dos membros da CINDRA com a Presidência da Embrapa	Sede da Embrapa	Discutir o relatório da Embrapa que apontou falhas nos estudos realizados pela Funai nos processos de demarcações de terras indígenas no País

(continuação)

17	20/08/2013	Audiência pública REQ-346/2013 (Dep. Weverton Rocha, subscrito pelo Dep. Asdrubal Bentes)	Câmara dos Deputados Plenário 2	Debater sobre a demarcação de terras indígenas no estado do Maranhão, com ênfase nas áreas de Governador e Awa-Guajá
18	21/08/2013	Reunião de membros da CINDRA com o Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, com a presença do Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves	Ministério da Justiça	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
19	04/09/2013	Mesa-redonda com o sociólogo Lorenzo Carrasco REQ-362/2013 (Dep. Jerônimo Goergen)	CINDRA Sala da Presidência	Lançar o livro "Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil: um olhar nos porões do Conselho Mundial de Igrejas"
20	04/09/2013	Reunião de trabalho com representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) REQ-307/2013 (Dep. Jerônimo Goergen)	Câmara dos Deputados Plenário 8	Discutir sobre a distribuição da população indígena no Brasil
21	09/09/2013	Reunião com o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso	Supremo Tribunal Federal	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
22	11/09/2013	Reunião de membros da CINDRA e de membros da Frente Parlamentar Agropecuária e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Hoffmann	Palácio do Planalto	Tratar do assunto "Demarcação de terras indígenas"
23	18/09/2013	Reunião de membros da CINDRA com o Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo	Ministério da Justiça	Discutir a regulamentação do § 6º do artigo 231 da Constituição Federal, que trata sobre terras indígenas

Anexo C. Composição da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000 na 54ª Legislatura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
 COMISSÃO ESPECIAL
 PEC 215/00 - DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS - PEC21500
COMPOSIÇÃO DE 20/12/2014

Presidente: AFONSO FLORENCE - PT/BA
 1º Vice-Presidente: NILSON LEITÃO - PSDB/MT
 2º Vice-Presidente: LUIS CARLOS HEINZE - PP/RS
 3º Vice-Presidente: JUNJI ABE - PSD/SP
 Relator: OSMAR SERRAGLIO - PMDB/PR
 Relator Substituto: NELSON PADOVANI - PSC/PR

TITULAR	SUPLENTE
PT	
Afonso Florence PT/BA (305-IV)	Dalva Figueiredo PT/AP (0-0)
Geraldo Simões PT/BA (0-0)	Padre Ton PT/RO (0-0)
Padre João PT/MG (743-IV)	Valmir Assunção PT/BA (739-IV)
PMDB	
Alceu Moreira PMDB/RS (238-IV)	Amir Lando PMDB/RO (0-0) - vaga do PSC
Darcísio Perondi PMDB/RS (518-IV)	Celso Maldaner PMDB/SC (311-IV)
Osmar Serraglio PMDB/PR (845-IV)	Marinha Raupp PMDB/RO (614-IV)
1 vaga(s)	
PSDB	
Nilson Leitão PSDB/MT (825-IV)	Domingos Sávio PSDB/MG (345-IV)
Reinaldo Azambuja PSDB/MS (0-0)	Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE (725-IV)
PSD	
Junji Abe PSD/SP (0-0)	Eliene Lima PSD/MT (0-0)
Moreira Mendes PSD/RO (0-0)	Marcos Montes PSD/MG (334-IV)
PP	
Arthur Lira PP/AL (942-IV)	Carlos Magno PP/RO (0-0)
Luis Carlos Heinze PP/RS (526-IV)	Dilceu Sperafico PP/PR (746-IV)
Toninho Pinheiro PP/MG (584-III) - vaga do PTdoB	
PR	
Giacobo PR/PR (762-IV)	Bernardo Santana de Vasconcellos PR/MG (0-0) - vaga do PTdoB
	Luciano Castro PR/RR (0-0)
PSB	
Janete Capiberibe PSB/AP (209-IV)	Glauber Braga PSB/RJ (362-IV)
DEM	
Lira Maia DEM/PA (0-0)	Mandetta DEM/MS (577-III)
PDT	
Giovanni Queiroz PDT/PA (0-0)	Oziel Oliveira PDT/BA (0-0)
PTB	
Sabino Castelo Branco PTB/AM (0-0)	Nelson Marquezelli PTB/SP (920-IV)
Bloco PV, PPS	
Samey Filho PV/MA (202-IV)	Penna PV/SP (0-0)
PSC	
Nelson Padovani PSC/PR (0-0)	(Deputado do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Perpétua Almeida PCdoB/AC (0-0)	Evandro Milhomen PCdoB/AP (0-0)
PTdoB	
(Deputado do PP ocupa a vaga)	(Deputado do PR ocupa a vaga)
Número de membros: 21 Maioria Absoluta: 11	
Criação: 11/04/2013	Constituição: 10/09/2013
Secretário(a) Executivo(a): José Maria Aguiar de Castro	Instalação: 10/12/2013
Email: ce.demarcacaoterrasindigenas@camara.leg.br	Telefone: (61) 3216-6209
	FAX: (61) 3216-6225
Serviço de Comissões Temporárias - Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B	
(*) Deputado não está no exercício do mandato	

Anexo D. Tratoração contra demarcação de terras indígenas realizado em Sete Quedas (MS) em 8 de março de 2013.

Fonte: Manifestação Contra Demarcações em Sete Quedas - 2013. Canal do A Gazeta News. 8 mar. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aZl-QTuhj8> Acesso em: 6 dez. 2020.



Tratoração contra demarcação de terras indígenas realizado em Sete Quedas (MS) em 8 de março de 2013 (continuação).

Fonte: Manifestação Contra Demarcações em Sete Quedas - 2013. Canal do A Gazeta News. 8 mar. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aZl-QTuhjn8> Acesso em: 6 dez. 2020.



Anexo E. Distribuição das vagas dos partidos nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura, em 2011 - Ato da Mesa nº 1, de 2011.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexo do Ato da Mesa nº 1, de 2011
 PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA PARA AS COMISSÕES PERMANENTES - 54ª LEGISLATURA (2011 / 2015)

Comissões Permanentes	Partidos		PT	PMDB	PSDB	PP	DEM	PR	PSB	PDT	Bloco			FTB	PSC	FCOAB	PFB	PMN	PTGOB	PSOL	PHS	PRTB	PRP	PTC	PSL
	Signlas	Membros									PV	PPS	PDT												
MESA DIRETORIA	MESA	7	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	22	17	15	8	4	4	3	2	2	2	1	1
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABAST. E DESENV. RURAL	CAPADR	40	7	6	5	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENV. REGIONAL	CAINDR	20	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciência e Tecnologia	CCTCI	40	7	6	4	3	3	3	3	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	CCJC	61	11	9	6	5	5	4	3	3	3	3	2	2	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	CDC	21	4	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEFESA DO CONSUMIDOR	CDEIC	18	3	3	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
DESENV. ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	CDU	18	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
DESENVOLVIMENTO URBANO	CDHM	18	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
DIREITOS HUMANOS E MINORIAS	CEC	32	5	5	3	3	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO E CULTURA	CFT	33	6	5	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	CFFC	20	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE	CLP	18	3	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	CMADS	18	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL	CME	30	5	5	3	3	3	2	2	1	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MINAS E ENERGIA	CREDN	30	6	4	3	3	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	CSPCCO	18	3	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA E CONTRATE AO CRIME	CSSF	33	6	5	3	3	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA	CTASP	25	4	4	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO	CTD	19	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TURISMO E DESPORTO	CVT	30	5	4	3	3	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0

RDCO Art. 26, § 2º.

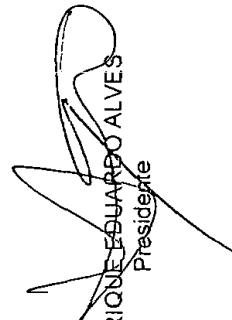
Marcelo
 MARCO MAIA
 Presidente

Anexo F. Distribuição das vagas dos partidos nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura, em 2013 - Ato da Mesa nº 87, de 2013.

Anexo do Ato da Mesa nº 87, de 2013
 PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA PARA AS COMISSÕES PERMANENTES - 54ª LEGISLATURA

Comissões Permanentes	Partidos ==>		PT	PMDB	PSDB	PSD	PP	PR	PSB	DEM	PDT	PTB	Bloco PV,PPS	PSC	PCdoB	PRB	PSOL	PTdoB	PRTB	PRP	PMN	PHS	PTC	PSL	PEN
	Siglas	Membros																							
MEÇA DIRETORA	7	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABAST. E DESENV. RURAL	42	7	6	4	4	3	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENV. REGIONAL	20	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	42	7	6	4	4	3	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	66	11	10	6	6	5	5	5	3	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	20	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CULTURA	20	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEFESA DO CONSUMIDOR	21	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESENV. ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	18	3	3	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESENVOLVIMENTO URBANO	18	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
DIREITOS HUMANOS E MINORIAS	18	3	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
EDUCAÇÃO	32	5	5	3	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	33	6	5	3	3	3	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE	20	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	18	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL	18	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
MINAS E ENERGIA	32	5	5	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	33	6	5	3	3	3	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	20	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA	36	6	5	4	4	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO	26	4	4	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TURISMO E DESPORTO	21	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VIAGEM E TRANSPORTES	30	5	4	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0

* Comissões cumulativas


 HENRIQUE EDUARDO ALVES
 Presidente

Anexo G. Composição final e distribuição das vagas por bloco partidário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2011.

H.11.3 - Composição final da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Em: 22/12/2011	
TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Mozarildo Cavalcanti
PR	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Fonte: Relatório da Presidência 2011 – Senado Federal, 2011, p. 264.

Anexo H. Composição final e distribuição das vagas por bloco partidário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2012.

H.11.3 - Composição final da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Em: 24/12/2012	
TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSOL PSD	
Sérgio Petecão (PSD)	1. Marco Antônio Costa (PSD)

Fonte: Relatório da Presidência 2012 – Senado Federal, 2012, p. 219.

Anexo I. Composição final e distribuição das vagas por bloco partidário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2013.

H.11.3 - Composição final da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Composição: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Em: 23/12/2013	
TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	7. Garibaldi Alves (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Oswaldo Sobrinho (PTB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
	2. Blairo Maggi (PR)

Fonte: Relatório da Presidência 2013 – Senado Federal, 2013, p. 210.

Anexo J. Composição final e distribuição das vagas por bloco partidário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2014.

I.11.3 - Composição final da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Em: 22/12/2014	
TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT/MS)	1. Angela Portela (PT/RR)
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	4. João Durval (PDT/BA)
Eduardo Suplicy (PT/SP)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD)	
VAGO	1. Romero Jucá (PMDB/RR)
VAGO	2. Luiz Henrique (PMDB/SC)
Casildo Maldaner (PMDB/SC)	3. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Ana Amélia (PP/RS)	4. Valdir Raupp (PMDB/RO)
Sérgio Petecão (PSD/AC)	5. Ciro Nogueira (PP/PI)
Benedito de Lira (PP/AL)	6. Ivo Cassol (PP/RO)
Kátia Abreu (PMDB/TO)	7. Garibaldi Alves (PMDB/RN)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Aureliano (PSDB/MG)	1. VAGO
Ruben Figueiró (PSDB/MS)	2. Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Jayme Campos (DEM/MT)	3. Cícero Lucena (PSDB/PB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Gim (PTB/DF)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
	2. Blairo Maggi (PR/MT)

Fonte: Relatório da Presidência 2014 – Senado Federal, 2014, p. 185.